PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO- PUC-SP
FERNANDO ARTHUR DE FREITAS NEVES

SOLIDARIEDADE E CONFLITO: ESTADO LIBERAL E NAÇÃO CATÓLICA NO PARA SOB O PASTORADO DE DOM MACEDO COSTA (1862-1889)

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo
2009

FERNANDO ARTHUR DE FREITAS NEVES

SOLIDARIEDADE E CONFLITO: ESTADO LIBERAL E NAÇÃO CATÓLICA NO PARA SOB O PASTORADO DE DOM MACEDO COSTA (1862-1889)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, como exigência parcial para a obtenção do título de doutor em História Social, sob a orientação do profº. Dr. Fernando Torres Londoño.

SÃO PAULO

2009

BANCA EXAMINADORA

Á Auxiliadora, Nádia e Isadora

AGRADECIMENTOS

Sou devedor de muitas contribuições, interrogações, solidariedades e amizades. Em muitos momentos estas categorias caminharam juntas; em outros instantes não há relação alguma suposta, contudo elas estiveram no percurso que me trouxe aqui; não raro, as relações familiares são colocadas ao final desta sessão, como modo de demonstrar nosso compromisso primeiro, para não incorrer em mais descaso nesta seara, ratifico este primeiro reconhecimento para com Nádia e Isadora, A primeira me acompanha a mais de 20 anos, sua opção preferencial pelo mais necessitado dela se configura no apoio, ás vezes o ralho pela lerdeza (minha) em providenciar com prontidão uma tarefa tão mais necessária quanto prazerosa de propor um conhecimento original sobre o tema de minha investigação, obviamente depois de quase vinte anos estudando igreja católica, notadamente D. Macedo Costa, um comentário não lhe escapava – ainda isso... felizmente não consegui abandonar o estudo desse bispo. Tamanho envolvimento familiar se acusa quando enfrentamos dramas prosaicos como as peripécias do computador que se acha inteligência artificial a ponto de não permitir a impressão dos dois capítulos e de um plano de sumário a ser apresentado na Banca de Qualificação. Aquela altura, Isadora postou-se ao meu lado e convenceu o computador a emitir minha impressão, observei como ela sentiu o instante de acarinhar o pai emprestando sua paciência e destreza com a máquina para fazer tudo dar certo. Desnecessário dizer, uma vez satisfeita minha urgência, seguiu com sua fortuna que já é bem ocupada com os viços de sua juventude. Não há dificuldades em colocar Auxiliadora no mesmo plano, esta, sempre acreditando em mim é capaz até de assumir minha defesa na tese; quando candidato ao doutorado, fazia-se sempre presente na acolhida para eu alcançar sucesso. Mães têm esse sentimento, *grosso modo*, chama-se maternal, porém a minha não se contenta com isso, quer dar sua contribuição na confecção do trabalho, discutindo meus argumentos, propondo hipóteses, sugerindo abordagens, isso já seria muito, mas não parou por ai. Em setembro de 2008 estava no Rio de Janeiro pra fazer levantamento de fontes, fui abrigado na casa de minha mãe, com ela discutia meu trajeto, transporte, endereço dos arquivos, melhores opções de aproveitar os parcos recursos de pesquisa, quando tive de fazer na rua uma alteração do plano inicial daquele dia. Em conformidade com nossos entendimentos, diante da dificuldade, telefonei para ela para perguntar o endereço do funcionamento da Cúria do Rio de Janeiro, onde está hospedado o arquivo do Arcebispado, encontrando-me na Cinelandia, queria deslocar-me para igreja de S. Sebastião, Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Não

satisfeita em passar o endereço - Av. (República do) Chile, 245 – Centro, com todas as indicações, prédio da Petrobras, queria vir ao meu encontro para certificar-se do êxito; pensando te-la dissuadido, segui para ali efetuar minhas investigação. Acertei de primeira, adentrei o complexo da catedral, fui informado como deveria circundar a mandala até chegar ao destino proposto; um lugar sóbrio reunia as fontes tantas vezes mencionadas na historiografia atinente ao tema e cria no estudioso uma excitação da pesquisa, consultando os catálogos, assinalei os códices de meu interesse e pus-me a compulsar os documentos quando fui surpreendido por minha mãe. Debaixo da chuva, deslocou-se até lá para ajudar-me a decifrar a escrita dos oitocentos; empenhei-me em faze-la ver quão gratificado fiquei por mais um gesto, entre tantos, de amor para com seu filho de 42 anos. Um tanto desconfiada, aceitou meu argumento da concentração necessária para bem poder desenvolver minhas tarefas sem desviar-me do foco, pois precisaria dispensar alguma energia a torná-la apta na captura das informações para esta tese. Sendo o mais velho de cinco irmãos, fui objeto da pilheria de Paulo, Cláudio, Alexandre e Ítalo. A estes não sou menos grato por seu incentivo e admiração. Esta crônica evidencia quanto de laços familiares são comprometidos na composição desse trabalho.

Ao professor Heraldo Maués reputo meu interesse pela história da igreja, sob sua orientação empreendi os primeiros movimentos para compreender como o catolicismo tornou-se uma sociedade civil dentro da sociedade civil. O tributo teórico mais relevante desenvolvido por ele ancora-se na noção de tensão constitutiva do catolicismo, condição de reprodução orgânica do que denomino experiência religiosa dentro da convivência religiosa. Esta referencia já seria de grande importância e foi somada com a cessão de várias fichas catalogadas com a reprodução do noticiário dos jornais do século XIX, tal como A BOA NOVA, O LIBERAL DO PARÁ, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, DIÁRIO DO GRÃO PARÁ, O ESPELHO, que possibilitou um ganho na pesquisa para ser complementado com os levantamentos nestas mesmas fontes.

As instituições envolvidas aportaram condições para o desenvolvimento do Programa de Doutorado Inter-Institucional celebrado entre a Universidade Federal do Pará e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, são, portanto, credoras da turma de Doutores para Amazônia. O Professor Dr. Alex Fiúza, reitor da UFPA, convenceu-se da missão estratégica deste programa e até a CAPES reconhecer esta demanda com recursos especificamente destinados a este empreendimento, alocou recursos próprios para assegurar seu funcionamento; a Professora Maria de Nazaré Sarges, representando a UFPA, não mediu esforços para bem atender as metas do programa, sua solidariedade como colega no antigo

Departamento, posteriormente Faculdade de História, revelou elos de amizade dos quais sempre procuro considerar.

A CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, financiou o curso junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, disponibilizou passagem aérea Belém/S.Paulo/Belém e uma bolsa de quatro meses para manutenção no ano de 2007. Ações como estas servem para dirimir as diferenças inter-regionais possibilitando uma aceleração na pós-graduação de modo a dotar instituições públicas de corpo profissional qualificado em excelência acadêmica. O efeito em cadeia desta iniciativa será corroborado com mais reflexão sobre a região amazônica.

A FADESP, Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa, sou tributário pelos recursos dispensados pelo PROAP, modalidade de apoio à pesquisa, pelo qual pude apresentar o trabalho "Procissão religiosa ao lado da procissão civil: ainda o ultramontanismo católico do Pará".[1], e do levantamento de fontes feito no Rio de Janeiro na Biblioteca Nacional, no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro; particularmente esta visita permitiu extrair muitas informações da correspondência de D. Macedo Costa sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, naquela ocasião fui recebido pelo professor Pedro, sempre interessado em auxiliar os pesquisadores, ofereceu-me todas as possibilidades de acesso aos fundos daquele acervo. Sua deferência para comigo foi manifesta nos obséquios para reprodução de cópias de alguns documentos muito preciosos para continuidade de minha pesquisa, além da reprodução de material, estes recursos tornaram possível a visita as cidades da região do salgado dos oitocentos(Vigia, Colares, Bragança).

As bibliotecas da PUC-SP e USP foram inestimáveis no levantamento de livros raros sobre a Questão Religiosa no império, tanto quanto a biblioteca e arquivo do Instituto de Estudos do Brasil/USP, neles consultando, acessei algumas referências como o Livro do Centenário, cujo panorama permitiu chegar na hipótese da construção de episcopado nacional mediando o catolicismo universal. Este arranjo foi fundamental para poder captar uma identidade dos bispos católicos na imprensa da época de varias províncias e fazer o cotejo com a documentação do Pará. Sem dúvida o manancial de fontes do Arquivo Público do Pará só honrou este estudo. As comunicações entre estado e igreja foram guardadas com esmero, o Fundo da Secretaria da Presidência da Província é um turbilhão de signos sobre os sujeitos e

[1] Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

suas instituições; as funcionárias Nazaré, Mara, Gorete e Jesus atenderam-me com solicitude, sua consciência sobre o repertório representado naquele arquivo é digna de menção, embora o estado não as tenha gratificado exemplarmente faço este reconhecimento. O Setor de Obras Raras, a Microfilmagem e Hemeroteca da Fundação Tancredo Neves foram significativos para constituição desta explicação sobre a centralização da igreja, sobretudo por ser o depositário de como os outros viram a igreja e a contra face deste olhar estampado pelos autores católicos e liberais, a bibliotecária Ediza, secundada por Carmelinda foram sempre diligentes. A Arquidiocese o Pará tem um arquivo muito especial, todo jornal católico A BOA NOVA encadernado, várias pastorais e instruções de D. Macedo Costa iluminam a trajetória do bispo na Amazônia, sendo este um dos primeiros a usar esta denominação para referir-se a toda região norte, à época compreendia duas províncias sob seu pastorado. Padre Ronaldo foi atencioso ao permitir o exame dos dossiês da igreja. O Centro de Cultura Cristã herdou a biblioteca do IPAR, instituto de ação pastoral, formado da cepa da teologia da libertação, tem completa a REB, Revista Eclesiástica Brasileira, esta publicação organizou a intervenção da igreja desde a fundação deste periódico, curiosamente também trasladou da Romanização à Opção Preferencial pelos Pobres até o novo conservadorismo do novo milênio. O Grêmio Literário Português completou minha caminhada nos arquivos do Pará, lá, outra Nazaré velou por mim e não cansou de apontar vários títulos inerentes à inquirição buscada, obtive uma copia transcrita e publicada da denuncia, processo e condenação contra os réus D. Macedo e D. Vital.

Aos professore(a)s da PUC preciso mencionar Denise Sant'Anna, Maria Izilda, Estefânia Fraga, Antonieta Antonacci, Maria Odila, Márcia D'Alessio como referência de convivência intelectual instigante sempre procurando sugerir inconformidade com as respostas primeiras. Dentre seus pares, Fernando Torres Londoño, foi o orientador escolhido por mim e pela colônia paraense sabedora de meus interesses, Ipojucan e Agenor serviram de embaixadores na celebração desta orientação, ratificada em Sevilha durante o Congresso de Americanistas. Não nos conhecíamos, a simpatia mutua cumpriu o seu papel e concorremos na relação dialógica para tecer este trabalho. Sevilha é maravilhosa, mas naquele calor causticante..., lembrava-me o calor de minha terra, enquanto Londoño salvou nosso encontro dizendo – é um charme ter minha primeira orientação com você aqui nesta cidade. Feita a orientação, nos encontramos de novo na Praça de Touros, mais uma vez identidade, não será de mais? ...; no 2º semestre de 2007, durante minha estadia na PUC, prof. Fernando investiu na articulação de um Grupo de Estudos de História da Igreja, dele fazíamos parte Edgar, Elton e eu; Maia ocupou-se conosco em algumas sessões, notas sobre ele serão reveladas *a*

posteriori; as leituras dos clássicos da sociologia da religião serviu para confirmarmos a identidade de grupo, outros alunos da pós de vez em quando por lá passavam como Moisés e Jane. O GT continua, recebo regularmente os relatórios de atividades.

Na qualificação, prof. Ney, continuou a cobrar mais precisão em relação à nomenclatura da igreja, sem dúvida há diferenças entre prelados e bispos, mas no século XIX isto não tem relevância para os interlocutores da igreja, assinalavam como sinônimos os campeões da igreja em luta com o liberalismo; prof. Márcia desconcertou-me ao interrogar porque grafava deus em minúsculo, causando na audiência de amigos um burburinho sobre as veleidades de minhas descrenças, também sugeriu a noção da atuação da igreja em redes.

O Clube Bocage sempre tem sido fonte de inspiração, para o bem, sobretudo, Petit como responsável pelo fornecimento de tabaco é o representante internacional, graças a este obtive a divulgação dos prenúncios de minha tese na língua espanhola em "Estado e Iglesia: Aliados y Adversarios do Siglo XIX. In: José Manuel Dos Santos Pérez; Pere Peit. (Org.). La Amazonia Brasileña en Perspectiva Histórica. 1 Ed. Salamanca: Aquilafuente Universidad Salamanca, 2006". Depois disso tem tornado-se um pouco arredio, só lhe empenharei mais tributos caso volte a regularidade de nosso clube. Rafael é um comparsa de história da igreja bandeado para ecologia e história, sempre foi atencioso revisando minhas propostas de trabalho, ele insiste que escrevo mais como ensaísta do que como um historiador cientista, característica mais ressaltada quando explano oralmente minha compreensão da escrita da história, partilhamos orientações de monografia de graduação que foram coroadas de êxito, quando lhe apresentei a idéia de solidariedade ativa entre igreja e estado estimulou-me a perseguir esta senda como um eixo da investigação desta tese, sou grato pelas inúmeras indicações bibliográficas, estudos e contatos, inclusive com o prof. Fernando. Maia é um amigo da época do movimento estudantil da graduação, mais recentemente podemos estreitar estes laços. A escrita em quatro mãos, embora esta expressão não faça sentido para mim, foi experimentada em alguns momentos, o suficiente para elaborarmos projetos conjuntos que tem nos alimentado como exemplo "UFPA: 1988 A 1997. Democratização, Crise e Mudanças. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira. Anos. Histórias E Memórias.. 1 Ed. Belém: Editora. (Org.). UFPA 50 Anos. Histórias E Memórias.. 1ª Ed. BELÉM: ESITORA UFPA, 2007, outros esperam no prelo. Na verdade eu nem devia ser grato a esse cara, meu recorte era do Concílio Vaticano a soltura dos bispos, ele convenceu-me sobre a importância do exame de todo o pastorado de D. Macedo, obrigando-me a estender a investigação muito além do projeto inicial. Esta aposta permitiu-me conceber a noção da formação de um Episcopado Nacional como mediador da expressão da igreja universal no Brasil, a exemplo de

outros paises aonde a disputa entre cultura católica e cultura liberal teceram corpos institucionais e culturais. Como colegas de bancada pudemos utilizar os dados catados nos documentos, tarefa tornada rotina nos arquivos por nós consultados, muitas outras dicas possíveis de interpretação acabaram sendo delineadas nas sessões solenes do Clube Bocage, estas contribuições não são saudadas apenas com este agradecimentos. A convivência em S. Paulo com Maia e Alves foi companheira, afinal, três homens passados dos quarenta dividindo casa não é algo tão costumeiro olhando nossas vidas pregressas, e confesso dizer, sempre muito atrelados as nossas respectivas mulheres, serviu para aproximar-mos, mas enquanto ficávamos na expectativa do nascimento do Zé Virgilio, fonte da aceleração do Alves, em todos os sentidos, dividimos os instrumentos e recursos comuns dos dois computadores que tínhamos até a chegada do terceiro. Alves também dividiu conosco a emoção do primeiro presente adquirido para o filho. Por convivermos com as pesquisas um dos outros, as notas nos sítios da rede eletrônica forma objeto de intensa troca.

Érika é fruto de uma parceira intelectual conquistada faz tempo, ela sempre testou minha capacidade para discutir religiosidade; quando me convidou para escrever sobre a morte e os mortos, ficava assombrado como alguém tão cheia de religião era capaz de pisar nos túmulos dos cemitérios sem o menor embaraço, pois no meu ceticismo sempre achei que não convinha provocar...; desde então temos traçado investigações juntos, sua contribuição, sem exigir reciprocidade, não se limita à confecção desta tese, atesta quanto à amizade é um poderoso sentimento de realização. Apresentou-me na Cúria Metropolitana de S. Paulo na época em que podíamos perambular pelas escadas em caracóis e a ambiência assemelhadas em quase tudo a uma biblioteca medieval, exceto pela iluminação que não era lúgubre, lá compilou algumas Cartas Pastorais de D. Lino, irmão de D. Macedo no episcopado, ofereceu-me sem sequer eu ter pedido. Glecylene copiou no APEP uma caixa de arquivo de correspondência do estado com a igreja; esta documentação serviu para sua monografia de conclusão de curso e para meu estudo.

Peço desculpas se não recordei alguém, espero ter honrado a todos, minhas opções são únicas responsáveis nesses escritos. Tantas vezes penso no socialismo que não consigo deixar de dizer - ainda há lugar...

RESUMO

Queria a igreja separar-se do estado? Queria o estado separar-se da igreja? Impossível reconhecer na hierarquia uma resposta positiva para esse dilema quando se percebe o vendaval de forças mobilizadas para a igreja permanecer na direção das almas e das instituições afeitas ao seu trabalho constante de regeneração religiosa e das estruturas necessárias ao aporte de recursos para o oferecimento de serviços simbólicos e dos serviços civis prestados por esta. Se alguns clérigos, no Brasil, a exemplo de outros estados nacionais, assumiram a responsabilidade de talharem um aparelho de estado segundo os modelos liberais de Inglaterra, EUA e França, nem por isso devemos atribuir a igreja ou a hierarquia à predileção por esse tipo de estado. Na década de 1870, os prelados "romanizadores" do Pará e de Pernambuco, D. Macedo Costa e D. Vital Lima, respectivamente, foram condenados à prisão por não levantarem o interdito imposto à Ordem Terceira do Carmo, conforme determinação do imperador, crime que lesava a autoridade deste sobre os assuntos religiosos, até então de alçada do poder civil. Essa condenação é o ápice do litígio entre estado e igreja no Brasil do último quartel do século XIX, pois desse momento em diante as alianças deste bloco de poder sofrerão outras crises (como, por exemplo, as procissões e círios civis, cemitérios, casamentos e registros civis), ganhando cada vez maior envergadura, levando à separação das duas instituições em 1890, pelo decreto da recente república. Esse tem sido o caminho percorrido pela historiografia ao investigar as relações entre estado e igreja. Notadamente, os historiadores da igreja têm assinalado a condição de subalternidade da igreja ante ao estado, visto aquela não controlar nenhum dos meios materiais necessários a sua reprodução institucional. A esse respeito, esse trabalho procura demonstrar os casos como dos bispados, na aurora da república, completamente desprovidos dos recursos necessários à continuidade da proposição católica, sendo imprescindível reaver as edificações, como igrejas, capelas, conventos e colégios, pois graças a estes a igreja conseguia, se fazer presente nos corações e mentes dos fiéis. Assim sendo, o mote da pesquisa é tentar perceber a relação entre igreja na Amazônia, estado e o episcopado nacional durante o pastorado de Dom Macedo Costa. PALAVRAS-CHAVE: Episcopado, Igreja, Estado, Liberalismo, Império.

PALAVRAS-CHAVE: Episcopado, Igreja, Estado, Liberalismo, Império.

ABSTRACT

It wanted church to separate up itself of the state? It wanted the state to break up itself of church? Impossible to recognize in the hierarchy a positive answer for this quandary when if it perceives the gale of mobilized forces to church to remain in the head of the souls and institutions to its constant work of religious regeneration and of the necessary structures to the apport of resources for offering of symbolic services and the civil services given by this. If some clergymen in Brazil, for example of other national states had assumed the responsibility to slash a statal apparatus according to liberal models of England, U.S.A. and France, neither therefore must attribute to church or the hierarchy to the predilection for this type of state. In the decade of 1870, the prelates " romanizadores " of Pará and Pernambuco, D. Macedo Costa and D. Vital Lima, respectively, had been condemned to the arrest for do not suspend the injunction determinate to the Carmo Third Order , according to determination of the emperor, crime against the authority of this about the religious subjects, until then of court of appeals of the civil power. This conviction is the apex of the litigation between state and church in Brazil of the last quarter of century XIX, therefore from this moment the alliances of this block of power will suffer other crises (for example, the civil processions and wax candles, civil cemeteries, civil marriages and civil registers), gaining more powerness ,and leading to the separation of the two institutions in 1890, by the decree of the recent republic. This has been the way covered for the historiography when investigating the relations between state and church. Notedly, the historians of church have designated the condition of secondary of church before the state, now that one does not control none of the necessary material ways to its institucional reproduction. To this respect, this work looks up to demonstrate the cases as of the bishoprics, in the born of the republic that were completely unprovided of the necessary resources to the continuity of the proposal catholic being essential to recover the constructions, such as churches, chapels, convents and high schools, therefore thanks to these church had obtained, to make present in the hearts and minds of the faithful. Thus being, the mote of the research is try to perceive the relation between church in the Amazônia, state and the national episcopate during pastorate of Dom the Macedo Costa.

Key-word: Episcopate, Church, State, Liberalism, Empire.

.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1: A INTERIORIZAÇÃO DO CATOLICISMO DIOCESANO NA AMAZÔNIA: GOVERNO DA IGREJA VISITAS PASTORAIS DE DOM MACEDO COSTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

1. 1 A Laicização e a sociedade amazônica.....22

1. 2. A ameaça Liberal e a inserção do protestantismo.....38

CAPÍTULO 2:A HIERARQUIA DA IGREJA CONTRA O MUNDO MODERNO

2.1. O processo de estruturação da igreja no Brasil.....68

2.2. Liberalismo Católico.....84

2.3 A secularização.....117

CAPÍTULO 3: LIBERAIS NA IMPRENSA

3. 1.Quem eram os Liberais.....134

3. 2. Consideremos a Questão Imprensa.....145

CAPÍTULO 4: QUESTÃO NAZARENA-QUESTÃO RELIGIOSA

4. 1. Procissão civil e procissão religiosa: de quem era N. S. de Nazaré.....211

4. 2. A política ultramontana.....236

CAPÍTULO 5: CIVILIZAR O SÉCULO

5.1 Estado, igreja, política e a sociedade.....253

5.2 A Igreja, o Estado e Saldanha Marinho.....285

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....325

DOCUMENTOS E BIBLIOGRAFIA 347

ANEXOS.....378

INTRODUÇÃO

Queria a igreja separar-se do estado? Queria o estado separar-se da igreja? Impossível reconhecer na hierarquia uma resposta positiva para esse dilema quando se percebe o vendaval de forças mobilizadas para a igreja permanecer na direção das almas e das instituições afeitas ao seu trabalho constante de regeneração religiosa e das estruturas necessárias ao aporte de recursos para o oferecimento de serviços simbólicos e dos serviços civis prestados por esta. Se alguns clérigos, no Brasil, a exemplo de outros estados nacionais, assumiram a responsabilidade de talharem um aparelho de estado segundo os modelos liberais de Inglaterra, EUA e França, nem por isso devemos atribuir a igreja ou a hierarquia à predileção por esse tipo de estado.

Dada importância de Dom Antônio de Macedo Costa como um dos pivôs da chamada Questão Religiosa, por isso opto por um quadro imediato sobre esse personagem. Nascido no engenho Nossa Senhora do Rosário de Copioba, em Maragogipe, na província da Bahia, Brasil, no dia 7 de agosto de 1830. Seus pais foram José Joaquim de Macedo Costa e Joaquina de Queirós Macedo. Toda a informação que temos sobre este advém da própria igreja que tem nele não um santo, mas um doutor da fé do catolicismo diocesano, por isso é corrente colocá-lo desde sempre no caminho da instrução religiosa e da própria igreja, portanto, logo aparece ingressando no seminário da Bahia no dia 31 de dezembro de 1848, para continuar seus estudos eclesiásticos na França, no período de 1852 a 1854 no Seminário de Saint Celestin, em Bourges; e de 1854 a 1857 no Seminário de São Sulpício, em Paris. A ordenação de presbítero é de 19 de dezembro de 1857, aos 27 anos, sagrado pelo Cardeal Arcebispo de Paris, François Nicholas Madeleine Morlot (1795-1862).

A láurea de Doutor em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, foi obtida no dia 28 de junho de 1859. Dom Romualdo de Seixas, Arcebispo de Salvador, mas que outrora fora presbítero no Pará, prestigia-o com apresentação de seu nome ao Imperador do Brasil, Dom Pedro II, com quem terá diatribes, à Santa Sé no dia 23 de março de 1860. No dia 20 de dezembro de 1860, o Papa Pio IX confirma a nomeação do Padre Dr. Antônio de Macedo Costa como 10º Bispo do Pará, aquele que irá sustentar a campanha da autonomia para igreja frente ao estado, sucedeu a D. José Afonso de Moraes Torres, também da mesma cepa do catolicismo romanizado. Isto posto, em 21 de abril de 1861, sob a graça do Internúncio

Apostólico no Brasil, Dom Mariano Falcinelli Antoniacci, o bispo é sagrado. D. Antônio toma posse no bispado por procuração no dia 23 de maio de 1861; pois só chegará a Belém no dia 24 de julho.

A entrada solene na catedral teve de esperar o 10 de agosto de 1861, e nesta ocasião já faz presente sua pena através da publicação de sua primeira Carta Pastoral, com data de 1º de agosto. Na década seguinte, seu governo episcopal defronta-se com a chamada "Questão religiosa", culminando na prisão e posterior condenação no dia 28 de abril de 1874, na qual deveria cumprir quatro anos, com trabalhos forçados por crime de sedição, em sua companhia na condenação estava Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda e Recife e precursor do conflito aquém acorreu em socorro D. Macedo Costa. Passado quase trinta anos, no dia 26 de junho de 1890, o já aclamado campeão do catolicismo é nomeado para a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, no entanto acabou por falecer em Barbacena, Minas Gerais, no dia 20 de março de 1891, sem ter ocupado o sólio primacial que era o topo da hierarquia católica. Conferir Lustosa. D. Antonio Almeida. D. Macedo Costa (bispo do Pará). Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1979.

Na década de 1870, os prelados "romanizadores" do Pará e de Pernambuco, D. Macedo Costa e D. Vital Lima, respectivamente, foram condenados à prisão por não levantarem o interdito imposto à Ordem Terceira do Carmo, conforme determinação do imperador, crime que lesava a autoridade deste sobre os assuntos religiosos, até então de alçada do poder civil.[1] Essa condenação é o ápice do litígio entre estado e igreja no Brasil do último quartel do século XIX, pois desse momento em diante as alianças deste bloco de poder sofrerão outras crises (como, por exemplo, as procissões e círios civis, cemitérios, casamentos e registros civis), ganhando cada vez maior envergadura, levando à separação das duas instituições em 1890, pelo decreto da recente república.

Esse tem sido o caminho percorrido pela historiografia ao investigar as relações entre estado e igreja. Notadamente, os historiadores da igreja têm assinalado a condição de subalternidade da igreja ante ao estado, visto aquela não controlar nenhum dos meios materiais necessários a sua reprodução institucional. A esse respeito, Sergio Miceli procura demonstrar o caso do bispado do Espírito Santo, na aurora da república,

[1] Cf. João Fagundes Hauck *et alii*. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir de um povo – segunda época.* Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulinas, 1992, tomo II/2; Eduardo Hoornaert (org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

completamente desprovido dos recursos necessários à continuidade da proposição católica, sendo imprescindível reaver as edificações, como igrejas, capelas, conventos e colégios, pois graças a estes a igreja conseguia fazer-se presente nos corações e mentes dos fiéis[2].

A aproximação mais eficaz entre estado e igreja só foi aplainada na década de 1930 no prelado de D. Sebastião Antonio Leme, posteriormente Cardeal do Rio de Janeiro, quando foram assegurados o primado do ensino religioso católico nas escolas públicas, o direito da igreja promover o ensino em sua própria rede, e mais significativamente o reconhecimento da propriedade sobre os templos e outras propriedades. Junto aos templos, o direito à intervenção na educação através das escolas católicas conforma um campo de resistência para a igreja formar católicos e, na medida do possível, cidadãos para a república.

Porém, o século XIX atesta algumas das dificuldades enfrentadas pela igreja para manter-se como parte constitutiva do estado; isto é, a modernização e a modernidade já haviam penetrado na igreja, apesar da resistência do catolicismo em ajustar-se à nova ordem social que preservava o caráter laico do estado. Esta teve assim de suportar as investidas do liberalismo dentro de sua própria *intelligentsia*, como foi o caso de Lemmanais, católico francês, por exemplo, nos anos de 1830, anuncia sua adesão aos livres-pensadores e sustenta não haver nisso incompatibilidade com o catolicismo[3].

---

[2] Sérgio Miceli. "A gestão diocesana na República Velha". *Religião e Sociedade*. São Paulo, v. 12, n. 1, ago. 1985.

[3] Durante um tempo fora padre Lamennais um Ultramontanista convicto, em defesa da infalibilidade papal e do primado do catolicismo com o substrato que dirige a sociedade contra o perigo da revolução devendo ser combatidas todas às iniciativas liberais que ameacem a ordem celestial imposta no mundo pelo próprio Deus. Em breve revisaria seus princípios mais caros e reconheceria a necessidade de advogar a separação completa da igreja e do estado como uma condição para que a igreja não fosse mais afetada pelo universalismo que tanto pretendia a igreja. Para tanto, os padres não mais deveriam portar-se como funcionários públicos, logo deviam recusar serem sustentados pelo pagamento do estado. Na contramão de anteriormente, postula que a igreja estabeleça sua conversão aos tempos modernos através da identificação com a cultura do liberalismo político. Essa postura foi recusada *in Limine* pela hierarquia da igreja, chegando mesmo a deturpar e a censurar seu pensamento. Mobilizando apenas as teses que achavam necessário aos interesses dos ultramontanos, porém isso não impediu que suas contestações liberais pudessem influenciar movimentos socialistas liberais e cristãos católicos. O próprio papa interveio contra Lamennais ao lado dos bispos franceses condenando suas teses como incendiárias e promoveriam a causa da heresia das falsas idéias de liberdade. Aparentemente, Lamennais aceitou a decisão do papa Gregório XVI, formulando seus próprios termos, mas pressionado pela hierarquia resolve romper com esta e ratifica seu postulado liberal católico ou católico liberal, do qual nunca se separará. Alguns de seus comentadores sustentam que seu pensamento fora matizado por formas deistas, panteístas e naturalistas. Se inicialmente insurge-se contra a chamada igreja galicana acaba por solidificar sua superação tanto quanto ao ultramontanismo. Conferir esse debate em Boutard, Charles *Lamennais, sa vie*

A Santa Sé compreende a necessidade de lapidar as diferenças entre os católicos a partir de seu "modo de ser católico" sobre as outras "catolicidades". Investindo contra as formas rebeldes como os liberais e maçons, esta procura solidificar um sentido de espiritualidade como querigma (projeto salvífico), ao mesmo tempo conservando seu poder temporal. A identidade religiosa dos católicos será a frente da principal batalha travada entre a igreja e o estado e, entre aquela e os outros "modos de ser católico".

A convocação do Concílio Vaticano pelo papa Pio IX objetivava intervir contra a secularização crescente apontada pela igreja como um dos maiores males do século. Acorreram a esta reunião todos os "modos de ser católicos", particularmente os liberais ao verem a possibilidade de depurarem as marcas do conservadorismo que impediam o diálogo com a sociedade triunfante da revolução burguesa; de outro lado, participou do concílio igualmente o campo conservador que esperava ratificar uma única entidade estado/igreja, já que não estava disposto a fazer novas "concessões", quanto mais se estas implicassem de algum modo na limitação de sua capacidade de intervenção política e social. Com efeito, é preciso salientar que as contradições econômicas decorrentes do problema das propriedades da igreja já estavam em processo de resolução como se podia atestar pelas concordatas entre Napoleão e a igreja, durante o início do século, contudo as formas transitórias de um regime a outro (separação igreja/estado) comportaram mais conflitos.

Obviamente nem todos os prelados católicos estavam afiliados a algum dos campos. A tendência ao acirramento foi promovida em larga escala pelo afastamento da igreja do núcleo do poder do estado, com conseqüente perda dos materiais a viabilizarem sua reprodução institucional. Embora a intolerância católica com a modernidade, com outras denominações cristãs e outras religiões possa ser pensada como uma história à parte, estamos interessados em demonstrar como esse veio é integrante da romanização que determinava uma punição aos católicos solidários a outro *modus videndi*.

---

et doutrinas dos ses 3 vol. (Paris: Perrin, 1913). J. -b. En *social France de du Catholicisme dos débuts de Duroselle Les (1822-1870)* (Paris: Imprensas Universitaires de France, 1951). Rémond, René *Lamennais et démocratie do la* (Paris: Imprensas Universitaires de France, 1948). Stearns, Peter N. *Padre e revolucionário: Lamennais e o dilemma de Catholicism francês* (York novo: Harper e fileira, 1967). Vidler, Alexander R *Prophecy e Papacy: Um estudo de Lamennais, da igreja e da volta* (Londres: Schribner, 1954). Para a questão teórica propriamente dita entre um primeiro e um segundo Lamennais ver Hugues Portelli. *Gramsci e a Questão Religiosa*. Ed. Paulinas SP. 1984.

D. Macedo Costa, modelado na fornada da romanização, participante de primeira hora do concílio, toma assento ao lado dos conservadores quanto à pertinência de um poder temporal para igreja. Apesar da autoridade da Santa Sé sobre assuntos espirituais ser observada, o cerne do conflito estado/igreja está na obediência devida pelos clérigos a esta última, e não ao regime do padroado como fora até então. O bispo do Pará, desde cedo tomara um conjunto de procedimentos visando estabelecer essa hegemonia contra um campo liberal. Para tanto, cuidou da formação de um clero sintonizado com os ventos da "romanização", inclusive com o envio de seminaristas para Europa, identificados com o projeto ultramontano[4]; procurou acompanhar de perto através de visitas pastorais[5] o seu rebanho, com a imposição dos valores da Santa Sé; e, delimitou a igreja como o escudo da tradição contra o secularismo.

O debate em Espanha sobre a separação estado/igreja também fora matizado pelas forças religiosas do ultramontanismo de um lado e do liberalismo de outro. A esse respeito Emilio La Parra López no seu trabalho I*glesia y grupos políticos en el reinado de CarlosIV* explica a pertinência do catolicismo ainda que historicamente subordinado ao estado na Península Ibérica tenha se insurgindo contra a separação, bem como clamava aos católicos a colocarem-se em guarda contra a penetração dos liberais no domínio e mando *stritu sensu* de corações e mentes. É pois no campo da reação que a

[4] Raymundo Heraldo Maués. "As atribulações de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem dosséculo XIX, ou como a política mexe com a igreja católica". In: Marin, Rosa Acevedo (org.) *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA, 1998, pp. 139-52.

[5] Típica correspondência encontrada na pasta entre a diocese e o governo da província sob a guarda do Arquivo Público do Pará. Fundo Secretaria da Presidência da Província. Série 13, Ofícios, Caixxa nº 291 a 328. As outras correspondências são deste mesmo fundo.

"Vigaria Geral do Pará 28 de Novembro de 1872.

Il.mo e Ex.mo Senr

Tenho a honra de Comminicar a V. Exª embarcando o Ex.mo Senr. Bispo Diocesano na noite de 25 do corrente my para a visita pastoral na cidade de Bragança e freguesias Circunvizinhas me deixou encarregado do Governo do Bispado, o que levo ao conhecimento de V. Exª, para fins convenientes.

Deos guarde V. Exª

Il.mo Ex.mo Senr. Abel Graça

Vice- Presidente desta Provincia.

O Conego Sebastião Borges de Castilho"

igreja católica espanhola vai operar para impedir uma revolução moral e intelectual nos termos nascidos da revolução burguesa[6].

Ignacio Telesca discutindo sobre a reorganização da igreja no Paraguai, aponta a postura da Santa Sé em conformar um clero católico mais identificado com essa política do ultramontanismo que observa uma estreita disciplina ao papa ao mesmo tempo em que controla o modo de ser católico dos paraguaios. No Brasil, Riolando Azzi encontra o projeto ultramontano em ação nesse período através da substituição da primazia do catolicismo tradicional popular pelo catolicismo diocesano, tendo ainda que estruturar uma forma própria de fazer política já que parte significativa do clero estava embebida de política liberal.

Paradoxalmente, todas essas investidas da hierarquia religiosa foram supridas com recursos materiais do estado, e mesmo através da cúmplice intervenção do laicato através da destinação de fundos para suprir as necessidades materiais, enquanto solidariza-se com a cuidadosa formação de clérigos no seminário maior de onde saem os vocacionados da batina. Não por acaso a igreja desenvolverá uma luta encarniçada pelo patrimônio da religião mesma, alegando sua legitimidade sobre as questões religiosas enquanto tenta subordinar essas outras "catolicidades".

Um tempo conturbado para católicos que, perfilados ao estado, ou perfilados à igreja, dividiam suas lealdades e identidades. Consumiam suas ideologias enquanto exacerbavam suas políticas de modernização e modernidade. Naquele fim de século, os católicos assistiram enquanto intervinham na edificação de um estado laico, mas fortemente marcado pela presença da cultura religiosa do catolicismo. Deste modo, perceber os nexos de continuidade e as fendas de ruptura entre 1861-1890, período do início do bispado de D. Macedo confrontando a Questão dos Seminários, do Concílio Vaticano, da Questão Religiosa, da Questão Nazarena, da Questão Escrava em paralelo à estruturação de um poder civil que se quer mais laico é a ambiência desse estudo. Nele abordaremos como o estado comportou essa dimensão de laicidade enquanto continuava permeável à cultura religiosa do catolicismo.

[6] Cf. em Hispania Nova revista de História Contemporânea. No artigo Cultura clerical e folia popular, Lopez irá fazer um panorama da luta entre as formas jansenistas, ultramontanas e liberais pelo núcleo de poder da igreja católica. Nessa linha, a hegemonia jesuíta conseguiu salvaguardar grande margem de manobra para conter os avanços liberais, enquanto colocava o clero no formato de uma eclésia militante pela causa da Santa Sé, ou seja, a infalibilidade do papa-rei e o direito espiritual e secular dessa autoridade.

O veio de estudo sobre a separação estado/igreja tem sido explorado sobremaneira pelo viés da laicização do primeiro, porém sempre demonstrando como exemplo desse processo a fragilização da última após consumada a separação das duas estruturas. Autores como Pedro Ribeiro de Oliveira, Roberto Romano e Márcio Moreira Alves consagraram uma explicação sobre a modernização do estado brasileiro pela constituição de um ente político com uma moral própria simétrica à cultura de um liberalismo tardio e em oposição à igreja[7]

O caso brasileiro, no qual estado/igreja compõem um único ente, teve de lidar com um enraizamento das práticas jurídicas e políticas elaboradas à sombra da afirmação de um bloco de poder uníssono quanto ao projeto saído da independência. Desde a expulsão das ordens religiosas, a concorrência entre estado e igreja fora substituída, pela subsunsão da última pela primeira, gerando rapidamente uma incorporação dos valores da autoridade do estado. Curiosamente, a igreja não se pensara como algo distinto do estado, pelo menos até 1870. Isto porque o estado também não havia se apresentado como algo diverso desta. A constituição de 1824 assegurava o monopólio de fé para o catolicismo, com a salvaguarda de religião do império. Destarte, não há no horizonte uma espetacular ameaça para a separação do trono do altar.

Esta aliança visava preservar as forças da tradição do "arrogante" liberalismo. Entretanto, o liberalismo no Brasil soube ousar ao não colocar em evidência a separação entre estado e igreja. Contribuiu para esta posição o fato do liberalismo contar entre seus quadros com clérigos e religiosos defensores da política liberal, mas sem necessariamente considerarem essa postura como uma falta de fidelidade aos mandamentos da igreja. Desde já é preciso frisar que não se trata de um liberalismo às avessas, mas é preciso compreender o papel criativo do liberalismo que pôde conviver como uma ideologia comum ao partido conservador e ao partido liberal.

Dado o embricamento da igreja com a política, e não apenas do clero, é crível que o estado não visse a instituição eclesiástica como um concorrente, como esta tenderá a se apresentar quanto às questões do cemitério civil e do registro civil (casamento, batizado, óbito). De tal sorte que o estado não podia prescindir da igreja e

[7] Cf. Marcio Moreira Alves. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979; Roberto Romano. *Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós livraria e Editora, 1979; Pedro Ribeiro de Oliveira. "Religião e dominação de Classe; o caso da 'romanização'". *Religião e Sociedade*. São Paulo, v. 6, n.17, nov. 1980.

de sua ramificação para continuar a gestar seu poder de intervenção e coesão social; a igreja também dependia decisivamente dos recursos, levantados pelo estado, para promover sua proposta de evangelização; desse modo, devemos atentar para uma solidariedade ativa na condução dos negócios civis e dos negócios eclesiais.

São significativas, entretanto, as duas estruturas: os negócios civis destinados à cultura da esfera secular, e os negócios eclesiásticos destinados à esfera sagrada. Portanto, apesar das duas esferas encontrarem-se no estado, podemos perceber como as duas estruturas sinalizam sentidos complementares, porém opostos. Notadamente, a noção de separação entre estado/igreja é sintomática do amadurecimento de uma concepção de modernidade assentada não na sacralização do poder temporal, mas antes na constituição de uma ética civil.

A identificação do estado como um perseguidor da igreja apontado pelo clero "romanizado" também não encontra sustento senão no argumento proselitista, pois como é sabido, a hierarquia católica sempre pôde contar com o auxílio do estado na legitimação do seu modo de fé. Não é à toa que a igreja considera as formas de religiosidade popular e de suas formas de cura como um subproduto da ignorância, e cerra fileiras ao lado do estado numa cruzada de ilustração.

Por fim, estado e igreja souberam experimentar o liberalismo e direcionaram suas posturas para a circunscrição de um estado liberal e católico. Com efeito, esta aliança sucumbiu graças ao apelo do ultramontanismo em converter o clero católico brasileiro em adversário da modernidade, confiando na expectativa de manter sua posição no bloco histórico.

CAPÍTULO 1

A INTERIORIZAÇÃO DO CATOLICISMO DIOCESANO NA AMAZÔNIA: GOVERNO DA IGREJA E VISITAS PASTORAIS DE DOM MACEDO COSTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

1.1 A LAICIZAÇÃO E A SOCIEDADE AMAZÔNICA

Durante a segunda metade do século XIX, o Bispo do Pará, Dom Macedo Costa tomou assento ao lado dos conservadores quanto à pertinência de um poder temporal para igreja, não se trata de uma tendência nova, desde o século IV há um debate entre os riscos de secularização da igreja. "Meu reino não é deste mundo" delimita não apenas uma preferência, mas uma essencialidade no tocante a experiência religiosa. Um reino de outra ordem cujo élan precisa ser compreendido dentre as profissões de fé contidas nessa religião. Contudo, o poder simbólico foi viabilizado ao lado dos escombros da instituição religiosa do império romano possibilitando a nascente igreja herdar recursos e suportes materiais de grande envergadura para plasmar seu sentido na experiência quotidiana da sociedade.

Depois de quase dois mil anos ficou naturalizada a noção de igreja e estado confirmados numa só estrutura, porém o natural foi cedendo cada vez mais ao sentido histórico da organização da igreja e do estado conferindo expectativas bem distintas às duas ordens, cristalizando dois mundos descritos, grosso modo, como o antigo regime e os modernos regimes oriundos das revoluções burguesas. Seria preciso uma longa marcha para a igreja poder digerir as muitas transformações em curso, sobretudo quando estas penetraram na igreja alargando sua capacidade de conviver com outros modos de perceber e conceber o mundo, obrigando-a arriscar-se na concorrência para continuar a fazer a oferta de seu capital simbólico, não apenas religioso "stritu sensu", mas envolto numa descoberta das muitas ferramentas nascidas na esteira da modernidade[8], mas que podiam ser colocadas a serviço da tradição. Rodrigo Portella

[8]. Pierucci, é *"segundo violino"*. A laicização do Estado, a separação das esferas civil e religiosa, a laicização do Direito, do lazer, da música, das artes e, particularmente, da ciência, fizeram com que a religião se deslocasse de seu centro irradiador de impacto de influência e poder de coesão totalizante sobre a vida social e cultural, e, portanto, sobre a vida e as escolhas do indivíduo (PIERUCCI: 1997). Mais que nunca o indivíduo torna-se livre, autônomo também na esfera simbólica, tornando a identidade social (inclusive religiosa) algo privado, embora tal liberdade pouco tenha a dizer e influenciar, em suas escolhas éticas ou cognitivas, o todo social e as instituições sociais (MARTELLI: 1995, p.302)". Essa condição não esta plenamente desenvolvida no século XIX, mas se aprofundará com "... fragmentação,

faz uma síntese do debate se apropriando da formulação de Martin para demonstrar como o sujeito é alçado à condição de sua própria medida sem ter de recorrer à tradição para poder compor sua concepção de mundo cada vez mais a margem das instituições, tendo na razão sua condição para refletir e intervir no mundo. Essa situação provocada pela dupla revolução burguesa tendeu a minorar o papel da igreja, mas também do estado na constituição de uma única totalidade. Nesta senda, Pierucci e Martelli percebem uma intensificação do individuo como agente livre e responsável por suas opções sem estar atado ao modo como a instituição religiosa consagrou, senão vejamos:

> "...A Modernidade se caracteriza pela colocação do indivíduo como medida e como fim. O ser humano, em sua individualidade e racionalidade, de certa forma substitui o centro anterior, a saber, um cosmo sagrado, com suas derivações encompassadoras de sentido e norma, gerido por instituições religiosas que davam a coesão social e cultural e que alocavam o centro de sentido para além do ser humano. A Modernidade, no entanto, coloca o ser humano como medida de si, de suas relações e do universo, a partir de uma lógica cartesiana e de uma moral kantiana. Já não seria mais o cimento da coesão cultural-social ditado pela religião o que daria o sentido ordenador da realidade e do social, com suas mediações, mas doravante a própria racionalidade, a própria independência de escolha racional centrada no indivíduo autônomo[9]

Pensar em termos de milênio fez da igreja um poço de tolerância, assim acreditam os modernos teólogos. Talvez retoricamente assim possamos representar a permanência da igreja católica até o presente, mas ao período de cada combate, ela revelou uma disposição expressiva para continuar a validar seu papel de mediação dos homens com o transcendente, ao lado da direção orgânica das coisas temporais, afinal sempre não tinha sido assim?

Seguir seu calvário é o *telos* da igreja, sem esse catalizador místico ela seria incapaz de comunicar sua mensagem de boa nova. Depurar o clero daquelas influencias declaradamente

---

atomização e autonomia no cenário social. Aliás, num mundo não secularizado, de aura religiosa, "escolhas" é um termo que não tem muito sentido, pois se insere, privilegiadamente, justamente no contexto moderno secularizante. Enfim, a religião, entendida aqui principalmente como instituição religiosa reguladora tradicional, já não tem o poder de regular o universo cultural, social e pessoal, perdendo sua marca de definidora da totalidade social e individual, do mundo". A igreja lutará obstinadamente para que não lhe escape a condição de totalizadora propondo aos indivíduos a validade de seu ethos para conduzir a humanidade no devir, para tanto irá se apropriar da razão, mas esclarecida pela fé; enquanto os indivíduos justificam na modernidade sua independência para conformar suas experiências religiosas, políticas, estéticas e sociais na sociedade secularizada. Conferir Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2006 / pp. 71-87. ISSN 1677-1222

[9] MARTIN: 1996, p. 33-34.

nefastas a livre difusão de sua proposta religiosa foi além de uma preocupação formal, requereu a elaboração de uma síntese nova a permitir a mudança na/da permanência; essa ação foi engendrada graças às ferramentas disponibilizadas pela modernidade como, por exemplo, a imprensa[10]. Esse poderoso veículo para difundir o modelo de experiência religiosa esperado pela hierarquia católica afinada com a centralização e a concentração de poder no bispo de Roma.

Encontrar quadros no clero com esse perfil não era impossível, provas são inúmeras de Antístenes declaradamente fies ao catecismo católico combatente da modernidade que subtraia poder, privilégio e carismas da igreja de Roma, e defenderam com afinco a manutenção das prerrogativas do catolicismo; aqui se encontra a opção da igreja pelo combate à modernidade[11] através da eleição de uma militância para ostentar as armas da igreja em seu favor, obviamente tentando demover as posições de mando, prestigio e valor porventura alcançando pela cultura liberal, doravante campeã da modernidade e maior desafeto do catolicismo romano.

Coube em cada lugar de inserção da igreja a confecção de institutos de formação, a exaltação de determinados cultos em detrimento de outros, a aprovação de organismos de vivencia religiosa do laicato nos termos definidos pela igreja, particularmente no que tange a disciplina do clero e do laicato à autoridade do bispo, por sua vez subordinado ao papa.

---

[10] Oscar Lustosa organiza um estudo introdutório sobre a ação dos bispos e a imprensa desde o século XIX, até sua consolidação como política diocesana para plasmar a concepção de mundo da hierarquia católica no seio do catolicismo. É preciso frisar que o catolicismo não teve sempre a necessidade de colar-se em acordo com a hierarquia religiosa, essa articulação é fruto de uma intervenção particular da liderança dos bispos quando perceberam a importância de estabelecer uma identidade a moldar o caráter do catolicismo apostólico romano. Durante a romanização isso fica evidente por muitas propostas de circunscrever o católico, e a imprensa é o um recurso nascido da modernidade para imprimir esse sentido de pertença à religião. Até 1860, no Brasil, há uma multiplicidade de periódicos, mas a avalanche é a década de 1870, quando a querela da igreja é alçada a uma questão de estado, porém sem um direcionamento homogêneo do episcopado que não existia senão como a tradição galicana em processo de conversão de preposto romano, caracterizado mais pela postura do bispo e seus acólitos. Somente na república houve esse direcionamento com a Liga da Boa Imprensa de 1909, depois de palmilhada orientação jurídica, pastoral, programática e de projetos discutidos em congressos e reuniões nos quais se conformaram estatutos, regulamentos, além do contato com a experiência européia; em suma, a intelectualidade católica junto com a igreja conclui pela necessidade de profissionalização para gestão dos recursos humanos e finanças para atuarem na imprensa. Se o modo artesanal perdurou até a Questão Religiosa, posteriormente se vislumbrava a consolidação e organização, contudo ainda havia as limitações do padroado, prova disso, segundo a igreja, foi à barreira erguida pelo governo contra a Associação Católica Fluminense, situação só rompida com proclamação da república. Ver: Lustosa, Oscar Figueredo. Os Bispos do Brasil e a Imprensa.

[11] Faustino, Evandro. O catolicismo em S. Paulo no 2º império e o dilema da modernidade. São Paulo – Dissertação de Mestrado/USP, 1990. Do mesmo autor O renitente catolicismo popular. São Paulo – Tese de Doutoramento/USP, 1996. Sustenta a ação do bispado reformador como um agente da tradição com vistas a assegurar o poder temporal e espiritual da igreja através de uma pastoral de infundir o modelo diocesano entre o clero e o rebanho. Dada a situação da influencia iluminista sobre o clero que se propagou até o século XIX, segundo Augustin Werner, deveria o bispo trazer os católicos para servir a religião tomando as orientações do bispo como parametros na convivência da igreja subsumida a sua autoridade.

Ao longo do século XIX, a igreja conformou essa *eclesia militans*, expressão criada por Klaus Kaustky para descrever a intervenção da igreja ao tornar-se o ópio do povo; Marx percebeu o papel entorpecente da igreja ao veiculá-la às forças da tradição e acentua esse tônus em a C*ritica à Filosofia do Direito* à capacidade para se moldar segundo as exigências do tempo para continuar a ser parte do bloco de poder. Trazer à diocese, por conseguinte às paróquias era o desafio da hierarquia na montagem de uma audiência simpática às posições da igreja, para tanto, não havia receita do *modus operandi*, mas havia um programa[12] bastante contraditório na tentativa de combater a modernidade enquanto incorporava a modernização[13]. Isto fica evidenciado no episcopado de Antonio, bispo do Pará, como este sempre assinava suas Cartas Pastorais, artigos na imprensa, na correspondência oficiais e missivas pessoais. Religião e civilização é o ethos consagrado por D. Macedo Costa ao longo dos 29 anos quando ocupou o solidéu do Pará, na verdade incorporava toda Amazônia, quando finalmente conseguiu o aceite do império e do papa pra criação do bispado do Amazonas[14], e posteriormente quando se preparava para ocupar a primazia entre seus irmãos como Metropolita da Bahia deixou consolidado um episcopado nacional e não um mero ajuntamento de bispos como testemunha a 1ª Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil.

Ciente das responsabilidades, D. Macedo vai desde cedo perseguir o desejo de reformar a experiência dos católicos da Amazônia, tempo no qual também se está inscrevendo o significado da Amazônia como uma realidade especifica fisiográfica e cultural, porém muito distante da idéia de compartilhamento de valores da sociedade nacional com os valores autóctones, entrevia um descalabro da diluição daqueles que deveriam representar a força

---

[12] As bases da reforma da igreja eram a autoridade papal temporal e espiritual, secundada pela autoridade dos bispos, independência do governo da igreja ao estado, unificação litúrgica, moralização do clero, reorganização dos seminários, a unificação do ensino catequético, a ampliação da presença eclesial na educação formal, o combate à heresias e a cristianização dos acatólicos, em suma, a implantação do modelo diocesano em contraposição ao catolicismo tradicional do padroado por um lado e do catolicismo popular por outro. Ver: WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX.* São Paulo: Ática, 1987. Contudo, a compreensão e a confecção destas metas sofreram medições nas dioceses e paróquias não tanto pela formação como sustenta Wernet, mas graças às expectativas já confirmadas pela modernidade que garantia sobremaneira ao sujeito sua individualidade contra a totalização pressuposta pela igreja.

[13] Costa, D. Antonio Macedo. Memória sobre a situação presente da igreja no Brasil.

[14] No Instituto Histórico e Geográfico do Brasil há a primeira carta de D. Macedo endereçada ao Marquês de Abrantes datado de 8/11/1862 (Belém) fazendo ver a necessidade da criação de um Bispado na província do Amazonas devido a enorme extensão do bispado do Pará para ser acompanhado da sede em Belém, testemunhando quão utilíssima seria essa instituição para o projeto civilizatório do império. Eis a contradição do padroado, não há independência da igreja para criar um bispado, precisava da chancela do estado para ultimar sua concretização. Podemos observar quão longe se estava do impasse separação igreja e estado. Ao se dirigir a uma autoridade do estado, D. Macedo reivindica os recursos sagrados na constituição de uma religião oficial do estado e não ver motivo de pesar, ao contrário demonstra a relevância para ambos de se instituir um alargamento da rede religiosa para assistir aos súditos do império.(Coleção Dom Antônio de Macedo Costa, Correspondência ativa (rascunhos e cópias), Lata 412).

civilizadora na índole macilenta da floresta e dos rios, chegando até a incorporar seus valores no correr dos dias ao creditar validade às crenças caboclas sobre seres encantados da natureza. Proclamar o ideário católico, considerando as condições que encontra é um trunfo ainda reclamado por seus defensores, apostolando nas capitais do Pará e Amazonas, mas também em Silves, Vigia, Barcelos, Tabatinga, Santarém, S. Gabriel e Porto de Moz, percebemos nesse percurso a confirmação de um modo de sentir e transmitir a mensagem religiosa do catolicismo fundado num largo movimento conhecido como ROMANIZAÇÃO[15].

O sentimento de missão foi atualizado no seu pastorado, mas seria injustiça não tributar aos antecessores D. Afonso de Moraes Torres[16] e D. Romualdo Coelho[17] a uma linha de força interligando ao bispado de D. Macedo Costa; uma cadeia de bispos do século XIX esteve debruçada na orquestração de um catolicismo centralizado na convivência da diocese, enquanto descurava as formas 'exóticas ou esotéricas' experimentadas por católicos que ficavam na

[15] Wernet resumiu o conflito entre estado e igreja como uma reação ao racionalismo iluminista fundado na Revolução Francesa devido ao processo de descristianização contido nesta, embora eu prefira o termo secularização, pois significava a opção dos sujeitos dirigem suas consciências se estarem bitolados pela igreja. De toda forma, a hierarquia compreendeu o esvaziamento de seu poder temporal e espiritual, e ofereceu sua concepção de ordem contra "anarquia" nascida da revolução procurando manter-se no bloco de poder como salvaguarda moral e mística da ordem tal como tradição havia consagrado as relações ente estado e igreja. Ao longo do século fica mais evidente para igreja bem cumprir seu objetivo deveria sujeitar a razão, a ciência, o sujeito e o estado à fé. O elemento da autoridade papal foi o recurso mobilizado para validar essa incursão no século com a aprovação do dogma da infalibilidade do papal, única efetiva realização do Concílio Vaticano I. Se autoridade é o elemento de baliza, este encarna nos bispos, mediada pelos padres e intelectuais para efetuarem a romanização como um meio de estabelecer a centralização política desde Roma até o católico. WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX.* São Paulo: Ática, 1987, p 178-181.

[16] D. José Afonso de Moraes Torres, nascido no Rio de Janeiro, educado pelos Lazaristas, ordem religiosa de grande importância no Brasil por ser o centro de excelência para formação do catolicismo nos quadros determinados pela Santa Sé, apartado, portanto da tradição da formação brasileira reputada como a responsável pela formação bastante deficiente dos padres nos negócios eclesiásticos e pouco interessados nestas, preferindo a vida política. Esta preocupação do novo bispo com a formação de padres pode ser detectada na instituição de seminários ao longo de sua diocese que era a maior do Brasil, devido às distancias da Sé do Pará com suas paróquias resolveu eleger alguns núcleos para executar essa política. As cidades de Manaus (Comarca e Vigária geral do alto Amazonas), Óbidos (Comarca de instancia inferior, mas localizada no médio Amazonas) e Cametá (cidade nas margens do Tocantins paraense, principal frente de interiorização da ocupação e desbravamento do território) foram premiadas com essa distinção; claramente podemos observar a geopolítica da Amazônia na indicação do bispo. Sagrou 89 padres, enquanto D. Macedo fez apenas 29. De espírito menos militante, a eficiência com o despertar de vocações serviu para cobrir grande parte do território (Arquidiocese de Belém – 250 anos do bispado, Belém- Pará, 1969).

[17] D. Romualdo de Souza Coelho, nascido em 7/2/1762 na cidade de Cametá. Sagrado Bispo a 1/4/1821, proclamou a Adesão do Pará à Independência, foi o 1º presidente da junta Governativa da Província do Pará, é o primeiro a propor a criação do Bispado do Amazonas. Morre em 15/2/1841, mas antes dirigiu com estima seu bispado, apresentando as demandas da igreja no império para não ver solapado o catolicismo; dedicou particular atenção a penetração dos protestantes na fronteira das Guianas Inglesa e Holandesa, também procurou mediar a reconciliação entre a liderança cabana e as forças legalistas da regência (Arquidiocese de Belém – 250 anos do bispado, Belém-pará, 1969).

fronteira com o chamado catolicismo popular. Já de tão misturado tornar-se uma característica moldando um catolicismo brasileiro, como o seria o catolicismo argentino ou mexicano, contudo o reforço da concepção de mundo do catolicismo diocesano teve de lidar com as idiossincrasias na 'orbe' católica até na Europa do galicanismo, jansenismo e josefismo.

A chave para estender a autoridade de Roma era o bispo, líder inconteste da tradição, nele repousava a condição de apostolo, irmão do ocupante da cadeira de S. Pedro e responsável pela introdução do catecismo deste, só assim seria possível conquistar as cabeças de ponte nas paróquias assegurando a obediência devida pelos clérigos à hierarquia católica, afastando os males do século, ou como compreendia Pio IX, os erros do século cuja lista chegava a 80, capitaneada pelo liberalismo.

Para desempenhar sua ação pastoral a igreja persiste na manutenção de um território político, com fronteiras visíveis onde pudesse governar segundo os preceitos canônicos como os sucessores de Pedro o fizeram. Desconhecer sua existência como poder político também conferia erro e mereceu anátemas no Syllabus[18]. Se penalidades morais lançadas pelo papa tiveram suas replicas nos diversos lugares onde vicejava a cultura liberal, é na imprensa, instrumento moderno de formação de opinião que podemos perceber como são ditadas as paixões em torno do tema. E os católicos fizeram sua parte ao denunciar o "complô" de esvaziar a autoridade e o seqüestro dos bens da igreja na forma da ocupação dos territórios pontífices. No mundo católico ressoaram as teses do direito papal sobre os ditos territórios reproduzindo notas dos jornais em circulação nas capitais mais expressivas da cultura moderna, mas a igreja universal fez de suas polemicas com o secularismo um problema mundial e em todas as folhas grafou sua defesa[19]. Na diocese do Pará e Amazonas, o jornal "A ESTRELA DO NORTE", criado por D. Macedo deu o testemunho da postura do católico X. de Fontaines veiculado no *Le Monde* de 5 de outubro de 1863:

> "A igreja Universal tem proclamdo solemnemente os direitos imprescriptiveis do Papa sobre Roma, a absoluta necessidade do poder temporal como única salvaguarda de sua independência; ella tem

[18] Ver mais sobre o assunto em: IGREJA CATÓLICA. PAPA (Documentos de Gregório XVI e de Pio IX); org. COSTA, Lourenço;tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999. PP.260-275.

[19] "A ESTRELA DO NORTE", p. 80, relata a fragilidade do poder temporal de Pio IX como se percebe em "CHRONICA RELGIOSA, No 1º de Janeiro sua Santidade Pio IX, ao receber o cumprimento dos offiiciaes francezes, pronunciou um longo e eloqüente discurso, em que louvou o exercito francez, valoroso na guerra e disciplinado na paz; agradeceu ao exercito sua proteção contra os inimigos da Sé de Pedro; fallou do Imperador e da virtuosa Imperatriz; manifestou um grande cuidado pelo principe seu afilhado, invocou a benção celeste sobre os officiaes, soldados, suas famílias e sobre a França inteira. Sua Santidade estava enternecido e todos os assistentes. Neste discurso o Papa exprimiu a confiança que tem de que o Piemonte arrependido, se lançará aos pés de Pedro, como Jacob se lançou aos pés do Anjo e o ter combatido toda uma noite sem o conhecer".

> sanccionado unanimemente a excommunhão fulminada contra todos os que tocam ou que tocaram no domínio de Pedro.
>
> "Trezentos Bispos teem de açodo com o Pontífice supremo condemnado e anathemizado certos princípios, certas doutrinas modernas, que não somente pervertem e falseiam o espírito público, mas até nos conduzem á barbaria, substituindo o direito da força á força do direito; elles teem condemnado o unitarismo, que não se pode constituir senão com a ajuda, ou contribue para o triumpho de uma obra que deve arrastar inevitavelmente, fatalmente a queda do throno Pontifício e a espoliação da Igreja.
>
> "Ora o homem que, não tendo em alguma conta as declarações do Papa e dos Bispos, proclama com todos os inimigos da igreja: Roma, capital da Itália, é catholico? Não.
>
> "A igreja hoje sustenta uma luta terrível. É catholico aquelle que, inclinando-se inteiramente diante de sua grandeza, de sua atitude nobre e firme, e traz sobre a sua bandeira a mesma divisa que elles? Não.
>
> "Não dissemos outra cousa; se nos enganamos, provem-nos. Esperando-o, sustentamos tudo que temos affirmado, e repetimos ao director político de L'Echo de la Presse, que elle não pode servir a dous senhores. De uma parte se acha o Papa, o episcopado universal, a catholicidade toda inteira; de outra a Inglaterra, o protestantismo, e todas as seitas inimigas da Igreja. Estes querem o que elle quer, exige o que elle exige: Roma, capital da Itália; e, pois, quem não está com a Igreja, está contra a Igreja. É cousa do bom senso."[20]

Do lado de quem esta a diocese do Pará e Amazonas? Do lado do papa, i.é, a opção pelo poder temporal do pontífice era parte de um objetivo universal do modo de ser católico conferindo um cerco sob o manto da hierarquia ao delimitar entre favoráveis e desfavoráveis à igreja, decretando a penalidade de excomunhão aqueles desertores das falanges do catolicismo apostólico romano, procurando dissuadir novas dissidências que se dizendo católicas eram capazes de flertar abertamente com inimigo[21]. Significativo é como a disputa universal contém o particular em torno daquilo considerado princípio pela religião – o catolicismo como a única fé verdadeira, dirigido pelo santo padre, secundado por seus irmãos bispos, amparado por seu clero. Se havia direitos do papa, não menos devemos olvidar dos direitos dos bispos, estes requeriam reconhecimento para sua dignidade e religião nos moldes compreendidos por estes; ao acolherem a direção espiritual e temporal da Sé de Roma confirmavam sua própria condição de direção espiritual e temporal para os negócios eclesiásticos sem a intervenção do estado. Para a hierarquia, ser católico nesse período de tensão implicava numa entrega resoluta aos serviços

[20] "A ESTRELA DO NORTE", p. 48, Apud. *Le Monde* de 5 de outubro de 1863:
[21] Conferir B LLorca, S. I. – R. Garcia Villoslada S. I., Montalban S. I, Historia de la Iglesia Católica. Madrid. Editora católica S/A, 1958. col IV, Moderna.

da igreja para derrotar as forças modernas e liberais alistando-se em seu exército, afinal é "uma luta terrível", com inimigos concretos: "protestantes, Inglaterra e todas as seitas inimigas". Sobre a composição de exército temos brigadas, companhias, pelotões e soldados nos quais cabia a hierarquia os postos de comando e estado-maior, enquanto o clero e os paroquianos deveriam ser absorvidos nesses corpos de batalha segundo sua condição. As dioceses no mundo cerram fileiras para manterem suas posições até poderem forjar novas situações para irem ao ataque. Em "A ESTRELA DO NORTE", pinçado do *Le Monde*, informa como os católicos alemães no ano de 1863 estavam criando uma Universidade como um grande passo para aceleração do movimento católico para ensinar as *"...doutrinas verdadeiramente católicas e sociais que Roma proclama no meio do desfallecimento e das illusões de mui grande numero ainda de intelligencias..."*[22]. Sob a tutela do bispo o jornal está apontando a alternativa criada alhures, mas seria essa a solução para sua diocese?

O conflito não era de todo estranho à experiência do catolicismo, não era a primeira vez que esta era confrontada em seus dogmas, mistérios, templos, bens, terras e estado. Nem estava decidido o resultado a favor dos liberais, pois a condição profética foi mobilizada pela igreja, sobretudo, quando estava ameaçada a ordem social e política provocando uma reflexão de alguma forma na confiança da consciência rebelde e o medo das revoluções era um alerta permanente.

O episcopado nacional brasileiro era inexistente, os bispos viam-se como particularidades, desarticulados entre si, cada bispo dirigia segundo sua consciência e os meios disponíveis a política da Santa Sé. Mas a envergadura dos obstáculos sinalizava a importância de ações comuns, de maneira dispersa embora não tenham se estabelecido um planejamento centralizado com vistas a alterar o estado de cerco imposto à igreja procuraram inculcar os valores e práticas do catolicismo diocesano. Decerto há uma cesta comum de problemas a serem enfrentados, mas a eleição de qual problema atacar foi produto da ação pastoral dos bispos em sua diocese e das circunstancias encontradas[23]; o bispado de Mariana tem sido tratado como um exemplo do emprego da romanização, talvez seja mais justo reconhecer uma multiplicidade de intervenções no campo católico quando ainda não está determinada uma relação centrípeta na

[22] "A ESTRELA DO NORTE", p.48, apud. *Le Monde*, 1863.

[23] Em 1873, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho lança "Carta Pastoral" contra a maçonaria e em socorro de D. Vital (25(08)c321cp v e.São Paulo), em 1874 "Carta Circular do Exm. E Ver. Sr. Bispo de S. Paulo ao Revd. Clero de sua Diocese" (Rio de Janeiro, Typ. do Apostolo, rua Nova do Ouvidor 14 e 16, 1874) renovando o compromisso de sua diocese com as diretrizes da Santa Sé, de Pio IX e dos bispos processados pelo império, alertando sobre o perigo da separação estado e igreja e na usurpação dos direitos da autoridade eclesiástica na direção de seus negócios. Já na república em 1892, D. Eduardo Duarte Silva volta-se ao problema das relações entre estado e igreja, uma vez separados não estanca o problema das relações econômicas e de patrimônio entre as duas instituições. Acredito que várias pastorais foram escritas para bem orientar o clero e o rebanho, mas elas são independentes entre si, o fato das pastorais de 1873 e 1874 de D. Lino é uma questão conjuntural da prisão dos bispos, mas ela aponta para questão estrutural das relações entre poder civil e poder eclesiástico.

capital do império. Considero essa hipótese na medida que em diferentes momentos cada diocese pode ser o núcleo dinâmico do conflito entre igreja e estado, em apoio a essa interpretação basta observarmos a relativa passividade no Arcebispado da Bahia. Esta não chegou a reunir em torno de si os outros prelados, nem seu titular chegou a ser o interlocutor principal da igreja nas relações com o estado, somente tardiamente quando D. Macedo ocupou aquele lugar podemos observar uma autoridade de primaz do Brasil. Diante da imensidão de questões, cada príncipe da igreja em sua diocese procedeu ao confronto com o liberalismo e a modernidade rogando estar acordado com a Sé de Roma[24]. Desta feita, não há uma unção espiritual consagrando D. Macedo para liderar a hierarquia na constituição do catolicismo como um campo, somente o exercício de seu múnus pastoral lhe oportunizou a elaboração de uma política católica a ligar a igreja do Brasil à Sé de Roma e a construção de um episcopado nacional.

Agindo em conformidade, desde cedo, o bispo articulou um conjunto de procedimentos visando estabelecer essa hegemonia contra um campo liberal. Para tanto, delimitou a igreja como o escudo da tradição contra o secularismo e cuidou da formação de um clero sintonizado com os ventos com os ventos da "romanização". Igualmente, através de visitas pastorais, procurou acompanhar de perto o seu rebanho, com a imposição dos valores da Santa Sé pelo vasto território de seu bispado, que compreendia toda a Amazônia, quase a metade do território brasileiro, percorrendo os braços de igarapés e rios com extensões de até três mil quilômetros. Mais uma vez o jornal católico "A ESTRELA DO NORTE", nos diz sobre a ida do bispo para Manaus,

> "ali chegando sem incômodos a sua preciosa saúde, sendo recebido com as costumadas provas de filial affeição pelo bom povo daquela capital, logo principiando a consagrar os dias da sua estada ao ministério santo da palavra, e a outros encargos de seu officio pastoral". Exulta o noticiário "sempre será bello e edificante o espetáculo de um Bispo, evangelizando a paz, evangelizando o bem". "O pastor que não sabe poupar-se ao desempenho desta missão sublime, bem conhece que a palavra autorizada da Religião é o

[24] Elza Daufenbach ao trabalhar sobre a romanização em Santa Catarina inspira-se no trabalho clássico de Wernet sobre o bispo reformador em S. Paulo, embora seu período seja posterior demonstra no seu primeiro capitulo como as fundações da romanização estavam no século XIX, acrescenta a importância de estudos regionais para uma futura síntese dos estudos da igreja católica sobre o tema, além de espelhar a diversidade do curso da romanização nas dioceses como salienta Jérri Roberto Marin. Alves, Elza Daufenbach de S. Nos Bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955). Florianópolis: Tese de Doutorado/Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação Em História, 2005; Ver também MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. In: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS. N. 30, out. 2001, Florianópolis, p. 168.

> elemento regenerador, com que póde consolidar a felicidade do rebanho, instruindo, admoestando e corrigindo. Deos anime e fecunde seus trabalhos".[25]

Ao percorrer a região, buscava asseverar-se do cumprimento rigoroso das novas orientações da Santa Sé. Nestas ocasiões, os reclamos sobre como viviam as almas do interior informam os problemas enfrentados pelos homens que ficavam às vezes sem serem assistidos de socorro espiritual, mas também material, pela ausência das instituições do estado como delegacias, comarcas, funcionários públicos, saúde, instrução pública, justiça[26]. Neste instante apresentaremos o esforço da hierarquia para a "interiorização" desse modelo de catolicismo.

A iniciativa do bispo para por o clero e seu rebanho em conformidade com as diretrizes do catolicismo da Santa Sé faz com que os prelados afinados com essa doutrina, e devemos reconhecer que os religiosos que compunham a hierarquia estavam bastante identificados com uma cultura religiosa eclesiástica, cuja identidade pode ser expressa por um catolicismo mais assentado nos sacramentos do que nas devoções, enquanto institucionalmente revela um *aggiornamento* do laicato, dos religiosos da hierarquia no Brasil e no mundo à Sé de Roma.[27]

---

[25] "A ESTRELA DO NORTE", p.17.

[26] Em ofício s/d(Belém). D. Macedo faz saber ao presidente da província do Pará, José Coelho da Gama Abreu, sobre os problemas de desordens enfrentados pelos habitantes da cidade de Faro. Há também um rascunho de ofício ao Chefe de Polícia Antonio Manoel Sodré de Aragão de 1879. Pede a Assembléia Provincial do Pará atenção sobre a oportunidade da criação da Freguesia de Bailique, no Amapá. Belém, 1886. Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da província, tomou ciência das necessidades do Colégio S. Luis Gonzaga, de Óbidos em 1864. Solicitando diversas providencias ao presidente da província, Conselheiro José Bento da Cunha Figueredo, Belém, 1869. Ao Conselheiro João Antonio de Araújo Freitas Henriques, presidente da província do Pará, sobre a as demarcações de terras devolutas, e o faz de Manaus em 1886. Ao Dr. Jose Viera do Couto Magalhães oficia sobre a criação de uma freguesia em Santarém e uma paróquia em Conde. Belém, 1864.(Coleção Dom Antônio de Macedo Costa, Correspondência ativa (rascunhos e cópias), Lata 412).

[27] O jornal católico "A ESTRELA DO NORTE CRIADO SOB OS AUSPÍCIOS DE S. EX. REVMA. O SR. D. ANTONIO DE MACEDO COSTA, BISPO DO PARÁ' Venite et ambulemis in lumine Domini. Isai, II. 5". Trás no seu exemplar de nº 2, de domingo de 11/1/1863, o expediente eclesiástico na primeira página fazendo saber que Padre Felix Vicente Leão foi anuído com a renuncia ao direito que lhe havia reconhecido o aviso do Ministério do Império de 4/7/1861; por sua vez a licença de um mês ao Padre Manoela Joaquim Ferreira, bem como a licença para tornar-se padrinho de batismo e crisma durante um ano. Na mesma senda, concede licença para "celebrar-se o Santo Oficio da Missa e administrar os sacramentos de Batismo, Penitencia e Eucaristia nos Oratórios das fazendas de d. Maria do Carmo Ferreira Vasconcellos Machado, João Ribeiro de Arede e Julio Cesar de Araújo Danin". Concede a exposição do Santíssimo Sacramento nas festividades de Santa Luzia e de Jesus, Maria e José em Belém como em Macapá. Nomeia para coadjutor da freguesia da santíssima Trindade Padre Antonio Gonçalves da Rocha. Por mais um ano fica subchantre da catedral Theodosio Perdigão da Silva Neves e os capelães acólitos João Francisco Faria Damasceno e Manoel Theodoro de Andrade Muniz, e para capelão cantor Joaquim Dionysio Cabral. A edificação de capelas em honra do Martyr S. Sebastião no subúrbio de Santarém e outra na freguesia de Viseu. Aprova os compromissos das Confrarias de N. S. da Conceição e de S. Sebastião em Santarém. Dispensa o interdito por não haver impedimento do 2º de parentesco espiritual para "se receberem antes do nascer do sol, a Manoel Joaquim Bentes e D. Olympia Rosa de

Vital era a liderança dos bispos para alcançar o objetivo universal por uma intervenção particular, sua credencial reservava a capacidade de *instruindo, admoestando e corrigindo* alterar aquelas circunstancias que tanto horror causava ao clero romanizador[28].

Nos conta "A ESTRELA DO NORTE" das várias celebrações realizadas em homenagens aos cultos dos santos, aqueles mesmos que tanto desconforto causava aos promotores do catolicismo sacramental, e tendo a frente um bispo doutor formado na Europa, e não um páraco de um seminário displicente com o ensino de bem empregar a religião, salvas são proferidas em honra de à festa patronal da Santíssima Virgem Senhora dos Remédios e ao glorioso mártir S. Sebastião; com a concorrência de imensa multidão o bispo fez realizar varias crismas, pela pena da noticia chegaram a mais de dois mil, além das procissões, sermões e novenas oferecendo momentos privilegiados para D. Macedo executar a tríade ensinar, ralhar e

---

Castro; expede concessão de banhos e para se casarem á noite, a Paulo Alves Nogueira e D. Delphina do Sacramento.Fica evidente a preocupação do antiste com o governo da igreja em sua abrangência. Nada deixa escapar a sua chancela a menor responsabilidade, coloca o clero em sua estreita obediência zelando para que sua autoridade não seja relapsa no acompanhamento moral dos sacerdotes para poderem oficiar as ações do culto divino com o denodo necessário, mas há uma integração com os modos de ser católicos experimentados pelos fiéis ao conviver com suas práticas, mas o faz com a exata noção de introduzir a presença simbólica dos sacramentos nas festividades do catolicismo tradicional. Aqui vemos a tolerância da hierarquia com vivencia do catolicismo quotidiano e não meramente as teses apregoadas pela romanização. Não se deve, porém, supor um superficial dialogo com o catolicismo popular, mas uma efetiva interação com vistas à manutenção do caráter universal do catolicismo. Este expediente revela também outras situações, por exemplo, a quantidade de sacerdotes nas funções da catedral, enquanto as reclamações da falta de padres nos sertões nunca deixam de estar presentes nas reclamações oriundas das freguesias, vilas, parlamento e do próprio bispo, mas a dignidade do ofício da catedral não fica desguarnecida. Eis uma fragilidade deixada sem resposta por D. Macedo, sua opção de espelhar no templo de maior o seu particular prestígio se deveu em função da opção dos bispos com um modelo no qual a diocese é o epicentro da catolicidade, portanto, um sacrifício necessário para o objetivo de reformar a sociedade e trazê-la ao domínio da hierarquia.

[28] Disciplinar o clero e rebanho foi um trabalho bastante árduo como se percebe na preocupação com a regra no culto, nas condutas do clero, nas licenças do catolicismo popular, na observância das orientações para não se deixarem influenciar por seitas condenadas pela igreja, vasta era a intervenção do bispo para conseguir dirigir sua diocese como atestam as correspondências. Em ofício dirigido ao presidente da província do Pará, José Coelho da Gama Abreu, informa-o sobre como deve prescrever a procissão de N. S. de Nazaré. Belém, 26/10/1880. Este é um período de conflito com os liberais no poder da província conhecido como a Questão Nazarena, quando os fiéis ligados à irmandade da santa, sob a influencia dos maçons insistiam em não abrir mão do controle sobre o conjunto da organização da festa. À Assembléia Provincial do Amazonas sugere o estabelecimento de uma colônia de monges Trapistas. Belém, s/d. Comunica a José Liberato Barroso a nomeação do Cônego Antonio Feliciano de Sousa para Vigário Geral do Baixo Amazonas. Belém, 1865.Ao Vigário de Cametá, lembra o princípio sobre disciplina e respeito na igreja. Belém, 1865. O Dr. José Ferreira Cantão tornou-se conhecedor de seus preceitos sobre o regulamento para admissão de noviços na Venerável Ordem 3º do Carmo. Belém, 1869. Esta é uma das organizações interditas que pronunciaram a Questão religiosa no Pará, posteriormente ela será remodelada em seu funcionamento e estatutos, mas antes de se submeter opôs resistência a sua submissão em conjunto com a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia do Gram-Pará quando era dirigida por Antonio Nicolau Monteiro Baena autor do opúsculo "Bosquejo Cronológico Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia do Gram-Pará, Belém, Typographia comercio do Para, de 1878, cujo único exemplar está no arquivo da arquidiocese do Pará.
Sobre as demissões de clérigos há o oficio ao Padre Lino da Anunciaçaão a respeito da demissão do cargo de vigário interino do Padre Manoel Joaquim Pereira, s/l. 1865. Ao Marquês de Olinda sobre a exoneração do Vigário de Cametá. Belém, 1863. Este comunicado era necessário para suspender os honorários percebidos pelo padre pela função, situação oriunda do padroado régio vigente no Brasil, pois recaia sobre o estado o sustento do clero. (Correspondência ativa (rascunhos e cópias), Lata 412).

concertar. Sem descuidas dos pequeninos, transmitiu pessoalmente o catecismo a sessenta crianças. Na maior ordem e querença possível, o apostolo da Amazônia cultiva os fiéis para atraí-los ao campo católico. Naquele instante cada reduto se converte numa fortaleza da romanização, pressuposto posteriormente confirmado na estratégia de formação do campo católico, sob esta credencial, será elevado a líder do episcopado.

A escala de intervenção dessas visitas pastorais é descomunal quando considerado as distâncias a percorrer como os mecanismos à disposição de deslocamento e manutenção provisória de uma base que pudesse operar as atividades a que se destinavam as ditas visitas como a realização de casamentos, a confirmação do batismo através da sagração das crismas, e a confirmação das prédicas de Roma a todo o rebanho, instando este a obediência devida aos cânones de viver a religião católica, sem as insubordinações costumeiras produzidas pelo catolicismo devocional[29]. Nestas oportunidades, os príncipes da igreja tinham de defrontar-se com as irmandades, confrarias e ordens terceira dos diversos santos que institucionalizaram um modo de viver a religião desde a colônia que dispensava em larga medida a mediação do padre para experimentarem a religião.

As irmandades eram tão ciosas desse modo de experiência que não creiam estarem em desacordo com a convivência religiosa da hierarquia. Os ofícios e serviços simbólicos ofertados pelos padres confirmavam a existência de uma religião e não duas, contudo, dada a incapacidade da igreja de oferecer padres em quantidade razoável para atender ao pasto espiritual em todas as localidades onde se fazia sentir a presença católica, fez com que os próprios católicos efetivassem a prática católica ao par da intervenção direta dos religiosos para poderem usufruir esse modo de vivenciar e experimentar a religião[30].

---

[29] Ao Conselheiro João Antonio de Araújo Freitas Henriques, presidente da província do Pará, sobre as impropriedades dos tiradores de esmolas, Manaus em 1886. Quando em Manaus, em 1880, não descuida da cidade de Belém, pede auxílio ao poder civil para fazer cessar o escândalo do culto civil da Irmandade de N. S. de Nazaré, aqui já mobiliza a autoridade do ministro do império Barão Homem de Mello (conflito da questão nazarena). Alerta ao frei Samuel Mancini dizendo não convir que saia uma procissão da capela de S. Sebastião, Belém, 1871. Oficia os termos da trasladação da imagem do Bom Jesus dos Navegantes a Francisco Feijó de Paiva, s/l., 1869. (Correspondência ativa (rascunhos e cópias), Lata 412).

[30] No ano de 1863 não se têm ainda as Irmandades em "pé de guerra" com os bispos, mas a aprovação dos compromissos das irmandades pela hierarquia não nos deve enganar. Refere-se à parte espiritual, restando a confirmação civil como era exigido pela legislação brasileira. Os bispos não ensaiavam uma subordinação completa, exigiam o que lhes parecia de direito no tocante ao governo espiritual na parte que lhe convinha, D. Macedo insistirá neste aspecto, sendo secundado pelos outros prelados. O pastorado do bispo não descuida dos costumes ao lado dos sacramentos, relembremos como é cuidadoso no reconhecimento de sua prerrogativa para validação das licenças de casamento, estabelecendo os parâmetros para certificar a união matrimonial. As duas situações inscrevem a intervenção da igreja nas relações da sociedade de união entre estado e igreja ao conferir seu selo sobre a existência das alianças seja das agremiações católicas como as confrarias, irmandades e ordens terceiras ou do casamento religioso, determinando sua disposição em normalizar as relações no século, mesmo que somente na parte espiritual como confessa a igreja. Podemos perceber como no Brasil se confundem igreja e sociedade civil, a defesa liberal para separação do estado da igreja era no sentido de configurar uma sociedade civil

Clérigos liberais era um perigo mais amiúde do que se supunha, se as linhas de força no bispado contra a cultural liberal estavam manifesta no início do século, esta não foi suficiente para colocar a igreja a salvo das influencias iluministas, e o nascimento da nação testifica isso com a participação intensa de padres nos movimentos liberais e até abertamente separatistas como fica evidente de norte a sul. Em S. Paulo, Werner demonstra a premência da ação destes, cujas características eram deistas, racionalistas, nacionalistas e progressistas. Durante a constituinte, Feijó deixava claro a fragilidade da igreja ao propor uma independência na gestão desta sem a qual não haveria concurso do estado no aporte de rendas aos religiosos e na manutenção dos templos. As participações de clérigos nas lides políticas representando o campo liberal não eram tão raras, antes a ostentação de bandeiras como a descentralização do governo das províncias foi defendida pelo Bispo D. Romualdo de Seixas[31].

Por outro lado não tem significado algum a oposição liberal versus católico, pelo menos na década de 1830; encontramos Souza Franco, presidente da província do Pará, posteriormente, senador, conselheiro do império obrando para a religião oficial do estado não perder sua penetração entre os cidadãos do império e defende de modo entusiasta a justificativa de monopólio então em vigor, alertando as autoridades para concorrerem no auxilio da igreja contra a penetração das religiões protestantes postadas nas Guinas Inglesas e Holandesas[32]. Devo assinalar, portanto, a confirmação de católicos liberais na direção do governo não vislumbrava a separação do estado da igreja, nem uma liberdade de culto extensiva aos privilégios dos gozados pelo catolicismo. Defendiam a religião de sues pais e não pretendiam estar em desacordo com a autoridade dos padres no plano religioso senão quando isso foi exposto nas predicas destes a partir da nova orientação dos bispos que tinham adquirido a percepção do catolicismo romanizado.

---

plena, no qual a própria igreja seria sociedade civil, depreendo a idéia de autonomia apresenta por D. Macedo Costa como uma alternativa ao regime de separação entre as duas instituições, no qual fica resguardado o sentido da experiência e da convivência da religião como cultura católica ao oferecer a substancia para sua manutenção. O desacordo com o regime civil não era sua edificação, mas sim a subtração de poder da igreja. Por seu turno, os católicos liberais ou liberais católicos viram a oportunidade de validarem sua experiência religiosa sem terem de submeter-se em todas as relações civis à sanção moral e teológica de uma religião oficial de estado. No final do século XX, várias experiências católicas se congregam na igreja sem perderem o sentido de pertencerem a supra-identidade católica. Ver NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Batismo de Fogo: a experiência da renovação católica carismática*. Belém, Dissertação de Mestrado/NAEA/UFPA, 1996.

[31]Conferir as referências p.105, renega a acusação de ser inimigo da liberdade enquanto reclama para o estado uma política ilustrada, sustenta na p.89 que o Ato adicional de 1834 que deu autonomia às províncias (reclamo liberal) foi um acerto e a igreja soube disso tirar proveito; também procurar assegurar a liberdade da igreja frente ao estado. Memória do Marquês de Santa Cruz Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas, Do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Gram-Cruz da Ordem de Cristo, Grande Dignatario da Rosa, e membro de diversas sociedades cientificas nacionais e estrangeiras, &, &, &, s/l. S/d

[32] Conferir Relatório da Presidência da Província do Pará de 1839, p.30. Bernardo de Souza Franco. No sítio www.uchicago.crl.eu/edu/documentbrazil.

Estamos habituados a reconhecer a relevância de várias forças atuando sobre um campo, portanto se os católicos liberais tinham sua proposição também tinha a hierarquia da igreja a sua, já não mais engatinhava como foi na aurora do século XIX, ela havia conformado um esteio bastante forte para dele sustentar suas posições como quando o Bispo José Caetano Silva Coutinho, do Rio de Janeiro foi capaz de organizar minimamente o clero para compelir os católicos para cerrarem fileiras no caráter da nação, embora tivesse de fazer algumas concessões à cultura liberal não só na letra da lei, mas no quotidiano de viver lateralmente com as agremiações acatólicas, desde que estas não tivessem nunca o prestígio e as benesses concedidas e conquistadas pelos católicos ao longo de trezentos anos do catolicismo. Por isso não se sentiu intimidado com a igreja presbiteriana no Rio de Janeiro, sob a forma exterior nem templo podia ser avistada, portanto, continuaria secundaria a proposta protestante, enquanto a cultura católica fosse capaz de vicejar no corpo das instituições do estado, uma vez que se considerava senhora dos corações e mentes.

Certamente, o prelado do Rio de Janeiro não estava acolhendo o protestantismo e a cultura liberal, apenas confiava na verdade promulgada pela Sé de Roma e dela não arredava pé para estatuir as relações sociais na carta constitucional assegurando a primazia do catolicismo como religião oficial do estado, tal como no quotidiano de experimentar, vivenciar e conviver na igreja. O antiste do Rio, D. José Caetano Silva está ao lado de D. Romualdo Coelho, bispo do Pará, e dos constituintes que conseguiu atrair para seu campo, se em tudo não conseguiu amalgamar clero, ao menos teve força moral para fazer da constituinte que presidiu inicialmente assentar os valores católicos apesar das dissidências de um Feijó[33]. Os dezenove sacerdotes entre os noventa constituintes são uma prova cabal não apenas de como o clero estava envolvido com a política, mormente algum descaso com o serviço religioso, reflete sim a importância do

[33] Ver Memória do Marquês de Santa Cruz Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas, Do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Gram-Cruz da Ordem de Cristo, Grande Dignatario da Rosa, e membro de diversas sociedades cientificas nacionais e estrangeiras, &, &, &, s/l. S/d.Como grafou no título, o Arcebispo da Bahia faz de sua memória o seu testamento religioso e político. É importante salientar que foi dele a indicação para que o futuro D. Macedo Costa fosse estudar na Europa nos seminários depois chamados de romanizadores. Essa é uma situação típica dos bispos, o padre cametaense foi presidente da província e deputado pelo Pará a Assembléia nacional, lá debateu todos temas referentes à igreja e ao estado, deveu sua nomeação ao imperador como todos durante o império inclusive aqueles presos pelo estado. Na condição de um dos porta-vozes da igreja defendeu a impropriedade da condição de padre para ocupar o oficio de Juiz de Paz, devido à incompatibilidade com as funções criminais, bem como a de promotor público, e guarda nacional; procurou manter o governo da igreja sob a alçada do bispo na diocese dizendo ser um arrepio um sacerdote preterido lançar mão de recurso à Mesa da Coroa e combateu Feijó quando este pedia o fim dos impedimentos matrimoniais para o clero, o foro privilegiado para julgamento do clero, e responde que é atrás do tribunal civil é que se esconde o clero imoral quando são admoestados pelos bispos. A regulação da circulação dos padres pelo território nacional ficou a cargo da hierarquia e não da autoridade civil como postulavam os liberais. E condena a tentativa de Feijó de fazer uma catequese com os irmãos moravios. Por fim, ensaia um estatuto nomeado de "trégua de Deus" na tentativa de fazer o parlamento não tocar nas questões eclesiásticas, tentando adiantar-se a uma possível Constituição Civil do Clero como foi o exemplo francês da revolução.

clero no tecido social a despeito das intervenções liberais de alguns deles. Acredito na cumplicidade deles com o catolicismo como parte integrante de seu ser e a ele recorriam para prezar sua instituição, até sob o signo de um catolicismo liberal valendo para os eleitos por Pernambuco entre eles Monsenhor Francisco Moniz Tavares e Padre Venancio Henrique de Rezende são referências ao lado Padre José Martiniano Alencar pelo Ceará e por Minas Gerais Padres Belchior e Rodrigues Costa (Rodrigues: 1901, 55).

Se a constituição havia de ser digna do Brasil e do imperador como este formulara, não sem uma ameaça velada, o foi particularmente dentro dos costumes, dos sentimentos religiosos das autoridades públicas, dos indivíduos e de todos aqueles católicos liberais no espírito consagrado "enquanto não abjurarmos a religião de nossos Paes que havemos jurado" Annaes da Constituinte, 1823, sessão de 3/5/, I, 42-43 (Ed. Pinto, Rio de Janeiro, 1876). Juramento proposto por Antonio Carlos, emendado por Martim Francisco encetou a todos com o compromisso de manter a integridade do território e a independência da nação e a religião que não era outra "que a religião de nossos Paes". Ao invés de pensar a religião decadente, o catolicismo deu provas de seu vigor para aquilatar a presença da igreja como aliada do estado na execução do projeto de nação e de salvação. Se são liberais?... São, porém católicos, tiveram de demonstrar por um ato de vontade manifesta seu compromisso com a fé, não um catolicismo superficial de batina e exterioridades, mas do conjunto da representação política do império desde o imperador até seus súditos.

Nas discussões sobre liberdade religiosa a proposição feita para o art 7º $ 3º, segundo o projeto (art.14-16) tolerava as comunidades cristãs negando, entretanto, os direitos políticos; no projeto (art.24) a censura de escritos publicados sobre dogma e moral pelos bispos deveria contar com o estado para proceder a disciplinar dos infratores das verdades canonizadas pela religião oficial do estado, promovendo a solidariedade ativa à necessária reprodução institucional e espiritual da sociedade. Se a inquisição não era mais possível, nem por isso significava a liberdade para exteriorização de idéias e pensamentos desviantes, todos sobre o território do Brasil deveriam guardar respeito à verdade revelada tal como era ensinada pela santa igreja, não podendo debochar ou rebelar-se contra esta. As práticas do catolicismo popular foram toleradas, mas estas não atingiram ao patamar de aberta contestação a autoridade teológica da hierarquia, apenas foram consideradas devido à baixa instrução do clero e dos assistentes que seriam corrigidos com um ministério adequadamente formado postados nas paróquias como se verá com o governo dos bispos reformadores.

Outra conquista de suma relevância foi em torno do preâmbulo, ali, sacerdotes e católicos, fossem liberais ou conservadores disputaram e acabaram convencendo a audiência do triunfo da inspiração divina na testa da carta constitucional para perceberem os ares benfazejos

na elaboração das leis do império. Assim ficou grafado o Preâmbulo "*depois de ter religiosamente implorado os auxílios da Sabedoria Divina conformando-se aos princípios de justiça e utilidade geral*"; inconteste é a capacidade do catolicismo, desde a hierarquia, o clero e até o miúdo católico de votar a realização da constituição sob a égide de deus, isso em si mesmo não é novidade, o preâmbulo da constituição dos Estados Unidos, país de maioria protestante também o observou. O caso brasileiro extremou essa disposição ao convocar um dogma estatuído pelo catolicismo para marcar esse ato de fundação das relações políticas, jurídicas, econômicas e sociais. As iniciativas de Silva Maia ao invocar a proteção da Trindade Santíssima (Rodrigues, p.57), secundado por Moniz Tavares espelham como o catolicismo se sentia a vontade para inculcar sua crença no corpo político. Não é outro o intuito dos católicos senão isolar aquelas formas mais controversas agigantadas pela cultura liberal, instando Silva Lisboa a comprimir o espaço de reprodução dos organismos políticos à margem do estado, e para lá permanecerem sem obstar a direção considerada sã. Com efeito, a querer se proteger da maçonaria e sua influencia para minar trono e altar obriga ao católico parlamentar a forjar uma solda na constituinte, por conseguinte, na ordem política consolidando a aliança em fusão das duas esferas plasmadas no estado católico brasileiro do império[34].

Doravante, secularidade e espiritualidade não poderiam arrogar foros de independência ou separação, devendo, portanto, persistir na solidariedade ativa de estado e igreja na realização de um projeto civilizatório e de salvação, cuja igreja católica era o seguro porto. Quando o episcopado nascente brada pela manutenção do *status quo* se apodera da cultura católica com raízes deitadas no corpo político e social, portanto, não se deve estranhar como D. Macedo Costa e seus irmãos convocaram a nação católica a não perder de vistas o pacto fundador desde a constituição, gravado no quotidiano mais minúsculo das tarefas de gestão pública de conforto espiritual e material na oferta dos serviços simbólicos e amparo ordinário de segurança, saúde, instrução e promoção do desenvolvimento do império.

1.2 A AMEAÇA LIBERAL E A INSERÇÃO DO PROTESTANTISMO

Durante seu bispado no Pará, D. Macedo se reporta aos perigos eminentes advindos da penetração do protestantismo como salienta a noticia de um membro do parlamento inglês

[34] Abusando da Memória de D. Romualdo p.90-92 este se queixa da atuação dos protestantes e para combater esse concorrente reivindica a ação missionária de outrora p.188 ver: Memória do Marquês de Santa Cruz Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas, Do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Gram-Cruz da Ordem de Cristo, Grande Dignatario da Rosa, e membro de diversas sociedades cientificas nacionais e estrangeiras, &, &, &, s/l. S/d.

comunicando a um amigo na corte do Brasil sobre como ele via o desenrolar da guerra civil americana com implicações serias para a imigração de colonos norte-americanos para o Amazonas, considerando o caráter missioneiro dos metoditas na descatolização nas áreas penetradas por estes como foram os casos do Texas e do México, depois de seu semeio abriria-se as portas para as revoluções. Sem entrar propriamente na compreensão dos conflitos no norte, passando inclusive ao largo da questão dos direitos dos estados federados e da escravidão, ou da concentração da propriedade no México, os redatores de "A Estrela do Norte", na p. 16[35], replicam o artigo do jornal "DA CRUZ", periódico católico de circulação na corte arengando contra as possíveis intenções dos protestantes estrangeiros de no rasgo da descatolização também colocavam em marcha o processo de se assenhorearem do território sobre sua intervenção.

Obviamente havia um mecanismo de defesa contra essa flagrante intrusão considerada pela hierarquia católica em seu monopólio de fé. A reserva política já se demonstrava na legislação e para ela se dirige o episcopado para sustentar suas prerrogativas não sem manusear habilmente o medo da revolução incrustado mesmo na cultura liberal. O perigo da concorrência de fé não era só para igreja católica como afirmavam os bispos, mobilizava os interesses estratégicos do país, se não existia um mercado de fé, já se pronunciava um mercado capitalista de terras e quiçá de industria e comercio, embora a igreja não tenha sido eficaz em atrair os católicos por essa ameaça, restou então sustentar na tradição política do estado seu desejo de continuar sem a concorrência de outras mensagens religiosas. Decerto, a ausência de outros estatutos tornaria a contenda mais difícil para a igreja, entretanto a posição alcançada com a religião oficial do estado permitia uma movimentação no campo de forças sempre podendo aportar na constituição já grafando a união entre trono e altar, portanto, a dificuldade dos liberais foi de remover não apenas a influência católica sobre a direção do estado, condição ainda negociada na sociedade brasileira do século XIX, mas do cerne da composição estado/igreja como separação de gêmeos siameses. Drástica e delicada, a um só tempo era a cirurgia para estabelecer a profilaxia do estado[36], e ao cabo, da igreja.

---

[35] O jornal "A Estrela do Norte" têm suas paginas numeradas em seqüência independente do numero do jornal, não sendo necessário, pois, outra referencia. O rolo do microfilme está depositado no setor de microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves em Belém do Pará.

[36] Tito Franco, em extensa obra, seguindo os ensinamentos de Bernardo de Souza Franco a quem dedica o livro, se debruça sobre as relações estado e igreja, pois compreender o presente é o papel do intelectual afirma o erudito, por isso elegeu a referida trama que culminou na prisão dos bispos. Parte do pressuposto da necessidade da religião. Segundo ele há católicos conservadores, católicos inovadores e católicos liberais e espera a resolução do conflito pela tolerância e reforma; percebe no ultramontanismo um apego à tradição, entretanto dobrando-a aos seus interesses ao fazer do concilio um apêndice do papa ao invés de seu parceiro; vê chegada a hora do estado romper a aliança pela concordata como os outros paises, só assim pode por termo à crise. Conclui pela defesa do estado na questão por jurisdição sobre o território, enquanto a igreja não dispõe desta soberania para anuir às deliberações da Santa Sé. Almeida, Tito Franco. A Igreja no Estado. Estudo político religioso-religioso. Rio de Jjaneiro – Perseverança, 1874. &

Soube a igreja oportunizar-se dos elos entre esta e o estado para delimitar com precisão sua área de influencia e intervenção sem o risco iminente de penetração e concorrência de outros capitais simbólicos. Pareceria estranho falar em tradição quando a constituição brasileira de 1824 tinha pouco mais de cinqüenta anos no período do Bispado de D. Macedo Costa, mas ela se torna mais elástica quando considerado o caldo de cultura que a conformou. Com efeito, não subscrevo as teses de um catolicismo de exterioridades ou de conveniência repetida amiúdo por liberais como Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, protestantes como os pastores Walsh, Kidder e Nelson, conservadores como Lauriano Gil e Abel da Graça, ou positivistas como Miguel Lemos[37] e Lauro Sodré[38]. Os historiadores da igreja como Azzi e Hoonaest embora reconheçam a profunda experiência da catolicidade popular absorvem esse diagnóstico, concordância expressa à época pela própria hierarquia manifestada por D. Macedo queixando-se do descaso com a religião, tal argumento foi reproduzido em larga escala, servindo para defender a fragilidade da igreja ante as investidas da cultura liberal unida ao protestantismo e a maçonaria para criar uma cunha sobre a hegemonia católica como atesta David Gueiros.

Esclareço a distinção ente maioria e hegemonia, noção desprezado por estes estudiosos, homens de letras e religiosos ao não considerarem a transformação pretendida pela hierarquia da igreja para efetivarem a intervenção unificada de estado e igreja. A condição de maioria permitiu a igreja encastelar-se no poder de estado e reproduzir-se nele, não sobre alguma forma de parasitismo como seus adversários lhe impingiam, mas através da sua intervenção no quotidiano dos fiéis ao portar-se como arauto de suas agonias espirituais e materiais, incensando reclamos para alterar o estado de incúria e brutalidade causado pelas dificuldades em reformar

---

secundariamente Almeida, Tito Franco. Monarchia e monarchistas. Pará- Typographia Tavares Cardoso & Cª, 1895.

[37] Tavares Bastos ficou notabilizado por seus discursos pelas liberdades de comércio e industria não menos pela liberdade de culto, mas na província do Amazonas ele foi acusado de entreguista na Assembléia provincial (Anais da Assembléia Provincial do Amazonas, 1881); Rui Barbosa ao traduzir Dollinger assumiu uma postura antipapal na obra o "O Papa e o Concilio", mas tornou ao seio da igreja, assim como Joaquim Nabuco. Se a hierarquia e alguns clérigos não conseguiam compreender o modo dos católicos experimentarem a fé, a tradição protestante menos ainda, fortalecendo o juízo feito pelos oficiantes do culto protestante de uma religião senão de exterioridades. David Gueiros é responsável pela vulgarização da tese a partir da perspectiva protestante descrita nas memórias desses pastores, Nelson foi um contendedor direto de D. Macedo pelo jornal o "Apologista Cristão" na década de 1880. Lauriano Gil, foi deputado provincial ao longo dos anos 1870-1880, desde a Questão Religiosa provocava críticas sobre os procedimentos da igreja no poder de estado (Anais da Assembléia Provincial do Pará, 1876). Por fim, Abel da Graça, presidente da Província do Pará à época da Questão Religiosa faz uma série de argüições à igreja (Relatório da Presidência da província do Pará, 1872).

[38] Em vários artigos de jornais Lauro Sodré, engenheiro, coronel do exército, republicano fundador do grupo no Pará, positivista, sustentou várias polemicas com D. Macedo e a igreja em torno da liberdade de consciência com artigos em O Liberal do Pará e A Província do Pará depois reunidos em livro. Ver: SODRÉ, Lauro Nina. *Crenças e opniões*. 2ª ed. Brasilía: FAC-similar, Senado Federal. 1997.

os costumes como premência ao estabelecimento das ações de estado. Isto fazia a igreja pela autoridade moral já instalada antes mesmo de o art 5º da constituição de 1824 ser edificado.

Discutindo sobre o raio desta determinação, os católicos no parlamento, e não o esqueçamos, todos eram, até os liberais mais recalcitrantes não se atreveram a abjurar a fé, definiram pela permanência das salvaguardas até então conhecidas, restando o culto doméstico, sem forma de templo para os acatólicos arranjarem uma forma de conduzirem suas crenças. A margem de manobra era tão estreita às outras igrejas que estas não puderam sequer participar da própria assembléia constituinte no qual estavam sendo gravadas as relações entre religião e estado e não apenas igreja e estado. Segundo o projeto constituinte, art 179º §5º ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, o art. 103 rezava sobre o juramento do imperador pela manutenção da religião católica apostólica Romana, o art 102 §14º de usar do beneplácito para decretos, concílios, letras apostólicas e outras congêneres, o art 141 garantia a presença da igreja católica no Conselho de Estado[39], valendo todas disposições elencadas em caso de regência como prescreve o art 127, enquanto o art 95 §3º impedia declaradamente a participação de credos protestantes à condição de candidato senão de eleitor, não podia ser eleito quem não professasse a religião oficial do estado; se na constituinte protestantes podiam fazer parte do legislativo, na constituição outorgada os seus direitos políticos foram excluídos parcialmente, mas estão acima de judeus e maometanos que sequer isso conseguiram.

Nos anos de 1820 não parecia haver uma desenfreada concorrência do Brasil como campo de missão protestante, mas na segunda metade do XIX todo o mundo já percebe a multiplicação de protestantes em investida pelo mundo. A idéia da liberdade religiosa ganha corpo com os debates cruzados da imigração e da necessária correspondência ao direito de livremente professarem sua fé. Não é esse o aspecto principal para hierarquia, isso já se mostra pelas posições do Bispo José Caetano Silva Coutinho, embora as "heresias" fossem preocupantes elas poderiam ser toleradas; o caso ganha dramaticidade pela contestação ao direito de propagação da fé, até então monopólio da igreja católica, se a regra se quebrasse, colocando os outros cultos em pé de igualdade com esta, a igreja teria um verdadeiro mercado de fé não mais podendo legalmente obstruir as ações de vulgarização empresadas pelos ofícios concorrentes. Contra essa multiplicação a igreja se insurge apoiada no esteio já consagrado no corpo político do estado, devendo os descontentes justificar o porquê de se estabelecer no Brasil a paridade do culto católico com os outros. Como se vê não há um impedimento à liberdade de culto aos protestantes, desde que respeitassem a lei podiam professar como lhes aprouvesse,

[39] Nas pastorais e livros publicados estão apensos as epigrafes como "D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho Por mercê de deos e da Santa Sé Apostólica, Bispo de S. Paulo, do Conselho de S. M. o Imperador"; "Memória do Marquês de Santa Cruz Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas, Do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Gram-Cruz da Ordem de Cristo, Grande Dignatario da Rosa, e membro de diversas sociedades cientificas nacionais e estrangeiras, &, &, &, s/l. S/d"

mas a especiosa argumentação[40] de D. Macedo assim como os outros antistes estavam na barreira à propagação daquele modo de crença diverso da cultura católica, sempre assinalando o perigo da hidra das revoluções.

Se no Brasil vigorava o monopólio de propagação da fé reservado ao catolicismo, em outros paises católicos não era diferente, por não terem sido atingidos pelo impacto da Reforma também puderam dispensar a colaboração dos credos protestantes na confecção do corpo político do estado. Desta forma não chega a surpreender a noção de religião oficial do estado presente em Portugal, Espanha, Equador, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai, os últimos paises notoriamente colonizados pelos dois primeiros. Portanto, o regime de união entre estado e igreja não é um apanágio das monarquias, pois as repúblicas também consagram essa aliança menoscabo o princípio até bem depois do desaparecimento destas. Há uma repetição no Brasil no que tange a Constituição de Portugal de 1821, nela reza expressamente só estrangeiros poderiam ter outra religião. O caso brasileiro não chega a configurar esse direito apenas aos estrangeiros, mas graças ao monopólio de fé era pouco crível a possibilidade de opção de credo. No vizinho estado espanhol, passado o furor da égide da revolução francesa as forças tradicionais se refizeram da derrota e estipularam sua confiança no destino da união entre estado e igreja inscrita na ordem celestial culminando "*perpetuamente a católica apostólica romana, única verdadeira. A nação a protege por leis sabias e justas e proíbe o exercício de qualquer outra*" (Rodrigues, p.65). Filhas da revolução liberal as constituintes portuguesa e espanhola não chegam a imitar a francesa de 1791 cuja marca é a completa liberdade de culto. Mas esse não é um vício da maioria católica, a Inglaterra do primeiro quartel do século não permitia os direitos políticos aos católicos devendo estes percorrem um longo caminho até a serem assinadas as concordatas entre os Estados Pontifícios e a Inglaterra. Em paises nórdicos a vedação a propagação do catolicismo foi similar. Prova de elasticidade são as repúblicas da América em pactuar as relações estado e igreja no mesmo ente com o reconhecimento do catolicismo como foi o caso do Chile, em 1833, no seu art. 5º celebra a união com uma religião de estado, com exclusão de culto público de outra qualquer religião; mas essas repúblicas não eram liberais? Se eram... Mas eram católicas liberais, ou o seu inverso, para não restar duvida da importância da cultura católica no seio do estado tomemos por indicação o art. 80 da mesma constituição no qual faz o presidente da república jurar que observa e protege a dita religião. Na república da Argentina a constituição de 1860, art. 2, diz ser obrigação do estado a manutenção do culto católico, embora respeite nos art. 14 e 20 o direito dos cidadãos de "professarem livremente o seu culto", ratificando o compromisso com a chefia de estado no art. 76 ao obrigar ao presidente da república ter de ser católico, bem como dar prova desse caráter; talvez por

[40] Costa, D. Antonio Macedo. A liberdade de culto - Representação á Assembléia Geral Legislativa pelo Bispo do Pará. Rio de Janeiro. Typ do G. Leuzinguer & Filhos, 1888.

serem liberais os elaboradores da constituição permitiram uma quebra de compromisso se apresentasse no art. 80 quando do juramento de manutenção da religião oficial ficou excluído de suas obrigações como chefe de estado, mas se essa faculdade é dada ao individuo nem por isso se pode denegar a força viva do conjunto da instituição. No Uruguai, a constituição de 1829, art. 5º, volta a santificar o catolicismo como religião oficial, o art. 70 obriga ao presidente da nação ao juramento de manter e proteger o catolicismo[41]. As forças liberais por mais ciosas de seu programa tiveram de ceder a cultura católica recursos, materiais e políticos combinados na mesma organização dos estados.

Fortemente instalada no poder de estado, a igreja católica do Brasil não é um único exemplar, nem mais é possível falar de um padroado como um ajuste católico das monarquias ibéricas. Arasemena trouxe abaixo o argumento do liberalismo como indisposto com a tradição, e a idéia corrente do catolicismo como pura negação do liberalismo parece fora de propósito, ao imprimir no texto constitucional as relações entre estado e igreja o catolicismo conseguia cultivar e tornar cativa uma audiência para suas demandas enquanto oferecia um modelo de sociedade. Claramente as posições de mando já cabiam ao liberalismo, mas isso não implicava a marginalização completa da igreja católica do poder de estado.

Cientes da situação, a hierarquia católica deveria ser capaz de continuar a infundir seu sentimento de pertença na sociedade moderna e o faz através da modernização de sua estrutura, embora não se deixando tragar pela modernidade e o modo de valorização de suas concepções de mundo é que a fazem optar pelo confronto. A Sé de Roma não tem as condições materiais de vibrar todas as cordas de seu programa, até porque a noção de uma igreja como suserana universal já tinha perdido sentido desde a renascença. Cabia a igreja confrontar o programa liberal naquela brecha da ausência do conforto e segurança espiritual deixado a ser preenchido pela livre consciência. Deixado a própria sorte, os sujeitos "tendem" a cair no erro, devendo a igreja cuidar para orientar as opções em favor de um processo civilizatório cuja meta era a tradição. Esta iniciativa só poderia emergir de um clero disciplinado, pronto a intervir na modelagem do caráter dos homens com um compromisso de ratificar a permanência da igreja como dirigente da sociedade. Isto só poderia ser efetivado com uma hierarquia afinada com esse objetivo capaz de influenciar o clero e o catolicismo para promover a manutenção e a expansão da conquista de sua concepção de mundo. Essa é a crença da hierarquia da igreja. E não é pela

[41] José Carlos Rodrigues em sua ´Religiões Acatólicas - Memória' apresenta sucintamente estes dados e propões duas referências de grande valia: Portela, J. P. Machado. Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876 e Constituição Política anotada por Rodrigues. José Carlos, (Rio de Janeiro, Laemmert, 1869. Digno de nota é **Arasemena. João, Estudios Constitucionales. Paris – Roger y Chernoviz, 1888, 2, vols. (p65).**

recusa da política[42], mas por sua realização concreta na organização do estado aonde podermos perceber os encontros, desencontros, recusas e acomodações. Para efeito de demonstração a diocese do Pará é representativa do processo dessa opção e não se reduz ao clero ou a hierarquia, mas se estende a todo campo sensível à mensagem católica.

Arbitrar o modo certo de experimentar a religião será a de importância capital para os prelados que foram formados no calor dos conflitos entre a Santa Sé e os estados europeus e americanos que viviam os processos de revoluções burguesas. Desse modo, a abertura e expansão dos seminários com o intuito de captar de maneira mais eficiente às vocações para o sacerdócio[43], o desdobramento e a criação de dioceses mais em acordo com a disposição do território no qual estavam plantadas as freguesias e paróquias que cresciam rapidamente sem que a igreja tivesse estrutura para acompanhar essa expansão, cujas vilas insistem para que os poderes civis representados pelas câmaras e juizes de paz façam saber à presidência da província, à assembléia provincial e aos ministros do império das carências que sofriam os fregueses por falta de pastor que apascentassem os fregueses.

Havia, portanto, uma deferência com a igreja ao reivindicar proteção e estimulo para religião oficial do império, as elites sentiam a necessidade de uma moralidade religiosa a frear os ímpetos dos homens quando entregues as suas paixões davam a bater-se sem óbices pelo espírito de partido. Requeriam da religião não sua sanção aos negócios civis, nem sobre a soberania do estado ou da validação das filosofias da moda[44]. Grave, porém, era esperar da igreja um exercício pleno da esfera espiritual sem essa poder dispensar as redes as quais estava

---

[42] Perceber a ação ultramontana como uma educação religiosa de ataque à liderança leiga ao impor uma linha clerical sem usar o poder político daria poucos frutos, isto fica evidente com a tentativa de formação do Partido católico por sacerdotes como foi o caso do Padre Dr. Mancio Caetano Ribeiro na monarquia e na república. Ver NEVES, Fernando Arthur de Freitas. "Partido Católico: o partido de Deus na secularidade". In: MARIN, Rosa Acevedo. (Org.) *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. Maués, Raymundo Heraldo. "As atribulações de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem doséculo XIX, ou como a política mexe com a igreja católica". In: Marin, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA, 1998, pp. 139-52.

[43] Ao Marquês de Olinda oficia sobre o seminário organizado em Roma para formação de sacerdotes, Belém 1863. Endereçada ao mesmo explica a necessidade de reformas no seminário em Belém. s/d. 1864. Aqui é o inicio da elaboração sobre a responsabilidade da igreja no governo do seminário nada cabendo ao estado senão o sustento material. Já em 1882, alerta ao presidente da província do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá, sobre o grave dano para o seminário a lei provincial aprovada que não atende as suas necessidades. s/l, s/d. Conclama ao império, através do ministro de estado José Idelfonso de Sousa, para o auxílio a ser prestado aos pensionistas que vão estudar no Seminário Americano de Roma. Belém, 1861. Ao Cônego Sebastião Borges de Castilho, governador da diocese durante a "Questão Religiosa" e posterior a esta na qual quer saber das providencias sobre o seminário. Belém, 1875. (Correspondência ativa (rascunhos e cópias), Lata 412).

[44] No Arquivo Público do Pará encontraremos uma enormidade de documentos manuscritos sobre como as autoridades da igreja eram requeridas pelas autoridades civis dando prova do testemunho de solidariedade ativa que temos apresentado como característica das relações entre estado e igreja. Abrangendo aspectos de muitas ordens podemos perceber como o estado se serve da igreja para efetuar sua política, pois implícito era o reconhecimento. Colecionem alguns exemplares como segue do CÓDICE 1439 –em anexo por ser de suma importância para análise do tema em questão.

atada ao século[45]. Se o secularismo era um erro como pronunciava Pio IX, no Brasil, o regime do padroado ligava as esferas sobre um único tecido, já apontamos anteriormente, no entanto, as faces deste indicavam uma sobreposição do estado sobre a igreja graças ao direito de determinar o *place* sobre as bulas papais; por outro lado, a estado e igreja experimentavam desgastes e desafios comuns, embora de maneira diferente atentemos ao problema da questão servil e da imigração, pois ambos afetavam duramente a capacidade de compreender e de oferecer respostas ao drama. Com efeito, o clero teve de ser organizado pelos prelados para poder dirigir suas orientações aos fiéis, tarefa bem espinhosa, devido à direção espiritual não estar contida uma licença para programar as mentes dos crentes da fé católica. Docemente, os fiéis não estão dispostos a ceder à igreja a direção plena de suas consciências, o iluminismo já havia conquistado seu quinhão no tecido mental e deplorava aos amantes da liberdade a ambição da igreja de voltar a ter a hegemonia na liderança das mentalidades, se outrora pode contar com o index, o tribunal da santa inquisição[46], o tribunal da consciência, na modernidade a possibilidade da introdução desses organismos em sua plenitude assombrava a cultura liberal, obrigando os estados a selarem compromissos contra sua institucionalização como era o caso dos acordos firmados entre Portugal e Inglaterra, depois revalidados na independência pelo Brasil quanto à proibição da instalação da Santa Inquisição. Desprovidos desse arsenal completo, a igreja ainda podia assomar algumas características destes, mas sempre seria rispidamente contestada como fica demonstrado quando o debate sobre o jesuitismo[47] da igreja

[45]CÓDICE 1439 de 11/JUNHO 1870-Arquivo Público do Pará- (em anexo)

[46] Rodrigues, José Carlos. Religiões Acatholicas. Associação Do Quarto Centenário Do Descobrimento Do Brasil. Livro Do Centenário (1500-1900). Vol. II. Rio De Janeiro, Imprensa Nacional, 1901. Agosto de 1819, iniciava-se na rua dos Barbonos foi primeiro templo anglicano na cidade do Rio de Janeiro por conta dos acordos entre as monarquias do reino unido de Portugal e Inglaterra, esta inovação perturbou o espírito de parte da hierarquia logo reclamando o núncio Lorenço Calepi, arcebispo de Nisibis, para o estabelecimento da inquisição para ser vigilante ante a entrada oficial da heresia; na pratica isso aumentaria os proselitismos, mas D. João não acedeu. D. José Caetano Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro não ficou tão abalado, creia crê que ninguém vá lá, e fez pouco caso da concorrência (p.54). A hierarquia da igreja sabia do temor causado com a simples menção da inquisição e não fazia sem motivo, contudo, o núncio não conseguiu perceber quão fora do tempo se encontrava, foi justamente contra a usurpação das consciências é que se erigiram as forças da razão. Fica claro também o arejamento do século pela posição do bispo do Rio de janeiro ao descartar essa medida de força para coibir a entrada dos protestantes no Brasil, por outro lado ele não pode ser sentado nos bancos dos liberais como fica claro em suas posições durante a constituinte do império quando chegou a presidi-la e a defender os interesses do catolicismo e da Santa Sé. O bispo foi previdente em não acirrar uma disputa que se quer existia neste solo, oportunamente fez vivo no corpo texto constitucional a idéia de uma religião oficial do estado com uma série de recursos matérias e simbólicos a vigorar por todo o império, salvo as muitas tensões enfrentadas, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

[47]Ganganelli, pseudônimo de Saldanha Marinho na imprensa fazia uma propaganda antipapista e anticlerical de grande monta no qual enfatizava os muitos descalabros cometidos em nome da fé católica desde os pecadilhos até os monumentais. Poupava os mártires da causa e bons exemplos de humanismo, mas não titubeava em assinalar "confessionários prostituídos", o desejo dos jesuítas de restabelecerem a supremacia católica p.11 e 12, os erros do papado p.34, despotismo do Vaticano e do episcopado e os planos do jesuitismo para dominar o mundo p.45, os depoimentos de bispos e padres contra os jesuítas p.69, afirmação que bispo de Pernambuco é jesuíta p.189 e insiste ainda que as batinas lazaristas na verdade são jesuítas p.247. Sem trégua, espera que o estado seja separado da igreja por concordatas assegurando regime civil de casamento, registro civil para os cidadãos, culto livre aos acatólicos advindos

encarnado na defesa contundente das prerrogativas do papa e, por conseguinte a hierarquia da igreja. Habilmente, se o poder já reconhecido nos tribunais de consciência tinham acusado sua eficácia, era preciso o ardil do século para dar ressonância ao brado do catolicismo romanizado através da palavra impressa, particularmente o jornal. Instilar esse sentimento no coração dos católicos, aos padres deveria se ir além, deles dependia a vitória da hierarquia, para tanto ele deveria apresentar-se como a vanguarda da experiência e da convivência da/na igreja abortando suas convicções pessoais para se deixar inundar por essa boa nova.

A solução não era fácil para um clero muito mais afeito aos negócios da política do que aos negócios eclesiásticos. Na primeira metade do século XIX, Padre Feijó é emblemático para demonstrar quais as preocupações do clero, ou seja, envolto nas políticas liberais que conformariam o império, chega ao acinte de colocar em xeque o celibato obrigatório, o que mereceu dura reprovação da igreja através de eminentes bispos, cujo interlocutor principal dessa questão foi D. Romualdo Coelho, mas mesmo este dirigiu a junta do governo do Pará, demonstrando o quão era difícil para igreja optar decididamente por um poder espiritual que não tivesse sob a tutela do poder civil. D. Macedo Costa não ficou totalmente imune à política, não deixou de ser aventado como candidato várias vezes, houve até a circunstância de ser apresentado por uma facção dissidente do partido conservador para figurar na lista para concorrer à Assembléia Nacional opondo-se ao candidato natural aquela altura, o chefe do partido conservador, cônego Siqueira Mendes. Situação inusitada, pois o ano de 1872 efervescia a questão religiosa, opondo justamente a hierarquia católica ao partido conservador à testa do governo.

Ante a esses desafios, os bispos iram investir fortemente sobre a formação de seu clero, de tal sorte que este não se sentisse tão tentado a optar pelas disputas seculares e se envolvesse mais na constituição de um campo católico hegemônico capaz de opor-se às investidas liberais que ameaçavam as próprias posições seculares ocupadas pela igreja como a manutenção do caráter religioso dos cemitérios, o monopólio na confecção dos registros católicos de nascimento, casamento e óbito[48] que seriam transformados em regime civil; obviamente confirmadas na longa esteira do privilégio inconteste do culto público adstrito ao catolicismo enquanto permitia apenas nas fimbrias do sistema de crença os outros cultos advindos da imigração.

---

da imigração e aqueles que porventura abracem outra fé, ensino laico, a continuação das proibições contra as ordens e noviciados e impedimento da obediência à Sé de Roma. O único preceito aceito é a religião de Jesus Cristo e não da hierarquia e do papa. Utiliza como referências Alexandre Herculano e Antero Quental, liberais portugueses, mas também Gladstone, Renan e Taine. Ver: Marinho, Joaquim Saldanha. A Egreja e o Estado. Rio de Janeiro, Typ. Imp. ET Const. De S.C. de Villeneuve &C, 1873.

[48]A lei do ventre livre para vigorar teve de utilizar a estrutura igreja/estado: Arquivo Público do Pará (CÓDICE 1439 em anexo)

A implantação de uma rede de assistência do estado era motivo de reclamos de toda parte do Império, mas era nos lugares mais recônditos que se achava grave o problema, senão vejamos, a ausência de campos santos que servissem de necrópole aos fregueses vai motivar o pleito para que as autoridades civis obsequiem a instituição dos mesmos. O sargento-mor Antonio Baena[49], historiador do século XIX vai ratificar as iniciativas do estado através da construção de cemitérios civis que estariam à margem do controle da igreja e mesmo das irmandades que circunscreviam uma rede de influências que otimizava a experiência religiosa quotidiana dos confrades. A igreja do princípio do século teve de manobrar em seu favor para ter preservado sua força sobre a sociedade pós-colonial.

O regime do padroado não decolaria sem a expressiva colaboração do estado que sempre disponibilizou os recursos materiais necessários ao exercício do pasto espiritual dos paroquianos; era às expensas do estado que se movia a igreja para obter côngruas, orçamentos para os seminários, paramentos, alfaias, opâs, embelezamento, conservação e construção de edifícios de que se servia a religião oficial do estado para continuar a reproduzir o altar e o trono como uma tradição viva contra a sociedade das luzes.

O território do bispado do Pará era algo descomunal, compreendia toda a atual Amazônia, representando 4.000.000 km² , sua sede era Belém do Pará, mas como esta é na foz do rio Amazonas, na prática significava apenas o núcleo mais expressivo da penetração histórica da colonização da Amazônia no nordeste do Pará, na época serviu de base para o profundo colonial. Os núcleos habitacionais dos grandes rios do lado direito do Amazonas, tal como Cametá no rio Tocantins, Porto de Moz no rio Xingu e Santarém no rio tapajós, essa região ficou circunscrevendo a Vigária Geral do Baixo-Amazonas, mais ao alto na confluência do grande rio com o rio Negro deparamo-nos com a antiga povoação dos Manao, lugar da capital da província do Amazonas, antiga Vila da Barra, Vigária Geral do Alto Amazonas[50] referido na

---

[49] BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará.* Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. 395p. Obra de grande relevância pela utilização até a exaustão das fontes primarias encontrados em arquivos paroquiais, cartórios e Câmaras Municipais, neles podemos encontrar um substrato da região amazônica em seus aspectos topográficos, composição de flora e de fauna, além de levantamentos demográficos, econômicos e de administração pública (civil e judiciária) da Província.

[50] "Divisão das Comarcas, e Termos da Provincia do Pará, feita em cumprimento do Artigo 3 do Código de Processo Criminal, pelo Governo em Conselho; nas Sessões ordinárias de 10 a 17 de Maio do corrente anno.
Haverá na Província três Comarcas, á saber, a do Grão Para, a do Baixo Amazonas, e a do Alto Amazonas, suprimindo a do Marajó. ? A Comarca do Pará compreende os termos da Cidade de Santa Maria de Bethlem e das Villas de Turi-assu, Bragança, Cintra, Vigia, Monsarás, de N. S. da Conceição da Cachoeira, de Muanà, dó Equador, Ourem, Cameta, do Tocantins Oeiras, e Melgaço. 3 A Comarca do Baixo Amazonas compreenderá os termos das Villas de Tapajoz, Faro, Pauxi Franca, Monte-alegre, Macapá, de Porto, de Mor; e Gurupá. 4 A Comarca do Alto Amazonas compreenderá os Termos das Villas de, Manáos, Luzêa, Teffé, e. Mariuá. 5? O Termo de que hè cabeça a Cidade de Santa Maria de

imprensa católica, primeiro na *Estrela do Norte* e posteriormente na *Boa Nova* estampa-se os afazeres do bispo por todo este vasto território que só será desdobrado em dois governos eclesiais em 1895, somente na república, sem desconsiderar a importância galvanizada pelo príncipe da igreja ao consolidar sua liderança sobre o campo católico fazendo sempre incursões sobre a nova província para reproduzir seu modelo de civilização.

Em 1862, D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, na primeira visita pastoral ao Amazonas, enfrenta logo o desafio de estabelecer um acompanhamento mais próximo de seu clero, e do rebanho a cargo de seu pastorado, colocou em andamento o programa dos romanizadores que acreditavam poder sintonizar o clero com a hierarquia através da difusão de uma religião mística que dispensava a intervenção direta do culto dos santos, senão através daqueles modos prescritos, precisamente, pela hierarquia. Vivenciar os sacramentos seria a forma correta de infundir o catolicismo dos bispos tido por verdadeiro.

A esse respeito temos o testemunho da vida de Frederico José de Sant'Anna Nery, futuro Barão de Santa-Anna Nery, católico militante. Este nascido em 1848 na cidade de Belém teve a oportunidade de cursar como seminarista em Manaus, fez parte da comitiva do prelado que ia ali assistir como suas ordens estavam sendo levadas a termo. Nessa empreitada, o bispo pensava poder reconhecer as vocações para o sacerdócio que porventura seriam atestadas no seu encontro com os alunos que almejavam a carreira da batina nos marcos do que se expressava o programa da romanização. D. Macedo Costa engana-se em parte com Santa'Anna Nery, pois apesar de ter conquistado uma recomendação do prelado para seguir a carreira da batina logo se contentou com as ordens menores onde cursa o Seminário de São Sulpício, em Paris. Em que pese não aprofunde as ordens maiores, necessários à sagração de padre, isso não o impediu a este de perfilar-se ao lado do bloco católico ao longo da chamada Questão Religiosa, bem como nos debates que se seguiram e se prolongaram a até a separação entre estado e igreja. Percorrendo outra formação, ainda em Paris bacharelou-se em Letras (1867) e, em seguida, em Ciências, mas jamais se afastará da influência eclesiástica, com a qual obtivera inclusive as finanças para lhe custear os estudos. Essa filiação ao programa da igreja romanizadora pode ser atestado com a conclusão de sua graduação na Itália, onde concluiu o curso de Direito pela

---

Bethlém, compreende as Freguezias da Cidade de Benfica, de Barcarena, as de Conde e Bejá, que perdem o predicamento de Villa a de Abaeté, a de Igarapé-mirim, a de Mojú, a do Acará, a de Bujarú a do Capim e de S. Doningos até ao Igarapé Jurudaia inclusive. 6 ? A povoação do Turi-assu fica erecta em Villa, compreendendo no seu Termo todo o territorio que actualmente lhe pertence, e não he desanexado para o Termo da Vila de Bragança. . (S1-1 Relatório da Presidência da Província de 1833)".

Universidade de Roma (1870). Aliado indelével da Santa Sé publica, na Itália, *Les finances pontificales e Le prisonnier du Vatican*[51].

Os católicos leigos tiveram um papel imprescindível ao tomarem para si a defesa das prerrogativas cuja igreja gozara durante séculos podendo até fazer propaganda de como mobilizava seus recursos para suportar os desvalidos da fortuna enquanto não descurava da investir na formação sólida de católicos desde a tenra idade até ao cidadão. Pela singularidade de estado religioso propriamente dito, os chamados estados papais deixaram de ser revestidos única e exclusivamente de seu caráter político e cada vez mais a igreja tentou incrementar uma feição religiosa e espiritual no seu domínio temporal; contudo, o cerco sobre os territórios da igreja na Itália era uma questão de política de estados em disputa pela hegemonia européia e a igreja não conseguia conferir sua neutralidade nessas porfias, ora sendo vassala da Áustria, ora da França, deixando de apresentar-se como candidata à Revolução algo que devido a sua natureza era impensável; só bem mais tarde a hierarquia pode infundir uma política sobre o caráter do Vaticano sem se deixar confundiu jamais com a soberania dos estados. Diante de tantas indisponibilidades dos estados com a igreja, precisava esta de muitos defensores da sua particularidade e universalidade a um só tempo, dessa verve, Sant'Anna Nery raiou com sua pena para acudir aos direitos do santo padre para ser dirigente temporal dos territórios papais, convicto de sua unção espiritual para ser o pastor da igreja universal; à conta de D. Macedo deve ser atribuída parte desse entusiasmo cultivado no infante, depois potencializado no literato católico postando-se no campo de batalha na tentativa de transpassar o bloqueio levantado pela modernidade no plano cultural, escudado nos movimentos dos exércitos nacionalistas em apear o santo padre de seu trono.

Em Óbidos, no interior do Pará, ou em S. Suplicio, nos arredores de Paris, aqueles tocados pela mensagem da romanização proferida por D. Macedo floresceram na imprensa e dali sustentaram fogo contra as supressões das prerrogativas da igreja e denunciavam o atravessamento das ideologias liberais de um conteúdo falso, errado e até herético. O refúgio era em principio tudo quanto podia pronunciar o campo católico em retirada, mas não havia apenas o claustro, na pratica os conventos cada vez mais rareavam, muitas vezes eram perseguidos e impedidos de admitirem noviciados para ter continuidade de seus mosteiros. Estrategicamente a

[51]Conferir dados do Dicionário de Folclore Brasileiro onde lista as demais obras "*La logique du coeur* (traduzido para o inglês, o alemão e o português, 1872). A partir de 1874 passa a residir em Paris, sendo correspondente do *Jornal do Commercio*. Publica, em Paris, *Un poète du XIX siècle: Gonçalves Dias, Letres sur Brésil; réponse au Times, La question du café,La bataille du Riachuelo, La civilisation dans Amazones,guide de l'emigrant du Brésil, Le Brésil* e *Folk-lore brésilien – Poesie populaire – Contes et legendes – Fables et mythes – Poésie, musique, danses et croyances des indiens* (1889), livro muito importante sobre o folclore brasileiro que, somente em 1992, numa tradução de Vicente Sales, foi publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, do Recife".

igreja aprendeu no seu recuo a forjar várias frentes de confronto para poder substantivar sua concepção renascida de redenção, alias o que seria da igreja sem esse élan?

Nem tudo começou com a romanização, não é possível supor sua aparição como um *ex machina*, há uma solução de continuidade da igreja ao comunicar seu sentimento, mas ao lado disto há as injunções políticas sempre comprimindo os blocos de poder em disputa pela hegemonia. Apropriar-se da técnica e da ciência foi um descobrimento da hierarquia para poder estender aos confins da capilaridade da igreja sua compreensão dos tempos, notadamente aquele instante no qual era deslocada das posições ordinárias assumidas fazia séculos. Se as artes em suas várias modalidades serviram para igreja difundir sua mensagem religiosa como foi caso do teatro, na modernidade a palavra impressa é por excelência o móvel da distribuição de idéias, se anteriormente podia se livrar das idéias infamantes à religião pela perseguição, agora é na concorrência para demonstrar a eficácia, a inovação e durabilidade da concepção católica do mundo que reside a fortaleza do catolicismo. Dispor desse entendimento não seria só tarefa dos religiosos, mas dos leigos que atingiram o entendimento e por sua própria lavra davam vazão às prédicas oriundas dos veículos católicos e repercutiam nos demais periódicos as pretensões da igreja para continuar a ser guia das consciências não só no plano espiritual e moral, mas esse plano não lhes contenta, quer pautar no plano secular sua organização social.

Avante a romanização, conseguiu o prelado atrair em torno de si vários colaboradores como Samuel Macdowell, Conego Dr. José A. Pinheiro, Cônego Borges de Castilho, Dr. José Joaquim de Moraes Navarro, Padre Felix, Padre Manoel Bernardes[52] todos católicos preocupados com o desenrolar do catolicismo e suas relações com o estado ou o governo da igreja para alcançar o objetivo traçado por D. Macedo. A atuação destes não pode ser descrita como de títeres do titular do paço episcopal, embora sirvam de acólitos na execução do programa e ocuparam funções de estado onde defenderam o ponto de vista católico como foi o caso de Samuel Macdowell que foi deputado, senador e ministro do império. Do seu posto, davam o primeiro combate na certeza de certificar a concepção católica frente às investidas liberais e ou maçônicas na tentativa destas de ofuscar a religião oficial do estado.

Os sermões civilizatórios são parte integrante desse cuidado contra a floresta que irradia forças poderosas contra as quais a igreja sente-se na obrigação de esclarecer aos caboclos para não terem contato com a religião dos indígenas por esta cultuar entidades perigosas e levá-

[52] Samuel Macdowell, editor e redator de o jornal a Regeneração na década d 1870, embora o periódico não tenha larga duração este presente nos debates da Questão Religiosa e ao final de 1875 declara estar em pleno acordo com a igreja; Conego Dr. José A. Pinheiro articulista de O Diário de Notícias; Cônego Borges de Castilho, governador do Bispado, preso em seguida por não ceder a pressão de retirar o interdito, parocho da Igreja de Santana, Dr. José Joaquim de Moraes Navarro, Padre Felix, Padre Manoel Bernardes colaboradores de A Estrela do Norte e posteriormente no Boa Nova, jornal católico sob os auspícios do bispo.

los a perdição, por isso irá contestar o pajé em público na sua passagem pela cidade de Joanes. O pai espiritual crê ser responsável pela denuncia de "crendices", daquilo que afasta o católico dos sacramentos na disposição correta tal como é ensinada na religião oficial[53]. Podemos constatar as intervenções do Antístenes no jornal, na correspondência oficial com o governo da província, com o próprio imperador admoesta as propagandas liberais que sufragam um comportamento e conduta alheia ao programa da igreja como ilustra o exemplo da procura desenfreada pelas "crenças exóticas" ou as investidas recorrentes do protestantismo[54].

Subindo ou descendo as águas, D. Macedo tem em mente a necessidade de pregar e pregar para conter os ímpios, dissuadir os desobedientes e aclarar os dogmas de fé que

[53] Rizzini demonstra a importância de D. Macedo na elaboração de uma proposta de reforma moral a partir da Instrução Pública ao lado da seleção de possíveis colaboradores para a ação romanizadora com o envio de estudantes para seminários europeus, "...fundou uma biblioteca eclesiástica no palácio episcopal franqueada ao público para a qual ofereceu mais de 700 volumes; defendeu seus projetos em inúmeros ofícios enviados ao Ministério do Império e em artigos na imprensa; criou um asilo para órfãs, com cursos para alunas externas e um instituto de ensino profissional para meninos indígenas e desvalidos; fez discursos e publicou textos na defesa da instrução elementar e da civilização e catequese da população da região; publicou e distribuiu pelas escolas públicas livros sobre história bíblica e civilidade cristã; nas visitas pastorais ao interior, além de cumprir agenda dos ofícios de sacerdote, contatou grupos indígenas na expectativa de promover o aldeamento e a catequese dos índios, mobilizou missionários e governo, e providenciou a educação profissional de meninos em Belém; nas viagens, conheceu manifestações religiosas de povos da região e condenou publicamente o que considerava impostura. Ao deparar-se com situações consideradas ameaçadoras à fé católica, tomou medidas enérgicas para debelá-las, como ocorreu em viagem ao alto Purús, na Província do Amazonas, quando localizou uma missão protestante inglesa, que segundo seu relato, comprara meninos índios para iniciar a ação missionária". Ofício de 3/12/1878 ao Ministério do Império (Arquivo Nacional, Correspondência entre a Presidência da Província do Amazonas e o Ministério do Império – 1852-1889). As iniciativas educacionais descritas baseiam-se em artigos e notícias dos jornais *A Boa Nova* (da diocese), *A Constituição* e *A Província do Pará* 331'' Ver: Rizzini, Irmã. O *CIDADÃO POLIDO* e o *SELVAGEM BRUTO* A EDUCAÇÃO DOS MENINOS DESVALIDOS NA AMAZÔNIA IMPERIAL. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado/ Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Para aprofundar algumas questões sobre as disputas em torno da mão-de-obra e no que empregá-la ver: BATISTA, Luciana Marinho. **Além dos seringais:** as relações entre agricultura e o extrativismo no Grão-Pará oitocentista. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social/IFCS/UFRJ. Quanto à discussão das propostas civilizatórias da igreja procurar BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. BEZERRA NETO, José Maia. **As oficinas do trabalho:** representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará - 1830/1888 (uma primeira versão deste texto foi publicada na *Ver a Educação*. v.2, n.1. Belém, 1996).

[54] Em "A ESTRELA DO NORTE", de domingo, 8/3/1863, na Instrução Pastoral sobre a Quaresma de 1862, isso mesmo, ele fez imprimir um ano depois suas preocupações como os católicos deveriam vivenciar a religião de maneira correta, sufragando seus ritos e se alimentado de seus mistérios. Nesta longa reportagem faz saber aos crentes como a igreja através de deus instituiu a Quaresma como um preparo das almas na expiação das culpas e para se tornarem mais cristãs com o foro de justiça divina eterna possa o cristão se reconciliar como altíssimo e apalaçar a sua revolta contra o criador querendo tomar-lhe o lugar e de seu representante; particularmente a passagem "revolte-se embora a falsa delicadeza do século: esta é a lei,a tal preço é a expiação.... O que significam as macerações dolorosas , abstinências e jejuns que nos encontramos igualmente no fundo das crenças idolátricas, do nahometanismo ao culto druidico, do fetichismo do selvagem Americano, assim como na religião mosaica, senão a necessidade de expiação do sofrimento, senão a grande lei da penitencia, presentida e aceita pelo instincto religioso do gênero humano decahido!". Em seis paginas de jornal, o bispo exorta a penitencia trazendo para atualidade seu valor essencial, admoestado que a falta tem como solução a penalidade de afastar-se de deus e condenação das penalidades.

ganhavam cada vez nova força como se observa na intrusão da crença na Imaculada Conceição proclamada por PIO IX, bem como os erros do século apontados no Syllabus.

A realização de casamentos, crismas, batismos, e unção dos óleos noticiados no jornal católico "A ESTRELA DO NORTE" e posteriormente "BOA NOVA" são prestações de contas públicas dos haveres do titular da diocese para com seu rebanho, que percorre a vapor, a cavalo, mas seguro que fosse mula, a canoa e a pé as distancias para certificar-se do cumprimento de suas determinações, ao mesmo tempo em que serve de exemplo para fixar um modelo de agente da religião zeloso para com o trato das almas que estão sobre seus cuidados.

Durante suas viagens, D. Macedo se solidariza como os reclamos do povo que quer assistência civil capaz de impor um processo civilizatório contra as ofertas da natureza que estavam a todo instante enredando as populações nas crenças e hábitos perigosos favorecidos pelo lugar[55], no caso, a floresta que faz despertar forças primitivas e pouco susceptíveis a disciplina que deve garantir a existência do homem moral. Desse modo, o pedido para implantação de subdelegacias, juizados de paz, câmara de vereadores, recursos contra a indigência, socorro para os males das epidemias que grassavam nas povoações da região serão tocados nas pregações e na correspondência ao poder civil[56].

[55] As publicações de D. Macedo se ocupam das questões doutrinárias e sociais. As primeiras orientavam as concepções de mundo, enquanto as segundas enfrentavam problemas objetivos de como dar corpo aos princípios sentenciados nas primeiras. Por se tratar de um religioso, o estilo da retórica é muito pedagógico e tem em vistas alterar as circunstancias observadas e experienciadas no seu governo do bispado rompendo com o catolicismo local, mas também fundado na cultura material em expansão na Europa que havia tomado contato. COSTA, Antonio de Macedo. A Amazonia: meio de desenvolver a sua civilisação. Conferencia recitada em Manaus, no Paço da Assembléa Provincial, perante o Exmo Sr.Presidente da Provincia e grande número de pessoas gradas, no dia 21/3/1883.3a ed.,Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1884.COSTA, Antonio de Macedo. Discurso pronunciado pelo Excellentissimo Senhor D.Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, na solenne Inaurguração da Bibliotheca Publica fundada na mesma Provincia no dia 25 de março de 1871. Pará: Typ. do "Diario do Gram-Pará, 1871. 16p. (Ed. fac-similada da Academia Paraense de Letras, 1978). COSTA, Antonio de Macedo. Compendio de Civilidade Christã offerecido ás famílias e ás escolas brazileiras. S.l., Braine-Le-Comte, 1880. A obra a seguir não foi publicada ainda em vida, ma ela encerra uma de suas preocupações com os deveres na família apontado ao longo de suas pastorais. COSTA, Antonio de Macedo. O Livro da Familia ou explicação dos deveres domesticos segundo as normas da razão e do Christianismo. Ofereccido aos seus Diocesanos por D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Rio de Janeiro, s.e., 1930.

[56]Ofício sobre medição de terras devolutas para criação de gado – paço Episcopal, s/d. Ofícios pedindo cópia de toda correspondência do missionário dos rios Urus e Içava. S/l, s/d. Ofício ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará. S/l, 186(...). Ofício sobre compra de terras para uma Escola de Agricultura, Artes e Ofícios no Pará. Belém, 1863 – Incompleto. (Coleção Dom Antônio de Macedo Costa, Correspondência ativa (rascunhos e cópias), Lata 411).

Destaque especial para subordinação dos clérigos ao bispo também consta das iniciativas operadas por D. Macedo, e este não titubeia em disciplinar seu clero com o rigor do direito canônico decretando *ex informata conscientia* ao Vigário colado de Silves, na província do Amazonas em sua visita pastoral de 1862; de maneira semelhante suspendeu ao sacerdote Francisco Benedito Fonseca Couto, também em Cametá assim procedeu; porém o biografo de D. Macedo Costa não nos informa o motivo nem a nome do padre e continua a relatar a navegação no Tocantins para Baião e Mocajuba feita pelo prelado. Esta punição era aplicada em larga medida sobre aqueles religiosos recalcitrantes em adotar as regras do bispado tanto para desvios de conduta moral, bem como pela profissão de credos e teses filosóficas colocadas em dissonância com a igreja como, por exemplo, o liberalismo, a maçonaria ou nos casos de ruptura aberta ou velada com o celibato[57].

A luta contra as ordens, durante todo século XIX foi sentida na província do Gram-Pará ao par de outras províncias do império, fossem na repúblicas ou reinos, na América ou Europa a força da separação estado/igreja, denunciava, portanto, a preocupação com a formação do pessoal religioso para combater os constantes deslizes morais, investido de maneira consistente em seu preparo para dar conta das tarefas de reforma moral que a igreja pretendia com a romanização dos bispos. Não por acaso, a insistência dos religiosos em atrair as ordens religiosas para efetuarem um trabalho pastoral capaz de expandir a influência católica sobre os silvícolas, mas também sobre os arredios caboclos da Amazônia que constantemente cediam aos encantos da floresta abandonando os modos da civilização enquanto se perdiam dragados pelas forças da natureza só poderia ser viabilizado com importação crescente de religiosos das ordens européias que já tinham absorvido de modo manifesto a romanização.

Estas semelhanças podem ser notadas com a província de Santa Catarina quando em "1844, quando aqui chegavam os jesuítas expulsos de Buenos Aires o Presidente Antero José Ferreira de Brito observava umas diferenças, por efeito de comparação; narra que passava por este tempo pela Ilha três religiosos espanhóis, tendo um êxito que o clero local há muito não tinha: *"Os seus costumes, diz o Presidente, são austeros; eles pregam a doutrina cristã em toda a sua pureza, conservam-se alheios às coisas deste mundo e consagram-se inteiramente ao*

[57] Em "A ESTRELA DO NORTE", de domingo, 11/3/1863, EXTRACTO do expediente eclesiástico em Manaus. Fevereiro 3. Portaria suspendendo ex informata consciência, do exercício das sagradas ordens o Padre João Antonio de Farias – Idem, exonerado do magistério da cadeira de latim do Seminário episcopal o dito padre. Em fevereiro 6, Portaria suspendendo do exercício das sagradas ordens ao Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Vigário collado de Silves, por se haver retirado por mais de uma vez de sua freguesia sem a competente licença. Fizeram-se as devidas communicações ao Exm. Sr. Vice-presidente em exercício. Significativa eram as indicações do bispo de tornar publicas as punições exaradas de seu múnus episcopal sem aparentar tergiversações o governo da igreja foi levado a termo com todas as implicações. A ausência ou o desvio teológico-filosófico são infrações distintas, suas penas são graduadas de acordo, mas não são tolerados. Desta feita, a intervenção de D. Macedo quando em viagem não era apenas de exortação ao reto experimento do catolicismo, quando se fazia necessário a autoridade exprimia seu poder.

serviço de Deus"[58] Tanto o estado quanto a igreja defrontou-se com a situação, pois os reclamos iam dos maus costumes até ao total descuido com o oficio das coisas santas, fazendo com que civis e a hierarquia religiosa almejasse uma colaboração, não qualquer uma, é importante frisar, mas aquela moldada nos parâmetros da causa da Sé de Roma.

Nesse período conturbado pelas lutas entre a tradição e o liberalismo não se podia deixar de situar as visões do que seria uma causa eminentemente religiosa e algo que podia suscitar as desconfianças com a elaboração de uma barreira á causa da cultura liberal que não cansava de acusar a igreja de praticar o jesuitismo como um modo de guiar, ou de modo mais evidente, de manipular as consciências para permanecerem no atraso da ciência e da filosofia, condenando aos homens a continuarem servis à causa da religião oficial do império. Essa suspeita fazia com que os maçons, que também eram liberais, embora não só esses demonstrassem sua insatisfação com a possibilidade da igreja imputar um catolicismo nos moldes do ultramontanismo, reverberassem na imprensa sua aguda crítica aos intentos propalados pelo bispo de renovação da cultura religiosa do clero e do laicato, seja através da formação dos religiosos nos seminários aqui e alhures, pois segundo o bispo do Pará falta essa combustão que apenas o catolicismo da Santa Sé era capaz de ativar, enquanto o catolicismo da floresta era por demais caboclo, eivado de superstições, crendices e ignorância geral sobre a teologia e ao refinamento da liturgia; os esforços financeiros para alcançar os objetivos interpostos pelo prelado também são bastante expressivos por representarem somas vertiginosas empregadas na educação do clero, ainda que um grande número de seminaristas tenham acabado por desistir da vocação da batina, recordemos o caso de Sant'Anna Nery referido já anteriormente. Outros ainda tenham morrido por contraírem moléstias e ao cabo de oito anos, os valores serão duramente questionados pela oposição liberal a esse projeto. Por último, alegam que os familiares do bispo são os maiores beneficiados com esses esforços que a província faz, mas ele próprio, quão pouco contribuiu financeiramente para atingir seu fito.

As querelas políticas põem a lume o vigor das disposições entre os diferentes propósitos da religião católica conduzidos pelo bispo e as obstruções plantadas pelos liberais para irromper com a autoridade e autonomia que a igreja julgava ter direito e favorecer a doutrina da liberdade de consciência sem necessariamente renegar o catolicismo. A voz dos liberais apresenta o tom desse debate.

D. ANTÔNIO E SEUS SEMINARISTAS

> Desde os primeiros dias do seo episcopado tratou d. Antônio de por em execução o plano, que de Roma lhe havia sido traçado.

[58] Fala do presidente da província á assembléia Provincial de Santa Catarina de 1847

Mas faltavão-lhe auxiliares, cooperadores zelosos, com que podesse contar na luta, em que o jesuitismo mais tarde tinha de aventurar-se contra a liberdade e os principios da civilisação moderna...

Os padres velhos, educados n'outras doutrina, não erão os mais proprios para desempenhar a tarefa, que o ultramontanismo tem commettido a seos adeptos.

Era mister pois, educar o clero inocutando-lhe os princípios da seita abominável, tão justamente repellida pelo mundo civilisado.

Organisar a millelia disciplinada dos filhos de Loyolla, os janisaros da curia Romana foi o primeiro pensamento do pastor, quem em tão má hora coube a diocese do Pará. D. Antônio procurou logo por todos os meios desacreditar o seo seminário, taxando os professores de ignorantes para assim justificar a remessa dos jovem, que se dedicavão a carreira de sacerdocio, para o seminario de S. Sulpicio e outros da França, onde o jesuitismo tem estabelecido os seos quarteis.

Quarenta e sete moços, lê-se na Boa Nova, tem sido enviados para França a fim de ahi, seguirem o curso das sciencias ecclesiasticas desde 4 de setembro de 1861 a 18 de setembro de 1869, e com elles se tem despendido até o fim do anno de 1873 a avultada quantia de 129.090$000!

Vejamos agora se os resultados correspondem ao sacrificio pecuniario, que se tem feito, pondo em contribuição frequentemente a bolsa dos fieis.

É o mesmo mappa, que nos ha de fornecer esclarecimentos para o assumpto, de que nos occupamos.

Dos quarenta e sete jovens, que forão mandados estudar nos seminarios da Europa , vinte cinco abandonarão a carreira ecclesiastica, ou deixarão os estudos por differentes motivos.

Mais da metade! Isto é admirável e prova contra a pessima escolha dos estudantes, feita sem criterio, sem attenção á vocação, e a capacidade intellectual; e ao mesmo tempo parece demonstrar que os seminarios do velho mundo em vez de inspirarem aos alumnos gosto pelos estudos ecclesiasticos, lhes incutirão n'alma um sentimento inteiramente diverso.

Forão portanto vinte cinco jovens perdidos para o sacerdocie, e assim inutilmente gasta mais da metade da quantia que o sr. d. Antônio diz ter sido remettida.

Continuemos.

Fallecerão na França quatro estudantes. Voltarão da Europa, e continuão aqui no seminario os seus estudos tres, para os quaes, já se vê, a viagem bem pouco aproveitou.

Freqüentão ainda os seminarios de França quatro alumnos.

Voltarão sacerdotes, com os seus estudos completos onze jovens, dos quaes dous fallecerão logo depois, em conseqüência demollida contrahidas naquelles climas.

Eis a final o resultado de tanta fadiga, de tanta despeza.

A educação de onze sacerdotes, a maior parte dos quaes já forão muito adiantados em estudos, custou muito mais de cem contos de réis!!

E apresenta-se d. Antônio muito ufano perante os seus diocesanos a pedir applausos pela execução de sua obra grandiosa da regeneração do clero.

Com cem contos de reis podia o nosso sabio pastor, se tivesse mais algum tino, ter elevado o seminario ao maior grau de prosperidade, contractando até na Europa professores habilitados, educados segundos os sãos preceitos da seita jesuítica, visto como no Brazil não se formão padres illustrados.

Parece que ultimamente d. Antônio comprehendeo o seo erro, porque ha quatro annos não tem feito, como costumava, remessa de seminaristas.

O desengano vem muitas vezes tarde, mas sempre vem.

Para terminar accrescentaremos algumas reflexões, que nos suggerio a leitura do mappa estampado na Boa Nova.

Entre os contribuintes figura d. Antônio de Macedo Costa, como tendo concorrido com a quantia de 8:910$000 réis.

Tanta generosidade de um bispo, que não dá um vintem de esmolas fez-nos pasmar, porém um exame mais detido do mappa nos convence de que, mesmo admittindo a exactidão das cifras, da parte de d. Antônio não houve tal generosidade.

Quatro parentes muito proximos do nosso pastor estiverem na Europa, estudando; foram elles Francisco de Macedo Costa, por espaço de 4 annos, 10 mezes e 13 dias, José de Macedo Costa, por 7 annos, 4 mezes e 26 dias, Benjamin de Macedo Costa, por 4 annos, 9 mezes, e 21 dias, e Antônio de Macedo Costa Sobrinho, por 3 annos, 1 mez e 22 dias.

Sommando-se os annos teremos 20 annos, quatro mezes e 22 dias, e multiplicando-se por 550$ réis, que a Boa Nova calcula ser a despeza de cada estudante, temos o producto 11.216$927 réis.

O que quer dizer que d. Antônio ainda está devendo perto de tres contos de reis da educação de seos parentes, que não se destinavão a carreira ecclesiastica, como prova o facto de estarem empregados na Bahia.

O que nos responderá a Boa Nova?

Pedimos-lhe por ultimo que accrescente á lista dos contribuintes o nome de João Antônio Tanellas, que pagou pontualmente todos os annos a sua pensão na Europa.

Quantos outros não estarão nas mesmas circumstancias?

Ah! jesuitas! ... jesuítas! ... [59]

[59] O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 14.12.1873, n. 283, p. 1a.

Esse despertar para o zelo, o investimento que renovasse a mentalidade do clero da Província, atendendo a todas as necessidades do pastoreio espiritual, conjugado com o uso ordeiro das questões que estavam sobre a alçada das matrizes, paróquias, capelas e ermidas fizeram de D. Macedo Costa um gestor competente e atento para dirimir as condições lastimosas que se encontrava a diocese. Seus inimigos, porém contestam a formação ultramontana como a sucessora da antiga doutrina da "religião de nossos Paes" cujos padres velhos haviam professado e ensinado ao rebanho paraense, creiam estar sendo vítimas mais uma vez dos métodos e inteligências a que atribuem ao retorno dos jesuítas, já ultrapassados pela ilustração do século, desabonando os seminários existentes no Pará e no Brasil para serem talhados à imagem da moda européia do catolicismo de S. Suplicio. Reclamam a falta de tino do bispo para obrar pelo seminário de Belém dotando-o de força intelectual ilustrada, até sob os modos jesuíticos par prover a diocese de um clero esclarecido nas coisas da religião. Note-se o reconhecimento com o devido financiamento e educação do clero apresentado na folha liberal, mas não lhe escapa a oportunidade de responsabilizar o bispo pela pouca eficácia alcançada com as medidas, além de fustigar o príncipe da igreja de aproveitar-se das rendas colocadas em favor desse projeto serem utilizadas para o sustento de seus familiares em estudo na Europa.

De Óbidos, Padre José Nicolino figurou entre os eleitos para se consagrarem ao estudo religioso na Europa, desde criança fora afastado do convívio familiar, desperto e/ou convocado para carreira sacerdotal, encontrou-se no seminário de Seigueux, para finalmente confirmar sua adesão ao presbitério no seminário de Aire (Tavares: 2006, 46). Em França há um berçário da religiosidade de um modo de ser católico segundo os preceitos diocesanos apartados do meio natural segundo o qual a substancia determina a consistência dos soldados da batina. Só a Europa podia desprender aquela alma contaminada de tantos vícios da ambiência e constituir um protótipo de evangelização ao remodelar a vivencia e a convivência daqueles católicos tão acostumados à religião de nossos Paes que não conseguiam perceber quão distantes estavam do catolicismo de Roma, alçado como o único modelo. Dessa forma, D. Macedo ocupou-se em dirigir para o velho mundo aqueles destinados a aprenderem e depois para em sua diocese no Grão-Pará transplantar o catolicismo verdadeiro, conforme este próprio apreendeu. Quisera por seu exemplo e de outros mais aproximar a condição local ao signo universal e primeiro da Sé de Roma como julgava.

Ser liberal implicava um grande apreço a modernização e aos signos de modernidade, contudo, sem deixar ser aviltado aqueles elos com a tradição conforme haviam apreendido no gradiente tido pela religião de nossos Paes. Quando as ordens religiosas perderam a capacidade de comunicar a mensagem devido ao seu caráter de negação da mesma modernidade, outras

ordens puderam fazer uma interpretação mais aderente às necessidades do século. Os lazaristas foram alçados ao plano primeiro da formação de quadros religiosos para se contraporem à modernidade embora imerso no caldo de cultura da tradição, cujo vigor podia ser encontrado na fonte antiga dos jesuítas, ou da inovação como era o caso desses lazaristas. Na polemica entre liberais e católicos todas as ordens são reduzidas ao jesuitismo. Um modo, um método de catequese era lembrado não só pela sua eficácia em ganhar almas para o catolicismo, sobretudo, por entorpecer a livre investigação até em matérias não religiosas, causando um profundo conflito com a cultura liberal disposta a perseguir seus riscos na busca da verdade.

Poderiam os liberais afiançar em matéria religiosa os ensinamentos do bispo e de sues acólitos, até chegam ao limite de recorrer aqueles ultramontanos disfarçados ou não de jesuítas para dirigirem o culto do qual requerem alimento espiritual. Esta possível assimilação revela uma face bem mais instigante dos liberais dispostos a acederem os templos e seminários para confirmarem um apascentamento, só considerando não serem menosprezado e as tradições da religião de nossos Paes. A contribuição dos recursos para sustentar os estudos desses seminaristas fora larga, João Antonio Tanellas, da fileira dos liberais queria ser reconhecido entre os doadores demonstrando o compromisso com o sustento da empreitada, sabendo mesmo das limitações do clero ultramontano com as reservas liberais importava sobremaneira fincar bases para assistir o culto. A combinação de liberalismo e catolicismo fica patente neste encontro, mas os liberais aproveitam-se para fustigar o bispo e os seus eleitos diante de tantas promessas e de tão poucos resultados. O prelado não recua ante aos insucessos, compreende o filtro dos seminários europeus por isso optou por eles, a peneira dos seminários locais não seria tão eficiente em separar o joio do trigo, contentaria-se como religião de nossos Paes e apresentaria aqueles sacerdotes de moral duvidosa, cheios de aleivosias e identidades com o secularismo ou mais particularmente como o galicanismo sem prestarem a devida solidariedade à autoridade da igreja ou ao seu modo de ser católico. A importância dos valores monetários não ocupa a centralidade da trama apontada pelos liberais, ela tem um papel explosivo do incomodo da responsabilidade da arrecadação e gerencia do financiamento para os candidatos à carreira da batina, o alvo fundamental era escarnecer do prelado por este não apresentar uma acolhida maior a cultura religiosa tal como havia sido observado pelos seus antecessores.

Ter padres para oficiarem o culto assume uma monumentalidade vital quando é sabida a ausência destes, por isso os liberais acolhem até os jesuítas, lazaristas, posteriormente redentoristas com tanto que sejam capazes de presentificar aquelas ações por excelência de um sacerdote, e fariam isso com gosto por se reconhecerem católicos sem perder a cultura liberal já conquistada bem como a tradição de vivenciar o catolicismo na convivência religiosa da igreja. Anunciam ao prelado sua subordinação nas coisas do culto, somente naquelas circunstancias

estritamente referente ao culto, deixando aos liberais a possibilidade da gestão de suas consciências e do estado, assegurado, porém o privilegio da união deste com a igreja.

Correndo os riscos do isolamento, a igreja tinha estabelecido suas metas e não podia prescindir da qualificação do clero sob pena de ver reduzida sua capacidade de dirigir as paróquias sem colocar os sacerdotes na posição de meros funcionários públicos, situação repudiada pela hierarquia católica, convicta do desempenho de papel de salvação religiosa e civilizatória, comparando aquele tempo histórico com outros momentos quando a igreja empreendia sua missão e fora obstada pelo estado. Perseguir a constituição do campo católico implicava na desqualificação da cultura liberal tanto quanto a tradição vivenciada pelos católicos de antes do ultramontanismo. Quando esta vitória tivesse sido assegurada outras mediações poderiam ser postas, ou seja, a autonomia da igreja não implicava na destruição do liberalismo nem da tradição das devoções, significava peremptoriamente em subordiná-las ao élan da igreja.

Sem desanimar, prossegue D. Macedo na sua tentativa de reformular o clero para colocar em sintonia o catolicismo dos paraenses com as diretrizes de Roma. As condições de transporte, alojamento e sustento dessa empresa sempre iram requerer maior atenção do bispo, além das estruturas foi preciso mobilizar os recursos espirituais para poderem tocar aos católicos essa mensagem ultramontana.

È conveniente recordar que se tratava do bispado que media quase a metade do território nacional pelo qual respondia e procurava fazer-se presente em todas as extremidades. Tão logo a estação das chuvas e cheias se fizeram chegar, logo estava D. Macedo em prontidão, pois no período de seca não havia possibilidade efetiva de deslocamento par as regiões mais ao oeste. Isso demonstra como era necessário o conhecimento sobre abundancia ou a falta das chuvas numa empresa de interiorização do catolicismo na Amazônia, luz adquirida ao longo do processo de penetração dos europeus, em que pese já se contar com o barco a vapor, nem por isso podia dispensar o regime das cheias que organizava grande parte da navegação dos rios. Consegue prezar uma componente de grande significação para penetração do território através das águas da bacia amazônica, procedimento até hoje ainda não alterado. Afinado ao trato das viagens, no ano de 1863, o prelado vai até a Vigária geral de Manaus e na povoação de Silves disciplinara o clérigo colado Daniel Pedro Marques de Oliveira na forma de *ex informata conscientia;* voltando por Breves onde exalta a vida consagrada e religião oficial do império que deve prover os recursos para que haja um clero afeito a esses princípios através do encargo de determinadas comissões, como foi o caso de Manaus em 5 de maio de 1863, para arrecadarem os valores destinados ao faustoso fim da educação dos menores, sobretudo aqueles que se

destinaram a vida da igreja[60]. Nessa empreitada pede à Câmara Municipal da mesma cidade para levantar um cruzeiro em frente ao cemitério.

O bispo não admitia ser interpelado como um mero funcionário público, e nem o clero deveria assim representado, isto não condizia na acepção do príncipe da igreja com condição de ministro de deus e cobra dos religiosos uma postura semelhante a sua própria ao não deixar enredar-se pelas teses liberais e/ou maçônicas. Em 25 de junho de 1863, na cidade de Cametá, suspende o padre por flertar com o mal do século, seguido para Baião e Mocajuba, região do Baixo-Tocantins onde exorta a disciplina do clero. No final do ano de 1863, no mês de dezembro, o Marajó é eleito para intervenção do Bispo, percorre Soure, Salvaterra, Monsarás e Condeixa, não antes de ter percorrido o rio Mojú. Em Joanes, assiste ao Sairé, segundo D. Lustosa, uma dança indígena e uma "cantoria monótona"[61] em honra de S. Tomé. Nessa oportunidade aproveita para condenar em público a um pajé.

A sociedade paraense apesar de seus conflitos com bispo não fica incólume à ausência de religiosos para dirigirem o culto e fazem seus protestos até nos jornais adversários da religião, demonstrando sem sofismas como partilhava com o bispo o desejo de ter sacerdotes para confortá-los em suas paróquias, denunciando a incapacidade da igreja fornecer adequadamente diretores espirituais, sobretudo na oferta dos serviços simbólicos mais sagrados da religião os sacramentos e liturgia, lugar de encontro entre a proposição ultramontana e a religião católica tradicional. De forma bastante pragmática, os católicos desafiam o bispo naquilo mais elementar de sua proposição ter um mediador entre os homens e deus para experimentarem a fé segundo as teses do catolicismo diocesano. Fica evidente a relevância do sacerdote para guiá-los na fé e não se contentam com as participações efêmeras nas visitas intermitentes daqueles sacerdotes de passeio pela Europa, Ásia e de suas paróquias, querem-no para ali se estabelecer e com eles vivenciarem a religião. Mas como são católicos esses liberais...

> com o sr. governador do bispado - Parece incr¡vel que no seculo presente, em que a religião catholica apostolica romana tem tocado o seo apogêo, e que os prelados tanto trabalham para manter os principios evangelicos della deixando ao mundo por Christo, vejamos povos inteiros segregados da igreja e privados de todos os socorros espiritaes; devido isto ao menos pre‡o em outro igual motivo manifestado pelos bispos, ou por quam faz suas vezes.
> Que vivamos privado de luxo e magnificência de qualquer festa religiosa, pouco nos importa, por que nem hem mil d'ahi nos provem; que, porem, se viva em uma importante villa e suas circumvizinhas sem um sacerdote ao menos, que prodigalise os principios salutares de nossa religião,

[60] LUSTOSA, Antônio de Almeida. Dom Macedo Costa (Bispo do Pará). Belém: Cruzada da Boa Imprensa, 1939. p.58.
[61] Idem.

> principalmente o baptismo, a missa, a comunhão e a uncão, , o que de forma alguma não podemos tolerar.Pois neste infeliz estado vive … população inteira de Soure. Salvaterra e Jubim, que ha annos não tem vigario e nem outro sacerdote para exercer ali a religião.
> As crianças morrem sem baptismo! Os enfermos entregam a alma ao creador, sem receber socorro espiritual algum, o, o que , mais, sem ouvirem ao menos a palavra sacerdotal!
> Ninguem ouve missa! Ninguem se confessa! E porque?
> Por não haver padre em Soure, nem na vizinhança!
> A matriz d'aquella villa j ha muito teria desabado se os seus habitantes não tivessem, com o seu trabalho exclusivamente, impedido o desmoronamento.
> A vigararia esta acephaia!
> Nem um jesuita ao menos para ali vae! ...
> E o povo vive em desanimo completo, porque os seus rogos ou ainda não chegaram aos ouvidos do nosso Prelado, ou elle não os quer attender.
> As primeiras authoridades da comarca, assim como os principaes proprietarios de Some, teem dirigido ao nosso bispo pedidos, e at, agora nem uma providencia tem-se tomado no sentido de sustentar e desenvolver a nossa religiÆo n'aquelle importante ponto da provincia!
> Ha pouco tempo foi ali de passeio uma barbadinho, que ha muitos annos vive viajando a Europa, Asia e agora a America do Sul; poucas horas demorou se retirando-se no mesmo vapor.
> Em meras pessoas sabendo da chegada do padre correram a vila produzindo muitas crianças, afim de baptisarem ... zendeiro que trazendo oito crianças perdeo duas! ...
> Parecer incrivel o que dizemos, mas , facto real, para o qual invocamos o testemunho do povo de Soure, Salva-terra e Jubim.
> Ao sr. governador do bispado pedimos que, por sua bondade, tenha compaixão do povo de Soure (seus comprovincianos), enviando para ali um sacerdote e accudindo assim o reclamo do dever que a nossa santa religião lhe impõe.[62]

As atribulações do bispo não diziam simplesmente ao respeito de seu pasto espiritual, este continuamente era atiçado pelos liberais quanto às opções que este fazia para reparar a falta de padres para proverem as paróquias de assistentes condignos para executarem as funções elementares, mesmo reconhecendo algumas críticas como as evidenciadas em tela. As povoações de Soure, Salvaterra e Jubim se consideravam abandonadas pelo bispo, porém não deixa de ser testemunha a preocupação do líder da igreja em ir pessoalmente aqueles lugares para chegar com sua palavra a confortar as almas que tanto reclamam piedade, sobretudo espiritual. Deve-se acentuar também que as localizações dessas villas no Marajó não eram tão distantes de Belém, pois à vela se atravessava à baia sem grande atropelo e em 12 horas se chegava ao destino. Dadas as dificuldades apontadas por essas vilas, imaginemos aquelas que ficavam no alto rio Purus.

Consoante com a fragilidade na formação do clero, as condições materiais ostentadas pela igreja denunciavam, sobre a importância dedicada a estas quando se observa à decadência dos templos, os restos que se achavam os paramentos, e a disciplina dos cleros em nada

[62] O Liberal do Pará. 26.04.1870.

lembravam ao exército de católicos referidas centenas de vezes pelos campeões do catolicismo, desde do papa até o católico da região da Mundurucânia. Para combater o estado de desorganização paroquial em geral, precisou o Reverendíssimo bispo suspender ordens de padres indisciplinados, constituir novas paróquias e freguesias, trasladar padres de uma paróquia a outra, e quando isso não bastava, sobrecarregava os mesmos párocos com mais de uma igreja a assistir, enquanto debatia-se na Assembléia provincial com pedidos reiterados para que se subvencionasse um seminário que acolheria as vocações despertas pelas visitas pastorais para poder fornecer um clero bem formado e disciplinado para cumprir as proposições do bispo. Por sua iniciativa, deu as ordens de presbitério ao reitor do seminário de Manaus devido à falta de clérigos que ainda não tinha recebido as ordens devidas. Nesta ação, o bispo começa a remediar esse obstáculo. Ao perceber que essas iniciativas eram insuficientes para responder ao descalabro que cercava a igreja, não hesita em chamar as ordens estrangeiras que pudessem vir se interiorizarem na Amazônia e também como os alunos egressos dessa região para estudarem nos seminários europeus e depois serem novamente enxertados nestas paróquias.

Diante das inversões feitas pelo estado e demais membros do lugar, o bispo pode anunciar a conclusão da igreja de Gurupá, a edificação da igreja de Porto de Moz e Mocajuba e na ocasião assistiu ao povo da região na colação da imagem na beira do rio Carapajó; com o alarde de costume Beja e Conde no Pará são dignificadas com sua visita. E novamente noutro extremo, em Tabatinga, última freguesia do Solimões, e nas paradas pelos caminhos deita a fazer crismas e visitas às igrejas por todo vale do rio Amazonas na s localidades de Cudajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, Tocantins, S. Paulo de Olivença, Tabatinga.

Se as igrejas de Belém e Manaus, capitais das províncias do Grão Pará e do Amazonas estavam constantemente denunciando a falta de recursos para prover com dignidade os ofícios santos, nos lugares mais distantes as lamúrias avolumavam-se de Tefé até Viseu. Obviamente, quanto mais distantes dos principais centros mais sofria a religião oficial do estado prover honradamente o culto católico. Não raro os religiosos interpretaram as subvenções ofertadas pelas confrarias como uma maneira de subordinar os ministros da religião aos negócios particulares, contudo, elas revelam um alto de compromisso com a experiência do catolicismo que fazia com estas mesmas confrarias realizassem diversos expedientes para salvaguardar os ritos mais caros da igreja, em que pese muitas das vezes terem sua própria interpretação do que era a prioridade a ser investida.

Se muitos dos templos foram construídos com os proventos do estado, das ordens religiosas e seus sistemas privilégios que lhes rendia isenções fiscais, as próprias confrarias empenharam muitas riquezas nas edificações, embelezamento e manutenção desses centros de

culto, e por isso julgavam-se no direito de compartilhar a gestão dos mesmos, chegando a desafiar a autoridade do principal do templo.

Forçoso é reconhecer que ninguém podia arvorar-se ao monopólio dos templos de uma só vez, pois sobre eles existem superposições de patrimônios, sentidos e afetos que serão processados pela balança da chamada Questão Religiosa. Também é verdade que o Governo Imperial construiu igrejas em diversos povoados e vilas por sua própria iniciativa, como bem atesta a elevação de capelas nas fortalezas para alicerçar a empresa colonial entre estado e igreja. Conforme a penetração na Amazônia pelos portugueses vai se estendendo, mais reclamos de assistência espiritual se faziam sentir nessas localidades, desde que estas não se imiscuíssem no trato com o trabalho servil, fosse indígena ou africano. Desse modo, concorrem demandas pela construção e ou ampliação dos templos proferido pelas câmaras das vilas, pelo governo da mesma ou de autoridades religiosas; ao mesmo tempo por sua própria iniciativa, cada segmento efetua a construção de uma ermida, capela, matriz ou até catedral segundo fosse a conveniência ou a disposição de meios. Portanto, a igreja embora reivindique a primazia na gestão dos templos não podia olvidar das contribuições realizadas por diferentes agentes civis e/ou particulares na elevação desses edifícios.

FACTOS DIVERSOS

A CATECHESE NO PARÁ - Já por mais de uma vez temos estigmatisado o procedimento do nosso paternal governo, que parece disposto a povoar a provincia do Pará com frades italianos.

Muitos desses santos homens têm abandonado a Italia em busca de melhores ares, depois que ali caducou o poder temporal do papa, e se tem refugiado no Brazil, como a terra mais propria para levarem a effeito seus virtuosos fins.

Nunca porem pensaram elles que encontrarião aqui alem da hospitalidade que o paiz concede a todo o estrangeiro, toda a sorte de privilegios, garantias, immunidades e favores que não costumão obter entre nós nem os mais conspicuos e illustrados estrangeiros que vem honrar o paiz com sua permanência n'elle.

A titulo de missionarios tudo se dá no Pará a taes hospedes.

Chegados aqui os primeiros mandou o governo que se lhes prestasse uma excellente chacara, que custava aos cofres 100:000rs mensaes, e mais a mesada de outros 100:000 rs. a cada um d'elles.

Installaram-se elles pois na tal chacara, no coração da capital, para catechisar-nos, vivendo ahi em santo ocio por muito tempo, até que se lhes mandou construir um palaceté por uma boa somma de contos de reis no pitoresco bairro de S. João, para onde

transferiram-se com armas e bagagens, e onde estão costumando a santa vida que levão desde que aqui aportaram.

Não é tudo: o gozo dos bens terrestres gera novas e mais doces aspirações mundanas; os frades, uma vez senhores dos bens com que o nosso governo prodigo os tem presenteado, depressa reconheceram incompletos esses gozos, e todos os dias fazem ao mesmo governo, que parece disposto a obedecer-lhes cegamente, as mais estravagantes exigencias.

Imagens, ... e até por fim um banheiro para o palacete!!

A arrematação d'esta obra deve ter ... realisada hontem; e a calcular pela _____ por que o governo se esforça em _____ deve ser obra maravilhosa.

Pobre Brazil!

Se por cada vez frades que vem catechisar esta capital importasse o governo um estrangeiro secular laborioso e honrado faria por certo mais pela civilisação e progresso do paiz.

Já que tratamos d'este importante assumpto achamos conveniente transcrever aqui o seguinte artigo que tiramos do Baixo Amazonas, fonte insuspeita, pois é redigido por um dos valentes cabos de guerra do sr. d. Antônio, bispo d'esta diocese, que tanto tem empenhado a astucia para transformar este Pará em um outro Paraguay, sendo o elemento mais favoravel com que conta o ultramontanismo para a importação de toda a fradaria europêa.

Diz o Baixo Amazonas:

"Os Missionarios do Tapajós - Acaba de chegar a esta cidade o sr. Candido d'O Pinto, morador no Alto Tapajóz, que refere o seguinte. Pagando elle 600.000 por um pratico, para conduzir sua canôa por entre os escolhos e cachoeiras do rio Tapajóz, os rvdms. missionarios encarregados da catechese dos índios impediram que o pratico cumprisse a obrigação que havia contrahido, e por _____ algum quizerão attender as razões tanto ou pratico como do sr. Candido Pinto; porém o pratico conscio de seus deveres desprezou as ordens dos rvds. missionarios e foi dirigir a navegação conforme havia contractado e para a qual já havia recebido aquella quantia.

Diz-se, que os rvds. missionarios do Alto Tapajóz se excedem no exercicio das fundacções da sua missão; invadindo as attribuições judiciarias e policiaes querem subordinar toda a população indigena a uma lei por elles estabelecida, para, por tal guisa, afastar os negociantes e não terem competidores no commercio; pois consta que os rvds. missionarios tem trazido grandes facturas em mercadorias, recebidas do thesouro a pretexto de brincarem os indigenas que fossem catechisando, mas que convertem em ramo de negocio".

Com estes civilisadores onde não irá parar o Brazil?[63]

Com efeito, se não era causa única do bispo e seu clero a reclamação pelo estado em que se encontrava "o estado de ornamentos de quase todas as igrejas, faltando em algumas as

[63] O Liberal do Pará. 04 de abril de 1873, n. 76, p. 1a.

alfaias mais indispensáveis, e até vasos sagrados", descritos como "indecente, vergonhoso mesmo'. Sobre ele recaia a principal responsabilidade para justificar a relevância da oferta de serviços simbólicos a todos".

Embora não sejam tomadas de pronto as decisões para remediar essas condições, o titular do bispado irá dirigir à Assembléia Provincial ou ao presidente da mesma um chamado para o problema de como o culto público da religião oficial do império era afetado pelo não provimento a contento de suas necessidades, sempre frisando a importância em dotá-las do mínimo necessário aos reparos de templos, alfaias e objetos que estão em uso nas paróquias, mas que constantemente dão azo a discussão a quem pertencia, se a igreja ou as confrarias que até então tinham tido suprido de alguma forma com as esmolações mais ou menos regulares a cargo dos juizes arrecadadores.

Ao focar sua atenção para administração do governo do bispado e das coisas da igreja em um confronto de larga escala com as forças liberais que intensificam sua propaganda para edificação de uma documentação civil em igualdade de condições com a documentação eclesiástica usa o expediente da Assembléia Provincial para fazer a defesa da Sé de Roma que perdera os territórios pontifícios, anulando assim a unção do papa-rei. No ano de 1872, retoma o programa de visitas à Vigia onde mais uma vez faz coro como o povo para que seja assistido contra a varíola que ceifava muitas vidas e perseguia numa endemia cujo fim não se avistava. Na sua estadia em Santarém encontra-se uma vez mais com os riscos da floresta, contrai uma febre intermitente, daquelas que batizam todos que se aventuram em suas veredas.

Quando a chamada Questão Religiosa abrandou, D. Macedo continuou a labutar nas fileiras ultramontanas para remediar o catolicismo da concorrência liberal retomando seu programa de visitas pastorais no interior da Amazônia, a qual esperava poder se tornar um balsamo diante daquela potencia como ele descreveu: "Não temos trabalhado quase vinte e cinco anos no duro ministério Apostólico nesta terra, empregado todas as energias desse nosso coração e de nosso espírito na obra de regeneração deste povo que amamos, sacrificando-nos, matando-nos, neste labor ímprobo, sob o peso desta temperatura de fogo, no meio destas angustias, privações e desconfortos, para virdes vós, que passaes regalado como um príncipe em um das mais brilhantes cortes da Europa, vós, revertido do caráter de alto funcionário da nação, despoja-nos do que temos de mais precioso que a vida, a honra de nosso nome, como cidadão e bispo (Macedo Costa: 1886:43)".

CAPÍTULO 2: A HIERARQUIA DA IGREJA CONTRA O MUNDO MODERNO.

2.1 O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL

O ano de 1861 é de um grande despertar para o religioso Antonio Macedo Costa. Nascido em Cotegipe, na Bahia, depois de perambular por quase toda Europa, onde o centro católico era expressivo graças aos quase dois mil anos de história da igreja, onde este apreendeu como é difícil saber a religião do povo para continuar a liderar a vida desses homens tanto no céu como na terra. Lá bem longe do Brasil, consolidava-se um espírito católico bastante aguerrido para confirmar uma vocação já observada por D. Romualdo de Seixas, quando fora bispo na Bahia que já era de muitos santos, inclusive do candomblé e dos xamãs indígenas.

Aquele que seria o Bispo do Pará levava consigo a bagagem da religião dos colonizadores que tinham misturado em demasia segundo creiam os bispos já na primeira metade do século XIX, quando os sertões do Brasil eram formados por uma plêiade de ermidas, capelas de fazenda e estrada. Além é claro das portentosas matrizes das cidades contíguas aos colégios e seminários e toda uma vasta rede de cruzeiros e santuários apontados pelas ordens religiosas antes de serem expulsas do país, mas continuada por uma gama de rezadores, benzedeiros, beatos, padres, confrades e bispos[64] .

Outrora, o *modus operandi* da igreja era de pouca tolerância com os modos religiosos nascidos na longa história da reforma da igreja no começo do século XI. Em combate mais incisivo com outras experiências cristãs que serão acusadas de heresia pelo comando da Santa Sé cuja força material e espiritual foi mobilizada para conformar um modelo de catolicidade que

[64] Perceber o catolicismo implica no reconhecimento de muitas experiências como sustenta Evandro Faustino em "O Catolicismo em S. Paulo no 2º império e o dilema da modernidade", em uma chave assinala quatro grupos católicos {tradicional, popular, iluminista e ultramontano} do século XIX. Os espaços de convivência podem ser solidários e até transitados, graças à multiplicidade de situações encontradas e construídas dessas possibilidades podemos capturá-los nas associações das irmandades que pelo regime do padroado são leigas e espirituais. Tiveram no epicentro do furacão da "Questão Religiosa", quando este modelo não mais satisfazia a hierarquia católica, de todo modo, convém referir um instante anterior como espaço de sociabilidade e religiosidade. REIS, João Jose. A Morte e uma Festa. São Paulo; Compania das Letras, 1998. BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. São Paulo . Paz e Terra, 1996. SOUZA, Marina de Melo e. Os Reis de Congo. São Paulo. Ed. UFMG, 2001. Rodrigues, Carlos Moisés Silva. "Irmãos que perturbam a ordem. Cultura, Identidade e Resistência nas Irmandades Religiosas em Fortaleza (1864-1900). S.Paulo: , 2005).

acabou sendo reformulado constantemente. Sem, entretanto deixar de apresentar sua idéia de tradição que foi sendo cristalizada para ratificar o élan da igreja como responsável para mediação entre o céu e a terra. Deste modo, a inquisição irá apresentar-se como um símbolo e um processo de lhe dar com sansões práticas de validação da sociedade. Mas será neste mesmo espaço de relação que todos assistiram transformações de grande vulto como a expansão da navegação para lugares até então desconhecidos, viram o sentido de segurança até então conquistado ruir por terra. Antigas certezas com assunção do continente americano, transformações no espírito da época causada pela espetacular revolução celestial através da compreensão de um cosmos em que para fazer sentido deveria ser re-elaborada novamente como atestará a subseqüente revolução científica do século XVIII. A revolução francesa[65] é a flecha mais pontiaguda daquele montante, pois ela anuncia de modo bastante contundente o nascimento do século, ou seja, do século do secularismo; por outra, o avesso do mundo espiritual com os quais as instituições passaram a serem moldadas, não mais em um barro divino, mas um barro humano.

Maistre[66], não teve dúvida em afirmar que o nascimento da sociedade da revolução francesa era o parto do século de satã. Isto é, o trono e o altar que já há muito se reconheciam desde o surgimento dos estados, e na assunção do cristianismo em Roma em que se ratificam os elos ente estado e igreja no século IV[67]. Gilvan Silva aduz os receios do trono para com o altar,

---

[65] Imersas nas disputas políticas, a igreja tentava solidificar seu poder depois do grande refrega das guerras religiosas as quais havia pedido não só influencia moral, mas também territórios e renda feudal na Europa setentrional. As transformações econômicas e sociais permitiram a sustentação do estado sem a mediação da igreja embora tributassem seu poder ao direito divino como em Buosset. Radicalizando essa perspectiva a teoria do contrato social ganha maior representação com os triunfos das revoluções burguesas na Holanda e Inglaterra, mas não chegam a separar religião e estado, pois os casos em tela continuaram a celebrar essa união embora subordinando esse pacto ao elemento nacional, com momentos variados de tolerância e repressão. O caso francês não deixou duvida qual era a tendência ao estatuir a separação igreja e estado, dadas as circunstancias preferiu manipular o papado conforme sua conveniência na era napoleônica ver: KÜNG, Hans. *Igreja Católica.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 180-187. Em um conjunto de aulas no Collége de France no período de 1944-1945, Febvre, demonstra como a idéia de Europa se origina nos marcos das particularidades das nações reviradas pelos conflitos políticos e religiosos. Ver: Febvre, Lucien. A Europa - Gênese de uma Civilização. São Paulo: Editora: Edusc, 2004. Um olhar conservador sobre a revolução pode ser encontrado em um seu contemporâneo bastante alarmado pelos novos atores em cena, as forças sociais populares, ao colocarem em perspectiva suas demandas de radicalização do poder ao exigir sua participação nele e até rever toda a ordem. Ver: Burke, Edmund. Reflexões sobre revolução na França. DOCUMENTOS DA IGREJA. V.6: *Documentosnde Gregório XVI e de Pio IX*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 260; 64 DOCUMENTOS DA IGREJA. V.12: *Documentos de Leão XIII*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 419-461.

[66] Maistre defendeu a monarquia hereditária por sua inspiração divina e a supremacia da autoridade do Papa tal como a doutrina. DE MAISTRE, Joseph. *Du Pape*. Paris: Charpentier Librarie-Éditeur, 1860. Bradley, Owen. *A Modern Maistre: The Social and Political Thought of Joseph de Maistre.* Lincoln et Londres, University of Nebraska Press, 1999.

[67] Edgar Gomes em sua recente dissertação de mestrado corrobora com a visão de Hans Küng sobre a condição secundaria ocupada pela igreja nas relações políticas desde o séclo XVII, mas ratifica a linha de tempo da união igreja e estado no século IV, quando as doutrinas de união entre poder temporal e poder espiritual entra em vigor e sustentará um bloco de poder a reproduzir a sociedade do ocidente.

objeto de intensa perplexidade devido aos movimentos que este último podia causar através do lançamento de sortilégios e agouros, obstando a boa manutenção do governo e dos ares a circundar a sociedade. De todas as maneiras o trono procurava se proteger dos infortúnios atribuídos a causas naturais ou sobrenaturais que obstavam a plena segurança da reprodução do estado, encontrando na igreja uma fonte de legitimação.

Denegar o poder da igreja só seria conquistado com uma virada de força contra a legitimidade alcançada pela igreja no primeiro milênio quando esta soube comprometer-se com a proposição de outro mundo, outro reino anunciado pela redenção espiritual contra a insistência da pobreza e da miséria material constantemente assolando as esperanças dos escravos, dos camponeses e da sorte dos pobres em geral[68]; mas não só a estes, a nobreza também foi confiada

---

Ver: FISCHER-WOLPPERT, Rudolf. *Os Papas: de Pedro a João Paulo II.* 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. GOMES, EDGAR DA SILVA. A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca. SÃO PAULO/CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO PONTIFICIA Faculdade De Teologia Nossa Senhora Da Assunção – 2006, P.43-49. A Igreja observava a especificidade do poder espiritual, mas não despreza o poder temporal necessário à difusão de sua mensagem, se em alguns momentos têm de assegurar sua independência, nos outros pode partilhar como estado a direção da sociedade e outros ainda sobrepôs-se a este graças às reservas acumuladas tanto material quanto espiritualmente. A doutrina dos poderes delimitava as esferas de atuação no plano teórico, contudo a sua efetivação vai permitir a intrusão e a disputa no governo da igreja e da sociedade civil e política. O argumento de que o poder espiritual sobressai ao poder espiritual se deve a essência da manipulação do mistério, tal como D. Macedo fez ver em Direito Contra Direito, quando a igreja deveria prestar contas de sua ação no governo das almas, pois ela era o recebera de Cristo esse mando e dele não podia olvidar sob pena de danação eterna. Gelásio enuncia enquanto o Papa Leão Magno lhe dar forma de axioma através da compreensão das duas naturezas de Cristo terrena e espiritual sempre unidas, mas como o corpo é governado pela cabeça, o estado é em ultima instancia subsumido pela igreja. O papa Bonifácio VIII estatuiu a bula "Unam sanctam", de 18 de março de 1302, a doutrina das duas espadas pactuando o poder espiritual e secular, essa concepção tinha sentido no ocidente cristão quando a igreja conseguia coesionar as forças espirituais e materiais em seu. A chegada da reforma junto a centralização política dos estados fará cair por terra esse cimento do holismo espírito. A cultura humanista permitiu não apenas a uma valorização do homem, possibilitou a constituição de uma moral para sociedade, sem a tutela da moral religiosa. A igreja reagiu a essa primeira modernidade se encapsulando na aliança com os estados. Sobre o século IV ver especialmente: SILVA, Gilvan Ventura da . Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361). 1. ed. Vitória: Edufes, 2003. v. 1. SILVA, Gilvan Ventura da (Org.) . Religião e pensamento político no Mundo Antigo: entre a tradição clássica e a cristã. 1. ed. Vitória: PPGHIS/UFES, 2005MENDES, N. M (Orgs.). Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro / Vitória: Mauad / EDUFES, 2006.

[68]Há um razoável consenso sobre a falta de política da igreja no que se refere às questões sociais nascidas com a modernidade até o advento da Rerun Bovarum de Leão XIII ao propor a terceira via como uma alternativa entre o capitalismo e a crítica socialista organizada no confronto da sociedade de classes, porém algumas iniciativas do pensamento católico social podiam ser percebidas a esse respeito ver Marchi, Euclides. A igreja e a Questão Social: O discurso e a práxis do catolicismo no Brasil(1850-1915). Tese de doutorado, USP, 1989; também D. Wilhem Von Emmanuel Ketteler um dos bispos

à redenção, a ela foi prometida à cobertura de gloria na vida eterna quando se portava com a obediência às causas santa da religião.

Espalhava-se pela terra a crença do pescador, às vezes, carpinteiro, mas decididamente um profeta judeu sob qual se erigiu uma instituição política e jurídica de grande envergadura, dotada de conceitos densos sobre toda vastidão respeitante à vida e a morte, e foi adiante ao forjar um conjunto muito refinado de ritos concernentes a essa instituição. Essa orgânica produção da cultura religiosa fez dela um importante sujeito coletivo dotado de vultosa capacidade de intervenção, amparado na proposta de salvação de uma religião de mártires[69]. Essa definição nunca será abandonada pela igreja, tanto mais quando esta enfrenta o risco de aniquilamento da esfera sagrada e da metafísica religiosa. Graças a esse domínio avultado de uma sagração da vida terrena à vida eterna, pode a igreja orientar as vontades e desejos de satisfação na sua religião, através de um elo de pertença aqui e *ad eterno*. A entrega ao embalo da confortante igreja contra as chagas do mundo possibilitou a expansão da fé, enquanto promovia uma concentração de poder e riqueza para sustentar essa intervenção. Sondando a escuridão e a solidão da alma humana, a igreja foi aprendendo a ser solidária ao seu rebanho, mas exigindo uma fidelização ao seu modo de crença e destituindo de validade as formas tradicionais da cultura popular, grosseiramente reunida sob o epíteto de pagãos ou gentios, mas constantemente atualizando seu sentido como heréticos e mais recentemente – o catolicismo popular.

Palmilhando, a igreja foi capaz de herdar os estatutos jurídicos do império romano e sucedendo a ele na sanção das relações civis da sociedade, dando o formato legal às dominações políticas; para tanto foi necessário cingir parâmetros confiáveis e perenes para estabelecer a

---

pioneiros na crítica social. Scappolla, Pietro. La democracia em el pensamento católico Del siglo XIX. Aubert, Roger. A igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. Michel de La Bedoyore nos conta sobre a aproximação com a questão social do sucessor de Pio IX, Leão XIII 1819-1913- Vincenzo Giacomo Pecci, este fora diplomata na Bélgica, Bispo secundário, soube da influencia de Lemmanneis, e via as contorções da igreja com o liberalismo, provavelmente foi nessa ocasião que tomou contato com o movimento operário. Feito papa, abre os arquivos do Vaticano para pesquisa; vê na separação da igreja com o estado um meio de reconciliar a igreja com a sociedade. Na encíclica "Diuturnum Imortale dei e Libertas" se interroga - "que deve fazer um francês católico sobre um regime republicano e liberal? Ou um italiano sobre um governo inteiramente hostil à igreja?" sua resposta era não transigir e voltar-se para o antigo regime. Tem a seu mérito o fato de fazer as pazes com os governos. Welliason, Claude. Grandes católicos 1943 (662-675).

[69] D. Macedo teve bem presente a idéia do mártir como um modelo de experimentar o catolicismo, por isso vai optar por imitá-los p.106, p.112-114, na p.185 D. Viçoso é tomado como exemplo de martírio por se solidarizar com seus irmãos; na p.225 descreve os católicos da Alemanha e Suíça com seus bispos a frente estavam sofrendo o mesmo processo de perseguição. Costa, Antonio Macedo. A Questão Religiosa do Brazil Perante a Santa Sé, ou, a Missão Especial a Roma em 1873 à Luz de Documentos Publicados e Ineditos / pelo Bispo do Pará. -- Nova ed. com accrescimos e mais corr. -- Lisboa : Lallemant Freres, 1886.

ordem a ruir quando se fragmentava o poder romano. Lateralmente, a igreja ocupou-se de estender suas influencias sobre cultos religiosos variados, extraindo deles os sentidos de fé e as formas rituais de doação/devoção foram convertidos em pensamentos da igreja até chegarem à cristalização dos dogmas e da doutrina. Em suma, tantos preceitos, conceitos, práticas e condutas vão reunir uma família que se quer *Civiltá Católica*, expressão grandiosa da experiência do catolicismo na terra. Eis o sentido de cultura orgânica[70] veiculada pela e para a igreja embora sofra mediações internamente, digo na articulação teórica e pratica para o clero, e externa para os leigos, sofrendo tantas outras inflexões para aqueles não católicos, mas que percebem ou estabelecem algumas linhas de contato na rede.

Apresentar-se como uma civilização é a grande estratégia dos jesuítas ao demonstrarem os serviços prestados pela igreja para edificar moral e socialmente a humanidade. Incapazes eram os arautos da nova fé ao desconhecerem as contribuições e as atribuições da religião no bem confortar e orientar as almas diante de tantos solavancos surgidos justamente da ascensão das forças civis fundadas na cultura da liberdade. Em resposta ácida, arengavam aos modernos, liberais, maçons e capitalistas ao ultrajarem todas as realizações da igreja, desconsiderando o patrimônio reunido em torno da religião quando liderada pela hierarquia e complementada pelos muitos exemplos de servidão do clero e dos católicos na promoção da cultura, da ciência, por fim, do estado.

[70] Gramsci salienta o papel da intelecutalidade na formação de uma cosmovsão a emprestar um sentido para o mundo. A instituição religiosa católica conseguiu reunir competência para significar a experiência humana à luz da idéia da superação da finitude do homem redimido pela salvação. Essa concepção conseguiu efetuar a coesão social ao lado das coerções ao infundir esse sentido na prática política do medievo, sendo bastante questionada no advento da modernidade luta para manter-se nesta posição. Se naquela época a igreja foi hegemônica na elaboração da concepção de mundo, fazendo aquela aderir ao corpo do estado, nem por isso fora exclusiva, tendo em maior ou menor escala outras significações para o mundo. Gramsci salienta como intelectuais são todos homens ao estabelecerem sentidos para suas ações e reflexões "Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar" (p. 52-53, grifo do autor). A cultura é por excelência o campo de significação no qual a igreja se esteia contra a cultura moderna. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

A história do padroado[71] parece um particular filamento que se prolonga no tecido, mas ele contém a mesma plástica ao pulsar as intenções de prover igreja e estado de fiéis e rendas, e, portanto, não podemos asseverar tão somente uma relação de forças para ajuizar a dominação que os cleros "nacionais" passaram a vivenciar como súditos da realeza, integrantes do estado nascente, mais uma co-tributação política assentada no imaginário de uma mesma cultura religiosa selando a aliança material e espiritual. Desse modo, a conformação da hierarquia do estado civil sobre o estado eclesiástico foi sendo moldada segundo a capacidade daquele proponente em oferecer sustento à empreitada de consolidação e/ou de expansão do domínio através do qual se exercia o poder. Na tradição que liga o Brasil a este postulado podemos visualizar a seguinte relação; o padroado advém da Ordem de Cristo e os dízimos eram pagos ao Grão-Mestre que era o rei de Portugal, confirmado o Padroado Régio; na independência do Brasil foi confirmado na constituição o direito de colação. Diferentemente da nobreza francesa que acumulava privilégios antes dela serem retirados pela concentração e centralização do estrado como bem observou Tocqueville[72] ao tratar do antigo regime quando o rei pode dispor das propriedades e sinecuras da igreja, dos nobres e burgueses para colocar a todos a seu serviço. Já o estado português é que era o concentrador do privilégio de direção do estado sem permitir à igreja o conhecimento de um fausto, ou até com a independência conhecida por sua homônima teve desde cedo nos religiosos a possibilidade de trazê-los ao seu serviço sem lhe prestar um sentido de independência como se ratificou na igreja galicana. A igreja não chega a compor um estado que conhecesse uma autonomia relativa, o clero materialmente até poderia ser apresentado como oriundo de extratos médios da sociedade sem, contudo, poder ser demonstrada qual sua posição na estrutura social de classes em formação. Decerto, o clero não chega a constituir uma ordem *sui generis* senão no sentido configurado pelo seu estamento[73], isso implicava na sua sujeição direta ao estado devido as suas provisões advirem deste, ou da relação de cliente estabelecida de forma complementar ou até indireta com os senhores escravistas no Brasil ou de um agente nobiliárquico do estado português. Faltando a este as condições matérias para proferir sua própria expectativa como estamento, sem com isso deixar

[71] O regime do padroado é o herdeiro do regalismo português, sistema de privilégios concedidos pela igreja às coroas para estabelecerem benefícios enquanto dirigiam o governo, por esse sistema as obrigações medievais como, por exemplo, foro, dízimo e mão-morta passaram a serem extraídos diretamente pelo estado e repassados à igreja para fazer frente as suas necessidades de manutenção dos templos e rendas para os sacerdotes. Ver: DORNAS FILHO. João. *Padroado e Igreja brasileira.* São Paulo: Nacional, 1938.

[72] Tocqueville, Alexis de. Antigo Regime e a Revolução. Brrasília: UNB, 1982.

[73]ELIAS, Norbert. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997a. ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1970. BURGUIÈRE, André. "Processo de civilização e processo nacional em Norbert Elias". In: GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard. Norbert Elias: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001.

de pertencer a um campo identitário pelas funções que exercia ao manipular o sagrado e pelas relações existentes na rede orgânica da igreja como instituição.

De todo modo, o estado português admitia na esteira de seu serviço aqueles, oriundos dos seminários onde aceitam a tonsura como uma dignidade investida naqueles a serviço das ordens religiosas, portanto no serviço público eclesiástico e do estado quando são solicitados para exercerem o pasto espiritual cuidando daqueles do reino seja em Portugal o na além mar. Dispostos sob as finanças do estado deveriam dar conta de seus serviços empresados por este e faziam de sua assistência uma intervenção com vistas a preservar a solidariedade ativa dos negócios do estado ao lado dos negócios eclesiásticos[74]. Sem que pudessem ser manifestas as contradições entre um e outro não viam uma negação intransponível, por isso procuram revestir as intenções do estado de caráter sagrado para confirmar o modo de bem viver a religião preservando os dias santos considerados feriados civis, reclamando aos religiosos isenções de foro salvo quando crime de lesa majestade, obrigações de cultivo da nacionalidade para confirmar a identidade de propósitos na apropriação material e espiritual da ação colonizadora, caráter bem evidenciado nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia[75].

A montagem da igreja como uma organização na colonização portuguesa foi colocada sob a instituição do padroado, segundo o qual o papa reconheceu nas coroas ibéricas como promotoras da evangelização na empresa de interiorização do domínio europeu do catolicismo. Em meio a tantas guerras religiosas sacudindo a Europa, com expressivas derrotas e perda de influência no mundo anglo-saxão, normando e germânico, a Sé de Roma não titubeou em aceder ao pleito dos monarcas católicos ciosos de evangelizarem os povos das terras descobertas no

[74] As obras de Arthur César oferecem um plano bastante expressivo sobre a ocupação da Amazônia pelos portugueses sob o signo do estado e da igreja, chega a exaltar uma conquista espiritual empreendida pelo catolicismo ao levar a mensagem redentora às populações indígenas da região enquanto edificaram fazendas, engenhos, escolas, igrejas e cidades confirmando um direito de solidificar-se na identidade nacional. A solidariedade da igreja no ato civilizatório fica bem explicado na sua noção de conquista. Cf. REIS, A.C. Ferreira 1940, *A política de Portugal no Vale amazônico,* Belém, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. —— 1957, « Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. documentários », *Revista do Instituto histórico e geográfico brasileiro* (Rio de Janeiro), 235. —— 1959, *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII,* Belém, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. —— 1960, *A Amazônia e a Cobiça internacional,* Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional. A conquista espiritual da Amazônia. São Paulo, 1943.

[75] Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia de Dom Sebastião Monteiro incorpora as Ordenações Filipinas no estatuto religioso brasileiro. Hespanha escrevendo sobe "Os bens eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, padroados e comendas" nos possibilitam uma breve descrição do funcionamento e estatuto das relações entre estado e igreja em Portugal. Essas reflexões estão embasadas em bibliografia consistente sobre a construção da historia nacional portuguesa como uma expressão de longa duração no qual se percebe as superposições dos funcionários da igreja a serviço do estado, ou ainda na qualidade de cônsules do estado embebido do espírito da igreja afetando uma linha de tempo no qual se apresenta a direção da construção da historicidade portuguesa. Tengarrinha, José(org). História de Portugal. São Paulo: Edusc, 2000.

além mar, além das ameaças da invasão islâmica pelo leste, uma constante sem deixar descanso desde sua aparição no século VII.

Foi conveniente não só do ponto de vista político essa empresa ocorrer sob as expensas dos estados monárquicos ibéricos; materialmente permitia que um tesouro outro fosse mobilizado para atrair mais fiéis à causa da Santa Sé que já não dispunha de receitas suficientes para se lançar a uma tarefa dessa envergadura com todos os riscos envolvidos. Protegidos pelas bulas papais as coroas ibéricas além de firmarem suas propriedades no chamado, Novo Mundo, também puderam promover uma incorporação ao seu domínio de uma população livre da concorrência da mensagem protestante, embora tivessem sua própria religião, os catequistas não viam nisso a ameaça que enfrentavam na Europa, ainda que houvesse outras.

A conquista espanhola foi pródiga em ratificar sua dominação com a igreja como sua aliada na tarefa de conversão, aliás, o modelo português não fica atrás no uso da religião como instrumento de apaziguamento e controle das crenças nativas. Em ambos os casos há uma profunda internalização do cristianismo católico sobre as populações indígenas, triunfo alcançado graças à truculência travestida em aliança e tradução de diferentes modos de crença que uma vez amalgamados passaram a conferir uma totalidade nova no seio do catolicismo moreno.

Privilegiamos a descrição da montagem da estrutura da instituição no Brasil porque ela é o núcleo de nossa pesquisa, conquanto seja similar a experiência de intrusão do catolicismo entre os indígenas, já que as ordens religiosas constituíam um método peculiar de inculturação nessas sociedades, ainda sim há um conjunto de clivagens pontuais que foram acentuadas na medida em que se estabelecia o tom das nacionalidades. Ou seja, a organização católica era tanto universal no que respeita ao catolicismo romano, portanto, súdito da Sé de Roma, enquanto também era sujeito ao domínio nacional fosse espanhol ou português.

Vejamos então o caso do Brasil. A Bahia por ser o local inicial da colonização também comportou vida citadina, a burocracia do império e o espaço de vida religiosa. Por isso em 1551 foi criado o primeiro bispado, tal como é conservado até hoje, quando em 1676 foi elevado a Arcebispado; seguida da criação dos bispados de Olinda e Rio de Janeiro, a diocese de Mariana em Minas Gerais ganhou foro de importância por ser a província mais povoada e mais rica graças à economia mineira; a criação do bispado de S. Paulo era concernente à penetração dos paulistas bandeirantes para o interior do Brasil em busca do apresamento de escravos da terra e de riquezas sobre qualquer outra forma, nessa interiorização edificaram-se as prelazias de Mato Grosso e Goiás. No norte, S. Luis do Maranhão 1677, englobava todo o estado do Gram-Pará Maranhão até ser criada a nova diocese do Pará em 1719, subordinada a Lisboa, mesmo depois

quando as duas colônias são edificadas, continuaram dependentes destas até 1827 quando foram subsumidas à arquidiocese da Bahia.

Riqueza e pobreza andam juntas na história da igreja. Através de incontáveis doações ao longo de séculos feitos por cristãos ricos, homens de estado, mas sobretudo com a apropriação oriunda de formas diversas como a guerra, a inquisição, ou a simples expropriação fez da igreja uma poderosa maquina financeira e organizacional capaz de ditar políticas, manobrando senhores e reis, mobilizando os populares na eleição de suas causas santas como a conquista da Terra Santa, a expansão para o extremo Oriente, a penetração na África e tantas outras, a por mais (des)sabores causados com a aquisição desse patrimônio, a igreja soube operacionalizar seu funcionamento para colocar em ação toda essa maquinaria para funcionar com eficiência para o alcance de seus objetivos.

Na antiguidade tardia, os lideres da igreja serão obrigados a estabelecer como esta deveria viabilizar sua intervenção para divulgação da boa nova na confiança da promessa de redenção. Atentos ao andamento do século, o sustento temporal dos religiosos deveria ser assegurado com a delimitação de seu sustento físico, alimentar, material mesmo, e isto não podia ser encaminhado sem uma confiança da satisfação humana das necessidades elementares. A questão espiritual teria provimento pelos carismas engendrados na convivência religiosa dos clérigos, no contato com o arsenal da vida consagrada como as obrigações diárias de rezar missas, de assistência espiritual ao rebanho, na experiência mística da igreja a lhes assentar um seguro caminho para salvação.

Prebendas e benéficos vão sendo ratificados como forma adequada para suprir as necessidades do trabalho, digo, do carisma da assistência religiosa. Antonio Manuel Hispanha recorda como o sustento dos servidores da igreja ficou assim disposto: parcela para os bispos, parcela para os clérigos, parcela dos pobres, e finalmente os gastos com os serviços simbólicos ofertados pela igreja ao seu rebanho.

Da legislação militarista romana, o benéfico foi sendo constituindo como uma premiação pela distinção na guerra, talvez pudéssemos chamá-lo de botim, preza de guerra ou da razia, posteriormente teve agregado a esse sentido a delimitação em usufruto de determinadas faixas de patrimônio. Aos clérigos foi estendida uma sustentação nos moldes do *Beneficium* pelo qual ficam habilitados para proverem seu sustento por essa via. Progressivamente, os estados também vão edificando patrimônios e reclamando a expansão da assistência religiosa. Se no cristianismo primitivo a comunidade assumia a tarefa de provisão das necessidades materiais dos religiosos, na idade média, a igreja e o estado irão compartilhar essa tarefa. Esta situação progressivamente tomará outros contornos com o fortalecimento dos estados nacionais que incorporaram patrimônios de nobres e da própria igreja sob sua proteção até a efetiva

apropriação simbólica por parte do soberano. Aqui reside a historicidade dos sistemas do regalismo ibérico, aliança entre estado e igreja, em que pese as disfunções pronunciadas pelas revoluções burguesas, novamente serão processadas outras alianças com o objetivo da igreja permanecer no bloco de poder.

Lado a lado, igreja e estado têm benefícios instituídos, alguns podiam ser removidos segundo as prerrogativas que o instituíram. Na chamada era moderna esse recurso será largamente explorado com a conflagração da empresa colonial montada a partir das grandes navegações. O território sob domínio português é exemplar para percebemos as transformações que o sistema de sustento dos eclesiásticos vai sofrer. Se a igreja podia continuar a receber benefícios por seus serviços prestados tal como pode ser atestado pelos bens das ordens religiosas, o estado era quem confirmava com sua chancela esse direito. Impondo uma legalidade através da confirmação recíproca por parte da igreja do direito do soberano em ratificar o beneficio nas altas dignidades como era o caso dos bispos e abades; este processo será estendido aos padres seculares com designação dos mesmos para as paróquias, uma vez nomeados passam a receber os padres os recursos necessários a sua manutenção. Todavia devemos ter em mente que naquele tempo não vivenciávamos uma economia monetária propriamente dita, e o meio circulante era muito variado, fazendo com que o vigário secular se colocasse sobre a proteção de algum nobre ou algum patriarcado enriquecido. Já no Brasil colonial, esses padres ficavam sob a proteção dos senhores de escravos e não tinham meios próprios de efetuarem sua manutenção, restando então legitimar com seu capital simbólico o *status quo* da escravidão, até nas cidades os padres não gozavam de maior independência econômica, exceto se tivessem um patrimônio próprio acabava por sujeitar-se a proteção econômica dos senhores. No século XIX, essa era a maneira que a igreja estava instalada, mas esta ainda não se sentia ameaçada da perda de poder que até então desfrutara na sociedade tradicional do antigo regime, ainda que esta tenha sofrido uma perda bastante representativa com a expulsão das ordens religiosas do Brasil.

A subordinação da igreja ao estado remonta ao inicio da era moderna e em certo sentido se confunde a partir do regime estatuído no padroado. Hespanha, citando a obra de J. Cabedero *De patronatibus ecclesiarum regiae caronae Lusitaniae* junto a outros livros do século XVII e XVIII, demonstra como as categorias do *beneficium* foram estruturadas inicialmente pela própria igreja sendo depois seguida pelo estado na instituição do benefício; a sua montagem era feita pela dotação de uma igreja feita por alguém, ou no caso construído uma igreja, mais uma vez será o Concílio que terá a tarefa de delimitar a confecção dos padroados sempre limitados pela hierarquia da igreja passando pelo papa e seus bispos, sempre podendo ser revistos segundo a autoridade do papa. Duas disposições são importantes destacar: o direito a um lugar distinto nos ofícios da igreja anexo ao direito de auferir rendas quando estes lugares se encontravam sem

poderem prestar por si mesmos sua manutenção, segundo o que prescrevia o mesmo concílio, e por também conceber honra e a obrigação de proteger a igreja.

Na sociedade européia a discussão em torno das obrigações do estado com a igreja durante o nascimento da principal apostasia moderna, o secularismo, viu incensar uma disposição pela retificação das forças tradicionais que se viram acossadas por essa modernidade que propugnava uma efetiva articulação de um território livre para expressão do pensamento e de novas formas sociais de estruturação das relações políticas e civis. Até a revolução francesa a participação do papado nas contendas dos estados era algo muito elementar na delimitação do poder de estado, fosse sobre delimitar as fronteiras dos territórios, fosse para definir as legislações atinentes ao estado na consolidação de direitos de soberania sobre as diferentes regulações da vida social. Foi com surpresa que a igreja assistiu os representantes da sociedade civil se dirigirem a ela por sua responsabilidade pelo obscurantismo plasmado na teia social e política, saboreando-se na ignorância das gentes, subordinadas ao controle das mentes e corpos. Já a ilustração dera testemunho da importância da cultura letrada na divulgação cientifica da descrição da realidade física infensa aos adereços religiosos aportados pela igreja, bordando ponto a ponto um encadeamento que dispensava as investiduras da igreja para as relações da sociedade civil e política. Contudo, o enraizamento católico não era só uma epiderme descartável por uma insolação, já penetrara fundo na tessitura mental, e não desconhecia se haviam obrigações dadas aos senhores na terra... também havia as obrigações dadas aos céus.

Até quando manifestações como as festas religiosas podem atestar a imbricação do estado e da igreja, renovando não somente os préstimos mais objetivos da aliança, mas também ao conferir a proteção dos céus, através da chancela da Festa da Imaculada Conceição; posteriormente, tornado dogma pelo papa Pio IX, padroeira de Portugal e dos Bragança, dando a conhecer seu compromisso com os favores prestados ao estado português na empreitada de conquistar domínios a explorar sem descuidar da obrigação de evangelizar os povos presentes nestes territórios, salvaguarda de um reino bem religioso. Aqui podemos ver como o estado português católico atraiu as bênçãos de sua empreitada ao se lançar ao novo mundo, embora não seja o único, os reinos católicos ou aqueles a serviço destes deram testemunhos da relevância de levar a verdade, o cristianismo, a todos; recordemos apenas de Colombo quando a serviço dos reis católicos dizia celebrar a gloria de deus pela graça de Castela, como testemunha padre Julio Maria[76].

[76]Padre Júlio Maria apresenta uma periodização para a história da igreja em três níveis: colonial como de ascensão, declínio e crise para o império e nova ascensão da igreja na república. Ver: Religião Católica. In: Associação Do Quarto Centenário *Livro do Centenário (1500-1900) (v. I).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

O monopólio da verdade autoconferido pela igreja a si mesma fez com que esta passasse por formulações anteriores completamente equivocadas, basta trazer o caso da visão ptolomaica ao abrigar em seu edifício conceitual uma subordinação do sol a terra para termos em mente quanto foi difícil para igreja (re) configurar sua cosmovisão nos tempos modernos. Com efeito, as investigações nos centros de saber da igreja precisaram maturar as experiências daqueles tempos para poder retificar alguns de seus pressupostos, sem, entretanto entregar-se à danação como acusa a ilustração de fazer no século XVIII. As interrogações da igreja deveriam desaguar no mesmo plano, isso a obrigava a implicar os fatores na sua ordem celestial, por conseguinte material, do contrário ela perderia a capacidade de continuar a comunicar sua Boa Nova.

A noção de tolerância religiosa levada a cabo pelo liberalismo ao longo do século XIX foi um elemento de grande combustão entre estado e igreja, porque particularmente a igreja não estava disposta a ceder uma margem de território para que as diferentes denominações religiosas pudessem exercer sua experiência com o totalmente outro na constituição de outras convivências religiosas. Não creio que devamos tomar a secularização como uma seqüência cumulativa da descrença produzida desde a renascença[77]. A postura de Mikail Baktin quanto à revitalização das crenças populares solidificando um assento reforçado para edificação da vivência orgânica dos modos de ser do catolicismo medieval que são engendrados na cultura popular desconcertam apenas o formato institucional dos ritos e da liturgia, sem necessariamente desqualificar a pujança devocional do catolicismo popular[78]. A assunção do deismo a partir da descrença expressa na literatura do século XVII e XVIII como Rabelais, Heveltius[79], Voltaire que testemunham uma ampliação para crenças diversas que são revisitadas enquanto servem para temperar um caldo de cultura que permitem a proliferação de associações orgânicas que pautam o problema da crença em variados recortes desde teológicos e filosóficos até os meandros práticos e políticos. A religião católica teve assim a abertura de seu leque de expressão de crença enquanto institucionalmente tentava hegemonizar o núcleo da igreja para fazer frente às investidas das igrejas nacionais que assumem perfis próprios em acordo com os processos políticos de centralização do poder de estado, tal como foi a igreja francesa, a partir de então chamada de galicana. O papa Pio IX se apresenta como encurralado pelas forças

[77] O debate sobre incredulidade e diversas experiências na convivência religiosa da igreja católica buscar: CHARTIER, Roger. Cultura Popular - revisando um conceito historiográfico. Estudos Históricas. Rio de Janeiro, v.8, n. 16, 1995. pp.179-192. LE GOFF, J. "Culture clericale et traditions folkloriques dans la civilization mérovingienne". Annales. Economie, Societé, Civilizations. 1967, v.22, pp.780, 791. BURKE, Peter. A Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. pp.207, 208, 270.

[78] Rabelais não é o descrente apresentado pela igreja, sua obra é o retrato de uma postura da expansão do universo de crença. BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

[79] Condillac / Helvétius / Degérando. São Paulo s Pensadores Abril Cultural, 1979.

liberais que lhe querem ultrajar seu poder mesmo[80], destituindo o que considera ser seu direito - o caráter de exercer a intervenção política do estado. Contrariado com a liquidação do poder da igreja, o líder espiritual dos católicos recusa ser trucidado por essas forças compreendidas pela revolução. Em revanche a igreja irá fazer emergir com a tradição um conceito mais mítico de igreja que quer rever sua imagem profética como guia dos homens na terra.

Ocorre que esse esforço não poderia desprezar os meios materiais necessários ao empreendimento desta jornada contra a reação. De modo insólito a igreja começa a galgar um sentido de autonomia para poder expressar sua condição de salvação na terra, mas como poder independente que agrega valor à condição humana quando este se deixa invadir e ocupar pelo ensinamento e pelo sentido da história da igreja. Curiosamente, as armas que a igreja vai utilizar para acusar a modernidade como o avesso da felicidade foi fruto dessa própria modernidade, a tradição unge a igreja como sua campeã para sabotar a nova ordem temporal que acredita em um poder humano, fundado numa moral do cidadão e não numa moral religiosa como até e então como havia sendo sido sustentado a aliança entre trono e altar. Se anteriormente, a tradição poder ser sustentada como a priorização da igreja, nos novos tempos a igreja reconhece que não pode mais contar com o trono para confirmar seus privilégios políticos; vê-se então obrigada a ocupar de si mesma para salvaguardar sua condição de independência política mesmo ao preço de perder o resto dos poderes temporais que lhe restava nas formas de padroado régio, regalismo, privilégio, e do próprio poder temporal sobre as terras que compunham o domínio papal no terço médio da Itália[81]. No curso do século XIX a igreja irá defrontar-se em defesa de seu poder na Áustria contra a subtração da hierarquia religiosa na gestão do estado, na Espanha[82] em que as cortes rebeldes romperam com as amarras religiosas e

[80]A unificação italiana foi um dos episódios mais tensos das relações entre estado e igreja no século XIX, o papado perdeu a capacidade política de continuar a participar do concerto internacional como um estado soberano, destituído de base territorial, sem nunca abandonar sua reclamação, a igreja procura efetivar sua centralização religiosa e política para renegar a modernidade como nas referencias a seguir: MONTANELLI, Indro. L'Italia del risorgimento. (Rizzoli, Milão, 1972). ROMANO, Sergio. Histoire de l'Italie du risorgimento à nos jour. (du Seuil, Paris, 1977). Na década de 1870, os sacerdotes romanizadores em suas paróquias não ficam na expectativa da liderança dos bispos, fazem de seu ministério uma ação católica em favor de sua concepção de mundo e denunciam as tentativas de esvaziamento da igreja seja no poder temporal e espiritual; deste modo, Padre Silvério, futuro Arcebispo de mariana, 1º sagrado na república, confronta os liberais e maçons com "Resposta a Saldanha Marinho" e "O papa e a Revolução" no qual sustenta o direito de Pio IX, a exemplo de seus antecessores de governar na terra como no céu. Esta ação é ilustrativa do modo como o campo católico estava sendo formado, não bastava governar a paróquia, era preciso ligar-se ao destino de toda a igreja por isso a referência a Questão Romana. Ortiz, Benedito. O Arcebispo Negro: ensaio de uma síntese da vida e da obra de D. Silvério Gomes Pimenta. Petrópolis: Vozes, 1942.

[81] Uma abordagem crítica da história da igreja vê JOHNSON, Paul. *Historia del cristianismo.* Barcelona (España): Javier Vergara, 2004; MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero aos nossos dias.*São Paulo: Loyola, 1995. 4 v.; STCOKMEIER, Peter. et al. *História da Igreja Católica.* São Paulo: Loyola, 2006.

[82] Donoso Cortes é ilustrativo das transformações sofridas no contato com a política, inicialmente liberal conservador, assume a forma conservadora declarada contra a revolução e a modernidade para

acabaram triunfando com a proclamação da primeira república, embora com duração efêmera; na França a proclamação da república quando as forças da tradição foram derrotadas na guerra franco–prussiana, ascende uma cultura anticlerical que decididamente manda os padres e religiosos para seus conventos e abadias e que não interviessem na política; senão para encetar uma exposição cidadã cuja pujança podia ser medida pela exaltação do mundo laico frente às antigas prescrições da igreja; mas uma vez dominada a Comuna de Paris, a república pactuou com a igreja uma paz bem menos radical da encaminhada pelos revolucionários[83].

Quando os próprios estados erigiam seus santos nacionais, numa clara tendência da afirmação do estado nacional contra o pretenso universalismo da igreja católica do ocidente podemos perceber quão frágil a centralização da igreja se demonstrava, obrigando-a a perceber a relevância de estabelecer algumas idéias forças para não se vê isolada da possibilidade de comunicar sua mensagem religiosa resumido na ratificação da existência de deus e de sua igreja. E a reação de forte cunho místico é a anunciação do mistério da Imaculada Conceição[84] como um dogma de fé em um momento em que o livre pensamento parecia já ter vencido o conteúdo místico como é a ação da romanização, paradoxalmente contra aquilo que ficou conhecido como crendices populares e ignorância dos povos que não conheciam ainda os remédios da ciência e do pensamento racional, valia novamente ditar importância do carisma ao invés da negação do encantamento na sublimação do estado.

Diante da confrontação entre estado e igreja parece não haver solução entre estado liberal e cultura ultramontana. A noção de que no Brasil as idéias estão fora do lugar de Roberto Schawrts espera perceber um liberalismo puro, como se pudéssemos considerá-lo apenas no plano teórico; se considerarmos o plano prático, pode-se observar o concerto afinado da experiência liberal brasileira ao sustentar no plano das idéias a existência objetiva das relações econômicas e políticas da sociedade civil e do estado, resposta esta já empreendida por Maria

---

defender a segurança da tradição representada pelo trono e altar, conferir Donoso Cortés, Juan. Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo / Juan Donoso Cortés ; edición preparada por José Vila Selma. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999. Diante do fim da primeira república, a hierarquia católica buscou assegurar a repactuação da igreja e estado para reproduzir aquele sentido de ordem do antigo regime, cuidando para não permitir a vitória da revolução como inundavam os exemplos em que a igreja foi marginalizada e as classes aristocráticas arruinadas.

[84] Pio IX em 8 de dezembro de 1854 eleva a qualidade de dogma Imaculada Conceição, dez anos depois a encíclica Quanta Cura orienta com quanto cuidado o pontífice aponta os profundos desconfortos causados pelo racionalismo, liberalismo, socialismo, comunismo, protestantismo, e as liberdades diversas, além do reforço da doutrina do poder temporal e espiritual e da união estado e igreja.

Silvia de Carvalho e Franco[85]. Desse modo, se existiam rupturas no regalismo, há continuidades no liberalismo ao assegurar a manutenção de uma religião oficial do estado como reconhecia o próprio D. Pedro II quando da Questão Religiosa ao se pronunciar pela permanência de um regime no qual estivesse reconhecida a união entre estado e igreja[86]. Por seu turno, a igreja também via uma luz no fim do túnel com as concordatas[87], assim se pronuncia Pio IX durante o conflito no caso brasileiro a exemplo de outros, reconhecendo neste instrumento um foro para

[85] SCHWARZ, Roberto (1981). "As Idéias Fora do Lugar". In R. Schwarz, Ao Vencedor as Batatas. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. São Paulo, Livraria Duas Cidades, em resposta M. S. Carvalho Franco, "As idéias estão no lugar", em Cadernos de Debate: História do Brasil (São Paulo, Brasiliense, 1976), pp. 61.

[86] De acordo com Vilhena de Moraes o governo conservador deveria encontrar um termo para crise entre estado e igreja que colocasse em paz as relações desses aliados sobre o perigo de mais bispos se insurgirem e tornassem insolúvel o drama. A medida de força de prisão contra D. Vital e D. Macedo serviu para alinhar os o conjunto do Episcopado e isto poderia redundar em revolta aberta; Caxias então aconselhou uma persuasão da igreja com o gesto da anistia para permitir a elaboração de um novo pacto. Por D. Pedro II se manteria a prerrogativa do estado até este se vê forçado a negociar. O impasse entre o chefe de estado e o chefe do governo foi removido pelo convencimento de ambos das forças republicanas com pouca representatividade passassem a militar por uma saída que deslegitimasse a monarquia. A contragosto, D. Pedro anuiu, mas a igreja teve de ceder graças à intervenção de Roma nas dioceses rebeldes ao estado. Vale ressaltar que as retratações das dioceses de Pernambuco e Pará foram muito castigadas na imprensa por seus adversários, mas, sobretudo por seus inimigos na maçonaria. Sabiamente, os prelados indicaram tratar-se de uma concessão momentânea até as ditas irmandades também rebeldes serem reformadas como pedia a igreja, o que de fato ocorreu ao longo do fim do império e do começo da república. Muitas indicações desse debate estão na literatura e documentos apresentados em: Moraes, Eugenio Vilhena de. Gabinete Caxias; e a anistia dos bispos na questão religiosa. Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa O ideal republicano e seu papel histórico no 2º reinado: 1870-1899. Lira, Heitor. História de Pedro II(1825-1891). São Paulo: Editora da USP, 1977. Do lado da igreja vê a obra de D. Macedo extremamente rica de documentos; Costa, Antonio de Macedo, Bispo do Pará, 1830-1891. A Questão Religiosa do Brazil Perante a Santa Sé, ou, a Missão Especial a Roma em 1873 à Luz de Documentos Publicados e Ineditos / pelo Bispo do Pará. - Nova ed. com accrescimos e mais corr. -- Lisboa : Lallemant Freres, 1886.

[87] O jornal católico "A ESTRELA DO NORTE CRIADO SOB OS AUSPÍCIOS DE S. EX. REVMA. O SR. D. ANTONIO DE MACEDO COSTA, BISPO DO PARÁ' Venite et ambulemis in lumine Domini. Isai, II. 5". Trás no exemplar de nº 2, de domingo de 11/1/1863, na pagina 16 a seguinte concordata entre os Estados Pontifícios e os estados nacionais "Roma, 27 de setembro, - A Santa Sé concluiu concordata com a República do Equador, a qual já foi approvada e ratificada pelos respectivos Governos. Também a República da Nicarágua celebrou recentemente concordata com a Santa Sé, a qual parece copiada das aprovadas pelos Governos de Gautemala e Costa Rica". Diz-se que todas essas concordatas são muito favoráveis á Santa Sé, notando-se nellas a mutua e livre communicação entre os Prelados, Clero, povo, e a Santa Sé, ficando, portanto, abolido o beneplacitodos governos das respectivas Repúblicas". Fica patente as ação diplomáticas da igreja em resolver os conflitos entre as esferas temporais, assegurando a igreja seu primado de fé para governar a igreja com a supressão dos beneplácitos. Essas situações ilustram uma alternativa para os impasses da igreja com a modernidade. Do lado liberal há uma insistência para o uso desse expediente para ser aplicado no Brasil, contudo, a hierarquia da igreja ainda não estava convencida dessa oportunidade no caso do Brasil, podendo assumi-la quando as condições forem outras. A cultura católica dirigida pelos bispos tenta confirmar sua vitalidade em um regime de união entre estado e igreja, podendo sofrer muitas mediações como foi o caso primeiro na monarquia e posteriormente na república, mas sem abrir mão da sua condição de membro do bloco de poder.

dirimir as agruras sobre as relações entre estado e igreja[88], portanto, não creio sustentável a idéia de abismal separação, independência ou emancipação nos termos apresentados por Cavour de uma igreja livre no estado livre. Disso a igreja receava e tentava imprimir uma política de ajustamento cujo ponto nevrálgico era a concentrar em suas malhas de controle o campo religioso católico, com suas redes materiais de templos, cemitérios, seminários; e aonde pudesse expressar sua influência como a pertinência do ensino católico no currículo escolar, e se possível na efetuação da condução de um tipo de mentalidade afeito à revalorização do ethos e da força votiva da igreja. Deixando em segundo plano as condições de sustento financeiro para serem debulhadas quando fossem demonstrados os êxitos da influencia católica contra os perigos exarados da cultura liberal radical. Se o estado liberal poderia conviver com o regalismo, sob a forma do padroado, parece fora de duvida, basta mencionar as muitas tentativas desenhadas pela pena dos liberais como assinala Tito Franco de Almeida ao agigantar a religião do estado em suas ações civilizatórias, a despeito dos riscos do jesuitismo; na mesma senda o Barão de Guajará, Domingos Antonio Rayol reconheceu a contribuição dos religiosos da Companhia de Jesus na catequização dos indígenas ao atrair para a sociedade nacional o gentil[89].

Fazia-se bem presente o contagio da cultura liberal na igreja, não raro reconhecido pelos próprios historiadores da igreja como foi o caso do Padre Júlio Maria[90] que coloca em pé de igualdade Padre Feijó e D. Romualdo Coelho no Pará, D. Romualdo de Seixas na Bahia como adeptos de cultura galicana, portanto portadores de germes da danação contra o qual a igreja havia se insurgido. Atribui-se ao Seminário de Olinda o berço das teses jansenitas e, por conseguinte sua disposição para deixar-se penetrar pelas teses liberais cujo produto foram às seguidas revoluções liberais: revolução pernambucana de 1817, da Confederação do Equador de 1824, e Revolução Praieria de 1848, na qual tomaram parte do levante vários padres, não apenas na agitação, mas na formulação do ideário.

2.2. LIBERALISMO CATÓLICO?

[88] Datada de 9/2/1875, carta de Pio IX sela acordo com o imperador pela soltura dos bispos comprometendo-se ao levantamento dos interditos contra as irmandades e demais contatos via fio transatlântico (Costa: 1886, 246-248) p

[89] RAIOL, Domingos Antonio, barão de Guajará (1900): "Catechese de Indios do Pará" in ABAPPtomo II, pp. 117-183.

[90] Padre Júlio Maria desde o império advoga a causa da Santa Sé e da Igreja brasileira, na reública persiste na caminhada de reformar a igreja e colocá-la em acordo com o novo regime. Não há inovação no diagnóstico da situação do clero e do modo de vivenciar a religião, o descalabro e assombro são próprios de uma formação deficitária do clero, mas não perde a perspectiva de tornar o catolicismo uma religião de sacramento, mesmo sobrevindo às devoções. Religião Católica. Associação Do Quarto Centenário Do Descobrimento Do Brasil. Livro Do Centenário (1500-1900). Vol. I. Rio De Janeiro, Imprensa Nacional, 1901

Seria justo falar em um liberalismo católico? Talvez pudéssemos propor um meio termo entre liberalismo e catolicismo. A hierarquia católica do século XIX era capaz de sacrificar os projetos de retorno ao passado, à idade de ouro quando esta podia projetar o destino humano, mas não a ventura humana como proclamava os livres pensadores. MIRARI VOS ARBITRAMUS é de 1834[91], primeira encíclica do Papa Gregório XVI no qual declara inequivocamente que a igreja é contra o liberalismo, discriminando seu caráter ateu, panteísta e racionalista, apoiado numa longa tradição que confirmava na economia moral os direitos e deveres de todos, segundo os princípios de equidade subjacente a harmonia perpetrada na história dos homens desde que deus assim entendeu. Querer pois desestabilizar a ordem natural, o que significa dizer o direito natural em nome de uma economia política fundada nas relações de oferta e procura como forças invisíveis de oferta e procura, mais precisamente reguladas pelo bem comum, que não tem nome, é mera abstração, incontrolável pela instituição encarregada por deus para arbitrar as boas e más filosofias, por isso não pode merecer a chancela positiva da igreja.

A promoção do terceiro estado não podia ser desconsiderada, cada vez mais homens enriquecidos gostariam de ver reconhecidos seus valores matérias e espirituais, entretanto, a sociedade tradicional não era nada afeita à promoção ou mobilidade social aceitando a permanência da sociedade de ordens tal como estava prescrita. Este mecanismo de defesa também será emblemático na igreja da reação à revolução burguesa. Desconsiderando a desestruturação empreendida pelas novas forças sociais, a hierarquia da igreja lança mão de suas interdições para tentar bloquear o contágio promovido pela filosofia da ilustração em suas hostes.

Desde a renascença as sociedades secretas irão proliferar em grande profusão, elas se encarregavam de difundir a cultura humanística e a suscitar o desejo pela investigação e sabedoria; mas a inquisição tornou muito perigosa esse tipo de associação, fazendo com que

[91] Esta carta é na verdade todo o fundamento da igreja do século XIX, nela constam os tópicos contra os quais a igreja repele a modernidade, a ilustração e o século, síntese rica de Gregório XVI comunicada a seu sucessor " Encíclica MIRARI VOS a todos os Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos do Orbe Católico, sobre os principais erros [até 1832] ... A Rebelião dos ímpios, causa de seu silêncio; Imutabilidade da doutrina e disciplina da Igreja; Defesa do celibato clerical; Caracteres do matrimónio cristão; Condenação do indiferentismo religioso; Delírio da liberdade de consciência; Monstruosidade da liberdade de imprensa; Condenação da rebeldia contra as legítimas autoridades; Males da separação da Igreja e do Estado; Liberdade do mal que certas associações aprego; O remédio desses males está na palavra de Deus; Os governantes devem auxiliar a Igreja; Esperança em Maria- Dada em Roma, em Santa Maria Maior, dia da Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria, 14 de Agosto do ano do Senhor de 1832, segundo de Nosso Pontificado. Gregório XVI, Papa.

elas entrassem numa profunda clandestinidade graças à atmosfera de desconfiança instalada pelo clima de perseguição às heresias religiosas ou aos descobrimentos científicos que desqualificavam o saber difundido pela doutrina da igreja e estavam sendo comprovadas pelas grandes navegações, observações astronômicas, fisiológicas e anatômicas, nos seus campos respectivos. Na virada do século XVIII ao XIX as sociedades secretas ainda reúnem em sua volta o mito de conspiração sobretudo quando associados aos processos de revoltas de independência e unificação dos estados, particularmente, a maçonaria. Se rosas cruzes, templários, ou carbonarios, clubes republicanos como a jovem Itália, jovem Polônia, ou jovem Hungria podiam ser acusados de rebeldes a influencia da igreja[92], esta não podia mais fazer uma sanção prática como a perseguição desses grupos, pois fora desprovida de organismos dotados de recursos específicos para esse fim, restando fazer a recusa moral pelas opções empreendidas por tais.

O culto ao senhor do universo era visto como uma opção aberta contra a crença divina alardeada pelo catolicismo, sem contar com difusão de práticas e rituais de sacrifícios de animais associados aos, *sabat* eram veiculados, como portadores de doutrinas demoníacas como estava estabelecida nos manuais de demonologia, devendo o crente católico afastar-se desse covil sob pena de entregar sua alma a danação eterna, velho anátema para um romântico desiludido com a doutrina cristã diante das expectativas de plena satisfação anunciadas com a redenção da revolução industrial que se fazia sentir desde sua aurora entre as classes burguesas ou em vias de aburguesamento. O pensamento liberal tinha na busca da felicidade um princípio que fizera descer a terra o horizonte de expectativas, não mais seria preciso esperar a redenção nos céus, ainda na terra se poderia conquistar uma salvação material contra a miséria material e espiritual sob o signo da liberdade de empreender e investigar. Desse modo, muitos católicos puderam trasladar ao campo liberal sem necessariamente terem de abandonar a batina, mas tendo de justificar muitas de suas composições para não serem lançados à apostasia[93]. Nem sempre deu certo. A hierarquia da igreja foi muito intolerante com aqueles que ela julgou estarem de fato fora de qualquer dos parâmetros estabelecidos por esta para estabelecer a interlocução com o campo liberal. Para por termo a contenda, a liderança da igreja optou por centralizar o clero ao régio governo de Roma, sobretudo nas questões espirituais, enquanto no plano material haveria várias indeterminações de como se devia proceder.

---

[92]Marx, Karl E Engels, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista* – 1848. http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm. HOBSBAWM,Eric. A Era do Capital (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 1982, p.46.

[93] Os padre Arraes, Guilherme Dias, Albuquerque e Eutichio foram castigados por D. Macedo por não desobedecerem ao bispo ao não se afastar da maçonaria e continuarem defender suas convicções em Liberal do Pará (Costa: 1888,. 286).

A diversidade de processos nos paises demonstrava a impossibilidade prática de um único modelo, eis que se arvora o modelo diocesano como uma mediação concreta para efetivação da multiplicidade de arranjos entre estado e igreja monitorados pela intervenção das nunciaturas, sem deixar os antitestes a sua própria mercê, ao mesmo tempo confiando no controle exercido pela reforma espiritual em execução na igreja com a centralização política. Mas para isso era preciso convencer, uma vez vencida a oposição a já mencionada centralização política, que é também dogmaticamente espiritual, era preciso cuidar do campo de semeio bem como as sementes, mas isso não seria efetivo se não considerassem a atenção com os semeadores. Apontá-los como liberais ou modernos foi uma das formas da hierarquia católica identificada com esse projeto de centralização para esvaziar a legitimidade dos discursos e praticas de clérigos, sobretudo, mas não só estes; todos que consideram a validade do liberalismo são acusados de fomentarem condições para o secularismo avançar e derreter a segurança oferecida pela cultura religiosa católica. Desse modo são conjugadas ações de controle e combate com alguns flertes com a cultura moderna como, por exemplo, a noção de prosperidade já salientada com a concentração de riqueza advinda da revolução industrial.

A atitude dos bispos que se colocaram contra ao decreto da infalibilidade papal têm sido apontada como um prenúncio da cultura liberal agindo contra o interesse da igreja. Ao lado dessa interpretação podemos compreender também a elasticidade da significação que atribuo a cultura católica ao tornar possível a convivência com diferentes modos de experimentar não só a religião mas também o século[94]. Opção pelo conservadorismo apregoado pelos adversários da igreja não se ajusta de modo harmônico, e na longa trajetória da igreja, a composição de um mosaico bastante complexo de diferentes experiências do catolicismo numa mesma convivência religiosa lhe servia de substrato para confiar na lenta absorção das formas de aparência mais radical como, por exemplo, é o caso das ondas místicas recorrentes.

Sem necessariamente deixar de temer ao liberalismo, havia ao lado da igreja uma razoável prova de sua capacidade de direção ao subordinar formas rebeldes como as ordens mendicantes sem dispensar seu modo de experimentar a religião, bem como de atrair para sua área de influencia aqueles tocados por esse modo de ser católico. Somente uma história de longa duração pode conferir inteligibilidade à igreja católica, pois se ela não tinha total segurança quanto ao sucesso de sua operação contra a modernidade, podia ao menos se fiar na construção de um campo católico capaz de interpor uma barreira à avalanche que ameaçava desfigurar a organização social e espiritual. Todos têm sua importância, entrementes, sobre o clero tenha recaído a tarefa de organizar, selecionar e preservar a si das influencias do século.

[94] D. Macedo Costa enviou 84 volumes de diferentes "obras (...) e scientificas", sem especificar, para fazerem parte da biblioteca publica que pretendia fundar em Belém. CÓDICE 1439. OFICIOS AS AUTORIDADES DO BISPADO. APEP.

Ignácio Dullinger, cônego suíço-alemão, bastião teórico da negação do poder infalível do papa junto a Stroyssmayer[95], Ketteler[96], Hefele[97], Dupanloup[98] lideraram o protesto contra a aprovação da infalibilidade papal, até na imprensa ressoaram seus clamores por uma organização mais piedosa da igreja contando com o convencimento e subordinação do clero à hierarquia, aproveitando-se da fragilidade das instituições do estado em busca de legitimação concorrendo coma a força moral e espiritual da igreja seria suficiente para selar os compromissos de reforma material sem as turbulências vivenciadas com as revoluções. Esta não foi a opção seguida. Ao decretar a infalibilidade papal, o núcleo da santa Sé quer demonstrar a superioridade de sua condição frente aos seus irmãos apóstolos dos quais necessita para empregar seu programa de retorno à Idade de Ouro do catolicismo. Os vários bispos contrários ao uso da infalibilidade não eram tão somente por acentuar a questão do poder de elevar a condição de dogmas um corpo de crença eleita pelo núcleo da santa Sé, na pratica implicava no esvaziamento da cátedra dos outros prelados, forçando-os a submissão. Preferiam os bispos uma abordagem diacrônica sobre a modernidade de modo a descobrir e cobrir diferentes religiosidades do supracatolicismo na sua forma mais universal, sem necessariamente render-se ao liberalismo ou as formas proscritas por Pio IX nos Erros do Secularismo como: ateísmo, racionalismo, materialismo, panteísmo, tradicionalismo e outros. Conjugar diferentes experiências católicas estava na pauta da hierarquia, e ausência de consenso fica patente na ausência de 57 bispos a aprovação final do Concílio Vaticano sobre essa matéria[99]. Determinada a cátedra prima de Roma, fica reservado ao papa o direito de exceder em termos de ensinamento

[95] Na revista católica de grande circulação no Brasil a referencia a Srosstmayer reconhece sua negativa quanto a aprovação do decreto de infalibilidade papal, mas somente quanto da oportunidade dessa confirmação e não uma oposição doutrinária propriamente. Sua recusa diz respeito ao trabalho de aproximação empreendido por este com as igrejas católicas do oriente poderia ser um óbice ao intento do Bispo na Eslovênia, mas posteriormente entra em consonância com a igreja, contudo seu discurso no próprio concílio de 2/6/1870 atesta quão grave era contenda. (*Pergunte e Responderemos*. Mar, 2002, 477).

[96] SACK, Pe Juan Carlos. Apostolado Veritatis Splendor: *O "Discurso anti-Infalibilidade do Papa"do bispo Strossmayer*. Disponível em http://www.veritatis.com.br/article/3133. Desde 22/11/2004.

[97] Martina, Giacomo. História da Igreja: De Lutero aos nossos dias.III. São Paulo: Loyola, 1996 p.255-281.

[98] Alberigo, Giuseppe. História dos Concílios Ecumênicos. São Paulo: Paulus, 1995 - 2ª ed

[99] Anti-infabilistas: Darboy de Paris, Dupanloup de Orleans, Kettler de Maguncia, Hefele de Rottenburg, Dinkel de Augsburgo, Schwarzenberg de Praga, Rauscher de Viena, Strossmayer de Dyákovo em Eslovênia, Kenrick de Saint Louis; Infabilistas: Dechamps de Malina, Maning de Westmisnter, Pio de Poitiers, Martin de Parderborn, Senestrey de Rastibona, Grasssen de Brixen. Almeida, Tito Franco de. A Igreja no Estado: estudo político-religioso. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança; Marinho, Joaquim Saldanha, A Egreja e o estado / Ganganelli Rio de Janeiro : Typ. Imp. et Const. de J. C. Villeneuve, 1873.

de religião inclusive aos seus pares, impedindo a estes formarem pontes por demais autônomas em relação à coluna vertebral da igreja confiada ao trono absolutista de Pedro.[100]

O PAPA-REI[101] era uma realidade efetiva na Itália do século XIX, as funções de chefia do estado não eram meramente protocolares, com a assistência de ritos cerimoniais e fluxogramas da igreja, esta era antes de tudo uma prática comum da sagração do poder político já bastante difundido desde da ratificação do absolutismo. Sobre seu cetro e coroa respeitava a pena de morte e vida para seus súditos, a cobrança de impostos, a manutenção da segurança, o controle da migração, em suma, tarefas de governo que chegavam mesmo ao clímax com a aviltação da paz ou da guerra. Ação de estado tinha a igreja com todos os outros estados, aquela altura as nunciaturas faziam a representação diplomática na salvaguarda dos interesses da igreja fossem de natureza econômica ou política.

Nem em Roma, a igreja acompanha os passos da revolução, as concessões políticas aos liberais não era algo que permitisse a igreja tergiversar quanto as possíveis alianças com aqueles que delimitavam e testemunhavam um ultimato ao modelo de religião oficial do estado. Tal como em outros paises em que ainda permanecia essa instituição da união, o estado italiano recentemente entronizado defrontava-se com a demanda de ter de responder ao fogo da igreja, mas não só no território da Península Itálica, o *orbe* católico conviveu com esta tensão.

Apenas em Roma, a hierarquia da igreja investe a uma antecipação da revolução e tenta colocar-se adiante dos acontecimentos e estabelecer Roma como a sede de um estado, Itália,

---

[100] Na Inglaterra do XIX há um processo de atração entre os católicos e os anglicanos, mas sob a autoridade de Pio IX não há concessões do governo da igreja, devendo os membros originários da igreja separada submeterem sua vocação aos preceitos católicos como estava inscrito na Sé de Roma. O pastor Newmam teve de percorrer esse périplo para ter validado seu compromisso com o catolicismo ao demonstrar suas crise como prova da retidão da igreja, ao combater as muitas facetas experimentadas pelo catolicismo como o excesso de interpretação do arianismo como fundamento precoce do liberalismo cristão, oportunidade em que a razão invade a fé e passa a miná-la até destruí-la. Os conhecimentos naturais a partir de Maimônides e S. Tomás de Aquino, asseverado pelo controle que o Vaticano deveria exercer, para não permitir a quebra na unidade doutrinal já ameaçada desde o tradicionalismo de Bonald e do Lammenais da primeira fase foram objeto de discussão e dissuasão de Newman na sua conversão. Todas as formas de interpretação católica deveriam ser tributarias dos ensinamentos de Roma devendo então recorrer a Sé para validar sua experiência dentro da convivência católica. Para discutir o catolicismo de Newman veja: Penido, Pe. M. Teixeira Leite. O Cardeal Newman. Petrópolis: Vozes, 1946. Welliason, Claude. Grandes católicos 1943 (662-75).

[101] D. Macedo costa escreve uma monografia "Pontifice e Rei", na qual tenta demonstra os privilégios do ocupante da cadeira de Pedro para governar espiritualmente e temporalmente a igreja, como conseqüência as ações e elaborações de teóricos que tinham por objetivo limitar a autoridade do papa deveriam ser vistas como um atentado à questão santa por impedir o direito consagrado não apenas na tradição, mas no preceito da igreja para dirigir os católicos, logo, a possibilidade da igreja dialogar com o século estavam bastante limitadas pelo visão a priori do catolicismo quanto ao seu sentido e percepção de um ser único até frente aos outros entes políticos da sociedade civil.

federal, presidida por PIO IX, assentado em uma constituição liberal fruto da primavera dos povos de 1848. Mas a luta entre o reino do Piemonte e Áustria faz com que se radicalizassem as propostas e o movimento da hierarquia não é nada ousado para encabeçar a luta em Roma e vanguardear a política de formação de um estado nacional, caso optasse por esta linha esvaziaria seu próprio discurso e prática, sendo então ultrapassado pelos revolucionários que se despedem da igreja como aliada e proclamam a República; o papa foge vestido de padre e só volta pelo apoio das tropas da França, ficando para a igreja e os clérigos a pecha de contra-revolucionários e reacionários comprometidos com a manutenção da tradição que privava os italianos de estarem em pé de igualdade com as outras nações que lideravam o mundo. Contudo ainda não era chegada à hora da vitória da unificação italiana, perto de trinta anos seriam necessários para se articular um campo de forças capaz de desalojar a igreja do poder político do estado.

A inviolabilidade da figura papal e de seu séqüito, com as dependências do palácio do Vaticano, Latrão e Castel Gandolfo era tudo a que ficaria reduzido Pio IX, sem mais seus: exércitos, corpo de policia, justiça, moeda, fronteira, bandeira. Desse modo, o papa não mais podia apresentar-se como o Papa-Rei, fora despojado definitivamente dos instrumentos de poder efetivo que lhe conferiam uma condição política de domínio sobre um território e sua população, restava-lhe apenas os utensílios e artefatos cuja lembrança remetia ao passado no qual o papa era o único soberano dos territórios papais; é importante destacar que o papado é a figura política melhor a encarnar o regime absolutista. Esmagado pelas forças italianas e sem poder recorrer aos aliados que tinham seus próprios problemas como era o caso de Napoleão III, sendo acossado do poder na França; enquanto na Áustria, Francisco José tentava manter o equilíbrio de um império supranacional, Pio IX não se entrega como um guerreiro vencido tenta fazer de sua derrota uma arma pra levantar católicos do mundo inteiro para virem em socorro do santo padre. Dizia-se preso do estado italiano e segundo reproduz LLORCA [102](1960:651) ”vivió como preso em el Vaticano , a merced de las limosnas de los católicos de todo el mundo”.

A exposição das dores da igreja como um poder subordinado ao estado ficou patente com as continuas reclamações de párocos e sobretudo da hierarquia contra o que achava ser uma limitação ao livre desempenho da consciência católica. Fosse Portugal ou Brasil, a igreja ainda retém formalmente sua estrutura colada ao estado. Recordemos, no caso brasileiro, o privilégio de religião oficial do império consagrado nos art. 5° da Constituição brasileira de 1824, herdando o instrumento do regalismo da tradição portuguesa que consagrou o regime de dependência do Padroado pelo qual a igreja era súdita do soberano rei, que em troca protegia a

[102]LLORCA, Bernardino, S.J.; VILLOSLADA, R. Garcia, S.J.; MONTALBAN, F. S., S.J. Historia de la Iglesia Catolica: en sus cuatro grandes edades: antigua, media, nueva, moderna. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 1960.

religião contras as investidas das heresias e do islão que constantemente tentavam subtrair território e influência sobre o que anteriormente era cristão. Na expansão portuguesa, a empresa colonial contou com fundos e recursos materiais e espirituais para empreitarem no Novo Mundo um domínio de riquezas e de fé, cujo monopólio teve de haver-se com muitas guerras para solidificar a cruz e a espada portuguesa. Essa tradição da Península Ibéria continuaria a se fazer presente na conformação da nação brasileira ao longo do século XIX.

Llorca, numa volumosa compilação de dados da História da Igreja na linha de tempo de quase dois mil anos, assinala como o século XIX esteve prenhe de insatisfações com a forma tradicional de o catolicismo apreender e replicar entre seus seguidores essa condição de promoção do fazer humano no século. Denunciado pela hierarquia como mal do século, o secularismo, esse fazer humano sem deus, representa a igreja atacada, por ter sido eleita pela nova concepção de mundo que almeja fincar-se como tradição liberal em substituição ao atraso. Com efeito, para igreja, a sociedade foi tragada por se desviar do seguro transporte à redenção; acusa a cultura maçônica de ter potencializando o culto do ser supremo e de apropriar-se da crítica liberal contra a tradição, fazendo da igreja o princípio da reação ao postulado da liberdade.

A cultura liberal foi entronizada pela ilustração ao produzir o racionalismo nascido da revolução do pensamento, acoplado à reformulação prática da substancia do estado na revolução francesa, esta irá converter-se em ancora do novo ethos na organização política e civil do estado sufragando a separação entre estado e igreja. Concorrendo com a ritualização, liturgia e a *demache* daquela que por séculos conseguira manter o quase monopólio de fé, a maçonaria ensaia a ampliação do que depois Bourdie[103] compreendeu como um mercado simbólico.

Indomável apresentava-se o século ante as inversões produzidas pelos preceitos de liberdade e igualdade levados a termo pelas lojas maçônicas, clubes literários, partidos políticos, classes burguesas e populares que se afeiçoaram ao programa que esperava redimir moral e materialmente a sociedade, no próprio século. A direção da produção de um novo sentido de cidadania cuja pactuação de um acordo civil do contrato social, deveria constantemente ser atualizado na cultura republicana que faz da soberania um ato livre e consciente da nação sobre o estado e não o inverso; de tal sorte que se anteriormente o voto era pela "graça de deus", doravante veremos emergir a graça dos homens no fazer político da própria sociedade que se ocupa de instalar um corpo modelando instituições segundo sua face e experiência política e econômica, ou como preferiram os liberais que lançaram sua pedra fundamental - a economia política.

[103] BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

Oitenta eram os erros do século, assim eles vinham denunciados com as pompas devidas na sua condenação peremptória apresentada pelo documento papal. Syllabus[104], assim estreava o furor contra as vicissitudes da modernidade, datado de 1854, exarado pelo pontificado de PIO IX arengava o século como toda a fonte de agouros que desprendia a harmonia da tradição que salvaguardava a ordem do antigo regime ante a edificação das forças burguesas que separa estado e igreja.

Isto não impedia intervenções no século com propostas formalizadas para disputas nas constituintes como um exercício de soberania a partir da nação e do direito natural cujo programa é a liberdade e a igualdade jurídica. Não é correto estigmatizar a igreja sobre a ausência de projetos, ela até poderia vibrar com uma articulação que brindasse sua experiência e valor no exemplo da invocação de deus nos preâmbulos dos textos constitucionais como atestam as recentes disputas no caso brasileiro na constituinte de 1988, mas também que vissem salvaguardados seus direitos à educação religiosa nos currículos escolares e as dignidades próprias do clero, além de uma série de prescrições preventivas para família, o direito de culto e direção da instituição católica. As constituições do século XIX e suas emendas posteriores ou em novas cartas e diplomas são testemunhos desses acertos entre estado e igreja, senão é possível uma mesma plataforma para todos os pactos, ao menos se pode confiar a experiência das dioceses para traçar um cordão sanitário sobre o campo católico com vistas a permitir sua reprodução institucional e carismática[105].

---

[104] Apêndice de *Quanta Cura, o Syllabus* precisa o erro contumaz do século contra as verdades reveladas pela igreja, serviu de propaganda catequética conquanto tenha se tornado fonte de deboche, estupor e revolta nas forças alistadas no século. Cito alguns elementos "§ I. Panteísmo, Naturalismo e Racionalismo Absoluto § II. Racionalismo Moderado § III. Indiferentismo, Latitudinarismo § IV. Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades Bíblicas, Sociedades Clérico-Liberais § V. Erros Sobre a Igreja e os Seus Direitos §VI. Erros de Sociedade Civil, tanto Considerada em Si, Como nas Suas Relações com a Igreja §VII. Erros acerca da Moral Natural e a Moral Cristã § VIII. Erros Acerca do Matrimônio Cristão § IX. Erros acerca do Principado Civil do Pontífice Romano. Ver mais sobre o assunto em: IGREJA CATÓLICA. PAPA (Documentos de Gregório XVI e de Pio IX); org. COSTA, Lourenço;tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999. PP.260-275.

[105] As lutas civis no México são casos exemplares e percorrem a metade ao fim do século, diferente do Brasil, este já havia se constituído em republica, embora tenha uma passagem meteórica na foram de império com Maximiliano, experimentou o conflito entre estado e igreja. Esse drama foi acirrado com a tomada pelos liberais no final de 1860 quando a reforma de Lerdo foi aplicada e continuada no governo de Porfírio Dias ao tornar o México efetivamente em um estado laico, até com a nacionalização dos bens da igreja e a subordinação das ordens aos ditames da lei. A igreja católica via a subtração de seus privilégios levados a termo pelos programas liberais em execução mundo afora e tentava ao menos manter o controle sobre suas propriedades, o direito de ensinar sua reta religião como salvadora universal, tendo de dispor para isso da liberdade de ensino em escolas católicas e nos seus seminários, além de procurar preservar os costumes como uma vida consagrada na forma dos sacramentos inscritos no batismo, casamento e morte nos seus registros católicos e não no malfadado registro civil, bandeira cara aos liberais. No limite a igreja soube utilizar a idéia de liberdade para defender seu direto de manifestação e direção do culto sem a intromissão do estado, advogando até como o protestantismo tinha tal faculdade

João Camilo de Oliveira Torres, consagrado autor de uma "História das Idéias Religiosas no Brasil"[106] opera dentro do mister de colocar em acordo os tempos e conceitos contraditórios. Nessa obra que tenta fazer com que a igreja possa anuir com o século ao repor a questão do laicato na obra de deus no mundo. Não mais fugir do mundo, antes se embeber dele, isso garantiria uma revisão significativa quanto à avaliação da filosofia liberal, tomada equivocadamente como uma disposição de caráter protestante maçom em volto com a questão da liberdade de consciência. A idéia de que a igreja não poderia tolerar a convivência com o erro é o que faz esta acusar o liberalismo de idéias anticlericais quando crêem que a razão possa desfazer-se da fé. Ou seja, não suporta a igreja a noção de que a razão poderia iluminar a fé, como já sugeria no século XIII, o filosofo ibérico do islão Ibisina na polêmica com uma cultura fundamentalista que ganhava força na estruturação de um estado teocrático. Erro é algo muito bem delimitado para a hierarquia católica, pois esta se habituou a significar as coisas, os seres, e sobretudo, os deveres, de tal sorte que não parece razoável ao clero a noção de uma insubordinação da razão ao primado da fé, justificado pela igreja como uma instituição comunicada diretamente por deus como está declarada na própria tradição judaico-cristã. Nasce a razão da iluminação divina e não de outra metafísica como o ser universal, e procura continuar a firmar o primado da doutrina social da igreja frente ao individualismo oriundo do liberalismo. Leão XIII será o responsável pela reordenação do programa de PIO IX, seu antecessor, pois este último não conseguia entabular um combate à modernidade da mesma maneira, daí porque suas condenações aos erros do século excediam e muito o caráter moral sobre o prático e ético. Senão vejamos o caso da crítica ácida aos estados nacionais quando estes tentam ratificar os *places* para terem vigência às ordenações emitidas pela Santa Sé foi interpretada pela igreja como uma intervenção indevida na autoridade do poder temporal do catolicismo, contudo a obediência pretendida pela igreja esbarrava na incapacidade que esta tinha de suprir material e espiritualmente o seu próprio clero que era a ponta de lança para a pregação e exercício da doutrina católica.

Ao identificar os males do século como uma investida da descrença, da heresia e do ateísmo, o pontificado de PIO IX teve de enfrentar as forças sócias burguesas e operárias que reivindicam sua inserção na constituição do poder político; mas a igreja não estava disposta a ser colocada em segundo plano na disposição do poder que detinha na elaboração de consenso, como pressupunha Gramsci em suas teses sobre o papel desta como intelectual orgânico, e ao seu status de autonomia relativa como uma sociedade civil dentro da sociedade civil. Porém, desde o concílio de Trento a igreja tentava uma saída para continuar a ser o principal elemento

---

enquanto a igreja constantemente era indagada sobre seu modo de fé. Casillas, Jose Gutierrez. Jesuítas em México durante el siglo XIX. e Históra de la Iglesia em México.

[106] Torres. João Camilo de Oliveira Torres. *História das Ideias Religiosas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1968.

na composição da ordem social que emergia da reforma e do renascimento; entretanto isso não era mais possível, pelo menos nas bases que até então se conhecia, daí porque as ordens religiosas, sobretudo os jesuítas, mas não só estes irão intensificar um programa de inserção nas mentalidades camponesas na expectativa de serem confirmados no bloco de poder.

Lançados agora em disputa com os protestantes, os bispos tendem a avançar no seu modelo diocesano de inclusão do quotidiano religioso com o calendário litúrgico ritualístico; enquanto os seguidores da reforma anunciavam uma grande transformação na experiência da fé tentando expandir sua influência pela distribuição da palavra sagrada, alicerçando o modelo de cultura de bíblia, e um pastorado mais livre assentado na fé em concorrência com as características do modelo diocesano fortemente impulsionado pelo ultramontanismo, orientado pela idéia fixa de um catolicismo universal, ou seja, numa só igreja guiada por um único sentido de salvação, sustentado no catolicismo moralizado e nos ritos dos sacramentos.

No esteio dessas modificações provocadas pela Reforma tanto católica como protestante, um acerto contábil estava anunciado pelo acumulo de riqueza experimentado pela ascensão burguesa, sobretudo pela nobreza que acumula renda feudal sob as formas mais diversas de produção de riqueza. Quão distante é a ambiência do século XXI, quando o capitalismo considera-se vitorioso e não parece haver um desconforto com a riqueza seja para católicos ou para protestantes, em nada assemelhado com o período da Reforma como nos demonstra Simon Schama no seu volumo estudo "O DESCONFORTO DA RIQUEZA: A CULTURA HOLANDESA NA ÉPOCA DE OURO". Na visão de Schama, a sociedade do século XVII ainda estava moldando um ethos capitalista, embora pouco evidenciasse algum compromisso com o que se convencionou chamar de liberalismo. Ao contrario da percepção linear do capitalismo esgueirando-se desde a antiguidade clássica ao presente, os estudos de Le Goff sobre a constituição de uma mentalidade adequada a este teve que lidar com a superação da noção de eleição pela pobreza como anunciava o modelo monacal de afastamento das coisas do mundo, essa ascese teria de ser transformada para que a valorização da riqueza pudesse alcançar o status de positivação do bem. A elevação do trabalho e do trabalhador teria de impor-se sobre a mentalidade da contemplação[107].

O caminho percorrido por Lana Lage é de precisar uma mudança de mentalidade quanto ao aparecimento do purgatório na cultura católica tal como sustenta Le Goff no precipitar da baixa Idade Média. Seguindo essa trilha, Lana Lage analisa os manuais de confissão em substituição aos penitencias medievais, cuja característica do primeiro é mais adentrar na subjetividade dos sujeitos do que a confecção de listas de condutas e pensamentos desviantes.

[107] WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista.* São Paulo: Martin Claret, 2003.

Retomando Lê Goff, Lage[108] percebe um encontro entre o pecado e vício, coisa até então separada na cultura cristã. Porém, o arranjo feito para conferir essa transformação das mentalidades para a sociedade civil não me aprece fecundo na explicação do projeto unionista do estado/igreja, isso porque não foram as disposições políticas que uniam estado igreja que presidiam a confecção da sociedade civil, antes foi sua separação orgânica a determinar um poder temporal superposto ao poder espiritual, na contra marcha da justaposição entre os poderes de estado e igreja na alta Idade Média.

Para que a riqueza seja liberta de seu halo do mal foi necessária uma aceleração da constituição de uma moral para o cidadão capaz de lhe desprender da moral religiosa cujo substrato é a igreja. A profusão da riqueza ganhava mais defensores à medida que alterava o estado "natural" dos indivíduos, fazendo com que a sociedade política e a sociedade civil passassem a sofrer maiores demandas de incorporação à direção do estado, permitindo a conformação de um novo bloco de poder contra o bloco histórico existente, por isso a explicação inovadora de Maquiavel[109] funda o estado moderno.

Às custas da igreja as forças sociais pactuaram um novo estado no qual a condição laica comprimiu o caráter religioso deste, obrigando a igreja a redefinir sua condição na direção das mentalidades. Portanto, não creio que se possa atribuir a precedência da alteração das mentalidades para justificar a expansão da secularização. Essa compreensão só ganhara relevo quando considerarmos a alteração qualitativa na produção da riqueza que permitirá uma nova elaboração da concepção sobre esta. O elemento novo não pode ser descrito apenas pela ruptura da mentalidade anterior senão quando podemos atestar uma massificação da riqueza oriunda de muitos lugares e de processos produtivos muito diferenciados.

A satisfação com o acumulo de riqueza só será feita com sua reprodução orgânica no capitalismo cuja concepção mais elaborada será a liberal. Aqui percebemos a plenitude da realização do trabalho manifesto no arsenal da cultura material saída da industrialização.

Outrora, a esfera espiritual era o supra-sumo da experiência humana tal como fora forjado nessa concepção na igreja do ocidente, isto fez com que a cultura material se expresse nesse sentido e direção na construção de igrejas e conventos. Na sua elevação à condição de

---

[108]LIMA, Lana Lage da Gama . Reforma Católica e Capitalismo. In: VIII Encontro Regional de História da ANPUH/RJ, 2001, Vassouras. História e Religião. Anais do VIII Encontro Regional de História da ANPUH/RJ. Rio de Janeiro : ANPUH/RJ, 1998.

[109] Gramsci, Antonio, 1891- Maquiavel, A Politica E O Estado Moderno Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980. Chevallier, Jean Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias / Jean Jacques Chevallier; [trad] de Lydia Christina. Rio De Janeiro : Agir, 1973. Gruppi, Luciano Tudo começou com Maquiavel : as concepções de estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci / Luciano Gruppi Porto Alegre : L & pm, 1995; Maquiavel, Nicolau. O príncipe /Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

principal reunia-se à idéia de monumentalidade, e o arresto de riqueza podia ser notado no patrimônio e vassalagem sob os quais a igreja tinha sua supremacia. Aquela altura, o desconforto com a riqueza irá se apresentar na extensão de ordens mendicantes anunciando um paraíso de pobreza cujo voto é uma clivagem à ostentação da instituição igreja. Todo acumulo de riqueza era percebido na igreja, fosse nos artefatos religiosos, nos templos, nos paramentos, nas dignidades dos religiosos através dos benefícios e padroados instituídos.

Contudo, as clivagens em torno da direção do estado fizeram com que se iniciasse uma luta fratricida sobre a quem devia liderar a cabeça do estado. A igreja de suserana maior será minada pelo poderes das monarquias entronizadas, seus patrimônios e benefícios serão subtraídos e subordinados a esses poderes monárquicos que ao se distanciarem da chancela da igreja afirmaram mais uma vez a precedência sobre esta.

Reduzida a secundar o estado, a igreja irá esboçar uma forte resistência a partir de seu capital simbólico contra a supressão do poder espiritual sobre o poder temporal, e essa resistência tinha tanto mais fôlego quanto maior era o poder material mobilizado por esta. Concernente a esse objetivo, a hierarquia católica pretendeu conferir um campo próprio para viabilizar sua intervenção no século, sempre à luz do programa de uma redenção no seu universalismo, i.é. não há, para igreja, uma separação entre poder espiritual e poder secular, ambos partilham da essência orgânica de um poder único oriundo da criação.

No caminho da tradição liberal, o individualismo nasce como uma libertação da coletividade e do holismo medieval de salvação na mesma igreja, porém a culpa ainda permaneceria a perturbar a consciência dos indivíduos graças ao volume alcançado pela riqueza que não parava de prosperar. Infundir uma dívida e uma duvida, uma perda de inocência é a resposta da igreja às fustigadas empreendidas pelas forças sociais desejosas de comprimir seu espaço de manobra. Consolidar sua posição na disputa pela salvaguarda das almas foi um modo de sustentar sua posição no século.

Atinente a necessidade de conquistar aliados para sua defesa, a igreja irá infundir-se no corpo do estado na tentativa de selar um pacto civilizatório no qual a cultura do cristianismo atravessaria a historia. Desde a antiguidade a igreja se acostumou a partilhar a direção do estado, secundaria inicialmente, logo se promove ao primeiro plano hegemonizando a organização do estado. Esta discussão apresentada nos termos clássicos da confecção de uma superestrutura jurídica fez com que a igreja elaborasse um direito cuja característica era a confirmação do direito natural fundado no direito divino.

A corporificarão do individuo será acompanhada da edificação sobre si de um templo nacional, o estado pactuado no contrato, eis porque Locke[110] afiançara um acordo civil entre os homens para assegurar a liberdade contra a insubordinação criada pela natureza. Eis a inovação do antigo, não a sujeição à igreja, nem a confirmação da vigília dos clérigos, ao invés, teremos a perene moral recitada nos dogmas da igreja observando a inversão da capacidade de direção, liderança e dominação que conformam a hegemonia executada pela igreja no medievo, sendo superada pelo estado na elaboração e execução do consenso da sociedade civil. Só um estado redentor teria sucesso com a supressão das culpas surgidas do confronto com a emergência das novas classes. Mas a promessa de salvação só teria aplicabilidade caso houvesse uma interlocução efetiva e de algum modo, também afetiva, cujo fim seria reunir individuo, pensamento e religião no século, e não fora dele. Não poderia a igreja se isolar das faculdades nascidas da modernidade, refutá-las significa decompor suas matrizes intelectuais em acerto com a promoção das novas forças sociais e mentais assegurando a relevância da igreja como o mediador à disciplinar a natureza humana.

Dialogar com século é o desafio da igreja, mas isso não se resolve imediatamente, talvez seja preciso perceber um ato permanente de imiscuir-se na secularidade sem diluir-se nela. Todo o esforço da igreja foi orientado para ampliar sua capacidade de estabelecer ligações com as experiências de saber e agir sobre aquele instante, mas com vistas a confirmar um sentido transhistórico da pertinência da igreja dirigida pela hierarquia disposta na Sé, ramificada pelas nunciaturas e internunciaturas, articuladas nas dioceses e prelazias, para serem vivificadas nas paróquias. Porém mais fina deveria ser sua inserção com a mobilização de cada católico no intuito de formalizar o campo. Sobre estas células, a direção da igreja não tinha um plano mais acabado, contudo não deixava de ensaiar uma pastoral para tornar ativo esse exército. E se a resposta não foi espetacular na oposição cerrada contra a cultura liberal, ao menos demonstrou a audiência mobilizada para igreja permitindo a esta a definição do campo católico, cujo estabelecimento é um constante dialogo da esfera da espiritualidade com a secularidade.

Assegurar a composição do campo católico foi a maior preocupação para não deixar de influenciar a inteligência moderna, com o fito de explorar as contradições da modernidade e da secularidade, enquanto revitaliza o ideário da sociedade tradicional através de sua adesão à noção de ordem somenos ao progresso como pleiteara o positivismo do último quartel do século. As vias de modernização comportavam até desvios de ideologia, na pratica elas significavam uma negociação das esferas da secularidade e espiritualidade na condução dos governos do estado e da igreja. Se como indivíduos podemos recortar o caráter dos

[110] Locke, John, 1632-1704 Ensayo sobre el gobierno civil / John Locke ; traducción y prefacio de José Carner México : Fondo de Cultura Económica, [1941].

interlocutores, fossem eles liberais, católicos, maçons, republicanos, protestantes e monarquistas, é nas interseções com as instituições que podemos perceber a intervenção desses homens sobre como deveriam ser erigidas as relações civis, inclusive aquelas atinentes aos negócios eclesiásticos. Se não há correspondência entre estado e igreja, no plano teórico, sobre a subtração da igreja das relações do estado como fora defendido pelos liberais exaltados, ao menos havia o reconhecimento da ação publica e o desempenho dos clérigos e dos templos na vida ordinária dos paroquianos. Nunca é de mais salientar a requisição do agente religioso na auxilio a tarefa de gestão das coisas publicas como fica demonstrado nas ocorrências das epidemias no Brasil, e não há motivo para pensar ser muito distinta de outros lugares. A. H. de Oliveira Marques estudando a transição da monarquia à república em Portugal reconhece a importância da igreja na estrutura da sociedade a ponto de ver nela um empecilho a consolidação do novo regime saído de 1910. O caso brasileiro é dentre os vários testemunhos da passagem para um regime de igreja católica autônoma na antiga formula igreja livre no estado livre, embora isso fosse proclamado como um erro no Syllabus.

Uma forma nada estranha de salientar as rusgas entre estado e igreja é o problema do casamento civil, pois desde a independência alguns proponentes da ratificação do contrato de natureza civil, portanto, temporal, ensaiaram a defesa da instituição deste para colocar-se em sintonia com o programa liberal de plena separação entre estado e igreja, contudo, esta idéia não ganhou nenhum apelo expressivo a ponto de mobilizar significativamente a sociedade, senão a esfera política, no entanto, isso não desqualificou a importância que a igreja identifica ao ser questionada sobre o monopólio que esta detinha do enlace matrimonial que se reveste de caráter sagrado por ser um sacramento sem deixar de lado as implicações políticas e sociais advindas deste.

Já a década de 1860 é outra a configuração do contrato civil de casamento, graças à especiosa defesa que liberais empreenderam ao associá-lo à questão da imigração européia para paulatinamente subtrair o trabalho servil dos negros. Segundo Tavares Bastos, deputado pela sigla liberal, os emigrantes protestantes que desejassem vir ao Brasil não teriam nenhuma segurança para aqui posarem suas famílias que estariam à mercê de uma sociedade católica que não respeitaria sua profissão de fé, enquanto não permitisse o ingresso da cultura religiosa protestante junto com estes. O reclamo dos homens e mulheres de ascendência européia por uma salvaguarda jurídica reteria os planos destes possíveis migrantes. A constituição de 1824, em que pese a ratificação de uma religião oficial do império, consagrado em seu art. 5º não obstava, porém o culto privado das outras denominações religiosas, mas sem a permissão de edificação de templos as possibilidades de expansão são bastante irrisórias, mesmo as delegações de paises protestantes não tinham muito que influenciar fora a ação para-legal de distribuição de bíblias proferidas por alguns protestantes piedosos, como se chamavam.

Também essa consideração é de pouca relevância, pois a categoria de protestantismo ético de Riolando Azzi[111] faz sentido quando consideramos as comunidades camponesas instituídas com as colônias de migrantes, mas a ideologia do destino manifesto tornado bandeira das cruzadas americanas em direção ao oeste tomando aos indígenas suas terras, tal como se fizera durante toda colonização não se inscreve nesta tradição, o proselitismo destas agremiações está na tentativa de concorrer na pelas mentes e corações, justificando inclusive a sua capacidade inerente para realização do objetivo de implantar uma colonização e fazer desenvolvê-la aos modos da expansão similar em curso no próprio território americano.

Em 1850, as pressões pela livre navegação do Amazonas estavam inscritas na idéia difundida pelo Boston Daily Times de uma área sem povoação tal como consideravam o próprio oeste dos Indígenas. Portanto, não são exclusivamente evangélicas as penetrações americanas, mas já se trata de um acirramento da concorrência econômica pela incorporação de novas frentes ao mercado bem como a precipitação de um mercado simbólico de religiões. Se o pastor Kidder[112] apresenta a necessidade de igualdade no trato da oferta dos serviços simbólicos reclama dentro de uma tradição religiosa na qual foi educado nos EUA, entretanto, não era sem o vicio comum da interpretação de achar os costumes religiosos no Brasil pouco afeitos a serenidade esperada da causa de deus, por outro lado, se os avivamentos do pentecostalismo fossem vistos pelos religiosos brasileiros seguramente seu juízo também sairia impressionado por gestuais pouco comuns com as tradições do catolicismo brasileiro. Há códigos muitos distintos nas culturas religiosas de protestantes e católicas, bem como as demais; a discussão corria o grave risco de ser paralisada pela beligerância recorrente, ocorria ao lado dos católicos à precedência da forma de experimentar a religião ser massificada com a promessa, o voto, o

[111] Sobre protestantismo examinar a seguir: AZZI, Riolando. *"Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador"* in Caderno Especial. Rumos. Brasília, Editora Rumos. 1992, p. 10. DUSSEL, Enrique. *"Dominação/Libertação: um discurso Teológico diferente"* in Concilium 1974/6, p. 732, nº 36. DREHER, Martin. N. *"Um Esboço da História do Protestantismo no Brasil"* in Curso de Verão: Ano III, Edições Paulinas/Cesep, 1984. PERNANDES. RUBEM CÉSAR. *"'Religiões Populares uma visão parcial da literatura recente"* in S/B nº 18. IUPERJ, 1982. - *"Batismo de Fogo"* in Caderno Idéias do Jornal do Brasil 21/10/90. MENDONÇA. A. Gouvêia. *"Um Panorama Do Protestantismo Brasileiro Aluai"* In Sinais Dos Tempos - Tradições Religiosas No Brasil, Cadernos Do ISER, 1990.Camurça, Marcelo. Panorama Religioso Do Catolicismo E Do Protestantismo No Brasil. In.CADERNOS DE FÉ E CULTURA. Nº14 ,1996,

[112] Há uma vasta descrição do Brasil pela pena de Kidder quando esteve no Brasil a serviço da evangelização, daqui se retirando após a morte da esposa. Católicos e protestantes se servem de suas imagens para atestar a fragilidade do caráter religioso do brasileiro ao portar-se com certo desdém durante os cultos, mas afeitos aos interesses mesquinhos como a paquera durante a missa. Trata-se de uma percepção preconceituosa endossada a posterioi, crendo em algum ideal de experiência e convivência religiosa. As manifestações de fé para serem compreendidas precisam ser tomadas em sua totalidade e não apenas na suas encenações, coisa que escapava ao observador do século XIX. Conferir Kidder, Daniel P. Reminiscências de Viagens e permanecia no Brasil.

sacramento, a união na igreja; enquanto o casamento civil era pouco contundente pela sua ausência no quotidiano da sociedade, prova disso é quando da sua instauração, os católicos puderam ignorar, embora sem solenidade, a sua aparição na forma jurídica, mas insistiam ser um empreendimento sem o apelo da benção católica.

Os argumentos a favor do casamento civil[113] reverberam como sempre nas hostes das revoluções liberais apresentadas como fonte original dos males que padecia a humanidade,

[113]Segundo Maria da Conceição Silva em "A Igreja Católica e o casamento no Brasil, 1860-1890", poder selar os matrimônios cabia ao clero dede *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,* aprovadas ainda no início do século XVIII, no ano de 1707, apoiado no Concílio de Trento. Mas aos pobres dispensavam o casamento pelas custas e rituais de confirmação da igreja mesmo se desejassem. As propostas de separação do caráter sagrado do casamento é que lhe dão efeito civil, portanto não havia o efeito civil como pensa a autora. As tentativas de conferir característica diversa vinha desde a apresentação do senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1829, tentando amparar aos acatólicos. Tornou-se celebre a carta apresentada por Emilia Viotti de 16 de janeiro de 1854, do senador Vergueiro, "dirigida ao presidente da Província, na qual o senador referiu-se "ao fato de os casamentos dos colonos evangélicos se processarem apenas por escritura pública, o que criava uma situação complexa, uma vez que as leis só reconheciam o casamento celebrado na Igreja". Debate percorreu até o fim do império, ganhando figura jurídica com o Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, no qual esta grafado "o casamento, em virtude das relações de direito que estabelece, é celebrado sob a protecção da Republica". O clero não aceitou pacificamente a orientação presidida na republica e disputa na imprensa e nos púlpitos. Na Pastoral Coletiva dos Bispos de 1890, a D. Macedo enfatiza o atentado à tradição católica da imposição de um estatuto como o casamento civil. A separação entre estado e igreja mudou a letra mas não a mentalidade, pelo menos no imediato. Trago à baila um caso bem significativo da manutenção da mentalidade católica registrado por Manuel Buarque ao responder a uma inquirição de um caboclo entre as suas viagens na década de 1930, entre Belém e Altamira, se este podia realizar um casamento naquela localidade, sendo ele o juiz titular daquela comarca; depois da insistência do caboclo diz estar em condições de realizar o ato, mas manda que imediatamente aos o conferido, vá buscar o sacramento na santa madre igreja como manda não o costume somente, a retidão. Ora, fica claro o compartilhamento de valores do juiz com a mentalidade católica, enquanto o caboclo já esta em sintonia com as relações civis. Conferir BUARQUE, Manuel. Recordações do Xingu. Belém - Papelaria Suissa, 1940. Na república, todavia, a postura da igreja não será pelo descredenciamento do casamento civil, mas a extensão do efeito civil ao seu oficio, por outra, casamento católico com a dignidade civil. Na esteira da cultura liberal, comum ao partido conservador e liberal em graus variados permitirá o estatuto da lei n. 1829, de 1870, que estabeleceu o registro civil, mas a influencia sobre a família não terminou nem mesmo com a separação estado e igreja. As notas de Maria Conceição Silva são importantes para visualizar o debate nos "Annaes do Parlamento Brazileiro. Camara dos Deputados. Sessão de 1860. Tomo 3, Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Vellneuve & C., 1860.. Sessão em 17 de fevereiro 1879. Tomo III, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. Sessão em 28 de julho 1879. Tomo IV, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. Sessão de 3 de junho 1829. Tomo segundo, Rio de Janeiro, 1914.Annaes do Senado. Sessão de 13 de julho de 1891. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1861.* Tomo XXII, parte I, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. A lei de Registro Civil dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos é de n. 1829, de setembro de 1870. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem no Império. In: *História da vida privada no Brasil,* v. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1999. ALONSO, Angela. *Idéias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. RODRIGUES, Anna Maria Moog (editora). *A Igreja na República*. Coleção pensamento político republicano. Brasília: UnB,

sobretudo a igreja cuja docilidade e compromisso com a verdade deveria negar como erro tal como estar assinalado no Syllabus[114]. Falacioso era esta postura para os católicos que representavam contra essa defesa.

Conferir as forças dos atores no campo de ação é a possibilidade de reconhecer os interesses em jogo naquela circunstância. Um exemplo bastante ilustrativo é o caso de Rui Barbosa ao prefaciar o livro de Ignácio Dullinger "O Papa e o Concílio" radicaliza os postulados deste sobre a crítica à infalibilidade papal, demonstrando quanto era pernicioso ao estado deixar se subsumir pela igreja a exemplo de outros, devendo o Brasil colocar-se na dianteira do tempo adotando a formula do estado livre e uma igreja livre, única condição para realizar a modernização das relações civis. Contudo, o intelectual brasileiro queria se casar e sua noiva não aceitaria a dispensa do compromisso católico do sacramento devendo, portanto, casar antes de atestar sua profissão de fé contra o casamento religioso, o que fora feito, só então as suas expensas fez publicar a referida obra, apanágio da oposição à igreja como as obras de Ganganeli.

1981, p. 36-7. SCAMPINI, José. *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras.* Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

[114] § VIII. Erros Acerca do Matrimônio Cristão 65º Não há razão alguma para julgar que Cristo elevasse o matrimonio à dignidade de Sacramento. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. 66º O Sacramento do matrimônio é apenas um acessório do contrato de que se pode separar, e o mesmo Sacramento consiste tão somente na Bênção nupcial. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. 67º Pelo direito natural o vínculo matrimonial não é indissolúvel, e em muitos casos pode a autoridade sancionar o divórcio propriamente dito Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. Aloc. "Acerbissimum", de 27 de Setembro de 1852. 68º A Igreja não tem poder de estabelecer impedimentos dirimentes ao casamento; pertence isso à autoridade civil, pela quaI os impedimentos existentes têm de ser tirados. Letras Apostólicas "Multiplices inter", de 10 de Junho de 1851. 69º A Igreja, no decurso dos séculos, começou a introduzir os impedimentos dirimentes, usando, não de um direito seu próprio, mas de um direito concedido pelo poder civil. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. 70º Os Cânones do Concilio de Trento, que pronunciam anátema contra os que negam à Igreja a faculdade de estabelecer os impedimentos dirimentes, ou não são dogmáticos, ou devem ser considerados em relação ao poder concedido pela autoridade civil. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. 71º A forma prescrita pelo mesmo Concílio não obriga debaixo de pena de nulidade, quando a lei civil estabelecer outra forma e quiser que, em virtude disto, seja válido o matrimônio. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. 72º Foi Bonifácio VIII o primeiro que declarou que o voto de castidade, pronunciado no ato da ordenação, tornava nulo o matrimônio. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. 73º Um contrato meramente civil pode, entre os cristãos, tornar-se um verdadeiro matrimônio; e é falso ou que o contrato matrimonial entre os cristãos sempre seja Sacramento, ou que esse contrato seja nulo, se não houver Sacramento. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. Carta ao Rei da Sardenha, de 9 de Setembro de 1852 Aloc. "Acerbissimum", de 27 de Setembro de 1852. Aloc. "Multis gravibusque", de 17 de Dezembro de 1860. 74º As causas matrimoniais e esponsalícias pertencem, por sua natureza, à jurisdição civil. Letras Apostólicas "Ad Apostolicae", de 22 de Agosto de 1851. Aloc. "Acerbissimum", de 27 de Setembro de 1852. N. B. : Há ainda dois erros a respeito da abolição do celibato dos Clérigos e acerca da preferência do estado do matrimônio sobre o da virgindade. Estão reprovados, o primeiro na encíclica "Qui Pluribus", de 9 de Novembro de 1846, e o segundo nas Letras Apostólicas "Multiplices inter", de 10 Junho de 1851. Papa Pio IX - "Silabo" MONTFORT Associação Cultural
http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra

O direito político no Brasil inviabilizava de participação qualquer sujeito acatólico, sem poder sequer a compor o parlamento[115], perfilando-se aos católicos liberais Cavour e Montalembert[116] e são trasladados ao debate nacional, uma faceta do debate mundial como na Argentina, México, Equador e Uruguai. Bastos, também batalhava pela liberdade política do cidadão, mas não devemos esquecer o drama da escravidão atravessar todo o problema da liberdade. Nas suas "Cartas de um Solitário", Bastos enfatiza o urgência da solução da escravidão através de uma gradual emancipação. No que tange a separação igreja estado, não se demonstra a mesma precaução, devendo o estado libertar-se da intromissão da regulação das relações civis. Ocorre porem a relação de domínio se fazia presente pela intromissão do estado na regulação do clero e não o contrario, assim parece razoável as reclamações do episcopado brasileiro nascente pela autonomia no governo das coisas eclesiais. Rui Barbosa deseja libertar o estado da igreja como diz, mas não permite a esta manter suas propriedades sob o argumento do risco de sublevação. Esse argumento era usado ao mesmo tempo em larga escala no México quando da nacionalização dos bens da igreja, em meados do XIX. Lá, não foi o estado a se apropriar dos bens da igreja, mas os membros da elite diretamente se tornaram donos dos seus patrimônios como havia sido na Inglaterra. Combatendo, Civilta Católica renova as crenças de que não é possível ser católico e liberal, prova do espírito do tempo de afirmação da autoridade moral e material da igreja para realizar seu plano de civilização como era sustentado pelos bispos brasileiros; testemunho revisto pelo próprio Rui Barbosa ao voltar ao seio da igreja, como foi também o caso de outro liberal, Joaquim Nabuco.

O Concilio Vaticano tem uma importância vital para o desenvolvimento da cultura católica da igreja sob a liderança do episcopado nascente, pois todos ratificaram o principio exarado daquela assembléia dos irmãos de Pedro e aceitaram sua autoridade sobre estes, irritando aos liberais ciosos da soberania do estado em tudo respeitante ao estado nacional. Enquanto os religiosos não cansavam de declamar sua entrega á condição da nacionalidade em curso, mas não ao preço de sujeitar o governo das coisas do espírito ao estado, pois isso seria

---

[115] Reale Miguel. Posição de Rui Barbosa no Mundo da Filosofia. In Horizontes do Direito e da História. Apresenta como o redator do decreto da separação entre estado e igreja via a importância da instituição da liberdade para descortinar as interpretações sobre os dogmas da igreja, os estatutos do estado, como registro civil, casamento civil, cemitério civil, participação política e a educação pública sem a égide de uma religião. Vale salientar que os vetos de participação política aqueles que não tem propriedade não são questionados pelo liberal. Macedo, Ubiratã Borges. A liberdade no Império. São Paulo: Convívio, 1977.

[116] Atuando nas polemicas do liberalismo e do catolicismo irá propor entendimentos entre ambos, cada vez fica mais justo quando Tito Franco fala de católicos liberais na imprensa e parlamento embalados pela modernização da igreja Católica, seus escritos Quelques conseils aux catholiques, 1849 ; Des intérêts catholiques au XIXe siècle, 1852 ; De l'avenir politique de l'Angleterre, 1855 ;Un débat sur l'Inde au Parlement anglais, 1858 ; Pie IX et lord Palmeston, 1859 ; Discours, 3 vol., 1860 ; Les Moines d'Occident, depuis saint Benoît jusqu'à saint Bernard, 7 vol., 1860 ; Pie IX et la France, 1860 ; Lettre à M. le comte de Cavour, 1860 ;Une nation en deuil, la Pologne en 1861, 1861 ; Le père Lacordaire, 1862 ; L'Église libre dans l'État libre. L'insurrection polonaise, 1863 ; Le Pape et la Pologne, 1864 ; Le général Lamoricière. La victoire du Nord aux États-Unis, 1865 ; L'Espagne et la Liberté, 1870.

uma traição às prerrogativas da igreja, vão se insurgir na defesa de suas propriedades que vinham sendo tomadas desde o século XVIII prolongando-se até o século XIX. Importante não era saber se catolicismo e liberalismo podiam coadjuvar um ao outro, o caso francês já demonstrava essa possibilidade, mas a questão versava até quanto/quando a igreja estava disposta a secundar o estado no novo bloco de poder. A reação ultramontana é uma reação à modernidade como está consagrado em todas as interpretações sejam elas católicas ou liberais, o problema era se seria possível produzir alguma hegemonia sem o catolicismo em países de maioria católica?

"Da Liberdade de Culto", D. Macedo Costa recrudesce a resposta ao insistir na confiança de seu sentimento na verdadeira religião que professa, devendo por seu ministério afastar o erro e não permitir que este se propague, a liberdade como ato de vontade é a expressão da confiança na categoria religiosa do livre arbítrio para verdade, para o bem, para o universal, não para o erro, ou para o mal, ou para a seita. Eis o sentido de liberdade para um antiste do Pará, não qualquer liberdade, mas aquela que quer reconhecer a autoridade mística contida na religião oficial do estado com todos os recursos a sua faculdade para corrigir o erro, enredando-se por toda cultura da nação, seja ela espiritual ou material[117]. Podia a igreja ser a favor da modernidade? Só se esta não lhe acusasse dos dissabores da sociedade tradicional e reconhecesse sua contribuição ao processo civilizatório, situação impossível devido ao deslocamento provocado com as revoluções liberais que derrogou a condição natural da igreja de sanção moral da sociedade. Por seu turno, a igreja embora tivesse infestada de idéias liberais, esta deveria encontrar seu próprio modo de ser católica e liberal, sem desprezar a tradição com todo seu conteúdo místico, sob pena de tornar-se mais um modo de experimentar a fé, coisa fora de propósito para aqueles que se sentem representantes verdadeiros da única igreja criada pelo salvador.

Avançar sobre o terreno de domínio da igreja implicava em desgastar a influencia que se creditava a esta na formação de almas e novamente a acusação de jesuitismo interpretado como uma doutrina a desacreditar a razão, confirmaria o misticismo da verdade revelada. O tomismo só assumira sua condição doutoral com Leão XIII, no último quartel do século XIX, o erro deveria ser confrontado nas muitas formas em que ele aparecesse restituindo a união de saber ideal de fé e razão. Mas até isso se configurar D. Macedo entoa seu credo para demonstrar

[117] Souza, José Soriano. Cconsiderações sobre a Igreja e o Estado sob o ponto de vista jurídico, filosófico e religioso" Recife. 1874; continua a afiançar a relevância da união entre estado e igreja segundo os preceitos tradição cristã, não é a agonia da igreja diante da proclamação da república mas a expectativa de notas alvissareiros para hierarquia católica demonstrando a perenidade da religião católica mesmo quando o trono adernou. Padre Júlio Maria segue nesta senda ao tentar criar um elo mais adaptado ao novo tempo onde a igreja liberta das constantes intromissões do estado, pode a igreja contribuir para a formação de uma sociedade católica e patriótica, um tempo cidadão e relgioso segundo a tese de Pedro Ribeiro de Oliveira.

a segurança do estado ao proteger o catolicismo, do contrário a providencia se encarregaria de castigar o indiferentismo religioso e as idéias assombrosas da separação estado e igreja.

> Á augusta, Á imacullada, Á puríssima Virgem Maria protetora do império da Santa Cruz; que não permita jamais que nesta terra católica lance raízes a impiedade protestante, Á inclita mãe de deus que o povo paraense invocou com tanta fé e amor, durante o mês de maio, e a cuja proteção se deve ter cessado nesta diocese o escândalo da propaganda anti-catholica; oferece em signal de reconhecimento um dos seus mais indignos filhos.[118]

O clero retratado no século XIX pode ser atestado pela presença ou ausência da batina nos religiosos que apareciam no cenário da sociedade. Veja-se um Antonio Feijó, padre patrocinista, parlamentar e regente do império, membro do partido liberal, ou antes liberal como ele entendia, não deixou nenhum testemunho de suas vestes religiosas, embora pregasse a exaustão sua condição de padre do interior paulista como proclama sua biografa Magda Ricci[119]. Se esse é o exemplar da primeira metade do século, não mais teremos esse modelo na segunda, antes nós temos a hierarquia propriamente como representante dos religiosos. O exemplar evidenciado é D. Vital, bispo carmelita de Olinda, conheceu e provou o cárcere em defesa da autonomia da religião católica frente ao poder civil ao impor um interdito nas confrarias que desobedeceram a sua autoridade para desligar ou expulsar os livres-pedreiros, ostentando solidéu, batina e sobre ela uma jóia do crucificado cuja marca será plasmada doravante para referi-se aos ministros do culto santo, sua imagem amplia e renova uma idéia de martírio que fora mobilizada para causa de um modelo de santificação cuja peça mais bem evidenciada é a idéia de subordinação do prelado as doutrinas emanadas da sé de Roma, fazendo uma opção à preferência pelo lado

---

[118] No“ Catecismo sobre a Igreja Católica” de D. Macedo Costa. Editado pela Typografia Moreira, Maximino & Cia no Rio de Janeiro, podemos visualizar uma defesa contra o erro na forma mais usual do catolicismo, o catecismo, produto da excelência pedagógica para rapidamente construir sobre a maneira de perguntas e respostas a declaração dada pela igreja que ela é a igreja única salvadora, daí o seu sentido universal, dirigida pela hierarquia no modelo diocesano triunfante no Concílio Vaticano e digno se manter na direção das consciências, mas seus medos também aqui são revelados, como se pode ver na fustigação do protestantismo e a chamada propaganda anticatólica subliminarmente referindo-se aos liberais, maçons e republicanos, mais às vezes isso também era extensivo aos conservadores, lembremo-nos da prisão dos bispos durante o gabinete conservador de José da silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Mais há mais coisas na dedicatória ao povo feita pelo bispo do Pará e Amazonas como a referencia ao mês mariano no qual é saudada a Imaculada Conceição, objeto de devoção preferida da hierarquia ultramontana por ser um dogma exercitado por Pio IX na sua ex cathedra em 1854, mas muito antes desta devoção, deitar raízes no Pará a devoção à Nossa Senhora de Nazaré durante o Círio, palco de muitas altercações com aqueles modos de ser católico que não aceitavam a ingerência do bispo no conjunto da festa da santa, originando no final da década a chamada “Questão Nazarena”. Azzi, Riolando.Cadernos de História da Igreja.

[119] Magda Ricci Assombrações De Um Padre Regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Unicamp, 2004. Neves, F. A. F. As Assombrações De Um Padre Regentediogo Antônio Feijó (1784-1843) De Magda Ricci. Belém: Editora Da Ufpa, 2005 (Resenha).

espiritual em detrimento do material, mas não a subtração do poder civil dos eclesiásticos, a isto prova a referência ao direto canônico que rege as relações eclesiásticas.

O ordenamento do regalismo parecia ter encontrado o seu ocaso com as novas investidas do liberalismo, em um recuo organizado, a dedicação da maioria dos sacerdotes foi implicada em uma nova filosofia de trabalho adequando-se a reformulação do clero e sua ação pastoral, sem abandonar o barco, irão ser subordinados ao poder dos prelados em consonância com as diretrizes de Roma quando esta faz valer sua condição de infalibilidade, fidelizando precipuamente seu clero para então estar seguro de investir sobre o laicato; os doutores da igreja anteciparam-se a discorrer sobre esse decreto como relativo a questões de fé, entretanto o que se nota é o uso indiscriminado para por em destaque os feitos da sociedade moderna quando esta formula uma série de novas condutas, embasadas em procedimentos republicanos que servem para esfera civil, mas também são fortes componentes da efetivação de cultura privada a favorecer a produção de outros comportamentos.

Joseph Lortz[120], historiador da igreja, conforma-se em reconhecer que existiram erros que pesaram sobre a igreja, ainda esta soube reformar a si mesmo, posto ser ela uma criação divina, emanada pelo próprio Deus, portanto, perfeita e eterna assim como deus, enquanto que as posturas de alguns religiosos são apenas os efeitos do espírito do tempo agindo que recoloca em divida a o homem com deus. Não deixa ser uma contradição algo perfeito conter erros e precisar de reorganização ou decretar ser infalível quando enuncia ex cathedra, resta dizer - esta é a igreja!

A competição das ordens religiosas perdeu imediatamente o sentido, quando os estados nacionais comprimiram seu espaço de manobra, a proibição de aceitar para o noviciado na decadade 1850, no Brasil, exarado pelo poder civil só fez aumentar o mal estar dos religiosos que viam desse modo suspenso até a findar a reposição regular dos clérigos. A contenção da aceitação de vocações das ordens para que formassem religiosos para assistir os católicos da religião oficial do estado deprimia consideravelmente todo esforço dos bispos para bem assistirem seus rebanhos, mas curioso é que tanto liberais quanto conservadores também se queixavam da ausência de diretores espirituais para fazerem lições de proceder segundo os ensinamentos cristão que fundam a civilização. Até maçons derramaram nas folhas sua divida para com a religião dos pais ensinados desde tenra idade pelos párocos, obviamente estes não se referiam àquela coletividade ultramontana ciosa de portar-se como guarda de consciência.

A idéia de que a igreja católica não dispunha de uma estrutura capaz de moldar sua presença no mundo moderno fez com que uma plêiade de autores diagnosticasse a fragilidade da

[120] Lortz, Joseph Historia de la iglesia: desde la perspectiva de la historia de las ideas. Madrid: Guadarrama, 1962.

mesma, sobretudo de sua hierarquia para intervir em defesa de um espaço político autônomo para resguardar sua condição de instituição, bem como da constituição de um substrato a validar o papel de mediação até então exercido com quase monopólio entre o céu e a terra[121]. Não raro, essa compreensão apóia-se na noção de onipotência da igreja no período medieval, no qual esta assegurava que o céu não lhes cairia sobre a cabeça a menos que deus assim o quisesse.

Os parâmetros sob os quais se evidenciava a força da igreja na montagem da mentalidade da época serviram para alicerçar a idéia que a igreja tinha sobre si mesmo como guia espiritual, mas também material da sociedade daquele período. Diante da monumentalidade das edificações da igreja e mesmo das posses de longas faixas de terras são elementos por si só representativos da expressão da ascese do catolicismo ao moldar as experiências dos camponeses, mas também dos senhores. Isso parecera tanto mais verdadeiro quando consideramos o regime de oras que vigiava e se reproduzia nos lares marcando as passagens gerais do tempo mínimo de três horas regulando o tempo terreno. Essa colagem na experiência das rotinas será ampliada com o calendário religioso superpondo-se ao civil, no qual ainda encontramos na documentação civil do século XIX tal com "*Aos setes dias do mês de setembro do anno do nascimeto do Senhor Jesus Christo , 1868, quadragésimo sétimo da independência e do império nesta villa de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, reunidas no consistório da igreja matriz pelas nove horas da manhã*". Será isso uma reminiscência ? Descrevendo *a fortiori* parece afirmativo, contudo, naquele tempo, não era dado uma vitória das forças sociais, políticas e mesmo ideológicas contra a tradição. Isso porque as novas classes entronizadas logo se a perceberam da necessidade de instrumentos que justificassem a dominação das classes populares tanto na terra como no céu, e a igreja não podia ser desprezada como o discurso e prática que ela produziu com grande alarde e efeito.

Se os dias são marcados a partir da referência primeira do *anno do nascimeto do Senhor Jesus Christo* simboliza a pujança do conteúdo católico presente na documentação civil no qual enseja a linha de continuidade apresentada pela igreja, ao promover em torno de si o *telos* comum ao irradiar a responsabilidade de uma redenção política e civil ao par da paixão da salvação final como consta do programa político, digo da teleologia do cristianismo.

[121] Torres, João Camilo de Oliveira. Os construtores do império; Idéias e lutas do Partido conservador brasileiro. 1968. AUBERT, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In, Nova História da Igreja. Petrópolis, Vozes, 1975. BEOZZO, Pe José Oscar. (org) História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980, t. II/2. FRAGOSO, Hugo. A igreja na formação do Estado liberal. In, História da Igreja no Brasil. Segunda época (a Igreja no Brasil do século XIX). São Paulo, Paulinas, Petrópolis, Vozes, 1985. HOORNAERT, E. Formação do catolicismo brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1978.

O interior do Pará irá vivenciar essa forma de representar a sociedade através do excerto em epigrafe, portanto, isto é apenas uma amostra do conjunto mais rico das relações políticas no território brasileiro cuja presença da simbologia religiosa católica atesta um estado da igreja[122], bem ao contrário do que denunciavam os religiosos ultramontanos de uma igreja do estado.

Essa marca indelével da documentação civil demonstra uma reprodução orgânica de uma concepção de mundo capaz de validar o caráter excelso da religiosidade católica no estado imperial brasileiro. Mas não era apenas na epigrafe dos documentos civis, também na saudação final repetida a cada oficio, circular, aviso, abaixo-assignado, ata, correspondência e vários outros tipos de papéis tinham grafado *"Deus guarde a V. Exa."*[123], ou mais raramente outra forma de tratamento.

Em que pese a força desses símbolos, a igreja no Brasil, mas também na Europa, contesta o mundo moderno que acusa de falta de igreja enquanto condena a idéia de religiosidade apresentada sobre a forma do deismo ou do grande mestre do universo como ensinavam o credo das lojas maçônicas; marcadamente o catolicismo é que sai mais exposto do confronto entre religião e estado na era moderna, justificando a insistência para a igreja continuar a responder por seu lugar no mundo.

---

[122] Conferir a difusão do catolicismo no corpo de estado através do Livro do Termo de Juramento do Tribunal de Relação de Belém 1874-87, iniciado no tempo das prisões dos bispos, quando o gabinete era conservador até o início da maré liberal constam juramentos de solicitador, advogado, ammanauense, official de justiça (titular e interino), continuo, secretario de relação, advogado provisionado. Encontrei 45 documentos nos quais aparecem os juramentos sobre os santos evangelhos.

[123] Alguns exemplars destes documentos são "Nº.... Palácio do Governo da Província do Piauhy. Ilmo e Exmo Sem. (2) Cabe-me a honra de participar a V. Exa que tendo prestado juramento perante a Câmara Municipal da capital do cargo de Presidente desta Província para o qual fui nomeado por Carta Imperial de 20/10/ ultimo, assume hoje a sua administração. Aproveito a opportunidade para assignar a V.Exa os protestos de estima e distincta consideração. Deus Guarde a V. Exa. Ilmo e Exmo Sem Presidente da Província do Pará. Dir Manoel de rego Barros de Sousa Leão. [n.l. Acusum24 de janeiro]"; "1ª Secção Província do Amazonas.
Palácio de Maus 7 de janeiro de 1871. Ilmo e Exmo Sem. Tenho a honra de rogar á V. Exa a expedição de ordens para que siga na primeira opportunidade para a Corte do Império o recruta destinado ao serviço d'Armada de nome Feliciano Joaquim Vergueiro, e bem assim para que regresso á esta capital a escolta que vae guardando composta de um cabo e um praça. Deus Guarde a V. Exa. Ilmo e Exmo Sem Cônego Manoel José de Siqueira Mendes. Vice Presidente da província do Pará. Ob José de Miranda(de S...) Reis. [n.l. foram dadas as previas ordens, Respondido em 21/1]"; Do mesmo teor quando asassumem o cargo de vice-presidente da Província de Santa Catarina, Deus Guarde a V. Exa. Manoel Vieria Tossa; ou como assinala Pires Machado Portella comunica ter assumido a Presidência da Provincia do Maranhão. Deus Guarde a V. Exa; Augusto Olympio Gomes de Castro. -.- Rio Grande do Norte, Deus Guarde a V. Exa, Silvério Eladio(...) da Cunha; do mesmo modo (-.- Alagoas, O Presidente José Bentes da Cunha Figueiredo; Bahia, O Presidente Barão de S. Lourenço; Pernambuco, O Presidente Diego Velho (...) Albuquerque; Sergipe, O Presidente Franciso José Cardoso; Ceará, O Presidente José Fernandes da Costa Penna Jr; Rio de janeiro, O Presidente Theodoro F. de Pereira da Silva; S. Paulo, O Presidente A .... Olinto As; Goyas, Coleção de Leis Vice-Presidente José Bonifácio Gomes da Siljna; Amazonas, O Presidente José de Miranda Reis sobre o Museu de História Natural; Paraná, O Presidente...); Dar a conhecer...Coleção de leis da Parahyba – circular nº 58. Deus Guarde a V. Exa. Frederico de Almeida Albuquerque; Espírito Santo, O Presidente Francisco Ferreira Correa). FUNDO: SECRETARIA DA PRRESIDENCIA DA PROVINCIA. SERIE: 13 OFICIOS ANO 1870-71. CAIXA Nº DE ORDEM 304-A. OFICIOS DOS PRESIDENTES DAS PROVINCIAS. APEP.

Católicos no século XIX podiam ser reconhecidos pela freqüência com que se apegavam aos santos padroeiros das profissões, das cidades, dos guerreiros, das mulheres, das crianças, dos índios, dos negros e em tantas outras expressões de religiosidade como o culto às almas, nas oras que iniciam a manhã, que findam a noite, nos batizados, enterros, missas e novenas. Durante as revoluções deste século, parte deles foram se proteger nas igrejas e conventos, o catolicismo inundava a sociedade em seu quotidiano, contudo, a hierarquia católica não se enganava com essa religiosidade exteriorizada pelo laicato, pois não sentia sobre seu controle as mentes e os medos destes.

A ascensão da instituição do livre-pensador, da ilustração e da superação da metafísica religiosa acordava com uma vida burguesa a se alastrar nos comportamentos e condutas no espaço público ou privado, dispensado a igreja dessa função mor de vigilante das consciências e da ordem. Os religiosos já vinham se ressentido das posturas jansenitas e galicanas dos estados nacionais desde o século XVI, quando os regimes de regalismo colocaram a igreja como serva do estado no auxilio da gestão das intervenções promulgadas pelas majestades soberanas; as relações de vassalagem continuavam seladas por diversos dispositivos legais e práticos que ordenavam o bem-viver entre estado e igreja; mas com o advento da revolução burguesa a igreja vai sentir imediatamente como as coisas estavam mudando quando seus privilégios e prestígios eram continuamente subtraídos e transferidos a outros que uma vez apossados não retornavam em forma de dividendos materiais e não menos os espirituais.

Graças a essa perda de renda feudal e posteriormente transformada em renda monetária irá impossibilitar, melhor dizendo, limitar a igreja de fazer mecenato e operar a caridade e piedade nos hospitais e sanatórios aos quais muitos pobres e desvalidos acorriam em busca de algum alento. Tolhidos das fontes de renda direta, os religiosos tiveram de aprender a se subordinar ao monopólio do poder do estado centralizado absolutista, sucedido pelo poder constitucional, mas essa não foi uma opção tranqüila por parte da igreja atenta ao significado dessa privação material de poder tanto no que concerne ao território do estado papal, bem como os templos e propriedades que efetivam com o púlpito o lugar de hegemonia da igreja.

Esta tomada de consciência fez com que a igreja assumisse como prioridade a necessidade desta voltar-se para si como parte de uma vasta reforma interna capaz de interromper a perda crescente de sua capacidade de intervir no mundo. No século XXI, a Sé de Roma irá lutar de modo bastante acirrado para que a constituição da Comunidade Européia reconhecesse a Igreja católica como o aporte da civilização ocidental, descuidando de dialogar com outras experiências culturais religiosas que também plasmaram suas contribuições às instituições que de modo bem imperialista, e sem sofisma, anuncia a supremacia desse modo de compreender o mundo. Esse debate do presente oferece-nos muitas pistas para o debate entre

estado e igreja no século XIX, a idéia de subsunção, dominação e perda da direção da igreja na concepção de mundo e do próprio mundo fez com que esta agisse de modo mais orgânico no sentido de conformar um esteio próprio a lhe dar sustento.

A primeira metade do oitocentos a igreja também tinha sido atingida fortemente pelo que posteriormente será dado como os erros do século. A Ilustração precisou de cerca de setenta anos para sofrer uma condenação inquestionável, mais esta veio em tons berrantes no Syllabus cuja característica acentuada é o descredenciamento da sociedade liberal burguesa, enquanto negação completa da sociedade tradicional, onde a igreja crer haver segurança e paz a todas as ordens, e no qual era inquestionável o zelo que cabia a igreja. No mundo conturbado das transformações, o próprio clero foi enredado pelas luzes do século, não apenas tomando conhecimento e fazendo propaganda, mas também formulando os conceitos e categorias que dissecavam a sociedade do antigo regime e construindo novas explicações. Em terras do Brasil e no solo americano foram os agentes fundamentais na difusão e articulação do pensamento ilustrado[124].

Hugo Fragoso, historiador da igreja e também religioso, inicia sua historiografia com uma noção de autoconsciência da igreja, particularmente na consciência que a hierarquia da igreja tinha sobre si mesma. Com efeito, a hierarquia católica não destoava do regime do padroado régio, oriundo do regalismo português, onde prevalecia a aliança entre estado e igreja. Na prática, os religiosos católicos estavam tão inseridos na política partidária que a preocupação com a igreja propriamente dita partia de diversos interlocutores fossem nas cortes até a independência, na constituição ou no parlamento.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia tiveram validade até a proclamação da república versando sobre direito eclesiástico na colônia e suas relações com os súditos. Porém, desde a expulsão dos jesuítas a igreja se vê ainda refém do estado português numa clara opção por seguir secundando as ações e aos projetos da coroa. Durante a estadia da família real no Brasil, pouco foi alterado nas relações entre estado e igreja, permanecia um catolicismo mais privado do que propriamente sobre a orientação emanada da hierarquia católica no Brasil, e muito pouco afeita á esfera de influência a partir da Santa Sé em Roma.

Os lideres da igreja católica tinham ainda sido moldados no barro do regalismo e por isso não percebiam como uma superposição do estado sobre os interesses da igreja a falta de autonomia plena para seu governo. Não era sequer bandeira do clero brasileiro sua emancipação

[124] Nogueira, Severino Leite. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho / Severino Leite Nogueira ; prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello. Recife : Governo de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

do estado, isso não quer dizer que vingasse um conformismo no que respeita aos direitos de Roma, mas não havia ainda consolidado dentre a hierarquia um sentimento de lealdade religiosa que a colocasse em campos opostos aos defensores do estado. Essa situação devia-se ao quadro de um clero mais afeito à política do que aos interesses da igreja. Talvez seja mais apropriado falarmos num imbricamento sólido entre estado e igreja que dificultava pensá-la como algo apartado, autônomo e independente.

Só na segunda metade do século esse desejo foi amadurecido e levado a termo, porém como produto mais refinado do conflito com as forças liberais aglutinadas no partido conservador e liberal. Entretanto, a composição de aliança entre estado e igreja pode ser vista em diferentes momentos que denotam quanto o estado continha de igreja com uma religião oficial do estado. Isto representava uma exclusividade pública do exercício de mediação religiosa, contudo esse quadro não deixava de assustar a igreja que sabia da redução das vocações com centenas de paróquias sem o pasto espiritual devido; dos poucos párocos existentes ainda havia aqueles que não tinham uma vida reta, costumeiramente ultrapassando os limites dados no celibato, enquanto os conventos estavam proibidos de receber novas vocações, os seminários eram sustentados pelo estado, a exemplo das côngruas do clero, até os templos religiosos, paramentos e objetos santos eram mantidos à custa do estado. Importante salientar que a legislação que regulava esses quesitos era civil e não eclesiástica, servindo de combustível para alimentar a Questão Religiosa. Dois modelos antitéticos irão demonstrar como se apresentava a igreja brasileira, de um lado D. Romualdo de Seixas, bispo do Pará e depois Primaz do Brasil, religioso cioso de seus compromissos espirituais pelo qual defenderá a manutenção do celibato e postará a urgência de repensar as relações estado e igreja, entrementes tenha sido um tímido defensor da autonomia da igreja frente ao estado quanto aos *places* para validarem as bulas religiosas emitidas pelo papa; de outro lado, Padre Antonio Feijó, mas conhecido como Feijó, o político liberal, também padre patrocionista, que defendera na constituinte o fim do celibato e a importância dos *places* na autoridade que deveria se revestir o império, chegando mesmo a propor uma igreja nacional. Segunda Magda Ricci, Feijó é um padre político liberal que debruçado sobre a tarefa de construir uma nacionalidade percebe uma função complementar para igreja.

Mas os dois modelos encontraram-se na política, no parlamento, lá eles disputaram como representantes da nação e não funcionaram como um clero disciplinado com uma forma comum de ver o mundo, capaz de agir organizadamente para sustentar um programa religioso, mas que também é político *stritu sensu.* Em suma, há condição de igualdade entre um e outro, padre e bispo não estão dispostos de modo hierárquico vertical, esta situação senão inviabilizou a igreja ao menos dificultou a ação centralizada desta para combater a modernidade. Esta situação demonstra como o catolicismo diocesano teve utilizar-se do ultramontanismo para

disciplinar o clero, conquistando sua fidelidade e abortando as lealdades divididas. A ação administrativa ao lado da sustentação teórica da verticalização da igreja só teria êxito caso pudesse comunicar uma experiência afetiva e mística da esfera espiritual para soldar a identidade dos vestidos de batina.

Na segunda metade do século a igreja encontra-se com seu antigo modelo, na verdade o modelo clássico engendrado por esta – o mártir. Para ocupar essa dileta função de atrair atenção para a condição da igreja perseguida por defender a cruz de Cristo, apresentou-se D. Vital, bispo de Olinda. Secundando essa postura, D. Macedo Costa, bispo do Pará; lembremos de Pio IX declarando-se prisioneiro do estado italiano, uma corrente de martírio no tempo e no espaço ligando os bispos à igreja. Ambos redescobrem no arsenal do catolicismo um modelo a ser cultivado na luta contra a dependência a que estava sujeita a igreja e mobilizam em todo o campo católico as orações e recursos para acudir aos prelados, encerrados em prisão por defenderem o direito de disciplinar as coisas da religião, sem ter que colocar sua autoridade sob a pena do direito de recurso à Coroa como foi impetrado pelos confrades contra a decisão dos bispos.

Os religiosos eram formados numa cultura doméstica com pouca atenção para um programa bem delimitado no que respeita a moral; ou seja, aprendia-se a ser padre através das ações de assistência dos serviços simbólicos que garantiam a exteriorização do que era ser padre, tal como pode ser observado no processo de formação de Feijó quando foi inserido na comunidade dos padres patrocionistas em Itu; os mais antigos padres já tinham sido casados anteriormente, mas daquele instante em diante resolvem optar pela vida caridosa. Parecia visível para hierarquia da igreja que o conformismo dos religiosos assentava-se na falta de perspectiva de alteração daquele estado de coisas, portanto, manterem-se sob a guarda dos grandes senhores de escravos, ou serem eles mesmos provedores de suas necessidade como ocorria em larga escala; quando esses padres acumularam patrimônios para si e não para a igreja convertia-se em empecilho a conformação de um campo católico[125].

Por outro lado isso não autoriza a dizer que o clero do século XIX vivia à cata de riqueza e vida faustosa, no Pará, um grupo bastante representativo, liderado pelo Padre Batista Campos, estava encarregado da promoção da caridade e de elevar adiante um projeto de reforma material de previdência social semelhante aos seus congêneres na França, sob a empolgação dos lazaristas. Mas o projeto de unidade nacional ainda não estava consolidado e as autonomias regionais causaram grande tensão no governo nacional, mas a igreja não considerava esses movimentos além de revoltas que anunciavam o perigo do liberalismo, e as combateu

[125] Neves, F. A. F. . As Assombrações De Um Padre Regente Diogo Antônio Feijó (1784-1843) De Magda Ricci. Campinas, Editora da Unicampi, 2002. Revista Humanitas Belém: Editora Da Ufpa, 2005 (Resenha).

ferozmente em defesa da ordem que ameaçava a tranqüilidade institucional da nação brasileira em nascimento. D. Viçoso, Bispo de Mariana, resume a postura da igreja com um ataque contra todo aquele que se levanta ante a autoridade legitimamente constituída.

Em meados do século, a paz parece ter ganhado uma chance, muito pelo temor da desordem que colocava em risco a legalidade sob qual o poder estava instalado e permite que as elites se voltem para completar a organização da sociedade civil, permitindo o anuncio de condições para questões fundamentais como a escravidão e as relações estado e igreja. O Brasil experimenta essa paz enquanto as elites européias se viram assombradas com a Primavera dos Povos que além de atualizar as revoluções liberais foram infladas por demandas de socialistas de diferentes matizes; nesse contexto, a hipótese de Hugo Fragoso de uma contaminação do espírito liberal nas revoluções e rebeliões autonomistas do Brasil só pode ser contemplada se for radicalizada a perspectiva de expansão de outros modelos capazes de discutir com a modernidade, incluindo o catolicismo difundido pela hierarquia católica romanizada.

O foro da disputa entre estado e igreja é circular, ou seja, as cumplicidades entre estes eram tencionadas a partir da articulação do domínio político e jurídico sobre a esfera da sociedade civil. Esse *aggiornamento* era feito em parte à custa do antigo poder da igreja tanto material quanto espiritual. Na Itália, religiosos e laicatos tentam colocar a igreja à frente do processo de modernização do estado, contudo a igreja tinha dificuldade de tornar-se uma alternativa à secularização quando a própria igreja é o principal obstáculo a esse rearranjo. Sciacca, catedrático de filosofia teóretica da Universidade de Genova[126], sustenta que a igreja era adversária do fundamento do liberalismo, no caso, o livre pensar que não se subordina a fé, portanto, (re)-inventar a escolástica é o que gostaria a igreja para poder colocar-se como uma saída à filosofia da ilustração recompondo o tecido da metafísica religiosa e toda filosofia especulativa, cujo fim é querer reatar um projeto salvífico com toda uma concepção que sujeita as práticas da sociedade civil ao *telos* da igreja; no decorrer de seu enfrentamento com o estado, a igreja também irá proceder a uma crítica, embora tímida ao processo de expropriação aprofundado pela ideologia de l*aisse-faisse*, ela não poderia deixar de assinalar a voracidade que a propriedade privada levada ao extremo significava de ruptura com os pactos sociais selados na sociedade tradicional em que havia algumas garantias de proteção das elites com as classes populares[127].

Porém essa circularidade permitia o fácil escape sobre o real drama em questão – o problema de quem tem o poder. Com essa afirmativa não pretendo atacar a igreja e torná-la a única campeã da tradição do antigo regime. Historicamente nos apoiamos no modo como a

[126] SCIACCA, Michele Federico. História da Filosofia. São Paulo: Mestre Jou, 1966.
[127] Thompson, Edward Palmer. A formação da classe operaria inglesa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

igreja optou por enfrentar os problemas de seu tempo segundo suas próprias perspectivas, não é a toa que Joaquim Nabuco fustigava a igreja por estar não ter levantado de modo inelutável seu óbice à questão da escravidão; enquanto D. Macedo Costa, já um dos lideres do clero católico, rebarbava-se contra a autoridade civil do presidente da província do Pará por este ter enviado correspondência para o clero, passando ao largo por sua autoridade, justo num dos tópicos referentes à luta pela abolição[128] como foi o caso da conquista no parlamento da lei do Ventre livre de 22 de setembro de 1872. Não por acaso é no modo transverso que se pronuncia a Questão Religiosa que devemos investigar o projeto do catolicismo brasileiro romanizado; a loca maçônica do Grande Oriente, resolve saldar a pessoa do Visconde de Rio Branco pela audácia com que empunhara a legislação de emancipação dos negros de modo a superar possíveis conflagrações violentas a exemplo do que recentemente ocorra na guerra de secessão americana; encarregado da louvação dos dotes de Rio Branco, presidente do gabinete conservador, uma figura de menor expressão ganha foros de notoriedade, Padre Antonio Maria, tece loas exultante ao caráter do maçom, legitimando a liderança que devia recair sobre os maçons e membros do partido conservador para dirigirem a superação da escravidão rumo a implantação do trabalho livre.

[128] "4 Ses. 17/10/1871. Revmo Sem. Transmitto a V. Sa o incluso exemplar impresso da lei geral nº 2040 de 28/9/ último , que declarou livre os filhos de mulher escrava desde a data de sua sanção, e providenciou sobre a libertação gradual dos escravos existentes, afim de que V. Exa anuncie as disposições d'ellas aos seus parochianos por espaço de 30 dias na estação da missa conventual. Outro sim lhe recomendo que, em quanto não lhe envio o livro de que trata o §5º do artigo 8º da dita lei, o que lhe será remettido brevemente, faça os registros de nascimento e óbito no livro que actualmente se serve, como até agora, sendo com tudo essencial que nos assentamentos declare o dia em que ocorrer qualquer daqueles factos, o nome, sexo, côr, filiação do individuo, e bem assim o nome do senhor de seus pais, devendo V. S. transferir para o novo livro que receber, pos registros ocorridos desde o dia 28 do mês próximo passado, data da mencionada lei. A que tudo tenho por muito recomendado a V. S que accusara este officio imediatamente que o receber. DG. Ao Governador do Bispado. Sem Revmo Vigário da parochia de Sant'Anna da Campina", Este docunento foi enviado iIdêntico a todas as paróquias da província do Pará. Reclamando deste procedimento em 19/10/1871, D. Macedo fez ' judiciosas considerações' em relação a circular aos reverendos vigários comunicando a obediência a lei 2040 de 28/9. Tendo por resposta do presidente da provincia dizendo estar 'marcado' acordo com o bispo e que reconhece não queria ter 'a mais leve intenção de ferir os direitos da igreja'. CÓDICE 1439. OFICIOS AS AUTORIDADES DO BISPADO. APEP. A lista das paróquias: 1-Parochos Sé, 2-Sant'Anna da Campina, 3-SS Trindade, 4-N. S. de Nazareth, 5-Santarém, 6-Cameta, 7-Bragança, 8-Òbidos, 9-Macapá, 10-Vigia, 11-Inhangapy, 12-Bujaru, 13-S. Domingos de Boa Vista, 14-Sant'Anna do Capim, 15-Barcarena, 16-Mujú, 17-Acará, 18-S. Miguel do Guamá, 19-Ourem, 20-Irituia, 21-Benfica, 22-Mosqueiro, 23-Igarapé-mirin, 24-Abaeté, 25-Cairary, 26-Beja, 27-Cintra, 28-Salinas, 29-Curuçá, 30-Colares, 31-S. Caetano de Odivelas, 32-Viseu, 33-N.S. de Nazareth de cuatipurú, 34-Mucajuba, 35-N.S. do Carmo do Tocantins, 36-Baião, 37-Cachoeira,

Em resposta, ao indisciplinado religioso, presente e orador na reunião maçônica, o bispo do Rio de janeiro, D Lacerda repreendeu-o publicamente, submetendo a um pedido de desculpas e sua sujeição à autoridade eclesiástica enquanto deveria renunciar a qualidade de polemista com a igreja como era tida por natural entre os maçons. Mais uma vez fica patente o drama da igreja daqueles dias, pois estava já convertida ao credo ultramontano e crê ser mais importante chamar um religioso de volta para seus bancos do que intervir de modo decidido contra escravidão. Ao contrário, não há palavra que edifique o ato sobre a chamada lei do ventre livre ao contar com tantos adendos permitia aos antigos donos fossem convertidos em curadores desses menores e que poderiam explorar seu trabalho até os 21 anos, prolongando, portanto, a escravidão para além do período que decretava os nascidos livres desde então. Com efeito, a escravidão será submersa para vir à tona a Questão Religiosa.

D. Antonio Macedo Costa está nesta senda, importa destacar a quem cabe assinalar como deveriam portar-se os religiosos para efetivarem os registros dos nascituros de mulher escrava daquela data em diante. Sem loas a possibilidade de liberdade que encerrava a nova legislação, o prelado da Amazônia desconsidera a dimensão moral da liberdade para prender-se a uma questão prática de grande relevância, a quem cabe a responsabilidade de como e onde deveriam ser grafados os registros de nascimento? E pergunta ao império.

Aos olhos da presidência da província do Pará não se tratava de uma arbitrariedade interposta pelo poder civil infringindo a competência do poder eclesiástico. Na sua resposta ao prelado, o presidente assevera que não fora essa sua intenção e pede formalmente desculpas pelo que poderia ter sido interpretado como invasão na Saara alheia. A idéia era tão somente informar e não disciplinar como e onde os nascituros de mulher escrava deveriam ser grafados; não há dúvida quanto ao exercício da igreja na tarefa costumeira e legal reconhecida na constituição de 1824, quanto ao registro público de nascimento, porém, o problema principal continua oculto, qual seja, de que lado a igreja estava quanto à escravidão? Ela é favorável ou contrária ao seu fim? [129]

[129] Esta polemica continuou a vicejar como fica demonstrado nas correspondências enviadas ao bispado: "(IMPRESSO) Circular – Palácio do Governo do Pará 8/2/1872. 4 Ses. Tendo sido declarado a esta presidência, em Aviso Circular do Ministério dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 25/11 passado, sob N} 9, que a indicação do dia em que tiver ocorrido o nascimento do menor filho livre de escrava que for levado á pia batismal, compete ao senhor do mesmo escravo ou seu representante, devendo a referida indicação ser aceita pelo sacerdote que celebrar o acto do baptismo, em additamento ao meu officio de 17/10 d'aquelle anno. DG. Revd Cura da parochia da Sé" (idêntico aos outros vigários). "(Impresso) Circular- – Palácio do Governo do Pará 23/3/1872. 4 Ses. Remetho á V. Exa Revm o Aviso Circular do Ministério dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 10/2 próximo findo, sob Nº 5, junto por copia, solvendo as duvidas suscitadas sobre o livro, que a lei 2040 de 28/9/ do anno passado, em seu parágrafo 5º do artigo 8º, prescreveo para o registro de assentamentos de baptismos dos filhos ingênuos de mulher escrava, em relação a Constituição Synodal do arcebispado; incluindo outrossim cópia do aviso Circular de 25/11 ultimo, ao qual aquella se refere e de que lhe dei conhecimento em meu officio de 8 do dito mez fevereiro. DG. Sem Revd Vigário da Parochia da Sé

Na historia da igreja, feita pelos próprios religiosos há um reconhecimento que esta não tinha uma postura uníssona quanto à questão da libertação dos escravos, ainda no império, na década de 1870, encontramos várias ordens religiosas possuidoras de grande patrimônio em escravos, relacionam-se beneditinos, carmelitas, capuchinhos; será um processo bastante extenso a promoção da emancipação dos escravos, bem como da propriedade particular dos religiosos que contavam com rol de escravos entre suas propriedades. Deste modo, podemos inferir quanto fora difícil para a igreja reconhecer um estatuto de liberdade dos escravos para a liberdade dos indígenas como se constituiu ainda no período colonial. Mesmo nesse quesito da questão da liberdade dos silvícolas podemos dizer que a igreja oferecesse uma pastoral consistente no que respeita a culturas dos mesmos, antes há uma promoção genérica da figura humana do índio pelo processo de "Civilização e Catechese" como aparecem nos Relatórios dos Presidentes da Província; convém recordar que esse ramo do serviço público tinha uma dotação orçamentária própria ligada ao Ministério da Agricultura e Obras Públicas, reforçado com verbas provinciais.

2.3 A SECULARIZAÇÃO

A tese da secularização crescente no século XIX tem dupla valoração tanto no sentido espiritual quanto no sentido jurídico. O ato político que inaugura essa cultura secularizada não é a ruptura entre estado e igreja em 1794, durante a Revolução Francesa, no período da Convenção Nacional, pois não se chegou a termo propriamente dito, servindo mais à propaganda do que a uma concordata efetiva entre estado e igreja. Já na coroação de Napoleão é o fato simbólico por excelência que irá conferir sentido as novas relações entre estado e igreja graças a autocoroação empreendida pelo próprio Bonaparte quando retira a coroa das mãos do papa para ele mesmo introduzir a si o poder soberano do estado. Desta feita, não há mais um direito divino sagrando os reis como era na longa tradição do sacro império romano, mas fruto da produção burguesa de um homem livre é por si só responsável por seu telos. O subproduto deste ato é a humilhação do papa que assiste incólume aquele épico guardado pelo pintor oficial, Jacques Louis David, da corte de Bonaparte.

Reagindo contra o racionalismo, a idéia de igualdade entre as confissões religiosas e os efeitos diretos que incidiam sobre registro civil (nascimento, casamento e óbito) correspondendo a três rituais de confirmação religiosa de entrada e saída na vida, na

---

(idêntico aos outros vigários). Em 23/3/1872 do mesmo teor endereçado a D. Antonio Macedo Costa evidencia as contravoltas sobre a aplicação da lei.

constituição de família, os cemitérios civis; o reconhecimento civil dos atestados da outras confissões religiosas e por fim o direito de autoconsciência, o livre pensar como impulsionador da cultura secular que se despe da espiritualidade como bem entendeu a igreja e por isso reagiu a esta tentativa racionalizar a teologia.

Difícil foi para a igreja disponibilizar uma pele que pudesse aderir à revolução burguesa, permitindo um transplante de alguns de seus valores e absorvendo outros "estranhos" da cultura moderna, embora houvesse membros do clero cuja tempera tinha sido afetada pela experiência da cultura da ilustração; porém como instituição não há uma incorporação da cultura material e imaterial nascida da revolução social, antes havia era o desafio das forças que a igreja mobilizava, quando o direto civil era invocado, a igreja respondia com o direito eclesiástico; quando as políticas sociais eram reivindicadas pelas camadas populares, lá estava a igreja acenando com sua doutrina social; frente aos reclamos das nacionalidades a igreja contrarrestava com seu universalismo.

A autoconsciência da igreja é um processo autofágico de grande envergadura, pois se considerarmos os 80 erros do Syllabus observamos a crítica ao panteísmo, naturalismo e racionalismo absoluto e moderado; à indiferença religiosa e o latitudinarismo; ao socialismo e ao comunismo, ao lado das sociedades secretas republicanas e liberais; não há concessão às sociedades bíblicas ou, sociedades clérico-liberais, não há espaço para ecumenismo; sobre os direitos da Igreja e da sociedade civil só há um acordo com a primazia da igreja; sobre a ascendência da moral natural frente à cristã e sobre o matrimônio cristão, mais uma vez deve ser refutado erro e dado voz à verdade revelada; sobre o direito de governar como príncipe civil do Pontífice Romano esta é a pedra de toque para não ser apeado do poder secular.

Ludwig Hertling, S.I [130], confirma a necessidade que a igreja tinha para anunciar estar viva, e bem preparada para continuara a exercer o pasto espiritual como outrora fizera na idade média. Trata-se de uma obra de síntese, mas trás à baila um élan religioso militante, lembrando ao sentido já conferido por Kaustky na sua analise sobre a igreja na idade média como uma *eclésia militans*, organismo político e religioso, e vice-versa, com o intuito de assegurar uma reprodução institucional da igreja e do mundo conforme esta pugnava.

Temendo a descristianização, a igreja católica assume um a postura universalista quanto ao problema da formação de igrejas nacionais. Se isso era uma neurose da igreja não podemos atestar, mas sem dúvida, a possibilidade de que ramos liberais mais exaltados pudessem propor formas de independência das igrejas nacionais da sede de Roma faz sentido quando

[130] Hertling, Ludwig Historia de la Iglesia /. Ludwig Hertling ; [traducción castellana de Eduardo Valentí] Barcelona : Herder, 1961

consideramos, por exemplo, o caso de Feijó na constituição do Brasil batia-se para uma efetiva separação entre o estado e a igreja. O caráter místico da igreja católica apostólica romana reveste-se de seu clamor pela universalidade. Isto é, o catolicismo erigiu sobre a categoria da universalidade sua mensagem salvífica, ou seja, é parte significativa da identidade católica, sua doutrina expressa esse conteúdo de conclamação de salvação nessa igreja experimentando a religião dentro dessa comunidade religiosa católica.

Consoante a essa postura doutrinária, reage a igreja quando lhe imprimem condições para manifestar a vivência religiosa através de uma autoridade civil que no entender dos religiosos é carente de sabedoria para arbitrar questões relativas às causas da igreja. Não há como justificar uma postura absenteista deixando que a igreja do Brasil ficasse subordinada ao exemplo do que havia se tornando a igreja da Inglaterra, ou dos paises nórdicos, sob a inspiração do protestantismo.

Em França, essa ruptura entre estado e igreja galvanizou o fluxo ao estatuir um novo paradigma das relações hierarquizadas no poder com a ascensão do estado tendo necessariamente de subjugar a igreja, quando não, perseguisse a plena separação entre as duas instituições. Dar lugar a algo não é parto fácil, pois as saídas cada vez mais não vinham do céu e sim das opções próprias tomadas pelos indivíduos buscando em si mesmo sua salvação. Nesse sentido, as arengas entre uma cultura secular e uma cultura religiosa deveriam ser postar em par, mas com as discrepâncias apuradas por séculos de existência. Só indo fundo até as relações mais invisíveis do átomo circunscrevendo a um só tempo a fé e a razão poderá perceber as nuances das perspectivas determinantes e determinadas a fazerem a igreja a sair do proscênio principal, voltando a este somente em momentos específicos.

Há um consenso bastante expressivo quanto à capacidade da igreja em dirigir, dominar e subsumir a sociedade medieval graças à noção de unidade cultural empreendida pelo catolicismo quando confirmava uma só salvação para todos na igreja, embora houvesse clivagens a denunciar a necessidade de reformas profundas. Porém, esses problemas acabaram sendo agravados pelo surgimento de novos atores sociais com pendência para justificar sobre sua subjetividade uma experiência única e indissolúvel do individuo como o suporte da nova era. Sem se fazer esperar, a igreja apontou a nova postura como temível e herética, colocando sob ameaça aquilo até então inquestionável - a posição gozada pela igreja na direção das consciências; paralelo a essa confrontação, havia ainda uma disputa pelos recursos matérias que se acirraram quando forças produtivas incrementadas permitiram a expansão da sociedade ocidental sobre todo o globo, conformou alianças para assegurarem o prestigio e a capacidade dos grupos dirigentes continuarem como tal.

Lortz, historiador católico, atenta quão prejudicial foi a tentativa de reformar a igreja desconectada da experiência única forjada ao longo de séculos para estabelecer uma reflexão teológica, dentro de determinados processos sujeitos à hierarquia para não desencadearem forças incontroláveis sob pena de renegar a necessidade de religião e de esclarecimento mediado pela igreja. Essa é uma crítica aos católicos liberais. À altura da revolução francesa, parecia á realização de uma profecia, o irromper da revelação apocalíptica de um mundo sem igreja estava fadado ao infortúnio e a danação eterna.

Em principio, a igreja não conseguia agir como uma instituição capaz de produzir uma intervenção centralizada, subordinando politicamente todo o clero para mobilizar os católicos na defesa de sua visão de mundo. Contudo, não subscrevo a tese auto proclamada pela igreja de um cerco ao seu ministério, revivendo a experiência dos primeiros cristãos quando foram martirizados, e estabelecendo um conteúdo bem explicito de demonstração de fé na vivencia do martírio[131]. A causa dos santos foi sem duvida alguma uma pedagogia portentosa na atração de fies, este modo de ser dos cristãos configurou um modelo sempre atualizado, motivador dos cristãos quando em ameaça, ou mais precisamente em ações de expansão da boa nova como foram os casos do novo mundo, África e Ásia. Embalados em motivações muito diferenciadas, a igreja teve de instrumentar muitas alternativas para reagir à perda de poder acentuada com a revolução francesa.

Quando a chefia da igreja envolvia-se em demasia nas alianças do estado, na prática atuava como um poder temporal bem definido dispondo de território, relações de vassalagem que excediam em muito os outros príncipes, além de ter a mais completa elaboração do direito sobrevivente da cultura jurídica romana do ocidente. Entretanto, a salseira da reforma, instalou uma cunha entre o monopólio de salvação até então em voga no catolicismo romano, ferindo senão de morte, ao menos paralisando muitos dos recursos, sobretudo, os materiais a permitir o acumulo de rendas necessárias para viabilizar a atuação da igreja. Despossuída materialmente, a igreja vê serem subtraídas terras, rendas, mosteiros, abadias, castelos, e não menos significativo, clérigos, púlpito e templos, doravante convertidos em cabeça-de-ponte do protestantismo, ainda não necessariamente movidas por ondas do secularismo.

Os regimes de padroado têm sido responsabilizados pela fragilidade da igreja no período posterior ao renascimento, nessa senda confirmam Huges, Lortz, Hertling quanto à precarização sofrida pela igreja por não ter autonomia de gerencia sobre seu clero e patrimônio, estando sempre a sorte dos benefícios estatuídos pelos regimes absolutistas aliados à Sé de Roma. Bem como, as redes econômicas paralelas das ordens dirigidas por suas estratégias de intervenção tanto interna quanto externamente à igreja foi percebido como desperdício de

[131] Kenneth L. Woodward, A Fábrica de Santos, Editora Siciliano, 1992

recursos concretos para alavancarem uma pregação mais decidida da religião católica. Tal assertiva não encontra sustento quando consideramos a entronização do catolicismo nas áreas mais recônditas do mundo, embora subsistindo uma variedade de "modo de ser" católicos, e de alguma maneira sensível às demandas da Sé de Roma, ou do catolicismo do lugar. Com efeito, o catolicismo não serve de exemplo de uma multinacional da era do capitalismo, mas sinaliza a edificação de um bloco orgânico de concepções, códigos, condutas e ações verticalmente solidificadas como um esteio sujeito a equilibrar-se conforme se esparrama horizontalmente a doutrina e a pastoral católica.

O catolicismo romano unge a si como a cultura a moldar o ocidente, lapidando as características do paganismo e da barbárie. Esta noção alto edificante sempre sugere a responsabilidade da igreja com um projeto humano sem se deixar reduzir ao humanismo, pois como se atestou em Trento não poderia haver realização sem a coroação da igreja na condição de guia para o transcendente e a utopia terrestre.

È a dupla revolução burguesa que altera irremediavelmente altera a posição que a igreja ocupava no bloco de poder, e como lhe faltava organicidade para perseguir seu próprio projeto universal obriga-se a refazer sua estrutura para poder dar cabo à situação de recuo que lhe havia sido imposta pela perda de recursos materiais de grande e importante significação econômica. Essa subtração de recursos, terras, benefícios e outras tantas regalias fez com que a hierarquia da igreja temesse perder a capacidade de continuar a influenciar a mentalidade cristã. Reagindo ferozmente, a igreja irá decidir-se por combater essa revolução burguesa que rompia o pacto que unia estado e igreja na caminhada de salvação. A aliança histórica entre a coroa e a igreja será consolidada pela identificação de ambas[132] como forças políticas desafiadas a empreenderem uma modernização, ainda que contivesse um caráter conservador, como já ocorrera no que se convencionou chamar de despotismo esclarecido, revelando-se sobremaneira muitas das vezes mais despótico que esclarecido.

O estigma da tradição não era algo que pudesse ser facilmente apresentado como uma força social do atraso, ela representava antes a segurança, a responsabilidade, a ordem, e

[132] Essa cumplicidade pode ser atestada como segue: "Pal. Do Governo do Pará. 21 Mço 1870. 2. S. Ilmo Revmo Sem. Devendo solenizar-se o dia 25 do corrente Aniversario do Juramento á Constituição Política do Império com todas as demonstrações de publico regosijo, rogo a V. S. se digne de providenciar para que o Te Deum, que se ha de celebrar na Cathedral por ser motivo e possa ter lugar ás 11 horas da manhã. Deus Guarde a V. S. Ilmo Revmo Sr. Provisor e Governador do Bispado". Outro documento completa o sentido "Ilmo Sem 21/2/1870. Devendo solenizar-se o dia 25 do corrente Aniversario do Juramento á Constituição Política do Império com todas as demonstrações de publico regosijo, convido ao reverendíssimo Cabido da Cathedral para concorrer ao cortejo, ás Efiges de Suas Majestades Imperiaes, que terá lugar no Palácio da Província, em seguida ao Te Deum, que se ha de celebrar na mesma Cathedral. Deus Guarde V... o Revmo Cabido da Cathedral". CÓDICE 1439. OFICIOS AS AUTORIDADES DO BISPADO. APEP.

sobretudo o élan com o divino. Assentado em quase dois milênios de historia, a igreja era manifestamente uma idéia de continuidade, de permanência até mesmo de eternidade. Logo se fez sentir a importância da igreja quando os levantes católicos quanto da subtração do poder do rei pelas forças burguesas fora objeto de intenso combate militar, chegando até a ameaçar o êxito da revolução. Esses católicos sentiram-se na obrigação de se insurgirem contra uma nova ordem que não lhes prometia a redenção como outrora era feito[133].

Se entre os revolucionários do século XIX iremos encontrar muitos católicos liberais, devotos das duas filosofias, nem por isso a igreja foi tomada pelo conteúdo da ilustração sem resistência, obviamente porque parte substantiva de seu índice voltava-se contra as verdades doutrinais e práticas desta. Através da divulgação da filosofia ilustrada, os críticos da igreja debruçaram-se contra ao que chamavam de violação das consciências pelos tribunais de inquisição e decididamente evidenciam à categoria mais cara do iluminismo – o livre pensamento.

Porém, entre as classes populares a igreja ainda gozava de grande prestigio graças ao seu papel de mediador com o transcendente, a exceção dos paises em que o protestantismo erigiu-se hegemônico, nestes lugares houve até uma ação anticatólica declarada em favor da montagem do estado burguês. Mas as generalizações tendem a serem enganosas, os processos de unificação nacional da Itália e Alemanha são bastante ilustrativos de como se pode mudar de posição de acordo com os interesses[134].

Católicos alemães também tiveram a oportunidade de optar entre as alternativas da Santa Sé e a identidade nacional em curso no processo de unificação, mas a segunda alternativa era carregada de problemas devido a supremacia dos protestantes nessa conformação do estado nacional; por seu turno, a coroa não queria deixar a lealdade dos católicos em dúvida. Ao passo de outros paises, a Alemanha procura solidificar a identidade nacional também sob o signo religioso e não só o nacional, porém a igreja considerava um frontal ataque à supremacia

[133] Para uma apreciação do problema: Burke, Edmund. Reflexões sobre a Revolução Francesa, UNB, Brasília, 1969; Furet, François. Pensando a Revolução Francesa, Paz e Terra, São Paulo, 1989 (2. ª edição); Furet, François e Ozuf, Mona (orgs.). Dicionário Crítico da Revolução Francesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, Hobsbawn, Eric. Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa, Companhia das Letras, São Paulo, 1996; Lefebvre, Georges. 1789, O Surgimento da Revolução Francesa, Paz e Terra, São Paulo, 1989; Michelet, Jules. História da Revolução Francesa, São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Soboul, Albert. A Revolução Francesa, Difel, Rio de Janeiro, 2003 (8. ª edição); Vovelle, Michel. A revolução francesa contra a Igreja: da razão ao ser supremo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

[134] Desconfiando dos conservadores, os católicos deixam as alianças burguesas enquanto não tem certeza de terem seus direitos de fé assegurados. Mommsen, Wolfgang. Imperial Germany 1867-1918: politics, culture, and society in an authoritarian state, translated by Richard Deveson from Der Autoritäre Nationalstaat, London: Arnold, 1995

dos direitos que o catolicismo até então gozava em similaridade com os cultos protestantes de fazerem parte do ministério dos cultos prussiano (Hertling, 1961: 447), ficando para os católicos o calvário expresso em seguida com a expulsão dos jesuítas, lazaristas, redentoristas, e a ordem feminina da sagradissimo coração, além da primazia para destituir religiosos do lugar segunda a lei de 1873 e da confiscação dos bens, perda de cidadania para a investidura em cargo eclesiástico não reconhecido pelo estado. Anteriormente consagrado na constituição prussiana de 1850 foram ab-rogados seus direitos, Kulturkampf, vitoriosa política levada adiante por Bismark fez com que a igreja não conseguisse preencher as dioceses e paróquias vacantes, alem de reprimir a realização de ofícios santos. Reagindo a compressão, os católicos organizaram-se politicamente para responder aos ataques na articulação de um campo, depois propriamente em Partido do Centro Católico, baseados no sul da Alemanha, atinava para manter seu direito de crença sem a intromissão do estado como já vinha consagrado desde a paz de Augsburgo, o federalismo e uma legislação social nos termos da doutrina da igreja completava a identidade do campo católico; mas segundo Hertling, (1961: 449) os políticos católicos não eram títeres do papado e não aceitaram serem usados pela política do Vaticano na tentativa de acelerar uma concordata entre este e o estado alemão recém egresso da guerra franco-prussiano. Desde 1878 se entabulou negociações para suprimir todos os entraves a livre confissão da fé católica, mas a igreja temia que o caráter social do partido católico pudesse aproximá-lo dos socialistas e para tal não descuidou de reprimir qualquer associação nesse sentido.

No grande jogo, na teia, ou no palco, os atores estavam encarnados em suas personagens, mas o enredo é continuamente traçado ao longo das disposições que vão se encetando. A igreja se vê obrigada a denunciar a alma da filosofia ilustrada, ou na falta dela se preferirem – o secularismo. A separação entre igreja e estado é o anuncio da indisponibilidade da igreja seja para vocação material, seja para a vocação espiritual, obviamente a hierarquia, o clero e o mais humilde dos católicos não estavam convencidos da magnitude dessa transformação e conformaram um campo de ação católica em oposição aberta à revolução burguesa. As classes populares nesse período não são tocadas tanto pela questão do poder, mas sim pela vivência da religião com os compromissos atados entre fiel e esta.

Diante das humilhações, dos desafios, das contestações à igreja, esta respondia conforme a correlação de forças no plano temporal e atemporal. As excomunhões lançadas, o index, o recolhimento aos conventos, as dispensa de ordens, os confiscos eram punições que perdiam força largamente devido à indisponibilidade dos meios materiais necessários para implementação dessas decisões, ficando evidente apenas o caráter simbólico; na prática desnudava a ausência de poder efetivo para a igreja validar sua doutrina no mundo.

Plena habilitação de Trento foi a resposta da romanização no século, uma igreja unitária, centralizada verticalmente, portadora de uma mensagem revelada, interpretada pelos sacerdotes com a responsabilidade de orientar os católicos ao seu serviço.O advento da Reforma Protestante foi uma ruptura sensível na unidade católica no ocidente. Voltando-se sobre a cultura religiosa, a hierarquia da igreja reunida em Trento teve de avaliar profundamente como se produziu aquele rompimento em larga escala com a Sé de Roma. Se a reforma religiosa do catolicismo pode ser apresentada em uma longa duração como propõe Michel Vovelle[135], Jean Delumeaue, Michael Mullet, não temos duvida que a reforma protestante seja uma clivagem nessa reforma. Doravante, as igrejas reformadas resolvem seguir um caminho independente e por isso são perseguidas quando o braço do catolicismo lhes pode alcançar (também essas igrejas reformadas promoveram perseguições aos católicos, não deixando a desejar nos abusos contra a vida). A atualização dos instrumentos e recursos utilizados em larga escala, anteriormente, foi ratificado no concílio, além de outras que foram emendados e novas prescrições foram estabelecidas.

Saídos do concilio, os combatentes do catolicismo mobilizam suas armas para esgrimirem contra a perda de almas e de poder. A assimilação desse arsenal foi extremamente desigual, seja na hierarquia da igreja, seja entre os católicos, senão vejamos, as ordens religiosas por contarem com uma relação mais orgânica de suas ações pastorais não puderam eleger com grande mobilidade as disposições necessárias aos seus trabalhos, visto elas já encerrarem um plano de ação com fica assinalado nas regras das mesmas ordens. Já os padres seculares não estão adstritos às ordens e por isso têm maior mobilidade para exercerem sua ação sacerdotal, não dispõe contudo de uma formação moral e teológica de grande impacto para moldar em todos os campos um religioso bem disciplinado, segundo os critérios de Trento. Essa era a forma, pelo menos, como a igreja diagnosticava o estado de seu clero, dominado por paixões civis e humanas. Só interessava a paixão à igreja e a causa religiosa deveria ser plasmada nas consciências para terem ou serem uma superação, pois até então não surtira efeito desejado, tanto que esses padres se deixavam facilmente seduzir por essas novas ideologias que se contrapunham diretamente à igreja.

Sob o impacto da diminuição do poder da igreja católica, a hierarquia investe na formação de um clero afeito ao projeto de Trento, sobretudo no que respeita a cadeia de comando e a disciplina dos religiosos. Voltados para as demandas desta, os padres deveriam

[135] VOVELLE, Michel. A história e a longa duração IN Jacques Le Goff, A História Nova, trad. SP, Martins Fontes, 1990. DELUMEAU, Jean. Histór ia do medo no Ocidente: 13001800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia dasLetras, 1989; MULLET, Michael, A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna Europeia, Lisboa, Gradiva, 1985.

ater-se ao programa de salvaguardar um espaço temporal para que a Sé exercesse seu mando, bem como fosse ratificada a condição de liderança e guardiã da consciência católica nos estados em que se primava a hegemonia católica; nos outros paises a correlação de forças fará com que esse postulado seja revisto à luz das situações de como estavam compostas e dos programas respectivos dessas forças.

Na América Latina, a ascendência do catolicismo no século XIX é muito confortável, não há nada de biblistas, ao menos os missionários estão ausentes de um grande projeto de conquista evangélica, ou protestante que incomodem seriamente o monopólio alcançado com a colonização empreendida na aliança estado e igreja dos paises ibéricos durante três séculos. Todavia, isso não bastou para igreja considerar-se segura devido à ascensão das forças burguesas que queriam destituir o monopólio que até então gozara do exercício da religião, da formação escolar e das regalias institucionais que eram mantidas antes da onda de independência que varreu o continente e excluiu a monarquia, mas não a igreja.

Os regimes republicanos nascidos das revoluções liberais suportaram imediatamente os reclamos da igreja para que não se alterasse o efetivo monopólio com qual estava acostumado e creia ter direito. As propostas de tornar o estado laico eram alardeadas em segmentos mais radicalizados, entretanto, a adesão a essas teses não eram tão expressivas, permitindo a manutenção dos privilégios que a igreja reconhecia fazia tempo. Isso não alterou as desconfianças da instituição com as ameaças de tornar o estado laico, bem como, alguns membros da igreja, sobressaindo-se os bispos não aceitavam sequer a ruptura de estado e igreja e retrucavam por todos os meios, mesmo depois de consolidado o processo de independência das antigas metrópoles.

Timothy. Anna descreve como no México, depois da independência, a igreja voltou-se para as forças da reação contra o estado liberal, opondo-se-lhe a partir do púlpito nas homilias e sermões, na imprensa, em alguns momentos participando de conspirações, denunciando a perseguição que a igreja estava sendo vitima por defender o direito de livre expressão da religião católica, cuja missão era guiá-los até a salvação, mas passando pelo seu controle ainda na terra. No parlamento mexicano, essas disputas ficam mais clarividentes no tocante ao ensino religioso e aos currículos propostos pelos liberais que continham disciplinas da ilustração e de um novo homem científico[136].

[136] ANNA, Timothy. *A Independência do México e da América Central,* p. 86 *in* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III.* Tradução Maria Clara Cescato – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. NUNES, Américo. *As Revoluções no México*. São Paulo: Perspectiva, 1980. CHÁVEZ, Alicia Hernández. *La Tradición Republicana del Buen Gobierno*. México: El Colégio

Esse quadro, entretanto, não estaria completo se não mencionássemos a participação de religiosos em conspirações de caráter indelevelmente liberal no qual reviravam os postulados da igreja por se sentirem mais seguros na cultura do livre pensamento do que nas verdades prescritas, já anunciadas e colocadas sobre o esteio firme da cruz. Na qualidade de propagandistas, formuladores e lideres dos movimentos liberais, esses religiosos dividiram suas lealdades entre os credos católico e liberal na expectativa de fundarem suas nações e estados independentes.

Sob a proteção dos franceses invasores, os liberais espanhóis promulgaram em Cádiz uma constituição, mas lhe faltava legitimidade e quando o trono espanhol foi retomado ela perdeu força por um momento, para reaparecer na onda liberal que ascendeu a península confirmando a expulsão dos jesuítas, o confisco de bens e disciplinando o clero(434), mas o absolutismo triunfou e derrubou as iniciativas liberais, porém as disputas sucessórias fez com que os monarquistas se dividissem chegando a gerar uma crise de poder permitindo nascimento da primeira republica espanhola em 1871, embora com duração efêmera trouxe a baila o problema da separação estado e igreja, o retorno da monarquia sob influencia dos liberais colocava limites quanto a livre expressão do catolicismo como se conhecia desde o século XVI, sobretudo porque a agitação anarquista e socialista cobrava da igreja sua aliança a manutenção da exploração da classe obreira, fazendo desta uma inimiga cuja guerra aberta seria declarada como uma guerra particular dentro da guerra civil espanhola nascida na segunda república em 1936.

Na França, a concordata de 1801 será o exemplo da prenuncio das relações estado e igreja, pois ela está em acordo com a secularização do estado, em que pese as iniciativas feitas pelo absolutismo tentando retornar a seu posto, o estado francês era o berço do galicanismo e do jansenismo, portanto, as tentativas de fazer soçobrar o estado laico teve pouca eficácia na medida em que as forças sociais burguesas puderam sentir seguras para livrar-se do altar. Com efeito, os privilégios de reconhecimento de educação religiosa será a grande batalha travada entre estado e igreja, por outra, ainda havia o problema das escolas católicas. Napoleão III deleitava-se como protetor do papa, mas não era um campeão do catolicismo, e depois de sua derrota para Prússia, a França teve um processo profundo de secularização do estado; sem com isso alquebrar o catolicismo como força social e política, que descobriu na associação leiga Ação Católica, um poderoso instrumento de defesa e ataque das políticas de governo ao agrado ou desagrado do catolicismo, depois de ter perdido o direito de ensino religioso exclusivo, o fechamento das ordens que se destinavam a esse fim, o direto de divorcio e da perda dos bens dos religiosos, além do sustento dos religiosos com uma pensão.

---

de México, Fondo de Cultura Econômica, 1993. PRADO, Maria Ligia. A formação das nações latino-americanas. 3ª edição. São Paulo: Atual, 1987.

Portugal, vizinho espanhol, padece da simetria do regime do padroado dado em bula pelo papa Clemente VII, O vintismo português, ou a ascensão liberal das cortes orientadas pelo liberalismo denunciava o despreparo da tradição para os desafios da era pós-Napoleão, agravado pela disputa dinástica entre os herdeiros, a igreja de Portugal, temendo as exigências do padroado régio como havia sido feita no Brasil pelo Imperador D. Pedro I, preferiu aliar-se ao Miguelismo, e sendo este derrotado, teve a igreja o desprazer de ver D. Miguel preso, e com ela subtraído parte de seu prestigio e poder no confisco de bens e nas limitações ao pastorado do clero, situação amainada por um breve interregno, mas retomado a seguir; somente a igreja ultramontana do fim do século é que ira fortalecer um campo católico próprio mas insuficiente para obstar a separação igreja/estado. Em 1912, os bispos católicos anunciam uma pastoral coletiva contra essa separação que trazia um rol já conhecido como os registros civis de nascimento, casamento e óbito, o fim da educação religiosa católica, as restrições aos seminários e o confisco das propriedades e privilégios consolidados ao logo de quase meio milênio no padroado régio. A proclamação da república em 1910 foi uma terrível derrota para aliança trono e altar, pois as forças da sociedade tradicional estavam bastante fatigadas pela secularização crescente cobrando um posicionamento da igreja para o novo século.

A idéia de igreja como uma permanência necessária à sociedade e ao estado fez com que Maistre reúna em sua filosofia da História teologia e sociologia, para este não há como a noção de bem ser mantida senão através da igreja, o elo ligando a tradição ao tempo presente. Importa muito essa assertiva em um mundo pós-revolucionário, cheio de perigos para tradição tanto da igreja como do estado do antigo regime que tentava ser reabilitado, senão no todo, ao menos em parte, e a salvaguarda da igreja como tradição operava uma subordinação mística a liderança do papa. Lortz(555) acredita no prenuncio da infalibilidade papal do século XIX, porém parece mais seguro falarmos de uma inquietação com as novas forças sociais modernas que estão destroçando a cosmovisão do antigo regime para substituí-la pela vitalidade do liberalismo engendrado na revolução francesa.

Lamennais grita contra a postura secular que despreza a religião, a igreja e deus, não necessariamente nessa ordem; a infiltração da secularização entre as elites foi um produto da filosofia das luzes e antes dele do humanismo, rastro da substituição do teocentrismo que tomou o homem para culto em lugar de deus, enquanto as classes populares permaneciam incautas, imersas na ignorância, sendo resgatado pelo conforto da igreja. Já dado como apostolo da tradição convidava os católicos a aceitarem sua subordinação à autoridade da hierarquia católica, sobretudo do papa, quando surpreende os ouvintes católicos com sua anunciada adesão ao liberalismo, ainda que matizado por sua integração ao catolicismo. O clero francês agita-se entre a ortodoxia e a heterodoxia de Lemannais. Seus usos são dispares, primeiramente pelos aliados da tese da separação igreja e estado apresentaram-na como uma prova da liberdade

religiosa e viram na conversão do padre polemista uma verdadeira conquista da instituição liberal, entretanto, os adversários da separação estado e igreja perceberam uma fragilidade teológica no padre por não ver o papa assentir na sua bula *Unam sanctam* sobre as relações de autonomia entre estado e igreja. Esta acusação quer apenas esvaziar a relevância de um acordo entre as duas instituições sem levar necessariamente a submissão do estado à igreja, antes ela escancara os preceitos que serão ditados para formalização das concordatas entre o Vaticano e os estados nacionais; mas a hierarquia não quis reconhecer os méritos deste Lemannais, antes até deturpou ao extremo, usando seus primeiros escritos para propagandear um defensor da causa da fé de Roma e do principio da infalibilidade papal. Na revista *Civilita Católica*, dirigida pelos jesuítas, Lemannais é entronizado de armadura em riste para sustentar as pretensões de Roma aos territórios papais bem como a manutenção da união estado e igreja nos paises católicos. Este credo foi entoado por todo raio de ação do catolicismo como aos chegados a província do Gram-Pará, estampados na imprensa católica "Estrela do Norte", órgão oficioso do bispo romanizador D. Macedo Costa.

Augustinus, livro cujas teses jansenistas discutiam o papel da graça e da vontade humana da liberdade quando são relidas as noções de graça e predestinação em Santo Agostinho, já tinham servido de instrumento a reforma protestante para fundar um cisma com o catolicismo. Segundo esses preceitos, a moralidade dos homens cede facilmente aos vícios do século e por isso não há salvação fora da escolha feita por deus, portanto, voltar-se para graça não é uma escolha satisfatória para salvação, posto que a eleição é um ato unilateral de deus nada reservando ao homem, restando apenas a entrega e a espera. Condenado pela igreja, o jansenismo optou por perseguir a idéia de entrega religiosa à vida monacal na expectativa de serem eleitos. Devido às repetidas condenações, os jansenitas recorreram à postura galicana de firmar em concilio seu direito a experimentarem sua fé dentro da vivência católica sem por ela ser considerado herética.

Na seqüência, o quietismo foi outro movimento de experimentação religiosa da fé que acreditava em plena entrega do fiel ao desígnio divino, abnegando de si, o fiel volta-se para a vontade da igreja com despojamento e vocação ao submeter-se. Desta forma, o sujeito abandona sua responsabilidade com o século, porém com sua própria salvação, deixando a deus a responsabilidade única de redimi-lo, também será objeto de condenação por parte da igreja porque retira do sujeito sua opção para o bem.

Na prática essas formas de experimentar a fé em França, são exemplos da diversidade de fé presente entre grupos da elite e proporcionaram a possibilidade da ereção de paradigma de igreja nacional, sem necessariamente representar uma cisma com Roma. As experiências de fé das classes populares também não foram bem toleradas pela hierarquia da igreja, não raro, a

resposta violenta foi a ferramenta usada por esta para disciplinar os católicos e trazê-los a sua benévola influencia.

Coroando esses espectros de cultura religiosa, o galicanismo é uma adjetivação apontada à igreja católica francesa quando esta não quis mais estar subordinada *in totun* ao poder de Roma, tanto no plano material, quanto no espiritual. A fortificação que sofre o poder das monarquias no ocidente cristão foi feita graças ao esvaziamento do poder da nobreza guerreira, bem como das hostes de membros da hierarquia da igreja. Recordemo-nos dos conflitos entre igreja e o estado francês dirigido pelos Valois que chegou a guerra aberta com a derrota do papa e seu encarceramento em Avgnion, fazendo do papado uma marionete da monarquia francesa; uma vez refeito o poder temporal do papa, este não mais pode mobilizar de modo inconteste suas forças políticas, e o resultado mais difícil para igreja aceitar foi a independência que os poderes soberanos dos reis havia sido consolidado.

Denegando as iniciativas do poder temporal da igreja, os reis franceses vão liderar o reconhecimento de seu poder como uma unção dos céus, independente da chancela da igreja. A teoria do direito divino dos reis de governarem já vinha sendo creditada graças à cultura político-religiosa dos reinos de França e Inglaterra dos dois corpos do rei, um material, efêmero como a vida biológica, embora o outro fosse perene, imaterial e eterno tal como o poder divino, imitado no poder dos reis. Essa confirmação do poder era oriunda da visão francesa da supremacia das decisões conciliares sobre as decisões do papa. De grande envergadura a divergência entre Roma e o clero, permitiu ao estado atrair para seu bloco de forças a hierarquia e o clero católico inspirado ou não pelo jansenismo, mas fortemente consciente de sua identidade nacional, confirmando a necessidade da outorga para as iniciativas religiosas católicas fossem no tocante a esfera espiritual, fosse referente à esfera secular, até mesmo em aspectos patrimoniais e administrativos.

A influencia do clérigo Bossuet na redação das liberdades galicanas na qual se inscrevia não uma separação do clero francês da Sé de Roma, mas sua sujeição ao caráter conciliar do clero francês ante a Sé de Roma; em que pese a liderança de Roma nunca ter aceitado plenamente essas teses elas acabavam sendo implementadas na prática e congregando em torno do poder do estado uma organização religiosa que não pode ser tratada como uma simples adesão *in limine* a separação entre estado e igreja, mas afigura um novo tipo de cooperação e integração. Apenas para salvaguardar o que afirmo basta recordarmos como Bossuet dividia sua lealdade ao catolicismo compondo um tratado demonológico que serviu de aríete na consolidação de um catolicismo diocesano e menos devocional, e diversamente sustentará a teoria do direito divino dispensando a chancela da Sé de Roma.

A era da incredulidade nasceu do fim de uma única fé e salvação na mesma igreja. Quando essa concorrência religiosa se tornou aguda, ela também despertou a fragilidade do sistema de crença pois já não havia mais uma única verdade a ser revelada. Não há revelação! Há história! Pensar a descrença como um *moto próprio* não faz sentido para a igreja e esta não deixa de atribuir ao nefando na espreita um propósito de derrotar a redenção lançando os humanos no mar revolto da ausência de fé. Incredulidade e descrença não são a mesma coisa, i. é, há pressuposição da descrença significa a fragmentação naquilo que já fora crença, destituindo todo valor intrínseco que carregava um determinado sistema de crença. Já a incredulidade origina-se em um instante anterior à crença, descuidando-se de lhe oferecer uma oposição decidida ao sistema de crença reinante, mas refutando a possibilidade da crença exercer seu monopólio sobre a verdade ou a fé. Nesta teia de disputas a igreja perdeu poder político temporal na medida em que via recuar sua influencia espiritual devido ao aprofundamento e confirmação da reforma protestante.

A importância da fé católica como catalisadora da ordem, do firmamento e da verdade será bastante abalada pela sua intolerância com o descobrimento da humanidade como sujeito ativo na montagem do devir humano. Essa descoberta encetada pelo humanismo fez com que este oferecesse um caldeirão de cultura que se não dispensou a igreja do tradicional papel de mediador ente os transcendente e o fiel, forneceu-lhe uma gama de possibilidade de ver sua realização material não circunscrita ao apelo religioso da vocação monacal; na pratica reuniu e sacralizou o fazer mundano das operações do trabalho mais elementar até ao mais refinado na produção material da vida. Contudo a igreja não estava atinando para essa dimensão religiosa da produção humana como algo sagrado, e optou por denunciar o caráter secular dessa operação, desconsiderando a qualidade da fusão do espiritual e do material na expansão da riqueza. Curiosamente, enquanto a igreja denunciava essa transformação que permitiu a acumulação e a concentração da riqueza, sobretudo nos paises de fé protestante, uma ordem *sui generis* andava a fazer exatamente ao contrário em termos seculares ao desenvolver uma empresa colonial de grande eficiência econômica capaz de concorrer com os interesses dos particulares e mesmo das monarquias. Sem dúvida os jesuítas não foram a única ordem religiosa a ter alcançado essa eficiência, capuchinhos, carmelitas e franciscanos também tiveram seus dias de glória. Mas os jesuítas se notabilizaram pela sua reação à modernidade nascente, sobremaneira pela função que ocuparam como ponta de lança das diatribes enunciado pelo Concílio de Trento.

Jesuitismo era, e talvez ainda possa ser considerado como uma categoria da intolerância proferida pelos católicos quando se defrontavam com a reforma, mas não só com esta, também no que se refere ao racionalismo, galicanismo, jansenismo, pietismo, tradicionalismo político e paradoxalmente ao absolutismo e as outras ordens que concorriam contra a supremacia do pontificado. Os jesuítas foram coroados como os responsáveis diretos pela intervenção

desairosa da igreja e acusados pelo iluminismo como o principal entrave a modernização e o progresso pretendido pelos promotores da ilustração.

Expulsos de todo o ocidente cristão, aos jesuítas ficou a tarefa de baterem-se pela memória de sua ordem, ao mesmo tempo erguer uma poderosa barreira para não permitir que a igreja fosse secundarizada pelo caos instaurado pela revolução burguesa. Mas acossados por todos os lados, acabaram sendo encerrados para só serem reabilitados no século XIX. Lortz está muito inclinado em desculpar as condenações sofridas pelos jesuítas, atentando para um balanço em que as muitas realizações dos mesmos superam os erros cometidos. O juízo é em favos dos religiosos, pois eles acreditavam estar fazendo o mais correto para defesa de sua fé e não menos importante seu modo de compreender essa própria fé. Sugiro então outra abordagem, a expectativa de novamente subordinar as forças da reação anticatólica ao um novo projeto de hegemonia da Santa Sé restabelecendo o pacto entre estado e igreja.

Tamanhas eram as mudanças na estrutura política como nas mentalidades das elites quando passaram a interrogar com maior curiosidade os postulados da razão para encontrarem na natureza uma história natural racional do desenvolvimento moral do homem, sem necessariamente terem de recorre ao mistério, ao miraculoso, ou ao infindável poder de deus em sua intervenção na história. Se fazia sentido a expressão matemática do mundo, porque não circunscrever toda a criação à projeção física de sua materialidade sem recorrer ao transcendente e metafísico, ou melhor, sem mobilizar a igreja para selar o discurso como verdadeiro.

Lentamente, avançava a montagem da figura do individuo da sociedade liberal, aquele ser único que não espera a ordem ou estado para buscar a felicidade. No credo liberal a libertação havia chegado com a supressão dos grilhões da sociedade do antigo regime e, se ainda não se podia falar de uma onda de progresso incorporando vários homens à riqueza, para uma parcela pelo menos isso se tornou real e serviu de instrumento para justificar a secundarização da igreja no bloco de poder.

CAPÍTULO: 3 LIBERAIS NA IMPRENSA

3.1 QUEM ERAM OS LIBERAIS

> "ECHO DOS JORNAES - Lê-se no "Diario Popular de Lisboa". Uma carta do Pará que temos á vista notícia um conflicto grave que se dera entre o prelado daquella diocese e os chefes do partido liberal da provincia. No jornal daquelle partido intitulado "O Liberal do Pará" foram transcriptos um artigo do sr. Latino Coelho "A intolerância do clero" e uma poesia do sr. Guilherme Braga. Foi isto bastante para que a "Boa Nova" folha reaccionária que recebe inspirações do paço episcopal, rompesse em guerra aberta contra o "Liberal", e o proprio prelado levou á intolerância ao ponto de publicar uma pastoral, prohibindo a leitura do "Liberal". (...) Realisou-se a conferencia, mas como não se deram as explicações que o bispo exigia rompeu a guerra entre a reacção e os liberaes. Os chefes do partido liberal publicaram um protesto contra o procedimento do prelado. O protesto é assignado pelos srs. João M. de Moraes, dr. José da Gama Marcher, José de Araújo Roso Danin, e dr. José Coelho da Gama e Abreu".[137]

As diferenças entre os liberais e os católicos vinham sacudindo todo bispado de D. Macedo Costa, além das acusações costumeiras trocadas, elas evidenciavam as concepções de mundo moldando a organização social, política, jurídica e econômica. A concorrência da sociedade tradicional e a sociedade moderna triunfante com seus respectivos valores e modos de proceder estão alinhadas no tempo com as transformações promovidas pela cultura liberal no tecido social aonde foram alcançados por este imaginário. Ocorre, contudo, uma indisposição com esta tendência exatamente pela intervenção já implantada pela igreja nos lugares mais distantes do sertão amazônico, mas não incorro em erro em afirmar a reprodução desse drama nas demais povoações, freguesias, vilas, cidades e províncias do Brasil.

É preciso salientar a extensão do território brasileiro e as dificuldades para fazerem chegar a todas as localidades da sociedade nacional as diretrizes do estado e da igreja. Os reclamos pela assistência material e espiritual reuniram até adversários católicos, liberais e conservadores na busca de terem seus pleitos atendidos considerando, obviamente, a importância das satisfações das demandas para continuarem a ser os referencia na reprodução do mando nessas localidades. Essas disputas permitiram o fortalecimento dos campos políticos ao favorecerem a confecção de propostas organicas para responderem a esses reclamos em que pese o proselitismo chegar à beira do irracionalismo como foi o caso da suspensão do Círio de Nazaré em

[137] Estes chefes estariam presentes na chamada da Questão Nazarena a partir de 1877. O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 05 de março de 1872, n. 50, p. 1.(Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna)

Vigia por lá estar em crescente uma epidemia de varíola que chegou a vitimar o padre, mas parte da população não aceita o argumento e os liberais locais, contrariamente ao seu credo racionalizador, intensificaram as denuncias contra a igreja e aos religiosos acusados nesse episódio de tentarem esvaziar a cultura religiosa do povo para poderem melhor assenhorear-se da vivencia religiosa. Heraldo Maués assim descreveu que

> Em 1873, no dia 10 de junho, falece, na pequena cidade da Vigia, no interior do Pará, o Padre Luis Gonçalves de Aragão, vítima da epidemia de varíola que ali grassava. Para substituí-lo, assim como para atender as necessidades espirituais do povo vigiense, D. Macedo Costa enviou para aquela cidade os padres João Tavares e Mancio Caetano Ribeiro (ordenado há cerca de três anos)', assim como promoveu visita pastoral de modo intermitente. Não obstante, a epidemia prosseguiu violenta, conforme atesta o jornal católico da época "A Boa Nova", transcrevendo informe remetido pelo próprio Padre Dr. Mancio Caetano: "O estado sanitário da Vigia pouco tem melhorado. Depois que cheguei tem sempre fallecido uma pessoa por dia (...). Ajuntam-se … calamidade da epidemia as duras privações com que luctam os habitantes desta cidade. Há grande falta de generos de primeira necessidade, porque os habitantes do interior do districto, receiando o contágio, não teem vindo a cidade. Há rarissimas vezes carne. Em taes circunstancias os socorros enviados pelo illustre Presidente da Provincia teem sido uma verdadeira obra de caridade, sobretudo para os pobres (...). Seria preciso aqui a presença de dois sacerdotes, e por isso sentimos muito a retirada do Rvdm. Padre João Tavares, que prestou bons serviços, confortando a todos com socorros espirituaes"[138].

Esta atribulação, que foi a primeira grande prova a que estaria sujeito o jovem sacerdote, seria continuada nos meses seguintes no conflito com parcela da população local, em virtude da transferência de data do Círio de N.S. de Nazaré, a festa máxima da cidade, mesmo que essa transferência tenha sido feita em razão da epidemia de varíola que ainda grassava violenta.

Grande atribulação era uma epidemia de varíola, não só para o padre, mas pra todos que temiam a proliferação do contagio, mas o temor da manipulação da igreja numa hora difícil como a indicada obriga aos liberais a discutirem se era realmente uma medida profilática ou uma intenção deliberada de apoderar-se das almas e corações naquele gesto. Desconfiar das intenções dos sacerdotes só tem sentido quando há um rompimento preciso na comunidade de crença e não basta a declaração de amor filial para repactuarem os sentimentos de salvação na mesma igreja sem implicar necessariamente numa entrega da consciência como queria a igreja e como negava peremptoriamente a cultura liberal em consolidação na segunda metade do século XIX.

---

[138]MAUÉS, R. Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém, Cejup, 1995.

Socorrer a população é parte da obrigação dos presidentes da província e estes não fugiram a sua responsabilidade quando provocados pelas instancias devidas, mas as instancias não oficias vão ganhando relevo como era o caso da imprensa onde constava às agruras suportadas pelos famélicos de assistência. Padre Mancio confirma a importância da ajuda do presidente da província como uma solidariedade mais pessoal e não institucional como se observa na sua exaltação como uma "verdadeira obra de caridade"; vejamos, a previdência social ainda não se instalou no cenário de debates com a intensidade já conquistada na audiência da Europa, portanto era licito demonstrar a disposição não do homem de estado na geração de políticas públicas de assistência, mas a figura caridosa diante do flagelo agindo piedosamente no socorro dos irmãos. Esta característica serviu sem dúvida para continuar a validar a solidariedade ativa ente a igreja e o estado através de seus membros, embora não suprimisse o conflito latente da cultura liberal com a cultura religiosa e justifica o complemento do suporte material a excelsa promoção humana com a assistência espiritual aos pobres fornecida pelos religiosos, procurando convencer aos leitores da necessária cumplicidade das esferas na atuação.

Conferir relevância ao trabalho pastoral ao lado do trabalho civil é uma das tentativas da igreja para valorizar a sociedade tradicional reproduzindo nas frestas da sociedade liberal, talvez o inverso possa ser representado com a mesma pujança, para isso basta percebemos como a historiografia republicana esvaziou as iniciativas da monarquia para continuar a dirigir a sociedade rumo ao terceiro reinado, isso parece tanto mais verdade quando consideramos a igreja na perspectiva dos republicanos positivistas como Benjamim Constant e Rui Barbosa. Ambos, a exemplo de outros, procuraram subtrair qualquer contribuição decisiva da igreja no processo de formação da nação, responsabilizando-a excessivamente pelos tabus e preconceitos contra a modernidade.

Muito mais aguardava Vigia, reduto histórico dos conservadores cujo chefe político era Lauriano Gil e Souza na transumância do Padre Doutor Mancio Caetano Ribeiro, inicialmente para substituir Padre Aragão, logo se converteu numa liderança dos católicos e forjou uma companhia da romanização disposta a revitalizar as reivindicações do catolicismo em conflito com os liberais; o êxito conquistado pelo sacerdote oriundo de Bragança, na sua nova paróquia, Vigia, nos permite inferir o trabalho pastoral de seu antecessor, sugerindo uma linha de continuidade no fervor da romanização levado a termo no episcopado de D. Macedo Costa sempre atento ao

desenvolvimento de suas orientações acompanhando ele mesmo através das visitas pastorais. Caridade, piedade e alguma sobriedade era talvez o zelo esperado de um pároco pela cultura liberal, mas o envolvimento dos padres com a política era uma constante, por suas qualidades, Padre Dr. Mancio resolve aliar sua vocação ao sacerdócio acrescida da verve da política, e fará disso sua marca até sua morte. Às confrontações tidas entre os liberais e conservadores convêm recordar, a situação de todos nominalmente ao menos como católicos, diz respeito ao gradiente de transformações na organização política, jurídica, econômica e social do império. A questão do trabalho servil, do registro civil, da imigração e colonização, da instrução pública, da industrialização, do ensino superior, do comércio internacional eram objetos de debate sobre como deveria ser encaminhados e solucionados tais demandas. Mas as relações entre estado e igreja ocupam uma condição muito especial.

O diagnóstico feito no âmago da cultura liberal em oposição à igreja, fosse do partido conservador ou do partido liberal considerava mais a religião como um costume e hábito do que como uma doutrina. Representá-la como um corpo místico aproximava a religião da idéia da experiência religiosa, dita como a "religião de nossos pais", praticada nos ofícios da devoção aos santos, nas obrigações e compromissos articulados no universo comum das classes subalternas, sem, entretanto dispensar completamente os serviços simbólicos orquestrados pelo sacerdote nos momentos de passagem tão evidentes como aqueles salientados nos sacramentos.

Fundado na tradição regalista, o padroado havia unido as esferas secular e espiritual na mesma ordem do estado ao consagrar uma religião oficial, havia muito tempo consolidado a convivência religiosa numa mesma igreja maneiras particulares de experimentarem a religião com a mediação dos santos, ou quando a presença permitia a inserção de mais um mediador, no caso o sacerdote. Não se tratava de uma concorrência direta entre o padre e o santo, pois se assim fosse a vitória do segundo estaria assegurado, ao menos naquele Brasil dos oitocentos, creio tratar-se de mais um mediador na relação com o transcendente. Fundamental na estruturação da religiosidade romanizada, os clérigos deveriam ganhar os sentimentos dos católicos para a empreitada de ratificar o poder espiritual, enquanto alicerçava algum poder temporal para a igreja como se depreende dos recursos e privilégios auferidos por uma religião oficial como era no Brasil.

Para ter sucesso no seu intento, a igreja precisava ter uma identidade capaz de ativar as experiências de fé em alinhamento com os desígnios políticos esperados pela

hierarquia da igreja na sua relação com o estado, precisando para isso desmobilizar as experiências religiosas recalcitrantes. O episcopado brasileiro ainda não havia nascido senão particularmente na arquidiocese, dioceses e prelazias, sem uma unidade na hierarquia capaz de ligar as intervenções dos governos dos palácios episcopais nos domínios religiosos e temporais. Havia desde meados do século XIX uma tradição, menos que uma escola, sem dúvida inventada, como pensa Thompson, sobre as tradições inventadas na modernidade, que conformou um corolário de vocações moldadas não mais em um catecismo jesuíta, mas lazarista, de boa cepa como aquele muito difundido no período colonial, não por acaso também tomado como um disfarce dos Soldados de Cristo, vestidos de outra batina para continuarem a zelar pela salvação; mas para os liberais, servia mais para manipular a consciência.

Aprender com a modernidade não era muito fácil, pois o catolicismo parecia preferir a penúria a ceder terreno ao liberalismo. A revista católica dirigida por jesuítas CIVILTA CATOLICA proferia suas predicas contra a modernidade, permitindo a conformação de um organismo político similar aos novos segmentos da sociedade civil que estavam sendo desenhados como os clubes e partidos, com concepção de mundo definida e um modo de agir. Coube a hierarquia cimentar as experiências religiosas na mesma igreja conquistando seu clero e a seguir o rebanho, menoscabo a disciplina a se impor às experiências reticentes no enquadramento do modelo diocesano. Mas o particularismo da hierarquia também deveria ser sustado, não cabia mais uma sujeição nominal a Roma e ao Império, ambos reclamavam uma lealdade ativa, pronta a fazer-se imolar se fosse preciso no altar ou trono. Por sua vez, a igreja precisava circunscrever fidelidade aos ditames do papado, sem, contudo estimular o aparecimento de oposições ou do surgimento de cismas que apartassem mais o catolicismo do quotidiano da experiência religiosa, quando não do próprio estado, seu aliado de longa data na direção dos negócios civis e eclesiásticos; considerando a intromissão da cultura liberal na direção das almas, a igreja procura arregimentar proselitistas para cobrirem os campos de semeio com a evangelização nos aparelhos modernos de difusão como o jornal “BOA NOVA”, oficioso da diocese do Pará, cuja nomenclatura não deixa dúvida de sua intenção.

Os liberais não acatam um tribunal da consciência nos moldes propostos pela igreja, no mais toleravam um hábito de ali se dirigirem os féis para expiarem seus pecadilhos, sobretudo a convivência mais domestica, contudo, desde a contra-reforma a igreja soube o valor desse tribunal na recepção da mentalidade dos homens,

particularmente das mulheres. Mas os liberais não mais necessitavam de uma moral religiosa para selar as opções do mundo moderno. Por almas, mas também corpos e por edifícios, por cemitérios, colégios, templos, arquivos e cartórios, confrarias, irmandades, jornais, seminários, fazendas, postos parlamentares e executivos, cargos públicos, por funções institucionais ou não a hierarquia da igreja deseja preservar sua influencia na sociedade civil para a partir daí poder deslanchar seu objetivo de partilhar continuamente a direção do estado. Tais postos não precisavam ser ocupados por religiosos estritamente, muitos católicos leigos podiam e de fato repercutiram desses lugares as posições da igreja na salvaguarda dessa constelação representada na concepção de mundo da igreja.

Sant'Ana Nery e Samuel Mac-Dowell, foram alistados de lugar-tenente nas hostes católicas no combate na imprensa, na literatura e no parlamento, confirmando as convicções da hierarquia da igreja frente ao mundo moderno, sem desconsiderar as transigências operadas por esses homens de letras de um campo a outro, ou ainda dos amalgamas entre a cultura católica e a cultura do liberalismo ao proferirem seus discursos no qual sinalizavam a necessidade de progresso[139] para região amazônica pela absorção de um caráter reto e moralizado, adotando os usos das técnicas nas organizações econômicas sem permitir sua secularização plena, haja vista a presença da justificação da igreja sobre todas as formas de trabalho da moderna economia política, independente das dispensas de sacralização feitas pelo secularismo.

Se todos são católicos, nem por isso devemos tê-los adstritos ao campo ultramontano, durante a segunda metade do século XIX as recepções da cultura liberal e católica eram filtradas na confluência de seus embates, se podíamos esperar um toldando o outro, devemos estar atentos à perspectiva das elites brasileiras em absorver as luzes do pensamento moderno, nem que para isso deve-se formular uma crítica aos valores e costumes tal como vinha sendo observado nos quadros mentais dos dirigentes do estado após o período da regência. Maria Odila Dias estipulou uma tríade sob o qual

[139] Veja a SERIE: ABAIXO-ASSINADOS: ANO;1870-79, CAIXA; Nº 05: Os pleitos pelas escolas no interior da província são sempre relembrados e neles os graúdos do lugar fixam suas firmas em acordo com adoção de comportamentos reconhecidos como progressistas; a falta da instrução pública elementar (escolas primarias) era algo a denotar a ausência de compromisso com este ideal de civilização, a exemplo de outras vilas e populações requeriam serem abertas e mantidas nas cidades de Conde e Monforte (no que foram atendidas pelo poder público). Ver sobre a situação do marajó naquele período Ferreira Penna, D. S. (1876). *A ilha de Marajó. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa da Sá e Benevides*. Belém: Tipographia do Diário Grão-Pará.Também em busca deste ethos civilizatório outro abaixo-assinado de 27/5/1871 pede na capital da província do Pará o aumento de trabalhadores dos jardins públicos nos que são atendidos pelo poder público.

se articularam três propostas apontando primeiramente para a hierarquia católica portadora de uma reflexão atualizada de sua tradição em torno da escolástica tomista, reabilitando o racionalismo de Aristóteles, e pelas necessidades de modernização incorporar as cadeiras do ensino tecnológico; os favoráveis da adoção de um programa de ciências jurídicas e na sua esteira os cursos bacharelados; e o projeto dos positivistas sobressaiu-se aos outros por privilegiar um sentido prático à direção das vocações acadêmicas no privilegio das carreias que o estado pudesse lançar mão como era o caso das engenharias. Esta configuração deixava a igreja fora do espectro principal de formação das classes superiores devido à constante fragilização do seminário como lócus de interrogação sobre a gestão do estado. Esse deslocamento, contudo, não foi suficiente para impulsionar um programa universitário, ainda que houvesse o requerimento para constituição de uma universidade do Brasil só a república realizaria tal perspectiva não sem denunciar a incapacidade do império para executar essa empreitada.

A parcialidade das classes dirigentes ao se apropriar das rendas diretas do estado através da eleição de bolsas de estudo para os filhos das elites irem se formar na Europa era feito algo sem pejo, a destinação de recursos inscritos no orçamento pode ser captada nos anais dos parlamentos das províncias sucedendo-se nas legislaturas. As províncias do Amazonas e Pará são exemplos comuns desse expediente do qual governo civil e igreja são cúmplices na dotação de verbas para moldarem o caráter enquanto formam técnicos para a inserção destes nas tarefas de gestão que se avolumavam, mas pediam respostas modernizadoras para diferentes áreas como saneamento, construção civil, educação, agricultura e indústria para lidar com os desafios bastante discrepantes como os enterramentos diante das epidemias que se precipitavam como era o caso da cólera e varíola, da iluminação a gás cuja extensão para os bairros que se expandiam, dos canais e desvio dos igarapés, da identificação dos solos para visualizar se era compatível o destino como nos casos de cemitérios, da catalogação das espécies vegetais, animais e minerais como já vinham sendo feita nos museus do Brasil, cujo Museu Paraense era uma referencia[140]; dos professores a engenheiros, é claro passando

[140] Inicialmente foi chamado Museu Paraense, criado em Belém a 6 de outubro de 1866, por Domingos Soares Ferreira Penna, funcionando em vários lugares até ser fixado na atual proximidade da basílica de Nazaré, consolidado por Emílio Goeldi, seu diretor no período de 1894 a 1907, em sintonia com o espírito do tempo procurava reunir conhecimentos e acervos científicos sobre sistemas naturais e sócio-econômicos relacionados à Amazônia.

pelos clérigos encontramos estado e igreja recrutando e formando seus quadros as custa das rendas públicas[141].

Curiosamente, os credos partidários estão sempre acusando de proselitismo aos seus opositores. Tito Franco de Almeida e o Barão de Marajó Gama Abreu fizeram muitas reclamações ao mau trato conferido aos liberais pelos conservadores durante o período de seus gabinetes no império ou na presidência das províncias e estendia-se até o interior das freguesias aonde alcançava as obrigações de alijar os oponentes como se depreende da reclamação dos liberais por serem perseguidos por toda rede de poder no testemunho de

> Vigia - De uma carta que recebemos desta cidade transcrevemos as seguintes linhas: "Aqui tudo , atropello contra os liberaes. Os homens mais conceituados sofrem toda sorte de malfeitorias, uns em suas proprias pessoas, outros nas pessoas de seos filhos ou parentes. O nosso amigo José Pedro de Moura Palha, vê a cada momentoum novo attentado commettido contra alguns de seos filhos . O commandante da guarda nacional faz quanto lhe é possivel para vingar-se de seos desafetos; ou reclama as suas reformas, ou submette-os inspeção para obrigal-os a passar para a reserva, subscrevendo as informações veridicas de seos conselheiros. "Os alferes Francisco Palha já foi intimado por elle para pedir a sua passagem para a reserva, achando-se em estado de perfeita saude como elle declarou no protesto que fez publicar no Jornal do Amazonas contra a molestia supposta que lhe queriam dar. "O Sargento Antonio Palha agora mesmo acaba de ser submettido a conselho, dizem, como insubordinado e desobediente. A sua falta , ser liberal e filho de capitão Palha. Tem estado estes ultimos tempos fora da cidade tratando de seos negocios na ilha de Marajó, mas não deixou de passar a amostra em Soure. Elle não estava presente ao conselho, mas ainda sem ser ouvido ser condemnado, por que os membros do tal conselho são, na maioria, de homens escolhidos a dedo para condemnar até a forca, uma vez que o paciente seja liberal. “Não sei até que ponto nos querem levar estes homens! "Já reformaram os officiaes superiores do batalhão por mero capricho e com o fim unico de satisfazer ambições partidarias!. Querem ainda processar e condemnar os officiaes inferiores! Nunca nesta cidade se viu tanto frenesi, nem tantos atropelos! Deus se compadeça de nós![142]

A interiorização das ações nos dá prova de como os dirigentes do estado precisavam fazer chegar a todas as capilaridades as intervenções políticas com vistas a assegurar o domínio político do partido conservador. Durante a segunda metade do

141

142(O Liberal do Pará (19.01.1869, pg. 3, no. 8)

século XIX, o país foi dirigido de fato pelos conservadores a exceção de um pequeno interregno em 1868, 1883 e 1886. Pelo exposto podemos perceber como a cultura política tende a apresentar-se monoliticamente nas tarefas e postos do estado, não apenas nas esferas de formação dos quadros superiores, mas necessariamente naqueles lugares onde se devia fazer reconhecer um poder político presente como eram as investiduras na guarda nacional, circunstancias que se prorrogará além do fim do império. Por ora, desejamos enfatizar o emprego da força na articulação poder político.

As obras de Inglês de Sousa são bastante ricas para demonstrar o modo utilizado por conservadores e liberais no exercício pleno do poder local com as ameaças convertendo-se em ato como a arregimentação forçada para servirem nas forças militares, sob pena de serem colocados a ferro para não se evadirem para os sertões[143], a crítica liberal, portanto, não deve ser dirigida para o *modus operandi* exclusivo do partido conservador, pois este também usou deste expediente quando à frente do gabinete liberal, sobretudo no período mais agudo de falta de homens para o exercito do Paraguai. Ocorrendo a virada política da queda do gabinete liberal, a hegemonia política dos conservadores com Itaborahy no gabinete de 16/7/1868 utilizou desse instrumento disponível nas relações políticas que se espraiavam do parlamento nacional até as paróquias. Investidos no poder do governo, o grupo podia executar sua intervenção graças aos meios colocados a sua disposição, tentando garantir uma adesão não apenas ao governo, mas também a reprodução de sua política de estado. As reclamações dos liberais contra os abusos são, todavia, demonstrativa das dificuldades para se manter ileso os poderes discricionários do estado frente aos cidadãos, evidenciado quando até membros da elite podiam ser arrastados pelas forças policiais apenas por pertencer à outra agremiação. Convém lembrar que enquanto os liberais ocuparam o governo também não chegaram a ensaiar a elaboração de algum estatuo a obstar essa praticas descritas por eles mesmos como podemos sacar da folha dirigida pelos liberais da Vigia.

CORRESPONDÒNCIA

[143]Inglês de Sousa nos diz como efetivamente a intervenção das forças do progresso tiveram de conviver com as forças da sociedade tradicional, sendo revestidas por elas ou atualizadas no jogo de forças pela hegemonia não do patronato em geral, mas pela manutenção da parcela da sociedade sobre o controle do estado daí derivando a manutenção da organização social do aviamento. Político liberal nascido em Óbidos, fez carreira como presidente de província do Espírito Santo e Sergipe, depuatado estadual em S. Paulo, fundador da Academia Brasileira de Letras, escreveu O Cacaulista, O Corenel Sangrado, História de um Pescador, Contos Amazônicos, O Missionário, de modo geral aborda as concorrências políticas e as alternativas de projeto civilizatorias em curso no século XIX, tentando demonstrar as cores dessa disputa na Amazônia. Neves, Fernando Arthur de Freitas. INGLÊS DE SOUZA: ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO. In X Feira do Livro do Pará. Belém, 29/9 a 7/10/2007.

> No Dário de Belém de 12 deste mez foi publicada uma correspondencia desta cidade, escripta sem duvida pelo mesmo individuo aqui conhecido pelo nome de caminho de ferro ou chefe dos radios, de quem só não fez o menor caso, por ser traste sem serventia.
> Elle pois que insulte quanto quizer ao sr. Pires e a quantos chefes honestos de familia de seo agrado. O desprezo ser a resposta de todos.
> Os intitulados conservadores desta (...) ordem para aquartelar até cem praças afim de auxiliar o plano, tendo o tenente coronel commandante de batalhão ja com antecipação designado para o serviço da capital um consideravel numero de votantes liberaes.
> E , para justificar este attentado, que desde ja se procura espalhar e quererem os liberaes fazer votar nas próximas eleições desertores e designadas fugidas. Quem são esses despertores e designados? Seria bom dizer. O partido liberal a conselho de seos chefes não se impenham nas eleições, e quando quizesse vencel-as bastaria recorrer a dedicação de seos amigos que sem contestação constituem a maioria da população. Os liberaes aqui venceram a eleição municipal por grande maioria, e venceriam a de eleitores, se o quizessem, sem necessidade de recorrer aos meios de que servem o seos adversarios, como sejam as promessas, as ameaças, perseguições e violencias. Elles tem ligitima influencia para levar de vencida aos taes conservadores de barriga que aqui formigam.
> Fique portanto prevenido o publico, o governo imperial e o conselheiro presidente da provincia - que o tenente-coronel - Beckman e o delegado de policia Bentes - são os principaes responsaveis por qualquer perturbação que haja na ordem publica. Este ultimo tem dito mais de uma pessoa que a sua missão , fazer os eleitores desta cidade, e neste intento empenhar tudo, tendo carta branca para todos os manejos necessários.
> Querer elle repetir aqui as proezas de Vizeu? O tempo o dir . Corre como certo que elle se prepara para grandes couzas nos dias da eleição com o apoio da força que tem a sua disposição. Os liberaes protestam solemnemente desde este momento contra qualquer acto de propotencia praticado pelos agentes da policia e pelo commandante da guarda nacional. Elles serão os responsaveis por tudo como depositarios de poder. Além das prisões annunciadas, querem fazer votar pessoas que não estão qualificadas como succedeu no tempo do sr. Leão Velloso, como tudo foi declarado pelo sr. Candido Miranda que sabia e estava a par desses criminosos manejos, tendo evitado com a sua intervenção como membro da meza parochial, a continuação de tamanho escandalo na eleição passada.
> E , sem duvida porque os taes conservadores d'aqui pretendem tentar novas façanhas desta natureza, e contam com a reprovação, que elles estam ja propalando que o sr. Pires diz ter intenção de excluir de uma os votantes conservadores.
> Ficai convencidos, srs. quixotes, que o sr. Pires , muito honesto, para não seguir o novo exemplo; nem os liberaes vigienses precizam recorrer as vossas ignobeis artimanhas para derrotar-vos quando quizerem: vos mesmos estaes convencidos da vossa nullidade, tanto que não poupais meio algum de ameaça e perseguição para levar o terror ao seio da população.
> Aqui fico por hoje.[144]

Onde estava o bispo e o clero ultramontano? Aparentemente as lides políticas de conservadores e liberais pareciam ocultar a presença dos sacerdotes da política quando focavam os mecanismos mais melindrosos de uma eleição como colocar em serviço da

[144] O Liberal do Pará . Vigia, 19.01.1869, pag. 3, n. 8.

agremiação no poder as facilidades para arregimentar eleitores enquanto repelia aos demais adversários, situação já bastante tensa quando a hierarquia católica mobilizava o campo católico em favor das bandeiras do ultramontanismo em concorrência com o liberalismo. A história das eleições no Brasil império da segunda metade do século XIX guarda a especificidade do bipartidarismo congregando forças políticas entrelaçadas muitas vezes, embora opostas como era o caso do catolicismo e a maçonaria tanto no partido conservador como no partido liberal. Esta situação traz a nu o problema da ideologia, contudo, o processo da eleição em si já transbordava vícios comuns no aparelhamento dos recursos e postos públicos para reproduzir a maioria na composição do estado; convém lembrar o artifício do poder moderador para confirmar sempre uma maioria favorável ao imperador ainda oscilando entre os governos do partido liberal ou conservador.

Atos de força eram inerentes aos querelantes apesar da vestimenta cultural progressista, arrebanhar eleitores nos currais eleitorais não era novidade e a mobilização para manter a representação política nas câmaras, assembléias provinciais e a assembléia nacional eram feitas com promessas aos aliados, ameaças, perseguições e violências. A conquista da maioria na assembléia provincial e nacional não garantia a composição da maior magistratura nas províncias, sendo os presidentes nomeados pelo poder direto do imperador, obviamente observado minimamente a correlação de forças no campo partidário. Desta forma, o delegado de policia estava sujeito mais ao império do que as forças políticas regionais, salvo quando a presidência da província conseguiu ter poder de nomeação deste cargo, fica então claro como em nome da ordem publica, a autoridade policial pode constranger os eleitores em favor de uma facção. Pela Lei nº 261 (03/12/1841), temos

> "Art. n.º 1. Haverá no Município da Corte e em cada Província, um Chefe de Polícia, com os delegados e sub-delegados necessários, os quais, sob propostas, serão nomeados pelo Imperador ou pelos Presidentes de Província. Todas as Autoridades Policiais são subordinadas ao Chefe de Polícia. Art. 2º. Os Chefes de Polícia, são escolhidos dentre os Desembargadores e Juizes de Direito : os delegados e Sub-delegados dentre quaisquer juizes e Cidadãos : serão todos amovíveis e obrigados a aceitar". Art. 4º : Aos Chefes de Polícia em toda a Província e na Corte, e aos seus Delegados nos respectivos Distritos, compete : "seguindo-se-lhes a competência e no § 9 : Remeter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delito, com uma exposição do caso e de suas circunstâncias, aos Juizes competentes, a fim de formarem a culpa. Se mais de uma Autoridade competente começar um Processo de formação de culpa, prosseguirá nele o Chefe de Polícia ou Delegado, salvo, porém, o caso da remessa de que se trata na primeira parte

> deste parágrafo". Cf. Annaes do Parlamento Brazileiro Por Brazil. Parlamento. Câmara dos Srs. Deputados Publicado por Tipographia do Imperial Instituto Artistico., 1868 Observações do item: v. 3, p 87 sobre a reforma judicial.

Os protestos contra o abuso e o revezamento daqueles partidos assentados no poder, desconsiderando até a igreja, aonde se procediam à qualificação dos eleitores e das próprias eleições assombravam a hierarquia católica a reclamar civilização dos comportamentos e interveio para preservar aquele espaço sagrado, dizendo não ser este lugar adequado para instalação da mesa paroquial.

A igreja não foi à única a representar contra esse estado de coisas, liberais e conservadores, maçons e republicanos conclamaram regras para as eleições e convívio político como cuja resposta será a reforma eleitoral da década de 1880, entrada em discussão em 1868 por iniciativa das proposições das grandes reformas pretendidas pelos liberais motivos de dissidências nos corpo dos dois grandes partidos.

3.2 CONSIDEREMOS A QUESTÃO IMPRENSA

Havia muito combustível, com alto poder incandescente, no ambiente do conflito estado e igreja, a desconfiança se acentuaram com a investida dos bispos ante as manifestações maçônicas ciosas de encarnarem o projeto renovador do estado com a Lei do Ventre Livre. Suprimir qualquer iniciativa da hierarquia parecia ser um juízo acertado da maçonaria ao qualificar a intervenção da igreja mais para um tempo antigo do que o tempo moderno. As recriminações da igreja à maçonaria eram de monta, no século XIX houve pouco lugar para tergiversar entre a hierarquia e a direção da maçonaria, nos estados nacionais em geral, a maçonaria conquistara mentalidades importantes e impregna-se no tecido social como a reformadora, deixando à igreja o lugar de campeã da tradição.

Revigorar a tradição tornou-se a perspectiva da igreja, confiar a segurança dos homens e do estado parecia correto aos olhos da hierarquia perante tantas revoluções a sacudir a tranqüilidade das nações. A inflamação dos conflitos sociais era bradada pela igreja como prova da desordem e a paz almejada para solidificação das conquistas da revolução industrial deveria ser colocada aos pés da tradição e não da revolução liberal e burguesa cujo fim era dessacralizar o século e toldar a cultura da igreja. Um combate

de morte e vida foi travado pela igreja, caso fosse abatida pouco restaria para influenciar não apenas no século mas até em seu papel místico de mediação com a esfera espiritual e a elegância cede à virulência característica do combate, necessário até o completo desabono do adversário representante da cultura liberal.

Não há nada de pueril em testificar a importância da imprensa na Questão Religiosa, similar à Questão Servil, à Questão Militar ou à Questão Republicana. Até onde grassava o analfabetismo, as letras das folhas ganhavam animo pelas leituras comentadas das conversas dos salões, botecos, portos, repartições públicas e privadas, das reuniões das irmandades e quiosques, continuadas após os sermões das paróquias e celebrações. Não sendo o objetivo deste estudo investigar como se propagaram essas tensões, assumo de pronto serem esses territórios suscetíveis de intervenção da sociabilidade moderna, não dispensando outros tão expressivos como as cozinhas e confessionários. A proliferação de jornais no período é inúmera, refletem uma necessidade de mostrar-se ao mundo, mesmo que seja local, um sentido de existência compartilhando idéias e concepções de organização do mundo cujo fundamento oferece a noção de pertença à cultura secular. O universalismo católico já tinha perdido essa batalha, muitas vozes querem se apreciadas na modernidade, porem a igreja vê apenas uma babel descontrolada ansiando por diretrizes saudáveis da esfera espiritual, contudo a cultura liberal não quer mais esta tutela e procura reduzir a igreja à condição de expectador da modernidade.

A questão servil não foi abandonada de todo, mas o drama das relações estado e igreja acabaram ocupando o centro da política neste período devido à logística instalada de imprensa liberal de um lado, com os dois partidos (conservador e católico), e a imprensa católica de outro, responsáveis pela agudização do conflito. Imersas no século, as concepções de mundo utilizaram os instrumentos e vulgarização da disputa e se mediam a audiência e eficiência na conformação dos campos em luta e dos resultados obtidos em forma de alistados nas eleições para defenderem os respectivos lábaros, nas legislações oriundas das câmaras e assembléias, mas também das simpatias das irmandades e ordens terceiras, além das famílias nos espaços domésticos. Havia um subproduto sendo cada vez mais credenciado ao ser recorrido – o jornal.

Dificilmente sem o periódico moderno, em tiragem regular poderíamos acompanhar o desenrolar da contenda, por muitos recortes chegamos a estratégias, políticas e sentimentos envolvidos. Quando os adjetivos ganham maior relevo que os substantivos captamos os receios e esperanças presentes na sua forma mais concreta à

realização das envolvidos na disputa do século cujo fim seria a continuidade da união trono e altar, ou a separação estado e igreja, talvez a autonomia da igreja frente ao estado. Através da imprensa as proposições enunciadas alternaram as possibilidades de pacto com os períodos de luta aberta, além de espelharem arranjos religiosos e políticos fruto da experiência religiosa e convivência com o catolicismo tradicional, popular e ilustrado pressionado pela intrusão do catolicismo diocesano/ultramontano confiante no distante crepúsculo da permanência da tradição igreja e estado na direção da esfera secular e espiritual, com uma clara preponderância da última sobre primeira.

Alguns exemplos da composição das editorias auxilia na compreensão das visões de mundo dos envolvidos, os periódicos seguintes: *O Pelicano*, editado por Padre Eutychio, Cônego Ismael Ney, Joaquim José Assis Cármino Leal, Jorge Sobrinho etc, composto por maçons notórios, circulou de 1872-1874, tempo ácido da contenda igreja e maçonaria, mas por muitos fios foram revestidos da tonalidade estado, partido liberal e partido conservador, o último em menor medida; no campo católico ultramontano há o clássico *Boa Nova*[145], sob a inspiração direta do bispo, será que algum jornal com a insígnia católica não o era?, seguido da *União Católica* com duração apenas no ano de 1872, posteriormente *A Semana Católica* de 1885, sucedido por *SemanárioReligioso do Pará* 1889-1890[146] copiando os estertores da igreja no império; O *Apalogista Cristão Brasileiro* dirigido por Justus H. Nelson, pastor metodista, polemista do bispo em vários momentos ao longo da década de 1880, só conseguindo erigir jornal em 1890, após a morte do bispo; *O Regenerador e Luz e Caridade*, órgão do grupo espírita a animar a circulação do periódico em 1890-1891 de Abel de Araújo *A Taba*, *Amigo do Povo* , Hebdomadário católico dedicado aos "interesses sociais 1896-1897, para retornamos a outro periódico maçom *O Oriente do Pará* de 1901[147]. De longe o jornal mais influente dos liberais foi *O Liberal do Pará*, de circulação diária versado em política, comércio e notícia, funcionou como órgão oficial do partido na capital, substituindo o *Jornal do Amazona*s, saiu de circulação após a proclamação da república em 1889 para depois

[145] Tiragem semanal e bissemanal, era o corifeu do bispo, neles atuaram o cônego José Lourenço da Costa Aguiar (1º bispo do Amazonas, situação tão requerida por d. Macedo), foi deputado provincial em varias legislaturas, e uma vez na Assembléia Nacional; Luis barroso de Bastos e Dr. José de Andrade Pinheiro dividiram a redação com o cônego, o jornal foi administrado pelo cônego Clementino José Pinheiro e padre Raimundo Amâncio de Miranda, inicia-se em 1871 e prolonga-se até 1883. Biblioteca Púbica do Pará Jornais PARAoaras: catalogo. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, Desportos e Turismo, 1985, p 57-58.

[146] BARATA, Manuel de Mello Cardoso. Formação histórica do Pará: obras reunidas. Belém : Universidade Federal do Pará, 1973, p 257..

[147] Idem, p 263.

retornar como *O Democrata*[148]*;* do campo maçônico; A Inquisição, com tiragem semanal, fora o prenunciador da polemica com o bispo e o clero, mas como poder de fogo foi de pequenas escaramuças, pois tinha apenas tiragem semanal, circulando entre 1870-1871[149]; tido por maçom *O Santo Ofício,* de circulação semanal, apresentava-se como imparcial, critico e recreativo, e combatente das idéias do clero entre 1871-1876 por seu proprietário Arthur Costa[150]; o ano de 1873 precipita a avalanche da imprensa de vários matizes: *O Dom*ingo, órgão religioso atuando sob os auspícios da Imaculada Virgem de Belém, embora efêmero, atualiza o dogma propalado pela igreja em 1854 da lmaculada Conceição, dando testemunho ao século da presença da cultura mística da igreja; em contraponto *O Filho da Viúva* fez sua aparição no campo maçom autoqualificado para "defender a maçonaria contra o clero intolerante", seu aliado *A Flamigera*, combatia as hostes católicas na capital no mesmo ano; *A Regeneração* fez sua estréia em 1/5/1873, publicado bisssemanalmente, fazia-se político, comercial, noticioso e literário, esta disposição expressa a ordem de importância dos assuntos, tornar-se-á um periódico católico a serviço da causa do bispo, embora não se descuide de representar um segmento do partido conservador pela figura de Samuel Wallace Mac-Ddowell, teve duração até 1877; como órgão do partido conservador *A Constituição* fazia sua aparição nas tardes de 1874, oportunidade para plasmar as teses reformadoras no império sob a liderança do Cônego Manoel José Siqueira Mendes, proprietário do jornal, por um período de janeiro a março de 1886, Artur Soares Costa, aquele redator de *O Santo Ofício* fez sua contribuição como diretor desta folha conservadora.

Pelo interior a voragem do fazer da imprensa mira o espectro político da capital ao lado de suas demandas, em Santarém consta *Baixo Amazonas*, órgão do partido conservador dirigido por Augusto Olimpio, mais tarde se converterá em órgão do partido republicano, durou de 1872 até 1896, este jornal replicou os debates, particularmente oferecia uma crônica sobre a colônia dos confederados americanos para

[148] Este jornal era impresso na Typ. do jornal Amazonas; posteriormente Typ. d'O Liberal do Pará, teve sua publicação suspensa em período indefindo, mas retomado em setembro de 1869; fora propriedade de Manoel Antonio Monterio, e o responsável pela edição José Antonio Ernesto Parassú. Biblioteca Púbica do Pará Jornais PARAoaras: catalogo. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, Desportos e Turismo, 1985, p 56.

[149] Apesar de alguns títulos serem de uma época posterior, os identifiquei para demonstrar como a questão religiosa continuou a ser debatida e em alguns instantes foram pinçados para compreensão do problema. Biblioteca Púbica do Pará Jornais PARAoaras: catalogo. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, Desportos e Turismo, 1985, p 57.

[150] Idem p 59.

lá deslocados na expectativa de embalar o progresso segundo creiam os resenhadores daquele tempo, além de promoverem a cultura acatólica de protestantes, alvo de constantes preocupações do bispo romanizador; *O Tacape* de Santarém talvez fosse um emulo de *O Tacape* de Belém confeccionado na tipografia *d'O Futuro* promotor da causa maçônica, mas de duração irrisória. A cidade da Vigia rivalizava com o Círio da capital tanto quanto na imprensa, assim *O Publicista* no ano de 1874 fará as honras de órgão do partido conservador, propriedade de capitão Lauriano Gil e Souza, deputado provincial por várias legislaturas, a tiragem do jornal foi suspensa por um período vasto, sabia-se ser semanal, retorna aparecer em 1877 momento de reviver a Questão Nazarena, outra versão e continuidade da Questão Religiosa, época de profundo apartamento do estado e igreja cuja oposição foi dada em *O Vigiense,* de 1874 -1879, com tiragem mensal, portanto, em desvantagem ao semanal *O Publicista,* fazia-se reconhecer como órgão religioso, literário e noticioso, propriedade de Alcides Sarmento, contudo, é onde Padre dr. Mancio estampava o catolicismo ultramontano condenando a maçonaria, a separação estado e igreja e sugeria a estruturação do campo católico através de um partido católico por excelência; *O Liberal* da Vigia completa a tríade na cidade, com o entusiasmo do proprietário participou da discussão como órgão oficial do partido liberal emparedando quando possível o ultramontanismo e oferecendo sua agenda de reformas ante ao partido conservador, em 1877, sob o título *O Liberal da Vigia* ostentará o direito de professar a religião católica aprendida na tradição da igreja sem ter de submeter a consciência à hierarquia e ao clero, dando inclusive publicidade das procissões civis devido a recusa dos sacerdotes em acompanharem os Círios por não terem conseguido subordinar completamente as outras catolicidades.

Pelo Marajó e Tocantins, a imprensa repercutia o espectro político com ao menos alguma representação, Soure, na grande ilha girou, em 1876-1877, o periódico semanal *Libertas* como órgão do partido conservador; *O Muanense* foi o órgão do partido conservador de 1882-1888, sempre de perto acompanhado pelo adversário *28 de Maio* como órgão do partido liberal de 1882-1886[151]. Enquanto em Cametá, na margem do Tocantins, *O Conservador* se fazia de folha religiosa, política, comercial e noticiosa esteve de 1859-1873 no combate as sucessivas tentativas dos liberais naquela cidade com O Liberal de 1861-1863, posteriormente, A Reação como órgão do partido liberal e do partido constitucional de 1886-1894. Em Bragança, *O defensor Liberal,* órgão oficial

[151] Todos produzidos em tipografias próprias na cidade de Muaná.

do partido liberal, reverberando na naquela cidade importante do salgado entre 1879-1887, publicado na própria tipografia redigido por Aureliano Rodrigues Coelho, na oposição O Bragantino como órgão do partido conservador teve vida mais curta mas esteve em evidencia de 1879-1883, impresso na tipografia própria, habilmente redigido pelo padre Manoel Carlos do Nascimento, Rufino de Andrade Pinheiro e Joaquim José Ferreira Porto[152]. Monte Alegre, Óbidos, Porto de Moz, tiveram folhas a promover o hábito da vida moderna de promover e ler jornais.

Estruturar a imprensa para os campos em disputa foi uma necessidade da política moderna, sem estes meios a possibilidade de atingir a população era muito diminuta. Sem regulamentação definida, os jornais se constituíram como uma ferramenta da exposição publica das concepções de mundo em confronto; igreja, sociedades secretas, partidos e clubes fizeram da aparição pública uma representação da organização da sociedade, lugar por excelência para atrair adeptos e conformar um consenso. Durante o segundo reinado, a existência no cenário foi evidenciada pela ligação entre o campo político e a imprensa ramificada da corte às províncias alcançando as freguesias, condição para demonstrar as doutrinas liberais matizadas pelos partidos conservador e liberal mesclados à maçonaria e posteriormente ao positivismo, bem como do catolicismo da supra-identidade universal, combinada as experiências religiosas do catolicismo tradicional, popular e ilustrado em tensão com o ultramontanismo. Porém nem só de doutrinas vivia a imprensa, a vastidão do quotidiano permitia assacar alguma polemica como os comportamentos levianos ou dissolutos, além da edificação com as questões públicas imediatas. Havia a oportunidade para arengar sempre.

Os liberais católicos fustigavam o bispo e o clero, mas reduzir o certame a uma questiúncula não é nada apropriado, estes se batiam por um modo de viver e experimentar a religião, enquanto a hierarquia da igreja só reconhecia o modelo professado na versão ultramontana, a conseqüência imediata foi inexistência de dialogo, aprofundando as contradições senão nos bancos dos templos, definitivamente na imprensa diária como vemos em O LIBERAL DO PARÁ (01/3/1872, n. 47, p. 1a.) o "*assunto: bispos"* reportando a como s.exc. rvdm. Em de 28/2 se referia ao "*a modo grosseiro e insultante porque ahi somos tratados: cada um dá o que tem"*. Questionando a escala de certas amabilidades proferidas tais como "mentirosos, mystificadores e estupidos escrevinhadores", os liberais querem apelar para o terreno da

[152] BARATA, Manuel de Mello Cardoso. Formação histórica do Pará: obras reunidas. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p 268.

livre consciência privilegiando a relação dialógica da réplica e tréplica, debate entre tribunos, sem o recurso moral à autoridade como recorria fartamente a igreja no seu entender. Os adjetivos tornaram-se respostas na grafia do antiste quando foi indagado sobre ausência de nomeações de padres brasileiros indiferentes ao ultramontanismo, por não terem sido educados no estrangeiro e por isso imunes às prédicas romanizadoras, voltavam-se mais a cultura liberal, embora ciosos das obrigações do sacerdócio; já o bispo prefere não prove os lugares vagos na Sé a ter de suportar padres forjados na cultura do catolicismo tradicional, popular ou/e ilustrado. Ocorria serem vários desses padres opositores públicos do bispo como vimos Padre Eutychio e Cônego Nery ao fazerem na imprensa sua reprovação às diretivas do ultramontanismo.

Apelar ao bispo era também desfiar seu juízo no governo da igreja e do clero, ciente desta condição os defensores dos diferentes modos de ser igreja procuram demonstrar as inconsistências de alguns membros do clero ou até remontando a história da igreja quando alguns escândalos se produziram para demonstrar a dedicação dos padres rebelados à causa do catolicismo embora em contradição com o bispo, na expectativa de apreciar as indicações deste como possibilidades de experimentarem o catolicismo na supra-identidade católica e não como letra canônica como afirmava e não negociava a hierarquia da igreja. Empunhar o livre arbítrio contra a autoridade estava no cerne da polemica da cultura do século versus a cultura ultramontana desejosa de cobrir com seu manto as desordens despertadas pela revolução burguesa. Em desacato profundo aos próceres liberais, D. Macedo ridiculariza este credo expresso na *"cartilha liberanga - comer, folgar, roncar na lama e zombar do inferno e dos jesuítas"*. Como se os liberais só fizessem isso na imprensa - é verdade, faziam o deboche, mas propunham reformas da organização do estado de grande monta. A revolução era um mal e devia ser inabilitada sob pena de condenação ao inferno por isso não recusa no *"seo artigo chamando assassinos aos patriotas de 93 que com seu sangue cimentarão o edificio das liberdades individuaes que até então forão calçadas pela nobreza e pelo clero"*

Sem dúvida na mente do bispo só restava condenar a revolução, se não há uma límpida desclassificação da Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão, há um inconformismo com *"os salutares princípios da grande revolução*", sobretudo a noção de liberdade que não se deixa reduzir ao livre arbítrio da doutrina católica. Em momento algum há ameaças de incêndio aos templos ou a pessoa do bispo e do clero, pelo menos taxativamente, e, com estupor reclamaram a apresentação de prova para exame público da acusação aos liberais de prometerem *"saciar seus odios no nosso sangue, e gozar de tão lugubres espetaculo ao clarão sinistro dos incendios de nossas igrejas*".

Confessáveis eram os intentos do bispo de esvaziar a clientela liberal e atrair o rebanho para o monopólio católico utilizando os recursos comuns à imprensa da época, transmutado em evangelização, admoestando, corrigindo e ensinando qual o caminho correto do catolicismo; contudo quando na oposição ao projeto do catolicismo ultramontano estavam membros do clero como era o caso do cônego Nery e padre Eutychio pois foram supliciados em vida com *"infamia; escommunhão, degradação e perda de sepultura ecclesiástica, e não sabemos que mais",*[153] a penalidade devia ser inolvidável, como o foi. Negando a governança do bispo sob o clero, o católico liberal indagava *"por que um bom catholico não discute: aceitemos com obediencia completa as suas imposições ... Admittimos todos os fundamentos em que se basearam os concílios"*. Dar exemplo como padre alistado nas fileiras do ultramontanismo era o chamado do bispo a todo clero, mas parte deste recusa abandonar sua outra filiação e perseguem no duplo pertencimento à cultura católica e à cultura liberal a ponto de sentirem-se seguros para deitar seu corpo pós-morte em qualquer terra

> "A sepultura ecclesiastica não vos dê cuidado: o padre Eutychio tem já prevenido os seus amigos que nenhuma lucta, nenhuma opposição haja por isso. O cemiterio protestante, o dos hebreus, o campo de Pedro II., toda a terra serve para reduzir-lhe o corpo aos clementes de que sahiu; toda sepultura serve para fazer ver o de quanto foi capaz o sr. d. Antônio de Macedo Costa, e fazei o ver a quem conheceu o padre Eutychio, o seu procedimento regular, e as luctas que sustentou em defesa do catholicismo ... quando os jesuitas não dominavam a curia e ao papa"[154].

Convicto de sua concepção, D. Macedo continua em seu objetivo, não menos convicto era padre Eutychio.

A Questão Religiosa foi local, nacional e universal, bem ao estilo da história universal do catolicismo, impulsionada pela imprensa ao trasladar as polemicas desenhadas nas folhas de outros paises conformou um ioiô, contando obviamente com o impulso inicial esperava-se o retorno do disco. Este proceder adquiria escala na contenda igreja/estado quando os lados lançaram mão de suas verdades para arengar o adversário como no caso dos liberais ao reproduzirem o Jornal do Commercio de Lisboa, sobre as conseqüências da infalibilidade do papa proclamada na quarta sessão do Concílio Vaticano, interrompido pela bula «Posquam Dei Munere», de 20 de Outubro de 1870, observemos o seguinte excerto:

[153] Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna. O LIBERAL DO PARÁ, 01 de março de 1872, n. 47, p. 2a.
[154] Idem.

> "o padre Michaud, conego honorario de Chalons, e vigario da Magdalena, em Paris, dirigiu ao arcebispo de Paris, monsenhor Guilbert, uma carta em que lhe pergunta: 1a. Se elle permitte que na sua diocese os padres deem a absolvição aos fieis que declararem rejeitar o concilio do Vaticano, e não acreditarem interiormente nos dogmas estabelecidos n'este concilio. 2a. Se elle permitte na sua diocese a celebração da missa por sacerdotes que não créem interiormente na ecumenicidade d'este concilio, nem na catholicidade dos mesmos dogmas".

Secamente responde o bispo pela negativa e exige plena subordinação de todos os eclesiásticos da sua diocese ao novo dogma da infalibilidade papal votada em 13 de Julho de 1870. Por ser livre pensador, justificam os liberais portugueses, padre Michaud não reconhece o dogma, em conformidade com seu caráter pede demissão de vigario da Magdalena e a de conego ao bispo de Chalons[155]. As cisões no seio da igreja são respeitáveis, até bispos foram reticentes com a aprovação da dita infalibilidade, como lembrou o padre Michaud ao arcebispo dos tempos em que combatiam Veuillot e os ultramontanos, contudo o alicerce entre o espiscopado nacional e o papa parecia ser perene suficiente para suportar as indisposições mas não a indisciplina com a centralização da igreja como supunha o projeto ultramontano. Aos irreconciliáveis clérigos restava permanecer na igreja ou bater-se pela edificação de outra igreja, ou da verdadeira igreja como sugerira padre Michaud, oferecendo sua casa no "*boulevard de Neully, n. 74*", para servir de centro de aglutinação e "*relação com todas as outras commissões da Russia, da Alemanha, da Inglaterra, de Italia e de Hespanha*"[156].

O episcopado nacional na igreja universal é uma realização desta centralização da igreja de Pio IX. A identificação da hierarquia com o papado já se prenunciava no início do século XIX como atestam exemplos variados, sobretudo quando acossados pelas revoluções liberais os direitos da igreja são ameaçados por uma cultura liberal postulante a uma legislação a superar as costumeiras intromissões da religião no governo do estado. A separação igreja e estado nos paises protestantes acabaram beneficiando a igreja para solidificar a disciplina no clero devido ao sentimento de pertença à comunidade católica envolvida por uma massa acatólica muito mais expressiva; extensivo aos fiéis a centralização foi eficiente por não ter de

[155] O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 02 de março de 1872, n.48, p. 1. Disponivel na Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna.
[156] O que animava a nova igreja era o dilema *se os que combatem por Christo governando o papa pelo Evangelho, ou os que combatem pelo papa supplantanto a Christo pelo Syllabus*.

enfrentar o duplo pertencimento a esfera civil e religiosa como estavam condicionados os católicos adstritos aos regimes regalistas.

Os regimes de regalismo determinavam a apresentação das candidaturas ao episcopado pelo poder civil, porém só ungidos pelo papa após a conferência da sua fidelidade ao ultramontanismo, posso afirmar isso pelo drama já vivenciado pelo Brasil quando da indicação para os bispados de Rio de Janeiro[157] e posteriormente de Mariana[158]. Não há um conflito aberto, contudo a vacância por vários anos destas importantes dioceses refletem a necessidade de muita negociação para efetuar a unção religiosa dos bispos salvaguardada pelas indicações do poder civil; estado e igreja continuavam a medir forças pela hegemonia da sociedade, mas a idéia de separação não era forte o suficiente para dispensar a contribuição da igreja na aplanamento das lides políticas da esfera secular. A relevância do controle do papado sobre a hierarquia era e é vital para moldar o catolicismo, nesta categoria reside a paridade do corpo místico do apostolado da igreja, sob o qual repousa a diretriz de evangelização em paralelo à constituição da organização civil, mas esta realidade era fruto da história da igreja, situação já superada pela configuração do estado nacional moderno. O pendulo da história proposto na metáfora de Ivan Manoel vê-se forçado a acudir a igreja no seu intento de retornar o tempo ou então de detê-lo em favor do reforço do campo católico; diante da perda de prestígio e poder, os proponentes da causa da tradição tiveram de organizar a política do papa para influenciar o século considerando a disposição das forças e nos territórios em disputa.

Os casos das nomeações dos bispos no Brasil são tão representativos como nos outros paises, a existência do regalismo em Portugal e Espanha trás à tona simetrias da cultura religiosa; ao relacionar o desejo de autonomia da igreja nacional no universalismo católico tenho em mente a noção da formação do episcopado nacional como um mediador do universalismo da igreja responsável pela noção de pertença a uma supra-identidade católica,

[157] O governo brasileiro tentou a indicação de Antônio Maria de Moura, em 30 de abril de 1833, para a diocese do Rio de Janeiro, porém foi recusada pelo mesmo ser colaborador do ideário de Feijó quanto à constituição de uma igreja nacional e adepto do fim da obrigação do celibato. O papa Gregório XVI na constituição da romanização do século XIX não confiava o governo das dioceses a posições galicanas além daquelas já instaladas, até essas sofreão apartir daquele instante um processo de revisão. Sobre o caso brasileiro da indicação do bispado observar a reflexão em RICCI, Magda. Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó - 1784-1843. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

[158] Após a renuncia da regência, o governo civil tentou estabelecer rédeas ao govrerno eclesástico com a indicação em 18/09/1837, para o bispado de Mariana, por morte de Frei José da Santíssima Trindade, devido sua notória indisposição com a hierarquia tais como D. Romualdo Coelho e D. Romualdo de Seixas, preferiu recusar aquela elevação pela correta previsão de não ser ungido pelo papa, situação só remediada com a indiação de D. Viçoso em 1842. SEIXAS, Romualdo Antonio de (Marques de Santa Cruz). Memorias do Marquez de Santa Cruz, arcebispo da Bahia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1861.

embora pronunciado pelos modos de “ser católico” construídos e abrigados na convivência religiosa como testemunham os catolicismos tradicionais, populares e ilustrados.

Monarquias acuadas pretenderam subordinar a igreja ao limitar as nomeações ultramontanas para o episcopado na expectativa de conter a subtração de poder; mas como não se chegou a estabelecer a independência entre a Sé de Roma e estes países as ameaças se tornaram parte da retórica do enfrentamento. Aludindo sob a autoridade do papa sobre uma igreja autônoma , às designações aos cargos de bispos não mais seriam auscultados os estados a exemplo do que já era feito nos Estados Unidos, Inglaterra, Suíça e Alemanha, seguindo tão somente a qualificação espiritual; Itália e Portugal mais uma vez sacudidas pelas forças liberais estiveram prestes a perseguir a mesma senda. Esta associação não era nada comum, os países de maioria acatólica tinham concordatas bem similares, já os países de maioria católica defrontavam-se com situações novas como a separação entre estado e igreja em Itália feita por uma monarquia, enquanto Portugal sobreviveu a monarquia procurando subordinar as forças do campo da tradição sem ter de ceder poder ao ultramontanismo[159]. Neste período também foi bastante intensa na Suíça e Alemanha a recusa a livre manifestação da igreja, obstando as designações ao episcopado inclusive.

Requeria a igreja uma proteção à religião oficial do império nos termos ditados pela igreja, ocorria porém um descompasso entre o desejo e a capacidade política de executar esta ação. As formulas anteriores de recusa as eleições apresentadas pelo poder civil ao papa tinham seu peso, mas eram pouco satisfatórias, porém quanto mais tempo à igreja ficasse sem lideres no episcopado maior seria o perigo de afastamento dos católicos, dificultando a articulação do campo, além de fortalecer as noções de igreja independente de Roma propugnado por alguns liberais católicos. O poder civil sabia de sua fragilidade para sozinho certificar a experiência sagrada e não se atrevia a sustentar nomeações que não seriam reconhecidas, ficando sempre a mercê da prerrogativa da igreja para ungir ou anular as nomeações feitas pelo estado. Quando estado e igreja, sob o padroado, não conseguiam estabelecer um compromisso à vacância era o resultado, por isso a prudência reclamava a combinação da indicação do poder civil com poder eclesiástico de sorte que o nome apresentado não fosse recusado por nenhuma das partes, recebendo o reconhecimento de ambos; o estado ainda, pela investidura do bispo, passava a sustentar-lhe a dignidade com

[159] Clemente, Manuel. Católicos, estado e sociedade no Portugal oitocentista. (Congresso Católico de 1891-1895). Communio, 1984, 1/3. p. 245-266. Rodriues, M. A. A hierarqia da igreja e o liberalismo: o bispo de Coimbra Dr. Fr. Francisco de N. S. de Nazaré(1776-1851) no contexto cultural e religioso da época. Ibid. p. 237-257.

uma renda, mas a igreja denunciou como um ultraje à idéia de apresentar esta renda como o pagamento de um ordenado de um mero funcionário do estado.

Fica patente a diferença entre um país católico e outro acatólico, o lema da igreja livre no estado livre é sacudido pelos liberais ao proferirem a sentença da completa independência da igreja uma vez esta separada do estado, nenhuma intervenção do poder civil nas "*nomeações de bispos e em nada do que for ecclesiastico; nenhum dissendio tambem com o que for da Igreja. Completa liberdade para ambos",* mas logo a seguir alertam a igreja sobre a responsabilidade com sua saúde financeira, devendo suprir todo ordinário de suas necessidades, ficando *"os bispos (libertos) despresando essas migalhas dos governos, tão choradas e tão ralhadas, revindiquem para a Igreja a primitiva liberdade e independência"*[160]. Nem só de religião vive a igreja e apartá-la da política não seria tarefa fácil, sobretudo por compreender a importância da política na organização da esfera secular e como esta afeta a esfera espiritual. O estado quer instrumentar a igreja, tanto quanto a igreja quer instrumentar o estado.

Supor ser possível em estados católicos as mesmas condições dos países de maioria protestante como Estados Unidos e Inglaterra por exemplo, implicaria em algum arranjo institucional muito difícil de ser digerido pela hierarquia. Os escrúpulos de consciência da religião de estado só podem vigorar enquanto a igreja serviu de amalgama para disciplinar as classes subalternas e oferecer uma organicidade à sociedade do ocidente, porém o advento da modernidade explodiu a rede holista preparando o espaço para expansão do individualismo confiando na formula Igreja livre no Estado tambem livre.

A república espanhola do século XIX foi efêmera, a separação estado e igreja não chegou a ser pautada seriamente, a reação da igreja naquelas plagas foi de uma forte repulsa a cultura liberal e a confirmação da resistência como um campo a integrar a esfera secular à esfera espiritual [161]; essa intervenção foi característica do catolicismo ultramontano, ressalta uma concepção de mundo capaz de projetar a resolução dos conflitos temporais e atemporais, necessitando recursos materiais para desempenhar suas tarefas reclamando permanentemente do estado nomeações, depois de confirmadas pela Santa Sé. Portugal, como a vizinha Espanha, tinha um regime regalista, e como outros regimes monarquistas, ressentiam-se da independência da igreja, porém tinham o liberalismo a criticar a permanente intrusão da religião nos negócios de estado e a hierarquia religiosa procurava alicerçar os

[160]O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 03 de março de 1872., p. 2, n. 49.
[161]Gonçalves , M. Integrismo católico na Espanha do século xix. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 225-230, 2007. Editora UFPR.

interesses do papa na cultura católica portuguesa. O estado português em 1841 teve uma concordata no século XIX, portanto a hierarquia episcopal continuou sendo nomeada segundo a confluência de estado e igreja. Somente a mudança do regime efetuou a separação, mas já percebemos a tendência em nível mundial na conflagração da autonomia da igreja.

O poder civil continuou a amparar a causa do catolicismo universal dentro da fronteira nacional, mas tinha de preservar os direitos dos acatólicos sob pena de impedir a progressão da imigração, precisando reformar a legislação o jornal Liberal de 14 de março de 1872 afirmava que:

> Questão religiosa. Repellimos a poucos dias com a mais profunda indignação a eventualidade de rebaixarem se os poderes do estado, ao ponto de fazerem, sob a pressão da exigencia armada de uma potência estrangiera, alterações nas leis civis; que entre nós regem as relações da sociedade secular e da igreja. É hora sinceramente devotados ás idéas liberaes, regeita annos, por honra de nossa patria, quaesquer reformas não conquistadas pela discussão, umas alcançadas pela tyrannia da força bruta. Há, porém, uma pressão é que o poder publico póde crer sem aviltamento, é a que não devem mesmo resistir, si não quizer contrariar a missão para que foi creado; é a pressão do espirito nacional. É essa a unica arvore á que elle póde abrigar-se com segurança, é a luz que o póde dirigir sem fazel o correr o perigo de transviar-se. Pois bem; não ha ignore que a liberdade religiosa, com todas as suas variadas manifestações, é actualmente uma vivaz aspiração da consciência nacional. Reclamam-nos a prosperidade e o progresso materiaes da sociedade; reclamam na os direitos preteridos do pensamento humano; reclamam-na, finalmente, os proprios interesses da igreja, a que se pretende proteger. Foi-nos sempre firme convicção, que todos os esforços empregados para se attrahir ao nosso paiz uma corrente de emigração proveitosa, naufragariam perante os obstaculos oppostos pelo exclusivismo religioso. Não ha alguem que, possuindo um pouco de inteligencia e cogitando como deve no futuro de seus filhos, si não professar a religião catholica postolica romana, adopte como sua patria um paiz onde se acena á apostasia com vantagens temporarias; onde aquelle que não teve ventura de nascer no seio da igreja, cujo chefe visivel está em Roma, vê-se privado de direitos civis e politicos, que nada tem a ver com as crenças de cada um. São raras as circunstancias em que é dado aos individuos e aos povos escolher uma religião. Acceitam quasi sempre a seguida pelos seus mestres, e com ella de tal modo se identificam que para elles constitue quasi uma segunda natureza. E, pois, insensato esperar que só por amor aos gosos materiaes que a nosso paiz offerece, estrangeiros afetados da nossa religião, abandonem expontaneamente sua terra natal, e venham trazer os seus penates para o seio de uma nação que sempre lhes será madrasta; e menos ainda que se neguem as crenças em que foram reducados, para suferirem ás vantagens civis e politicos que as mesmas leis lhes proporcionam. O pequeno numero de excepções conhecido confirma as regras que ahi ficam expostas. Deixemos, por conseguinte, a cada um a responsabilidade de suas convicções. O judeu, o protestante e o mouro podem ser tão bons patriotas como o catholico apostolico romano. Quem ha de ser sempre máo cidadão é o hypocrita, que sem respeito ás crenças de seus pais, as abandona, para adherir ás outras acompanhadas de maiores vantagens actuaes. Em todo o caso não é no estado q'compete ser corretor n'esse trafico de consciencia. O Brazil, paiz immenso e fertilissimo, que poderá conter e alimentar toda a população européa, merece

> ser comparado a um vasto mar, em que se encontram e se consorciam as águas de muitos rios. Vivamos aqui em harmonia os homens de todos os paizes, e os sectarios de todas as religiões; tenhamos todos iguaes direitos, uma vez que offereçamos garantias de amar e respeitar esta terra abençoada como ella merece ser amada e respeitada, e deixaremos a Deus o cuidado de distribuir as recompensas espirituaes conforme a porção de verdade eterna q'tiver sido abraçada por cada inteligencia. Demonstrando, que na liberdade religiosa está a solução do problema da prosperidade e do progresso da nossa sociedade, demonstranos implicitamente que é ella o supremo direito do pensamento. Sustentar que o estado tem a faculdade de conceder o predominio a uma religião qualquer, seria proclamar para o governo turco a attribuição de tomar exclusiva religião mahometana, para o governo indiano a de conceder privilegios á religião de Brahma, para o governo inglez a de tornar exclusiva a religião protestante; isto é, seria dizer que a verdade pode mudar de natureza segundo a decisão dos diversos governos temporaes. Não nos é mais difficil sustentar só a liberdade religiosa consulta os verdadeiros interesses da igreja catholica. A historia nos mostra com innumeros exemplos, desde o tempo do imperador Constantino, que a igreja perdeu sempre mais do que lucrou com a protecção do governo temporal. Tem-se dito muitas vezes que a espada deve se achar a porta do templo não para impôr, mas para proteger a fé. Si pretende-se declarar com essas palavras que o estado não deve intervir nas crenças religiosas, e sim deve garantil-as sempre que não forem pretexto para se attentar contra a paz e as seguranças publicas, exprimem ellas uma verdade sobre a qual nos achamos todo de accordo; si, porém, significam o pensamento de que ao estado compete defender uma crença com exclusão das outras, nada mais representam do que um desses jogos de palavras, que teem sido as causas de muitas perversidades. Não podemos hoje dar a este importante assumpto todo o desenvolvimento que a sua vastidão requer. Terminaremos este artigo dizendo, que o programma liberal consagrou como uma das suas principaes aspirações a liberdade religiosa. Havemos, portanto, de defendel-a até que a grandiosa idéa se tenha convertido em facto. ... não causa menores damnos a nossa santa religião. (Da Reforma)[162]

Por seu turno, a igreja continuava a deter seus instrumentos de publicidade destinados a espalhar a luz evangélica, mas era desafiada pela cultura liberal e propunha a submissão da cultura secular aos bispos. O episcopado deste século foi percebido como belicoso, enquanto os liberais reclamavam prelados com um perfil dialógico e voltado à persuasão, característica negligenciada também nas fileiras liberais. A grande maioria dos antistes de fato acedeu ao plano do papado de centralização da igreja e a deflagração do conflito entre a França e a Prússia não subverteu este objetivo proclamando no concílio a infalibilidade papal com "*451 votos a favor, 88 contra e 62 «com reserva»*" na sessão solene da constituição «*Pastor Aeternus*». As relações das igrejas nacionais com o universalismo católico ganharam em complexidade devido a impossibilidade da igreja prover o sustento do catolicismo só com a economia espiritual, mas o monopólio do núcleo dos serviços sagrados

[162] O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 14 de março de 1872, p. 2, n. 58. 'Rio, 2 de fevereiro

sob primado romano e à infalibilidade do seu magistério precisou ser implementado às custas da dispensa da aliança trono e altar, sem necessariamente relegar os aportes prestados pelos estados nacionais na forma de diferentes auxílios.

Se capitais na forma moeda, edificações e côngruas não podiam ser dispensados, a simbologia do liberalismo deveria ser rejeitada de modo firme. A polemica com o governo conservador já havia se generalizado, o partido liberal embora na oposição não se fez de rogado e postou sua interpretação do problema da união estado/igreja, merecendo repreensão do bispo D. Macedo e repercutido além-mar pelos maçons de Lisboa aliados à causa maçônica no Brasil por sentirem a pressão ultramontana de modo similar. Em Portugal, o defensor da igreja foi alcunhado de jesuíta formado no colégio de S. Suplicio, convidando o clero a ilustrar e moralizar aos habitantes tal como em França e Itália.

A atuação do bispo deveria preservar a organização eclesiástica da influencia maçom com depuração deste elemento da Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus dos Passos, a exemplo de outras, colocando sob sua autoridade os fundos e subscrições promovidas entre os fiéis para o auxílio das despesas com as festividades religiosas, a integrarem a Caixa Pia. Esta subordinação da economia das irmandades visava sustentar os dobres e repiques dos sinos por ocasião das festividades dos santos, mas também investir na estrutura do catolicismo sacramental, enquanto os católicos liberais questionavam o pagamento dos serviços simbólicos que deveriam ser gratuitos e ofertados pelo bispo e clero.

Regularmente, o bispo em vista pastoral não se fazia presente nos atos solenes desta confraria, ficando os seus membros a obrigação de concorrerem para exaltação desta experiência religiosa e no seu rastro atendiam e socorriam os desvalidos, viúvas e órfãos; como os cofres públicos são deficitários, eram estes membros católicos, embora maçons, os provedores de livros, calçados e vestuário aos meninos pobres, devido à insuficiência e, segundo acusavam os leigos, a falta de *"carinho e esmero que se não observa no seminário"* para a educação e instrução. Para o bispo somente os seus padres lá da Italia e França tinham formação qualificada, porque os brasileiros padeciam daquele catolicismo eivado de liberalismo não atendiam às intenções romanizadoras. Os detratores do bispo denunciavam ainda a falta de caridade deste e do clero, pois não se viam aos sábados distribuem-se esmolas aos pobres à porta do paço episcopal.

Voltavam à carga para descredenciar a igreja da esfera secular deixando-a livre para o exercício esfera espiritual como resolução do impasse da chamada Questão religiosa. A redenção da igreja para os católicos liberais residia na superação da religião de terror,

sucedida por uma religião de paz e fraternidade, mas queriam-na também racional conforme os ventos do tempo do século XIX. Esta racionalização combateu as formas míticas de raios e trovões, sem desprezar a resignação dos mártires. Contudo estes liberais católicos acolheram a noção de uma religião de discussão ao invés do combate para assenhorear-se de corações e mentes, mas também de terras e riquezas. Afirmavam ser uma busca exclusiva pelas consciências; porém sua mensagem foi deturpada na aliança com o poder temporal e logo foi tomada pelo orgulho desvirtuando o principio sobre que se achavam assentadas as bases da igreja. Ao erigir-se em poder de estado, a hierarquia e clero acumulou bens na terra, investiu-se como super arbitro do poder temporal e se arroga direitos descabidos como anacrônicos privilégios já criticados pelas luzes do século.

A missão evangélica não tendo mais o braço secular para dobrar a oposição da modernidade não titubeou em lançar o arsenal das penas espirituais em defesa da sua concepção de mundo, obviamente não tendo mais a fogueira material, restou a fogueira espiritual da excomunhão[163], ato continuo da preservação do Tribunal de Consciência para convencer aos fies da sua autoridade. Os bispos estavam no século e receberam em contraponto a educação eclesiástica à educação ilustração, por seu ofício condenaram a modernidade através de seus instrumentos como foi o caso da imprensa atribuída a satanás denunciada em artigo publicado por D. Lacerda, bispo do Rio de Janeiro. A idade média já estava longe quando a impressão da Bíblia constituía perigo e os diocesanos deveriam ter cuidado com a leitura das folhas liberais por seu conteúdo acintoso, em alinhamento à política de Roma, o bispo de Orleans renunciou ao seu lugar na Academia Francesa, porque naquela sociedade fora admitido um membro, Littre, cujas opiniões religiosas afetavam o catolicismo ultramontano.

Concorrer com outras religiões foi uma das batalhas mais virulentas mantidas pela igreja para barrar a liberdade dos cultos e a separação da igreja do estado. Contudo, os costumes se moviam na direção liberal mais apressadamente que as leis, o direito reconhecido de cada um crer, ou deixar de crer no que bem lhe aprouvesse, era uma formalidade constitucional a qual se apegava a igreja para dar testemunho de seu compasso como século, havia, no entanto um regime de reserva para a religião oficial do estado impossibilitando a igualdade de condições para a liberdade religiosa, pois não podiam os acatólicos se estabelecer onde lhes conviesse, nem conferir o governo de sua religião como entendiam,

[163] O sacerdote José Luis de Almeida Martins por ser maçom foi suspenso das ordens, perante a igreja estava escomungado. (Pasta s/n Maçonaria, ACMRJ) Arcebispado da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro 00830

muito menos podiam dedicar algum proselitismo ao falar, escrever, ou obrar *"sem que nada a estorve"*[164]*.* Só ao final do império muitas dessas prescrições foram relegadas permitindo uma abertura maior para acatólicos fazerem propagandas, e, com alguns embaraços puderam constituir hospitais e escolas.

Liberdades usurpadas eram a tônica do debate da liberdade de culto. A miríade liberal era o regime de completa separação estado e igreja como atestava a constituição dos EUA, porém os liberais insistiam ser semelhante as relações estado e igreja em Holanda, Inglaterra, Bélgica, Suíça e Italia; esta confusão aparente refletia a luta entre a esfera religiosa e a esfera secular cujo princípio advinha da revolução promovida pela modernidade. Obviamente nos paises aonde persistia o regalismo a reforma era mais difícil, seria preciso anular estas leis que garantiam o exclusivismo do catolicismo. Porém o enraizamento da cultura católica era obstáculo de grande envergadura, até liberais tinham dificuldade em romper com esta consciência, sobretudo para não dar pleno crédito ao desejo de independência do livre pensamento disposto a suportar apenas sobre si toda a relevância da experiência religiosa. Queriam estes reformadores instituir disposições legais para manter a ordem e a paz, sem proteção às religiões tradicionais; alegavam ser a religião um compartilhamento da crença, não devendo o estado se intrometer na gestão da convivência religiosa. Cabia aos reformadores católicos sobrepujar os preconceitos e fundar uma cultura de tolerância para ajustar a separação igreja/estado. Só faltava convencer a igreja, pois para ela a sabedoria da tradição era a salvaguarda contra esses males do século, afinal foi à sombra dessa aliança que nasceu a civilização moderna.

Esta união produziu interesses e paixões e, por conseqüências, as violências; a deposição de papas e reis por séculos era testemunho suficiente para justificar a separação. Fruto do regime de tutela que se sucediam estado sobre igreja, igreja sobre estado, a esfera secular não havia podido executar em plenitude sua intervenção, pois a moral religiosa constantemente frenava o movimento da cultura secular, consideravam ainda a secundarização da missão religiosa quando envolta sobremaneira nos problemas terrenos. A igreja não poderia abandonar o século, seu sentido de missão necessita deste para realizar sua mensagem, do contrário não havia sentido à proposição evangelizadora. Difícil encontrar o caminho do meio, a igreja percebia a importância de conferir uma sacralidade ao século para validar suas proposições; a vida monacal estava definitivamente limitada aquele passado

[164] Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna. O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 17 de março de 1872, p. 2. n. 61.

medieval, era imperioso investir na secularidade atualizando a mensagem de *boa nova*, sob pena desta, ser superada pela utopia liberal.

Durante as realizações das eleições, a Questão Religiosa serviu para alimentar as certezas sobre a guarda moral oferecida pela igreja para o bem estar do regime civil. Infiltrando-se em todas as vilas e paróquias a religião oficial conseguia fundamentar sua convivência religiosa, não sem oposição, mas suficiente para confirmar uma audiência ao campo católico em edificação pelo ministério do episcopado nacional em formação. A solidariedade entre os bispos não era menos importante que a capilarização da igreja, a cidade de Monte Alegre, em 12 de março de 1872, respondeu as penas espirituais de excomunhão lançadas pela hierarquia contra os católicos renitentes em abandonar o partido liberal, nesse sentido, o jornal "O Liberal do Pará" diz que

> Somos uns anti-catholicos, uns impios, uns hereges; queremos acabar com a religião; por estes crimes foi que s.exc. revm. o sr. d. Antônio bispo desta diocese nos excommungou e a todos os jornaes liberaes. São estas as frazes dos nossos adversarios, e das quaes so servem para nos deprimir e vêr se vencem as eleições; os espoletas isto pregão pelos cantos, pelas tavernas, o dizem mais; aquelle que não quizer votar cômnosco, havemos de processal-o, recrutal-o, mettel-o na cadêa etc, sem se lembrarem que nem sempre o povo estará para os aturar. Mas, por que assim acontece? Si imbecis como são, sem prestigio, têm força moral, não podem conseguir uma victoria eleitoral, sem que seja pelo meio da força, e pela monta de baionetas, porem temos fé, que os Mont'Alegrenses, conhecedores do seu direito, amigos da liberdade, da prosperidade do seu paiz, não se deixarão illudir, nem aterrar; por que já não somos do tempo em que nesta villa e em outros lugares onde existia o jesuitismo, tocava o sino quando chegava alguma canoa nos portões, para serem recolhidas ao convento todas as donzellas, para se livrarem do ar prestilento desses que chegavão! A sentinella[165]

A defesa da liberdade como valor manifesta quão profunda era a cisão no espírito da época a ponto de desafiar a igreja, mas o lançamento de interditos sobre as capelas e a decretação da excomunhão não eram proformes, elas revelavam uma significação expressiva de apartamento do seio da igreja daqueles apontados como anti-catholicos, ímpios e hereges.

[165]O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 17 de março de 1872, p. 2. n. 61.

Não serem expulsos da igreja nem das associações religiosas e civis como as irmandades. Demonstra a importância da convivência religiosa católica no império.

A separação entre estado e igreja no Brasil quis tomar de empréstimo algumas alternativas como a vigente na Bélgica do século XIX quando um período de transição abonaria as finanças da igreja até esta conseguir apoderar-se de meios a lhe custear a sobrevivência, desde as necessidades do culto até o sustento da hierarquia e do clero. Esta discussão ganhou maior importância no inicio da república, entretanto, os advogados da separação utilizavam argumentos liberais do homem inventivo para suportar sobre si a pujança para romper com o reino da necessidade ao invés de estar subordinado as prebendas do estado, chegam a sugerir *Não pode existir nenhuma associação sem os seus proprios recursos; não sei porque a egreja terá menos direito do que uma companhia de caminhos de ferro. Serão, por ventura, menos respeitaveis, ou menos grandiosos os serviços que presta?*A igreja reagia, mas sabia se modernizar quando necessário, não só na doutrina, a economia é prova cabal desse desempenho. Não faltava à igreja a aculturação dos procedimentos de empresa muitos exemplos de sucesso ela poderia dar, inclusive para fazer sombra aos liberais desfraldava quão eficiente haviam sido os jesuítas outrora e continuariam assim caso não fossem desalojados pelo estado sem indenização.

A consolidação da república como um sistema na América não chegou a determinar a separação da igreja do estado, só à segunda metade do século XIX a radicalização da cultura liberal identificou na igreja um obstáculo perverso a plena realização da condição humana por esta não respeitar o novo dogma entronizado do livre pensamento. As repúblicas americanas não se desfizeram da igreja, continuaram a lhe prestar a homenagem devida com suprimento de fundos e assistência aos programas de missão orquestrados por esta ou na condição de aliados do estado. Foi à irrupção do sentido de autonomia da igreja a despertar as antinomias desta com o estado, sobretudo quando alguns movimentos de caráter tradicional tentaram mover a roda do tempo para o passado como no México de Maximiliano, no Equador de Garcia Moreno[166] e tiveram uma reação liberal de modernização do estado contra as forças tradicionais[167].

[166] Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna. O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 23 de março de 1872, n. 66. EQUADOR. O partido theocratico obteve novo triumpho nesta Republica, que vae assim deixando deturpar as doutrinas da democracia. O poder executivo expedirá um decreto prohibindo a publicação e introducção de livros, opusculos, periodicos ou estampas sem previa licença do poder ecclesiastico, só por texto da e por obstáculo á propaganda contraria á religião e á moral. Os administradores das alfandegas são avisados de que, apenas o ordene a igreja, devem destruir por meio do fogo as publicações condemnada. As repartições do correio devem proceder da mesma fórma. Os que venderem taes objectos serão julgados como contrabandistas, e como taes soffrerão confisco e assistirão à destruição inquisitorial.

Diante das economias dinamizadas pela diversificação de investimentos como mineração, transporte e indústria a cultura liberal dos anos de 1870 foi atingida por uma verve laica capaz de interrogar os dogmas do Concílio Vaticano trazendo a lume a noção de liberdade religiosa. Na França de Napoleão III, a igreja batia-se por este direito, uma vez o poder monárquico derrubado, a ascendente república de 1871 determinou às quarenta mil paróquias que sustentassem os quarenta mil sacerdotes, com seus respectivos bispos. São as contribuições dos fiéis o principal suporte para as de obras de caridade da igreja. Mais importante foi a responsabilidade plena pela gestão da esfera sagrada dentro da convivência religiosa católica, situação já experimentada pela hierarquia da igreja nos Estados Unidos; desta feita, a igreja livre no estado livre deixa de ser um ideário e converte-se em uma força concorrente com outras mensagens religiosas. Cabia aos episcopados nacionais a confecção do campo de atuação amparado nas suas próprias bases, sem estar subsumido pelo poder do estado pelo auxílio político prestado. Mas a igreja se perguntava – seria proveitoso e correto abandonar o poder de estado, e perdendo a condição de sócio relegar as rendas fundadas no corpo de leis? Não carecia a igreja de auto-regulação, contudo, a cada tentativa de disciplinarização, os fiéis ou os sacerdotes descontentes recorriam ao poder civil para frear a plenitude do governo da igreja, deste objetivo a hierarquia não vai retroagir, do governo espiritual e material da religião católica se compreende o ultramontanismo.

Atar a unidade dos bispos foi algo difícil, mas o calor da Questão Religiosa propiciou a identidade da hierarquia, se a luta havia se processado com o apoio do bispo do Pará ao bispo de Olinda, quando o bispo do Rio de Janeiro repercute na imprensa e no púlpito sua solidariedade a estes prelados[168] já não é apenas contra o governo do gabinete

---

PERU. A imprensa de Lima avisava o governo da chegada constante de jesuitas, e pedia providencias para que não alastrasse a praga o paiz todo, como estava succedendo no Equador.

[167] Pensamento Político Progressista no Liberalismo Argentino e Mexicano do Século XIX: Juan Bautista Alberdi e usto Sierra Vicente Palermo. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 20, 1997

[168] "D. Pedro Maria de Lacerda, por ... de Deus e da santa sé apostolica, bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro. "A nossos diocesanos a benção de Nosso Divino Salvador Jesus Christo Filho de Deos. "Recommendamos com as mais vivas instancias a todos os nossos queridos diocesanos a leitura attenta e reflectida da publicação, que a redacção do "Apostolo" está fazendo da verdadeiramente episcopal e eloquentíssima carta pastoral do exm. e revm. sr. d. Antônio de Macedo Costa, dignissimo e por muitos titulos veneravel bispo de Belem do Pará. N'essa pastoral escripta com aquelle primor de estylo que tanto caracterisa quanto sahe da penna de s.exc.revm. e com a energia propria das grandes almas em que brilha o clarão da fé é onde convicções sinceras teem deitado profundas raizes, s.exc.revm. com a robustez de irrefragaveis argumentos tirados das sagradas escripturas, dos santos padres e da razão esclarecida, atentada pelo bom senso fulmina e pulverisa nada menos que dez funestissimos erros que parecendo não ter por mira sinão a santa igreja do Filho de Deus, vão tambem solapando e aluindo os alicerces já por demais abalados e até fendidos, sobre os quaes mal ainda se sustem a tão vacillante sociedade no seculo XIX. "Pobre sociedade! "ella vai cahindo aos pedaços em abysmos já abarrotados de

conservador aquele instante e sim contra a cultura liberal; por sua vez, os liberais defrontam os atos "*desregrados do jesuitismo e transcreviam artigos litterarios da imprensa europea*", mas deve-se aos liberais parte da ressonância das intervenções do episcopado quando publicava em seus jornais o pensamento dos bispos. O Liberal do Pará (19 de maio de 1872, p. 2, n. 111) querendo combater D. Macedo acabou por promover a causa dos bispos ao relacionar as dioceses no compromisso de combater os erros do século e trazer de volta ao seio da igreja os arrependidos, e estende o comprometimento dos bispos ao citar o venerável conde de Conceição, bispo de Mariana, D. Viçoso, também signatário do reclamo do episcopado nacional para tornar-se senhor pleno do governo da igreja. Houve ainda por D. Lacerda a interpelação a João Alfredo em 28/8/1872[169], na qual faz saber que todos os prelados brasileiros têm reclamado pelas eleições serem nos redutos das igrejas do Amazonas ao Rio grande do Sul, do Javari ao Atlântico, alertando para a violência nos lugares mais distantes parecer ser mais brutal, no entanto, Santa Rita, Gloria, Matriz do Sacramento, Matriz do Espírito Santo, S. José, S. Cristóvão no Rio de Janeiro dão provas das lutas partidárias sem respeito ao lugar de culto, usam até cruzes e castiçais como armas, pisam no altar, sujeitando o Santíssimo Sacramento a ser trasladado para *"algum lugar homisiado sem poder estar em seu lugar santo",* compara como o templo dos judeus foi preservado por Cristo apesar de ter enxotado de lá os jogadores, e exclamava *"o que faria agora que as igrejas são assim vilipendiadas, considerando a superioridade destas aos templos, e os romanos pagãos e sua*

---

cinzas de palacios, de casas municipaes, de choupanas de pobres e até de opulentas cidades, cinzas amassadas com petroleo e sangue humano, ainda a fumegar!". Lêde, filhos meus e vêl-o-heis. E Vós, ó Deus, por Jesus Christo, que é de todos os homens Senhor, e de Vós filho predilecto; livrai de tão horrosas scenas nossa querida patria, que se ufana do seu nobre titulo de terra de Santa Cruz e que repousa á sombra da protecção da Immaculada Conceição de Maria Santíssima, que com seu virgineo pé esmagou a cabeça da serpe infernal e é capaz de ferir de morte a toda as heresias e erros que surgirem á face do orbe. "Fazei, ó Trindade Santissima, que este teu povo brazileiro veja em seu favor cumprida aquella belissima prophecia de teu grande Propheta Isaias: Et sedebit populus meus in pulchritudine pacis, et in tabernaculis fiducie, et in vequie opulenta dai-lhe Senhor, essa suspirada formosura da paz, assentai-o n'esses deliciosos tabernaculos da confiança; dai-lhe essa tão almeiada opulencia de um respouso e quietação profunda e perduravel. "Ó Deus, destrui em toda parte os erros, e as heresias; mas poupai e convertei a todos que erram, compadecei-vos d'elles trazendo-os á verdade, ao caminho e á vida que é Jesus Christo. "O Deus, ouvi minhas vozes e as que n'este mesmo sentido e a este mesmo respeito vos dirigiu o veneravel bispo de Marianna, conde da Conceição. "Lêde, filhos meus, e ponderai essa bella pastoral de s.exc.revm. o sr. bispo do Pará; e emquanto é tempo salvemos nossa fé e nossa pátria ... "S. exc.revm. acceite nossos parabens para celebrar, hoje com seus dedicados diocesanos o undecimo anniversario de sua sagração episcopal, que teve logar n'esta diocese. "Palacio episcopal da Conceição, aos 21 de abril de 1872 - Pedro, bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro".

[169]"Representação dirigida ao Exc. Sr. Ministro e Secretario de estado dos negócios do Império pelo Bispo se S. Sebastião do Rio de Janeiro e Capelão-mor de S.M.I. pedindo para que as eleições políticas se fação fora das igrejas". Rio de janeiro. Typ dos Apóstolos, nº 8, 1872.(ACMRJ)

religião civil também era exaltada", pois os templos não eram espaços de reprodução desses atos observados no Brasil. D. Lacerda, a exemplo de outros antistes, atesta como os protestantes têm seu templo só para esse fim, e na culta Europa as eleições são em repartições públicas e não nas igrejas, e finaliza, a religião deve ser protegida das ofensas, dos espancamentos e lutas, *"já há muito para lamentar o que tantas vezes presenciamos em nossos templos, he para chorar o máo costume com que nos habituarão a esta em nossas igrejas, a celebrar nossas festividades, a solenizar os grandes mistérios da Santa religião, que temos a ventura de professar. Porém tudo isso he quase nada em paralelo do que se passa no recinto sagrado em dias de eleições"*. No oficio que dirigiu esta reapresentação, o prelado do Rio de Janeiro afirma não querer atrapalhar a eleição em curso naquele ano, mas esperar remediar a situação das próximas. Alerta ao poder civil ser esta uma postura dos bispos brasileiros, não apenas sua, fazendo ecoar na imprensa católica nas várias províncias e espera conseguir desideratum.

A Questão Religiosa talvez poderia ser apresentada como a Questão dos Bispos, mas jamais como a Questão de Dois Bispos como quis supor o liberalismo radical. A identidade suposta da hierarquia foi viabilizada em cada teste com o império, o problema dos seminários encontrou uma especial unidade no Pará, Rio Grande do Sul e Maranhão[170], na participação no concílio, os presentes votaram a favor da infalibilidade papal, e perseguindo este objetivo, declararam loas a lei do ventre-livre, mas consideravam funestas a presença da maçonaria nos postos do estado, paralelo aos cargos nas irmandades.

Da hierarquia ao fiel, perpassando o clero, o combate foi pela formação do campo católico contra a cultura liberal por esta ameaçar a reprodução da igreja ao impedir o seu governo segundo as diretrizes da romanização. Desmontar o elemento maçom dentro do campo foi imperioso para controlar os recursos simbólicos e materiais dos católicos, disciplinando o lugar-tenente adepto do livre-pensamento; por seu turno, as lojas maçônicas tentaram proteger seus irmãos como foi o caso da LOJA HARMONIA, ao socorrer o "illustre maçom Padre Almeida Martins". O jornal católico Boa Nova, em 22/5/1872, sob os auspícios do bispo anatemizou novamente a maçonaria como uma seita odiosa cuja missão na terra era desviar os homens do aperfeiçoamento moral. Seguindo as orientações do papa, não cansou de denunciar os vis objetivos maçons, lançando o clero e o próprio bispo numa campanha de

[170] Correspondencia entre o Governo Imperial e os Reverendos Bispos das dioceses do Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará ácerca do decreto n.o 3.073 de 22 de abril de 1863, que uniformisa os estudos das cadeiras dos Seminarios Episcopaes que são subsidiadas pelo Estado. Brasil. Ministério do Império Ministro (Pedro De Araujo Lima, Márquez de Olinda) Relator 10 do Anno de 1863 Apresentado á Assemblea Geral Legislativa na 1ª Sessão da 12ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1863.

esclarecimento dos católicos quanto às ameaças da revolução liberal[171]. Rapidamente estava sendo erodida a solidariedade ativa de estado e igreja, no curso da guerra com a república do Paraguai não estavam as sotainas a acudir os sofrimentos, nas épocas de epidemias a consolar a população, na extensão do reto ensinamento nas viagens pastorais não se proferiam discursos para bem proceder nos costumes e na moral? Todas as ações da igreja acabaram sendo reduzidas a um deus vingativo, com religiosos entregues ao ócio e coleta de esmolas cujo fim era anunciado com a perda do trono pelo papa, após a promulgação de sua infalibilidade, identificando este resultado como um castigo pelo desejo de retroceder o tempo. Esta foi à interpretação vencedora dentro da maçonaria e por ela foram às vias, de fato com o fechamento dos espaços para igreja romanizada se reproduzir.

Aqueles membros do clero indispostos com o bispo tiveram de ter força moral para suportar a marginalidade decretada pelo governo da religião nas mãos dos ultramontanos, mas a decisão do titular da Sé em não transigir com a maçonaria ficava patente quando a conciliação não se fazia mesmo após a morte. O cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery, parceiro de padre Eutychio, também suspenso do exercício de suas funções sagradas[172] havia mais de 6 anos como prescrevia *"ex informata conscientia"* não pode contar com a encomenda da alma. Os serviços religiosos correram por conta das outras solidariedades construídas e compartilhadas no catolicismo tradicional, assegurando seu sepultamento no cemitério da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo. Por ordem de D. Macedo o cabido não hesitou em lhe negar as honras devidas a sua dignidade, não fazendo o oficio de sepultura, não tocando os sinos da Catedral para anunciar o seu pensamento, retirando ao finado as prescrições dos estatutos da mesma Catedral. E os adversários do bispo perguntavam em O LIBERAL DO PARÁ, de 19 de Outubro de 1872, Por que? Sem dúvida por este gesto, dava o bispo um exemplo aos sacerdotes e a massa de católicos para não olvidarem o poder espiritual investido na sua mitra. Se quiserem arriscar ...poderiam, a disputa não se encera no plano secular, no plano espiritual ainda continuaria o campo católico destinado à redenção, já os sediciosos teriam de purgar sua desobediência para alcançar a salvação ou confiar em sua

[171]Arquidiocese do Pará. A Boa Nova, 22/5/1872.

[172] Assim também sucedia a outro religioso. Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna. O LIBERAL DO PARÁ, 28 de novembro de 1872. S/T A sanha episcopal, que nestes últimos tempos, parecia ter-se reconcentrado nos arcabouços d'aquelle peito por demais rancoroso, estava ganhando mais forças para de novo desencadear-se e com mais virulência despenhar-se sobre dois sacerdotes inofensivos! Um deles é o nosso prestiomoso e ilustrado amigo o sr. padre Felix Vicente de Leão, incansavel obreiro de grande obra de educação e instrucção de nossos jovens comprovincianos, em cujos corações elle sempre haq de ter um écho de gratidão. Foi o nosso amigo fulminado com a suspensão ex informata conscientia. Por ora nada diremos, aguardando-nos para mais logo até que tenhamos ouvido o sr. padre Felix que, indubitavelmente, ha de vir á imprensa patentear ao publico a causa e todos os permenores d'essa suspensão que, como os precedentes, só serve para manifestar o genio atrabiliario do nosso caixitativo pastor, digno emulo dos Laranjeira e Lacerda. Até breve. Um amigo.

resolução liberal de justiça para obter o descanso eterno nos conformes de uma religião de tradição da supra-identidade católica, ao invés das condenações prescritas nos erros do século do catolicismo ultramontano. Vale-se para cônego, vale-se para padre. Para o fiel não devia restar duvida quanto ao caminho certo da religião, bem como da política. Em toda diocese foi reproduzido as diretrizes do bispo com um zelo até extremado; no Acará "*os regulos desta parochia cada dia inventão uma machina de perseguições aos nossos amigos, de mãos dadas com o celebre padre Dionisio Antonio Pastana, vigario, por infelicidade nossa, desta freguezia*[173], o sacerdote se recusava a prestar o serviço sagrado a quem agonizava, buscava confissão, batizados e casamentos por não ser aliado da causa política dos conservadores a época controlando o poder da província. Havia o conflito com o estado, no entanto havia cumplicidades a serem mantidas, não raro as alianças locais conseguiam subverter a lógica romanizadora para ceder as necessidades de composição política no espaço da paróquia. Queixar-se ao bispo foi a alternativa dos liberais católicos para não se verem completamente enredados pelo poder do pároco. E quando estes católicos não eram atendidos a exasperação podia assumir forma de luta aberta.

Os sacerdotes liberais tentaram resistir às orientações do bispo quando estas saturavam o governo da religião, agarrados na sua consciência, apresentavam na imprensa seu desacordo com o modo e, mais das vezes, com o conteúdo das prescrições emanadas da Sé do Pará ao determinar o impedimento da leitura dos periódicos Santo Ofício, Tribuna e Liberal do Pará simpáticos à causa liberal. Estes padres não apenas liam como colaboravam na redação expondo posições quanto à instrução pública, a educação de meninas, os desmandos do governo e sobremaneira sobre as relações entre a igreja e estado. Os padres mestres Felix Vicente de Leão e Benedicto Thomé da Cunha e Mello eram desta cepa e manifestavam suas opiniões mesmo sabendo incorrer nas penas espirituais lançadas por D. Macedo.

> O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 28 de novembro de 1872. Neste jornal na coluna "Factos Diversos. RAIOS EPISCOPAIS" apresenta a versão daquela

[173]Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna. O LIBERAL DO PARÁ, 01 de novembro de 1872, n. 247, p. 2a. "Em setembro ultimo vindo Manoel Jeronimo, Casemiro Damasceno, Thomaz Gonçalves, um remeiro de Emigidio da Paixão e Christo, um escravo do sr. Francisco Abreo e um filho de Francisco Almeida buscar o padre Dionizio Pastana para confessar à Thereza de tal, do Ipitinga, que se achava prestes a expirar, este negou-se a esse dever, somente porque Thereza está ligada a familia do nosso amigo Theodoro Gonçalves e este teve o arrojo de não ter dado um voto e nem consentido que seos parentes o dessem ao partido conservador, ao qual actualmente o sr. padre pertence, depois que não precisou mais que o sr. tenente-coronel José Malcher e seo irmão coronel Aniceto lhe encobrissem os actos escandalosos"

agremiação sobre a portaria pela qual foram fulminados com ex-informata conscientia. Por este não terem aceitado a “portaria de 2 de dezembro do anno passado, documento com que o sr. d. Antônio, n'um momento de fracunda allucinação, pretendeu esmagar o partido liberal da provincia, a quem, nem só n'essa portaria, como no seu periodico "Boa Nova" emprestou toda a sorte de epithetos infamentes” ... Diz o rev. sr. padre Felix: "Tendo hontem, ás 4 horas da tarde recebido o segundo chamado de s.exc., rvdma. - Residencia episcopal Pará 25 de novembro de 1872, Revd. sr. padre Felix Vicente de Leão ... a vir hoje mesmo a palacio ter comigo + Antonio bispo do Pará - a 5 1/2 da tarde apresentei-me em palacio, onde tive de esperar até as 01/2 por s.exc. revmda. que se achava em conferência com o sr. conego Rocha. Despedido o revd. sr. conego apresenti-me... E força confessar que bem longe estava do meo pensar que o motivo deste chamado fosse a portaria de 2 de dezembro do anno passado, prohibindo, sob grave, a leitura do "Liberal do Pará" "Santo Officio" e "Tribuna" da qual (portaria) me persuado, ninguem se recorda mais. Assim pois fiquei sorprendido quando s.exc. me declarou que mandará chamar-me para saber qual a minha posição, para comigo! A minha resposta foi que não podia ser outra mais, que a da orelha para com o pastor. Sua exc. porem não ficou satisfeito: queria posições bem definidas queira (é expressão de sua exc. os pingos nos iii, e a minha resposta era muito generica. - O seo procedimento meo padre, continuou s exc. não tem sido regular, porque, tendo todos os padres da diocese prestado adhesão, sem que eu houvesse pedido,ao meo acto de 2 de dezembro do anno passado, o seu nome não se encontra entre os d'elles! É verdade, sr. bispo não haver ou assignado adhesão a v. exc. não obstante o sr. conego Carneiro ido a nossa casa pedir que o fizesse : e a razao e simples; é por que eu não aprovava o acto do s. exc. Neste interino entrou um sr. na salla em que estavamos e o sr. bispo levou-me para uma outra que ainda estava as escuras. Logo que ahi chegamos continuei dizendo que não approvava o procedimento do sr. bispo, porque o Liberal nunca escreveo contra a religião, e que era uma calumnia dizer-se que os liberaes maquinavão contra a religião e contra o altar, pois todos na liberaes são catholicos, apostolicos romanos, muito embora a Boa Nova os cobrisse de baldões infamantes. S. exc. era tom ameaçador interrompeu-me dizendo que a Boa Nova não fallara nada dos liberaes, e se eu não admitisse a doutrina da dita portaria, não era padre catholico. Sou padre catholico, apostolico romano, continuei, mas não posso admittir que para punir aos que censurão para actos de v. exc., queira v. exc. matar o partido a que pertenço amordaçando o seo orgão na imprensa. O Liberal do Pará nunca pregou doutrinas contra a religião catholica, apostolica romana, e a cabocla do portuguez Guiherme Braa não está concebida no sentido que v. exc. emprestou-lhe só para fazer cair o odioso sobre o partido liberal. - Nem eu nem a "Boa Nova", replicou o sr. bispo, ós temos occupado do partido liberal, mas do directorio que se tornou solidario com a redacção. - Pois, sr. bispo, calumniando-se e procurando-se por todos os meios lançar o odioso sobre o directorio, composto de cidadãos respeitaveis que professão a religião do estado, assim como todos os liberaes, poderia eu, que sou liberal, deixar de prestar adhesão ao directorio do meo partido para prestar a portaria de v.exc.? - Basta interrompeu-me o sr. bispo, tudo acceso em ira; o sr. não é padre catholico appostolico romano! - Sou catholico apostolico

> romano; o que parece não ser catholica apostolica romana e a portaria de v.exc. Saimos dessa salla, que já estava bem escura. Quando vinhamos pelo corredor, ouvi da bocca do virtuoso prelado ex.oretuo te judico! Entramos na salla onde haviamos deixado a visita e sua exc. acompanhou-me até a escada onde com tom imperioso me disse: "sr. padre Felix, em atenção a sua dignidade sacerdotal o acompanhei até aqui". - Muito obrigado, sr. bispo, são bondades de v.exc. respondi-lhe eu. Então sua exc. mencando a cabeça e fingindo-se entermecido, repetio: Tu és sacerdos in internum secundum ordinem Melchisedech. Eis todo quanto ao passou na conferencia que honem tive com sua esc. revdm. Hoje, á uma hora da tarde, quando lhe recolhi do collegio do sr. conego Rocilia, onde foi examminar os alumnos de ... philosophica, meo irmão entregou-me um officio, dizendo-me é o alfange episcopal que cae sobre a sua cabeça e a do nosso amigo padre Benedicto. Abri o officio e achei a seguinto: - Portaria - Pela presente suspendemos ex-informata conscientia do exercicio das sagradas ordens o revd. padre Felix Vicente de Leão. - Paço episcopal do Pará 25 de novembro de 1872. ANTÔNIO BISPO Saiba pois o publico que estou suspenso por não querer prestar adhesão à portaria de 2 de dezembro do anno passado, cujos considerandos são mentiras, calumnias e aleivosias engondiradas e apresentadas pelo mais virtuoso dos bispos brazileiros, com o fim de apparentar de justo esse parto de odio irreconciliável aos que conscios da propria dignidade, não se sujeito à obediência passiva. Belém, do Pará 20 de novembro de 1872. Padre Felix Vicente de Leão[174]

Tolerância não era o forte do episcopado ultramontano, ciente do poder investido, disciplinava o clero quando este se mostrava arredio à orientação do bispo. Dizer-se bom católico apostólico romano deveria combinar com as diretrizes do múnus episcopal, pois este era a autoridade, não cabendo recurso como se a igreja fosse um mero poder civil. Ao disputar as lealdades, D. Macedo requer exclusividade para esfera espiritual, não permitindo dúvidas quanto às determinações exaradas, o mínimo a esperar era a concordância do clero no combate à cultura liberal na forma que esta se manifestasse; muito menos o clero podia agir como um livre-pensador confiando apenas na sua consciência, desprezando a doutrina estabelecida pela igreja ultramontana.

Desacreditar o credo liberal foi o objetivo do episcopado nacional em formação, em cada diocese as críticas desfiadas alertavam a população católica dos riscos da perdição; a ordem política assim como os costumes, na visão da hierarquia, estavam ameaçados pela subversão dos valores quando a forma mais terrível do liberalismo – a maçonaria, infiltrava-se em todos os espaços institucionais do estado após penetrar no seio das famílias, convulsionando até a sociedade secreta com a introdução de mulheres. O jornal A

[174] O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 28 de novembro de 1872

Boa Nova, na condição de sentinela do bispo denuncia esta corrupção ao rebater o jornal Pelicano, confessamente maçom, por apresentar ao público as conversões de "maçonas, maçoas ou maçãs, pertencentes a Estrella do Oriente", mas não sem um fustigar o "liberanga-maçom" por confiarem seus segredos "a pessoas tão discretas e já terem nymphas do perfeito amor"[175]. As mulheres desempenhavam uma fortaleza da igreja ao avanço das idéias do século, sobre elas foram erguidos aríetes pela segurança da sociedade tradicional. As alterações nos costumes se processavam em larga escala, o contato das mulheres com esta realidade nova possibilitava a incorporação destes valores da cultura liberal, somente uma pastoral a cativar as católicas poderia resguardá-las desses males, mas havia outro objetivo na injunção do bispo ao discriminar esta conversão maçônica, isolar o campo liberal, particularmente a maçonaria das relações da igreja. Só com uma ação de depuração a igreja poderia alcançar sucesso, embalando os católicos na mensagem tradicional, amparados nos exercícios de penitencia, D. Macedo ressuscitava a doutrina, a liturgia e toda vasta concepção da igreja sobre a esfera espiritual dominando a esfera secular.

A notícia suscita duvidas sobre a eficácia da pastoral, pois nem todas as mulheres foram sensibilizadas pelo apelo do bispo, restando a este tratar essas mulheres como avessas a sua autoridade e como tal associá-las à "súcia" da maçonaria. Enquanto os opositores advertem ao bispo pelo excesso de linguagem ao designar as filhas, mulheres e famílias dos maçons; pois poderiam colocar à mostra os vícios dos associados do antiste.

Se as acusações da igreja à maçonaria eram bastante virulentas, não menos malignas eram as denuncias proferidas pela pena liberal. Inculpar a igreja de socialista e comunista foi uma das incriminações lançadas no século XIX para desqualificar as proposições da religião oficial do império. Repercutindo na província do Pará os acontecimentos na Europa, os liberais mobilizaram até um adversário, o príncipe de Bismarck, para posicioná-lo na guerra contra a igreja, desancando mais uma vez o alvo preferido – o jesuíta. Segundo a troca de correspondência com a Alemanha, o unificador da confederação ocupou-se pessoalmente com a denuncia "que os jesuitas europeus se filiarão na internacional de Londres".

De campeões da tradição, os jesuítas se tornaram defensores da Associação Internacional dos Trabalhadores a ponto de serem apresentados como pregadores da doutrina socialista. Tomando por prova para acusação um sermão de domingo, na Sé, quando uma diatribe "contra os homens ricos, Monsenhor Brado ao Povo dizia aos fieis ouvintes: - os ricos não se confessão; os ricos não ouvem missa; os ricos não dão esmolas, os ricos são libertinos; os ricos são herejes"[176]. Doutrinas tão distantes foram aproximadas pela cultura liberal,

[175] Arquivo da Arquidiocese do Pará. BOA NOVA, Belém, 27/11/1872, nº 75.
[176] Hemeroteca da bibliotece Pública Arthur Vianna. O Liberal do Pará. 19 de fevereiro de 1873, n. 4l, p. 1a. Neste artigo os liberias acusam o pasquim Brado ao Povo de ser um emulo do jornal oficial do episcopado - Boa Nova.

ignorando as muitas diferenças, sobretudo as críticas à igreja feita pela Internacional; obviamente a igreja percebeu aonde poderia chegar o indivíduo enriquecido na modernidade, quando as rédeas da consciência pareciam ter se afrouxado para logo abandonar a religião, contudo diluí-la no conjunto da censura ao capitalismo somente o espírito de sectarismo para justificar esse proceder.

Críticas contra a propriedade não eram exclusividade dos membros da Internacional, do campo da tradição houve vários questionamentos quanto à subversão da ordem. A preocupação da igreja com a irreligião das classes ricas não era para fomentar o levante das classes subalternas como sugeriu o periódico liberal, mas para demonstrar como esta riqueza material afastava o indivíduo da esfera espiritual.

Cabia ao bispo supervisionar a atuação do clero, ensinar a doutrina e admoestar aos católicos liberais e liberais católicos quanto ao conteúdo profético da missão da igreja na esfera da secularidade a ligar esta dimensão com a esfera da espiritualidade. Quando o Brado ao Povo exortava os fiéis a manterem-se afastados da cultura liberal, imprimia uma diretriz do bispo diocesano, sem necessariamente estar subsumido a este, revela sim a intervenção do campo católico capaz de mover-se com autonomia ao defrontar as limitações impostas à igreja. Esta postura foi característica do ultramontanismo investido nas dioceses do Brasil e em outros países, Disso deriva a solidariedade aos trabalhadores, embora tímida à concentração de renda, bem como a aliança com a tradição monárquica em França e Espanha assoladas por movimentos revolucionários e republicanos; da pressão contra o confisco de suas riquezas e bens enquanto lutava para manter-se como líder dos camponeses empobrecidos no México; da recusa em ceder seu poder político na Itália unificada contra o poder temporal e atemporal do papa; da insubordinação dos católicos a hegemonia protestante alemã, sobretudo quando esta era identificada como signo estrangeiro[177].

A historiografia brasileira sobre o período foi fortemente impregnada da visão republicana e liberal dos acontecimentos da Questão Religiosa, isto a fez reduzir a escala e o significado do conflito na formação do episcopado nacional como líder e interprete da igreja universal. Heitor Lyra chega a afirmar ser a altercação do estado e igreja produto da impetuosidade dos jovens bispos[178], esse juízo só refletia D. Vital, aquela altura D. Macedo já tinha 12 anos ocupando sua diocese e a exemplo de outros destituía a maçonaria de qualquer validade. A sugestão da auto-suficiência do estado para secundar a igreja não encontra acolhida plena como revela a correspondência do estado com a igreja para implementação da

[177] A interpretação da igreja voltada à tradição empobreceu as muitas minúcias do programa desta para a sociedade moderna, em que pese sua rejeição, houve mediações e interações importantes com a sociedade moderna, contudo o projeto liberal estave pouco disposto a fazer concessões como informa O Liberal do Pará. 01 de março de 1873, n. 49, p. 1a.

[178] Lyra, Heitor. História de Dom Pedro II. 1825 - 1891 (vol. II. Fastgio). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p 332.

lei do ventre-livre, nem a pretensa oferta de D. Pedro em conciliar o papa Pio IX com o rei Vitor Emanoel pode ser tomado como uma justificativa para o embate em torno da pendência das irmandades ordenadas pelas esferas secular e espiritual a um só tempo; ademais, convém salientar o princípio do padroado a que se agarrou o estado para forçar a igreja a aceitar o beneplácito, enquanto esta sustentou a idéia da supremacia espiritual sobre a esfera secular neste quesito, findando Heitor Lyra por responsabilizar os dois bispos e Rio Branco pelo conflito. O último, Presidente do conselho de ministros, só aceitou a comutação da pena mas não transigiu a aplicação da lei do estado, embora se considerasse bom cristão e maçom. Duas fidelidades não satisfaziam nem a igreja nem o estado, a reprodução da Questão Religiosa continuou a delimitar junto a outros debates o possível III reinado.

Guerra esteve na mesma linha de inculpar a igreja pela confrontação com o estado [179], bem como assinalar a disposição particular dos bispos de Olinda e Pará na exacerbação da luta no império ao implementar as bulas contra a maçonaria não placitadas pelo governo. A tendência entrevista pelo autor assentava-se na desconfiança crescente com o modelo confessional abrigado no estado. Altar e trono estavam fundidos na constituição de 1824, com competências administrativas e civis recobertas por funções religiosas, mas o inconformismo de grupos liberais emergentes subverteu esta aliança; se outrora os desafios das ordens à empresa colonial puderam ser vencidos com a expulsão das mesmas, no segundo reinado era preciso subordinar a hierarquia católica para solidificar a monarquia como tradição enquanto restringia mais espaço da igreja no bloco de poder. As relações entre igreja e estado conheceram seu limite quando sofreram a interseção da problemática escrava, apesar de continuarem formalmente, tiveram de apurar os limites das jurisdições respectivas. Paradoxalmente, diante da validação da reciprocidade mútua a aliança ruiu.

[179] O percurso da Questão Religiosa é apresentado por Guerra desde a influencia De Maistre na França sobre a cultura católica ao reconhecer nesta religião a forteza contra o mundo moderno, embora a infalibilidade do papa tenha sido uma precipitação do concílio ela é uma conseqüência do processo de verticalização da igreja. Vários bispos estudaram em S. Suplicio, sobretudo os brasileiros, o diferencial foi a formação inicial do contestador do catolicismo Ernest Renan em 1843-1845, D. Macedo lá esteve entre 1854-1856, D.. Vital em 1862 ali estudava. D, Macedo dizia ser esse o primeiro seminário do mundo e escola de virtude, anteriomente vivia sob as normas do galicanismo. O arcebispo de Paris chegou a abençoar o Marechal Magnant, Grão-Mestre da Grande Oriente da França, portando as insígnias da maçonaria, já cadáver, em 1865, período quando D. Vital estava no convento de Perpgnan. Esta postura foi repreendida por Pio IX. No conflito da hierarquia religiosa católica com o poder civil e a maçonaria, esta teria usado sua influência para contranger a igreja. Guerra arrola pronunciamentos contra a maçonaria como o caso de Barbosa Lima Sobrinho ao restingir a governança de duas dioceses opondo ao imperador e a Rio Branco, homesns regalistas e ciosos de suas prerrogativas(p. 16), enquanto traz o testemunho de Rui Barbosa já convertido em católico praticante para testificar o problema do catolicismo como religião oficial, depoimento mais restrito colhido pelo autor foi a transformação da Questão Religiosa em Questão Vitalista segundo Hélio Viana. GUERRA, Flávio - A questão religiosa do segundo império brasileiro. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1952.

Dissertando sobre o segundo império, Spencer Maciel confirmou a trilha da historiografia brasileira ao eleger a igreja como um agente conservador na modernidade[180], inventariando os debates sobre casamento civil, cemitério civil, registro civil, instrução religiosa e liberdade religiosa aponta os bispos como reticentes às transformações na legislação e as práticas do padroado de subtração da direção da igreja sobre o clero e o templo. Tensionando a igreja, o estado conquistava mais capital para solidificar o poder civil dependente do império como se observa em Montenegro ao sustentar que a monarquia se servia da maçonaria para imprensar a igreja, aproveitando-se de suas convicções para mover guerra ao altar[181]; mas não convém ressaltar esta tese, pois a maçonaria se via em contradição, se por crença fazia diatribes à religião, nem por isso se esquecia da pertença de muitos de seus membros à tradição, no Brasil sendo sobretudo católicos, como reconhecia o próprio Saldanha Marinho ao arengar o bispo do Pará.

> A MAÇONARIA, O BISPO DE PERNAMBUCO E O GOVERNO. Por cartas que recebi de Pernambuco tive conhecimento de que alli se pretende processar e punir por supposto crime de desobediencia, a quantos, comprehendendo a illegalidade e desacerto do procedimento do sr. bispo daquella diocese, e zelando a sua honra e dignidade, não se prestarão a obedecer aos desmendos praticados. Se tal se verificar, o que me custa a crer, não pela timidez dos obsecados redactores, mas pela gravidade das consequencias que podem surgir, caberá ao governo do imperador toda a responsabilidade pelos desastres quasi inevitaveis que hão de seguir-se a essa louca tentativa de barbarisação politica e social e a esse intolerante espírito de perseguição. Pela minha parte direi aos meus convincianos, aos meus amigos, e a todos aquelles com que me acho ligado pelos ... da confraternidade maçônica, que na ... criminal que nos rege está consagrado o principio da resistencia a quaesquer ordens legaes, e que ella sujeita os que as cumprem ou lhes obedecem as mesmas penas afflingidas aos que as pedem. Não devemos, nem podemos submetter-mos aos caprichos de quem quer seja. Na provincia do Pará, do mesmo modo que na de Pernambuco, já se levantou tambem, em nome de Christo, o brado feroz e selvagem de MATA PORTUGUEZ - MATA ...! O respectivo bispo dessa diocese applaude e anima o seu collega a proseguir na cruzada do exterminio contra os maçons, e attribuindo a existencia dessa sociedade á influencia e á adhesão dos cidadãos portuguezes, domiciliados entre nós, açula contra elles a colera satanica dos apaniguados das sacristias. A propaganda clerical reaccionaria, que procura assim tornar odiosa a propria religião do Martyr do Golgotha, ha de errar o seu alvo. Nesta questão não ha portuguezes nem brazileiros, ha christãos que prezão e honrão a sua crença religiosa, máo grado a deshonra que sobre ella fazem resaltar os modernos sycophantae, ha homens livres e dignos que não estão dispostos a abdicar e a renegar nem

[180] BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. v.6. São Paulo: Difel, 1985, p. 338-365.
[181] Montenegro, João Alfredo. Evolução do catolicismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972, p 82-86.

> da sua fé, nem da sua dignidade, nem do seu direito ... A resistencia ha de ser commum e universal. A bandeira uma só - a da liberdade de consciencia contra os fanativos sacerdotes da ignorancia e do bezerro de ouro. Prezo-me de ser christão, como me prezo de ser maçon. Declaro-me, pois, solidario com os perseguidores. Joaquim Saldada Marinho. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1873.[182]

Para Montenegro a questão tratada era de política do poder civil e não uma questão doutrinária, reforça o argumento de uma disfuncionalidade grupal da hierarquia católica no Brasil imperial como causa da Questão Religiosa, segundo seu entendimento foram apenas dois bispos os revoltosos chamando a tenção para inação dos outros membros do episcopado.

Esta tese sustenta um conflito entre o poder civil, através da maçonaria, e tão somente dois prelados, não compreendendo a importância da organização da estrutura da hierarquia católica no Brasil. Aparentemente foi nas áreas periféricas que o choque se efetuou pela determinação de D. Vital em suspender a Ordem Terceira do Carmo por conter maçons entre seus filiados, seguido por seu irmão no Pará, D. Macedo, em solidariedade ao programa ultramontano em curso nestas dioceses. Caso fosse um disfuncionalidade intragrupal a igreja teria os meios para disciplinar a intervenção dos antistes rebeldes, contudo não se captou a independência entre as dioceses na ausência de uma liga a conformar a espinha dorsal do episcopado nacional; isso foi alcançado com o ultramontanismo, permitindo unidade programática e pastoral para determina a constituição do campo católico.

Infiro não um conflito na hierarquia, mas uma concorrência entra os antistes pela liderança do episcopado. As ações de cada bispo só tinham validade em sua diocese, no entanto, ao confrontar o estado com a desobediência ao poder civil, Olinda e Pará irromperam a organização eclesiástica do Primaz na Bahia e do Capelão-Mor de Sua Majestade Imperial no Rio de Janeiro. Mariana já tinha um venerável respondendo pela população católica mais expressiva do Brasil, mas por sua natureza perseguia a reformulação do catolicismo colonial. São Paulo era novo ainda na diocese, tanto quanto Olinda; Maranhão, Goiás, Fortaleza, Cuiabá e Rio Grande do Sul devia haver-se com a maçonaria e as pretensões do poder civil nas províncias. Todos os irmãos do papa descobriram-se feitos do mesmo barro e voltados à causa santa da revisão das relações estado e igreja, cabendo aos lideres a eleição de um projeto de catolicidade fundado sobre uma hierarquia do episcopado nacional a mediar as relações com o poder civil e Roma.

---

[182] (O Liberal do Pará. 12 de março de 1873, n. 57, p. 1a.

O episcopado do segundo reinado já vinha descobrindo uma essência terrena ao serem testados no embate com o poder civil, o caso dos seminários, as recriminações à legalização dos casamentos protestantes, a polemica dos registros civis e cemitérios civis já emprestaram uma solidariedade ativa com os destinos da igreja, faltando um elemento místico a despertar o élan dos bispos, o martírio ofereceu esta fusão. A concorrência dos antistes pela liderança do episcopado passou ser a processada na Questão Religiosa aprofundando o ideal do apostolado em busca de conquistar o campo católico ameaçado pela intromissão da cultura liberal. Acreditando na unção do episcopado, Olinda e Pará confirmaram seu compromisso com o ultramontanismo, apresentando um guia de procedimentos para apartar de vez a religião oficial do estado dos erros do século, bem como depurar o catolicismo dos modos de "ser católico" tradicional, popular e ilustrado.

Como os bispos foram talhados no modelo do ultramontanismo compreendiam razoavelmente a importância da intervenção coletiva para assegurar a preponderância da supra-identidade católica sobre as demais experiências de fé dentro da convivência católica, haviam absorvido o significado da hierarquia da Sé de Roma sobre as outras dioceses, mas aprenderam a relevância da identidade do episcopado nacional movido pela cultura do mártir quando as interpelações ao estado convergiram de maneira centrípetas. Nunca é demais recordar o caso do padre Almeida Martins como a semente da discórdia da igreja com a maçonaria, elevando o conflito da hierarquia com o poder civil. Circulava entre as dioceses os muitos óbices à presença de membros da maçonaria nos bancos das igrejas, se eram tolerados na convivência quotidiana, já não o eram nas determinações doutrinarias e pastorais, sendo amiúde denunciadas como fonte de erro e opróbrio da religião católica.

Revezando e concorrendo entre si, os bispos lançaram pastorais contra a maçonaria de seus próprios punhos, reproduziram as demandas da Sé, inflamavam os jornais católicos com as objeções ao maçom livre-pensador. Útil perceber o Rio de Janeiro como mais um irradiador da reprimenda aos maçons à época da Lei do Ventre-Livre; D. Lacerda, contudo, não foi o único bispo a disciplinar o clero maçom ou aos fies insurretos à autoridade da Sé; vários foram os exemplos de condenação. D. Vital ao discriminar a maçonaria da Irmandade do Santíssimo Sacramento ameaçando com excomunhão agia em conformidade com sua consciência e com a pastoral ativa da romanização, tanto quanto D. Macedo o fez ao declarar interditada a capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia.

Tentar reduzir o alcance da Questão Religiosa foi uma tônica bastante acentuada, Silveira da Mota no Senado trata a divergência como uma Questão de Opa[183], referindo-se às vestes distintivas das ordens e irmandades no seio do catolicismo acrescidas dos privilégios aos

[183] Discurso no senado em 26/7/74, citado por BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. v.6. São Paulo: Difel, 1985, p. 341.

pertencentes a estas agremiações. A sociedade do império não havia sido dessacralizada, o pertencimento as irmandades era um elemento de integração aliado á distinção; isto conferia à igreja e ao estado uma sanção de reconhecimento à cidadania religiosa e política. Discordo da compreensão de Roque Spencer sobre a condição de cidadão ser um atributo da igreja ao sancionar a entrada na sociedade civil pelo registro religioso, pois o tal registro compreendia a dupla lealdade e não a sobreposição da esfera espiritual sobre a esfera secular. Se a igreja sustenta esta interpretação, seus adversários foram capazes de demonstrar ser a religião da tradição fundada no padroado e seguramente não no ultramontanismo, a legislação antes reconhecia o primado do estado sob a religião derivando desta conotação o conflito com a hierarquia.

Sabiamente a igreja precisava legitimar suas pretensões terrenas ganhando os favores do céu para confirmarem suas prerrogativas, até os católicos liberais deram exemplos de como a igreja estava (e está) apoiada na revelação[184], sem o conteúdo místico a religião perderia seu fundamento e transformar-se-ia em filosofia tendo de concorrer na sociedade moderna com outras cosmovisões. Atento a essa condição da esfera espiritual, D. Vital demonstra como a suspensão na parte religiosa não afetava a parte civil devido à natureza distinta e superior da mesma, por isso desconsidera o beneplácito ao proferir penas espirituais e afirma não haver alívio para estas na esfera secular[185]. Diante da negativa do bispo de retroceder em seus atos, o poder civil obrigou-se a enquadrar a hierarquia da religião oficial para restabelecer a primazia do estado conforme a tradição regalista pactuada na constituição de 1824, além de contrapor-se ao Concílio Vaticano e a proclamação da infalibilidade papal.

Não havia ainda um mercado de fé no Brasil, nunca é demais lembrar a condição católica do país, aqueles membros das organizações maçônicas requeriam sua filiação ao cristianismo como ficou atestado por vários depoimentos na imprensa; graças à convulsão do decreto de Olinda seguido por Pará permitiu uma aproximação nas lojas Lavradio e Beneditinos, capitaneadas por Rio Branco e Saldanha Marinho respectivamente; atribuindo a psicologia dos envolvidos sob o manto do voluntarismo ou da ortodoxia, Buarque de Holanda cita a pertinácia de D. Pedro II em recusar pagamento das côngruas aos bispos condenados, interpondo vários óbices à soltura dos bispos só relaxando pela pressão de Cotegipe e

[184] Discurso na Assembléia nacional de Pinheiro Guimarães em 19/5/73, citado por BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. v.6. São Paulo: Difel, 1985, p. 343.

[185] Consta na resposta de D. Vital ao governador da província sobre o interdito às irmandades a negativa sobre a necessidade de validação pelo estado dos cânones da igreja. BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. v.6. São Paulo: Difel, 1985, p. 344.

Caxias[186]. Nesta época a conflagração pública não cedia e nos teatros se popularizam deboches a igreja com a encenação da peça *Os lazaristas* de Antonio Enes[187].

Vilhena de Moraes ocupou-se dos padres políticos, sobretudo padres maçons como animadores da revolução pernambucana[188], contra os quais a hierarquia da igreja investiu para não ver a doutrina de condenação das sociedades secretas divididas pelas tendências do clero como ocorria no regime do padroado, esta situação foi interpretada por Dornas Filho como fruto do liberalismo e da herança portuguesa do regalismo por invocar uma religião oficial do estado[189] sem ser observado o direito da igreja ao pleno governo da religião gerando conflitos com o estado, contudo essa crítica feita pelo pensador católico não chegava a reconhecer as vicissitudes da separação estado e igreja. Escrevendo na década de 1930, Dornas Filho não estava distante da percepção romântica da união estado igreja como era apresentada por Croce[190], somente as concordatas colocaram termo às discrepâncias sobre o governo da igreja sem entretanto suprimir as tentativas de validação da supremacia moral da igreja sustentada com afinco pela hierarquia.

Farta era a idéia de um catolicismo de exterioridades ou de aparências, na prática as representações da devoção aos santos não foram percebidas como sublimação da experiência religiosa dentro da convivência da igreja católica, as descrições dos rituais chegam a reduzir o católico à devoção. Thales de Azevedo captou a importância do catolicismo popular na constituição histórica do Brasil[191], essa condição foi antevista pelos bispos e dela fizeram ferramenta para confrontar o estado. Não afirmo ser homogênea a interpretação da hierarquia sobre o caráter do catolicismo popular, mas fica fora de dúvida a monumentalidade de sua expressão como atestam vários viajantes no século XIX[192]. As desconfianças com este

---

[186] A coleção de uma história geral do Brasil, dirigida por Buarque de Holanda, apresenta um esforço de síntese natrrativa do final do século XIX feito pela pena do diretor, ali encontramos o drama da Questão Religiosa cristalizado como um descompasso entre a união estado e igreja. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. v.7. São Paulo: Difel, 1985, p. 152-174.

[187] Durante a década de 1870 esta foi uma estratégia da maçonaria para desqualificar a igreja, particularmente o jesuitismo, face mais reticente à modernidade e a sociedae liberal. Monteiro usou este referencia para captar as fronteiras do debate ideológico causado pela censura à peça em 1875 pelo Conservatório Dramático Brasileiro representando uma vitória para as forças da tradição. O fato de a autoria ser de português mobilizou outra faceta do problema como o controle do comércio e das ativiadades desenvolvidas por estes, combinado com as filiações de portugueses às lojas maçônicas causando protestos de grande envergadura como o MATA PORTUGUÊS já aludido no Liberal do Pará (ver nota 45). Monteriro, Vanessa Cristina. A querela anticlerical no palco e na imprensa : "Os Lazaristas". Campinas, Instituição: Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Estudos da Linguagem: Dissertação (mestrado) UNICAMP SP, 2006.

[188] Moraes, Eugenio Vilhena O Clero e o Patriotismo no Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929.

[189] DORNAS Filho, João. O padroado e a igreja brasileira. São Paulo: Companhia Editora. Nacional, 1938.

[190] Croce, Benedetto. Historia de Europa en el Siglo XIX. Barcelona: Ariel, 1996.

[191] Azevedo, Thales. O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

[192] Pe Carlos Barromeu citou duas fontes significavas do espetáculo da religiosidade católica na Amazônia a epoca do império, a saber; Roberto Ave- Lallemant Miene Reise durch Nordbrasilien in Jahre. Liepzig 1860, 2 vol, p 29 com a seguinte descrição " Diante da igreja de Nazaré as moradias e a

catolicismo eram latentes, Comblin[193] diz que não houve reação da hierarquia ao iluminismo, senão pelo aparecimento de D. Vital, e quando este o fez sequer teve a adesão do clero, tendo de bater-se pela causa da igreja ante uma classe intelectual incrédula por ter sido formada nos quadros da ilustração embora não sendo arredia à igreja. Por ser o iluminismo um fenômeno de importação, as elites abraçam a idéia de progresso tal como teria ocorrido na Escandinávia e desertaram do povo que sem ter quem os regulasse ficou livre para dirigir seu catolicismo; na visão do autor esta postura era merecedora de censura e a cura deste mal foi a importação do catolicismo europeu no final do século.

Todavia a tensão da hierarquia com a maçonaria não era casual, no mundo se espraiava a negação entre a institucionalidade política de uma religião oficial e a ruptura do regime de união[194]; queria a igreja dirigir o povo no terceiro reinado depurando os modos de "ser católico" afeitos à independência deste controle, os bispos passam a convergir parcialmente no método de exprobrar os maçons a abandonarem sua filiação e submeterem exclusivamente sua consciência à doutrina ultramontana. Com efeito, a Questão Religiosa no segundo reinado foi adensado pelo esforço de D. Vital em não transigir com a convivência religiosa dos católicos maçons no corpo da igreja. Esta postura promoveu uma solidariedade ativa do episcopado gerando em contrariedade vários pronunciamentos das lojas nos jornais maçônicos.

Rio de Janeiro, Olinda e Pará anunciaram a disposição para luta, a intolerância com a maçonaria tornou-se objetivo da composição do campo católico. Os reveses colhidos pelos bispos foram expressivos, vários membros do clero não comprometeram nenhuma simpatia com as teses ultramontanas; ao contrário, cerraram fileiras com os maçons bem instalados nas irmandades e nos postos do estado. A novidade não foi a discórdia entre igreja e maçonaria, mas os atos dos interditos sobre as capelas sobrepujando as declarações anteriores dos antistes, sinalizava não haver retrocesso com a tomada de decisão, transformava o preceito em ação política dos bispos no governo da igreja no Brasil como representante do universalismo católico.

---

vegetação tomam toda sua beleza. Nessa pequena igreja, com praça verdejante, celebra-se todos os anos uma grande festa em comemoração da milagrosa intervenção da Santíssima Virgem num naufrágio e perigo de morte. Por isto nesta festa um barco é levado em solene procissão de Nazaré e oferecido à mãe de Deus. Toda cidade sai, e regozija-se, banhada em suor, nesse ambiente trópico-europeu", confirmadas pelas impressões da princesa Teresa da Baviera em 1888 registrado na obra Meine Reise in den brasilienischen Tropen, Berlim, 1897, p 38. Ver: Ebner, Pe Carlos Barromeu. A imagem de Nossa senhora de Nazaré na Amazônia. REB , VOL 17, FASC 1, Março, 1957, 122-125.

[193] Comblin, Pe José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. REB , VOL 26, FASC 3, Setembro, 1966, 574- 601.

[194] Oliveira, Ramos. O conflito maçônico-religioso de 1872. Petrópolis: Vozes 1952. Viveiros de Castro, "A Questão Religiosa", in Contribuições para a Biografia de D. Pedro I, parte 1a., Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925, p. 478-479.

As rinhas confirmavam a dificuldade da igreja para manter-se no bloco de poder devendo lealdade ao estado e a Sé de Roma, optaram por confiar na orientação ultramontana na qual foram sagrados estatuindo a recusa à maçonaria. As pastorais ganharam peso na definição de orientações programáticas e condutas dos católicos, independente das provocações ou das tentativas de intervenção do governo composto por católicos maçons como era o caso do ministro do império João Alfredo Correia de Oliveira[195]. Apelando ao estado, as agremiações católicas e civis esperavam dobrar a cultura ultramontana para estabelecer pactos de convivência abrigados na supra-identidade católica, diante da posição inalterável restou o pronunciamento, a prisão, o julgamento coberto por um processo de agitação na imprensa, no parlamento, na igreja e nas famílias para destituir a legitimidade dos bispos no governo pleno da igreja. A condenação dos bispos no Supremo Tribunal de Justiça a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, embora conquistando a comutação da pena pela pressão sobre o governo não foi capaz de derrotar a liga a reunir o episcopado nacional, cada vez mais próximo, a hierarquia da igreja soube mover-se como um corpo.

Disciplinar a hierarquia dentro do território nacional foi um horizonte estabelecido pelos estados através da redução das rendas e da inferiorização das ações no corpo de estado como secularização dos registros enquanto secundava as simbologias de iniciação e morte na sociedade moderna. Só com a ampliação da história da chamada Questão Religiosa podemos entender a luta entre a cultura liberal e a cultura ultramontana[196]. O papado já tinha sobre si bastante pressão pela marginalização do poder temporal sofrido com a unificação italiana e teve de lidar com o problema adicional dos estados estarem promovendo ajustes no bloco histórico, cujo limite era supressão de parte do poder exercido

[195] Em carta em 15 de fevereiro de 1873, João Alfredo sugere a D. Vital ser mais contemporizador para alcançar seu intento, dizendo o governo estar disposto a auxilia-lo inclusive com ajuda financeira, porém para não ser preso em uma possível armadilha, o bispo de Olinda diz estar convicto na orientação pois era escudado nas posições da igreja e preferia as penalidades a ser desautorizado pela maçonaria.

[196] O religioso Viotti ao se interrogar como poderia ser o terceiro reinado, sobretudo quando os críticos da igreja receavam sua influência sobre a suposta carolice da princesa Isabel; este panorama era complexo diante das limitações impostas à igreja, demonstrando ser um confronto mundial entre as culturas liberal e ultramontana; exemplifica o México de 1872, após a morte de Juarez, não aplaca a perseguição aos direitos da igreja; no Equador, assassinado Garcia Moreno, presidente protetor do catolicismo, ficou a igreja a merce dos seus algozes; o sectarismo anticatólico na Espanha com a revolução de 1868, desaguando na efêmera república; a França de 1871 viveu a Comuna de Paris, e depois desta derrotada, a presença de protestantes no governo e as prescrições contra os privilégios católicos não autorizavam bom alvitre; a revogação da concorda na Áustria em 1870; na Suíça, deposto e desterrado em 1872, Mons. Mermillod; as leis de maio em 1873 pelo ministro Falk na Alemanha; a Itália Mazzini, Cavour e Garibaldi pela brecha da Porta Pia em 20/9/1870 fizeram ruir o poder temporal do papa. Todos esses acontecimentos serviam para certificar uma crise de grandes proporções. O autor descreve um subproduto para justificar a Questão Religiosa devido aos brios tocados pela quezila sobre a recusa do reconhecimento de mediação na Questão Romana por causa do oferecimento feito por D. Pedro, em resposta este foi tratado por Pio IX como conde de Bragança (hipótese refutada por biógrafos de D. Pedro II), mas sustentada por D. Vital no Resumo Histórico da Questão religiosa do Brasil, Roma 18/12/1875, apud Antonio Manuel do Reis, O bispo de Olinda perante a História, Rio, 1878, p 742. A. Pougeois, Historie de Pie IX, Paris, t IV1880, p 264-265; Pedro Calmon, A conciliação entre o papa e a Itália, O Cruzeiro de 15/10/1960). Pe Hélio Abranches Viotti, Pio IX e o Brasil. SJ. REB, VOL 2, FASC 3, setembro, 1963, 659-680.

em conjunto até então; da parte governo brasileiro foi enviada a Roma o Barão de Penedo com curtos poderes para negociar com a Santa Sé, traduzindo o caráter regalista da ação. Em duas frentes tentava esvaziar a legitimação dos bispos via esfera secular com o processo, completado com o indeferimento do papa na esfera espiritual. Para defender posições tão duras, o diplomata brasileiro usou do ardil de escamotear as ameaças abertas do governo e sultimente responsabilizava os arrojos do jovem bispo pela contenda.

O acossado papa não podia mais mobilizar exércitos como seus antecessores, nisso confiavam os estrategistas do estado, a condução de Pio IX ao córner esperava poder confirmar o poder civil sobre o poder religioso com a anulação de qualquer solidariedade do papa à hierarquia da igreja no Brasil. O episcopado nacional estava confortável por estar aplicando a doutrina sem considerar as exigências civis do deferimento do placet, logo a paz almejada deveria observar não o momento anterior à crise e sim a condição política de unificação dos bispos em torno de princípios conforme o credo ultramontano. Ao saber da prisão dos bispos, qualquer possibilidade compromisso foi à vala, além de ficar explicito o expediente oportunista do governo manifesto no protesto do InterNúncio Apostólico ao ver rebaixada a imunidade eclesiástica, oferecendo um mote positivo para unidade no episcopado nacional como demonstram as seguidas exortações ao catolicismo irmanado na intervenção sobre a maçonaria, concordando até em seguir o mesmo destino[197]. Em consonância com a

[197] A prisão dos bispos obrigava prestação de solidariedade com o apostolado ampliado pelo apoio do clero, seguido pelo laicato como demonstrado em 24/2/1873 pelo Dr. Francisco Paula de Toledo e o Pe Antonio Moreira de Siqueira, presidente e verador da câmara de Taubaté, no vale do Paraíba, em apoio ao papa (Félix Guisard Filho, Atas da Câmara, IV(1869-1879). Foi responsável também pela edição de As Cartas do S. Padre Pio IX e de Frei Caetano de Messina Correio Paulistano de 16/9/1934). Cardeal Antonelli é tido como sinuoso por Voitti, na prática era quem operava como chanceler e fazia as tratativas diplomáticas da Santa Sé como os estados. Por outro lado, quando diretametne era o papa quem se pronunciava, o autor tende a apresentá-lo sem as limitações de um embaixador como na correspondência de agradecimento aos católicos de Taubaté, Pio IX vai direto ao ponto, representa os frano-maçons manipulados pelo demônio dissociando da tutela da igreja as energias nacionais, impulsionados a partir de um esforço do inferno, um governo temporal despojado do interesse da religião, ocasionando o estabelecimento de leis quando na verdade são aqueles que lhe devem obediência, isto permitiu a união dos bispos em torno do papa; pois os católicos em massa, até aqueles heterodoxos, se voltam para igreja naquela hora de opressão, louva a atitude contra "a arvore da maçonaria esgalhou lastimosamente a sombra negranda de seus ramos"; e convoca a hierarquia " Revesti-vos, pois, da armadura da fé, desembainhai a espada do espírito, que é a arvore de Deus, defende-vos das ciladas do demônio e combatei varonilmente contra as forças invisíveis da maldade, mas velai juntamente em oração humilde e perseverante". Roma, junto ao tumulo de S. Pedro, 14/7/1873, ano vigésimo de nosso pontificado. Prova da unidade entre os bispos, D. Lacerda manifesta seu apoio a D. Macedo, diante da situação delicada em que se encontravam justifica "...peço alguma reserva sobre vários pontos desta carta, mormente a meu respeito. Por isso rasgue essa carta apenas lida", menciona a necessidade de adotar algum método de signais para escrever com liberdade naquele tempo para não comprometer a causa, "...oxalá o *imite e sofra* com os demais colegas e com JC. PS: não pense mal do bispo de S. Paulo, ele me escreveo narrando os embaraços em que se vê. Elle esta alerta, e

secularidade, a tendência regalista do poder civil nem se alterou e marchou pelo cercamento da hierarquia na expectativa de conter o alastramento aos outros antistes, ao clero e aos fiéis.

Se não decretaram interditos por todas as dioceses houve um rigor com a disciplina do clero procurando vislumbrar segurança na cadeia de comando, embora os próprios bispos se interrogassem se não deveriam fazer tal como D. Vital como confessou D. Lacerda ao empenhar desculpas por não escrever tanto a D. Macedo, folga por cansaço, mas é solidário em tudo sempre mencionando; recebe abjurações de maçons; exige declaração jurada de padres de não serem maçons; espalha os exemplares das duas belas pastorais sobre o papa e erros liberais; pede esmola (12 contos) em favor do papa e ato desagravo a sua pessoa, mandou publicar duas pastorais do Arcebispo da Bahia(D. Manoel Joaquim Siqueira) contra a maçonaria, a de D Antonio Luis dos Santos bispo do Ceará, a D. Vital, do desacato do governo com assuntos religiosos de alçada do antiste, do bispo de Mariana D. Antonio Ferreira Viçoso e do Bispo de Diamantina D. João Antonio dos Santos na mesma vereda; e, revela uma tática ou uma desonra ao responder com seu silencio permitiu que a luta se desse alhures, *porque se fosse aqui, depressa me papavão e seria uma derrota que faria mão effeito por outras partes, ao passo que o combate sendo fora há demora, vem consultas e vão respostas, os presidentes ficam embaraçados, a causa deita raízes, as idéias ganhão terreno, e a verdade ganha. Tirado eu do meio, faltaria* quem desse ao publico, pelos jornais, a vitória dos bispos, ficando entre as duas câmaras, trono e ministério, os três orientes e as potencias da imprensa. Relata que não pode ainda publicar a carta de pio IX a D. Vital, diz esperar que outros bispos o façam logo, pois é mais fácil devido a não serem a capital aonde é preciso saber combater. Continuando a fazer a liga dos bispos no campo católico mandou ao Espírito Santo o compendio da História Santa impresso pelo bispo do Pará instando ser adotado na instrução pública daquela província, e pede mais 500 volumes para Rio de Janeiro e 500 Caraça (Minas Gerais), informa como no Rio Grande do Sul encontra-se em isolamento D. Sebastião Dias Laranjeira, embora leal à causa da romanização[198].

---

não se deixará engolir como os sujeitos o desejao. Ah? Snr. Bispo, todos os bispos não estão no mm. pé" 8/9/1873. Pe Hélio Abranches Viotti, Pio IX e o Brasil. SJ. REB, VOL 2, FASC 3, setembro, 1963, 659-680.

[198] Resumo da carta de D. Lacerda a D. Macedo. Pe Hélio Abranches Viotti, SJ. Pio IX e o Brasil. REB, VOL 2, FASC 3, setembro, 1963, 659-680. O contraponto é a visão dos inimigos da igreja muito difundida sobre a falta de união dos bispos refutado nas fontes arroladas, de toda sorte escolhemos um exemplar para figurar como modelo. Ver: Hemeroteca Pública Arthur Vianna. PELICANO. Domingo, 09 de Março de 1873. NOTICIÁRIO Simille com simfibus falle congratular – Foi o que nos occorreo lendo na Verdade de 22 de Fevereiro ultimo o artigo que em seguida transcrevemos. De todos os bispos brasileiros o único que correo a applaudir o acto do sr. D. frei Vital Maria, foi o nosso amável e paternal pastor D. Antônio de Macedo Costa! Sem fasermos a menor consideração sobre o procedimento do santo bispo do Pará, entregamos aos nossos leitores as palavras da Verdade, para as quaes chamamos toda a attenção dos mesmos. O BISPO DO PARÁ O bispo do Pará, não satisfeito com a série de desatinos que tem praticado em sua diocese, acaba de dirigir ao inexperiente frei Vital uma carta felicitando-o e animando-o para que continue na luta que incetou contra a maçonaria. Não sabemos o que mais admirar,

Se a imprensa havia dado seu contributo à Questão Religiosa, o Conselho de Estado havia previamente externado sua simpatia pelo recurso à coroa graças a penetrante cultura regalista daquela instituição. José Honório Rodrigues apresenta a complexidade do confronto ao reproduzir o entendimento de Joaquim Nabuco sobre o problema destacando o isolamento progressivo da monarquia como ficaria evidente nas tramas posteriores da questão servil, militar e reforma política do estado[199]. Ao confiar no império como único ente político, a monarquia perdeu interlocutores para os projetos nascentes em cuja solução passou a ser depositada, deixando o terceiro reinado com poucas possibilidades de efetivação. aproveitando destas frestas, a agitação republicana contou com a indiferença da hierarquia católica quando esta não ergueu sequer protesto pelo fim da monarquia. Ao principiar a crise, os republicanos são acusados de estarem aliados à maçonaria no desalojamento da igreja do poder de estado, mas eles tinham horizonte próprio e denunciavam o modo absolutista usado pela monarquia para submeter a igreja com processo, desconsiderando até o pressuposto do

---

si a linguagem evangélica e pacifica do sr. Macedo Costa, si a estultícia daquelle que fez publicar semelhante documento esperando, que elle produzisse effeito favorável á sua causa já assaz desmoralisada. A carta do sr. bispo do Pará nada mais attesta que não seja que a dignidade é mercadoria que não se conhece nos armazéns jesuíticos. "Accompanho de toda a minha alma, diz o bispo do Pará dirigindo-se ao seu celebre collega, na corajosa medida que tomou em relação á maçonaria. É assim que procede um bispo catholico. Quando a seita fulminada por tantos anathemas levanta ufana a cabeça e quer impôr-se á egreja, intrometter-se na egreja cobrindo-se com uma mascara vã de catholicismo para enganar o povo, nos bispos devemos sahir-lhe ao encontro, dizendo-lhe. Fóra, não te conheço". A máo santo recorreu frei Vital para patrocinar sua causa desacreditada e censurada por toda a imprensa livre. Quem não conhece o espírito jesuítico do bispo do Pará? Quem não sabe que é elle um dos mais distinctos chefes da propaganda obscurantista? Quem ignora os actos que o tem celebrisado em sua diocese? Quem não sabe que elle é o bispo que mais tem abusado de absurda condemnação ex-informata conscientia? Quem não sabe que elle não temeo condemnar a imprensa liberal da província do Pará, só porque combatia suas absurdas doutrinas em relação a liberdade? Não obstante, porem, tudo isto o sr. Macedo Costa não ousou ainda em sua diocese praticar aquillo que elogia em seu joven collega escrevendo que é assim que procede um bispo catholico referindo-se á celebérrima circular de 28 de dezembro. Ou o bispo do Pará teme imitar a seu collega e mente á sua missão deixando de ser um bispo catholico, ou não sente o que escreveu, e apenas hypocrisia dictou-lhe aquellas palavras. Seja porém como for, o que é certo é que a carta de felicitação do sr. Macedo Costa é um documento sem o menor valor, e que prova apenas que a missão dos bispos do romanismo não é uma missão de paz, porem sim uma missão de guerra e de conquista. Quando quis a maçonaria impôr-se á igreja? Quando quis a maçonaria intrometter-se na igreja cobrindo-se com uma mascara vã de catholicismo para enganar o povo? Procure o sr. bispo do Pará outras razões para defender o procedimento insólito de seu inexperiente collega, porque estes não procedem por inexactos. A maçonaria quiz e quer, a tolerância real para todos os cultos, quiz e quer a liberdade de consciência, quiz e quer desenvolver a caridade como a ensinava o Divino Mestre, e não como a praticam os jesuítas e os seus discípulos; eis porque a perseguem. Si a maçonaria não adopta religião alguma em particular, como ousa do sr. bispo do Pará affirmar em sua carta que ella quer intrometter-se na igreja cobrindo-se com uma mascara vã de catholicismo? O romanismo é que quer impôr-se á sociedade civil, o romanismo é que quer intrometter-se nos negócios meramente temporaes cobrindo-se com uma mascara vã de catholicismo para enganar o povo. De facto o que tem o papa e a igreja que ver com a maçonaria, sociedade inteiramente civil? Quando a administração de frei Vital está irremediavelmente condemnada pela opinião, e assignada com o fervete de presumpçosa e estúpida, quando devíamos esperar que os seus collegas o aconselhassem para que, reflectindo, emendasse os seus erros e se corrigisse, é que o sr. bispo do Pará julga dever felicital-o. Oh! estes bispos nada temem perder, nem a própria dignidade!

[199] Rodrigues, José Honório. Atas do Conselho de Estado obra comemorativa do sesquicentenário da instituic□ão parlamentar, Brazil, Conselho de Estado. Brasilia: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

direito a crítica à legislação e a legitimidade como sustentou D. Macedo Costa[200]. A proclamação da república longe de romper igreja e estrado seguiu com a solidariedade ativa na gestão da sociedade, aliança já prenunciada quando da Questão religiosa como compreendeu Aristides Lobo[201].

A exasperação pública na imprensa com os desbragados ataques entre jesuítas e liberangas ocultava a convivência solidária na gestão do estado promovendo a assistência material e espiritual, concorrendo para aplacar o horror das epidemias, ou edificar institutos de educação pública para trazê-los ao século do progresso como assinalava o relatório de Ferreira Pena[202]. Preocupados com o processo civilizatório, o estado enviava em comissão seus funcionários para diagnosticar as condições da província quanto aos equipamentos presentes nas vilas, solta os olhos a referência às igrejas como indicador de moralização no projeto de modernização e as fragilidades de como era feita a assistência da religião oficial do império com padres itinerantes em templos mal conservados em vestimentas mal ajambradas, pouco condignas ao ofício. Havia em curso um desajuste, mas o comprometimento em dotar a

[200] Costa, D. Antonio Macedo. Direito contra Direito ou o Estado sobre tudo. Refutação da Teoria dos Políticos na Questão Religiosa. Rio de Janeiro, 1874, especialmente 138-153.

[201] Em carta dirigida a Quintino Bocaiuva, aos 23 de fevereiro de 1874, dizia Aristides Lobo: "É preciso não ter noção alguma de direito para asseverar que o Supremo Tribunal cumpriu o seu dever condenando o Bispo. Bem ao contrário, ele veio por sua vez mostrar que tudo neste País está podre, sem exceção da Justiça. Não cabe nos limites de uma carta a demonstração do que avanço, bem que seja coisa de simples bom senso. Mas outro é o meu propósito. Sei que vocês estão em apuros. Pois bem; a aliança dos Republicanos está patente: é a Igreja. No estado atual das coisas essa gente aceita tudo, não põe em dúvida pleitear a causa da liberdade dos cultos". Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império, cb. cit.. Il. 262. nota 1. In: Rodrigues, José Honório. Atas do Conselho de Estado obra comemorativa do sesquicentenário da instituic□ão parlamentar, Brazil, Conselho de Estado. Brasilia: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p 4.

[202]Ferreira Penna teve a oportunidade de fiscalizar as condições da comarca de Gurupá e trás a publico seu relatório em 1874, "... à igreja antiga em ruínas e jamais concluída, mas em suas cercanias as terras são boas e sítios de arvores frutíferas. Enquanto Villarinho do Monte continua sem pároco para assistir os fregueses, o padre de Gurupá às vezes ali socorre, já sua matriz tem trinta anos e é tratada sem o mínimo zelo, chega a chover dentro da mesma na hora do culto desgastando os poucos ornamentos. Em Tapará, reúnem-se 340 pessoas, com um cemitério adequado mas sem igreja ou capela na povação e uma escola primaria com 101 meninos matriculados. Porto de Moz, lugar de elevada importância, tem duas ruas com 126 casas de telha, 5 casas de negócios e uma igreja nova, não obstante as paredes estarem corroídas denotando a fiscalização fraudulenta na construção da obra; continua o problema dos paramentos, os últimos tinham sido ainda do missionário do Xingu, Frei Ludovico Mazzarino, vigário interino sem ter púlpito e comunhão para realizar, e os cuidados com o cemitério são de pouca consideração entre os 500 habitantes do lugar; uma escola de 30 alunos onde se recebem as primeiras letras e, outra escola para meninas. Sobre o lugar tido por Veiros diz tratar-se de ficção, lá se encontrava apenas uma tapuia, segundo consta havia uma matriz de 170 anos construída pelos indígenas. Sobre Pombal atesta a ausência de pároco, em momentos privilegiados foram pastoreados pelo vigário de Prainha, a igreja local era bem pobre, mas mesmo nessas condições lá se encontravam um escravo e uma escrava, a escola só no inverno porque as crianças não estão ocupadas com os preparativos da coleta de látex PENNA, Domingos Soares Ferreira. Noticia geral das Comarcas de Gurupá e Macapa´. Belém - Typ. Diário do Gram - Pará, 1874. Neves, Fernando Arthur de Fretiras. XINGU, BOSQUEJO DE NOTAS A PARTIR DE PORTO DE MOZ (Livro no prelo, organizado por César Augusto Martins e Alirio Carvalho Cardoso sobre a ocupação do Xingu).

sociedade de civilidade parecia ser mais de colaboração[203], determinados momentos de concorrência[204] e menos de negação total entre estado e igreja.

Vergar a hierarquia, não a igreja, teria sido o objetivo de D. Pedro II, dos regalistas, liberais e maçons. Tomar o contingente pelo continente pode ser uma alternativa de apresentar o problema, mas não é suficiente para captar a gama expressiva de solidariedades hipotecas entre estado e igreja[205]. As acusações de absolutismo ou

[203] Disciplinarização de como deveria andar os carros transportando os cadáveres para Santa Casa; tabelas dos valores dos carros funerários; Vigia, Vigário e Juiz contra a variola comissionando para aliviar todos pos percalços causados pela doença. Correspondência entre as autoridades religiosas e o governo no mês de janeiro de 1873. Fundo da Secretaria da Presidência da província. CAIXA 452. Arquivo Público do Pará. Outro exemplo de cumplicidade era a aprovação das sociedades civis pelo estado no qual resguardava a religião ofical do império como foi grafado nos estatutos da Sociedade Beneficente Artística Paraense; desde o o ritual de integração o sócio deve jurar aos santos evangelhos a observância do estatuto, acompanha o enterro e missa de 7º dia do sócio, o sócio poderia ser desligado se ofendesse a religião e a moral e os bons costumes § 4º 19 § 2, a soiedade mandaria rezar missa de enterro decente do 7º dia cuja despesa não podia ser maior de 100$000 reis/ art 28. Fundo Secretaria da Presidencia da Província, Serie 15, CAIXA 451, 1872. Arquivo Público do Pará. Outra associação estado e igreja pode ser atestado no ofício de 3/4/1872 de Frei Ludovico de partida para Europa para promover a vinda de missionários para o serviço de catequese e civilização dos indígenas, pois foi encarregado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas deixando em seu lugar Frei Miguel Ângelo de Burgio, como explicita '...rogo encarecidamente...com costume da bondade, prossiga sempre em coadjuvar e beneficiar meu dilecto confrey', dirigida ao presidente Abel da Graça, o mesmo presidente do partido conservador sob o qual se dará a Questão Religiosa . Fundo da Secretaria da Presidência da província. Série 13 OFICIO DE CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO DE ÍNDIOS, CAIXA 328, PASTA 1872. Arquivo Público do Pará. As alianças estado e igreja podem ser tertemunhadas na Amazônia até nas cartas particulares (o documento no códice está assim referido) mensionado a que os missionários Capuchinhos precisam de comodidades para estabelecerem residência, enviado pelo Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira(s/l, s/d). Em 26/7/1873 600$00 de pagamento a 15 coadjutores pelos serviços de parochos das freguesias mais populares; também acusa os censos feitos pelos parochos do Amazonas, Chaves, Macapá, Santarém, breves, Óbidos; como em 20/1/1874, o bispo institui a Freguesia de Conde junto com o estado Lei Provincial nº 443; A solidariedade ativa fica exposta em 13/3/74 (documento nº 24) relatando sobre a Sociedade Católica Paraense ter seus estatutos aprovados pela presidência da província na parte civil,e espera ser aprovado na parte religiosa para isso pede diligência do bispo. Embora imerso no conflito estado/igeja em 20/10/1874, o estado socorre o clero com passagem para Padre Clarindo de Souza Aranha e quatro seminaristas Antonio Pedro Santarém, Ignácio Xavier de S. Junior, José Carmelo Brum e Joaquim Carmelino Brum. E como era recorrente em 14/12/1874 a igreja cobra os fundos para Parochia de Alenquer tal como se comprometeu o presidente da província. CÓDICE 1518 MINUTAS DE OFICIOS DA PRESIDENCIA AO MINISTERIO DO IMPERIO 7/1/1873 A 18/12/1874 (INCOMPLETO). Arquivo Público do Pará.

[204] Vejamos alguns exemplos como a minuta de 17/4/1873 na qual o chefe de policia fala que na quarta-feira santa na Igreja de S. Alexandre teve um arranjo(conflito), mas não é destinçado o ocorrido. Já em 17/11/73 a Irmandade da Ordem 3ª de S. Francisco na 1ª Sés. Arrolando a Carta Official do Exmo Ministro do Império para os parochos só serem pagos se comprovassem que tinham compridas suas obrigações. Em 5/6/1874 o governador do Bispado informa o porque de não ter havido a procissão em resposta a provocação da Câmara Municipal durante o conflito com a maçonaria. Testemunho do pardoxo igreja e estado ver a minuta de 7/11/1874, quando o bispo D. Macedo já preso, intima o governador do Bispado, cônego Borges de Castilho, para no prazo de 8 dias de suspender o interdito contra as Irmandades, mas este se recusa, e o governo vai expediu ordem de prisão, relata ainda que os vigários funcionários deixaram as parochias para virem a capital, portanto a Thesouraria suspendeu os pagamentos em represália. CÓDICE 1518 MINUTAS DE OFICIOS DA PRESIDENCIA AO MINISTERIO DO IMPERIO 7/1/1873 A 18/12/1874 (INCOMPLETO). Arquivo Público do Pará.

[205] Fundo da Secretaria da Presidência da província. CAIXA 453. Arquivo Público do Pará. (Já são documentos de 1875, não há de 1874) Nele estão arrolados vários documentos como as demissões procedidas por falta de juramento sobre os santos evangelhos conforme a lei, obrigação devida no ato de posse dos cargos do estado; nele também constam as nomeações diversas como de religiosos para

imperialismo do poder de estado foram proferidas por bispos descontentes com o ultraje a sua dignidade com o processo, interpretaram equivocadamente o desembaraço com sua lealdade ao trono quando optaram por seguir a orientação da romanização pelo controle do campo católico em combate com a cultura liberal. A tradição regalista não autorizava ao episcopado tomar atitudes autônomas, fiando-se na unção religiosa exclusivamente, os bispos agiram como corpo distinto do estado respondendo as orientações das doutrinas delimitaram a autoridade sobre a supra-identidade católica na convivência religiosa sobre as experiências dos "modos de ser" católico. Amparado no padroado, os dirigentes do estado não romperam o pacto, antes forçaram a liderança da igreja voltar a este, a correspondência interna do imperador com o poder civil sinalizam a necessidade de manter a união trono e altar nas bases históricas configuradas até aquele instante[206], determinado pelo anuncio da coroa aos bispos em suspender o interdito às irmandades, caso contrário seriam levados a julgamento incursos até na pena de degredo por sujeitar-se à lei de país estrangeiro enquanto descumpria a lei nacional.

O poder papal sobre a doutrina católica foi elevado ao status de poder político de estado, refletindo na noção de "Direito contra Direito" como formulou D. Macedo Costa ao justificar o governo da religião dentro dos cânones da igreja, visão confirmada por Candido Mendes de Almeida[207] para questionar a validade do recurso à coroa para amordaçar os bispos em questões de fé e governo da igreja. O estado reconhecia as obrigações financeiras e materiais para com a religião oficial do estado[208], e requeria a retribuição da hierarquia da igreja com os desígnios regalistas do estado ao invés de seguirem as diretrizes do ultramontanismo. Poderia o estado tergiversar com a indisciplina? Poderia a igreja acolher a idéia de passividade da maçonaria? Só se fossem esquecidos os infamantes impressos, as

---

exercerem funções do estado acumulando atividades civis e religiosas feitas por Padre Luis Gonçalves de Aragão e Padre Odorico Mendes da Silva para servirem de delegados literários, ou para comporem as Comissões Censitárias de Parochias como ilustra o caso do Padre Manoel Angelo Tavares Bastos em 20/7/75, na parochia S. Domingos de Boa Vista; outra ordem de conjugação de funções muito usada foi a associação na educação como atesta a nomeação de Padre Benedito Thomas da Cunha Mello professor de francês do Liceu Paraense 19/6/75.

[206] Carta de João Alfredo Correia de Oliveira, de 15 de março de 1873, a D. Pedro II, in "Correspondência de D. Pedro II com o Conselheiro João Alfredo", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 274 (Rio de Janeiro, 1967), 142-143. D. Pedro II a João Alfredo, 24 de julho do 1873. ob. cit., 147. João Alfredo a D. Pedro II, 25 de julho de 1873. ob. cit., 148. D. Pedro II a João Alfredo, 24 de agosto de 1873, ob. cit., 150-151. O Aviso do Ministério do Império de 27 de setembro de 1873 foi publicado nessa mesma obra, 150-152, nota 160ª. In: Rodrigues, José Honório. Atas do Conselho de Estado obra comemorativa do sesquicentenário da instituic□ão parlamentar, Brazil, Conselho de Estado. Brasilia: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p 6.

[207] Almeida, Cândido Mendes de. Direito Civil Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno e suas relações com o Direito Canônico, Rio de Janeiro, 1873, 3 tomos.Obra concluída exatamente no período quente da Questão religiosa.

[208] Ofício ao ministro do império Conselheiro Pedro Leão Veloso pedindo o favor para dotar recursos para Escola de Agricultura, Artes e Ofícios (Belém, 9/8/1872) (Coleção Dom Antônio de Macedo Costa, Correspondência ativa, Lata 412, Pasta 64). O atendimento dos pleitos obviamente considerava a disponibilidade de recursos, mas o fluxo dessa correspondência nos autoriza a concluir pela solidariedade ativa de estado e igreja nos porcessos de modernização e assistência espiritual.

desobediências de clérigos maçons, se bispos desconhecessem aqueles outros "*modos de ser*" católicos plasmados nos templos, da subordinação da cultura liberal à cultura católica, ou vice-versa. As opções foram construídas pelos campos, às vezes mediações foram alcançadas, mas a noção de autonomia da igreja saiu fortalecida com o martírio dos bispos pela causa da Sé, fortalecendo a organização do episcopado nacional como representante da igreja universal na sociedade em modernização do fim do século XIX.

A concorrência dos bispos pela liderança jamais seria admitida pela igreja, contudo ela espelhava as dificuldades para o exercício autônomo em função da sede do império como era o caso do Rio de Janeiro ou do primado da Bahia quase relegado a uma distinção. Quando aflorou o combate aberto, as declarações dos antistes versando sobre os interditos foram sendo alinhadas em favor da romanização como se evidenciou a prestação de solidariedade, entrementes as incompreensões pelo modo como estas se efetivaram.

D. Lacerda não foi o detonador exclusivo da pendenga com a maçonaria, em cada diocese foi reproduzida a negação da convivência nos templos aos "filhos de Hiram", mas como autonomia para igreja não significava necessariamente separação desta com o estado, a lealdade ao imperador era provada nos requerimentos ao apresentar o bispo na corte como um fiel servidor de D. Pedro II, enquanto reconhece a este como um súdito na diocese aos seus cuidados. Mas na consciência do antiste e seus irmãos no episcopado recordam ser a relação estado e igreja fundado no principio da nação com a obrigatoriedade do juramento do imperador de defender a fé católica, pois este teria sido o reinado que garantiu a ordem, religião e a liberdade, alertando *"para que o trono não resvale de minha parte para o plano escorregadio da revolução"*, inculpando a maçonaria pela luta ao combater com desdém os dogmas da igreja e pelas práticas desancadas na imprensa e no parlamento[209]. Incluído todos os bispos brasileiros, D. Lacerda, dizendo estar na esteira do primaz do Brasil, protesta "*contra tamanha impiedade*" e conclama ao imperador não ser indiferente a este estado de coisas apoiado no Apostolicae Sedis (12/10/1869) decretado por Pio IX renovando ou revogando, conforme o caso as leis e penalidades da igreja.

Por haver um ódio contra a religião naquele tempo, segundo acreditava o antiste do Rio de Janeiro, o erro prosperava na ausência do freio ficando a hierarquia sem proteção daqueles ataques e desenhava a conseqüência *"assim perdido o prestigio até hoje tão venerado da autoridade eclesiástica, como poderá o governo em dias de revolução contar seguramente com o apoio efficaz do báculo pastoral dos Romualdos no Pará, e na Bahia, dos João em Pernambuco, dos Montes no Rio de Janeiro, dos Viçoso em Minas Gerais"*[210]. A

[209] Representação que a S. M. o Imperador dirige o bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro sobre a prisão e o processo do bispo de Olinda e a adesão à representação do arcebispsado da Bahia, 1874, nº 13. Rio de Janeiro: Typografia do Apostalado (Visita Pastoral, 1874). ACMRJ (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)00830

[210] Idem, p 7.

maçonaria apodera-se das organizações típicas da igreja para lhe mover guerra "não podendo apresentar-se como pessoa jurídica e legal, alistou-se em certas Irmandades e Ordens Terceira... vestindo opa e hábito...amedrontando e enxovalhando o Arcebispo e bispos do Brasil"; curiosamente ressalta que nem todos os maçons são tão graves, mas como a seita negava todos os direitos da igreja e do papa concorrem nos mesmos erros e, porconseguinte, nas penalidades espirituais decretadas pela santa igreja.

Comparando a situação da igreja no mundo, ilustra os casos de Japão e China, onde os cristãos são martirizados, a exemplo do caso inglês de perseguição ao catolicismo. Ao questionar a lei que se serve o estado para prostrar a hierarquia, D. Lacerda defende o catolicismo romanizado e não vê crime na postura de D. Vital no governo da diocese de Olinda, rememora a D. Macedo que esteve ao lado de seu irmão enquanto era lida a denuncia de usurpação direito da parte civil ao exigir algo inexistente no compromisso da irmandade, advertindo ser a intervenção do bispo apenas na parte espiritual da agremiação, sem afetar a parte leiga, portanto preservado à inspeção legitima do estado a parcela que lhe cabia. Contestava também a interpretação falseada da manifestação do papa em *Quamquam dolores*[211], dizendo ser o Olinda imprudente e ter abusado da severidade para como os fiéis sem permitir a reconciliação recomendada no dito breve papal. Situação refutada pelos bispos em seus periódicos como testemunha a expectativa de D. Lacerda para os outros bispos virem em socorro publicando[212] e divulgando o acordo de Pio IX com o proceder de D. Vital e D. Macedo; o apoio granjeado entre estadistas conservadores e liberais à causa da igreja demonstrou ao estado a importância das *"vozes dos brasileiros católicos, e attender aos factos gloriosos que pullulam por todos as dioceses do Brasil*", mas tem o cuidado de afirmar que o despertar do sentimento religioso não se confunde com o motim para descambar em revolução posto ser esta crime e reprovável pela igreja.

Sem trair seus princípios, D. Lacerda vale-se de seu inimigo, a cultura liberal para ostentar a livre consciência expressa no direito de *"cidadãos livres, súditos obedientes, escravos não*", queriam continuar católicos mas não no formato dos católicos maçons e regalistas como era comum até o empoderamenteo da romanização na hierarquia espraiando até o laicato, e promoveu uma campanha pela liberdade de culto não menor a dada aos protestantes no Brasil, advogando a manutenção da união trono e altar conclamaram ao estado escutar ao bispo e ao papa quando for tratar de religião por ser o pavilhão auriverde postado nos braços da cruz. Em um movimento de encontro com o século, o antiste do Rio de Janeiro mobiliza categorias da esfera da secularidade como a nacionalidade, o livre pensamento e o direito de professar a religião sem o intermédio do estado; arremata sua

[211] Delgado, Luis. Gestos e Vozes de Pernambuco. Recife:Editora universitária/Ufpe. 1970, p. 232P; Alves, M. F. The Young Friar and the Emperor. Seatle catholic: A Journal of Catholic News and Views2 Nov 2005.
[212] ver nota 60.

explanação com o apelo – se o papa pode remediar, o imperador também o pode. Diante das desventuras de Olinda e Pará presos *" há outros que se ufanam de participar dos mesmos crimes, e não querem ser separados... o venerando Arcebispo Metropolitano e Primaz do Brasil, levantou da beira da sepultura voz autorizada... se o Prelado de Olinda é criminoso, então também deve a vesgata da punição recahir sobre todo o Episcopado Brasileiro, porque todo ele professa os mesmos princípios, ensina as mesmas verdades, prega as mesmas doutrinas e tem feito publicar as mesmas bulas"*[213]*.* Os elos do episcopado estavam sendo anunciados e praticados no uso destas publicações, não se trata de formalidade ou de exterioridades, exprimiam um sentido de catolicidade romanizada frente ao catolicismo tradicional, popular e ilustrado, com a descoberta do martírio cimentavam a liga da hierarquia, condição necessária para liderar o campo católico no embate com a cultura secular.

Descredenciar o poder temporal da igreja tinha sempre o inconveniente de colocar em movimento a supra-identidade católica, como ocorreu; se o credo romanizado não foi suficiente para soldar a identidade do campo católico, a experiência do martírio dos bispos atraiu uma maior audiência e permitiu até a setores indispostos com a hierarquia voltar aos templos ou a sinalizar a possibilidade de convivência com a hegemonia do catolicismo diocesano. Ele assentou uma base para experiência do catolicismo sacramental dialogar com a experiência tradicional e popular ao ativar o sentido de devoção advinda da perseguição da liderança religiosa institucionalizada nos bispos; o catolicismo ilustrado teve de discutir com o ultramontanismo a noção de livre consciência a que se apegou a cultura católica incrustada na liderança do episcopado.

Comparando as religiões, D. Lacerda explica a tolerância dada ao judaísmo e seus preceitos no talmude, ao protestantismo e sua bíblia, ficando os católicos à mercê das interpretações do estado. A união trono e altar já haviam demonstrado sua eficácia ao conter a insubordinação das classes subalternas, mas advertia ao império, não podia a religião oficial ser manobrada segundo as conveniências políticas, deveria ser considerado a liberdade para igreja governar e disciplinar a religião nos conformes da doutrina e nos ensinamentos de seus lideres, alias como reclamavam os liberais ao pretenderem ver estatuído no Brasil o pleno direito à liberdade de culto. Graças à importância da corte, nela foram erigidos templos protestantes, segundo o bispo em desacordo à lei, parecendo estar em um regime republicano. E conclui sua representação irmanando-se, uma vez mais na consciência ao comprometer-se *"seremos vítimas da liberdade e mártires da fé*". A separação estado e igreja estava no centro do debate, a liderança episcopal ainda mantinha a convicção da manutenção do regime de religião oficial aonde o católico não precisava desfazer-se de sua lealdade ao estado, mas também não estava obrigado a rejeitar as orientações pastorais do bispado.

[213] ACMRJ, 00830, Nº 13, P.15-16.

Unificando o episcopado, as indisciplinas dos sacerdotes maçons são repelidas em bloco, o hábito de tentar se socorrer apelando para outros bispos não foi tolerado. Este pode ter sido um expediente usado anteriormente, mas a configuração das dioceses lideradas por antistes romanizadores não deu mais acolhida a estes pleitos como fica evidenciado no endosso feito por D. Lacerda às orientações proferidas por D. Macedo. O processo movido pela esfera secular contra a autoridade da igreja lhe fragilizava, no entanto, quando padres maçons tentaram aprofundar este desgaste dos bispos encontramos uma unidade de pensamento e de ação como na reprimenda feita ao cônego Antonio Gonçalves da Rocha por este rebelar-se contra o cabido do Pará, o bispo e todo o episcopado[214]. Sem vacilos, D. Lacerda diz ser o protesto do cônego uma atitude nada zelosa com a igreja, antes revelava uma falta de humildade e de clareza dos cânones, pois a prisão de D. Macedo não significava que este não estivesse no governo da igreja, somente no caso deste ter caído em cativeiro de hereges caberia alguma atitude do cabido, depois de ouvido ou confirmado pelo papa. Como tal situação não houve, Pio IX exortou o cabido por estar em consonância com D. Macedo, assim como os demais estavam todos voltados para autoridade do governador do bispado. Esta postura do cônego reforçava a indisciplina das irmandades contaminadas pelo elemento maçônico; na saga de comprimir o clero à decisão do bispo podemos observar a vestimenta da armadura do ultramontanismo quando esta proferiu seu juízo sobre a livre consciência dos sacerdotes ao destituir de legitimidade qualquer contestação da interpretação da autoridade eclesiástica. Tendo as ordens suspensas e publicadas no *Boa Nova*, não seria o recurso a outro bispo a salvaguarda garantida, D. Lacerda validou o juízo do bispo, confiando estar em acordo com a história da igreja desde o início como os exemplos de Policarpo e Paulo, completando seu parecer com a alusão aos canonistas Dr. Aichner e Rafael Garcia.

Encorpar o episcopado nacional foi um objetivo edificado na crise com o estado, as dioceses gozavam de efetiva autonomia entre si, mas não controlavam o aparelho da igreja, por isso foram estreitando os laços sem uma colegialidade ao implementar os preceitos ultramontanos. D. Lacerda aproveita a ocasião para demonstrar o emparelhamento dos bispos ao citar a consonância do antiste do Rio Grande do Sul com a causa, mas como este enfrentava circunstancias particulares avalia não ser oportuno lançar interditos em sua diocese porque *"...mui diferentes são as condições em que me tenho achado"*[215]. Dotando o campo católico de densidade pastoral e disciplinar, captamos as convergências entre tantas limitações, na ausência de um colegiado episcopal, os bispos tiveram de soldar sua identidade na confirmação dos atos proferidos na circunscrição da respectiva diocese, sem necessariamente reproduzir estas decisões na diocese sobre seu governo. Pela reciprocidade, como D. Macedo

[214] Ver: A Sé do Pará ou Carta do Bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro receitando: O protesto do cônego Antonio Gonçalves da Rocha contra a legitima Authoridade ecclesisaticade sua Diocese de Belém do Pará em sé plena segundo os cânones da Igreja Católica. Nº 20. Rio de Janeiro. Typ. do Apostolo. 1875. ACMRJ.
[215] Referido na nota 77.

repeliu as ações do padre maçom Martins Almeida, D. Lacerda atacou o espírito de indisciplina do cônego Antonio Gonçalves da Rocha, instando-o a arrepender-se ao invés de tentar entronizar-se na paróquia de Santana da Campina em Belém, lugar por sinal ocupado pelo governador do Bispado, cônego Borges de Castilho, logo em seguida preso por não levantar o interdito como foi orientado pelo bispo.

Identificados na autoridade papal os bispo vão ganhando confiança para aplicarem todos os preceitos da romanização, se no início de 1873 D. Lacerda se desculpa por não ter ainda publicado o *Quamquam dolores,* em 14/9/1873 encontra-se plenamente reabilitado, e serve de elemento de ligação com os bispos presos e presta-lhes reconhecimento interno e externo ao proferir a sentença de estarem as Sés de Olinda e Pará fundadas em direito pleno e os levantes dos maçons católicos, inclusive padres, estavam a suscitar os horrores e perigos dos cismas perpetrados na historia da igreja, situação repudiada por este no que foi acompanhado pelo episcopado nacional, desde o venerável D. Viçoso[216] em Mariana até o não menos respeitável D. Manoel Joaquim da Silveira primaz do Brasil[217]. Quando a igreja percebeu-se afinada na hierarquia nacional, os prosélitos se avolumam na imprensa em continuidade ao já obrado nas visitas pastorais quando denunciavam na imprensa um plano maligno da maçonaria para destruir não apenas a religião oficial do império, mas com pretensões de colocar-se em seu lugar.

Aquele tido como causador da intensificação da chamada Questão Religiosa não poderia ficar impune sob pena da insubordinação do sacerdote maçom gerar um levante de grande monta, destituir espiritualmente aquela iniciativa foi um ato de ratificação do poder do bispo sobre o pleno governo da religião sem concessões ao poder civil[218], na mesma cesta estava o cônego Antonio Gonçalves da Rocha. Quando o poder civil resolve absolver as irmandades e os clérigos, a hierarquia confirma suas decisões deixando os recorrentes sem o selo espiritual, situação percebida por Candido Mendes ao demonstrar o inusitado do poder temporal revogar penas espirituais. Só a igreja poderia invalidar seus atos como

---

[216] Coelho, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

[217] Azzi, Riolando. D. Manoel Joaquim da Silveira primaz do Brasil (1861-1874) e a luta pela liberdade da igerja. REB, 34, 1974, 359-372.

[218] O sacerdote José Luis de Almeida Martins, por ser maçom foi suspenso das ordens mas depois do *Gesta tua no laudentus*, o padre queria ver revogada a sentença e optou por recorrer no foro secular (p. 3), mas perante a igreja estava excomungado, alega o bispo não ter recebido a carta de Pio IX como alardeavam os maçons na imprensa, para o episcopado nacional continua a ter validade o quamquam Dolores. A polemica carta de Pio IX as bispos presos para levantarem o intérdito sobre as irmandades foi negado durante o conflito, só respondido com as devidas retificações por D. Macedo mais tarde na redação de sua resposta ao Barão de Penedo, mas durante o conflito, esta nunca foi refeida pelos antistes para pressionarem os bispos a retroceder, esta ação foi tributada apenas ao representante da Sé no Brasil, monsenhor Sanguini e ao secretário de estado do Vaticano, cardeal Antonelli. Como esta foi uma questão afeta a autoridade dos bispos e ao papa Pio IX ficou assinalado que estes não se renderiam até verem sua honra restabelecida. Documento avulso na Pasta s/n (Maçonaria). ACMRJ 00830.

testemunharam os vários bispos com a publicização das teses ultramontanas. A mútua solidariedade evidenciada pelos bispos espremeu o campo de ação do estado, restando aos detratores da igreja abrigarem-se na justiça, mas esta também reconhecia seus limites. Diante do impasse, o gabinete Rio Branco, amparado no Conselho de Estado, afiançado pelo imperador, promoveu o processo no Supremo Tribunal de Justiça cuja sentença não foi suficiente para os bispos retroagirem; convencidos de estarem zelando contra os erros do século apegam-se com fervor ao martírio na expectativa do exemplo funcionar pedagogicamente no reforço do campo católico tão almejado para combater a modernidade e salvaguardar o esteio da tradição animado pela alma da igreja.

O regalismo tinha obtido sua vitória com a condenação dos bispos, do imperador, passando por toda cadeia de comando, com as simpatias dos estadistas, o liberalismo católico parecia ter emparedado o ultramontanismo, mas só parecia... os interditos continuavam e ninguém teve a ousadia de insurgir-se contra as orientações de Olinda e Pará, ao contrário, os movimentos católicos passaram à ofensiva com a reprodução de abaixo-assinados de vários segmentos da sociedade[219]. As dioceses estavam recolhendo apoios aos antistes[220], convém acentuar a atuação do campo católico ao tornar público[221] sua inquietação requerendo a soltura dos apenados com a intensificação de campanhas interna e externamente à igreja[222],

[219] "Os abaixo-assignados residentes na Diocese do Grão-Pará vem respeitosamente ante o throno de V. M. I. pedir a restituição de seu amado Pastor, D. Antonio de Macedo Costa. Senhor! Os A. A. não podem ocultar a dor que lhes punge a alma, vendo encarcerado tão preclaro Bispo, e Vossa Majestade melhor aquilatará em sua sabedoria os funetos resultados de tão dolorosa situação, que tende a diminir a fé católica, a melhor garantia do socego publico. Senhor! OS A. A. esperão do coração magnanimo de Vossa Majestade pronpto e favoravel deferimento" (152 a rogos, entre as profissões arroladas ao Aldo encontramos: lavrador, costureira, comerciante, lavadeira, carpina, serviços domésticos, professor, artista e negociante). ACMRJ.

[220] Abaixo-assinado de 105 alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de 30/8/1874 em solidariedade aos Bispos (Lata413, Pasta 13), de 63 alunos da Escola Politécnca de 24/8/1874 (Pasta 14), de 64 alunos da Faculade de Medicina da Bahia de 15/5/1874, quando o navio passou por salvador a camino d Rio de Janeiro (Pasta 12). Arquivo do Instituto Histórico e Geo gráfico Brasileiro: Fundo D. Macedo Costa.

[221] "Abaixo Assinado. Senhor, ao trono de S. M. I. se apresentão hoje os Mineiros pedindo que V. M. I. chefe dos poderes do Estado use em bem da Religião dos direitos que a constituição collocou em Vossas Augustas mãos. Senhor! Como V. M. se interessa pelo bem do Brasil que a Providencia confiou aos cuidados de V. M. I., pedimos... por bem intervir em favor da Religião abrindo os Carceres aos Exmo. e Revmos. Srs. Bispos de Olinda e pará, resitiuindo-os as suas Dioceses, que enlutadas gemem as ausencias de tão heroicos pastores (inelegível...) por termos a estes males usando o poder que compete exclusivamente (ilegível) 1ª vez Minas Gerais em peso se abala como um só homem pela mais santa das causas (ilegível) provincia inteira (ilegivel) bem de sua gloria e da igreja retribuição de bênçãos" (217 homens; abrem o documento o vigário Francisco José Ferreira, Conego Doutor José Honorato da Silveira, Padre Pedro Ribeiro de Resende). Outro abaixo assinado com o mesmo teor e procedência com 136 mulheres. ACMRJ. Havia nesta pasta vários cabeçalhos impressos, indício da organização do campo católico. Suponho ter outras iniciativas do mesmo tom para solidarizarem-se aos bispos.

[222] Ver como foram repercutidas as polêmicas com a maçonaria na correspondência reservada do Bispo D. Pedro Maria de Lacerda a Henri Éveche de Niemes. A propos de la Franc-Maçonarie em visita pastoral 15/10/1874, nesta apresenta a solidariedade ao bispo e relata ainda não ser possível comparar a S. Vicente de Paula à Maçonaria, do mesmo modo foi reproduzido a repulsa condenação dos bispos em Berlim, Baviera, Rússia e EUA. Publicado em Lion – Imp. E Vitte, rue de la Quarentaine 18. ACMRJ 00835.

no Brasil como no exterior; por várias frentes, "modos de ser" católicos encontram-se na supra-identidade da convivência religiosa do império.

A implantação da neocristandade através da romanização estava em curso, se não era observável a conquista de todos os objetivos, particularmente a substituição do catolicismo devocional pelo catolicismo sacramental, a Questão Religiosa serviu para disciplinar o clero católico sob o báculo com vistas a modelar a organização da igreja no combate à modernidade. Francisco Gomes usa o caso da diocese do Rio de Janeiro[223] para explicitar a reivindicação exclusiva do exercício do poder eclesiástico sem mais as reticências do poder civil, ou de qualquer partilha com o imperador. Se anteriormente chegou a vigorar o reconhecimento do poder religioso investido no clero, segundo a tradição regalista, enquanto o poder eclesiástico estava tutelado pelo poder secular, não foi mais possível transigir sob pena da igreja perder a capacidade de orientar a formação de católicos primordialmente, seguido da formação de cidadão. Anderson Oliveira revela as dificuldades para seguir o programa de reforma católica dos bispos do oitocentos quando investiram sobre as ordens terceiras e confrarias devido à ausência de efetivo controle sobre estes organismos. Tradicionalmente, os compromissos das irmandades atrelavam duas lealdades concomitantes, ficando o poder religioso mais sobre o controle dos leigos, e menos sobre o controle da hierarquia.

O Núncio da Sé no Brasil, Monsenhor Ferrini, tinha contato freqüente com D. Lacerda e freia o ímpeto deste em seguir com os métodos já implementados por outros bispos[224]. Aqui percebo a concorrência entre os bispos para realizarem o programa da romanização, a noção de impetuosidade atribuída a D. Vital tornar-se palatável diante desta precaução sugerida em admoestar antes de medidas mais rígidas. O próprio D. Lacerda confessa os obstáculos para exercer plenamente o poder eclesiástico e religioso questionado por leigos e clérigos seus aliados nas confrarias[225]; acredito aqui residir o núcleo da

[223] Vê o estudo de caso da gestão dos bispos na capital do império, depois capital da república, para assegurarem o governo da igreja sem interferências do poder do estado. Gomes, Francisco Jose Silva. Le projet de neo-christiene dans lê diocese de Rio de Janeiro de 1869 à 1915. These de Doctorat: Université de Toulouse Le-Mirail (1991). Seguindo essa pista, Anderson José Machado de Oliveira em "Os Bispos e os Leigos: reforma católica e irmandades no Rio de Janeiro Imperial" evoca a também necessária disciplinarização das irmandades como parte constitutiva da romanização. In: Revista de História Regional 6(1): 147-160, Verão 2001.

[224] Anderson Oliveira apresenta o extrato seguinte: "Até que não se apresentarem a Vossa Eminência Reverendíssima ocasiões mais propícias, não me parece prudente que Vossa Eminência tente cortar os abusos que se tem introduzido nas Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias, e mais ainda na Capela Imperial. No entanto, será útil que V.E. Rvma. com jeito lembre o que mandam observar as Leis da Igreja à cerca das ditas Corporações, quando Vossa Eminência falar com alguns que pertencerem às mesmas. Assim devagar devagar irá V.E. Rvma. poupando os ânimos para poder um dia corrigir os abusos, mesmo com a satisfação os recalcitrantes (...) Monsenhor Ferrini". Petrópolis, 27/01/1872. Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro - Correspondência recebida por D. Pedro Maria de Lacerda da Nunciatura Apostólica (1860-1890). Revista de História Regional 6(1): 147-160, Verão 2001. p. 10.

[225] Chrispim, Karol Gruchenhka Lupatini. Irmandade de Santo Antônio dos Pobres de Simão Pereira (1867-1873). Anais do I Coloquio do LAHES (Laboratório de História Econômica e Social) Juiz de Fora,

romanização – o controle espiritual e secular do poder religioso de forma centralizada, não mais o compartilhamento como esteve experimentado o catolicismo na convivência religiosa católica erigida desde a colônia complementado pelo padroado, trata-se de um exclusivismo religioso, cuja liderança foi a hierarquia ultramontana, seguida pelo clero romanizado, prolongada no laicato reformado. Aquele modelo descrito por Bosch[226] estava sendo alterado pela intervenção ultramontana, não cabia mais as regalias nem para o estado, nem para os leigos, contudo, quando leigos e estado se aliam, a hierarquia se vê com a oportunidade de fundar o campo católico submetendo os modos de "ser católico" tradicional, popular e ilustrado.

Segundo Berger, a reforma de Calvino retirou as três concomitâncias do sagrado mais antigas e poderosas, mistério, milagre e magia[227]. O catolicismo do século XIX no Brasil não tinha tido contato em larga escala com essa outra convivência religiosa senão incidentalmente em determinados círculos da elite, as classes subalternas não se foram tocadas até a elaboração de uma propaganda eficiente do protestantismo histórico a partir de 1870; quando a imigração colocou este debate na ordem do dia, a igreja reagiu com muita truculência, embora desconfiasse do catolicismo tradicional, popular e ilustrado confiava na proteção da supra-identidade alicerçada em quatro séculos de exclusivismo religioso sem concorrência de um mercado de fé estruturado posteriormente com a república. O ultramontanismo havia aderido à estrutura da hierarquia passando a constituir o eixo de articulação do episcopado nacional, suas críticas ao modelo devocional não chegavam a atingir a subtração completa desta faceta, queria sim subordinar e dirigir suas energias para revalidar a tradição e com ela reintronizar o mistério, o milagre e a magia cujo exemplo foi o dogma da Imaculada Conceição promulgado em 1854 por Pio IX, ao instituir esta doutrina, a igreja potencializava reviver a redenção espiritual convocando os católicos ao milagre no culto derramado na ordem profana que queria racionalizar toda cultura expulsando a magia.

Os protestantes apenas estavam a conhecer os avivamentos[228], os modos de "ser católico" tradicional e popular tiveram mais dificuldades em abandonar o mistério, traziam

---

13 a 16/6/2005. http://www.lahes.ufjf.br/publicacoes/Coloquio1%20PDF/Karol%20Gruchenhka%20Lupatini%20Chrispim.pdf. Capiturado em 6/5/2009, 12:37.

[226] BOSCHI, Caio César . Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. 1. ed. São Paulo: Ática, 1986.

[227] Há em Berger uma hipótese bastante controversa sobre o fim da secularizazão e a dessecularização na modernidade fruto da materialização da cultura, limitando espaços para a experiência simbólica via racionalização; nos últimos tempos, ficou claro a expansão da espiritualidade como condição de segurança e reflexão sobre a experiência moderna . Convém consultar. BERGER, Peter. O dossel sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo : Paulus, 2004. _____._____. Um rumor de anjos. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Petrópolis : Vozes, 1973.

[228] SCHALKWIJK, Frans Leonard. Aprendendo da história dos avivamentos. Em Fides Reformata II/2 (Jul-Dez 1997): 61-68.

com eles na experiência dos modos de "ser católico" a devoção do santo, a solidariedade do ofício e da cor, o costume de trazer o santo ao quotidiano participando com os comensais na festa em sua honra[229]; vez por outra foram estigmatizados como ignorantes pelo catolicismo ilustrado, mas de tão entranhado na convivência religiosa reconhecida nas irmandades que não podiam recusar sua marginalização dos templos. A romanização optou ora por romper com estes quando insubordinados às diretrizes de depuração das correntes secularizantes não dispunham das receitas e propriedades para o custeio do seminário ou quando o clérigo ultramontano rejeitava a convivência com o ordinário como os banquetes realizados dentro das paróquias; mas estas atitudes não certificavam de todo a racionalização da religião, estavam os ultramontanos constantemente a denunciar o esvaziamento dos templos das práticas religiosas, notadamente a baixa freqüência nos sacramentos e ritos, obrigando-se ao descredenciamento da soberba razão, ou ao experimento da religião que dispensava a mediação da igreja abriga na cultura genérica da livre consciência.

Coblin nos fala da inexistência de um cristianismo puro, isto é válido para igreja do oitocentos[230], o campo católico que percebo e descrevo como segue: tradicional, popular, ilustrado e ultramontano teve existência viva nos templos tanto quanto na imprensa, nas sociedades leigas e nas famílias caracterizando em determinados momentos à noção da multiplicidade de religiões, às vezes, contraditórias entre si, porém como eram pulsadas na cultura católica permitiram a hierarquia obter a união das diversas catolicidades em meio às lutas com o estado, clérigos e leigos. Esta situação gera um desafio para hierarquia – superpor sua cosmovisão sobre essas catolicidades, o monopólio das funções de sagração permitiu a legitimação da fonte de poder investida na hierarquia clerical, para então se espraiar sobre o clero, mas nem isso implicou o monopólio da produção da concepção de mundo, devendo a igreja concorrer e conquistar uma posição hegemônica na convivência católica para subordinar as diferentes expressões de catolicidade. Reconhecido na igreja como núcleo dirigente, a hierarquia pode especializar a produção de ideologia[231] oferecendo significado e sentido para a esfera secular em par da esfera espiritual.

No alvorecer da modernidade a igreja procurou resguardar-se das investidas seculares a lhe arranca poder, a reforma havia ferido terrivelmente a catolicidade romana, os estado nacionais em via de centralização conquistaram maior espaço na esfera secular, mas a igreja não cessou de delimitar a legitimação da organização social civil suportada pela

---

[229] Amaral, Rita. Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério". Disponível em publicação eletronic: http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html. Capturado em 6/6/2009.

[230] Coblin, J T. Para uma tipologia do catolicismo no Brasil. REB , VOL 28, FASC 1, Março, 1968, p. 37.

[231] PORTELLI, HUGHES Gramsci e a questão religiosa. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p.126._____. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

organização eclesial[232]. A tradição católica foi eficiente em não se separar do estado incrustando no corpo deste instituições religiosas como a Mesa de Consciência e Ordens e Ministério dos Negócios Eclesiásticos, contudo o progresso da revolução burguesa continuava cobrando sua completa libertação dos compromissos com o estado, no caso brasileiro, no período regencial, bem longe ainda da separação estado e igreja houve um seqüestro da autoridade desta quando foi estendido ao presidente da província o padroado conforme a lei de 14/6/1831, recebendo a negativa *in totun* da igreja, ficando meramente como ato civil[233].

Ao confrontar estado, maçonaria, clérigos, liberais católicos, modernidade e secularidade na segunda metade do século XIX a igreja produziu uma série de arranjos políticos e institucionais para não ser compelida a pular fora do bloco histórico; a possibilidade de eleger um inimigo por vez não existiu, isto obrigou a igreja a pactuar na hierarquia quais ações deveriam ser implementadas tendo como corolário a doutrina. Sem terem ainda o instrumento da Carta Pastoral Coletiva de 1890, os bispos valeram-se da história da igreja, dos cânon e dogmas, breves e bulas papais, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia forjados na mentalidade ultramonta em dissonância com a cultura secular. O roteiro dos acontecimentos na história da igreja na Amazônia serve de parâmetro para captarmos senão todas as contrariedades pelo menos como a hierarquia eclesiástica compreendeu a sua missão. Relata-nos D. Alberto Ramos na Cronologia Eclesiástica[234] a publicação em 16/6/1871, pela diocese do Pará, da Carta Pastoral na qual reproduz as Constituições Dogmáticas do Concílio Vaticano, na verdade as duas únicas decisões, uma versando sobre fé[235], no qual é revalidada a cultura do mistério, milagre e magia, seguido pela polemica confirmação do primado e infalibilidade do Papa quando se pronuncia "ex-cathedra", em assuntos de fé e de moral[236]. No dia 11/11/1872 as Irmandades não têm guarida nas igrejas de costume, particularmente a Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo dali desalojada durante todo o interdito fica a procura de uma igreja para poder experimentar sua catolicidade; já a Irmandade de S. Benedito foi agraciada com a matriz velha na cidade de Bragança (18/11/1872), demonstrando como a hierarquia não só repreendeu, soube atrair aquelas confrarias para base de apoio do governo da igreja[237].

---

[232]Segundo o Concílio Tridentino sess XXI cap IV o direito de criar paróquias e freguesias é de jurisdição episcopal, esta regra acabou incorparada no regime regalista europeu, determinando até a nulidade do ato caso não aja a intervenção do papa ou do bispo. Pela Bula Preclara Portucalle de Leão XII concedida pelo papa ao imperador do Brasil não teve o reconheciemento do Placet. Ver: Cônego Raimundo Trindade. Instituições de Igrejas no Bispado de Marian. Rio de Janeiro: MEC/Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Nº 13, 1945. p 6.

[233] Idem, p. 7.

[234] Ramos, Alberto Gaudêncio. Cronologia eclesiástica do Pará. Belém: Falângola, 1985.

[235] Constituição dogmática "Dei Filius".

[236] Constituição Dogmática "Pastor Aeternus".

[237] Ramos. Cronologia, idem, p. 46.

Alinhando o clero da diocese com as posturas ultramontanas do bispo, pela primeira vez foi realizado o Retiro Espiritual do Clero do Pará[238], isto permitiu o aprofundamento da crítica da hierarquia à maçonaria através da Instrução Pastoral de 25/3/1873; para provar estar a ação da diocese em sintonia com a Sé de Roma publica o Quamquam Dolores de Pio IX (29/5/1873); o vigor do bispado não se abate, lança a *Memória contra o recurso à coroa"*(30/5/1873) cujo teor foi a refutação das teses regalistas. Exacerba-se a luta quando o governo ordena a D. Macedo, a exemplo do procedimento feito a D. Vital, para levantar os interditos sobre as três irmandades, obtendo o governo por resposta para não se imiscuir nos negócios eclesiásticos por lhe faltar autoridade neste quesito[239](4/10/1873). Respondendo a intimação, endereçou sua justificativa ao STJ(24/1/1874), no qual alega a primazia do governo espiritual da igreja pelo bispo sem interferir na alçada civil das ditas confrarias, portanto não sendo alcançada pelo espectro do governo. Nas ocasiões posteriores D. Macedo confirma a recusa de levantar os interditos, mas só será preso em 28/4/1874 e transferido para o Arsenal de Marinha para aguardar o julgamento. A propaganda maçônica se agita e D. Macedo responde da *prisão A razão do atual conflito* (22/10/1874) retrucando os "libelos contra o Bispo", assinala estar aberta a temporada de luta contra a igreja sob a presidência de Rio Branco. Sem descuidar da disputa pública na imprensa, o antiste de toda Amazônia ganha reforço com a realização da Assembléia Geral do Clero Paraense, sob o governo do bispado do cônego Borges de Castilho ainda em liberdade; a esta altura nem as pressões e ameaças de prisão foram suficientes para demover o clero ultramontano consolidado para arrefecer a pena levantando os interditos, daquele instante em diante as intromissões do governo civil na esfera eclesiástica não tiveram sucesso pela renitente defesa do governo eclesiástico apartado do poder civil como se atesta pela recusa do Cabido do Pará em fazer eleição para vigário capitular (8/9/1875) como ordenou o estado[240].

Sem conseguir separar a igreja do estado, nem este era o objetivo do governo de Rio Branco, o estado viu as teses regalistas serem fragilizadas no corpo do estado quando membros do partido conservador forçaram o imperador a negociar com a igreja. Esta postura fez cair o gabinete, ficando Duque de Caxias com a tarefa de apaziguar o conflito, convenceu

[238] Hemeroteca da Biblioteca Pública do Pará. O O Liberal do Pará. 11 de janeiro de 1873, n. 8, p. 1a. FACTOS DIVERSOS-EXERCICIOS ESPIRITUAES - Consta-nos que se achão recolhidos ao convento de Santo Antônio, onde estão incommunicaveis, diversos sacerdotes, entre os quaes o respeitavel ancião, vigario da parochia de Santa Anna da campina e vigario geral e governador do bispado. Essa reclusão tem por pretexto a necessidade da pratica de exercicios espirituaes; e dizem-nos que todo o clero das duas provincias da diocese, terá de submetter-se a esta provação, sem excepção do proprio bispo, que pretende com isto dar um exemplo dos seus asceticos e piedosos sentimentos. Affirmão-nos tambem que estas medidas de verdadeira "santidade" começaram a ser observadas depois que aqui chegou um clerigo francez, que suppomos ser um emissaria do maioral da ordem, a que pertence o santo prelado, pois que elle mesmo está submettido á sua obediencia. Quando póde o fanatismo e a hypocrisia! ... Desejamos obter mais plenos esclarecimentos a respeito d'estas medidas ante-maçônicas para pormos o publico a par da nova farça que o Pará pela primeira vez começa a ver representar, no anno da graça de 1873.

[239] Ramos. Cronologia, idem, p. 47-48.

[240] Ramos. Cronologia, idem, p. 49-50.

D. Pedro a anistiar aos bispos pelo decreto de 17/9/1875; no mês seguinte, o Encarregado dos Negócios da Santa Sé na corte por ordem do papa comunica que se devem levantar os interditos nas dioceses de Olinda e Pará, no que é atendido de pronto pelos bispos[241]. Não tenho nenhum elemento de prova sobre negociações secretas, nem outros historiadores apresentaram esta hipótese, na verdade isto não é relevante, apenas concluo pela importância da solidariedade ativa entre estado e igreja imersa na cultura, capaz de promover senão a paz... a convivência religiosa nos templos da igreja. Há uma vitória da hierarquia ao consolidar a presença do episcopado nacional como interlocutor da igreja universal, o campo liberal católico não conseguiu dobrar a hierarquia, as causas das irmandades foram ganhas pela igreja como demonstraria a seguir na chamada Questão Nazarena. Contudo a separação estado e igreja quando veio assegurou uma margem para o catolicismo ilustrado experimentar sua catolicidade sem ter de dobrar-se completamente à hierarquia ultramontana, durante a Questão Religiosa, até antes desta, as dioceses no Brasil já sabiam da existência desse catolicismo dos "nossos paes" comportando mais o católico tradicional e em menor medida o popular, e mais restritamente o catolicismo ilustrado. A convivência religiosa na igreja teve de lidar com esses modos de "ser católico" não somente na igreja, na política as tentativas de formação do partido católico em concorrência com outros partidos demonstrou quanto a igreja não se sentia representada na cultura liberal do partido conservador e do partido liberal[242].

Os campeões do regalismo ajudaram a cindir o campo da tradição, se não há lugar para igreja no bloco de poder no império, a igreja se interrogava porque esta deveria continuar a fazer a justificativa da monarquia? D. Macedo Costa é o único no episcopado a colocar com propriedade este drama. Havia uma atmosfera de desconfiança na hierarquia em que pese às solidariedades demonstradas no corpo do episcopado, D. Lacerda em determinados momentos continua a titubear, mas as Cartas Apostólicas de Pio IX[243] não deixam dúvida quanto sobre quem repousava a simpatia, a causa da igreja teve no martírio o cimento da supra-identidade religiosa, suficiente para operar um acordo com o gabinete de 25 de Junho de 1875 em substituição ao gabinete de 7 de Março selando a anistia contra o pudor regalista, mas obtendo do papa em 9/2/1875 a garantia para selar o acordo. Tão logo anistiados, o gabinete esperava ver implementada a suspensão dos interditos, enquanto D. Vital viajava, o governador do bispado de Olinda aderia à autoridade civil com a suspensão do interdito; no Pará, o governador do bispado só acatou o pleito do governo depois da anuência de D. Macedo, ao justificar ser a suspensão dos interditos, o bispo diz ter sido feito sobre as capelas

[241] Feita via fio transtlantico. Ver COSTA, Antonio de Macedo. A questão religiosa do Brazil perante a Santa Se, ou, a missão especial a Roma em 1873 a luz de documentos publicados e ineditos . Nova ed. com accrescimos e mais corr. Lisboa: Lallemant Freres, 1886.

[242]

[243] Cartas Apoóstólicas de Pio IX, 1/4/1874, resposta a consulta feita pelo bispo de Olinda; Carta Pontifica ao bispo do Pará, 18/5/1874; Carta Apostólica de 28/11/1875; Carta Apostólica de 29/11/1875 resposta às mulheres da Corte do Rio de Janeiro.

e não sobre as irmandades, estas continuariam pendentes, restando atuar outras confrarias em busca de rápida conciliação entre estado e igreja[244], somente em 1882 a igreja conquistará a direção espiritual e material das confrarias rebeladas.

Na Carta Encyclica aos Venerandos Irmãos Bispos do Brasil não há tergiversação, a maçonaria é a culpada por ter se infiltrado nas confrarias pias, além de não contar com nenhuma particularidade como tentaram sustentar os liberais católicos, e acrescenta só ter aceitado o compromisso com o estado caso fossem reformadas as confrarias como indicava na missiva de 29/4/1876[245]. Os regalistas proclamaram vitória com a suspensão dos interditos estampadas no periódico *Nação* (17/10/1875), em Pernambuco; o Liberal do Pará[246] não ficou

[244] Costa, p 287.

[245] Ver COSTA, Antonio de Macedo. A questão religiosa do Brazil perante a Santa Se, ou, a missão especial a Roma em 1873 a luz de documentos publicados e ineditos . Nova ed. com accrescimos e mais corr. Lisboa: Lallemant Freres, 1886. p. 291-298.

[246] Hemeroteca da Biblioteca Pública do Pará. O LIBERAL DO PARÁ. 08/10/1875. Suspensão dos interdictos. A magna questão religiosa levantada no Imperio pelos jesuitas, capitaneados pelos trafegos prelados das dioceses de Olinda e Belem, terminou por uma força ridicula. O poder civil e o espiritual, congraçando-se deram ao mando o espectaculo irrisorio de uma conciliação impossivel. Cahindo de joelhos aos pés do Pio IX para beijar-lhe as sandalias, com ar de contricção, o monarcha brazileiro rasgou as paginas da Constituição, e arrastou no pó dos salões do Vaticano a dignidade nacional. Levantado os interdictos fulminados por d. Vital e d. Antonio contra as irmandades, que não quizeram expellir os maçons do seo seio, o chefe da christandade condemna os actos acintosos dos dous martyres da fé, actos que aliás tinham merecido mais do que a applicação, os louvores da curia romana. A monarchia sacrificou o seo prestigio; porém não foi menor o sacrificio do representante da theocracia. O poder moderador amnistiou os bispos; os maçons foram amnistiados pelo papa. O poder civil annullou o julgamento dos tribunaes superiores do paiz, fez sepultar em perpetuo esquecimento a rebeldia dos principes da igreja e dos seos propositos; o poder espiritual nulificou as anathemas vibrados pela intolerancia dos bispos, e lançou um véo sobre a resistencia da maçonaria aos ataques do episcopado. Abriram-se as portas do carcere para os prisioneiros da fortaleza de S. João e da ilha das Cobras; vão ser abertas as portas dos templos ás irmandades interdictas. Quem pensara que seria esse o desfecho da luta tremenda, em que o jesuitismo empenhou-se com todas as forças, abusando da imprensa e da tribuna sagrada para motivar sobre os seos adversarios os mais grosseiros insultos, as mais infames calumnias? Quem acreditar que depois de quasi tres annos de porfiado combate, os lutadores depuressem as armas para se darem o esculo de Judas? Pois valeu a pena para chegar a esse resultado, perturbar a paz das consciencias, levantar um schisma entre um povo catholico, plantar a discordia no seio das fazendas, e tudo isso com detrimento da religião de nossos pais? Se por um lado nos quer parecer que o Estado dando o primeiro passo para uma conciliação, que não pode manter-se por muito tempo, abdicou a sua supremacia, e favoreceu as pretenções absurdas do ultramontanismo, que julga poder fazer retrogradar a sociedade moderna para a idade media; por outro lado a igreja desmentio a sua infalibilidade, rasgando as bullas que coademnam a maçonaria como uma seita perigosa e inimiga da religião; e submetendo-se ás exigencias do poder civil, para poupar aos bispos a vergonha de uma retractação. Já vêem os associados da catholica que não havia motivo para tanto regosijo para tanta festa e gritaria. A amnistia dos bispos foi a consequencia de um contracto bilateral, cujas condições só mais tarde hão de ser trazidas á publicidade. Entretanto, o primeiro já é conhecido, isto é, o levantamento dos interdictos (...) que escandalisarão com o seu insolito procedimento, afastando do aprisco as ovelhas confiadas á sua guarda. Elles devem ser os primeiros a reconhecer que já não podem ser (...) de um povo, que foi victima de sua perseguição e do seu odio. Seria preciso que a fatuidade os obcecasse de tudo para não verem que o levantamento dos interdictos decretado pelo Papa importa na mais completa reprovação a série de desatinos, que não seguirão ao brado do exterminio lançado pelo episcopado contra a maçonaria brazileira. Se presão a sua dignidade, elles não podem deixar de resignar o seu elevado cargo da hierarchia sacerdotal. Cumpre entretanto dizer q', quaesquer que sejam as concessões de Roma, a luta não está ainda terminada, de novo o repartimos. O jesuitismo é um inimigo perdido e temivel, sabe ceder a proposito para ganhar terreno e mais tarde impor-se ás consciencias fanatisadas. Embora o governo adormeça á sombra dos seus louros, embalado pelas hosannas dos lisongeios de sotaina, que ainda ha pouco gritavam contra o cesarismo; não descansem os

atrás e cantou vitória pela suspensão dos interditos, contudo não se iludiu, o retorno dos bispos às dioceses representava para estes católicos liberais a retomada da agenda ultramontana reforçada pelo empoderamento do papa por continuar a recomendar o preceito da autoridade da igreja, negando ao estado a primazia do poder temporal sobre a igreja; ao acordar com a Sé de Roma, a despeito de esta ter condenado as atitudes impensadas de dois bispos radicais no início da Questão Religiosa, convém lembrar sem Pio IX ser informado completamente sobre o possesso movido pelo poder civil contra os bispos, o poder moderador conciliou imediatamente a tradição, mas é criticado por haver transigido com o jesuitismo travestido nas sotainas para avançar sobre as conquistas modernas. Estes católicos liberais apontaram o oportunismo da igreja que preferiu o pacto com o estado largando para segundo plano suas verdades proferidas nos dogmas já confirmados na história da igreja como as reiteradas condenações à maçonaria. Obviamente a igreja usou da política para recompor suas relações com o estado, esta prevenção não faz jus à conduta da hierarquia, nem por isso o episcopado nacional recuou em ratificar suas teses de depuração da influencia maçônica sobre a igreja.

A defesa da liberdade religiosa foi parte da cultura modernizadora, maçons, protestantes e católicos liberais mobilizaram esta tese e não gozaram de paz como não deram também aos ultramontanos. Transformar o conflito apenas numa questão de estado não é acertado, as incompreensões da cultura liberal e da cultura católica continuariam a ser processadas e recombinadas até a posterior separação de estado e igreja. Não era simplesmente fazer cumprir e respeitar as leis com toda a energia, nem de submeter e castigar os bispos diante da desobediência ao imperador, mas a validação da teses regalistas, versus as teses ultramontanas, versus as teses liberais. As passionalidades existiram mas não foram suficientes para manter a tendência do conflito, José Honório justifica o caráter de D. Pedro II e Rio Branco para levarem adiante a pendenga[247], Nilo Pereira ancorou D. Vital num tipo particular, dotado de força moral como reconheceu Oliveira Lima, desde a eleição divina fruto da sobrevivência romantizada de ter um religioso na família ao encontro com o espírito da época de um dever de consciência como propalavam os liberais[248].

---

liberaes, e combatendo as doutrinas perigosas do ultramontanismo, preparem o caminho para a conquista da liberdade religiosa, de que depende o engrandecimento, futuro do paiz".

[247] "D. Pedro tinha o espírito fortemente imbuído do preconceito anti-sacerdotal. Ele não era propriamente anticlerical; o que não lhe inspirava interesse era a própria vocação religiosa; evidentemente o padre e o militar eram aos seus olhos de estudioso infatigável de ciência, senão duas inutilidades sociais, duas necessidades que ele quisera utilizar melhor: o padre, fazendo-o também mestre-escola, professor de universidade; em vez do militar, um matemático, astrônomo, químico, engenheiro". Ver Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império, ob. cit., II, 259-260. In: Rodrigues, José Honório. Atas do Conselho de Estado obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar, Brazil, Conselho de Estado. Brasilia: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973. p 6.

[248] Pereira, Nilo.D. Vital e a questão religiosa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1986, p 134-135.

Reformar o estado brasileiro com vistas ao terceiro reinado foi uma política de elites, mas atingiu a convivência religiosa na igreja ao despertar a vocação do episcopado para liderar a religião sem as peias do poder civil, não obstante a opção de separação estado e igreja fosse secundaria, somente as formas mais radicais da maçonaria, cujo exemplo mais elaborado foi Ganganelli (Joaquim Saldanha Marinho)[249]no Rio de Janeiro, encetaram a possibilidade de independência completa de estado e igreja; coube a Lauro Sodré[250] no Pará figurar nas hostes que tentaram a efetiva suplantação do regime de religião oficial sagrado na constituição. D. Vital no seu celebrado "Resumo Histórico da Questão Religiosa no Brasil" (Roma, 18/12/1875) sustentou os direitos ancestrais da hierarquia para governar a igreja sem a interveniência do estado, sobretudo conjurando a maçonaria, enquanto D. Macedo Costa aporia "Direito contra Direito, ou o Estado sobre tudo. Refutação da Teoria dos Políticos na Questão Religiosa" no qual sustenta a historicidade da aliança estado e igreja como bloco de poder e como contraponto denega o regalismo do barão de Penedo[251]. A idéia de uma terceira explicação apoiada em Joaquim Nabuco precisa ser datada, suas desconfianças com o regalismo e com o ultramontanismo estiveram patentes, seu catolicismo ilustrado embora tenha abandonado a mística temporariamente, tornou a absorvê-lo como testemunha sua insistente busca de atrair a Sé para a causa da modernização de combate à escravidão.

A deseunião e insegurança no episcopado ralatado por D. Macedo recobriam as dificuldades de empreender a reforma da igreja segundo os postulados ultramontanos, porém alarmava a hierarquia a possibilidade do estado fomentar a reforma abusando da concentração do poder político sobre o poder eclesiástico. A teoria das duas espadas foi revigorada no ultramontanismo, a idéia de paridade do poder espiritual com o poder civil sugeria uma superioridade do primeiro[252], situação repudiada pelo regalismo modernizador do final do oitocentos. No fervor da Questão Religiosa a carta enviada por D. Antonelli teve um efeito devastador sobre a unidade do episcopado, D. Lacerda, instado por Monsenhor Ferrini procura dissuadir os bispos, os protestos de Sangini são moderados, mas Olinda e Pará puderam contar com o apoio expresso de Mariana e do primaz do Brasil, atraindo a militância católica no entorno do campo para frear as manobras evasivas do estado, enquanto o Barão de Penedo desviou a atenção de Pio IX para criar uma cunha na unidade do episcopado. Quando os bispos foram presos, o poder civil obliterou a possibilidade de uma paz armada,

---

[249] Marinho, Joaquim Saldanho/ganganelli. A egreja e o estado. Rio de Janeiro: Typ. Imp. ET. Constité J. C. de VVilleneuve & G %, Rua do Ouvidor, 1873.
[250] Sodré, Lauro. Crenças e opiniões. Belém : Typ. do Diario Official, 1896.
[251] O Barão de Penedo e a sua missão a Roma, Rio de Janeiro, 1888; e A Questão Religiosa perante a Santa Sé, ou a Missão Especial em Roma em 1873. à luz dos documentos publicados e inéditos. São Luís do Maranhão. 1886. In: Rodrigues, José Honório. Atas do Conselho de Estado obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar, Brazil, Conselho de Estado. Brasilia: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973. p 7.
[252] Hackmann, Geraldo Luiz Borges. Amada Igreja de Jesus Cristo, Manual de Eclesiologia como Comunhao Organica. Porto Alegre: Editora: EDIPUCRS - PUC RS 2003, p. 37; Strefling, Sergio Ricardo. Igreja e Pode: Edipucrs - Puc Rs, 2002, P. 15.

situação só resolvida com a soltura dos bispos para poderem seguir as ordens de Roma. Convencidos da vitória, o regalismo (imperador, Rio Branco) não interveio no poder judiciário para parar o processo alegando "escrúpulos constitucionais"[253]; com efeito, o poder civil optou por subordinar o poder eclesiástico no Brasil sufocando a lealdade da hierarquia a Roma.

Podar a força secular da igreja durante o século XIX foi uma tarefa de grande significação para subordinar o poder religioso ao poder temporal do estado nos regimes aonde o padroado foi vigente, esta tarefa contou com forte oposição do projeto ultramontano[254] pois este acreditava precisar de uma base material para ativar o sentido místico da religião. O clero brasileiro sentiu-se fortalecido após a anistia dos antistes, sobreveio à necessidade de organização da igreja pela hierarquia, as opções compreendiam o recurso à formação do partido católico, a constituição de confrarias e paróquias sem a intervenção do estado, a elevação de seminários sob a direção exclusiva dos bispos sem descuidar das possíveis limitações propostas pelos liberais no projeto de reforma de 1868 (eleitoral, judiciária, abolição de recrutamento, emancipação de escravos, por termo ao absolutismo), identificadas na Frente Regalista, capitaneada pelo partido conservador, cujo princípio foi impor barreiras à igreja, enquanto a Frente Ultraliberal ao ameaçar o regalismo incomodava muito mais a igreja ao propugnar a supressão de qualquer foro distinto ao poder religioso e eclesiástico como demonstra a contestação de *A Boa Nova*[255]. Lustosa mostra como a *Comissão do Clube da Reforma* afetava a igreja por subtrair abrupta e irremediavelmente o registro religioso, cemitério religioso, liberdade de religião e culto e fim das referencias à religião na cultura do estado e nenhum impedimento à imigração de membros de outra religião, isto parecia a "guerra de nervos movida contra a igreja"[256].

Responsabilizando a arrogância da maçonaria infiltrada nas irmandades, Boa Nova[257] move seu esquadrão para empatar o crescimento da cultura liberal dentro do campo católico na diocese do Pará e Amazonas, alguns clérigos se notabilizaram na articulação do partido católico como foi o caso do Padre Dr Mancio Caetano e Cônego Aragão[258], o primeiro persegue este caminho até à posterior proclamação da república, enquanto o segundo foi alçado a condição de 1º Bispo do Amazonas. Lustosa tende a identificar esta ação como iniciativas regionais e locais durante o fim do império como foi o caso do Padre Romualdo Maria de Seixas Barroso batendo-se nos jornais católicos pela criação do partido animado

[253] COSTA, Antonio de Macedo. A questão religiosa do Brazil perante a Santa Se, ou, a missão especial a Roma em 1873 a luz de documentos publicados e ineditos . Nova ed. com accrescimos e mais corr. Lisboa: Lallemant Freres, 1886. p. 185-247.
[254] Cf. Maria da Conceição Silva. A discussão política da secularização do Estado Brasileiro no século XIX. REB, Nº: 265, VOL 67, Janeiro, 2007, p. 149.
[255] Ver A Boa Nova XIII, Domingo, 6/3/1875, p. 11. Arquivo da Arquidiocese de Belém do Pará.
[256] LUSTOSA, O. F. Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 35.
[257] Ver A Boa Nova, vol 39, 19/5/1875; e 26/2/1876, p. 2. Arquivo da Arquidiocese de Belém do Pará.
[258] Neves, F. A. F. A ação parlametar da igreja na Assembléia Provincial do Pará. Belém: Monografia do curso de graduação em História/UFPA, 1989.

pelas idéias ultramontanas, teria contado com os préstimos de D. Joaquim de Melo, bispo de S. Paulo, ainda antes da Questão Religiosa, foi uma alternativa dos ultramontanos para combaterem a indiferença religiosa, sem considerar não se tratar de uma indiferença, penso eu, mas tão somente do forte apreço à experiência religiosa tradicional e popular dentro da convivência religiosa nas dioceses controladas pelos bispos ultramontanos. A idéia de conformar um partido católico teve acolhida em Goiás, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul[259]. Este não vingaria devida a ausência de centralização suficiente no episcopado para projetar uma articulação deste porte.

Incidental foram as menções ao partido católico até 1890 devido situação nova da proclamação da república, as experiências internacionais serviram de inspiração mas faltava o esteio do episcopado para dirigir senão a política, ao menos para abençoar estas intervenções. As desconfianças com a cultura liberal pesavam sobremaneira e a igreja preferiu uma composição com os regalistas na expectativa de manter-se no bloco de poder enquanto aprofundava a organicidade do campo católico.

Ocorria uma investida contra os patrimônios das corporações religiosas desaparecidas ou em vias de desaparecimento pelo estado graças ao artifício da lei de mão-morta, a expulsão dos jesuítas, a proibição ou bloqueio da entrada de frades estrangeiros, a incapacidade jurídico-eleitoral dos religiosos, afetaram sobremaneira a reprodução da igreja, devendo os bispos eleger quais eram as prioridades além daquelas já enfrentadas. Conquistada a solidez doutrinaria com a negação teórica do regalismo havia ainda a condição prática da dependência da igreja em relação ao estado para obter suas rendas para sobrevivência do clero, manutenção dos lugares de culto estendido à reprodução das crenças e valores como a obrigatoriedade do ensino religioso na instrução pública até então sob monopólio católico; enraizado na cultura brasileira este catolicismo legitimava quem ocupava os cargos públicos pelo necessário juramento sobre os santos evangelhos, na convivência ordinária das festas dos santos[260], no combate aos protestantes[261], no combate a maçonaria[262]

[259] GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. São Paulo: A Consolidação do catolicismo Ultramontano em Sâo Paulo no bispado de D.Lino Deodato/Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 1991, p307; Gonçalves, Eduardo Cordeiro. Projecto de programa para a organização do Partido Católico: Um debate no último quartel de Oitocentos. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2856.pdf. Capiturado em 13/5/2008; NEVES, F. A. F. Partido Católico no Pará: O Partido de Deus na Secularidade. In: Rosa Acevedo Elizabeth Marim. (Org.). A Escrita da História Paraense. Belém: Naea/Ufpa, 1998, v. , p 169-183. SILVA, José Trindade da Fonseca e. Lugares e pessoas œ Subsídios eclesiásticos para a história de. Goiás. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948, p. 320.

[260] D. Luis Antonio dos Santos em sua diocese investe na oferta dos sacramentos para atrair os católicos, particularmente nos momentos das festas dos santos como foi noticiado em Marangupe, interior do ceará na Festa de N. S. Nesta oportunidade todos os padres podem celebrar missa, conforme seção da Folhinha Eclesiástica do bispado do Ceará expressamene o dever da nota que faz. Maranguapense, 10/1/1875, p. 2. CD 2, Instituto de Estudos do Brasil/USP.

[261] O protestantismo era abertmente criticado por depositar tanta confiança na livre-consciencia, proclama a "verdadeira fé não reclama louros", os católicos devem confiar na autoridade da igreja e sua direção, e sus dogmas como a infalibilidade papal. Maranguapense, 31/1/1875, p. 2. CD 2, Instituto de Estudos do Brasil/USP.

e a cultura liberal. Em suma, não havia como estabelecer um único roteiro, contudo a cesta de propostas do ultramontanismo foi comum a exemplo de D. Luis Antonio dos Santos na diocese do Ceará ordenando aos padres a oferta dos sacramentos nos momentos de devoção estabelecendo um nexo com os modos de "ser católico" da segunda metade do século, compreendendo o modelo tradicional e o modelo popular, bem como nos avisos, anátemas e prédicas contra os erros como a crença na livre-consciência abandonando a segurança da orientação da igreja.

Sem a realização de reuniões periódicas, o episcopado teve de empregar os elementos da correspondência, mas sobretudo da palavra impressa dada ao publico nos jornais diretamente sob seu julgo, ou através da influencia nos outros demais jornais plantando sua orientação na agenda da sociedade política e civil sobre as reformas do estado e suas relações com a igreja, partidos e exército no império.

Tenho explorado os jornais para exibir o pensamento das correntes em disputa, a própria organização da imprensa para vulgarizar as idéias dos campos: regalista, liberal e ultramontano gestou a indentidade e o espírito de corpo necessário à mobilização criada por esse vetor da modernização, representado pelo periódico, com o poder de arregimentação e formação dos quadros letrados e intelectuais envolvidos no debate, permitindo a constituição de associações, grêmios, clubes e partidos, mas a igreja sempre teria os púlpitos, canais de proposição de massas, enquanto seus adeversários tiveram vedado esse veículo. Isto não autoriza o juízo da dianteira da igreja frente aos concorrentes, tão somente afirmo ser um dispositivo a mais no arsenal da igreja para inculcar suas concepções em longo prazo, como ficou ratificado no *continum* da reforma ultramontana.

As correspondências pessoais podem ser percorridas quando o epistolar é fluente, nem todos os bispos tiveram essa distinção, D. Macedo embora profícuo no gênero não guardou um apreço particular para o entendimento com seus irmãos do episcopado. A volumosa correspondência guardada no IHGB não exprime o contato dentre os bispos, ela é residual, contudo ela é nos sugere algumas pistas quando conseguimos encontrar o retorno das missivas. Por outro lado, na imprensa houve referências aos contatos físicos entre os bispos que não podem ser desprezados, pois nestas ocasiões são celebradas não apenas os cerimoniais de investidura e sagração, foi o instante privilegiado para pactuarem o significado ultramontano alinhando uma identidade particular do colégio de bispos animados pela Sé de Roma, calcado em uma concepção de mundo tradicional, amparado na infalibilidade papal, no exclusivo poder eclesiástico, dotado de força moral e teológica capaz de moldar o clero e os

[262] O livre exame em matéria de fé é um perigo segundo a igreja. 7/2/1875, p. 1; A igreja universal deve ensinar todas as verdades, frisam, todas, 14/2/1875; igreja tem uma única doutrina, não há doutrina secreta, referindo-se a maçonaria e a cultura liberal, 21/2/1875. Maranguapense, CD 2, Instituto de Estudos do Brasil/USP.

fiéis a compor o campo católico reformado para enfrentar as ameaças representadas nas concorrências protestante da imigração, da maçonaria, do liberalismo e do socialismo, ou o pior de tudo a indiferença religiosa pronunciada na deserção das elites dos ofícios dos sacramentos até a aberta dissolução da convivência religiosa católica, sem sequer reter qualquer modo de experimentar a religião.

Os jornais, as correspondências pessoais, os ofícios tratados com o governo, as leis promulgadas todos os anos nas assembléias provinciais e câmaras, seguindo o rito nacional conferem um corpus documental expressivo, senão para identificar rotas percorridas pelos antistes, permitem captar o exercício de gestão espiritual e material das dioceses em contato/ conflito/ contrato da igreja com o estado. Quando soçobra a monarquia, a igreja teve de haver-se para reconstituir a solidariedade ativa com o estado sem mais estar presa ao fardo do padroado.

Ofereço uma imagem para percebermos a construção do pacto como segue, com a exceção de D. Viçoso, todos os bispos durante a Questão Religiosa foram sagrados por Pio IX, a doutrina ultramontana ganhava espaço no Brasil antes da década de 1860, os lideres da igreja no Brasil não conheciam unidade entre si, a paridade do báculo e mitra nas dioceses estavam se revelando graças às características pastorais, fruto da formação doutrinal e de um projeto de reformar a igreja. Uma vez mais fora regra, D. Viçoso, todos os prelados eram brasileiros, o diagnóstico do catolicismo de aparências e sem conteúdo se igualavam nas dioceses, ao retornarem da Europa pretendem não somente depurar as formas exóticas ou pervertidas como os modos de experimentar do catolicismo (tradicional, popular e ilustrado), mas implantar o modelo, segundo acreditavam, adequado – o catolicismo romanizado. Postando em cada diocese um *condottiere*, a igreja, sob Pio IX, foi capaz de assegurar uma linha de comando capaz de ultrapassar a mera representação diplomática, em contrapartida a igreja brasileira ansiava por ganhar uma representação nacional investida da sacralidade do catolicismo universal para dirigir moral, espiritual e materialmente o rebanho.

Tomo a linhagem de D. Macedo Costa ordenado bispo no dia 21 de abril de 1861, tendo por celebrante o Internúncio Apostólico no Brasil, Dom Mariano Falcinelli Antoniacci, OSB, esta é uma condição privilegiada. Não muito distante coube ao bispo de toda Amazônia consagrar Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo[263], este durante o bispado de D, Afonso Torres no Pará, ostenta a formação ultramontana, à frente da diocese de Goiás bateu-se com a maçonaria, o padroado, sobretudo com a polemica dos matrimônios civis e inter-religioso, posteriormente é alçado ao solio primacial na Bahia onde continua a validar as teses

[263] Não foi formado na Europa, porém recebeu no Rio de Janeiro educação romanizadora. Manifestou uma pastoral específica sobre os matromonios. CF. Maria da Conceição Silva. Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 23, nº 46, pp123-146 - 2003. Relacionado como Vigário Geral do Bispado do Pará na Cronologia eclesiástica da Amazônia. Ver Ramos, idem, 1952, p 43.

ultramontanas; durante a Questão Religiosa se posta ao lado dos bispos processados e afirma a existência da solidariedade dos outros antistes, em que pese alguma ressalva havida quando da publicação do *gesta tua;* D. Macedo reputa esse incidente intestinos aos bispos pela ação de propaganda da maçonaria incensada pelo estado, além do discreto protesto do Internúncio.

1863 foi preocuoante para hierarquia da igreja devido ao decreto 3073 de 22/4/1863 que uniformizou o estudo das cadeiras dos Seminários Episcopais que são subsidiados pelo Estado foi considerando uma intrusão no governo da igreja devido à subtração de poder eclesiástico ao disciplinar como deveriam ser selecionados os professores. O repto apresentado de modo independente pelos bispos não altera o significado da ação dos mesmos, sobretudo quando se percebe a arquitetura dos argumentos para dissuadir o estado daquela intervenção. Aqui reside o prenuncio da intervenção do colégio episcopal, acredito ter encontrado os fundamentos da Questão Religiosa quando os bispos referem-se a uma identidade própria da igreja e dos direitos ao seu governo sem o intermédio do estado. Por correspondência com o governo, três bispos fizeram seus reclamos sobre quão inoportuna eram as medidas contidas no decreto[264], curiosa foi a espacialidade revelada numa comunhão doutrinaria cortando do extremo norte ao extremo sul; na diocese do Maranhão, D. Luis fez ao império sua interpelação, por sua lavra D. Sebastião no Rio Grande do Sul, além do prelado da Amazônia, todos alegaram o desserviço da medida por atentar contra o direito canônico que estatui os seminários como estabelecimentos eclesiásticos por excelência. Salta aos olhos sobretudo a noção coletiva empregada para dizer que o decreto havia causado tamanha intranqüilidade nos bispos brasileiros, embora o objeto de oposição fosse movido por correspondência particular pelo relatório do ministro dos Negócios do Império, assinalando a concorrência dos bispos pela liderança do episcopado, pois formalmente o solio primacial de D. Manoel Joaquim da Silveira, elevado em 1861, mesmo ano de D. Macedo, engatinhava no exercício do primado, e diante da ausência de um espírito de colegialidade forte, estes prelados saíram a público para manifestar seu desagrado com a medida por afetar ao poder de normalização da igreja[265]. Respondendo a cada um, o marques de Olinda contemporiza e diz estar no direito do estado e agindo para o bem da igreja, disciplinar os recursos recebidos pelos seminários por estas em razão das modificações introduzidas por D. Azeredo Coutinho, tendo o cuidado de não aprofundar as distâncias de entendimento com o episcopado nacional, aproveita o ensejo para justificar esta resolução devida a dificuldade dos bispos procederem a uma medida saneadora para os casos em questão das cadeiras supridas com o erário público; este último argumento reforça meu entendimento sobre a frágil centralização do episcopado para fazer frente ao poder civil, mas esta desinteligência sobre os seminários permitiu a

[264] RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DO NEGÓCIOS DO IMPERIO 1863, A-D-1.

[265] Houve uma carta de D. Sebastião, bispo do Rio Grande do Sul para D. Macedo e D. viçoso em 1863 no qual sustenta os argumentos enviados ao marques de Olinda, demonstrando ao menos um contato direto sobre questões pastorais e do governo da igreja. Carta enviada no dia 14/12/1863 (Lata 412, Pasta 89). Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Fundo D. Macedo Costa.

manifestação dos antistes com a qualidade nova do poder eclesiástico requerendo a exclusividade do poder religioso sobre o temporal governo da igreja, determinando ao estado à condição secundaria de provedor de fundos econômicos à empreitada. Esta união dos bispos brasileiros ficou patente no Concílio Vaticano quando todos os presentes fizeram coro com as teses infalibilistas lá ratificadas, seja no plano doutrinal, seja no plano material.

Em visita *ad limina* a Roma em 1867 pelo menos três bispos tiveram contato antecedendo à caravana do concílio. Não havia os interditos sobre as confrarias, mas existia um jornal católico, sob os auspícios do bispo em cada diocese, este é um indício representativo do *modus operandi* da igreja no século para barrar o avanço liberal, esta condição não deve ter passado desapercebida pelos bispos como não foi por sues adversários. Tantas outras posturas e pastorais podem ser arroladas neste sentido. As recorrentes visitas pastorais empreendidas no interior das províncias foi uma prática muito difundida pelo ultramontanismo como forma de acompanhar e explicitar diretamente o ensino do catolicismo sacramental, a denuncia dos erros do secularismo ao destituir o dogma e a igreja como fiel depositaria da verdade, a reforma do ensino e organização dos seminários, o governo da igreja como um monopólio do poder eclesiástico exercido pelo clero, sob as ordens da hierarquia centralizada nos bispos, subordinados ao papa, constituindo um corpo sagrado e particular distinto dos leigos e suas associações, a reivindicação da união trono e altar com o devido compartilhamento do poder, a noção de uma salvação na mesma igreja; estas principalmente, além de outras, compunham um leque das intervenções do campo católico em formação.

Seria de duvidar não terem os antistes em sua viagem entabulando uma aferição das situações em suas dioceses respectivas, afinal as contraposições à maçonaria, ao protestantismo, aos registros civis, aos cemitérios civis, as intervenções nos seminarios foram implementadas em todas dioceses com variações de acento, preservando o conteúdo da autoriade da igreja frente aos costumes e a moral, mas sobremaneira sobre o modo correto de experimentar a religião. As aproximações são todas evidentes para captarmos a disposição da igreja para separar-se da infuência do padroado enquantro edificava a autonomia do campo católico, mas faltava o liame para atar os bispos brasileiros internamente. Essa mistura não bastava ser programática, isto fora conquistado com a formação ultramontana, eles necessitariam experimentar o sentido místico a lhes creditar o sentido religioso. A noção de perseguição religiosa possivelmente foi amadurecida no Concílio Vaticano em meio à perda dos territórios sob o governo do papa. Paradoxalmente quando se proclamaram verdades reveladas, a igreja foi debilitada em seu poder temporal, afetando justamente na capacidade de reprodução da sociedade tradicional. Esclareço previamente tratar-se do significado vivenciado de perseguição mais do que qualquer arranjo abstrato, o problema incide sobre a certeza de uma concepção de mundo revelada na história na expectativa de redenção.

Soltos os bispos em 1875, a solidariedade ativa da igreja com o estado deu provas de folego e foi preservada no quotidiano da diocese e das provincias como fica claro na correspondência do Conego José Joaquim F. Sousa ao presidente da província do Grão-Pará, comunicando estar no exercício do cargo de capelão-mor do exército nomeado pelo imperador pelo Decreto de 12/12/1874[266], esperando contar com o auxilio deste para bem prover o exército do ministério sagrado do corpo eclesiástico. Este ofício é um indicador de como foram processadas as investidas do estado para ofertar serviços simbólicos do catolicismo nas instituições do estado. Amparado no Decreto 5679, o estado não descuidou da religião oficial, procurou meios legais para estatuir esta experiência religiosa. O desagrado dos bispos era provocado pela ausência de um contato mais estreito sobre como deveria ser plasmado este estatuto.

1877 ofereceu a oportunidade para estreitar as relações no episcopado nacional quando os bispos de Goiás, Mariana e Cuiabá, susseraniados por D. Lacerda tiveram presentes para testemunhar o recebimento do palio arquiepiscopal por D. Joaquim Gonçalves de Azevedo; antes de partir para Europa, D. Vital esteve unido a estes, não alcancei registros das discussões, mas é razoável esperar dos prelados uma avalição do estagio da reforma ultamontana no Brasil e as expectativas das relações da igreja com o estado, do poder eclesiástico com o clero e o laicato; contudo a inconteste liderança mística atingida por Olinda não foi suficiente para organizar o episcopado para os confrontos vindouros[267], a submissão à Sé de Roma não prescindia a elaboração de um programa católico a ser colocado para disputa na esfera da secularidade, a exemplo da concorrência em curso na esfera da espiritualidade para conformar o campo católico. O registro restante desta ocasião foi a apresentação ao papa Pio IX do nome de padre Anchieta para a canonização, na qualidade de padroeiro do Brasil, representava a unidade da hierarquia na construção de um modelo de santidade quando a igreja fazia coro com o estado na conquista de súditos para o estado e almas para igreja. Este compromisso foi reforçado pela interseção da princesa Isabel junto a Roma para ver atendido o pleito da hierarquia brasileira[268]. Outro encontro produtivo se efetuou na Sé de Pedro em 15/7/1877 entre D. Lacerda, Monsenhor Aneyros arcebispo de Buenos Aires e D. Macedo de volta de sua visita a Terra Santa para homenagearem o pontífice por seu jubileu, dentre os muitos discursos brindando ao papa, a palavra do representante do catolicismo da Amazônia

[266] Fundo Secretaria da Presidência da Província, série Ofícios, 1877. Arquivo púbico do Pará.

[267] Ferdinand Azevedo SJ – Os antecedentes históricos do conflito entre Dom Vital e o regalismo brasileiro e a sua resolução ineficaz. REB, Nº: 269, Volume: 68, Janeiro, 2008, 91-126.

[268] Pe Viotti ficou atento ao envio da correspondência ao papa, embora só D. Lacerda tenha assinado o pleito de beatificação arrola a possibilidade da subscrição à tese, sobretudo quando reforçado pelo endosso da princesa Isabel ao encaminhamento para canonização do padre Anchieta feito pelos bispos11/7/1877 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Correspondência de Governo a Governo, Cartas de Chancelaria, Santa Sé, 277/3/10e. Pio IX e o Brasil por Pe. Hélio Abranches Viotti, SJ. REB , VOL 23, fasc 3, setembro de 1963, 659-680.

foi feito em italiano, conforme *O Apostolo* de 5/9/1877[269], no qual salienta os feitos do restabelecimento da hierarquia na Inglaterra e Holanda, da promulgação do dogma da Imaculada Conceição, da condenação veemente da franco-maçonaria, a censura pública dos erros modernos, a convocação do concílio ecumênico e a decretação do dogma do magistério infalível do sucessor de S. Pedro, apesar das investidas dos inimigos na Polônia, Roma, Alemanha, França, Suíça, Brasil e Áustria, continuou o pontífice invencível por todo o campo católico, dos bispos clero e povo[270].

Porque o catolicismo brasileiro em meio à rede de contatos estabelecidos não logrou a imediata concentração do poder religioso sob o poder eclesiástico? O descompasso não se resumia a uma questão de vontade, mas a concorrência dos modos de "ser católico" havia contribuído para um sentido de autonomia não apenas para a hierarquia como desejavam os ultramontanos, também o catolicismo nas formas: tradicional, popular e ilustrado havia conquistado um espaço de experiência nos templos sem ser preciso romper com a supra-identidade católica. Embora distante do mercado de fé da contemporaneidade, o catolicismo absorveu essa dinâmica na história da igreja. Somente quando a igreja soube promover a polarização do rito sacramental em relação à experiência religiosa a hierarquia se credenciou para governar o esteio da convivência religiosa a atar os dois extremos. A resolução desta equação foi assimilada pelo episcopado durante a Questão Religiosa, pois os bispos testaram e compreenderam os limites impostos à confecção da colegialidade nacional como medaidora do universalismo da religião católica. Drama evidente quando considerado a separação estado igreja; uma vez mais a polaridade, mais ainda o esteio permaneceu em disputa entre a esfera espiritual e a esfera secular, entre a cultura católica e a cultura liberal.

O pacto entre os bispos foi efetivado, ele dirigiriu o campo católico contra os ataques liberais, mas a caractrística de centralização da igreja ocorreu com a concorrência dos bispos pela liderança do episcopado. D. Macedo destacou-se na peleja ao covalidar as ações de D. Vital em sua diocese, deste modo instou os outros bispos a seguirem este procedimento de mistificação e suplicio ancorado na doutrina ultramontana em voga, reforçando os laços de solidariedade do poder eclesiástico para conquistar a supremacia sobre o poder religioso frente ao restante do clero, laicato e estado(padroado). O significado apreendido da aliança do episcopado foi observdo nas querelas seguintes quando eram atualizuados nas dioceses e novamente validados nos juízos dos bispos o sentido de autonomia para a igreja finalmente consolidado na redação da Pastoral Coletiva de 1890.

[269] Jornal católico da diocese do Rio de Janeiro.
[270] Pe. Hélio Abranches Viotti, SJ. REB , VOL 23, fasc 3, setembro de 1963, 659-680.

CAPÍTULO 4

QUESTÃO NAZARENA – QUESTÃO RELIGIOSA.

4.1 PROCISSÃO CIVIL E PROCISSÃO RELIGIOSA: DE QUEM ERA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

Outra versão[271] da Questão Religiosa ainda na década de 1870 foi à chamada Questão Nazarena, na prática é a continuação dos conflitos entre estado e igreja, mas particularmente acentuada por tocar o culto àquela já prestigiada como a santa maior dos paraenses. De um lado postaram-se os devotos da virgem num mosaico bastante complexo e diverso, desde conservadores, liberais, maçons, irmãos de Nazaré, mulheres devotas, de outro temos os acólitos dos padres, párocos colados, padres adjuntos, padres interinos, os cônegos e na Sé, o bispo D. Macedo Costa e seu cabido insistindo para colocar sobre seu controle o conjunto da experiência nazarena. Havia uma concorrência declarada entre o culto a Maria no Mês de maio no qual se celebrava a Imaculada Conceição, estatuída em dogma desde 1864 e a festa de outubro, mês para o qual transitara a festa de Nazaré. Embora a hierarquia da igreja fizesse grande esforço para avivar a fé da religião segundo os cânones romanos, a maioria da população já tinha sido conquistada pela tradição paraense bem fincada na santa achada pelo caboclo Plácido nas margens do igarapé Murucutú. Reforçada pela instituição civil ao determinar em 1793 a trasladação da dita santa entre a capela do Palácio Governamental, a época dirigida pelo Capitão-General do Rio Negro e Grão-Pará Francisco Silva Coutinho, à ermida de Nazaré[272].

---

[271] Ou seria uma seqüência dos acontecimentos inacabados da chamada Questão Religiosa? A inauguração de um novo ato da peça sobre o confronto estado e igreja na segunda metade da década de 1870 prolongando-se até o inicio da década de 1880 apresenta as outras faces da concorrência por espaços entre a esfera da secularidade e a esfera da espiritualidade. A permanência na mudança da tensão estado e igreja sem alterar ainda a qualidade da mudança pode ser atestada pela vitória obtida pela igreja em controlar o núcleo da cultura mística no que respeita à religião católica, contudo as separações na estrutura do padroado já se pronunciavam.

[272]Há uma reprodução de diversos autores sobre a lenda do Círio, considera-se Arthur Viana o primeiro a estabelecer a datação ao descrever sua etnografia sobre a festa em Belém. VIANNA, Artur. "Festas populares do Pará". *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, t. III. Belém, 1904. Sempre citando Vianna temos: ALVES, Isidoro. *O carnaval devoto – um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis, Vozes, 1980. BELTRÃO, Jane F. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará*. Belém, Museu Emílio Goeldi/ Ed. da UFPA, 2004. DUBOIS, Pe. Florêncio. *A devoção à Virgem de Nazaré*. Belém, 1953. GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo, Nacional, 1955 (Coleção Brasiliana). MAUÉS, R. Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém, Cejup, 1995. Amaral, Rita. Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério". Disponível em publicação eletronica na Internet, via WWW. URL: http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html. Capturado em 28/03/2008.

Uma capela acanhada era o refugio da santa, era também a área de expansão da cidade situada na Rua Imperatriz, comportando um arraial aberto aonde se edificavam vários barracos e toldos para divertimentos variados e alimentação durante os festejos da santa. Em 1877, ainda governa a província os conservadores com o Dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho[273] quando fez sua fala na Assembléia em 16 de fevereiro, logo se aproximaria o fim de um longo governo do partido sob o qual se afiançava; a era de paz depois da guerra do Paraguai e da pacificação interna com a anistia dos bispos faz dois anos. Tanta confiança neste panorama permitiu ao Bispo Antonio de Macedo Costa se retirar do Imperio para ir a Roma em visita *ad limina Apostolorum,* deixando no governo da diocese o Rvd°. Conego e Vigario Geral Sebastião Borges de Castilho. Os reclamos pela assistência financeira não paravam de chegar de todos os recantos da província sendo os mais drasticos os casos de Santarém e Cameta, logo socorridos pelo poder civil para gerar algum conforto nas paróquias, proclamando porém ser responsabilidade de todos e não apenas do estado, como atesta o relatório da presidencia da província sobre as condições do culto público.

> E' lameritavel em um Paiz como o nosso, onde há urna Religião de Estado, e é tão profundo **o** sentimento religioso, não se mantenha, em geral. o 'culto publico con a decencia e brilho congruentes aos actos da Igreja. Conforme já tive o caso de *dizer* em outra Provincia, este quasi' abandono, que muito depõe contra a sinceridade da crenças, não é licito attribuilo exelusivamente ao pouco zelo dos Ministros da Religião. Causas bastante conhecidas de vós concorrem para isso, não sendo a menor a falta de educação civil e religiosa no interior do pais, onde infelizmente o povo entende que tudo depende do Governo, e que este deve até dirigil-o na manifestação de suas ideas religiosas, esperando delie a construcção e reparo das Igrejas, provimento de alfaias e paramentos para a celebração do culto, &.
> **A** justa influencia, que os sacerdots da Religião exercern entre os fieis, cumpre que seja applicada a dissipar esse preconceito, afim de conseguir a manutenção do culto sem aguardarem o auxilio, muitas vezes tardio, dos poderes publicos.
> Segundo as informações que tenho colhido, quasi todas as Igrejas da Provincia precisão de reparos ou de reconstriicção, e em geral não teem as alfaias e paramentos para celebração dos actos religiosos. Seria conveniente que fosse annualmente consignada uma quantia para compra dos pramentos mais necessarios ao culto, e distribui-los estes ás Matrizes de Fregnezias, cuja população, pela sua pobresa, não podesse concorrer para a compra dos mesmos.
> D'entre as Igrejas, que mais precisam de reparos, estão as Matrizes das importantes cidades de Cametá e Santarem. Quanto á esta, o meo antecessor por Acto de 20 de Abril do anuo passado,

[273] Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abrio a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assemblea Legislativa da provincia do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877 (APEP).

> nomeou, em virtude do art. 5 § 1 da lei do orçamento vigente, uma cornrnissão encarregada de leval-os a efleito, mandando pôr á disposição da mesma a quantia de 3:OOO00O réis, decretada para esse fim no § 4. do art. 9.° da lei n. 825 de 25 de Abril de 1874. Infelisniente a insufficiencia dos recursos do Thesouro Provincial, nao perinittio que fosse entregue a referida quantia. Espero, porem, em breve niandar realisar os concertos a que me tenho referido, afim de que nto continuem os actos religiosos a serem naquela cidade celebrados em urna casa particular, c**ujo** aluguel de 25000 réis mensaes autorisei em 20 de Outubro ultimo. Necessitando de reparos urgentes o revestimento da cupula da Igreja *Matriz* da Freguezia da SS. Trindade desta Capital, mandei effectual-os, de accôrdo com o orçamento, no valor de 150$000 réis e já estão concluidos. Tambem mandei organisar o orçamento, não só da caiaçto e pintura interna e Externa da Igreja Matriz da Freguezia de Santa Anna desta Capital, corno tanibem dos concertos urgentes de que precisa. a magnifica Igreja do antigo Convento de N. 5. das Mercês. [274]

Revestido da função, o presidente da província tenta suprir as demandas colocadas com aportes significativos na oferta de recursos tendo sempre o limite do orçamento para tão grande dispéndios e a pretensa fragilidade da igreja para inculcar essa responsabilidade de angariar sócios para essa empreitada, pois a divisão ec1esiástica na província era de

> "duas Vígararias Geraes, um na Capital tendo nove Varas foraneas e 54 Parochias, e outra no Baixo-Amazonas, tendo duas Varas foraneas e 21 Parochjas.
> Das 75 Parochias, duas não tem ainda instituição canonica, e 48 estão providas de Vigarios, sendo 21 colados e 27 interinos ou encommendados, achando-se 27 vagas. Algumas das Freguezias vagas, segundo estou informado, não tem podido ser providas por não offerecerem absolutamente recursos para a subsistencia do Sacerdote"[275].

A vivência dos católicos não se assentava obrigatoriamente nos moldes estipulados pela igreja, e o governo provincial também se ressentia do parco apoio da sociedade para fazer jus a tantos rogos; apela ao governo central para acudir aquelas situações particulares aonde se conjugavam o templo e nas suas aderências dependencias civis como foi o caso da Igreja do antigo Convento de N. S. das Mercês onde funcionavam Alfandega, Correio, Capitania do Porto, Caixa Econômica e Monte

[274] Idem.
[275] Idem p.63.

de Soccorro. Ainda hoje somente a alfandega funciona no mesmo prédio adjunto da igreja das Mercês.[276]

> Attendendo a que, no Convento annexo a este grandioso templo funecionão a Alfandega, o Correio, a Capitania do Porto e a Caixa Economica e Monte de Soccorro, entendi dever dirigir-me aos Exms. Srs. Ministros da Fazenda, d'Agricultura e (la Marinha, solicitando creditos, ao 1.° da quantia de 4:000S000; ao 2. da de 2:00O0OO e ao 3.° da *de*. 1.:000S, e assim tambem ao Exrn. Sr. Ministro do Imperio o de 4:000S000 réis para serem applicados aos reparos da mencionada Igreja, parecendo-me ser isto devido como uma justa ou equitativa compensação dos serviços, que ao Estado presta o Convento de que faz parte aquela Igreja, Até agora somente recebi resposta do Exm. Sr. Ministro da Agricultura que, em Aviso de 7 de Novembro ultimo, declarou nãopoder ser satisfeito o meu pedido por não haver credito para semelhante despesa.[277]

Este é um exemplo dentre milhares da solidariedade ativa entre estado e igreja na repodução de um ethos civilizatório compreendendo a importancia da educação religiosa e civil para sanear a situação de apatia para com a religião oficial do estado. Os católicos não deixavam desamparada a igreja, ou antes, seus santos padroeiros. N. S. de Nazaré ao lado de N. S. do Carmo do Monte Carmelo, de N. S. Do Rosário, de S. Francisco da Penitência não davam razão de queixa, isso se eles próprios pudessem falar, mas segundo creiam os católicos nas suas bem-aveturanças derramadas sinalizavam uma aprovação.

Contra essa mentalidade batia-se à igreja ultramontana tentando forçar uma mudança de hábito do catolicismo devocional para o catolismo sacramental, curiosamente, o estado faz eco às críticas da igreja ao denunciar o desinteresse dos católicos em suprir eficientemente as necessidades do culto, ficando sempre à dependência do estado o provento para restauro e construções das igrejas, até os paramentos e alfaias para celebração do culto, sem mencionar as congruas pagas ao bispo e aos padres.

Avultavam as carências "na provincia vastissima, como esta, com uma população disseminada pelas margens de seus innumeros rios(...) occupando-se da extracção da gonma elástica"[278], essas eram preocupações a concorrer com as necessidades da igreja, sendo tarefa do governo suprir com alguma eficiência a instrução pública, a fiscalização do comércio, os leprosários, as estradas. Um das

[276] Idem p. 62.
[277] Idem.
[278] Idem p.16

dificuldades era o estado das cadeias bastante comprometidos, a exceção de três grandes cidades "e são as da Capital, Cametá e Santarein". Nessas circunstancias não poucas vezes a evasão dos detentos criava maior insegurança aos cidadãos, e revela uma preocupação humanística com os inconvenientes da "accumulação de presos de outras comarcas na cadeia da capital, com detrimento da hygiene"[279]. A administração da justiça é qualificada como regular apesar da vacância prolongada de alguns Termos judiciários; Melo Filho tenta convencer o Ministro da Justiça da necessidade de serem "creadas mais duas ou tres varas de Direito nesta Capital, ficando ela equiparada á da Provincia do Maranhão, que tem cinco varas de Direito, não obstante a sua menor importancia a todos os respeitos"[280]. Enquanto a Força Pública como as outras províncias do Império eram compostas por um expressivo numero de oficiais, porém desarmada, sem instrução e desprovida de disciplina. Como esperar então o serviço da Guarda Nacional nos casos de guerra externa, rebelião, sedição e insurreição nessas condições, sobretudo quando são manipulas abusivamente com incumbências estranhas à sua instituição como era costumeiro nas épocas eleitorais. Quem faz a afirmação é um político conservador, denuncias semelhantes eram amplamente noticiadas na imprensa liberal, ficando a suspeita do uso desse expediente pelas diferentes facções; a igreja também é acusada de usar do púlpito para fortalecer as candidaturas simpáticas a "política" do bispo, denunciando o envolvimento do próprio D. Macedo ao realizar uma "cabala eleitoral" durante as visitas pastorais, essa acusação foi proferida pelos liberais no seu jornal, e confirmada e repetida várias vezes por Tito Franco (Almeida: 1880, 312). O Arsenal de Guerra continuava deficitário pela falta de investimentos nas oficinas e na alocação inapropriada das mesmas além das constantes mudanças de prédios[281].

Tantas dificuldades poderiam desaconselhar a abertura de outros conflitos novamente com a igreja, na agenda do poder civil ainda constavam os cemitérios, a catequese dos indígenas, os hospitais, as igrejas, os seminários e os colégios religiosos. Há na legislação aprovada na assembléia e nas câmeras uma importância destinada ao uso do "CULTO PÚBLICO" como atestam de 1861, ano da chegada de D. Macedo, até a proclamação da república[282]. Portanto podemos concluir quão sólida era a interação

[279] Idem p.21
[280] Idem p.23
[281] Idem 39
[282] Coleção das Leis do Pará

entre estado e igreja nesse período, mas paradoxalmente é o instante de intensificação do conflito entre as duas instituições. A premência assumida pelos católicos liberais na reforma na composição do bloco histórico exterioriza o interesse de modernização da organização política do estado suprimindo as ingerências morais sempre acenadas pela igreja quando esta se sente marginalizada ou discriminada.

A falta de unidade no campo católico não permitiu uma intervenção única. Ao contrário, sem desconsiderar a condição católica, parte expressiva dos liberais continuava a requerer e a usar essa identidade, situação desconfortável para hierarquia da igreja ao não poder contar com esta maioria nominal para ver atingidos seus objetivos. Na segunda metade do século XIX no Equador e na Colômbia a maioria católica foi empunhada como ferramenta de luta com os liberais[283], colocando suas dioceses sob a proteção do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora (Lynch, 442), expediente usado por vários prelados também mobilizado por D. Macedo em sua diocese[284], conquistaram vitórias expressivas, chegando até a serem tomados como modelos pela Sé de Roma. Tais vitórias pontuais sofreram retrocessos e mediações fazendo da sociedade um espaço mais secularizado e diminuindo substantivamente a influência da esfera espiritual, mas sem essa capacidade de confronto, possivelmente a América latina não teria se convertido em cultura católica.

Jan Bazat estudando o México da década de 1860 demonstra como a cultura liberal ganhou terreno na batalha com o catolicismo devido à falta de sintonia da hierarquia com o projeto de sociedade nacional elaborado desde a independência, essa evidencia considera a relevância de padres liberais patrióticos como foi o caso de padre Hidalgo ao proclamar a independência do México. A Sé de Roma junto com a hierarquia preferia a aliança trono e altar e não percebeu o desmoronamento do primeiro na América, pagou materialmente com a perda de terras, rendas, privilégios. Contudo o capital simbólico representado pelo catolicismo sobreviveu aos arranhões e as escrófulas e continuou a vicejar entre as massas populares, mas entre as elites perdeu grande parte de sua capacidade de influência[285].

---

[283] Conferir o esforço de síntese apresentado por John Lynch em "A igreja Católica na América Latina, 1830-1930, p.415-487. In Bethell, Leslie. História da América.

[284]Histórico elaborado pela igreja, mas não referência de quem fez a pesquisa (Arquidiocese de Belém – 250 Anos de Bispado, Belém –Pará, 1969).

[285] Bazat, Jan. O México da Independência a 1867, p. 412-464. In Bethell Leslie. História da América.

Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Venezuela, Uruguai, Bolívia, Chile foram territórios onde se desenrolaram os conflitos estado-igreja similares aos experimentados na Europa, foi a tônica geral da investida liberal para superar a intervenção religiosa na direção do estado. A noção de uma igreja nacional não conseguiu se implantar graças a esse sentido de pertença do catolicismo ao mobilizar uma supra-identidade, mas o sucesso não foi completo, a pressão do liberalismo conseguiu desgastar a igreja e senão domesticá-la ao menos delimitar um espaço de intervenção desta na sociedade civil.[286] Houve um aprendizado da identidade católica nacional, e uma introjeção do catolicismo romano na hierarquia. Essas duas dimensões sofreram diferentes combinações e confrontações, permitindo as particularidades católicas manifestarem suas características como catolicismo tradicional, catolicismo popular, catolicismo ilustrado e catolicismo romanizado. Essas percepções da cultura religiosa conseguem fazer de sua experiência uma relação como o sagrado do qual não podem prescindir sob pena de romperem com a convivência religiosa da igreja responsável pela agregação do sentido da supra-identidade católica.

Compreende o modo tradicional a forma mais arraigada da disseminação das ordens e irmandades em torno do santo patrono, elo a vincular experiência do sagrado no catolicismo com a condição civil dos católicos na sociedade nacional (português e depois brasileiro); o modo popular aprofunda a diversificação da experiência religiosa ao criar mediações com o ambiente envolvendo a importação e a tradução de outros valores culturais presentes na sociedade de fronteira com os indígenas, pressionados pelas experiências religiosas negras; o modo ilustrado apegou-se à cultura liberal com a negação da inquisição e converteu a consciência de cada homem no baluarte da razão para crer, sem dispensar deus e muitos ritos da catolicidade, enquanto negligenciava outros com menor apelo para ativar a identidade católica como era o caso do comparecimento a todos os ofícios de culto; por fim, o modelo romanizado introduzido

[286] A bibliografia é vultosa demais apenas indico uma parcela ilustrativa Fernán, Gonzáles G. Partidos políticos y poder ecclesiástico. Bogotá, 1977, p 161-162; Bernie, J. Latin American bishop of the first Vatican Concil 1869-1870. The American , 25(1):273, 1968; Pike, Frederick B. Heresy, Real and Allegd, in Peru: An Aspect of the Conservative-Liberal Stuggle 1830-1875. Hispanic America Review (HARH), 47(1):50-74, 1967; Dussel, Enrique H. Historia da Iglesia en América Latina: Colonyage y Liberacion 1492-1973. Barcelona, 1974; Powell, T. G. Priest and pesant in Central México: Social conflit during la Reforma. (HAHR) 57(2)293-313, 1977; Dealy. Glen Gaudill. The tradicion of monistic democracy in Latin American (Amhest, Mass, 1974)____.____ The public man: an interpretation of Latin American and other catholic countries (Amhest, Mass, 1974); Mechan, J. Lloyd. Church and State Latin American (Chapell Hill,N. C. 1934); Casteole, Michal P. Church and State in independent México: a study of the patronage debate 1821-1853 (London, 1978).

pelos bispos cujo fim era postar no século os sacramentos como forma de ordenar a experiência religiosa e subordinar as demais formas ao rito e à doutrina de Roma, conquanto mobilizava a supra-identidade católica para reverberar o universalismo de sua religião. O catolicismo romanizado se trata de uma concepção de mundo tradicional atualizada no adverso do estado, da esfera civil e da secularidade, mas seria empobrecê-lo não perceber a dinâmica do universalismo reclamada por uma salvação espiritual e material a um só tempo como salvaguarda da revolução, fosse ela liberal ou comunista.

Destarte, a pretensão ao universalismo do catolicismo romanizado não deixar de ser uma atualização reclamada pela igreja frente aos seus irmãos separados das outras denominações cristãs. Se a postura de repulsa aos cismas freqüentemente observados ao longo de dois milênios de história continuasse a vicejar no século XIX, ainda retoricamente, hodierno, a intenção de voltar a reunir no mesmo cenáculo permanece desejada, embora pouco efetivada, a exceção da breve influencia do Concilio Vaticano II.

Se desbragados ataques aos protestantes na folhas católicas fosse parte constitutiva da militância em combater o erro, a expectativa de voltar a exercer um ministério moral na vida pública instava a hierarquia da igreja em Roma, secundada por seus congêneres nacionais na ratificação de um pacto fundador da civilização cristã, cuja alma é a igreja crer representar e animar. Se o imperialismo religioso não mais encontrava campos de missão como a América do descobrimento, a pujança do capitalismo do ocidente já se fazia sentir nos outros continentes, e a igreja conseguiu tornar-se presente naquelas plagas, embora sem alcançar a condição de maioria frente ao budismo e/ou islamismo, ela podia alardear o seu testemunho de pregação da *boa nova*.

Contudo, os proselitismos eram variados, sabendo disso, restava a igreja qualificar sua distinção com o universalismo da redenção, a vantagem da igreja estava obviamente na sua longevidade remontando a fundação mística dos primeiros cristãos. Em suma, a cadeia de eventos e sentimentos da história da igreja é a apresentação desta no século, foi preciso a hierarquia cultivar nas mentes e na prática este sentido de identidade de pertença à igreja, rompendo a ignorância religiosa dos particularismos que podiam ameaçar o universalismo. Conquistada essa posição de hegemonia no seio do

campo católico, cabia à hierarquia fazer as concessões devidas àquelas experiências católicas relatadas nos seguintes modos: tradicional, popular, ilustrado e outros.

Se os liberais tiveram na dianteira na modelagem da sociedade moderna na contra-mão a igreja determinava aos católicos reagirem pelos meios a sua disposição, se não foi possível parar o tempo como era o desejo da hierarquia mais conservadora, ao menos conseguiu promover a formação de uma liga entre a concepção teológica de uma esfera espiritual consagrando o espaço terreno como já apontavam os protestantes, mas o desejo de totalidade da igreja não ficou inerte, nem ela podia desfazer-se dessa concepção sob pena de perder um elemento fundamental da identidade católica, sua pretensão ao universalismo. Eis o caráter de atualização.

A hierarquia católica apreendeu um sentido de particularidade no esteio dessa universalidade. Não foi ao acaso, nem necessariamente um programa, mais a significação de ser católico já estava instalada na sociedade latina americana, precisando ativar essa componente na construção de um campo católico, do episcopado, do clero, da paróquia, de um partido católico quando fosse possível, ou das organizações católicas laicas. O bispo tornou-se o ponta-de-lança dessa estratégia, pois dele dependia a reprodução do catolicismo diocesano afastando os elementos liberais perniciosos ao lado da modernidade e da cultura liberal incrustada no estado. Na diocese do Pará, como as dioceses de Buenos Aires, de Michoacan, ou de Arequipe, um prelado postado dirigiu o múnus na perspectiva da reforma ultramontana. Fundada a intervenção do episcopado nas dioceses estendidas até as paróquias restava pactuar as relações do universalismo católico no estado nacional, mas é no quotidiano da paróquia que podemos perceber o duro enfrentamento entre a hierarquia e o clero versus os católicos liberais ou liberais católicos convidando os fiéis a dispensarem a cultua liberal e passassem a colocar a serviço da igreja todos os seus recursos e consciências prestadas diretamente pelos irmãos e confrades. O final da década de 1870 no Brasil assistiu o fim da hegemonia conservadora (partido conservador), as discordâncias da igreja com o estado conheceram o máximo da altercação com a prisão dos bispos, será que poderia ficar pior? Quem sabe os liberais no poder não seria a separação entre estado e igreja efetivada e quebrada de vez a aliança conservadora?

Mas governos parlamentares caem, quando não são derrubados, em 1877 caiu e coube aos liberais a formação de um novo gabinete tendo a frente Sinimbú enquanto na Província do

Pará foi investido José da Gama Malcher, na qualidade de presidente, portanto, delegado do poder imperial para o governo nesta província até 9 de março de 1878. Durante as comemorações anuais da santa, uma faísca incendiou as paixões levemente adormecidas quando alguém teria visto imagens de mulheres desnudas no arraial de Nazaré, de apupos que teria sofrido a santa, ou vaias a ela, em suma o mal proceder e galhofadas dos populares em desacordo com sobriedade exigida pelos religiosos na guarda da honra devida à Senhora de Nazaré. Aquele campo santo deveria ser objeto da ação profilática do bispo ao considerar os festejos profanos uma extensão deformada das relações do culto e crer ser seu dever orientar com denodo todas as atividades correlatas, desqualificando toda e qualquer manifestação em abuso à autoridade católica nos assuntos versados em religião oficial.

Nem todos consideraram legitima a autoridade do bispo ou do pároco sobre o território exterior ao templo, muitos reclamaram liberdade de consciência para validar ou rejeitar os divertimentos em oferta no arraial, sem para isso recorrer ao ultramontanismo para sancionar os divertimentos. A acusação de libertinagem prenhe naquelas paragens de pronto determinou a ação do bispo com a suspensão da festa pelo arroubo de leviandade supostamente cometido pelos festeiros, particularmente os irmãos de Nazaré ao relaxarem ou conspurcarem com comportamentos tão atrevidos a ponto de permitirem à exibição de cenas grotescas em desabono à santa de Nazaré. Dois dias antes do encerramento oficial dos festejos, o bispo irrompe com o decreto de suspensão das homenagens à santa, demonstrando sua vontade inclemente de não transigir com aquilo que considera sumo desatino. O Cyrio de 1877 inaugura um cabo de guerra entre a igreja e os Irmãos de Nazaré, subindo a escalada da tensão entre estado e igreja, desconsiderando o pactuado na igreja e na sociedade civil.

O ocorrido foi noticiado no “Diário de Belém” repercutindo em “A Província do Pará”, “Diário do Gram-Pará” e no “Liberal do Pará”, isto na capital da província, mas também no L’Univers de Paris demonstrando como o combate entre estado e igreja cada vez mais assume uma feição de contraponto da sociedade civil com a igreja. Em várias frentes de batalha os temas recorrentes da autonomia da religião católica na gestão da igreja, do culto, da vivência e da experiência da fé assombravam a hierarquia da igreja ao ver tolhida sua capacidade de direção e constituição da hegemonia do catolicismo no ocidente. Os desafios não são mais da heresia como outrora, ou da concorrência, nem das invasões e conquistas do território como a progressão do islamismo, importava salvaguardar a fé verdadeira das investidas da razão, do secularismo e da modernidade.

O orbe católico é uma pretensão teológica e política, não é possível renunciar a um desmerecendo o outro sob pena de perder o elemento místico da redenção contida em sua mensagem de boa nova. Isto implica a continua necessidade de apresentar a aliança espaço

temporal expressa na igreja com um poder de intervenção sobre o quotidiano dos homens seja na instituição do poder civil seja na instituição do poder religioso. Os exemplos de lutas similares na França, Bélgica e Alemanha não são meras figurações, elas atestam a ação comum da cosmovisão da igreja ou do programa desta, quando possível constituir, para ver ratificado no palco central do espaço de experiência aquele horizonte de expectativas confundido com a teleologia da igreja. A hierarquia fez o uso da autoridade para confirmar sua posição no embate por espaços temporais por perceber a relevância destes como espaços identitários.

Quando Tito Franco se ocupa de deslindar "A fase atual do conflito religioso no Pará[287]" trata-se de demonstrar como o cabo de guerra entre sociedade civil e igreja renovava a acirrada concorrência das concepções de mundo nas questões mais usais da experiência política e religiosa que eram uma só na perspectiva da igreja; e encontrava eco nas formulações liberais moderadas, como foi o caso aludido de Tito Franco, ao tentarem reconhecer a existência de uma religião oficial no estado, onde esta estivesse consagrada nas cartas constitucionais, ou quando no plano da cultura religião e estado selavam uma promoção do processo civilizatório ao exprimir os parâmetros nos quais se vivenciava as relações morais e políticas. Diversamente, Paolo Prodi oferece-nos uma história da justiça percorrendo o caminho da elaboração da moral do cidadão desprendida da igreja, condição refutada pela hierarquia e seus acólitos religiosos e laicos durante toda história moderna, sobretudo no século XIX, quando as resistências às transformações oriundas da revolução francesa impuseram duros golpes à capacidade da igreja continuar como intelectual orgânico da sociedade do ocidente (Prodi: 2005, 230-287). A agenda da igreja reclamava por um *aggiornamento*, só o aprofundamento da centralização religiosa no papado, ramificando no episcopado nacional e no clero, extremidade capilar das paróquias, pode o catolicismo impulsionar o ethos do universalismo por par da expressão católica nacional/local.

Os acontecimentos de uma paróquia são singularidades, os sujeitos experimentaram o furor único da densidade dos acontecimentos e dos processos, contudo eles não deixam de estar imersos na rede da cultura em disputa naquela ambiência. E o fazem por opção. Não creio ser possível subscrever a tese de um conflito externo ou exógeno à experiência da paróquia de Nazaré, ela quer estar, por obra de seus agentes: pároco e fiéis, além do em torno ao tomar partido no seio da contenda. Os católicos não queriam se desfazer de seus sacerdotes, nem estes podiam se desfazer dos fiéis causa última da existência da religião, a trama era como se poderiam articular demandas tão diferentes aquela altura? As atividades desenvolvidas pelos irmãos de Nazaré estavam inscritas na tradição de experimentar a fé e vivenciar o culto da religião oficial do estado; exatamente por nem todas as religiosidades estarem *strito sencu* sob *nomos* da igreja esta persegue um modelo de catolicismo excludente ou ao menos de subsunção

[287] Almeida, Tito Franco de. Phase actual do conflicto religioso no Pará com todos os documentos necessários. Belém: Typographia do Liberal, 1880.

à autoridade do bispo, situação limite para purgar católicos de matizes diversas como bem representavam os católicos liberais e os liberais católicos.

A expansão da cidade assistiu também a elevação de uma freguesia com a elevação de Nazaré instituída em 1870, para ladear a Sé, Trindade e Santana. O templo católico até 1850 não passava de uma ermida, as várias tentativas de reforma não tiveram sucesso até esse ano devido às subscrições de doações de dinheiro serem muito aquém do volume de recursos precisos para construção, sendo socorrido pelo estado com subvenções expressas na legislação ordinária anual aprovada na assembléia provincial. Os irmãos de Nazaré creiam ter direito ao compartilhamento da gestão da igreja por ser sobre seu terreno a construção, aonde foi fundado o prédio em 1853 quando foi lançada a pedra angular do novo templo a abrigar a matriz, a santa de Nazaré e as eleições a proverem a representação política do império, da província e das câmaras, além do pároco. Mas quem sustenta a rotina da matriz? A igreja vive da subvenção prescrita pelo estado, não tendo propriedades expressivas e nem rendas buscava sempre convencer o poder civil de suas responsabilidades para com manutenção dos lugares de culto e dos sacerdotes. Diante da insuficiência para o financiamento dos negócios eclesiásticos, a autoridade civil servia-se dos organismos tradicionais de vivência da fé como as irmandades e ordens terceiras para suprir o ordinário mais elementar das paróquias as quais estavam confiados os padroados santos[288], e estas por sua vez sobrecarregavam o estado para complementarem as oferendas à santa.

A Irmandade de Nazaré reunia conservadores e liberais, mas esta não fora atingida na primeira contenda da suspensão e interditos dos padroados dos santos, continuou a proceder as suas obrigações de glorificação com a santa, suportando financeiramente as necessidades do culto emprestando os bens da irmandade como as alfaias, paramentos e demais necessidades, embora travestido da assistência ao santo. Em contestação a esse entendimento a hierarquia dos bispos reformadores interpretava estes gestos não apenas como uma doação caridosa, mas como uma oportunidade de fustigar a igreja com destacados gastos nas suas próprias confrarias em sintonia com os maçons nos governos destinando investimentos em jornais, colégios e luxos nos cemitérios das Ordens Terceiras, sendo por isso reprovados por D. Lino, Bispo de S. Paulo

[288]O ofício constando da Caixa de Correspondência recebida pela Secretaria da Presidência da Província do Pará APEP:
"Consistório da Irmandade de N. S. do Rosário da Freguesia da Sé, 22/11/1877.
Ilmo. Exc. Sr.
Devendo celebra-se no dia 25 do corrente pelas 9:30 horas da manhã uma Missa solenne em honra e louvor da padroeira da Irmandade a Mesa regedora vem pedir a V. Exc. Se digne mandar postar uma guarda de honra, a porta da igreja, competentemente municiada para três descargas, correndo a despeza por conta da Irmandade. Deus Guarde á V. Exc.
Ilmo e Exc Sr, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, Digmo. Presidente da Província.
João Evandro Terra
João da Cunha Soares secret
Maximiano José dos Santos tesour
(Nota Lateral)Respondido em 22"

(Costa: 1886, 332). Tal procedimento não é dissonante no episcopado nacional em formação, e como fizera seu irmão, D. Macedo Costa acusa aos liberais católicos de serem insubmissos a sua autoridade.

Para o bispo do Pará a Irmandade de N. S. de Nazaré se situa nestes termos, se ainda gozava de independência ficando ao largo do interdito e suspensão a que foram sujeitas às capelas da Ordem Terceira de N. S. de Monte Carmelo, da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia do Gram-Pará, Confraria do Senhor dos Passos (Azzi; 1982) e a Irmandade S. S. Sacramento da Igreja de N. S. Santana (Costa: 1886, 287), se deveu a uma questão de oportunidade. Por isso os liberais insistiam na idéia de trama comportada há muito na mente do bispo, promovendo uma volta no tempo a 1872, e como suas primas, a Irmandade de N. S. de Nazaré esperava poder resistir à intervenção lançando mão da polemica nas folhas e parlamento para não se vê subjugada pela hierarquia ultramontana investida no solidéu do Pará.

Não aparecem nos jornais do período os motivos dessa exceção, bem podemos nos contentar com a maior visibilidade das outras irmandades em seu caráter de pertença edificado na confraria cujo élan ultrapassava a solidariedade religiosa implicando a esfera política, condição não explicitada naquele momento pelos irmãos de Nazaré. A notoriedade da santa, contudo pode nos permitir outra conclusão. Os ânimos recrudescidos provocavam vários tormentos na cultura religiosa deixando em lados opostos a grande maioria do clero e a representação política do estado e da sociedade civil do outro, a possibilidade de pactuação das lideranças desses estamentos residia na identidade católica plasmada na constituição, e confirmada nos votos de fé do catolicismo devocional.

D. Macedo sempre teve clara a importância de trazer ao seu exército as forças rebeladas, pois intentava sua conquista e não o simples aniquilamento. Atrair esses católicos rebelados era vital ao plano de hegemonia da igreja, devendo então escolher o melhor momento de manobra suas forças contra a noção difundida do compartilhamento da direção sobre a convivência religiosa e os modos de experimentá-la. A acusação de oportunismo vil feita pelos liberais está fora de consideração, o senso de política e também de fé dita as opções do prelado. A formação do governo liberal no império e seus congêneres na província acendia a centelha do programa liberal de reformar as relações entre igreja e sociedade civil, permanecendo, porém, o catolicismo como religião oficial de estado. O fim do longo reinado espiritual e secular de Pio IX teve uma imediata continuidade com Leão XIII, embora sofrendo declinações significativas; a separação entre estado e igreja poderia ser procrastinada, ou talvez deslocada da agenda política do império, mas a igreja não podia confiar em ter êxito caso não continuasse a pautar a necessidade de conformação de um campo católico a repercutir sua visão de mundo. Investir e definir a circunscrição deste campo é parte das responsabilidades do episcopado nacional em

formação, e o antiste do Pará, compreendendo as províncias de Amazonas e Pará, procura solidificar a supra-identidade católica por seu modo de ser católico, no caso o ultramontano. Têm em seu arsenal o sentimento e os eventos para ativarem esta identidade tangível e não apenas imaginária como se faz supor pelas críticas de liberais, maçons e protestantes; convém salientar a importância da experiência religiosas nacional e locais, fundadas na cultura da tradição, da devoção, da ilustração que não desprezam nem dispensam sua condição de católico. O universalismo manifesto nesta condição identitária é compreendido pelo bispo. Objetivo e objeto se fusionam, a comunidade imaginada da eleição católica se expressa na comunidade real, orgânica, aquela da experiência religiosa abrigada na convivência religiosa da igreja.

O campo católico tenta se estruturar a partir da hierarquia responsável pela difusão da doutrina, estatuindo mediações na convivência e na experiência católica nacional, por fim digeridas no espaço imediato da identidade devocional, lugar por excelência da experiência religiosa, mas isto só é possível graças a concretude existente da supra-identidade católica recortando todo o organismo constituído como igreja. Os antistes do Brasil aprenderam e descobriam no conflito com a secularidade a materialidade do catolicismo infundido na cultura. Mas teriam todos os meios para operar a confecção do campo e fazer dele um instrumento de ação política em defesa da concepção de mundo da igreja?

Sofrendo para alocar padres nas paróquias, D. Macedo não descuidou de determinar um sacerdote para acompanhar a freguesia de Nazaré, no entanto, como a irmandade não se colocou em estrita dependência da autoridade do bispo este apenas lhe enviava em momentos particulares como o período da festa de Nazaré, assim tendo funcionado entre 1861 a 1877. Sem haver padres colados, as irmandades continuaram a vicejar em seu modo de crença, prescindido do oficial servente da religião senão para presidir ações de culto nas quais eram realizados os sacramentos. Diante deste vasto espaço para experimentar a fé os irmãos reproduziam sua devoção sob o guarda-chuva da supra-identidade católica dizendo estar aos pés do bispo no tocante as diretrizes por ele emanadas para oficiarem o culto, em tudo mais seria observado a religião apreendida com a tradição e fartamente tolerada pelos antecessores do bispo.

O jornal católico ‘A Boa Nova’ intensifica sua campanha contra o levante das procissões civis considerando ser uma contradição em termos, em suas coluna, o tom interrogativo pronuncia - como uma procissão em homenagem à santa pode ser outra coisa senão um ato religioso? respondeu categoricamente o alter-ego do bispo - nunca; a conclusão era não só de bom feitio, pois reconhecia ser de responsabilidade estrita a iniciativa do titular da Sé do Pará regulamentar todas as questões relativas ao culto da santa; devendo atar novamente a obediência dos católicos ao prelado, deixando o governo da religião sob a autoridade da igreja não apenas no oficio dos serviços simbólicos, mas, estendendo até a plenitude da significação,

descaracterizando qualquer manifestação destituída do revestimento católico por se encontrar em profundo desacordo com as orientações do primeiro da Sé. As chamadas procissões civis indicavam uma experiência de fé bastante conflituosa devido à aberta declaração da possibilidade de experimentar a fé sem a presença do sacerdote ordinário responsável pela intermediação das orações da terra aos céus, questionando em última instancia se ainda seria preciso na sociedade esclarecida da modernidade essa intrusão da sociedade tradicional na consciência livre dos fiéis. Belém foi palco das procissões civis mãos não só esta cidade dispunha de católicos liberais aptos a configurarem essa demonstração de fé; também na cidade da Vigia concorria com seu Cyrio para invocar as graças da Senhora de Nazaré, não obstante a autoridade do padre Dr. Mancio Caetano Ribeiro, tenente do bispo e da romanização, os fiéis portaram-se com o mesmo denodo para garantir a manutenção daquela experiência religiosa dentro da convivência religiosa da supra-identidade católica. Se a hierarquia da igreja considerava um ultraje a mais, restava contabilizar o confronto e exigir providencias das autoridades civis para resgatar a autoridade eclesiástica sobre o templo e sobre a imagem cuja ascendência creia ter direito. A Boa Nova faz reverbera o conflito entre a esfera da secularidade e da espiritualidade em toda diocese, o caso da Vigia não é singular, inscreve-se na disputa pela formação do campo católico. Uma vez noticiado na imprensa católica o problema das procissões civis tende a se agigantar.

> Levanta-se novo assanhamento no espírito de certos membros da impagavel sociedade - Cinco de Agosto da Vigia.
>
> A elles mandou o Exm. Sr. Presidente processar o anno passado pelas desordens praticadas na casa de Deus, donde foi arrancada a imagem da Santissima Padroeira.
>
> Infelizmente dizem que estão promptas para novos commetimentos; porque, propalam elles, o Exm. Sr. Presidente foi nomeado socio benemerito dessa sociedade!
>
> Contam então que S. Exc. dar seo apoio para que qualquer proeza seja bem succedida por parte da sociedade.
>
> Nisto por certo não pensou nem de leve, o Exm. sr. Presidente; mas o triste facto, assim. Nossa obrigação em todo o caso , chamar a attenção do Exm. Presidente e da policia.
>
> Vigia, 15 de julho de 1877.

Muitos
vigienses[289].

Esta indisposição dos católicos colocava em dúvida a liderança da convivência religiosa na mesma igreja, mas D, Macedo não era voluntarioso nem inconseqüente, sabia a necessidade de desqualificar alternativas de vivenciar a fé ameaçando com os poderes dos céus a insurgência contra sua dignidade de bispo untado pela Sé de Roma, sem mencionar sua outra dignidade estatuída ainda pelo poder civil quando o apresenta para ocupar o bispado do Pará.

As similitudes entre os Círios de Belém e Vigia são profundas, até as lenda do encontro da santa nas margens de um igarapé pelo caboclo Plácido é a mesma, em que pese à reivindicação dos vigienses sobre a sua precedência depois reproduzida pelos Belemenses. Na segunda metade do século XIX, o esteio liberal naquela região é também representativo, fazendo alarido das teses do livre-pensamento, os católicos querem executar naquela paróquia o modelo de devoção ao qual estavam acostumados devendo para isso até enfrentar as rígidas prescrições do ultramontanismo do Padre Dr. Mâncio. Se o grêmio da "Sociedade 5 de Agosto" comportava católicos de vários matizes, maçons, liberais, conservadores, reunidas essas distinções sobre a mesma sociedade, para a igreja significava a necessidade de fidelização de sua audiência, buscando cercar os católicos das nefastas influências do século. Diferente das irmandades e confrarias, a "Sociedade 5 de Agosto" não tem sequer uma parte religiosa como era o caso das duas primeiras, estando, portanto, à margem de qualquer assalto sobre o governo daquele grêmio por parte da igreja, contudo, ao terem alistado católicos no quadro de associados da sociedade a igreja se obriga a responder e a reclamar às intrusões procedidas como "pelas desordens praticadas na casa de Deus, donde foi arrancada a imagem da Santissima Padroeira". Disciplinar os católicos e afugentar seus adversários, não permitindo, ou ao menos diminuindo a conspurcação do campo católico com os males do século se afigura uma iniciativa estratégica da hierarquia da igreja, e ação do pároco da Vigia demonstra o enraizamento do clero nas teses ultramontana.

Nas paróquias de Belém e Vigia dedicada ao orago de N. S. de Nazaré, a presença de liberais católicos era um fato, porém o bispo e seus acólitos cuidavam para confirmar sua ascendência sobre o culto e o governo da igreja, obstruindo as possíveis manifestações daqueles devotos da santa arredios à prestação de obediência à hierarquia. Recorrendo à autoridade da presidência da província, a igreja ratifica a aliança trono e altar para repelir as incursões da

[289]A BOA NOVA (Belém, 28.0.1877, nº 58, cad. A, pg. 01)

cultura liberal sobre o campo católico, desmerecendo as procissões civis como ato de rebeldia ao estado e a igreja.

Exigindo a subordinação da organização da festa de Nazaré, o bispo reduz a irmandade à condição de festeiros sem lhes aprovar qualquer iniciativa, debulhando a expectativa de reconhecimento daqueles confrades, desautoriza usar a igreja, a imagem da santa, os exercícios de oração como novenas e trezenas sem seu selo. No arraial, as composições dos divertimentos nos teatros precisam de sua aquiescência, destituindo os jogos de azar e a pornografia possivelmente presente nas "representações indecentes" de um polyorama (Almeida: 1880, 48). Enquanto os liberais contestavam as invasões na esplanada de Nazaré por parte do bispo ou seus representantes, reconhecendo sua direção tão somente na esfera do mais puro culto. Em suma, o catolicismo como religião oficial tinha apelo contanto que se exprimisse no ordenamento da religião, deixando a cultura católica, essa mais vasta no modo como bem entendesse aos fiéis salvaguardando a liberdade de consciência e a liberdade religiosa como havia sido desde o pacto de fundação do império, rejeitando a "coterie romana" e o syllabus.

Os liberais anseiam pelo experimento da fé e alertam ao jornal Boa Nova e o bispo para não matarem o espírito religioso do povo nazareno. Se o bispo ordena a suspensão dos serviços religiosos, da tribuna do jornal Liberal do Pará protestam contra ato tão discrepante e contraproducente no animo da cultura religiosa, para em seguida, correndo o risco de parecerem paradoxais, pedem o acatamento das orientações do bispo e responsabilizam a igreja pelo enfraquecimento da religião entre o povo. A proibição de oficiar missa nas dependências da igreja incide diretamente no coração do território religioso, aludindo a necessária presença do sacerdote para certificar o culto oficial, mas sua circunscrição não se restringia somente ao templo, em toda extensão do arraial se viu afetada até a experiência particular do culto privado dos católicos, fazendo os liberais evocarem a relevância da religião do crucificado mais que a religião da hierarquia ultramontana. Ao manter-se candidata na ocupação do território da consciência privada, a hierarquia da igreja não acreditava estar invadindo a condição pessoal, significava a realização de seu ministério no apascentamento do rebanho confiado a sua guarda. Portanto, não era fora do século o lugar da igreja plasmar o campo católico, antes precisava de um território extenso para ratificar a supra-identidade católica, podando as formas de experimentar a religião dos outros modos de "ser católico", para serem subordinados pelo núcleo da Santa Sé, o catolicismo ultramontano, ou colocados em acordo quando possível; no entanto, as vezes a guerra aberta entre estado e igreja inviabilizava a convivência, tornando explosivo o conflito.

O "Cyrio" de Nazaré como um culto particular estaria em perigo pela ingerência do bispo ao determinar sua proibição, não apenas pela suspensão do pagamento das promessas,

mas pelos fiéis não poderem exercitar livremente sua fé. Em torno desse "livremente" trava-se a batalha contra a modernidade e o livre pensar, condição oriunda da cultura liberal cuja tônica dispensa as amarras morais da igreja e aventura-se na busca da razão das coisas. A hierarquia da igreja advoga de maneira peremptória a necessidade da religião para bem esclarecer esses espíritos ciosos de investigação e de prática política, econômica, social, mas também espiritual e filosófica. Colocada à margem, o ministério da igreja decrescia em relevância e afetava decisivamente a capacidade da igreja continuar a fazer parte do bloco de poder. Ensinar, admoestar e disciplinar constitui-se numa obrigação constante da reforma espiritual e moral da sociedade, para poder promover as condições que asseguram as reformas materiais e institucionais de grande envergadura. Estendendo o poder de regulação para o arraial a igreja tenta demonstrar como deveria ser erigida a organização religiosa e civil, com a dignidade da igreja preservada em uma e outra esfera. D. Macedo não era ingênuo, portanto, quando se referia ao antigo regime falava de um modelo, um ideal, não uma substancia histórica particular, talvez os Estados Papais, mas trasladar um regime a outro era algo bastante descabido. Sua insistência na dignidade da igreja e do clero tem em mira sustentar uma concepção de mundo a ser realizada plenamente, somente, na redenção sem ver suprimida e/ou bastante rebaixada sua posição no bloco histórico.

Perseguindo esse objetivo, o prelado do Pará ensaia uma organicidade da festa de Nazaré, ensinando serem os comportamentos morais os exemplos para os comportamentos econômicos, garantia de uma saudável reprodução da riqueza material e espiritual; admoestando aqueles laivos de libertinagem, fonte das perversões a que estavam entregue os livres pensadores dispostos a naturalizar o mais rude comportamento como o caso da ilustração de Polyorama, apenas visando o lucro, sem o compromisso com o respeito merecido pela Virgem de Nazaré; sem vacilar exarou de seu mando a suspensão da festa com todas as implicações decorrentes, dizendo ser sua responsabilidade preservar o culto da religião oficial do império quando os próprios católicos não observam suas prescrições, permitindo condutas alheias à reta postura.

Convencer aos católicos da autoridade da batina foi um embate simbólico de grande importância para formação do campo, significava assumir o monopólio do oficio da religião encanado no clero, particularmente, na hierarquia. Esta condição privilegiada na celebração pública dos ritos e dos mistérios promovia a elevação da devoção, capaz de indicar o efeito de ensinar, admoestar e disciplinar, por sua prática poder infundir a crença. Estar em consonância com o bispo não era fácil para católicos liberais ou liberais católicos, deles continuamente vinham sendo exigidos um aceite de dominação e menos a proposição de uma aliança. A proteção oferecida pelo prelado era a garantia da benção alhures e no plano terreno imediato, como a concorrência da cultura liberal já havia fundado uma segura substância na sociedade

moderna, estes católicos liberais não sentiram motivos para desconfiança no bom desempenho das relações comerciais, e depositavam sua segurança nos investimentos já testados da economia da devoção à Virgem de Nazaré sem ter empenhar mais capitais morais e/ou materiais nas apólices oferecidas pelo bispo.

Os irmãos de Nazaré suportaram todas as dificuldades para manterem sua devoção à santa, implicando na economia de trocas mais significativa das graças alcançadas ou em sua intenção e o pagamento de promessas. A declaração do bispo sobre a suspensão do pagamento de promessas durante o festejo implicava numa intromissão bastante descabida aos olhos dos liberais católicos, seu depósito na relação direta com o objeto da devoção não precisava da sanção da religião oficial de culto, nem da chancela das armas de um prelado, pois estava assentada na cultura católica fortemente arraigada no tecido mental e social e vibrava no quotidiano cuja coroação era a festa da santa, momento por excelência de efetivação da aliança no tratado da promessa. O foro individual e coletivo se sente atingido com a obstrução para poder efetuar a transação com a esfera sagrada, reclamando então a condição privada imediata, mas alicerçada na cultura católica edificada ao longo da colonização e perpetuada no império.

Dar sentido as experiências religiosas é o que compreende a igreja, sua intervenção mobiliza o sentimento de fé e atualiza a significação dos eventos no tempo; quando os liberais católicos dizem que o templo, a imagem ou a devoção é uma propriedade privada, estão desautorizando o clero e a hierarquia; mas o arbítrio destes não podia ser descartado facilmente. A promessa suspensa pelo bispo podia ser paga no domínio privado mas diante da sanção negativa, podia o fiel confiar na sua independência? Por certo esta margem de dúvida favoreceu a igreja quando o capital simbólico do prelado foi valorizado com o recuo dos liberais pedindo o aceite do povo as diretrizes do bispo. A retribuição da santa aos fies podia dispensar as sanções do bispo? Liberais católicos confiavam na devoção cultivada pela tradição... já católicos liberais preferiram fazer algumas concessões para não verem ameaçadas a plena realização da devoção através da manifestação da graça. A manipulação do sagrado pelo bispo configurou-se numa postura de força, do profissional investido no mistério, capaz de desafiar a pretensão da experiência religiosa sem sua aprovação. Implicações de natureza comercial quanto à interrupção da festa ficavam evidentes não só para os comerciantes, mas também para os fiéis; em socorro dessas almas os católicos liberais defendem a relevância histórica da devoção, inclusive com a anuência dos bispos anteriores a D. Macedo, e mesmo este deu seu aval durante seus dezoito anos de bispado, comprometendo a igreja com a devoção e com o *modus operandi* dos irmãos de Nazaré na feitura da festa. Se na *Boa Nova* uma expressão depreciativa como "mascarada de Nazaré" tinha guarida, nos jornais Liberal do Pará, Diário do Gram-Pará, Diário de Belém, trata-se do *Cyrio* instituído por ato civil, procissão dos filhos e filhas de Maria, católica como a tradição de nossos Paes, cuja irmandade era dona da imagem e da ermida, não

devendo ao prelado pedido estrito de permissão para executar sua experiência religiosa, assim como os entretenimentos realizados na esplanada durante aqueles dias.

Fora do contentamento do bispo, restava aos liberais católicos tomarem por sua contra e risco todas as tratativas da encenação da festa, dando vazão ao que a igreja chamou de procissão civil, logo apropriado pelos adversários da intromissão da igreja na cultura do povo impedindo o culto à religião, responsabilizando a hierarquia pelas possíveis deserções oriunda da proibição de depositar aos pés da santa os rogos e as oferendas àquela destacada das mulheres. As muitas manifestações da santa eram bastante generosas no quotidiano dos paraenses a ponto de ressonar na corte e no império as contendas em torno da realização do Cyrio.

Se o governo da igreja implica a disciplina, não menos importante é o trato dado às coisas santas como os templos e o exercício da fé através do ensinamento correto da doutrina e a regularização da ciência teológica na direção dos ritos em curso. O envolvimento das paixões com esse objeto de afeição que é a imagem da santa acabam por assumir a feição política do governo direto das consciências contra o qual se insurgem os liberais, mas não só estes.

Havia um perigo eminente percebido pela hierarquia quanto à invasão da razão secular sobre a concepção da igreja e da sociedade desejando manter intocada a dignidade desta em direção à cultura. Caso houvesse alguma mediação a se efetuar, somente seria legitima se esta viesse da hierarquia; ao compulsar a história do cristianismo, vasto arsenal de cismas, tensões, expurgos, retornos e muitas continuidades, podemos compreender quanto foi importante para igreja determinar previamente sua autoridade para só então firme em sua posição possa qualificar cada significação e delimitar possíveis concessões aos diferentes modos de experimentar a fé.

A Irmandade de São Francisco da Penitencia foi curvada pela diligencia do bispo ao expurgar a tendência de tornar independente o catolicismo devocional objeto da prática das confrarias, delimitando todo o procedimento a ser observado na realização da festa do santo. Convém salientar que este processo foi bastante tenso, pois junto a Ordem Terceira do Carmo do Monte Carmelo sofreram a interdição de suas capelas por contarem entre seus associados com maçons notórios empenhados em fazer guerra à religião católica e ao bispo, assim justificava D. Macedo sua ação de embargo sobre as capelas. Convencidos de estarem sendo constrangidos em seus direitos, esses católicos maçons moveram recurso ao poder civil para sustar a intervenção do bispo sobre as irmandades alegando falta de autoridade para assim proceder. Sem vênia, o bispo prossegue na sua saga de protocolizar a religião nos conformes da Sé de Roma subtraindo toda influencia liberal e/ou maçônica dos fóruns da igreja ou onde esta estivesse presente em condições de fazê-lo, chegando até a ser apenado como o foi com D. Macedo e D. Vital. Se a causa tinha tido custos tão elevados, a perspectiva de conquista desses

territórios para igreja parecia ter encontrado um termo satisfatório, pois em 1882, já com a anuência do bispo de toda Amazônia[290], a devoção ao orago de S. Francisco da Penitencia podia ser gozada com o refestelo usual, porém sem as incomodas altercações vistas anteriormente em 1872 durante a chamada "Questão Religiosa".

Superado os motivos da querela o festejo retornou, mas seria enganoso esperar uma reedição do formato anterior a 1872, não há mais vez para secular venerável Ordem Terceira[291], a distinção vivenciada sob as vestes haviam ficado para trás, totalmente secundária foi à menção ao corpo daquela irmandade, nenhum prestígio ou privilégio aquela confraria, somente ficou o santo, como tolera a igreja.

PROGRAMMA

da festividade das chagas do Seraphico Padre S. Francisco da Penitencia, em sua igreja, no anno de 1882.

O alvorecer do dia 11 de setembro os sinos dos campanarios d´esta cidade e tres girandolas de fogo do ar annunciarão aos fiéis a festa religiosa das chagas do Santo Patriarcha.

Constará de um quinario comemmorativo ás suas cinco chagas que começará na noite d´esse dia, até o dia 15.

Sabbado 16, á hora aprasada, cantar-se há vesperas, e no dia seguinte, ás 10 horas da manhã, será celebrada a missa solemne com sermão ao evangelho por um distincto orador.

Ás 4 ½ horas da tarde sahirá a procissão, percorrendo ás ruas da Industria, da Imperatriz, travessa da Companhia, rua dos Mercadores e de Santo Antonio, e ao recolher-se será cantado o Te Deum Laudainis com que terminará a festividade.

Desde o primeiro ao ultimo dia da festa os fieis que assistirem os actos religiosos receberão no fim d´elles a benção do Santissimo Sacramento, dada pelo rvd. commissario da Ordem, conego José Gonçalves Nogueira Junior.

[290] As províncias do Gram-Pará e Amazonas continuam sobre o mesmo bispado quando da Questão Nazarena.

[291] A disputa pela hegemonia da igreja entre a hierarquia e as irmandades ainda se processava, mas a vitória dos bispos foi plasmada quando a indicação para submeter novos estatutos das organizações católicas obteve a adesão destas como no exemplo da Ordem Terceira. Não consegui determinar a data da entrada para revisão dos estatutos segundo as prescrições do papado ultramontano, contudo posso asseverar ser a política de D. Macedo o elemento dinâmico do cerco sobre a autonomia dessas confrarias, culminando no fim de seu bispado em 1889. A publicação dos "Estatutos da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Assis. Procedidas da Constituição do Grande e Imortal Leão XIII. A Província do Pará. Pará, 1908. (Possivelmente aprovado em 17/9/1888) Proclamada em 1889 (30 de maio) nas terceiras calendas de junho, sexto anno do nosso pontificado" é uma fonte para demonstrar a precedência da hierarquia.

> A musica do coro será do melhor gosto, e dirigida pelo bem conhecido maestro França Messias.
>
> Nas noites de 13, 15 e 17 fa-se-há leilão dos donativos offerecidos, revertendo o producto em beneficio da festividade.
>
> No dia 18, ás 6 horas da manhã, serão resadas duas missas uma pelo descanço eterno do irmãos finados e outra por intenção dos que contribuirem com suas esmolas.
>
> Pede-se á todos os nossos carissimos irmãos e aos devotos do Santo Patriarcha o favor de concorrerem com suas offertas para os leilões, e envial-as directamente á ordem nos dias já designados.
>
> O hospital será franco ás pessoas que o queiram visitar, no dia 16 desde ás 4 horas da tarde até ás 10 da noite, e no dia 17 das 8 horas da manhã ás 10 da noite.
>
> Espera-se a concorrencia não só dos irmãos como tambem dos fieis catholicos para o brilhantismo da festividade.
>
> O secretario,
>
> José Manuel Borges Machado[292],

Os fiéis sentiam ter o direito ao governo da religião ao menos no plano de suas consciências individuais, e creiam não estar em contradição com as orientações da hierarquia, exceto obviamente quando esta pedia total rendição aos seus ritos. O chamado culto doméstico ganha novo foro com a Questão Nazarena, até então a interiorização do culto se devia a outras denominações religiosas, pois estas não tinham direito de expressar livremente sua fé senão com a descrição das exterioridades, podendo apenas agasalhar no interior dos templos sua profissão religiosa. Descobrindo o culto doméstico, os católicos liberais defenderam a liberdade para executarem sua crença sem sofrerem a ingerência da igreja ao questionar a proibição de suspender o pagamento das promessas ou a realizações de novenas e orações, mas sabiam estar em risco porque o uso de símbolos do catolicismo como imagens e ladainhas são partes constitutivas da religião oficial do império. Restava-lhes contra-atacar o baluarte da hierarquia aonde lhe era penoso – a religião oficial do estado. O objetivo vital para reprodução da igreja estava na capacidade desta poder vincular seu élan ao tecido social, sem menoscabo diluir-se nele, a ocasião azada trazia para o cerne do debate o problema da devoção como elemento mais penetrante da tradição católica ao reviver no padroado dos oragos a experiência católica mais

---

[292] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 15 de setembro de 1882, pg. 3

imediata, chegando no limite a prescindir do sacerdote senão para oficiar aquelas sagrações muito particulares.

D. Macedo insiste no método purgativo para livrar suas fileiras dos liberais católicos recalcitrantes em aceitar suas diretrizes, mas o propósito de sua intervenção visava confirmar a tradição, mas aqui alcançava seu limite sob pena de declarar toda festa de Nazaré tão somente uma iconoclastia. A confirmação de um desprezo pela santa dos paraenses só faria animar o credo liberal para mover guerra ao bispo como costumava declarar do púlpito e da imprensa católica. Obrigando-o a usar de sutileza na crítica, quando se lhe interessava ao desabono do comportamento dos católicos insubordinados enquanto devia elogiar os prodígios conferidos em nome da santa. Alertando sempre que adoração só é devida a deus.

Ao instituir o Cyrio como ato civil em 1873 o Governador Capitão-general Francisco Silva Coutinho não pediu vênia à igreja colocando o povo da província sob proteção da santa, já reconhecendo o padroado existente na forma dos festejos realizados na ermida construída pelos populares para onde se dirigiam em preces para pleitearem graças ou intercessões da esfera divina. Daquela data em diante não houve nenhum questionamento sério pelos prelados do Pará, com solicitude não deixaram de indicar os sacerdotes para oficiarem os serviços simbólicos pertinentes. Perguntavam então, provocativamente, os liberais católicos, D. Manoel de Almeida Carvalho, D. Romualdo Coelho, D. Afonso Torres eram desmazelados com o culto da religião ao permitirem a exaltação e louvor da santa de Nazaré? Não menos desconfortável era quando interrogavam o próprio D. Macedo, não teria sido ele negligente ao destinar sacerdotes para aquela demonstração de fé, até mesmo acompanhando em várias oportunidades a procissão? Ou seria negligencia em 1878 e 1879 proclamar o festejo de Nazaré ignominioso, destituído de qualquer sagração, mera ladainha burlesca?

Ciente das dificuldades de persuasão dos católicos liberais, D. Macedo não se acomoda, reitera a persistência de um modo de fé calcado na diocese, sob sua liderança inquestionável, regulando, fiscalizando e purificando o culto contra os subterfúgios porventura presentes nas intenções de maçons confessos, livre-pensadores ou inimigos atávicos da igreja. Se os liberais acusam ser o motivo da suspensão da festa tão somente um ludibrio para caçar as liberdades, o prelado exemplifica na exposição de imoralidades o descuido com as coisas da religião e lembra aos desgarrados a confissão e penitencia de não mais pecar colocando-se em acordo com as diretrizes do governo da igreja.

Repercutida na imprensa a suspensão da festa de Nazaré quando faltavam poucos dias para acabar, uma leva de incursões no fato apurou o seguinte: as imagens do polyorama seriam de Michelangelo e Rafael, constituída de três graças, a mulher nua seria uma cópia da estatua da Vênus, ambas as obras “encontradas nos museus e palácios do Vaticano ou de outros paises da

Europa". O Diário de Belém de 27/10/1877 e a Província do Pará do mesmo dia apresentam o mesmo conteúdo para a notícia das representações do polyorama, em nada causando estupor aos passantes no arraial exceto por ouvir dizer de um católico mais fervoroso sobre a impudência da exibição daquelas iconografias durante a quinzena religiosa. Quem provocou tal inspiração não se sabe, diz a imprensa "temos apenas o testemunho de segunda mão do padre João Simplicio Neves Pinto de Souza", Vigário de Nazaré, que informou ao bispo pelo ouvi dizer do acinte causado pela manifestação desusada de entretenimento abalando a família católica.

Por costume, nem um sacerdote figura na parte profana da festa, tendo em conta a reclusão destes para não se contaminarem com demonstrações inconvenientes do populacho desavisado do modo de proceder à religião, mas pelo ditado de sua consciência o vigário comunicou ao bispo e este não redargüiu em proferir a sentença de suspensão. O alarido foi geral, levando os irmãos de Nazaré procurem ao cônego Aguiar para esclarecer o ocorrido e pedir seu socorro para abertura da igreja, uma vez que esta se encontrava com as portas fechadas; embora o cônego Aguiar tenha se prontificado a tentar alguma solução, a abertura da igreja não foi atendida causando alvoroço maior entre os fiéis, motivando sua abertura pelos irmãos de Nazaré, tidos por co-proprietários da ermida, acompanhados do povo, iluminaram-na toda quando repicaram os campanários, entoaram cânticos e a ladainha, como noticiaram Diário do Gram-Pará e Liberal do Pará do 28/10/1877.

Não tardou D. Macedo a responder do próprio púlpito de Nazaré aqueles tidos por celerados a zombar da autoridade da hierarquia e de seus acólitos na regulação e governo da igreja contra os impropérios dos divertimentos imorais dispostos à vista de padres, mulheres e crianças, dizendo ser completamente diferente os museus da Europa de um arraial de província, asseverando o caráter daqueles a freqüentar um e outro; e penetra na couraça do catolicismo liberal ao denunciar o deboche plasmado nas folhas liberais quando se ajoelham ali em Nazaré, mas escarnecem dos fiéis prostrados em Lurdes em honra de Nossa Senhora. Declina as pessoas Dr. Bricio e Dr. Barcelar como "hipócritas" por querem constar entre os membros da mesa diretora da Irmandade de Nazaré quando são confessos adversários do bispo e de sua causa(Almeida:1886, 132).

Por ocasião do reconhecimento da autoridade religiosa e dos fiéis, os nomes dos dirigentes da confraria deveriam ser lidos na missa seguinte a eleição como rezava o costume e era determinado nos estatutos, mas D. Macedo quer fazer constar o selo de suas armas naquele instante, desconsiderando o costume e o compromisso da irmandade (nova regra para todas as irmandades, vale salientar ser uma regra inscrita na cultura ultramonta), delega a seu preposto, o vigário da paróquia, a ordem de estar presente no ato da eleição e diante da não observância desse preceito, denega qualquer reconhecimento. Quando os irmãos refutam a necessidade da

presença do religioso para sancionar aquela escolha, o faz na tradição do catolicismo do padroado cuja premissa era o compromisso religioso, seguido do compromisso civil conforme a legislação do estado em vigor. Apegados a seu estatuto aprovado em 1842, os católicos liberais estão satisfeitos por não incorrerem em nenhum ilícito, já a hierarquia não goza da mesma opinião.

Em 16/03/1878 por portaria da secretaria, Gama Malcher ocupando a presidência da província procura extrair uma solução salomônica para os muitos interesses em apreço; assenta o seguinte termo, sendo de propriedade da Irmandade de N. S. de Nazareth o terreno onde foi edificada a nova igreja fica esta autorizada a ali se instalar com era na antiga ermida que se deu o lugar para a dita igreja; como a construção correu as expensas do tesouro da província, lá também fica erigida em freguesia; doravante destina a ser matriz do 4º distrito da capital e sagrada pelo bispo como paróquia a que se esperava confirmação.

Buscando autonomia da igreja e do seu governo D. Macedo persevera para habilitar o catolicismo diocesano em todo território do bispado, devendo erigir-se senhor sob todas experiências religiosas, notadamente naquele que já era o principal santuário na Amazônia. Os católicos liberais tendem a perceber uma postura absolutista no múnus pastoral de D. Macedo ao exigir obediência nas diversas esferas da vida, seja ela pública ou privada, descontentam-se com as continuas ingerências no trato da festa, na composição dos programas, na concessão dos divertimentos e na sanção dos nomes das mesas diretoras das festas religiosas, rebelam-se por serem tomados como simples festeiros, não mais que isso. Ao se insurgem ao verem podadas suas funções de dirigentes reclamam uma partilha na convivência religiosa na qualidade de confrades outorgados pelos padroados de seus oragos; o caso de Nazareth exemplifica a luta da igreja para assenhorear-se da direção exclusiva da religião, para só fazer concessão quando conseguia conquistar a efetiva direção e reprodução do culto católico.

Intenções subliminares estariam movendo a ação do bispo ao suspender a continuação da festa em 1877; ao exigir o fim da porfia dos Irmãos de Nazareth com o bispo depositando a seus pés toda iniciativa na direção do culto, extensiva às ramificações dos festejos no arraial em 1878, obrigando-se a medir forças com a irmandade suportou a organização da procissão civil, reforçando seu ataque manteve a concorrência em 1879[293] para mais uma vez ser desautorizado com outra procissão civil.

[293] Para minimizar a tensão e não ser acusado de obstruir o culto oficial, no ano de 1879 o bispo transferiu a paróquia de Nazaré para a Capela do Hospital Luiz I da Sociedade Real Portuguesa de Beneficência. Curiosamente, os ultramontanos acusavam os portugueses de terem montado um ninho liberal-maçom para denegar a autoridade do bispo. Theodoro Braga apresenta uma interpretação bem significativa para o conflito estado e igreja na forma da continuação do conflito entre brasileiros e portugueses na independência do Brasil, prolongado na revolta da Cabanagem; confirmado na Questão Religiosa quando

4.2 A POLÍTICA ULTRAMONTANA

Sem retorno era a política ultramontana no objetivo de domar as formas recalcitrantes ao catolicismo devocional, tradicional do padroado, iluminista e jansenista ou galicano, confiando ser seu dever estabelecer os filtros e fronteiras a circunscrever as experiências religiosas individuais ou coletivas abrigando tanto os chamados livre-pensadores como as confrarias. Explicar esse modo de bater-se pela hegemonia pode ser percebido na discussão sobre o programa da festa de Nazareth que trazia estampado a virgem de Nazaré em meio de duas "Vênus nuas impudicas" logo rechaçado pelo comunicado do Paço Episcopal em 28/09/1879 publicado em Boa Nova, declarando ser incompatível com a santa tal esfinge, requerendo obediência na composição mais elementar sobre o que deveria constar no programa da festa para dignificar a religião e não os divertimentos e lubricidade constante sob a direção dos liberais católicos rebarbados com o modo correto de experimentar a religião.

Se os católicos liberais podiam propor a oração mental como modo de escapar das investidas do bispo e seus sequazes, acabavam por se render ao capital simbólico encarnado na figura dos sacerdotes e da hierarquia ao propor ao prelado que desse quais as instruções deveriam ser seguidas durante a realização dos festejos nazarenos, implorando segundo apresenta apenso no jornal Liberal do Pará as muitas tentativas de dialogo da Mesa diretora da Irmandade de N. S. de Nazareth com o governo do bispado para aplainar qualquer duvida quanto ao desejo de prostrarem-se ao governo da religião no que concerne à teologia e o rito. Obviamente isto não bastava a D. Macedo!

Crescente era a desconfiança com as confrarias e as irmandades independente das juras de obediência prestadas por estas nas festas de seu orago ou na vida ordinária na igreja; decerto o problema não era somente de lealdade ou fidelidade, ultrapassava as obrigações solidárias entre os confrades na assistência mútua, ou no socorro dos desfavorecidos, implicava na postura de distinção recobrindo os irmãos fazendo destes um concorrente com a mediação do sagrado ofertado pelos sacerdotes sobre a direção do bispo. Precisava ser superado esse catolicismo de distinção com suas opas, capuchos ou mantos; não cabem mais na igreja católica ultramontana a pertinácia dessas organizações típicas do padroado, com sua independência material e espiritual por estas suportarem financeiramente as necessidades das igrejas e ermidas como era o caso da Irmandade de N. S. de Nazareth do Desterro, e espiritualmente quando supria pelas orações, novelas e ladainhas a ausência recorrente dos sacerdotes, sentido-se então como parte do governo da religião na qual haviam sido habilitados.

---

apenas bispos brasileiros foram presos, demonstrando a insatisfação dos brasileiros com o elemento português por este quase monopolizar o comercio do varejo e difundirem a doutrina liberal. Esse ataque foi desferido pelo jornal "TRIBUNA". Braga, Theodoro. Noção de Choreografia do estado do Pará. Belém, Empreza Gráfica Amazônia, 1919. p186.

A prédica ultramontana do bispo do Pará visava delimitar um novo marco de intolerância com os católicos liberais ao excluir da igreja todo aquele modo de ser concorrente com a orientação ultramontana, dispondo-se a recusar a possibilidade de convivência na igreja não por receio de ser corrompido ou absolvido naquelas concepções de fé, mas buscando exprimir o único modo correto de vivenciar a religião outorgada pela linha de força da Sé de Roma até a Sé do Pará, ungindo o titular do paço episcopal para validar não só a religião oficial do império, também a religião católica apostólica romana com seu valor universal.

A hierarquia ultramontana debochava abertamente quando se referia às manifestações religiosas dos populares alcunhando de mascaradas as procissões em honra da santa de Nazareth do Desterro, quando estas não são devidamente acompanhadas dos sacerdotes para oficiarem o serviço espiritual, recusando reconhecer a presença da imagem da santa como suficiente para validar o ato religioso. Sem, contudo, deixar a imagem da santa ser apropriada espiritualmente pelos irmãos de Nazaré e pelo conjunto de fiéis, o bispo reivindica da autoridade civil, no caso o presidente da província, para não permitir ser levada na procissão civil a imagem da virgem pressupondo corretamente que tal descuido poderia ser compreendido como renuncia ao campo de batalha e a possibilidade de liderar efetivamente o campo católico na luta contra a modernidade e contra a separação entre estado e igreja como vinha sendo processado nos países aonde se observa a ascensão da secularidade.

Pierre Bourdieu assinala como construiu a noção de campo impulsionado pela leitura de Wirtschaft und Geselshaft ao perceber a comunicabilidade do conceito referido à produção dos objetos da realidade, sem implicar em uma transferência, mas em efetiva construção do objeto ao justifica a transferência[294]. Os domínios da igreja precisavam ser reconhecidos como parte constitutiva do campo católico desde que construído como tal, esta condição só poderia ser conquistada mediante a luta pelo capital simbólico organizado pela hierarquia e reconhecido pelos outros agentes em disputa. Com efeito, imagens, templos, campos santos são o desdobramento material da expressão da crença religiosa, ou ainda o fundamento dos símbolos comunicados na crença, ativados pela história da igreja ao valorizar os sentimentos e o ethos místico do catolicismo; se a cultura liberal transigiu com o ensino religioso da igreja, com esta às vezes até quase alcançando o monopólio do ensino, logo buscou a dianteira para poder difundir os valores da sociedade moderna; na esteira da afirmação de postos estratégicos, o estado vai sucedendo a igreja ao prestar a beneficência em substituição à caridade, mas na disputa sobre os símbolos que dizem respeito à vida, à morte, à cura, à família, à redenção, todos ainda necessitavam da chancela da igreja e seus mediadores, os objetos e lugares sagrados junto ao clero ratificam o campo e aqueles ciosos de independência são relegados à margem.

[294] Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Editora Bertrand Brasil S. A. Rio de Janeiro, 1989, p 59-73.

Sobre estes recairá a ilegitimidade, destituído da confecção de sentido, o leigo católico liberal, liberal católico, maçom, fica proscrito, senão absorvido na supra-identidade católica, terá pouca possibilidade de configurar sentido para suas experiências religiosas, pois isto se converte em atributo único da igreja.

Na América católica este foi um traço comum, para os paises protestantes podemos perceber a intervenção de outras mediações, contudo não creio poder captar a eliminação da cultura religiosa da disputa com a modernidade quando esta pugna idéias de secularização da vida privada na totalidade. Certo protestantismo do século XIX objetou as idéias cientificas quando esta se opunha à bíblia[295]; em relação às novas idéias da modernidade chegaram a unir momentaneamente D. Macedo e Agassiz para desautorizar o Darwinismo no tocante a evolução do Homem. Cada um com sua peleja.

Tentando isolar o prelado, os liberais não deixaram de divulgar quanto à postura de D. Macedo havia sofrido com o tempo, como ilustrou o próprio jornal católico, fundado por este, com o fito de esgrimir a disputa com a secularidade, usando um dos instrumentos da modernidade, a imprensa. De modo colateral ao informar, admoesta, fiscaliza e regula o credo e a sociedade exemplificando o "Cyrio foi realizado com o devido zelo religioso" atestado por "A Estrela do Norte" em 1/11/1863. Ora, se o jornal debaixo da vista do bispo afiança o comportamento e a disciplina reverenciada na festa de Nazaré não seria de estranhar os liberais confiarem no testemunho ratificado mais adiante em 24/6/1866 nas paginas de "A Estrela do Norte"; por conseguinte parecia fora de dúvida para os Irmãos de Nazaré seu respeito manifesto pela autoridade religiosa à testa do culto católico, confiando em prestar seu auxílio ao engrandecimento ao culto de Nazaré sem ser ameaçado das admoestações advindas do Paço Episcopal ou de seu representante legal e legítimo – o vigário.

Na segunda metade da década de 1870, o combate entre igreja e estado não refluiu totalmente, sobretudo pela rivalidade continuada do partido liberal no governo a partir de 1878 assumindo uma agudização da queima do resto do combustível quando o governo da província do Pará recusa conceder plenamente a cessão da igreja de Nazaré para ser matriz, apeando dali os Irmãos de Nazaré abrigados na tradição estabelecida de ali proferirem suas atividades de louvação ao orago, além de serem os proprietários do terreno e da antiga ermida e imagem. Mas a polemica não fica totalmente adstrita à província, no parlamento e no governo central repercutem a dramatização alertando para os perigos já vivenciados na primeira metade da década quando os bispos foram processados, condenados, presos e posteriormente anistiados. Também eram ressaltados os riscos para religião católica caso esta continuasse a combater as

[295] CAMPOS, Breno Martins Campos (UPM; PUC-SP) Fundamentalismo Protestante: A Invenção de uma Tradição Exclusiva na modernidade. Disponível em: WWW.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Campos.

tradições como eram experimentadas a fé. A extensão do conflito podia aprofundar as propostas radicais de supressão de uma religião oficial do estado, decisão contraria ao projeto do campo católico, porém a disposição de forças na contenda do Pará não autorizavam um resultado tão funesto para igreja, disso sabia D. Macedo, notadamente quando liberais faziam concessões ao bispo como estavam expressas na imprensa adversária do bispo.

O Conselheiro João Lins Cansansão de Sinimbú é instado no debate a responder as ameaças veladas de irrupção de levantes católicos tal como se apresentou naqueles dias quando os prelados estavam encarcerados e a prudência deveria ser uma meta buscada pelos envolvidos na competição. Para se livrar das possíveis ilações quanto à responsabilidade do conflito, Gama Abreu, Barão de Marajó, outro liberal presidente da província, pede indicação ao poder central de como proceder no futuro, evitando o acirramento sobre o que poderia ser interpretado como uma ingerência no governo da igreja e do culto, dizendo ser também significativa para igreja uma solução satisfatória. Contudo não obstaria a realização da procissão em 1879, como de fato se efetuou, como de costume, engrossou no préstito acompanhando a imagem da santa, de propriedade da irmandade trasladada até a sua matriz, quando cristalizava a oposição entre parte bastante representativa da sociedade civil e a igreja. Contrariando os desejos da hierarquia, e acusando essa postura da igreja de uma rebelião à causa da religião oficial do império, a procissão apegou-se a noção primeira de manifestação católica tradicional instituída pelo poder civil em 1793. Ficando a igreja sem os recursos, nem os objetos capazes de instilar o sentimento da religiosidade, restou ao bispo confiar na segurança de seu mando sobre o sagrado.

Acreditando na validade de um sentimento católico, o bispo e os seus decretam a ilegitimidade daquela experiência devido à ausência do poder de sacralização. Nem os Irmãos de Nazaré, nem os representantes do estado tinham qualquer investidura para tornar solene aquele ato, deixando como em éter as promessas, louvores e oferendas. Por mais diatribes da cultura liberal, para a igreja não havia duvida da sua autoridade para conferir a condição de sagrado, determinando quem era católico, quando era relativo ao católico, como se devia portar o católico, quais as coisas do catolicismo. Esta convicção anulava qualquer possibilidade de dialogo em condições de igualdade entre a cultura liberal e a cultura católica, mas isto só era possível pela existência da supra-identidade católica construída no campo católico com os modos de ser católico tradicional, popular, ilustrado, sob a hegemonia do catolicismo diocesano/ultramontano. Ou seja, em condições de subalternidade, as formas católicas concorrentes com a hierarquia puderam vivenciar sua religiosidade em convivência na igreja .

Em 1880, a paz ainda não tinha obtido uma chance real, Tito Franco carregava nas tintas do Liberal do Pará sobre a relevância da manutenção do catolicismo como religião oficial do estado fundado mais na cultura da nação do que na doutrina ultramontana, reclamando uma

modernização da igreja ao conferir um espaço privado de culto internalizado pelo fiel, contudo devendo ser exteriorizado na disposição manifesta de vivenciar e experimentar a fé na festividade de Nazaré interpretada como parte constitutiva da esfera sagrada e não um ato profano.

Abrigado na igreja, os modos de ser católico requerem a assistência publica da experiência privada da fé. A condição sagrada da batina não é mera encenação, ela conforma e confirma o interior e o exterior do campo católico operando o amalgama concorrente da cultura da nação católica com a cultura ultramontana.

Por seu turno, D. Macedo gostaria de ver confirmada suas determinações na valorização daquela manifestação de Nazaré, sobrepondo no coração e nas mentes a percepção difundida no dogma da Imaculada Conceição como uma incorporação nos tempos modernos da mística creditada pela Sé de Pedro tal como era vivida nas homenagens a N. S. de Lurdes, partindo do pressuposto de que em França a hegemonia ultramontana fosse inquestionável; obviamente isso era retórica, pois na 3ª república francesa a hegemonia liberal já estava plasmada no governo Gambeta[296].

As imagens são disputadas como objeto material e simbólico devido à situação de serem portadoras de valores economicamente cambiáveis e a partilha não era mais tolerável para o bispo reclamando por este procedimento a necessidade de regularização, enquanto os liberais católicos tentavam manter uma inserção no governo da convivência religiosa sobre as muitas formas de manifestação do catolicismo, sempre percebendo em troca as graças conquistadas com a devoção. Só não esperavam contar com a tenacidade do catolicismo diocesano em despatriar os fiéis de suas posições tradicionais nas confrarias e irmandades.

Segundo as indicações do bispo até o comercio formado no rastro do arraial em homenagem à santa também devia sua existência ser reparada pela sanção religiosa do bispo, condição de tutela dispensada pelos comerciantes e o grosso dos fiéis, contudo não dispensavam a presença da autoridade religiosa[297]. Parecia extrema ousadia da parte do bispo esse proceder,

---

[296] HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. Estud. av., São Paulo, v. 22 n. 62, Apr. 2008. Disponível em: WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci-_arttext& S0103-40142008000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142008000100006.

[297]Exercitando o governo da igreja D. Macedo fazia concessões às formas tradicionais do catolicismo e a seus modos de experimentarem a fé, denotando uma capacidade de incorporar essas demandas já presentes nos bancos dos templos, desde que não visse ameaça ao modelo da santa Sé. Hemeroteca da Fundação Cultural Tancredo Neves, DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 29 de dezembro de 1882, pag. 02 "Família Santa. S.exc. o sr. bispo, atendendo ao pedido da respectiva irmandade, concedeu permissão para, por esta vez unicamente, sair no dia 1º de janeiro da igreja de Santo Antônio, a procissão de Jesus Maria José".

contudo, o catolicismo vivia em regime de monopólio religioso, sem ser seriamente ameaçado pela concorrência de outras denominações cristãs e até outras religiões, dessa maneira D. Macedo sabia previamente contar com o sentimento católico consubstanciado na cultura, no qual ele era o dirigente espiritual por isso investe seguro de não incorrer em cisma.

Ordenar a sociedade civil segundo os preceitos da Santa Sé era meta da igreja divulgada na *Civiltá*, órgão da imprensa jesuíta, segundo o qual o mundo moderno trazia uma série de desarranjos à organização social ao introduzir o parlamento que dispensava a sabia orientação da igreja, as municipalidades como um subproduto da cultura parlamentar, ambos fundados na urna eleitoral fonte de disputas insanas por estarem completamente desviados da proteção divina, disso resultando nas propostas infelizes de casamento civil, registro civil, cemitério civil, livre-pensamento, secularização do estado e fim do poder temporal do papa e da igreja. Este catecismo católico episcopal se insurgiu contra a modernidade como fonte de todo mal, mas serviu aos liberais católicos para advogarem a noção de adoração sem recair na heresia, assinalando a importância dada a Maria no mês de maio pela pena de D. Macedo grafado no próprio Catecismo[298] distribuído fartamente na província e alhures (Almeida: 1886, 201-202). Acaso N. S. de Nazareth não seria Maria? Nem D. Macedo se atreveu a tanto, acomodou resignado.

Adaptações necessárias para não perder o sentido de religiosidade foram sancionadas pela hierarquia da igreja no Brasil e no mundo, elas representaram a elasticidade da supra-identidade católica comportando os modos de ser diferenciados, sobretudo quando as formas subalternas acenam com os instrumentos da convivência comum como era o caso da devoção ao orago. Certamente a crítica à experiência devocional era feita para abalar as certezas do catolicismo popular, tradicional e devocional, conduzida por um matiz ilustrado e diocesano, portanto a necessidade de controle sobre as experiências tidas como pouco civilizadas não poderia ultrapassar o campo católico sob pena de romper este espaço construído da cultura católica. O ultramontanismo percebia a importância de não negar o significado e o sentido da experiência de Nazaré, sendo forçado a pactuar com as formas rebeldes a existência do campo. Hegemonia, direção e dominação da cultura religiosa do catolicismo pelo ultramontanismo, mas sem significar um catolicismo homogêneo, obtém-se o universalismo. O risco da crítica católica ilustrada poderia ameaçar a crítica ultramontana ao secularismo, erro por excelência questionado pela hierarquia, cabia então temperar a ilustração com a filosofia da tradição para corretamente interpretar a realidade. Esta postura da igreja ultramontana de transigir foi ditada

---

[298] COSTA, Antonio de Macedo. Catecismo sobre a Igreja católicada. Rio de Janeiro: Typ. Moreira, Maximiano & Cia, 1875, p 18.

pelo senso de oportunidade para confirmar o universalismo católico frente ao estado e à experiência local. Não se deixar encurralar e continuar a apresentar-se como o eixo integrador era a motivação da diocese dirigida pelo antiste da Amazônia.

1879 foi mais um ano de sangria do bispo no tocante ao Cyrio de Nazaré, novamente com os galardões se fez a procissão acompanhada pelas autoridades civis sem suas correspondentes religiosas, a santa foi trasladada segundo o costume. Os reclamos do Paço episcopal engrossaram por todo orbe católico, fazendo os liberais tentarem alguma conciliação devido à comoção gerada nas famílias, sobretudo nas esposas[299] por serem sobejamente sensíveis às prédicas religiosas dirigidas pelo clero (Almeida, 207). Os liberais católicos desejosos de alcançarem a paz em casa retornaram a oferecer sua proposta de convivência na igreja sem, contudo, prostrarem-se aos pés do bispo além do governo do culto da religião segundo lhes aprouvesse. Continua o impasse, D. Macedo não transigi além do terreno seguro traçado em sua estratégia para ganhar força sobre o campo, quer ver sacramentado o modelo de ser católico conforme o catecismo ultramontano, sem entregar suas prerrogativas.

Ciosos da condição de livre-pensadores, os católicos liberais voltam à carga com os argumentos recorrentes da Questão Religiosa, acusando o bispo das suas muitas faltas com o poder civil ao se negar a implementar as resoluções aprovadas no parlamento como a realização de concursos públicos para suprir de lentes as cadeiras vagas dos seminários, a observância dos places sobre as matérias consignadas nas encíclicas papais. Estando no Paço Episcopal ou em visita pastoral, D, Macedo se ocupa do movimento das forças católicas e expede a proibição aos católicos de lerem as folhas liberais por serem um veículo contrário à causa da religião católica e denuncia o desprestígio sofrido pela autoridade diocesana com a fixação de bandeiras na Rua Imperatriz, mesmo depois da proibição feita pelo prelado; de suas fileiras, dois tenentes movem suas colunas, padre Lyra em Benevides chama o povo a protestar contra os acintes feitos à religião e ao bispo; enquanto o cônego Pinto Marques nas ruas do comércio em Belém acompanhado de um grupo de simpatizantes desfralda a causa do bispo tentando atrair o apoio popular para sustar a procissão do Cyrio sem as bênçãos da religião oficial do estado, a única religião católica verdadeira representada pelo bispo, posição essa duramente criticada pelos liberais (Almeida, 241).

Carente de recursos materiais de sua própria lavra, a igreja intentava conquistar efetivamente a hegemonia sobre os signos a identificarem a religião do estado, considerando repousar neles o significado da crença religiosa, ocorria, entretanto, que parte expressiva desses símbolos apresentavam-se sobre patrimônios diversos desde as alfaias e paramentos comprados

299

pelas confrarias, irmandades e ordens terceira, até os templos, ermidas, cemitérios, imagens dos santos, ou os serviços de assistência da Santa Casa de Misericórdia e de auxílio montepio.

Disputar a orientação política dos católicos não era um objetivo secundário, ele se agrega à perspectiva de formar um campo católico em oposição aos liberais, e acusam o bispo de colocar em evidência sua preferência partidária quando em visita pastoral faz campanha contra o Partido Liberal, sendo replicado por seus acólitos nas paróquias de Curuçá, Capim, Cametá; na Sé de Belém, ponto nevrálgico da capital da província, D. Macedo emite juízos quanto à ingerência do governo civil nas questões do governo da religião, particularmente quando o Tribunal de Relação concedeu direito de vistas à Irmandade de Nazaré contrariando a posição anterior do juiz civil Lima favorável à igreja na interpretação da inexistência da dita irmandade reclamante dos direitos[300]. Parecia ser uma reedição do conflito de outrora quando o poder civil subordinou a igreja no recurso à coroa para suspensão dos interditos às capelas, agora agravando com o argumento da idolatria e do culto às imagens sem a prestação devida ao culto como prescrevia a hierarquia da religião. Imersa em um forte sentido de história a igreja repisa seu passado de martírio da chamada Questão Religiosa.

O protesto das igrejas reformadas contra o culto dos santos esparramou-se pelo mundo; na segunda metade do século XIX eles estão estampados na imprensa de propaganda, mas foram os liberais a sacarem um significado mais prosaico para sua luta contra a igreja ao provocarem a hierarquia sobre a *mariolatria* como entendiam os protestantes, ou se acaso seria um verdadeiro sentimento católico, justificado na doutrina como no dogma da Imaculada Conceição. Afinal quem eram os católicos, os bispos, ou eram essa plêiade bastante diversa ajuntada nas procissões em honra de N. S. de Nazaré? As dúvidas vão continuar..., parece acertado dizer - trata-se de uma supra-identidade católica quando estão reunidos na convivência religiosa da mesma igreja, diferentes coletivos e indivíduos a experimentarem a fé segundo sua vocação, situação corriqueira para os católicos nas suas procissões como na Itália na festa de Santa Rosália, cuja ornamentação contava com um "carro de 70 pés de cumprimento, 30 de largura e mais de 80 de altura a percorrer a cidade de Palermo por três dias" (Almeida: 270). Extraído o exagero da retórica, os católicos liberais paraenses cobravam de seu bispo a exemplo de outros católicos no mundo se deviam apartar-se da igreja por terem um credo político distinto da orientação imprimida por Pio IX? Abandonar a Sé de Roma? Talvez..., já a cultura do catolicismo era por demais entranhada nessa sociedade para poderem se desfazer tão facilmente dessa concepção de experimentar a fé na igreja, por isso não titubearam em mobilizar os recursos a sua disposição para vivenciar a religião como haviam aprendido com seus pais.

[300] Refere-se ao descaso feito pelo bispo com o estatuto da Irmandade de N. S. de Nazaré aprovado pela Comissão Eclesiástica na década de 1840 tendo por membro Vigário Capitular Francisco Pinto Moreira, Arcipreste Manoel Theodoro Teixeira e Chantre Raymundo Serverino Matos. Depois da aprovação nesta comissão, o projeto foi remetido à Assembléia Provincial para apreciação (Almeida: 368).

Cavalheiros, damas, solteiras debaixo de umbrela pegam a santa no Colégio do Amparo e fazem a procissão em Belém como em Palermo ou Lourdes demonstrando sua adesão ao catolicismo sem necessariamente alistarem-se nos batalhões ultramontanos. Coube a hierarquia ligada a Sé de Roma trabalhar para colar-se à frente desses católicos na expectativa de sustentar sua cosmovisão contra as investidas da modernidade a esvaziar o sentido de pertença a uma religião única. Se as procissões, ditas, civis estão gerando muitos choques na província do Gram-Pará, no parlamento nacional brasileiro os católicos, todos os deputados e senadores eram católicos, apreciavam a matéria da secularização dos cemitérios públicos, caso aprovado seria a subtração de poder material, sobretudo, poder simbólico da religião oficial do estado, porém a trama exigia resposta para um tema tão candente, além de estar associado às exigências dos governos de paises protestantes afetando a tão ansiada imigração para os trópicos. Cogitando a possibilidade de cemitérios particulares para as irmandades e assemelhados, cemitérios específicos para protestantes e outras religiões colocavam em pauta o processo de secularização da vida entendida como um processo de valorização da ética civil sobrepondo-se a ética religiosa no governo do estado[301].

Receando o retorno da Comuna de Paris, Pio IX se pronunciava contra aqueles "miseráveis (...) verdadeiros demônios saídos do inferno" frutos das desgraças do liberalismo. Nas forças católicas, jesuítas e os novatos lazaristas e redentoristas esgrimiam com os liberais sobre o governo civil cuja premissa era a independência deste em relação à propalada superioridade moral para legitimar a direção da sociedade. No intuito de reverberar o drama vivido na diocese do Pará, D. Macedo faz chegar ao parlamento nacional sua insatisfação com a direção política expressa pelos liberais na província de acolherem, quando não fomentaram, abertamente suas simpatias pela causa da Irmandade de Nazaré. Voltando suas queixas aos aliados do bloco histórico do império, D. Macedo faz chegar suas reclamações aquecidas com os muitos possíveis percalços que poderiam ser somados levado em conta o passivo da Questão Religiosa. O senado do império[302] tentava funcionar como um esteio mais sereno da representação política dos partidos, contudo nem sempre era possível comprimir os arrojos costumeiros como era da feição da câmara dos deputados, e na tribuna, o Senador Cotegipe, pelo partido conservador, interroga ao governo imperial sobre as medidas para assegurar o livre culto católico. Tito Franco defende no jornal Liberal do Pará o respeito ao governo da religião

[301] As contribuições de Max Weber ao processo de secularização são muito conhecidas, embora não tenha tomado como referência sociedades católicas, creio ser de grande ajuda sua interpretação sobre o desencantamento do mundo. Ver: Souza, José. Max Weber e a singularidade da racionalização religiosa no ocidente. Goiânia, Caminhos, v 2, nº 2, p 173-195, jul/dez. 2005; também Lemos, Carolina Teles. Max Weber nas leituras do Catolicismo. Goiânia, Caminhos, v 2, nº 2, p 233-252 jul/dez. 2005

[302] A escolha do senador estava fundada no Art 101 da Constituição do Império outorgada por D. Pedro I, regulamentada pelo decreto de 22/11/1826. Por esses diplomas legais, a eleição era para composição de uma lista tríplice a ser apresentada ao imperador, sob quem recaia a unção final.

pelos bispos sem contudo privar-se da instituição do livre-pensamento, e se há alguma desinteligência esta se deve aos arroubos do bispo.

Havia o culto católico prescrito pela hierarquia, mas o conflito não residia na essência ou nas ramificações e sim na crença da igreja como intérprete oficial da crença e sua pretensão a sujeitar as consciências na esfera secular, situação questionada pelos católicos liberais. Candido Mendes, pela bandeira conservadora acusa o delegado liberal da província, assentado no governo, de perseguir a igreja e por ter um comportamento imprudente como não convinha. Já os liberais reagem a mais esta fustigação denunciando a falta de reciprocidade do prelado ao sair da província sem oferecer justificativa ao titular do poder civil como prevê a Provisão do Império de 23/08/1824, sob risco de ser declarada vaga a diocese quando o seu ocupante sair sem licença devidamente comunicada ao presidente da província. Expediente regular, sendo porém irregular, de D. Macedo.

Borges de Castilho, governador do bispado do Pará, segundo na hierarquia da diocese e colaborador direto de D. Macedo, cumprindo as determinações do bispo chegou até a ser preso posteriormente quando não atendeu à determinação do governo imperial para suspender o interdito, estava ativo no exercício da política do bispo ao reunir o clero para reproduzir suas orientações, enquanto os liberais percebiam não apenas diretivas ao culto da religião oficial do império estendendo-se até a organização política, econômica e social através de um modelo particular de intervenção da igreja sob a forma de partido – o partido católico. Apenas por força de um processo químico e mecânico seria possível fazer a separação entre estado e igreja, interesses temporais e espirituais tinham uma longa história juntos, não foi fácil convencer a sociedade e as instituições a adotar outro regime para estatuir as relações entre as esferas da secularidade e da espiritualidade; Bélgica, França e Alemanha eram exemplos fartamente mobilizados pelos liberais católicos no Brasil, particularmente na província do Pará ao aduzir o modo como a emancipação de ambas esferas poderia ser proveitosa aos negócios eclesiásticos e aos negócios civis.

Cultivar a política da igreja no seio das paróquias e no imaginário social precisava da adesão ativa do clero sob pena do conformismo alijar de vez a cultura católica da direção do estado; guiados pelo titular do papado, os bispos ultramontanos tiveram de optar por quais instrumentos deveriam medir-se com os liberais. Cônegos e padres assistirem reuniões convocadas pelo bispo parecem um ultraje à bancada liberal, mas quando um religioso se posta nas fileiras dos pedreiros-livres não vêem inconveniente algum, e protestam por serem sentenciados *ex-formata consciência* como foi o caso do padre Marcelo em 1876.

Ostentando a seguinte Trindade: Deus, Pátria e Liberdade os liberais católicos cometem mais uma pilheria com o bispo e para com sua verdadeira Trindade proclamada nos dogmas de

fé da igreja, sem descartar deus, creditam a seu par duas outras verdades de importância sublime no século da razão, obviamente o acinte à religião universal e oficial do estado teve reprimenda pelas letras católicas locais, ressaltando a implicação deste conflito em Paris, capital do mundo moderno, quando nas paginas de L'Univers de 10/4/1879 fulgurava a versão dos católicos sitiados por uma perseguição liberal. O ultramontanismo tinha uma imprensa em rede e reproduzia as contendas, e não foram poucas, sobre o controle dos serviços simbólicos ofertados pela cultura católica. Mas a mesquinharia do debate chegava a acusar abertamente de ser o próprio bispo quem assinava as matérias do periódico católico francês sob o anônimo – um católico. De certo esse foi um expediente usado à larga naquele período, nada temos a oferecer quanto a tal acusação, saliento apenas a relevância da imprensa na replicação das concepções em lide, cujo fim era a formação de campos das culturas liberais e católicas. Se foi a versão do bispo (ele teria de próprio punho enviado as cartas para L'Univers) ou de outro católico isto é irrelevante do meu ponto de vista, o argumento liberal ganha mais sentido no espírito da época se considerarmos sue apego à noção de modernidade representada pela Pátria e pela Liberdade, dispensando a tutela da igreja, do papa ou do bispo, preferindo ter como guia a razão.

N. S. de Nazaré era a padroeira dos Belemenses, portanto um conflito em principio circunscrito a capital da província por alguns instantes tendeu a se apresentar como universal graças à percepção mais comum de uma mesma identidade entre os bispos, obrigando D. Macedo, senão indiretamente através dos seus a reverberar na capital do mundo civilizado a defesa do modo de ser católico segundo a concepção ultramontana. Tentando legitimar o modo de ser dos liberais católicos trazem em seu favor cardeal Luca, cardeal Mathieu, cardeal Strossmayer e Cardeal Schowargunberg por serem mais tolerantes com as experiências na igreja ao permitirem o exercício do catolicismo sem desprezar a modernidade expressa pela identidade nacional e pelo livre-pensar, atributos característicos da separação igreja e estado quando se preserva a autonomia da esfera secular e da esfera religiosa, tornando os fieis submissos apenas exclusivamente naquilo referente ao culto oficial.

Só em 1882 é que o Cyrio voltou a ser celebrado na harmonia possível entre estado e igreja como anuncia o DIÁRIO DE NOTÍCIAS, sobre o trajeto da trasladação e a composição recatada da cerimônia sem maiores alardes, com a chamada "Festa de Nazaré" laconicamente sustenta

> "Terá lugar hoje, às sete horas da noite, a Trasladação da imagem de N. S. de Nazaré do Colégio do Amparo, fazendo o seguinte trajeto: ruas de Santo Antônio dos Mercadores e Largo do Palácio até a Capela, onde será contada ladainha a grande instrumental, sendo celebrada por Monsenhor Borges de Castilhos, e ficando exposta à adoração dos fiéis até às 10 horas da noite.

> Acompanham a imagem 4 bandas de música, que tocarão no largo do palácio até às 10 horas"[303].

No dia seguinte o mesmo periódico noticia o transito completo do Círio vislumbrando a grande romaria cujo trajeto partindo da *Frente do Palácio do governo, travessa da Rosa, rua do Espírito Santo, largo da Sé, calçada do Colégio, Travessa da Companhia, rua da Imperatriz, Praça das Mercês, rua da Indústria, largo e rua de Santo Antônio, rua da Trindade, rua do Riachuelo, Praça de D. Pedro II, estrada de Nazaré*[304]. Podemos notar no anuncio a ausência das referencias às autoridades civis e eclesiásticas, embora estas estivessem presentes, a homenagem à santa não suprimiu o debate na convivência do catolicismo, a hierarquia continuou a assumir a posição de dirigente dos negócios eclesiásticos em sua vasta diocese açambarcando toda a Amazônia, enquanto o poder civil perscrutava senão a ruptura, ao menos intentava ganhar autonomia para esfera secular. Os conformes da festa foram oficiados segundo as diretrizes do bispo, mas a pátria liberal houve por bem abreviar a crítica sobre os dogmas para elevar a festa em dogma, se os governos civil e religioso podiam ficar apartados a cultura religiosa não e, a convivência religiosa abrigou diferentes modos de experimentar a fé.

O lábaro da igreja foi garantido como ilustrou as paginas do Diário de Notícias com o badalo dos sinos, missa, evangelho proferido pelo ultramontano padre Antonio Macedo Costa Sobrinho, que foi estudar na Europa pelo mando do tio bispo, com procissão, girândolas de foguetes, distribuição de esmolas pelo vigário, vale frisar, em cumprimento da promessa de uma devota. Naquele instante estavam reunidos os diferentes "modos de ser" católico tradicional, popular, devocional e diocesano, oportunidade para manifestarem publicamente a convicção privada de experimento da fé na convivência religiosa de uma igreja única. Quanto ao catolicismo ilustrado... este também ombreava com seus irmãos de religião a vivência da fé, mas como reclamava sua independência se contentou em confirmar sua presença nos atos sagrados e profanos daquela festa religiosa como é o encontro do sagrado e profano, esfera secular e espiritual no Cyrio de Nazareth.

---

[303] Hemeroteca da Fundação Cultural Tancredo Neves, DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 14 de Outubro de 1882, pag. 02

[304]Hemeroteca da Fundação Cultural Tancredo Neves, DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 15 de Outubro de 1882, pag. 02 Hemeroteca da Fundação Cultural Tancredo Neves, DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 29 de Outubro de 1882, pag. 02 "Festa de Nazaré**.** Diz o Programa: Às cinco horas da manhã os sinos de todas as igrejas, acompanhados de grandes girandolas de foguetes, colocadas em todas as praças, anunciarão o dia da festa da virgem santíssima de Nazaré. Às seis horas da manhã haverá missa e por ocasião será distribuída pelo rvd. vigário, aos pobres uma esmola oferecida por uma devota. Às 10 horas entrará a missa da festa, a grande instrumental e magníficas vozes, oficiando no altar o rvdm. sr. conego vigário. Depois do Evangelho ocupará a tribuna sagrada o distinto padre sr. Antônio Macedo Costa Sobrinho, que com o seu eloquente verbo ocupar-se á da Virgem Santíssima, mãe de Deus e dos homens. Por essa ocasião se distribuíra medidas e registros. A tarde saíra da Ermida, às 4 horas, a procissão da virgem santissima, percorrendo o largo de Nazaré, estrada do mesmo nome, travessa dois de dezembro estrada de S. Jerônimo, travessa da Glória e estrada de Nazaré (...)".

Os modos de "ser católico" deveriam ser hierarquizados na igreja consagrando o modelo diocesano ou ultramontano como o horizonte para o campo católico, dialogando quando possível com os liberais, reformando as práticas tradicionais, e incorporando a dinâmica popular da efervescência mística do culto dos santos. Senhora do governo da igreja, a hierarquia estende seu cerco sobre o capital simbólico e todas as coisas sagradas inclusive aquelas sob a guarda das confrarias[305]. Esta foi a parte mais difícil, convencer as irmandades a cederem seu patrimônio para igreja, e colocarem suas almas a serviço do campo católico na tentativa de esvaziar a robustez do campo liberal na província e na diocese, quiçá na disputa em nível mundial.

Confiar na doutrina e nas orientações da esfera espiritual para santificar a esfera temporal e secular é a única alternativa valida, se o púlpito revela os ensinamentos, a imprensa debulha os erros correntes dos liberais ao denunciar o preço da indisciplina motivada pelo vício da revolução em desautorizar a igreja como fonte da verdade. Na diocese do Pará, as paróquias se viram entre as opções das diretrizes dos sacerdotes vinculados ao ultramontanismo, ou se arriscarem seguindo o espírito do século com suas incertezas.

A repetição dos círios segundo a tradição convenceu-me sobre a força da coreografia do costume para validar o sentido de pertença na convivência religiosa, quando a hierarquia e o clero junto com os fiéis pactuaram a continuidade do culto oficial incorporando experiências de fé diversas como atesta o Diário de Notícias de 11/10/1885; sob a chancela do bispo, o arraial foi disciplinado. Foi...? Se o território foi ocupado com as insígnias da igreja e o cenário era "elegantemente decorado pelos habilitissimos R. Cardoso" considerando o "bairro mais elegante da nossa capital – recebera hoje a popularissima romaria da Virgem de Nazareth" percorrido o trajeto e recolhida a santa, a folga popular teve início com a apresentação da marcha composta

[305]Eis como procedeu a igreja na arregimentação dos fiéis. Hemeroteca da Fundação Cultural Tancredo Neves. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 08 de março de 1884, pg. 2. "Igreja de Nazareth.O rvd. conego Carlos Seidl, digno encarregado da parochia de Nazareth, enviou-nos a seguinte circular, que publicamos, chamando para ella a attenção geral, e recommendando-a á nunca desmentida generosidade dos fiéis da sociedade paraense. É justo o fim para que se pede o concurso do obulo de rodos, para que possamos duvidar do bom acolhimento que terá o apello feito pelos signatarios da circular. Eil-a: "Illm. Sr, Estão em dominio publico os grandes obstaculos com que se tem luctado para fazer funccionar a nova Igreja Parochial de N. S. de Nazareth do Desterro d´esta cidade. Os abaixo assignados, conscios da grande veneração que consagram todos os habitantes não só d´esta provincia como tambem das visinhas á Gloriosa Virgem de Nazareth, certos tambem da generosidade nunca desmentida de todos, quando se trata de abrilhantar o culto de Maria Santissima, sob aquella sympathica invocação, vem hoje cheios de confiança nos caridosos sentimentos de v.s. pedir um donativo qualquer para que até fins de abril vindouro essa igreja possa estar guarnecida de todas as alfaias e ornamentos para a sua benção, seguindo-se logo o abençoado mez de Maria. Os donativos com que V. S. se dignar concorrer para este fim poderá ser dirigido a qualquer um dos abaixo assignados e opportunamente será publicado o resultado d´esta subscripção, bem como a applicação que d´elle se tiver feito. Os abaixo assignados, certos de que V. S. annuirá de bom grado à este justo pedido, antecipam d´esde já os seus sinceros agradecimentos, assignando-se com toda estima e consideração. De V. S. Venrs. Attos. Crs. Obra. Pará, 29 de fevereiro de 1884. Conego Carlos Seidl. P. Julião Joaquim d´Abreu. Samuel Wallace Mac-Dowel. Barão do Guamá. J. R. de Lamare.Cons. R. S. Paes d´Andrade. Abel Augusto C. d´Araujo. Antonio B. Freire da Silva. Joaquim Luiz de Paiva. Antonio X. da S. Leite Junior. Francisco Henriques Mattos. Bento R. de Andrade. Julio C. Cordeiro Lima. Antonio Firmo D. Cardoso".

pelo "distincto maestro Bernardhi." Enquanto para tarde ficam anunciado "por salvas de artilharia, fogos d´artificios e quatro bandas militares executando "Cyrio de N. S. de Nazareth em 1885" do lado é preparado um espaço "para corrida do sacco, e do outro lado, torneios tão populares(...) Á noite grande iluminação, delicadissima experiencia de electricidade, derramando no ar fogos de artifício, chuveiros de fogos"[306].

As mulheres desnudas, fonte imediata de tantas desinteligências não mais consta do programa da festa nem das atrações, por outro lado os divertimentos recorrentes tiveram guardados seus lugares e os ares de modernização foram evidenciados com a eletricidade iluminando o arraial. Quando a santa foi resguardada de possíveis impropérios, os católicos tiveram a oportunidade de manter a religião de seus pais, se as afrontas não foram perdoadas, ao menos ficou confirmado o sentido de uma religião oficial no regime. As ameaças de um cristianismo sem a tutela da igreja pareciam estar afastadas, formalmente a direção da hierarquia se implanta com o verbo do sobrinho do bispo seu homônimo, padre Antonio Macedo Costa, para assinalar a autoridade do oficiante. Os irmãos de Nazareth tiveram a oportunidade de manterem-se nos quadros da igreja, sem, porém, gozarem da sua autonomia de antes.

> O Ciryo
> Esteve imponente o Cyrio de N. S. de Nazareth, a tradicional romaria do povo paraense como sempre acontece, a concurrencia foi extraordinaria.
>
> Alem da pouca ordem, observada no trajecto, deu-se no largo do Palacio um incidente que se (...).
>
> Antes de desfilar o Cyrio, os devotos, collocados junto a berlinda, que conduzia a Virgem, não conseguiram que a mesma fosse puxada á cavallos e fizeram(...), depois do que ...
>
> Fez bem o povo
>
> É de costumes a ser a berlinda conduzida pelos devotos?
>
> Pois bem repete-se a tradição![307]

[306] Hemeroteca da Fundação Cultural Tancredo Neves DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 11 de outubro de 1885, pg. 2(...). Os outros atrativos da festa no arraial são "A gymnastica pela vida com" arriscados exercícios por um indígena. As atrações nos pavilhões são transformado em mysterioso(...) d´uma floresta africana, baile dos tribu africana de costumes interessantissimos, especialmente sob o ponto de vista da esthetica, que afoga nos exercicios choroeographicos as saudades da sua terra natal. Muitas gyrandolas. Na segunda, terça e quarta-feira, 2, 3 e 4, grandes chuvas de fogos multicores e musicas, etc."

[307] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 11 de setembro de 1885, pg. 2)

O periódico grafou quão portentosa é a festa dos paraenses, sem referência as lutas intestinas da igreja, e dos combates entre espiritualidade e secularidade, contenta-se em afirmar o extraordinário da assistência postada ante a padroeira, sem recorrer aqui ao conteúdo do regime do padroado ao regular as relações de subordinação da igreja ao estado, situação questionada pela hierarquia ultramontana. A pouca ordem continuou a vicejar naquele festejo, embora as diligencias da hierarquia para civilizar alguns comportamentos não tenha atingido o objeto traçado, pode tolerar os desalinhos para preservar a crença no principal ícone da religião experimentada e guardada na convivência da supra-identidade católica. Suportando todos obstáculos inclusive os físicos de terem de arrastar a berlinda a carregar a santa, até as indisposições do bispo com os católicos liberais, a Questão Nazarena não descolou "modos de ser católico" concorrentes, mas suplantou a autonomia das irmandades e ordens terceiras, obrigando-as a subordinarem seu capital simbólico e material sob a tutela da igreja.

A secularização cobrava seu preço para autonomia da igreja com o deslocamento da arena de disputa para a esfera da sociedade civil quando recobre o estado de maior significação para estatuir as relações sociais, sublimando as formas simbólicas. Depois da Questão Nazarena, a Questão Religiosa visou selar a intervenção do episcopado brasileiro na esfera da secularidade como interlocutor qualificado para sustentar a ordem fustigada pelas forças antiescravistas e republicanas, combinadas com as demandas sociais para reforma do estado.

Loménie descrevendo o problema permanente das relações do estado e igreja alerta as incompreensões da última ao querer sustentar a permanência da ordem do antigo regime. Pio IX não autorizava essa inclinação, só com Leão XIII a paz será celebrada com a *Imortale Dei* ao colocar em pé de igualdade a as esferas religiosas e civis[308]. O controle sobre a rede das dioceses tornou-se imperativo para os bispos ultramontanos, D, Macedo expandiu suas influencias ao poder utilizar os organismos das confrarias como extensão da cultura romanizadora. Se elas não ficaram de joelhos como proclamavam ser a intenção do bispo, não mais foram capazes de sublevarem seus afiliados contra a autoridade naquelas coisas atinentes a especificidade do culto.

Recobrindo um campo expressivo, a universalidade proferida pelo ultramontanismo solidificou sua existência na forma dominante sobre outras catolicidades, e as orações por um estado católico estavam sendo ratificadas nas constituições ou em situações de aberto conflito as concordatas ganharam foro de convivência partilhada da esfera secular e espiritual na formulação defendida por Lamanais no jornal A'venir na primeira metade do século XIX,

[308] Loménie, E. Beau de. A igreja e o Estado: um problema permanente. São Paulo, Livraria e Editora Flamboyant, 1958. p 132.

embora sem lhe conceder o crédito, liberdade de imprensa, de ensino, eleitoral, sobretudo de religião asseguravam a ordem política e civil. A manutenção de uma religião oficial do estado queria estar prescrita no corpo das leis e a hierarquia ultramontana bateu-se nesta empreitada até depois da proclamação da república. Contudo, enraizar-se no quotidiano foi a premência da igreja, esta intervenção ficou incrustada na imprensa católica, nas festividades religiosas, nas organizações laicas e nas legislações do império, das províncias e das câmaras.

Livrar-se dos conflitos não foi uma saída possível, a cultura religiosa resiste graças ao seu oferecimento de uma torrente mística à cultura secular, sua condição de existir se apóia na capacidade de justificar a relevância do sagrado ao inundar as relações quotidianas fazendo assim uma economia não apenas moral, mas também material de significação no processo civilizatório, requerendo todos os recursos, inclusive aqueles sob a responsabilidade quando não a propriedade diretamente das irmandades laicas.

CAPITULO 5:

CIVILIZAR O SÉCULO

5.1. ESTADO, IGREJA, POLITICA E A SOCIEDADE.

Reformar o estado, a igreja e as relações políticas entre estes foi a espinha dorsal da sociedade burguesa em modernização, as mudanças na legislação visavam estabelecer um marco legal para as situações criadas com as rápidas transformações incensadas pela revolução industrial. A noção de civilização foi ficando mais valorizada quando se considera o desenvolvimento do progresso material das sociedades comparadas desde as instituições aos costumes, fundando uma moral orgânica para a humanidade dirigida pela razão em constante concorrência com as forças naturais da barbárie. Os processos de centralização política dos estados nacionais, seguidos ou não de revoluções políticas implicaram na realização da nação. Os processos de independência na América foram caudatários desta estrutura e creiam poder alcançar os padrões conhecidos de progresso com mudanças profundas na organização política e civil, contudo a qualidade dos problemas permitiu a elaboração de arranjos significativos.

As reformas da igreja não deixaram de ser implementadas, estas, acreditavam os ultramontanos mobilizaram o campo católico para defender-se das reformas do estado cujo princípio foi dotar o estado de estruturas a viabilizar a expansão das relações econômicas do capitalismo. Tanto a infra-estrutura como a superestrutura das sociedades ocidentais sentiu rapidamente este impacto, as ameaças à reprodução da igreja já haviam subtraído o grosso dos meios de produção sob seu domínio como atestava as expropriações de terras realizadas em larga escala a partir do renascimento, mas as expropriações continuaram na América de ocupação ibérica até o fim do XIX; conquanto a retirada do poder religioso da igreja pela reforma conseguiu êxito limitado ao norte da Europa ficando preservado grande parte de influencia política e simbólica nos outro território, acrescidos das áreas de descoberta ao qual a igreja se lançou secundado os estados ibéricos na expectativa de atrair para o credo tridentino em gestação no século XVI. Nos oitocentos, a sociedade sentia-se segura para determinar a razão como signo dessas transformações exigindo este reconhecimento público através da elevação suprema da razão, chegando até a se constituir um culto em sua homenagem[309]; nessa esteira a cultura liberal e a maçonaria serviram de combustível para propor um novo estatuto político-jurídico.

[309] STAROBINSKY, Jean. 1789. *Os Emblemas da Razão.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Responsabilizando a sociedade tradicional, os liberais advogavam a universalidade da razão como acelerador dessas mudanças procurando emancipar os estados nacionais da influência da igreja e dos regimes compostos pelas oligarquias e aristocracias recalcitrantes com as mudanças, no caso brasileiro a monarquia devia à tradição e à cultura liberal seu *status quo*. O refinamento da cultura podia ser observado numa sociedade de salões, mas os ritos da gestão do estado davam prova dessa transformação como a implantação de um sistema judiciário, a estruturação da produção com o uso das estatísticas para o planejamento dos orçamentos, levantamento da logística, sobretudo o estatuo da propriedade cujo exemplo mais acabado foi o Código Napoleônico; o apelo à instrução pública mereceu atenção revigorada graças aos créditos conferidos pelos iluministas expresso por um Condocert ao estimular a emancipação a partir de um programa de educação com vistas ao processo civilizador.

Confiando na razão ao invés da tradição, a cultura liberal visou promover uma reforma material e moral, nessa ordem. Trazer as classes subalternas, lideradas pelas elites ilustradas contra as amarras da sociedade tradicional na idéia de constituir um panorama de progresso na industria, comercio e agricultura, enquanto a gestão do estado deveria espelhar este entusiasmo. Obviamente a idéia reformadora atingiu mais rapidamente a esfera material do que a esfera moral e social, os iluministas dispostos a encetar a reforma do estado tinham dificuldades em convencer os lideres políticos da prioridade da adoção destas formas e alertavam para os perigos da desestabilização quando os homens ficam entregues as suas próprias forças naturais. Isto colocava um desafio, diferente da violência, a razão precisa ser cultivada e ao preterir a moralidade arriscavam as conquistas efetivadas.

A igreja inverteu a polaridade da reforma, a moralidade deveria ser condição para conquista material do progresso, e soube aludir às comoções políticas e sociais como resultado da ausência de direção moral dos homens, quando estes se entregaram à razão, ou na falta desta, sem as orientações da igreja como salvaguarda da redenção espiritual e secular. Indisposta com o século que lhe cobrou tanto, a igreja se insurgiu e procurou demonstrar a validade da religião propondo a modernização das instituições sem o desprezo da verdadeira liberdade encontrada na cosmovisão do universalismo católico. A sociedade em vias da constituição do homem unidimensional[310] teve na igreja um apoio para conter esta individuação; a sociedade holista já fora cindida, mas a igreja quer preservar um campo para experimentar e conviver sua comunhão, sem o qual conheceria forte diluição como ficou demonstrado pela experiência protestante.

Somente com a atualização da igreja, talvez seja justo aduzir uma modernização conservadora de dentro para fora, a razão poderia encontrar lugar no século, para tanto a

310

edificação da sociedade moral e do homem moralizado a hierarquia católica organizava sua militância para continuar a concorrer pela direção de almas como o fito de obter a redenção moral pela via espiritual, e conseqüentemente a conquista material do progresso. Gregório XVI elabora o prenuncio das diretrizes da igreja para reformar o século, nestas não encontramos nenhuma condenação à razão explicitamente, mas responsabiliza a ciência pelos males vivenciados naqueles tempos, seguidos da liberdade de opinião, imprensa, consciência e o indiferentismo religioso, a separação da igreja do estado, a quebra do matrimonio religioso e do celibato eram a destruição da sociedade e como remédio destaca a esperança em Maria, a palavra de Deus e a centralização da igreja pela união dos bispos ao papa[311].

Pio IX perseguiu nesta senda com a publicação do *Syllabus de Erros*[312], ali a razão aparece explicitamente no segundo tópico como causadora ultima do dissenso do século ao querer ser comparada à religião usando apenas os instrumentos da ciência. Os outros tópicos confirmam a linhagem de fortalecer a tradição através da reforma ultramontana em paralelo à centralização do poder eclesiástico da igreja cuja característica foi a nomeação de bispos afinados com a política da Santa Sé, embora nos paises aonde vigorava o padroado as indicações tenham partido pela chancela do estado. O caso brasileiro demonstra que a anuência do estado nas investiduras dos bispos não fugiu a regra, todos, ao longo do exercício do múnus episcopal colocaram em prática as determinações do ultramontanismo.

---

[311] Carta Encíclica Mirari Vos. Dada em Roma, em Santa Maria Maior, dia da Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria, 14 de Agosto do ano do Senhor de 1832, segundo de Nosso Pontificado.Gregório XVI, Papa.

[312] § II. Racionalismo Moderado: 8º Corno a razão humana se equiparar à mesma religião, por isso as disciplinas teológicas se devem tratar do mesmo modo que as filosóficas. Aloc. "Singulari quadam perfusi", de 9 de dezembro de 1854. 9º Todos os dogmas da religião cristã, indiscriminadamente, são objeto da ciência natural ou filosófica; e a razão humana, com o estudo, unicamente, da história, pode, pelos seus princípios e forças naturais, chegar ao verdadeiro conhecimento de todos os dogmas, mesmo os mais recônditos, com tanto que estes dogmas sejam propostos como objeto à mesma razão. Epist. Ao Arceb. De Frising "Gravissimas", de 11 de Dez. de 1862. Epist. Ao mesmo "Tuas libenter", de 21 de Dez. de 1863. 10º Como o filósofo é diverso da filosofia, aquele tem direito de se submeter à autoridade que ele mesmo prova que é a verdadeira; mas a filosofia não pode nem deve sujeita-se a autoridade alguma. Epist. Ao Arceb. De Frising "Gravissimas", de 11 de Dez. de 1862. Epist. Ao mesmo "Tuas libenter", de 21 de Dez. de 1863. 11º A Igreja não só não deve repreender em coisa alguma a filosofia, mas tolerar os erros da mesma e deixar que ela se corrija dos mesmos. Epist. Ao Arceb. De Frising "Gravissimas", de 11 de Dez. de 1862. 12º Os decretos da Sé Apostólica e das Congregações Romanas impedem o progresso livre da ciência. Epist. Ao Arceb. De Frising "Tuas libenter", de 21 de Dez. de 1863. 13º O método e os princípios por que os antigos Doutores escolásticos ensinaram a Teologia não convêm às necessidades da nossa época e ao progresso das ciências. Epist. Ao Arceb. De Frising "Tuas libenter", de 21 de Dez. de 1863. 14º A Filosofia deve ser tratada sem nenhuma a relação com a revelação sobrenatural. Epist. Ao Arceb. De Frising "Tuas libenter", de 21 de Dez. de 1863. N. B. Ao sistema nacionalista se referem a maior parte dos erros de Antônio Günther, condenados na Epístola ao Cardeal Arcebispo de Colônia. "Eximiam Tuam", de 15 de Junho de 1847, e na Epístolas ao Bispo de Breslau "Dolore haud mediocri", de 30 de Abril de 1860.
Ver mais sobre o assunto em: IGREJA CATÓLICA. PAPA (Documentos de Gregório XVI e de Pio IX); org. COSTA, Lourenço;tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999. PP.260-275.

Seria possível ao estado indicar bispos regalistas a partir de 1860? Esta hipótese não tem sustento nas indicações, a idéia de um clero moralizado atraia D. Pedro e o poder civil, mas esta situação revela a impotência do estado para prover as vagas do episcopado com signatários de sua causa, isto confirma o sucesso da penetração ultramontana no clero bem anterior aos bispos envolvidos na Questão Religiosa. Eis o encontro do estado e igreja para alavancar o progresso material e espiritual, mas a opção da precedência de um e outro indica o conflito de concepções regalistas, ultramontanas e liberais.

Igreja e estado disputaram a primazia da proposição da civilização, a primeira amparada na longa história da igreja sustenta a importância da permanência dos valores e das instituições, o segundo precisava criar uma cunha na permanência para poder edificar um tipo burguês de sociedade. O problema da formação das elites foi de grande importância, mas as classes subalternas não poderiam ser desprezadas e a igreja chama para si a tarefa de educar estas classes para nova sociedade contando com a solidariedade do estado para execução desta prioridade. A educação pública obrigatória só tardiamente foi conquistada, contudo os processos civilizatórios não compreendem tão somente o progresso como sustentavam os liberais e regalistas, ele implica na adoção de um ethos social que não se confunde com a idéia de perfeição humana pela evolução cientifica-técnica.

O modo burguês estava nascendo da sociedade tradicional graças à expansão da sociedade industrial moderna tendo por núcleo a cultura ocidental. Este modelo foi associado à condição material apresentada pelos estados nacionais centralizados e exposto como modelo de "civilização" e dignos de ser copiado. A economia-mundo impulsionada pelo capitalismo incorporou diversas formações sociais, compostas de culturas complexas e organizações político-jurídicas até avessas ao ordenamento burguês, mas foram tragadas pela desorganização experimentada no contato/conflito com o ocidente.

A reação das sociedades tradicionais comportou negação, absorção e composição de valores e práticas como atestam as legislações de emancipação da escravidão, no Brasil, pressionadas pelas lutas antiescravistas, mas devemos considerar a ausência de sólidas maiorias para fazer rupturas significativas. Esta situação fica evidente quando Tito Franco provocava os adversários da emancipação chamando-os de revolucionários por se oporem tenazmente às reformas acabavam por fortalecer a crítica escravista criando condições para fomento às revoluções.

A idéia de civilização diz respeito a um aprendizado paulatino e cumulativo nas diversas esferas. Esta noção tende a apaziguar no tempo as relações antagônicas na sociedade, privilegiando a retenção dos instrumentos de ordem que asseguram a reprodução dos estatutos de propriedade e dominação. A igreja não precisou criar novos conceitos para inundar a

secularidade de civilização, tinha uma paisagem no ocidente a manifestar este ideal nas construções dos templos/monumentos, das universidades[313], das artes, do direito, das ordens religiosas e seus projetos de incorporação das populações autóctones aos estados nacionais desde a expansão européia. Posteriormente, Mainwaring, estudioso do catolicismo desenvolveu o paradigma de neocristandade para explicar a retomada da iniciativa da igreja ao reconhecer o catolicismo como parte constitutiva da nação brasileira[314], cabendo a este a direção moral e material da sociedade no regime republicano. Os bispos da segunda metade do século XIX, em ritmos diferentes, chegaram a esta conclusão ao ratificarem o ultramontanismo publicamente e as reações dos oponentes embora expressivas não geram os tão temidos cismas. O indiferentismo religioso foi preocupante, as adesões não foram completas, alguns abertamente como padre Eutychio e cônego Nery morreram ímpios por não se sujeitarem ao modelo diocesano aplicado por D. Macedo, e por todos os meios, os liberais católicos batalharam para não serem apartados da convivência religiosa do catolicismo, demonstrando a admissão "voluntária" à cultura católica não obstante lutassem ardentemente para resguardarem um espaço para sua experiência religiosa. A supra-identidade católica abarcava diversas catolicidades, às vezes em conflito com a hierarquia assumiam o feitio de outra religião apenas pra os desavisados que tomavam as manifestações exteriores do catolicismo como desprovidas de sentido e profundo significado. Com efeito, cristandade, sem o prefixo 'neo' foi bradado pelos bispos como sinônimo de civilização graças ao repertorio comunicado às gerações que se sucediam nos quase 2000 anos de historia de igreja pautando a organização política e cultural responsável pela reprodução do ideário civilizatório. A segurança da realização deste prognóstico estava no reconhecimento da tradição e não no seu abandono, os exemplos de revolução seriam suficientes para homens de razão se deixarem iluminar pela igreja.

Nobert Elias elabora o construto do processo civilizatório para significar a sociedade moderna ao moldar os indivíduos pelas estruturas do estado. As instituições mais antigas servem de exemplo para dar sentido à noção de pertença[315], a hierarquia da igreja tinha em demasia esta noção, a maioria do clero também, ficou o desafio de atrair a maioria dos católicos para este campo no qual estava sendo exercitado o *habitus* católico. As experiências religiosas

[313] "Em tudo 23 Universidades! Ora, diz a não suspeita enciclopédia já citada, todas as universidades da França foram erigidas pelo clero, e todas d'immunidades pelos papas(p 546 vol 23). Oh triste liberal! Miserrimo Liberal, onde estás – escondes tua vergonha! Disseste que a igreja amava a ignorância, não queria que os povos s' instruíssem para melhor domina-los, e que só alguns mosteiros difundiam alguns conhecimentos, mas sem querem ...a estamos vendo essa mesma igreja fundando em todo suntuosos edifícios de cantaria e marmore, organizando, dotando alem de muitas Escholas scientificas, só em França 23 universidades, não falando da famosíssima de Paris!" (Lata 411, pasta 32, notas e pensamentos). IHGB Fundo D. Macedo Costa.

[314] MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil* : 1916 – 1985. São Paulo, Brasiliense, 1985.

[315] ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997, p. 57.

dos modos de "ser católico" precisavam ser buriladas para serem dignas da convivência religiosa na igreja reproduzindo na particularidade a experiência geral percebida pela igreja, tal como "A história da sociedade reflete-se na história dos indivíduos que a compõem. O indivíduo tem que passar novamente, de forma abreviada, pelo processo civilizador que a sociedade como um todo percorreu durante muitos séculos, porquanto ele não chega 'civilizado' ao mundo"[316]. Henri-Marrou tomou a cristandade como referencia para demonstrar o amadurecimento das sociedades quando cumulativamente religião, filosofia, moral e técnica representaram uma evolução[317].

D. Macedo apreendeu a idéia de um Brasil católico nas contendas com os liberais católicos, destarte, ativou essa dimensão psíquica e física para convencê-los do ideário civilizatório cuja igreja era salvaguarda. Romper com a hierarquia significava afastar-se da salvação na igreja, descuidar-se dos valores necessários à reforma espiritual seria o desabono da linha de continuidade no ocidente responsável pelo empreendimento material conforme vivenciado naquele oitocentos de tantas transformações. As forças burguesas tinham outra avaliação das instituições da sociedade tradicional e creditavam as mudanças às inovações feitas contra estas instituições.

De todo modo, a concorrência pela liderança da civilização continuou na agenda da reforma das relações igreja e estado, a primeira reivindicando o passado como portador da linearidade escatológica, o segundo oferecia a ventura do progresso guiado pela razão. O bispo do Pará galgou a liderança do campo católico quando combinou reforma moral e material, tendo a igreja por eixo, deixando pender doutrinariamente para moral como rezava o clero ultramontano sem deixar de identificar o terreno material como espaço imediato de intervenção. Muitas foram as referências escritas por D.Macedo, as Conferencias de Manaus[318] foi uma categórica denúncia das condições de exploração existentes no seringal submergindo a todos na floresta sem o acompanhamento religioso e moral o qual esperou remediar pela assistência continua no Cristoforo. Karla Martins creditou corretamente a relação de prioridade moral sobre progresso, dizendo ser uma assimilação da modernidade através da adoção do navio a vapor para levar "a boa nova" às populações do interior da Amazônia[319]. Entre passado e futuro, uma união compósita de comunidades agrícolas dirigidas por sacerdotes poderia ser articulada como alternativa social ao desenvolvimento do capitalismo proposto pelos liberais responsáveis por

---

316 _____. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994, p. 267.

317 MARROU, Henri-Irinée. História da Educação na Antiguidade. São Paulo: E. P. U., 1975, p.4.

318 COSTA, D. Antônio de Macedo. *A Amazônia – Meio de desenvolver sua civilização.* Pará: Typ do livro do Commercio, 1883.

319 MARTINS, Karla Denise. *Cristoforo e a Romanização do Inferno Verde* : as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890). Campinas: Tese de Doutorado/PPG história Social, 2005.

tantas agruras nascidas como o sistema industrial[320]. Esta possibilidade era residual, nem padres suficientes a igreja tinha para lançar-se nesta empreitada contando até com a possível adesão das ordens missionárias como outrora; em minha compreensão o Cristoforo não é um exemplo de modernidade, senão de modernização, esta sutil modalidade implica no real interesse de D. Macedo para ter um templo flutuante ultramontano, capaz de colocar as forças modernas a serviço da tradição, capaz de percorrer os rios da Amazônia para assegurar o eixo da igreja como moderadora da reforma moral e material.

A cristandade foi representada por Azzi para explica a aliança trono e altar no período colonial quando o poder temporal e espiritual estava junto na empresa de anexação de território e população. O regalismo vigente no império não cedeu o lugar ocupado pela igreja além do já previsto com a saída das ordens religiosas, uniu-se ao estado conservador[321] no bloco de poder confiando não ser molestado ou instado a abandonar a condição de sócio fundador do padroado. Esta trajetória de cumplicidade e solidariedade ativa entre estado e igreja fora minada pelas insurgências diversas, sobretudo quando clérigos capitaneavam a deslegitimação do estado e da igreja movidos pela internalização da cultura liberal causando assombro na hierarquia. A noção de catolicidade como aqueles abrigados na identidade dos ultramontanos demonstrou-se muito miúda para disputa de um projeto de civilização católica. Quando os bispos em suas dioceses estendem seus braços envolveram timidamente os modos de "ser católico" tradicional, popular e ilustrado devido à dificuldade de dialogo do ultramontanismo com estas outras experiências religiosas. A Eclésia católica como sinônimo de cristandade precisava ser alargado, e de fato o foi, não era possível mover-se contra a cultura liberal só com aqueles em comunhão com os bispos ultramontanos, deveriam ultrapassar esta limitação para circunscrever um campo católico.

Voltar à sociedade tradicional faria sentido para D.Macedo Costa? Um homem de seu tempo, acostumado às viagens, ao espírito de polemica, consciencioso de seus deveres religiosos e de cidadão não investiria em uma cruzada falida de pronto. Não por desacreditar no martírio e suplicio como ficou gravado pelo seu exemplo na Questão Religiosa, ele estava disposto a estimular um *aggiornamento* da igreja para colocá-la em condições de interferir no século. Esta credencial vai levá-lo tardiamente ao solo primacial do Brasil, mas na caminhada conseguiu plasmar um *modus vivendi* com as demais catolicidades como testemunham as festas dedicadas aos oragos[322], os votos comuns com as iniciativas dos liberais católicos[323], na conciliação com as irmandades e confrarias. A supra-identidade católica protegeu a igreja do acirramento dos conflitos internos alicerçando a união da maioria sob a hegemonia do governo

[320] Idem, 18-21.
[321] Azzi, Riolando. O altar unido ao trono: um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 5.
[322]
[323]

da igreja. Este aprendizado ficou patente quando os bispos realçam esta condição de maioria afetada pelas decisões do estado, da maçonaria ou de particulares, conquanto não tenham conseguido ditar como deveriam se processar as relações da igreja com os outros, chegaram a viabilizar diversos bloqueios à separação ou subtração de poder e distinção da igreja, oferecendo proposições de organização da sociedade civil e do estado, apartando a religião de qualquer intromissão destes, tornando-a exclusivo do poder eclesiástico.

Na sociedade brasileira composta por catolicidades distintas, o ultramontanismo assegurou o controle sobre o poder eclesiástico quando a hierarquia foi apartada das raízes da "religião de nossos paes" ao ser formada nos quadros mentais da Europa civilizada; este não deixou de ser um encontro com a secularidade, pois as formas mágicas e místicas do catolicismo popular precisavam ser depuradas e controladas, não necessariamente abolidas, o culto de N. S. de Lourdes ilustra a percepção da igreja em ativar devoções de massa. A expressão do poder religioso era mais plástica e estende-se por uma multiplicidade de experiências religiosas desde os beatos dos sertões até às ermidas, portanto, este controle foi mais mitigado enquanto não envolvia questões doutrinarias e pastorais de grande envergadura como as tratadas aqui.

Na ausência do colégio episcopal nacional, os bispos não puderam operacionalizar uma intervenção única, nem por isso pudemos dizer tratar-se de uma ação atomizada, a eleição de pronunciamentos foi adstrito ao consenso construído na sociedade nacional, consubstanciado às posições da sé de Roma. Quanto à escravidão não havia uma gama de juízos a condená-la inequivocamente e os arranjos do padroado tinham funcionado para igreja manter-se eqüidistante do tema, além das relações de usarem o trabalho escravo para o serviço desta ou quando a propriedade da igreja foi submetida à intromissão do poder civil[324] ampliando o conflito da hierarquia com o estado. Para compreender a civilização na igreja importa perceber o discurso de autonomia empregado por esta; a correspondência de D. Macedo com a Sé de Roma ilustra a relação de prestação de contas sobre o governo da igreja em disputa com as investidas do poder civil para continuar a legitimar o padroado. As situações enfrentadas são

[324] D. Macedo comunica por oficio ao representante da Santa Sé sobre as irregularidades do presidente da província José Vieira Couto de Magalhães que de ordens para venda dos escravos sem consultá-lo alem de ter nomeado um padre "suspenso, verdadeiro cynico, vida imunda, prédicas heterodoxas, não se separaria nem sequer quanto à moradia da mulher e dos filhos com quem vivia", declara ainda não ter aberto no seminário uma escola de primeiras letras sem a autorização da repartição responsável pela Instrução Pública, aproveita para comunicar ter nomeado o antigo páraco de Viseu para instrução da mocidade numa villa. Declara estar muito aturdido pelas constantes desavenças com o presidente da província, sobretudo por ostentar uma descrença que da "nos olhos de todos", exemplifica como no sábado santo (semana santa) "sahiu em caçada... e assim passou o domingo de Páscoa, e não compareceu aos atos religiosos senão para perturbá-los com conversações", imoralidade e corrupções. Diz por fim estar agindo com prudência e descrição por conveniência, mas também relatou ao ministério do império e espera não ser intrigado com este. Carta de 29/7/1865 (Lata 411, Pasta 34)) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

colocadas em um mesmo plano, a venda de escravos, a guarida dada a um padre de "vida imunda", as dificuldades de implantação da instrução publica, as duplicidades de autoridade, a descrença manifesta de um liberal católico e o esforço de manutenção da união trono e altar são demonstrações da saturação alcançada pelas relações estado e igreja. Antes da lei do ventre-livre não podemos considerar a negativa irreformável da questão da emancipação, acossada por tantas demandas a igreja tratou secundariamente este problema, mas devo dizê-lo, isto não chegou a gerar uma grande perda de fiéis. Significativamente a adoção da religião oficial do estado havia conseguido mostrar credito para estas populações imersas na escravidão como podemos perceber pela proteção encontrada na igreja como ficou plasmado na carta de comprimentos, 22/7/1865[325], de D. Macedo Costa ao chefe de policia, Dr. Innocencio, pela investidura no cargo e aproveita o ensejo para pedir indulgência aos escravos Higino do Carmo e Miguel que haviam ido se apadrinhar com o bispo na sua casa onde estavam refugiados, sendo eles pertencentes a fazenda Pernambuco do Convento de N. S. do Carmo, salienta ter agido como pastor e pai para com estes "infelizes nas atuais circunstancias".

O terreno de cumplicidades de estado e igreja não foram os únicos, o regime de apadrinhamento podia ser estabelecido segundo as necessidades de agenciamento dos serviços da igreja, estas acomodações permitam acertos de trabalho determinados em substituição aqueles outros trabalhos ao qual estavam previamente expressos. O caso do escravo Higino nos permite espreitar esta pista pela correspondência anterior envidada pelo bispo ao tesouro da fazenda provincial no qual requer mais escravos para o serviço do seminário do Pará, solicitando atenção para idade ser a mesma daqueles já empregados naquele oficio[326]; se foragido em alguma circunstancia o retorno podia ser pactuado como testemunham as correspondências, a autoridade moral do bispo foi avocada para dissuadir a violência do castigo, mas sem interpor-se contra a escravidão. Em 1888 a abolição da escravidão não significou o coroamento da luta da igreja neste campo, mas não se pode sacrificá-la como depositária do escravismo.

Na década de 1870, na América, a escravidão só existia no Brasil e em Cuba, a falência do regime arrastava-se, o problema da indenização da propriedade continuou sendo o combustível da contenda no campo liberal, mas na igreja também, nem por isso membros do clero não deixaram de ter uma postura incisiva de questionamento da escravidão,

[325] (Lata 411, Pasta 32) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[326] Bispado do Pará. Paço Episcopal da Cidade de Belém. 7/3/1864. Ilmo. Senh. Inspector de Thesouraria da Fazenda. Em resposta ao offico de V. S. datado de 2 do corrente acerca dos escravos da Nação que se acham no serviço do Seminário,tenho a dizer que recebi e apliquei logo a esse serviço os três rapazes Daniel, Lourenço e Higino que V. Exc. Remetteu por ultimo e quanto aos que tem de remetter em cumprimento á ordem do governo poderão ser da mesma edade destes. Deus guarde, Ilmo Sen Manoel Rodrigues d'Almeida Pinto. Inspector da Thesouraria da Fazenda (Antonio bispo do Pará). (Lata 411, Pasta 54) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

progressivamente assumindo uma postura de completa emancipação como D. Silverio Gomes Pimenta combatendo a escravidão desde os tempos de seminário com os lazaristas, condenando os senhores por proibirem aos escravos de comparecerem aos ofícios religiosos aos domingos, do bárbaro tratamento dado a estes, das sobrecargas de trabalho além das forças, e como D. Viçoso, e D. Benevides seus antecessores, usa da palavra evangélica pela emancipação pronunciando-se na imprensa[327] no jornal católico *O Bom Ladrão*. Os argumentos de D. Silvério se devem a tomada de consciência de sua cor descrita por Mons. Alípio como moreno, mas não isto faz justiça a hierarquia, esta fez sua oposição à escravidão, contudo devido ao sentido primário de sobrevivência e as ameaças à reprodução da igreja fez esta priorizar suas lides com o estado no tocante a autonomia para igreja.

D. Macedo fez circular sua preocupação *"É certo que todo homem cordato e christão deseja ver abolida a chaga social da escravidão"*[328], apesar de sua adesão ser moral à abolição era sempre guiada de um sentido pragmático, uma vez a lei promulgada a igreja procurou articular sua estrutura para fazer cumprir as determinações do estado. D. Lacerda empenhou seu contributo à Lei 2040 ao expedir Carta Pastoral sobre a libertação dos filhos de escravas e recomendações aos párocos na sua execução, embora tivesse a preocupação com o estatuto da propriedade[329]; Fr. Luis da Conceição Saraiva, Bispo do Maranhão exarou carta pastoral em 1871 associando o legado do cristianismo a lei do ventre-livre sentenciou *"pregar aos cativos a libertação e aos que estão na escravidão a liberdade* (Lc 4, 18-19)"; no Rio Grande do Sul, D. Sebastião Laranjeira reconheceu na legislação de 2040 uma medida saneadora da herança criminosa, portanto, o pais passaria a encontrar-se com o século. Fr. Venâncio Wilekke atesta um movimento para libertação dos escravos a partir das irmandades compostas por negros, os franciscanos do Rio de Janeiro alforriaram seus escravos com mais de sessenta anos e as escravas com mais de cinqüenta desde que tivessem dado ao menos seis filhos ao convento[330]; isto demonstra quão pouca limitada foi à adesão dos franciscanos à emancipação, somente a lei do ventre-livre convenceu-os de um caminho sem volta; adiantando-se as outras resoluções o

---

[327] OLIVEIRA, Alipio Odier de. Traços biograficos de D. Silverio Gomes Pimenta : 1º arcebispo de Mariana 1840-1940. São Paulo : Escolas profissionais Salesianas, 1940, p 27.

[328] 026. MANUSCRITO. Escravos. Carta. D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Dirigida a um Conselheiro do Império não nomeado, manuscrita em papel timbrado "Residência Episcopal" e com as armas do titular. Resposta sobre o "problema da questão escravagista". Diz o Bispo, entre outras ponderações, o que segue: "É certo que todo homem cordato e christão deseja ver abolida a chaga social da escravidão". Pede ainda ao Conselheiro "um tempinho para redigir algumas idéias que me parecem razoáveis" sobre o assunto. A carta, datada 07 de agosto de 1871, é assinada "O Bispo", sendo de pouco antes da promulgação da Lei do Ventre Livre. 4p., 20x12,5cm., 3 p., caligrafia perfeitamente legível. Excelente estado de conservação. http://sebofino.sites.uol.com.br/Doc3.htm. Capturado em 22/5/2009.

[329] D. Pedro Maria Lacerda lançou Carta Pastoral sobre o anuncio da Lei 2040 de 28/9/1871. Rio de Janeiro: Typografia do Apostolo, 1871. ACMRJ.

[330] WILLEKE, Fr. Venâncio. Senzalas de Conventos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 27, p. 355-376, São Paulo, 1976, p 370.

Capitulo Provincial da Bahia obrigou as comunidades a decretarem as alforrias de todos os seus escravos, ultrapassando o regime paulatino de libertação empregado no Rio de Janeiro.

O missionário lazarista Viçoso respondendo ao padre Leandro Rabello Peixoto de Castro defensor da escravidão por considerar estar em acordo com a lei natural como já ocorria na áfrica, denuncia o sofisma de tentar conciliar com o cristianismo, com a razão e com a moralidade ao aludir qual o direito de comprar advindo do direito de vender sem atentar contra a humanidade, a justiça e a caridade universal. Em apoio de sua posição cita José Bonifácio de Andrada na certeza de um desenvolvimento saudável seria preciso superar a escravidão sob pena da revolução[331] - padre Viçoso e Tito Franco souberam se espelhar ao perceber a importância da modernização das relações de trabalho como segurança contra a revolução; sejamos justos, a defesa de Viçoso é humanista e se não foi uniforme no restante do episcopado, diminui a noção difundida por Joaquim Nabuco sobre a falta de vontade da igreja de recusar a escravidão. Sagrado bispo, insiste na irracionalidade da medida por ser contraproducente aos próprios interesses da civilização deixando o Brasil no atraso, apela para liberdade individual como esteio da moralidade e da justiça, sendo os ditos escravos diferentes tão somente na cor, no mais iguais como outorgou deus. A crítica feita ao ultramontanismo pelo seu conservadorismo esteve tão empenhada em lhe destituir de foro de verdade que não fez sequer as honras devidas neste quesito, pois o juízo do clérigo conseguiu superar até as veleidades liberais sobre a igualdade.

A opção pela libertação não implicou em caminho reto, foram feitas adaptações pela igreja em atenção às disposições presentes nas dioceses, quando resolveu emancipar os escravos do Recolhimento da Irmandade da Conceição, para certificar-se da legitimidade do ato, consultas diversas foram realizadas e licenças obtidas na Sé de Roma e no Cabido da Catedral. Alguns senões foram colocados para atingirem plena liberdade, deveriam imediatamente sair das terras para mudar de residência, aqueles que ficassem demoradamente na fazenda Macaúbas permaneceriam escravos. As razões para terem a terra limpa de escravos não ficaram claras, mas significou um espaço de liberdade. Carvalho esteve disposto a sinalizar a importância da prática de emancipação de Mariana, sem porém acrescentar serem estes frutos das contemporizações entabuladas na igreja com a sociedade civil. D. Benevides estava contra escravidão, mas o documento mais contundente só saiu em 1887[332], *Pastoral sobre a extinção do elemento servil*, no qual em harmonia com a religião e com o desenvolvimento da sociedade exorta o fim daquele estado de anomalia. Em seu apoio deita um serie de estudiosos da igreja para afiançar seu juízo, além de louvar as iniciativas de associações redentoras da escravidão, arremata com a

[331] Revista do instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. X, belo Horizonte, 1963, pp 144-173,passim. In:Carvalho, Cônego Jose Geraldo Vidgal de Carvalho A IGREJA E A ESCRAVIDÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL. Rio de Janeiro: INL/Presença Edições, 1985, p 106.
[332] Carvalho, idem, 109.

homenagem a ser prestado ao jubilo de Leão XIII com emissão de cartas de manumissão. O colégio dos bispos estava dando provas de sua consolidação com as cartas pastorais de 1887 de D. Jose Silva Barros, bispo de Olinda apelando para os sentimentos religiosos e humanos dos proprietários sem se ocuparem da questão econômica; D. Antonio, Luis dos Santos, primaz, em carta pastoral alerta para o perigo dos levantes dos escravos ficaria vencido com a libertação dos mesmos e atrairia a proteção divina; D. Lino, bispo de São Paulo, perfila-se na redenção da condição escrava ao comprometer os rendimentos da mitra e côngruas para manumissões e assistência aos ingênuos e desvalidos[333].

D. João Antonio dos Santos, bispo de Diamantina, fez de seu múnus uma cruzada pela libertação dos escravos comprometendo-se com o "Patrocínio de N. S. das Mercês" pelo qual favoreciam alforrias para escravos, sua contribuição mais contundente foi o repto ao governo brasileiro, como representante de país católico ao lado de paises protestantes e infiéis, para apresentar "o decreto ou golpe de estado em letras de ouro, extinguido a escravidão desde 31/12/1887" como presente ao papa Leão XIII libertando-se dos interesses das rendas dos particulares e do estado[334]. Carvalho não atinou para percepção aguda de país católico referida pelo antiste, o campo católico estava ganhando representatividade nos pronunciamentos da hierarquia, soldando a liga do episcopado nacional, compreendia também a supra-identidade católica como um eixo integrador dos modos de "ser católico" tradicional, popular e ilustrado em sincronia com o ultramontanismo do modo de "ser católico" diocesano. A carta pastoral do primaz do Brasil de 1887, largamente impressa nos jornais brasileiros, subscrita pelos bispos nas dioceses, costurou uma posição antiescravista embora com tensões expressivas quanto à indenização da propriedade dos senhores. Contudo, os recursos usados na Questão Religiosa não mais foram empregados, a união do bispado era tênue para medidas de maior impacto, mas assinala a relevância moral e política da abolição e coloca a igreja como uma interlocutora da esfera secular, assegurando um espaço temporal para exercer a esfera espiritual.

Espiritualidade e moralidade foram dois signos perseguidos pela igreja ultramontana no afã de certificar-se do campo católico como eixo de redenção religiosa e social. Plasmar essa tese, tendo no episcopado seu principal irradiador, implicou na mobilização do campo nas lides com o estado quando tinha a oportunidade de oferecer as propostas das sociedade tradicional no intuito destas serem absorvidas na modernização do estado brasileiro. Com efeito, a preocupação da igreja com os desafortunados foi um dos elementos mais graves na ação pastoral; a legislação de previdência social engatinhava, tendo as sociedades beneficentes e caixas de Montepio os poucos instrumentos de auxilio a pobreza, embora as ferramentas de solidariedade inscritas nas confrarias continuassem ativas, faltava política de estado para

[333] Carvalho, idem, 114.
[334] Carvalho, idem, 112.

responder o crescimento das dificuldades da população da Amazônia compreendendo as províncias do Pará e Amazonas. D. Macedo não inova, renova sua crença nos institutos históricos de caridade ampliados pelos organismos edificados ao longo do século XIX para acolher as crianças em desamparo para tanto propõe o funcionamento do *"Asilo de Órfãos e Desvalidos*" para funcionar no Convento do Carmo[335].

A igreja creia ser sua tarefa a assistência social ficando o estado com a incumbência de financiamento. Os asilos, as escolas, as bolsas de estudos para crianças pobres, a educação das meninas foram temas recorrentes nos discursos do bispo; por muitas correspondências ele procurou trazer para diocese religiosos e religiosas para cuidarem da reta formação moral e espiritual, mas não descuidou da necessária introdução do trabalho como meio eficaz de alcançar moralidade entre os fiéis, sobretudo quando colocados diante de possíveis ameaças como as imigrações de protestantes, a abertura do Amazonas à navegação internacional, a desorganização e falta de zelo no seminários, a imigração de nordestinos empurrados para floresta pela seca e o aumento da exploração da borracha no interior dos sertões[336]. Recorrendo ao estado procurou solidariedade nestes projetos civilizatórios ao lançar-se diretamente em empreendimentos econômicos para subsidiar a política de sustento do campo católico imerso na secularidade com exemplo no requerimento para medição de terras devolutas para criação de gado[337] em favor da assistência social da igreja; o ministro do império Conselheiro Pedro Leão Veloso foi instado a gerar dotações orçamentárias para Escola de Agricultura, Artes e Ofícios[338], recomenda ao estado não se deixar seduzir por falsos documentos comprobatórios de compra de terras aonde tinha ficado para ser o estabelecimento da referida escola[339]. A falta de recursos contínuos fez D. Macedo recorrer constantemente ao estado para prover o Estabelecimento da Providencia[340]. Na diocese tão grande, quarenta alunos da província do Amazonas, das localidades do Rio Negro e do Rio Solimões, vindos para o Estabelecimento da Providencia foram abrigados, dos 75 lá existentes, mas os críticos questionavam as intenções do bispo publicamente no Jornal do Comércio pelo polemista Niemayer. Se posta para defender o bispo o

[335] Comunicado feito em 24/9/1871. Ramos, Alberto Gaudêncio. Cronologia eclesiástica do Pará. Belém: Falângola, 1985, p 46. A ordem carmelita cede seu convento em Belém para meninas desvalidas em 20/1/1870. (Lata 411, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa. Convém salientar a proibição do noviciado em vigor desde 1855 e ausência de uma estratégia eficiente para interessar os moços na carreira eclesiástica.

[336] Cf. Posidônio da Mata. A igreja católica na Amazônia da atualidade. In :Hoonaest, Eduardo. História da Igreja na Amazônia. Vozes, 1992:63, São Paulo. (7) CEHILA. História da Igreja na Amazônia. Vozes, 1992, p. 341-365.

[337] Cf: (Lata 411, Pasta 17) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[338] Em 9/8/1872 o bispado tentava uma parceria com o estado. Cf: (Lata 412, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[339] Este documento contestava, portanto, a Vitorino J. de Couto Quintanilha por tentar tomar posse nas terras cedidas para o referido estabelecimento, presumo ser endereçada ao governo, datado de 4/6/1883. Cf: (Lata 411, Pasta 47) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[340] Oficio ao Conselheiro Augusto Moreira Penna, Ministro da Agricultura de 8/10/1883. Cf: (Lata 412, Pasta 51) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

senhor Grifening ao exemplificar as falhas da Assembléia Provincial do Amazonas quando dotou 25:000$000 inicialmente, mas por ter sido fechada não chegou a ser executado, fazia quatro anos estes alunos estavam na Providencia *"sem pagar a mínima pensão*", sobrevivendo a obra com os donativos arrecadados pelo bispo em Minas Gerais e Rio de Janeiro, existiam em suas dependências serrarias e maquinismo a espera de serem montados além da necessidade de novas casas; as loterias não deveriam ser desviadas de suas finalidades, eram para o sustentar o projeto Cristoforo poder "derramar a luz do evangelho no valle do Amazonas", e coloca a nu as contradições do poder civil com o financiamento pois se a assembléia provincial anuiu ao pleito da igreja, o presidente da dita província diz ser imoral a loteria como jogo, portanto, declarou ser a lei imoral[341].

Outras iniciativas são difíceis de serem acompanhadas mas estão no mesmo circuito como o empreendimento para construção de um prédio para asilo da infância desamparada, apelando a quem tem poder, sem identificar, *"cuja coragem bem fazer me é conhecido ...favor ajudar na obra tão humanitária e caridosa dando por esmola algum material de que fabrica em seu estabelecimento. Essa esmola será mui grata a Deus e atrahira sobre a casa de V. S. copiosissimas benção*"[342]. A gestão do estado podia parecer tímida mas não foi omissa, ela procurou oferecer os meios para o desenvolvimento material das províncias nos quadros da cultura letrada como foi no Grão-Pará pela portaria de 31/8/1877, manifesto na intervenção do diretor de instrução pública, Dr. Américo Santa Rosa, distribuindo livros para os alunos que freqüentavam as escolas da Província do Pará[343].

Naquele período não houve iniciativas financiadas diretamente pelo poder central para a Amazônia, os relatório das pastas dos Negócios do Império e da Agricultura descrevem até onde foram os compromissos com estes estabelecimentos, restando as províncias suprirem com o grosso dos recursos à promoção da assistência social. A falta de política para este segmento agitava a consciência nacional, mas foi o bispo quem politizava e questão ao espiritualizá-la colocando-a sob o manto da caridade; sem ficar preso às injunções sectárias de plantão atravessa a moralidade ao sujeitar o jogo ao fim nobre da evangelização com o Cristoforo, a prática da esmolação tão criticada nas folias dos santos pelo ultramontanismo foi resgatada para acudir os infantes desamparados, todos esses expedientes são proferidos no intuito de suprir de auxilio a ausência de financiamento para estas demandas, senão quando às vezes aprovadas, acabava por ser marginalizada pelos escrúpulos de consciência do poder civil incrustado na presidência da província como foi o caso narrado.

---

[341] Cf: Documento de Manaus s/d completa (1887). (Lata 413, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
[342] Cf: Documento saiu da TV. do Atalaia, s/d , sem destino. (Lata 411, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
[343] Ver: CARDOSO, Firmo. A Educação Primária no Regimen Monarchico, in MOURA, Ignácio (org.). Annuario Historico, Litterario e Commercial de Belém, Belém: Impressa Official, 1915.

Tendo de haver-se com o poder provincial, D. Macedo opôs as especulações feitas com os terrenos adjacentes da "Providencia", pois o governo imperial havia determinado a demarcação das terras devolutas para que fossem ordenadas com o fim de servirem aquele estabelecimento, pedindo ao juiz comissionar o que fazer para dar estatuo legal aquela ocupação sob direção da igreja. Presidindo a província do Pará, o conselheiro João Antonio Freitas Henrique não depositou aos pés do bispo nem receita para esta ação como tentou dar a outro o pouco cedido pelo governo do império merecendo a desaprovação do bispo que se encontrava em Manaus[344]. Esta foi uma batalha árdua entabulada pelo antiste mas reconhecido pelo império pelo Aviso Ministerial de 2/5/1883, doando o terreno para o Estabelecimento Agrícola e Industrial da Providencia ao lado da Estrada de Ferro de Bragança nos lotes 13, 15, 17, 19 e 21, embora houvesse ambições de particulares sobre estas terras como os pedidos de compra feitos por Joaquim Antonio Costa e outros, alegando serem possuidores de trezentas braças terras de frente e de fundo, vizinhas a estas. Recomenda o bispo não serem tituladas as terras a que se quer comprar/vender sem a previa demarcação das terras da "Providencia" já orçadas e com recursos definidos pelo ministério da agricultura, somente após seria conveniente proceder as demais demarcações sem o aproveitamento por parte de Joaquim Antonio Costa para requerer as ditas terras[345].

A valorização das terras cortadas por estradas de ferro no mundo alcançou uma magnitude espetacular, exceto quando se tornaram falidas por crises econômicas ou quando tragadas pela natureza. Disputadas estas terras pelos empreendedores capitalistas, pouco apoio podia a igreja granjear; sem ter acesso ao recurso da compra teve de valer-se da solidariedade ativa do estado para poder postar esta intervenção[346], o valimento foi justificado com o projeto

[344] Cf: Documento à justiça de 4/5/1886. (Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[345] Há uma impropriedade no documento quando menciona ser a doação na província do Amazonas, pois a estrada de ferro de Bragança é na província do Grão-Pará. Os registros de terras tinham imprecisões acentuadas permitindo a manipulação de interesses denunciados pelo bispo. Documento de 3/12/1886. (Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[346] "Paço Episcopal de Belém do Pará 3 de Dezembro de 1886. Ill.mo e Ex.mo Senr. Attendendo benignamente ao que eu ponderei sobre a necessidade de ter o estabelecimento agrícola e industrial da "Providencia" uma larga área de terreno, afim de poder desenvolver-se para o futuro e fazer todo o bem que delle esperam esta província e a do Amazonas, mandou o Governo de Sua Magestade, por Avisos do Ministério da Agricultura e Obras Publicas de 2 de maio e 28 de julho de 1883, reservar para o supramencionado estabelecimento seis kilometros de terrenos devolutos ao lado direito da estrada de Bragança, confinando com os lotes 12, 14, 16, e 18, e 3, 300 metros em quadro do outro lado da estrada, confinando com os fundos dos lotes 13, 15, 17, 19 e 21. Mal foi conhecida esta concessão do Governo em favor de uma instituição caridoza e de tanta necessidade no nosso paiz, começaram as ambições particularesa agitar-se, e vários requerimentos foram dirigidos a Administração da Província pedindo por compra aquelles terrenos. Não obstante a publicidade que tiveram os Avisos do Ministério d'Agricultura, não obstante os esforços que fiz para não deixar ser frustado o acto generoso do Governo Imperial e levado aquelle pio estabelecimento, que tantos sacrifícios me tem custado, logrou sempre Jeronymo Antonio Costa, (e não sei se lograram outros) obter por surpreza títulos provisórios de

de formação de mão de obra e serviços a serem prestados à modernização em curso na província, pois faltava materiais e operários qualificados nas funções, por isso o investimento nas serrarias e maquinismo no estabelecimento Providencia. A perspectiva dos particulares foi fazer render aquelas terras desde a especulação gerada com o aquecimento do mercado de terras até então pouco atraente, mas o trajeto da ferrovia sinalizava uma oportunidade de lucro logo despertada instando o bispo a salvaguardar um espaço econômico para reprodução material das profissões, enquanto projetava a formação católica naqueles assistidos pela caridade da igreja.

As contestações se multiplicaram, Vitorino José do Couto Quintanilha queria as terras aventadas para sediar a Providencia, conforme havia determinado o governo do império atendendo ao preceito da diocese de atender aos meninos pobres com a oferta de ofícios em agricultura e artes (operário) necessários ao mundo do trabalho, segundo os padrões vigentes de civilização. Uma vez mais a tentativa de compra foi o expediente para legitimar o que o bispo considerava um seqüestro das terras pertencentes ao dito estabelecimento habilitando a lei 601 de 18/9/1850, refutando a aplicação por não se tratar o caso devido a estas terras atenderem à utilidade pública da escola patrocinada pelo bispo com o reconhecimento do governo do império, empenhado em favorecer a criação de institutos desta ordem para prover de modo eficiente a *"educação moral e a instrução técnica dos pobres filhos do povo"*, e não ao interesse pessoal de enriquecer com a transação. D. Macedo usa este argumento para conferir um juízo comum da igreja e do estado solidários no progresso material do povo, ao estender a noção de obra de utilidade pública apartar-se da esfera privada descomprometida com a rede de

---

propriedade de dous lotes, de 500 braças de frente sobre 500 de fundo, cada um, alem do lote da mesma dimensão que já possuía do outro lado da estrada. O Juiz Commissario desta capital tem em seu poder estes títulos e um requerimento do dicto Costa pedindo a demarcação para apossar-se definitivamente dos tais lotes, que obteve illudindo a bõa fé de dous dos Antecessores de V. Exª. Parece-me, Ex.mo Senº que dos terrenos devolutos que s'estendem de um e outro lado da estrada nas immediações do estabelecimento da Providencia, não convem por ora se conceda parte alguma a particulares, sem que primeiro seja demarcado o que foi concedido pelo Governo Imperial. O orçamento dessa demarcação exigido pelo Ministério de Agricultura, já lhe foi remettido pelo Antecessor de V. Exª. e é provável que não tardem as ordens para se proceder a este serviço que eu desejo apressar o mais possível. Feito isto os terrenos que sobraram poderão então ser concedidos na forma da Lei a' quem os pretender. Ocorre ainda que Costa mora do lado opposto da estrada, e nenhuma preferência pode ter no caso sobre o estabelecimento da "Providencia", com o qual confinado os dictos terrenos. E dado que fosse elle... confinante, prevaleceria sempre a consideração de estar um tracto determinado dessas terras reservado para um estabelecimento de publica utilidade, ordem que deve ser respeitada e mantida, e não illudida e frustada com intempestivas concessões. Rogo, pois, a V. Exª. que, attendendo ao exposto se assim o julgar de justiça, se digne mandar annular os dictos títulos possessórios como ***(...)*** e subrepticamente obtidos. Deus guarde a V. Exª. Ill.mo e Ex.mo Ser. D.or Dezembargador Joaquim da Costa Barradas. M. Digno Presidente d'esta Província. + Antonio Bispo do Pará.[(Em/Ex) 4 – (10) (...)]. Ofícios do Bispado

assistência social a remediar as muitas condições de pobreza em seu entorno[347]. Tenho falado de uma falta de política de assistência social por parte do estado no império, no entanto, estas noções não são tão precisas na época, a política de assistência social foi prefigurada como intervenção de caridade mutuamente celebrada por igreja e estado, embora com a precedência da primeira. Por isso D. Macedo invoca o direito sagrado sobre aquelas terras ao possibilitar dirimir as mazelas acometidas contras os "orphãos e pobrezinhos", não cedendo a ninguém o direito de explorá-las sem a cumplicidade com o projeto civilizatório de assistência à pobreza.

O governo do Brasil teve uma postura assimétrica na construção e sustento de estabelecimentos de assistência social, o privilegio da província do Rio de Janeiro ficou obvio nos relatórios da pasta da agricultura, conquanto tenha contado com institutos desta estirpe em outras províncias. D. Macedo não conseguiu estatuir o Asilo da Providencia como seus congêneres com regular dotação orçamentária descrita nos referidos relatórios, porém irmana a escola na diocese do Pará na finalidade de atender aos necessitados dando-lhes um oficio em que se empregar, somado aos conhecimentos tomados como fundamentos da civilização. A descrição do estabelecimento estava orientada em grande parte para o mundo rural, reflexo da importância econômica e da capacidade de reprodução social e simbólica da sociedade tradicional, senão vejamos

> "Colônia Orphanologica Blasiana. Esta colonia tem, como sabeis, a sua sede na fazenda da Conceição a 18 kilometros da cidade de Santa Luzia, á margem esquerda do rio Corumbá, na provincia de Goyaz, e dá educação a 34 orphãos sendo um ingenuo. As disciplinas constam de lingua nacional, geometria, desenho, arithmetica, geographia e historia do Brazil, doutrina christã, musica vocal, principios de agrilogia, principalmente os de zootechnia no ponto de visto de economia rural, principios de economia agricola e o manejo de instrumentos agrarios. Dispõe a colonia de varios edificios e é regida pelo Dr. Joseph de Mello Alvares. Tem sido ensaiada com feliz exito, a criação de gado vaccum, cavallar, ovelhum, cabrum e suino e a de aves domesticas. A colonia, além de uma plantação de 600 rnarmelleiros, 8.000 cafeeiros, 1.500, 3.600 bananeiras, cultiva a canna de assucar, baunilha, mandioca e outras especies de tuberculos, juta, algodão e fumo, e diversas especies de cereaes, cujos productos são destinadas a consumo. Esta escola recebe dos cofres publicos o auxilio annual de 500$000" [348].

[347] Destinado ao PP Barão de Maracaju no qual pede o titulo provisório das terras do Estabelecimento Providencia, de 30/5/1883. (Lata 412, Pasta 38) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[348] As províncias de Sergipe, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e rio de janeiro foram sedes destes institutos, ver: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Colonia orphanologica Christina, Colonia orphanologica Izabel, Colonia orphanologica Blasiana, Estabelecimento rural de S. Pedro de AlcantaraSociedade Auxiliadora da Industria Nacional, Escola veterinaria de Pelotas. Relatório apresentado á Assemblêia Geral na 4ª sessão da 18ª Legislatura pelo ministro e secretario de estado dos

Não há sequer uma ocupação geopolítica na distribuição de institutos desta natureza sob controle do governo central, as províncias por sua iniciativa poderiam estatuir estes escolas voltadas aos ofícios, D. Macedo não chegou a ser um pioneiro nesta ação, as proposições se igualam quando reclamam a assistência como meio de remediar os infortúnios da aceleração do modelo do extrativismo, sobretudo na coleta de borracha pelo brabo, pois acreditava o prelado, como parte da intelligentsia, que apartado o homem da civilização ao embrenhar-se na floresta, mais assimilava as determinações do meio[349].

Sem contar com o financiamento ordinário o bispo foi obrigado a improvisar o custeio da empreitada as custas das esmolações sob formas de doações em todo orbe católico, das dotações orçamentárias das províncias[350]; os recursos das irmandades também pode ter sido solicitado para auxiliar na manutenção do estabelecimento[351] devido à fragilidade da política nacional para organizar institutos assemelhados. Em favor do bispo ficou a proposição acolhida posteriormente pelos republicanos quando edificaram a Escola de Artes e Ofícios Lauro Sodré, nome de um dos desafetos de D. Macedo. Às vezes a saída foi à entrega da gerencia destes institutos para ordens religiosas como foi o caso do convite feito às Irmãs Doroteias para cuidarem do Azilo de Santo Antonio, voltado para educação de meninas[352]. A proibição do

---

negocios da agricultura, commercio e obras publicas, Afonso Augusto Moreira Penna . Brazil. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1884. Todos os relatórios da década de 1880 têm o mesmo teor com pequenas variações neste quesito, o relatório de 1886, p 23-24, é representativo do objetivo, metodologia e recursos envolvidos.

[349] NEVES, F. A. F. . UM ROMANIZADOR, A PESONAGEM DO PADRE ANTONIO DE MORAIS NA OBRA O MISSIONÁRIO DE INGLÊS DE SOUSA. In: Edilza Joana de Oliveira Fontes; José Maia Bezerra Neto. (Org.). Diálogos entre história, literatura & memória. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2007, v. 1, p. 119-138.

[350] Atuando em varias frentes na busca de recursos para assistência nem sempre D. Macedo contou com a simpatia para os projetos da diocese como a permissão para as loterias a suprir a construção do Cristoforo, sendo até obstruído pelo presidente da província do Amazonas Conrad Jacob Nimeyer. Correspondência do bispado do Pará, 1887. (Lata 411, Pasta 49) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[351] D. Macedo procurou socorrer as obras da igreja em sua diocese pedindo esclarecimento sobre prestação de contas das confrarias, de como estava sendo usado o tesouro das mesmas nas ações de assistência dos desvalidos, se as obras e instalações estão em acordo com as finalidades, se o emprego não estava sendo desviado da função prevista, caso a obra recebesse verbas suplementares do tesouro da província se havia correta aplicação, se os dirigentes e clérigos eram diligentes na execução dos serviços, se a caridade era observada na eleição das prioridades. Estes questionamentos estavam presentes na documentação no período de 1862-1886, referente ao Colégio S. Luis Gonzaga em Óbidos fundado por seu antecessor D. Afonso Torres. Suponho que esta postura possa ser indicadora da gestão do bispo sobre a área de influencia da igreja, procurando atrair financiamento para as prioridades por ele elencadas como no caso o Estabelecimento Providencia. (Lata 412, Pasta 13). Ver também sobre o financiamento para o dito colégio com apoio da lei provincial 1882, pondera D. Macedo que o financiamento de uma obra não poderia descobrir no caso o seminário maior de Belém, principal preocupação ultramontana e raiz de muitos conflitos. Datado de 1864 (Lata 412, Pasta 55) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

[352] Ver nota 27.

noviciado deixou desocupado algumas propriedades como o convento do Carmo, em Belém, permitindo ali ser instalado um educandário para assistir às meninas desvalidas[353].

Aliando-se à causa da promoção da educação, o antístite do Pará estimulava a expansão da cultura letrada como sinônimo de civilização, esperava com esta medida sanar a falta de acesso aos bens espirituais e materiais potencializados com a habilidade da leitura. Este consenso das elites letradas moveu algumas ações, contudo o estado não era capaz de suportar este quesito do desenvolvimento suscitando a criação de organismos a animar a constituição de escolas e cursos para uma vez interiorizada este preceito na consciência nacional, o país pudesse gozar da implementação de uma estrutura de instrução pública bem como dos produtos realizados a partir desta. Os relatórios da instrução pública eram uma lastima, a falta de professores qualificados e a remuneração ínfima dificultava sobremaneira o sucesso da empresa[354], estamos falando do século XIX...; mais significativa foi a intervenção de particulares para minorar este quadro instando a redenção da pobreza dos homens livres pobres, particularmente aqueles recém saídos da escravidão ou daqueles colocados diante de uma nova condição como foi o caso da promulgação da lei do ventre livre.Civilizar os incultos requeria a adoção de um hábito civilizatório como os observados nas "nações adiantadas", a hierarquia mostrava o exemplo ao inaugurar a Biblioteca Eclesiástica de Belém em 19/3/1872, ali seriam reunidas não somente a literatura religiosa, outros títulos foram adicionados e dispostos à consulta, embora atendesse prioritariamente aos clérigos acreditava o bispo no beneficio estendido a outros interessados.

Em consonância com o espírito da época, D. Macedo saudava as intervenções dos governantes na direção de difundir o saber letrado na província do Pará através da criação da Biblioteca Pública em Belém, sob o comando de Joaquim Pires Machado Portella, no período curto da presidência foi notado e dado como exemplo aos outros homens de estado, e convida o clero a cooperar com a doação de livros e a incitar a população na freqüência destes estabelecimentos.[355]

---

[353] Documento de cessão de 20/1/1870. (Lata 411, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa. Este tema foi tratado por Bezerra in: BEZERRA NETO, José Maia . O Recolhimento das Educandas: uma breve notícia documental (1840). Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, n. 8/9, p. 407-411, 1997. _____. As oficinas do trabalho:representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830-1888). Ver a Educação (UFPA), Belém, v. 2, p. 41-70, 1996.

[354] Costa, Antonio de Macedo, Bispo do Para 1830-1891. Discurso recitado por s. exc. revm. o senr. bispo do Pará no acto solenne da inauguração da sociedade promotora da instrucção publica no dia 24 de setembro de 1871. Belém do Para: Typ. da Boa Nova, 1873.

[355] Documento 1871. (Lata 412, Pasta 55) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

O estado da instrução pública nas províncias do Amazonas e Pará[356], circunscrevendo a mesma diocese, era assemelhado. Os investimentos do estado para inculcar os valores da civilização precisavam da solidariedade da igreja ocupando-se da formação do clero para ensinar a espiritualidade e a moralidade; desde da posse do bispado D. Macedo procurou colocar seus iniciados na carreira eclesiástica dentro do modelo ultramontano e recebeu respostas positivas do bispo de Marselha, D. Latria, aceitando 2 seminaristas(para o pequeno seminário)[357], não tendo o mesmo sucesso com D. Felix, bispo de Orleans, apesar de reconhecer o zelo sacerdotal não pode atender o pedido de recebimento de estudantes brasileiros devido a pobreza daquele seminário, nem dispor de auxiliares para se deslocarem para a diocese do Pará, irmanado nas lutas da igreja tinha suas próprios problemas e sugere pedir socorro com as ordens religiosa italianas acossadas pelo movimento de unificação nacional, limitando os espaços de sua atuação, talvez se sentissem atraídas para desenvolverem o trabalho de missão nestas novas terras[358].

Devotado a causa ultramonta, D. Macedo recusa a civilização nos termos liberais, aqueles experimentados longamente na educação de jovens foram preterido por não aceitarem as teses da romanização e foram forçados a demitirem-se da docência do seminário, como foi o caso de Padre Eutychio, após doze anos como lente na matéria, fora taxado de inimigo da independência da igreja por ter questionado junto a outros lentes aqueles postulados do bispo, mas manobrava bem quando dizia "ser apenas um padre" contra um bispo em sua diocese. A querela para o líder da igreja era dogmática, por isso remove o padre das suas funções para

[356] Existiam no Amazonas "75 escolas publicas para o ensino primario, sendo 43 do sexo masculino, 28 do féminino e 2 mixtas. Acham-se vagas 14 cadeiras primarias do sexo masculino e 11 do feminino. O numero de meninos matriculados foi em 1880 de 1.191 e de 575 de meninas. As escolas particulares de que ha noticias unicamente 2 do sexo masculino e 3 do feminino, nas quaes se matricularam 58 meninos e 106 meninas. O Lyceu da capital funccionou com 30 estudantes matriculados. A lei provincial n. 506 de 4 de novembro de 1880 autorizou a Presidencia a reformar a instrucção publica, dando-lhe novo regulamento, e a despender a quantia de 30:000$000 com a acquisição de terreno, plano, orçamento e primeiras obras de construcção de um edificio apropriado a este estabelecimento de instrucção secundaria.A despeza com a instrucção publica nesta provincia é de 108:160$000". No Pará "269 escolas de instrucção primaria: 187 do sexo masculino, 77 do feminino e 5 mixtas. Nestas escolas a matricula no anno de 1880 foi de 7.712 meninos e de 3.286 meninas. O colégio de Nossa Senhora do Amparo conta actualmente 222 educandas, o de 92 o numero dos meninos existentes no Instituto de Educandos Artifices Paraenses. Nos diversos annos do curso da Escola Normal matricularam-se 29 alumnos e 86 alumnas. Sem numero de 18 as escolas particulares da provincia. No anno findo a matricula dos lalumnos do Lyceu Paraense elevou-se a 111. Ha noticia de 10 estabelecimentos articulares de instrucção secunda sendo 4 para o sexo masculino, e 6 para o feminino, nos quaes a matricula foi de 134 meninos e 312 meninas. Despende a provincia com o serviço da instrucção publica 372: 603$886". Relatório dos Negócios do IMPERIO 1881-1A, p. 76-77.

[357] Documento de 31/7/1863. (Lata 412, Pasta 105) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
[358] Documento de 1865. (Lata 412, Pasta 126) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

precaver-se da pureza do ensino da disciplina Dogmática calcado no direito canônico, afirmando ser o "1º Guarda e responsável", enquanto o padre alega ser a razão o melhor juízo não se tratando de dogmática[359] e ratificava sua compreensão sem subserviência. A autoridade é quem julga e para D. Macedo esta era a questão. O zelo confiado pela igreja ao padre em doze anos havia passado, o preclaro bispo refutava seus ensinamentos, não há mais lugar para o católico ilustrado nas cadeiras do seminário. Padre Eutychio continuou sua saga pela civilização liberal em combate à civilização ultramontana.

Estas posturas agressivas do bispo deviam-se ao compromisso de recompor as bases orgânicas para a constituição do campo católico e a defesa para da sociedade tradicional, acautelou-se com a instituição do clero como um artífice do poder religioso observado sua operacionalização no campo ao resguardá-lo da influencia do liberalismo católico devido à contumácia em restringir a mobilidade da igreja. O ensino da doutrina cristã nas escolas por clérigos ultramontanos era o desejável, na impossibilidade era preciso podar a autonomia de ensinamento para não se voltarem contra a religião oficial do império muito menos das diretrizes impostas pela hierarquia alinhada às orientações de Roma.

Desafio correlato à falta de clérigos nas paróquias era a falta de professores nas escolas e o baixo valor da remuneração agravava o problema material e espiritual, quando considerados os lugares mais distantes da capital a falta de assistência religiosa e de instrução pública foram objeto de revisão. O ideal civilizatório continuou a plasmar as ações de estado e igreja, mas a capacidade de ocupar os postos de trabalho ficou aquém das necessidades como relatam os presidentes de província[360] e os ministros dos Negócios do império.

> "Corno v. exc. sabe, foram creadas na ilha de Bailique urna parochia, duas escólas de primeiras lettras e urna collectoria provincial. Com excepção da parochia, que ainda depende da designação do sacerdote, funcionam já ali empregados por mim nomeados. S. cxc. revma. prometteu m um sacerdote de virtudes e saber para desempenhar aquela missão de alta importancia, e de accordo com o mesmo prelado marquei aquelle sacerdote uma gratificação mensal de duzentos mil reis com a obrigação de administrar gratis os Sacramentos na povoação do Amapá, si fôr seu ministerio solicitado pelos brazileiros ali residentes, sem que assuma a menor parcella de jurisdicçã.o n'aquele territorio, enquanto pender a questão de limites. O padre, dizem-me todos os que d'ali chegam, é a primeira necessidade do lugar, pois os habitantes se vêm obrigados a recorrer aos sacerdotes francezes de Cayetina sempre que precisam de seu auxilio, e estes sacerdotes prevalecem-se da occasião para irem lançando nos seus registros os nomes d'aquelles a quem prestam socorros espirituaes como subditos francezes, apezar de sua nacionalidade brazileira, Desde, pois, que os habitantes do Amapá poderem recorrer a um padre brazileiro, que fica-lhes mais proximo, parece que esses

[359]Vários documentos de 1863. (Lata 412, Pasta 137) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
[360] Diario de Noticias, 1887, Typ. Pará, p 11.

> in convenientes cessarão, não dando lugar susceptibilidades diplomaticas, porque o padre brazileiro nenhuma jurisdicção poderá ex no territorio contestado. Felizmente o governo imperial promove a solução da questão dos nossos limites com a França, e é de esperar que a mesma solução seja digna da diplomacia das duas nações amigas". Relatorio com que o exm. sr. desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da provincia ao exm. sr. conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887, p 11.

Na região de contestado do Brasil e França nem estado nem igreja agiam satisfatoriamente, a carência de agentes públicos do padroado colocava em risco até a soberania do lugar obrigando uma resposta imediata do império, por via da poder da província, para assegurar sua presença no lugar.

Ultrapassando o período da Questão Religiosa, os compromissos de atender a população retratam a solidariedade ativa do estado ao confiar a igreja a execução da educação no seminário episcopal por considerarem *"este estabelecimento mantido pelo governo geral e pelo virtuoso Bispo Diocesano comprehende o curso superior ecclesiastico, um curso completo de humanidades e outro de instrucção primaria e tem dado aos exames geraes alumnos bem preparados"*[361]. Os liberais no poder da província não romperam a aliança, acompanharam o sustento do governo central, como está explicito nas legislações ordinárias aprovadas pela assembléia provincial do Pará, apesar dos ânimos não terem arrefecido completamente devido a Questão Nazarena[362] e continuar a gerar embaraços entre estado e igreja; a penúria da assistência espiritual foi grafada pelo poder civil ao constatar no arcebispado da Bahia das 249 freguesias ali existentes, 34 estavam sem párocos em 1883[363], o quadro da diocese de Goiás era muito menos animador

> "por falta de sacerdotes ha nesta diocese grande numero de parochias vagas. Para obviar aos inconvenientes que resultam de semelhante falta, o Rev. Bispo trata com toda a solicitude de dar maior desenvolvimento ao Seminario Episcopal, e pede que a este se conceda o auxilio annual de 6:000$000. Pensa o Rev. Prelado que será de grandes e salutares consequencias o

[361] Relatorio com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da provincia ao exm. sr. 1.o vice-presidente, dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do "Liberal do Pará," 1882, p 66.
[362] Em 26/10/1880, o bispo do Pará pedia insistentemente para o presidente da província, Gama Abreu, não consentir a realização da procissão de Nazareth sem serem observadas a diretrizes do bispado com o devido acompanhamento do clero. (Lata 412, Pasta 80) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
[363] Relatório do Império 1883, p. 75.

> restabelecimento do Serninario de Campo Bello, situado no triangulo mineiro e dirigido pelos Padres da Congregaão da Missão"[364].

Todas as providencias da hierarquia ultramontana não fizeram sucesso de pronto, o modelo diocesano ao purificar a igreja da influencia do clero liberal teve reduzida a oferta de padres para ocupar as paróquias existentes, agravada pela ampliação das novas paróquias criadas e reconhecidas canonicamente pelos bispos nas dioceses, somadas aquelas por reconhecer...; no caso da província do Amazonas a divisão eclesiástica estava distribuída em 32 paróquias, sendo "*8 no municipio da capital, 7 no de Barcellos, 6 no de Teffé, 2 em cada um dos municipios de Borba, Silves e Parintins, e 1 em cada um dos de Coary, Itacoatiara, Maués, Manicoré e Codajás. D'estas, estão instituidas canonicamente 25, e faltam instituir 7. Providas de vigario ha apenas 9 estando vagas 23"*[365], se administrativamente estado e igreja estatuíam o poder civil na interiorização do império acompanhado do serviço religioso oficial, não se pode confirmar a regularidade dos organismo a presentificar a ação destes estatutos gerando uma gama de reclamações, enquanto na falta destes as relações imediatas de mando se articulavam como poder real descrito na literatura[366]; de forma complementar a experiência religiosa era efetuada sem a presença do sacerdote na maioria das vezes solidificando os modos de "ser católico" tradicional e popular e em menor medida o ilustrado. Com efeito, a civilização era a meta perseguida, mas as condições acabavam sobrepondo-se as intervenções de estado e igreja. Para minimizar o fardo da ausência de religiosos, D. Macedo procurou otimizar a oferta dos serviços simbólicos do catolicismo sob o comando do ultramontanismo nomeando às vezes padres que também eram professores para cumprirem a dupla função, embora este não fosse o desejo do bispo, pois queria dedicação exclusiva à causa da igreja, acabou por ceder diante da realidade e dos exíguos rendimentos dos emolumentos dados ao clero. Mas nem sempre foi assim, as desconfianças do bispo com o proceder de determinados padres o levaram a desconsiderar os pleitos do rebanho e os removia para manter seu controle.

---

[364] Brasil. Ministério do Império. Ministro (João Florentino Meira de Vasconcellos) Relatorio do Anno de 1884 Apresentado a Assemblea Geral Legislativa na 1 Sessão da 19ª Legislatura, p. 70(Publicado Em 1885) Inclui Annexos.

[365] Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

[366] As obras dos viajantes BATES, Henry Walter. O naturalista do rio Amazonas. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1944. 2 v. (Brasiliana, 237)

O padre podia celebrar missa em Melgaço donde era pároco e dar aula em Portel onde era professor público, as duas localidades são distantes entre si, os calendários religiosos (Assunção de Maria, Espírito Santo e trindade) nem sempre podiam ser observados pela remoção do padre ocasionando pedidos dos fieis para preservarem o sacerdote naqueles momentos mais requeridos pela cultura do catolicismo tradicional e popular o momento da festa do santo; este argumento era desaprovado pelo antístite, outros ainda podiam ser compulsados como padres casados ou amancebados, obviamente haviam ilações como para prejudicar alguns desafetos da política. Padre Mateus Franco foi defendido dessas acusações por seus paroquianos, porém D. Macedo manteve-o afastado dessas localidades.

Provocado pelo estado, o bispo removeu alguns óbices para contemporizar as relações urbanas do poder civil com o poder eclesiástico, beneficiado pela falta de clérigos acabava por corresponder aos anseios de tantas outras paróquias desocupadas. Destarte, Padre Marcelo Alves Meneses foi lotado em Porto de Moz, deixando descoberto a vaga de padre interino de Ourém, mas afiançava fazer isso como concessão pois não encontrou evidencias para justificar este pedido do governo pelas desordens na "villa" pelo imprudente procedimento do dito padre embora não encontre provas cabíveis da responsabilidade do mesmo nas intrigas eleitorais; arremata "desde o início do meu bispado tenho constantemente exortado, findo os embaraços com a justiça tenham cessado"[367].

A marcha da civilização cobrava um preço alto, a incorporação da modernização poderia suprir a oferta de serviços simbólicos com adoção do Cristoforo para alcançar as localidades distantes, a idéia de um templo flutuante comovia D. Macedo pelo espetáculo de uma catedral movida a vapor deixando para trás o modo antigo de singrar os rios, alimentado pelo espírito de missão de civilizar os indígenas, e converter os hábitos do catolicismo tradicional e popular em adesão aos sacramentos sem dar vazão às extravagâncias das crendices. Em constante movimento, as diretrizes do bispo seriam implementadas nas paróquias, as visitas pastorais poderiam ser revigoradas com a especialização das luzes do navio cristão dedicado exclusivamente ao ensinamento, admoestação e regulação da religião oficial do império. A envergadura da proposta dedicava-se a supressão do vazio da oferta de serviços simbólicos às populações dos rios buscando mitigar a flagrante falta de sacerdotes para apascentarem os rebanhos nas

[367] Carta ao Dr Gervasio Campelo Pires Ferreira de 4/5/1869. (Lata 412, Pasta 23) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

paróquias. O Cristoforo poderia também assistir aqueles povoados dispersos que sequer contavam com alguma ermida para realizarem o culto com a mínima decência, tendo na catedral flutuante um lugar para bem celebrar os ofícios da religião. A tripulação seria composta não apenas de homens de marinha, mas também homens de batina dedicados completamente a "paroquiar" nesta modalidade.

Esta elasticidade proposta pelo bispo visava alcançar cada católico e dele fazer um membro ativo do campo da igreja em suas contendas com o estado, a maçonaria, os protestantes ou qualquer perspectiva de negação da verdade pronunciada pela Sé de Roma e pelo episcopado nacional, reduto exclusivo do poder eclesiástico. Sem ter tantos clérigos mobilizados imediatamente devido à lenta formação nos seminários reformados pela cultura ultramontana, a disposição de um grupo de sacerdotes seria uma modernização na evangelização da Amazônia. Durante toda década de 1880, D. Macedo batalhou pela execução deste projeto, apesar das contribuições de particulares, do estado e da igreja, os fundos não foram suficientes e o navio cristão sem sequer ter navegado...naufragou.

Em situação critica a oferta da religião oficial causava apreensão na igreja e no poder civil. Na província do Amazonas, o vigário geral, pois o bispado só viria em 1892, atesta as ordenações efetuadas para atender à assistência religiosa procurando precaver-se dos infortúnios da incivilidade salientando como

> "Crescem todos os dias os males que resultam paras as populações do interior da falta de párocos nas diversas freguezias d'esta vasta provincia. A falta de instrucção religiosa, esse elemento que tão poderosamente influe, como V. Exe. bem sabe, nos costumes publicos e na grandeza de uma nação, contrasta tristemente com o progresso material da provincia. Nove parochias apenas estão providas de paroco não obstante os incansaveis esforços do Exmo Prelado Diocesano para conseguir fora da diocese pessoal idoneo. Seria preciso que o Governo Imperial olhasse com mais interesse para este estado de cousas e melhorasse a sorte dos parochos, elevando-lhes a mesquinha congrua com que pretende remunerar serviços de ordem tão elevada e de interesse tão momentoso e tão immnediato para os povos"[368].

A capital da província mais nova do império experimentou rapidamente o enriquecimento material propiciado pela economia da goma elástica[369], as diversas áreas foram objeto da intervenção do poder civil ao começar pela igreja seguida de saúde pública, educação, catequese, hospitais, bibliotecas, teatro, polícia, finanças, serviços

[368] Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885, p 3.

[369] Mascarenha, Edinea.

postais, forças militares, arsenais, portos e estaleiros, marinha, navegação, telefones, estradas de ferro, bancos, embelezamento da cidade. Nada escapava a sanha modernizadora vivida naquele fausto, porém o culto publico seguia atrasado gerando desconfianças com o progresso obtido sem o freio da religião para subordinar a barbárie enquanto cultivava os valores da civilização, este temor assinalado pelo padre Raymundo Ámancio de Miranda, titular da Vigararia Geral do Alto Amazonas, na correspondência de 8/7/1884, reproduzida pelo presidente da província na sua Exposição à Assembléia Provincial, lança luz sobre a intranqüilidade no horizonte pelo desprovimento de sacerdotes nas paróquias; conquanto o bispo procurasse pessoal idôneo pra empreitada, ate no exterior, as opções eram escassas, devendo a igreja fazer o que podia, gerando uma sobrecarga de trabalho aos sacerdotes disponíveis[370]; aproveita o ensejo para responsabilizar o estado pela mesquinha côngrua oferta aos vocacionados da batina considerando a relevância espiritual e moral da tarefa de civilizar os homens, mas silencia sobre os motivos do desinteresse pela carreira eclesiástica, por certo não seriam as vantagens pecuniárias a despertar as vocações mas deixá-los a indigência era esperar demais; sacerdotes eram com certeza... mas não santos, reivindicavam sustento digno para obrar na salvação das almas e dos súditos em conformidade com a religião oficial do império.

Os prelados ultramontanos tinham claro o problema da dupla militância dos clérigos se dava em parte aos minguados recursos alocados na remuneração dos sacerdotes, via de regra obrigando-os a jornada de padre/professor, padre/fazendeiro, padre/político. Receava a hierarquia a inversão de prioridade professor/padre, fazendeiro/padre, político/padre, obrando mais na causa civil, secundarizando o ofício da igreja. Isto foi objeto do ultramontanismo ao exigir dos sacerdotes prioridade para a ação pastoral da igreja tornando apenas complementar as outras profissões.

A solidariedade ativa de estado e igreja no processo civilizatório na diocese dirigida por D. Macedo comportava o reconhecimento de ambos no concurso de dotar os habitantes das províncias da Amazônia do conforto espiritual manifesto no documento abaixo que afirma que

---

[370] Assim procedeu: "Foi removido da parochia da Conceição de Manáos para a de Nazareth no Pará o revmº Conego Carlos Sehll, tendo-o substituido na freguezia de N. S. da Conceição o revd. padre Luiz Gonzaga de Oliveira. Foram igualmente nomeados vigario da freguezia de N. S. do Carmo de Villa-Bella o revd. padre Manuel Carlos do Nascimento, e vigario da freguezia de N. S. das Dôres de Manicoré o revd. padre João Coelho de Miranda" Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885, p 3.

> "Devo consignar n'este documento um voto de agradecimento á Assembléa Legislativa Provincial pelo interesse que tem tomado pelo culto na parte a que se refere a edificação de algumas igrejas e provimento de outras com alfaias e paramentos nacessarios aos actos religiosos. Não posso, porem, deixar de lastimar que tenha a mesma Àssembléa dado motivo a que se possa duvidar dos seus sentimentos religiosos, do seu criterio e ilustração, pela decretação de um imposto sobre dobres de sinos, medida em todo o ponto injusta e insustentavel em face do direito publico da nação e do direito ecclesiastico, como tive occasião de ponderar a V. Exe. na minha representação de 1.° do corrente. Espero que melhor inspirada aquella illustue corporação fará desapparecer da legislação da provincia aquella disposição de lei, que pode a todo o momento perturbar a bôa harmonia dos dous poderes".

Assentindo aos pleitos dos paroquianos e do clero, o poder civil agiu consagrando no orçamento da província e das câmaras a verba para construção, reforma e embelezamento, além de concorrer com a complementação do sustento das obras do bispado em determinações especificas como era o caso da "Providencia", porém a quando o financiamento havia deixado de ser uma fonte de confronto, as experiências religiosas abrigadas na supra-identidade católica consentida pelo ultramontanismo tiveram de mover-se para ter confirmado os ritos de reconhecimento da convivência religiosa católica como os dobres dos sinos até então corriqueiros do catolicismo tradicional. Soava estranho causar desarmonia com o ideário civilizatório um costume secular da igreja de marcar na secularidade sua presença pelo toque dos sinos convidando aos paroquianos a remeterem-se por aquela lembrança à esfera espiritual; esta interferência do poder civil no governo da igreja não foi tomado pelo clero ultramontano como uma questiúncula, evidenciava a sede de podar hábitos de interiorização do catolicismo. Parte da cultura da igreja era comunicada pelos toques a cada três horas do dia[371] com a oração *ângelus*, quando a Assembléia Provincial do Amazonas resolveu decretar um imposto sobre os dobres do sino aplicava um preceito de gestão do estado sobre a convivência religiosa como se de sua alçada fosse regulamentar a liturgia da igreja merecendo a reprovação do representante do bispo pela intromissão indevida, fundado no direito eclesiástico e no direito da igreja. Polemicas desta ordem desestabilizavam a igreja e criavam um forte sentimento de autonomia nesta em relação ao estado, responsabilizando-o pelo crescimento do indiferentismo religioso, acrescido da tentativa de disciplinar a liturgia sem ter o conhecimento da doutrina, nem o reconhecimento da esfera espiritual para estatuir o rito da esfera secular.

[371] Breve histórico sobre esta oração na Baixa Idade Média. Sexta Carta Circular do Secretário do Secretariado O. Cist. De Liturgia aos Mosteiros da Ordem para os Tempos do Advento e do Natal De 2006/2007. http://www.ocist.net/liturgy/rundbrief6-por.htm, capturado em 1/6/2009.

Com desconfianças acumuladas, a igreja espera manter o pacto altar e trono para validar a sociedade tradicional em via de modernização, as tentativas de desregulamentação do poder eclesiástico saturava a possibilidade de reprodução do bloco de poder aprofundando a concorrência pelas almas e consciências para gestar, dirigir e liderar o terceiro reinado. Obviamente o altar sabia secundar o poder do trono na modernização conservadora caso fossem preservados as margens de reprodução orgânica do campo católico como o subsídio à educação católica na instrução pública, o sustento dos seminários ou as côngruas dos clérigos, todavia não seria tolerável a dispensa da igreja sem indenização pelos serviços prestados ao poder, esta reivindicação implicava ao menos na preservação do estatuto sobre a convivência católica responsável pelo reconhecimento dos várias catolicidades reclamando a supra-identidade.

Conceber o um clero seguindo as diretrizes ultramontanas foi outra meta imposta no bispado, as levas de padres estrangeiros não poderiam atender a demanda das paróquias nem o objetivo da formação do campo católico moralizado digno de conquistar as benesses materiais do processo civilizatório, seria preciso encontrar as melhores sementes e cultivá-las adequadamente para não se poluírem com os vícios da floresta muito atuantes naquelas populações vivendo nas fimbrias dos rios, ou correr risco de se perverter no contato com a vida mundana, devendo ser separados e desde cedo infundidos no espírito religioso para não sentirem falta daquelas demandas pulsantes na secularidade, sacrificando esta no altar da espiritualidade. Estas recomendações foram praticadas e relatadas ao poder civil provincial como pode ser observado no documento abaixo

> "em relação ao Seminário Episcopal de S. José de Manáos, cumpre-me informar a V. Exa. que tivemos este anno 52 alumnos internos matriculados e frequentes 48; a frequencia actual é de 36, por se haverem retirado alguns para o interior da provincia, em consequencia do mao estado sanitario da capital. Compõe-se o corpo docente do reitor, vice-reitor e mais dous professores, todos internos, os quaes leccionam primeiras lettras, portuguez, latim, francez, arithmetica, geographia e historia patria. O numero limitado de alunnos não permitte por ora o ensino das demais disciplinas que constituem o programma do senhinario. Deus guarde a V. Exc"[372].

Se toda a formação não era executada a contento, houve um esforço em selecionar quadros para vida sacerdotal considerando a constituição da vida comunitária dos dirigentes espirituais, professores e seminaristas vivendo apartados da esfera da

[372] Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885, p 3.

secular, sem com isso desprezar a cultura letrada do século *portuguez, latim, francez, arithmetica, geographia e historia* como fundamento da civilização requerida por estado e igreja no processo de interiorização e solidificação da ocupação da Amazônia.

Investidos de poder eclesiástico pelo papa, os bispos brasileiros perseguiam a conformação do episcopado nacional convertendo-se em senhor exclusivo das mediações das expectativas das catolicidades. O poder religioso continuaria em disputa por mais tempo, mas a multiplicidade dos espaços católicos estava sendo ordenado pela hierarquia ultramontana criando as condições para a unificação pastoral plena ao estabelecer a cultura católica como esteio para moldar a secularidade, ou nos confrontos específicos como liberdade de culto, protestantismo e separação igreja do estado. O múnus de D. Macedo é exemplar ao corporificar as iniciativas ultramontanas na conformação do campo católico como tenho demonstrado. O êxito pode ser verificado na implementação da plataforma da romanização por seus delegados como o Vigário Geral do Alto Amazonas padre Raymundo Ámancio de Miranda na sua ausência. As distancias na diocese compunham uma jornada exaustiva, mas seus tentáculos atingiram as paróquias, embora intermitentes como a febre, edificaram uma centralização religiosa e política dos católicos até o bispo mediado pelas visitas pastorais, os jornais católicos, os seminários sob completa direção espiritual dos bispos, a disciplinarização dos clérigos, a depuração das catolicidades das influências maçônicas e liberais. O campo católico respirava a hegemonia ultramontana, embora houvesse espaços para experimentar o catolicismo, tradicional, popular e ilustrado.

Gramsci dissertando sobre como a igreja foi trasladada de intelectual orgânico da sociedade medieval em intelectual tradicional cristalizado sinaliza a oposição do clero ao construto social erigido na nova formação social cujas antigas e novas classes lutam para ter o controle do poder de estado ameaçado pela dessacralização da secularidade. Particularmente entre as classes oriundas da sociedade tradicional, a luta foi intensa, a igreja (clero), mas não só ela foi aprisionada no dilema modernidade ou conservação, só rompido com a absorção da modernização de suas estruturas com a formação do campo católico ao unificar o discurso sob a base social identificada com sua visão de mundo. Esta condição intenta promover uma unidade de ação na sociedade civil capaz de influenciar as diretrizes em disputa constante pela direção do estado. Vanilda Paiva desenvolvendo "Teses sobre a igreja moderna no Brasil" sustenta o aprendizado feito pela instituição diante da necessidade de um *aggiornamento* para colocar-se em perspectiva de dialogar com o século[373], este argumento tinha como horizonte o período do

[373] PAIVA, V. Teses sobre a Igreja Moderna no Brasil. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, n. 1, p. 77-90, 1984.

avanço das teologias pós-fascistas tornadas efetivas com o concilio Vaticano II. Meu acordo com esta abordagem é pela compreensão da igreja em ressignificar sua intervenção à luz do tempo sem resumir-se a uma visão instrumental ou cínica das solidariedades empenhadas no projeto de humanização. A idéia de uma sociedade civil transnacional dentro da sociedade civil nacional é uma poderosa síntese de múltiplas determinações para compreendermos o significado e o sentido da intervenção da igreja ultramontana da hierarquia em relação dialética com os modos de "ser católico" tradicional popular e ilustrado, permitindo uma constante tensão como apresenta Raymundo Heraldo Maués referindo-se ao catolicismo popular e o controle eclesiástico.

O avanço do estado para assegurar o pleno controle da sociedade civil chegou a ensaiar, durante o governo jacobino, a exaltação de um culto ao Ente Supremo para amalgamar a instituição de uma religião civil sem ter de dividir a direção das almas e mentes com a igreja de modo a fazer as populações do estado nacional sufragarem seus interesses[374]. A noção de uma igreja separada do estado podia estar entranhada nas elites liberais católicas, contudo a igreja não podia ser colocada como a classe dirigente da sociedade tradicional apartada da mesma elite liberal católica do Brasil, esta não tinha sequer as propriedades acumuladas no mundo medieval na Europa; a expropriação econômica da igreja fora realizada em grande escala no regime colonial, ficando esta completamente subordinada às expensas financeiras do estado. Esta condição acabou por libertar a igreja da incomoda situação de defender riquezas suas, pois estas não existiam, conferindo a possibilidade da igreja conformar o campo católico mobilizando a supra-identidade católica vinculando a igreja, pela mediação do episcopado nacional, como eixo da Sé de Roma as catolicidades do Brasil. Acredito ser esta possibilidade estendida ao estudo da América Latina.

Universalizar a igreja foi o múnus dos bispos devolvendo à experiência religiosa a convivência religiosa do catolicismo diocesano pelas visitas pastorais ao confirmar a condição católica, enquanto os liberais católicos tentavam separar a igreja do estado oferecendo maior independência aos modos de "ser católico" a exemplo da cultura do estado nacional. O sucesso da igreja se deveu a empresa civilizatória de combinar a universalização da salvação na mesma igreja com parte integrante da cultura católica expressa nas formas tradicionais. O manto da cristandade recobriu grande parte das tensões dentro do catolicismo, pelo menos o suficiente para precaver-se dos cismas. Esta força moral não era inata à essência dos bispos, por isso a romanização teve infundir este espírito na hierarquia para poder elevar-se à dignidade da

[374] GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991, p 138.

tarefa[375]. Sob a forma de doutrina podemos ver as condenações à maçonaria, à separação estado e igreja, aos erros do século, não menos importante foi o aprendizado do martírio como experiência mística a selar a união do episcopado nacional em relação a supra-identidade católica universal[376].

5.2 A IGREJA, O ESTADO E SALDANHA MARINHO

Sociedades secretas não eram mais temerárias para o estado da segunda metade do século XIX, embora os dirigentes do estado mantivessem a guarda contra as investidas de forças revolucionarias, toleravam sua existência como parte da cultura política de incorporação de outras instituições civis e sociais de caráter societário, recreativo ou solidário, dispostas a organizarem planos de investigação cientifica ou metafísica, desta forma o caráter das franco-maçonaria[377] continuaria sendo uma ameaça discreta como se observa com as constantes aparições de *carbonários;* embora com diferenças, pois o caráter revolucionário nunca foi abandonado nesta vertente, guardaram expressiva colaboração, mas os temores da revolução ficaram patentes em 1848 quando os levantes operários assumiram a dianteira dos processos de democratização política, econômica, mas sobretudo social. Indevidas se tornaram às associações de comunistas e socialistas tal qual foi expresso com o Manifesto do Partido Comunista, após sua declaração serão alvos constantes da polícia, devendo ser vigiados e tão logo possível, aniquiladas. A igreja não deixou de se pronunciar contra os riscos do ateísmo contido nas propostas revolucionarias, semente da destruição da ordem social e espiritual, e colocou estas associações entre tantas herdeiras do mal do século - o arrogante liberalismo[378].

---

[375] AZZI, R. . O Movimento de Reforma Católica durante o Séc. XIX. REB - Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, p. 646-662, 1974.

[376] A prisão de bispos na Alemanha guarda alguma similaridade com este estudo. A formação do episcopado nacional no período da romanização na minha concepção deve enfocar esta dimensão material e simbólica da significação da experiência em relação à convivência religiosa, mediada pelo significado da supra-identidade católica universal.

[377]A identidade entre carbonários e maçons é a crítica à intolerância religiosa e ao absolutismo enquanto difundiam teses liberais, mas eram organismos independentes. Grainha, Manuel Borges. Historia da franco-maçonaria em Portugal: 1733-1912 Lisboa : Vaga, 1976. HAHN, F. A. Sociedade Secreta: a contribuição dos Carbonários. O Regional, Assis Chateaubriand, 14 jun. 2006.

[378]§ IV. Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades Bíblicas, Sociedades Clérico-Liberais Estas pestes, muitas vezes, e com palavras gravíssimas, foram reprovadas na encíclica "Qui Pluribus", de 9 de Novembro de 1846; na alocução "Quibus quantisque", de 20 de Abril de 1849; na encíclica "Noscitis et Nobiscum", de 8 de Dezembro de 1849; na alocução "Singulari quadam", de 9 de Dezembro de 1854; na encíclica "Quanto conficiamur moerore", de 10 de Agosto de 1863. Ver mais sobre o assunto em: IGREJA CATÓLICA. PAPA (Documentos de Gregório XVI e de Pio IX); org. COSTA, Lourenço;tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999. PP.260-275.

Despertadas as forças da modernidade, restava a tradição dissecar sua natureza para melhor opor-se a elas. Se a igreja queria segurança, deveria alcançá-la na marginalização dessas organizações, contudo, o surgimento do movimento operário comportou imediatamente a penetração e difusão da mensagem socialista. Porém, temia mais a concorrência das forças burguesas representadas nas lojas maçônicas[379] ao intentarem experimentar a cultura do livre pensar como estava assinalado nas folhas. Ofendia a hierarquia da religião oficial do império as bandeiras de liberdade de culto, como se tal prerrogativa não fosse presente na constituição de 1824; os liberais reivindicaram o ensino laico, o registro civil em substituição das notariais católicas, a dispensa do erário com o sustento dos párocos, da revisão de todos os procedimentos a acusar a presença da religião católica na tessitura do estado.

Os maçons corriqueiramente afirmavam não estarem dispostos a suprimir a cultura religiosa católica da sociedade senão do estado como um modo de assegurar a separação real e operosa para as esferas espiritual e secular.

A memória da Constituição Civil do Clero durante a revolução francesa e suas congêneres colocavam em evidencia a limitação que se queria imputar a religião católica[380] dando azo à filosofia galicana no Brasil, cujo exemplo sempre é Feijó na sua luta pela independência do clero brasileiro em relação a Roma[381]. Irrompendo contra o controle de consciência, os maçons fazem sua aparição pública também na imprensa como os católicos, mas a igreja não é afeita à convivência com o diferente, reclama a intervenção da autoridade policial pelo perigo incrustado nas sociedades secretas dos pedreiros livres, afirmando serem essas organizações as responsáveis pela introdução da desordem nos governos e nas mentes, favorecendo a revolução[382].

---

[379] A concorrência com a igreja fez da maçonaria um espelho investido ao manter a imagem do mistério na relação com a transcendência, enquanto galgava visibilidade exterior na sua relação como estado. Seu objetivo manifesto era trazer o homem para o centro dinâmico do fazer-se da Era das Revoluções como sinalizava a ilustração com vistas a dotar o processo civilizatório de uma moral elevada. Ver: KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999, p. 63. Esse juízo para o início do século XIX pode ser verificado *a posteriori* na interpretação da igreja sobre as sociedades secretas, notadamente a maçonaria.

[380] Uma igreja nacional, sem vinculo com Roma, significa a reprodução do modelo revolucionário francês com o juramento de fidelidade ao estado, direção da vida civil como o casamento e os registros de certidões de nascimento e de óbito. Além de derrubar o calendário gregoriano apagando as festas e feriados religiosos. Lefebvre, Georges. 1789, O Surgimento da Revolução Francesa, Paz e Terra, São Paulo, 1989. Michelet, Jules. História da Revolução Francesa, São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Soboul, Albert. A Revolução Francesa, Difel, Rio de Janeiro, 2003 (8. ª edição).

[381] NEVES, F. A. F. As assombrações de um padre regente Diogo Antônio Feijó (1784-1843) de Magda Ricci. Humanitas , v 18, n 2, 2002, p 171-174.

[382] Podemos encontrar exemplares nos jornais do Brasil do XIX tais como: "A Estrela do Norte" de 1/2/1863 (p1) quando fala da causa do ódio nutrido contra igreja por esta ter se tornado "o mais forte obstáculo, e na atualidade talvez o único que se opõe às revoluções" devendo os governos estar atento para aqueles que querem indispô-lo contra esta, "mas temem diante da Cruz" porque ela respeita "todos os direitos, condena todos sos crimes, e opõe às revoluções uma barreira invencível". A hierarquia

Por seu turno, a maçonaria, assume ser um sujeito coletivo representante da razão e da inovação insurgindo-se contra os irracionalismos dirigidos pela igreja e a sua vontade confessa de continuar a deleitar-se sobre a ignorância de seus tribunais de consciência ou de santo ofício, buscando confirmar seu domínio sobre a instrução pública, os registros e estatísticas, a iniciação e extrema unção na sociedade e na igreja, resguardando os laços com a Sé de Roma. Em resposta, os maçons ultimam a necessidade de romper com as barreiras erigidas pela igreja que impediriam o pleno desenvolvimento material e espiritual a que estavam submetidos pelos controles sobre as esferas secular e espiritual, devendo o estado assumir sua condição laica para poder prover as instituições dos mecanismos necessários à modernização como a livre condição de exposição do pensamento, particularmente o religioso, sem ficar circunscrito à questão da divulgação das idéias[383].

Desafiando a igreja, os maçons esperaram atrair a atenção da sociedade civil para indispô-la com a gestão do estado. Um reparo é importante salientar. Em determinados momentos o uso do conceito de igreja, religião, religião oficial do estado ou do império, catolicismo e/ou religião católica são usadas como sinônimas, mas a maçonaria quer atingir a hierarquia do clero e não a experiência católica ou a convivência católica como era compreendida naqueles tempos, ou dizendo mais casualmente a "religião de nossos paes". Há um evidente equivoco em retratar a igreja como um domínio sobre as consciências e sobre o estado, ao contrário, as dificuldades da igreja para proverem de modo suficiente e adequado às paróquias eram assinaladas pelos bispos do século XIX[384], pelas câmaras[385], assembléias províncias[386], alcançando às presidências das províncias[387]; a historiografia da igreja tem em

---

católica vê a igreja e a religião católica como "a lei de verdade e a lei da ordem". Diferente do protestantismo o qual deixa em paz as opiniões, para não se vê questionado como mais uma opinião, o catolicismo, portanto, se recusa a não combater a falta de crença nas verdades por ele ensinado. A soberba e o orgulho do homem levarão a sua derrota devem então voltar ao reinado de deus". Curiosamente reportam essa longa mensagem a La-Mennais em 1863, quando isto não mais representava o pensamento deste (p 33-35); nas seguintes Cartas Pastorais: de D. Lino Deodato de 1873, 1874, bispo de S. Paulo; nos discursos legislativos, e comumente nos jornais.

[383] xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

[384] Em ofício de 1871 podemos observar o caso das "Honras prestadas no cadáver do Revmo Jose Elizario Marques, Cônego da Cathedral e Cavaleiro da Ordem de Cristo" nesta oportunidade, a Câmara Municipal de Villa de Franca pede um padre pois são assistidos por Santarém. O mesmo acontece com a Villa de Gurupá, pois a ausência de sacerdote era uma banalidade naquele século XIX. CÓDICE 1439 - OFICIOS ÀS AUTORIDADES DO BISPADO (18/1/1871).

[385] Cametá pede coadjutor e capellão de cemitério. CÓDICE 1439 - OFICIOS ÀS AUTORIDADES DO BISPADO (18/1/1871).

[386] "Não pergunteis o estado do culto. -Vemo-lo decadente, ou reduzido ás fórmas exteriores ou supersticiosa dulia. O abatimento do clero, a sua falta de illustração, o abandono da educação moral e religiosa do povo, a indiferença e incredulidade geradas pela meia sciencia de muitos, para quem Renan, o heretico romancista do christianismo, tem anais autoridade do que as sagradas escripturas. Vão cavando

Hoonaest a apresentação de vários testemunhos da ausência mínima de clérigos para oficiarem o culto em todos os lugares; imaginemos nos rincões da Amazônia o quanto padeceu para ter um sacerdote colado na suas paróquias.

Segundo a memória construída pela maçonaria houve uma insurgência da razão ao mobilizar o direito de defender-se da ânsia de domínio da igreja, encarnado em uma potencia estrangeira, Roma, o centro conservador a resguardar a tradição como simétrica da verdade. Desta feita passaram a deslindar supostos planos de infiltração estrangeira, no caso os bispos e padres romanizadores, como cabeças-de-ponte do Vaticano, cujos interesses seriam a completa sujeição do estado brasileiro a influencia da Sé de Roma. Insistem no pendor para o uso dos ardis para enredar os maçons em conspirações, quando na verdade seriam os agentes da igreja os fomentadores da desordem e os promotores da intranqüilidade pública, também seriam os atiçadores do espírito de desarmonia nos lares ao cultivarem a beligerância das mulheres contra seus maridos culpando-os por seu espírito dedicado à causa da liberdade. Para tornar explicita a negação da igreja resolveram ressuscitar a imagem de um velho conhecido – o jesuíta.

Essa encomenda feita pela maçonaria atualizou a desconfiança sobre os jesuítas, a eles são atribuídos o projeto de querem restabelecer a supremacia católica, deflagrando uma operação de enraizarem-se nos púlpitos com uma desabrida campanha contra a maçonaria acusando-a de uma magnitude de erros como consta no Syllabus, obrigando a razão a descortinar as ofensas dos provocadores. Ocorre, porém, uma injustificada apelação para o sectarismo no que tange a responsabilizar os jesuítas por alguma tentativa de conformar um interesse exclusivamente particular, esta argumentação desculpa os colonos nos seus desejos de escravização dos indígenas, em larga medida em oposição aos defendidos pelos religiosos da Companhia.

Nem se deve atribuir exclusivamente à maçonaria a faculdade da razão como os maçons quiseram consagrar, nem a igreja à faculdade da tradição, como os romanizadores quiseram representar a si mesmo. O catolicismo era comum aos membros da contenda à exceção de algum exemplar como eram os pastores protestantes Richard Holden, Justus Nelson e Fletcher[388] e que tinham obviamente seus interesses particulares da comunidade de convivência

---

fundo abysmo á verdadeira fé. Ainda neste melindrosissimo ponto o ensino e o derrama monto das luzes serão a nossa ancora de salvação". Falla recitada na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo excellentissimo presidente da provincia, conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1.o de março de 1871. Recife, Typ. de M.F. de F. & Filhos, 1871, p 20. Relatos semelhantes podem ser encontrados nas demais províncias.

[387] Governo quer saber onde têm vigários providos nas paróquias e onde não tem para poder executar a lei orçamentária. CÓDICE 1439 - OFICIOS ÀS AUTORIDADES DO BISPADO (23/5/1871). APEP.

[388] Batista. Cavalcanti H. B. O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e a Batista. Revista de Estudos da Religião Nº 4 / 2001 / pp. 61-93. Na Amazônia, Richard Holden, circulou na década de 1860, justo quando chegava o antiste D. Macedo

religiosa a qual pertenciam. Sem nenhum elemento de prova, os maçons acusam a igreja romanizadora de ter prostituído o confessionário ao exigir uma fidelidade canina aos fiéis quanto ao seu programa e delimitam a necessidade de romper com a romanização sem isso significar uma negação da "religião de seus paes", pois estes maçons se sentem católicos e liberais e rejeitam a direção das consciências como sugeriam os promotores do catolicismo diocesano. A igreja católica no Brasil da segunda metade do século XIX já estava sobre o domínio dos romanizadores e perseguia seus objetivos atravessando até a necessidade de validação do estado brasileiro sobre os decretos emitidos e atos do pontificado[389]. D. Macedo Costa junto ao episcopado nascente elege a maçonaria, o liberalismo, o panteísmo, ateísmo e a modernidade resumidos no secularismo como alvos da cruzada para depurarem do campo católico dessas chagas[390]; por sua vez, a maçonaria qualifica de insubordinação e exige a culpabilidade destes ofensores da lei do placet/beneplácito tal como já estavam confirmados no jurista de direito público, Pimenta Bueno, Márquez de S. Vicente. Deveria, portanto o estado disciplinar esse clero propagador das teses da filiação da igreja brasileira à Santa Sé[391].

Costa, duramente contestado como propagador das idéias reformadas com o apoio do Conselho de Missões Episcopais dos Estados Unidos, e pela Sociedade Bíblica Norte-Americana, entre os estrangeiros pode levar sua fé, depois parte para Bahia em sua pregação. Outro importante difusor foi o missionário Justus H. Nelson, metodista, polemista fervoroso, e com senso de organização para instituir uma igreja a partir de 1880 estendendo até a criação de uma escola americana em sociedade com José Veríssimo, ciente da envergadura da disputa com o campo católico articula e faz circular o jornal "O Apologista Cristão Brasileiro", com o lema: "Saibamos e pratiquemos a verdade custe o que custar... o que naturalmente resultou em grande perseguição e hostilidade e o fez ficar encarcerado durante quatro meses, dois dias e doze horas" SILVA, CLÁUDIO JOSÉ DA. A doutrina dos usos e costumes na Assembléia de Deus. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Departamento de Filosofia e Teologia/ Mestrado em Ciências da Religião. 2003 p 61-62.xxxxxxxxxxxxxxxxfletcher

[389] Varios os pronunciamentos dos bispos renegando a maçonaria fundado nas posições exaradas da Sé de Roma confirmando um mesmo entendimento da hierarquia, sobretudo D. Vital e D. Macedo. Carta pastoral do bispo de Olinda... contra as ciladas e machinações da maçonaria, 1873; Carta pastoral do bispo de Olinda... sobre os desacatos do dia 14 de maio, 1873; Resposta do bispo de Olinda ao Aviso de 12 de junho de 1873..., 1873. Carta pastoral do bispo de Olinda publicando o Breve de S. S. o papa Pio IX..., 1873. Discurso recitado por s. exc. revm. o senr. bispo do Pará..., 1873. Carta pastoral do exm. bispo do Pará... protesto do partido liberal, 1872. Instrucção pastoral sobre a maçonaria..., 1873. Memoria dirigida a sua magestade o imperador pelo exc. bispo do Pará, 1873.

[390]

[391] Reproduzido em vários momentos, ver: TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968. ARAUJO, José Carlos. *A Igreja católica no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1966. AZZI, Riolando. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular.* Petrópolis, Vozes, 1977. _____. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos.* Petrópolis, Vozes, 1978. _____. *A reforma católica; um projeto conservador.* São Paulo, Paulinas, 1992. HAUCK, João Fagundes et alii. *História da Igreja no Brasil. A Igreja do Brasil do século XIX*. Petrópolis, Vozes, 1980. LIMA, Luís Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1979. MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira.* Rio de Janeiro, Bertrand, 1988. OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe. Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1985. VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa.* Brasília, EdUnB, 1980. VILLAÇA, Antônio Carlos. *História da Questão Religiosa no Brasil.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974.

Os liberais interpretam essa postura do catolicismo exarado dos palácios episcopais como avessos à soberania e à independência nacional rogando para que o estado proteja a liberdade de consciência como aliás estava conservado na legislação e na cultura política do estado; enquanto a igreja sustenta uma linha de continuidade no projeto civilizatório cristão cuja direção estaria nas orientações dos bispos. No início da década de 1870, o Concílio Vaticano é já uma realidade, as bulas e breves não deixam dúvida quanto ao horizonte perseguido pelos dirigentes da igreja[392], convencidos da importância de infundir o espírito de Trento entre os religiosos para poder fazer frente aos desafios enfrentados naquela ocasião. Sob a liderança de Pio IX, a igreja conservadora consegue imprimir uma marcha contra os ideais da revolução ao denunciar o perigo de uma ruptura com a tradição esgarçando todo o tecido social na luta de classes. Ao perceber o receio da revolução, a hierarquia católica, ainda sem ter elaborado uma crítica aos desbragados percalços causados às classes subalternas, contentou-se em defender-se na segurança do antigo regime ou palidamente denunciando as mazelas geradas pelo capitalismo, situação só remediada em parte com a tradução da doutrina social da igreja já no papado de Leão XIII.

A publicação do dogma da Imaculada Conceição de Maria no Brasil pelos bispos foi denunciada pela maçonaria como uma atitude a ser enquadrada como rebelde, desafiando portanto a legislação vigente que requeria o beneplácito para acolher um ato da Sé de Roma. Entretanto, advogando tratar-se de um dispositivo em desuso, embora não fosse verdade, a igreja reclama pela autonomia da esfera espiritual ao afiançar ser seu direito de proferir sentenças quanto ao governo da igreja dispensando desta feita qualquer juízo do estado[393]. Proclamar um dogma é lícito à religião, porém, as injunções características do regime do padroado causavam desconfortos à direção do estado ciente de suas obrigações de sancionar as diretrizes da igreja segundo a tradição pactuada desde antes da independência do Brasil. Quanto à proclamação de um dogma, a igreja tinha instituído um rito gravado em seus cânones cuja premissa visa garantir um ato inquestionável e indelével, portador de suma verdade aonde reside cristalina expressão da fé. A princípio parecia uma provocação suscitada por um papa pouco afeito aos estudos, sobretudo numa era de razão crer ser possível um ente material, no caso o corpo de Maria permanecer intocado após a concepção, por isto conquistando a assunção aos céus. E era exatamente isso de que se tratava, requeria-se ardentemente dar testemunho em plena era de razão da validade do mistério da/na igreja, fazendo com suntuosidade o anuncio

[392] Costa, Antonio de Macedo, Bispo do Para 1830-1891. Carta pastoral do exm bispo do para premunindo seus diocesanos contra os erros de um papel espalhado ultimamente na diocese sob o titulo de protesto do partido liberal. Belém, Typ. da Estrella do Norte, 1872, 63 p.

[393] Costa, Antonio de Macedo, Bispo do Pará. Direito contra Direito, ou, o Estado sobre tudo : refutação da theoria dos politicos na questão religiosa, seguida da resposta ao Supremo Tribunal de Justiça (sic) / pelo ispo do Pará. -- Imprenta. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1874.

feito pelo papa como *ex cathedra* atendendo não só aos seus rebanhos, mas também à ausculta liberal.

Ser presente no século é a atitude da igreja. Como não se pode suprimi-lo, ao menos se deve dirigi-lo contra sua substancia e frenar o animo assumido pelos secularistas em querer impedir a alta hierarquia de ajuizar relações políticas, econômicas, culturais e jurídicas em todo mundo[394], particularmente, nos antigos estados papais. Desta feita, a lembrança de qualquer instrumento a lhe vedar a direção de mentes e corações seria atacado sem consideração a qualquer necessidade do uso beneplácito, e conclama aos católicos a seguirem a igreja para derrotarem a insurgência das forças do século[395].

Em movimentos diversos o estado-maior da Sé de Roma operava num teatro bastante confuso e às vezes abertamente hostil com era o caso dos países protestantes sempre impondo muitas dificuldades à liberdade de culto católico, aliás, desnecessário dizer serem similares as oposições ostentadas pelos católicos nos paises em que estava assegurada sua hegemonia, até mesmo na direção do corpo de estado havia interdições a livre expressão religiosa e política dos acatólicos como foi o caso do Equador de Garcaia Moreno. Se Prússia[396], Checoslováquia[397] e

---

[394] Costa, Antonio de Macedo, Bispo do Para 1830-1891. Instrucção pastoral sobre a maçonaria considerada sob o aspecto moral, religioso e social Pelo Exm. Bispo do Para. Belém do Para, S. Ed., 1873._____. Memoria dirigida a sua magestade o imperador pelo exm. Bispo do Pará acerca do Recurso interposto para o Governo Civil por parte de algumas Irmandades suspensas das funções religiosas. Belém do Para: Typ. da Boa Nova, 1873.

[395] Costa, Antonio de Macedo, Bispo do Para 1830-1891. Carta do excellentissimo bispo do para ao excellentissimo senador ambrosio leitão da cunha. Recife: Typ. Universal, 1873.

[396] O processo de unificação alemã foi bastante profundo, sob a direção da tradição aristocrática, o estado procurou eleger os interlocutores da tradição, excluindo a igreja católica do bloco de poder, mesmo esta sendo sócia minoritária; para tanto desenvolveu a Kulturkampf ou luta cultural, erroneamente apresentado como movimento anticlerical do século XIX. A influência do clero católico alemão nas áreas onde não perdeu a hegemonia pra reforma incomodou os representantes da unificação por temerem a salvaguarda dos direitos dos estados da Alemanha meridional, além da influência sobre áreas católicas vizinhas. Promulgado o dogma da infalibilidade em 1870, a crítica liberal pode contar com o apoio da reação conservadora para limitar a influência da igreja. A luta no campo da tradição pode ser observada tanto na Alemanha como no Brasil, embora a monarquia luterana no primeiro caso seja distinta da monarquia católica no Brasil, em ambas podemos observar a dificuldade de a tradição haver-se com a modernização; colocar limites à autonomia da igreja pelo poder de estado resultou um profundo desgaste, percebido pelo estado e pela igreja quando da ascensão do movimento socialista. As tentativas de domesticar a igreja foram muito parecidas e praticadas no mesmo período, ao longo do século XIX, quando uma série de conflitos causados por leis e decretos limitaram a reprodução da igreja, nem mesmo a vigência da Santa Aliança fora suficiente para manter unidos trono e altar . Em outros paises da América e Europa a simetria é clara como a expulsão da Companhia de Jesus, supervisão sobre os seminários católicos subvencionados pelo Estado, o caso alemão teve a especificidade das "Leis de Maio", entre 1872 e 1875, permitindo ao governo regular a nomeação de bispos e padres. A nomeação de bispos no Brasil sempre teve anuência do padroado, portanto é de um período anterior, contudo, o questionamento ao direito do estado em assim agir aflorou decidamente na segunda metade daquele século. Outras medidas como a restrição ao exercício dos cargos eclesiásticos exclusivamente aos cidadãos alemães, além da obrigação do exame de estado para prover a função sugeriu a idéia de um movimento nacionalista. Quando a luta tornou-se aberta, os lideres da igreja, a exemplo de outros movimentos de formação de um episcopado nacional, foram presos seis dos dez bispos católicos da Prússia enquanto aumentava o cerco sobre o campo católico com centenas de padres e religiosos fustigados e finalmente forçados a deixar o país. A liderança do bispo von Ketteler não foi só contra Bismarck e a Kulturkampf, mas também fora crítico da

Noruega[398] a partir do corpo de estado negavam ao catolicismo o direito de proselitismo, no Brasil o episcopado se comporta nos termos esperados por Roma com franca oposição aos cristãos protestantes correspondendo ao trato recebido por seus adversários nos paises acatólicos com os métodos das barreiras institucionais proibindo o acesso à cidadania, senão nas circunstancias limites da caridade. As folhas matutinas católicas alardeavam as perseguições sofridas nos estados de maioria protestante contra o catolicismo cujo caso mais dramático foi à emergência da K*ulturkamph* alemã.

Animar o clero e os fiéis era a responsabilidade do bispo ao reforçar as expectativas de segurança e salvação na igreja. O Jornal 'Estrela do Norte' espelha a defesa da religião de estado contra as possíveis usurpações perpetradas pela cultura liberal ao dispensarem a sanção moral do clero não apenas no acesso à leitura ímpia, mas na constituição da estrutura do estado por exemplo quanto ao casamento civil[399] ou o cemitério civil[400]. Quando havia uma ameaça de

---

infalibilidade papal e de sua oposição das violências do capitalismo contra a classe operária e seus movimentos de contestação. O Partido do Centro (Deutsche Zentrumspartei), de orientação católica, combatia no parlamento estas investidas do estado contra os direitos da igreja conforme explicito em Quanta cura e Qui pluribus. Diante do avanço das forças sociais opostas à centralização política, e o receio da aliança dos católicos com a Social-Democracia, a exacerbação do conflito diminuiu e estado e igreja puderam encontrar um modus operandi para neutralizar o crescimento do socialismo no mundo, particularmente na Alemanha. A igreja passa a conviver com a legislação civil e os documentos exarados pelo estado como os registros de nascimento, óbito e casamento, assemelhado aos processos vividos em outros paises, fossem católicos ou protestantes. O caso alemão aponta outra perspectiva importante para história da igreja no que respeita as relações com o movimento operário, posteriormente, assimiladas em 1891 na encíclica Rerum Novarum. Para uma versão histórica ver: Palmer, Alan. Bismark. Brasília: Editora da UNB, 1982; Grings, D. Dadeus. Dialética da Política. Porto Alegre: EDIPUCR, 1994, p 273-287; Aubert, Roger. Pío IX y su época. Valencia: Edicep, 1974.

[397] A identificação da Boemia e Moravia com o caráter dos Hussistas (Jon Huss tido por herético no momento que antecede a reforma) ampliaram o conflito da cultura secular com a cultura religiosa e o ultramontanismo e negou a versão do catolicismo nacional como uma expressão de insubordinação à hierarquia da igreja. HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. Estud. av., São Paulo, v. 22, n. 62, Apr. 2008.

[398]

[399] Em 1887 o deputado Mata Machado justificando o projeto de casamento civil facultativo em concordância com outro projeto no senado (Ministério Lafayete) com o mesmo objetivo. Padre Mancio, deputado pelo Pará, contesta a validade por não ter havido nenhum entendimento com a Santa Sé a esse respeito. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação . O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980, p 228. O senador Taunay fazia campanha na imprensa (Gazeta de Noticias), pela causa da imigração e responsabiliza a igreja pelas dificuldades quanto à falta de segurança aos casamentos de acatólicos. Arremata o deputado Olimpio de Campos não haver impedimento teológico quanto ao casamento civil mas o problema era não haver legislação em acerto com a religião oficial do estado. Americo Jacobina Lacombe, em suas notas e comentários, sustentou a formalidade do problema sem penetrar na dificuldade da igreja conviver com a secularização do casamento sem alguma interseção com a esfera espiritual, pois para esta a união não era apenas um contrato civil (p 243).

[400] No final do império a secularização apartava de fato estado e igreja pelo decreto nº 3316 de 11/6/1887 acerca do registro dos nascimentos e óbitos, precisando ainda reformar o regulamento. O decreto de 1144 de 11/9/1861 reconhecia o direito civil aos acatólicos confirmados em registros. O decreto nº 3069 de 17/4/1863 regulamentou a forma do registro feito pelos próprios pastores das religiões acatólicas desde que estes fossem registrados no estado. Em 9/9/1870, pela lei nº 1829 o registro civil tornou-se obrigatório para nascimento, casamento e óbito, posteriormente reformado no regulamento em 7/3/1888 (Américo Jacobina Lacombe). O deputado padre Olimpio de Campos fez vibrar no plenário as tensões do registro civil ao inquirir o Ministro do Império sobre a representação do 1º juiz de paz da paróquia de

provação, os bispos e seus seguidores católicos trataram de oferecer seu ponto de vista fundado na história da igreja como sinônima da história da humanidade, bem como demonstrar quão útil era a conservação dos valores extraídos da dogmática tornada canônica; porém tendo de lhe dar com as impugnações liberais, distorcendo em alguns momentos as proposições da igreja como era o costume ao mobilizar o discurso sobre os jesuítas, sempre acusado de querem restabelecer a supremacia católica. A esse respeito Heraldo Maués demonstra como a categoria jesuíta sofreu uma demonização crescente por parte dos adversários da igreja contestando até as ações de catequização, contudo nem todos os liberais assim procederam como testifica o Barão de Guajará Domingos Antonio Rayol ao reconhecer a relevância da participação desta ordem no processo de atração dos indígenas para cultura do estado português, além do elevado espírito de entrega[401]. A longa experiência da igreja não foi suficiente para amolecer os liberais, estes últimos já tinham mobilizado membros da própria igreja para deixarem amostra às inconsistências de seu plano de gestão do estado, mas não só este, a esfera espiritual também tinha dado provas do fim do holismo católico com o cisma protestante no ocidente.

Até a historiografia brasileira acabou por assumir o discurso elaborado pela igreja no tocante às teses conservadoras expostas nos jornais católicos, contudo, se liberais podiam distorcer as concepções e as propostas de intervenção,a igreja também não ficou incólume ao apresentar tão somente aquelas posições mais palatáveis ao seu projeto de hegemonia. Há a apropriação das teses de Lemannais na revista jesuíta Civilitá Católica, a qual servia de farol para os romanizadores no mundo inteiro, fez deste padre um propagandista das teses conservadoras sustentando a necessidade de preservação do modelo do antigo regime sem se ocupar em demonstrar o modo como se desenvolveu o pensamento desse clérigo antes de 1830, quando era defensor inconteste da aliança trono e altar, com a precedência do último sobre o primeiro; e posteriormente, quando sem negar a relevância da cultura católica, embarca na cultura liberal e por muitos ajustes acabou por se convencer da conquista política representada na liberdade de expressão no governo do estado. Karla Martins ao tentar perceber as contradições da romanização em meio às propostas de D. Macedo Costa apegou-se às primeiras noções difundidas de Lemannais nos jornais e revistas católicos, que tinham o selo do episcopado brasileiro, porém, o pensador católico não se contentou em preservar à cultura

---

Lagarto devido ao vigário cônego João Batista de Carvalho Daltro efetuar os "enterramentos, batizados e casamentos sem preceder o registro civil", ou seja, a esfera civil estava sendo priorizada ante a esfera religiosa com a conseqüente valorização da esfera secular sobre a esfera espiritual. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação . O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980, p 249.

[401] Raymundo Heraldo Maués discutiu os usos e apropriações feitos dos jesuítas compreendendo uma categoria de análise por comportar varias significações como jesuitismo, jesuítica(o). MAUÉS, R. Heraldo . A categoria jesuíta no embate entre liberais e católicos ultramontanos no Pará do Século XIX. PÁGINAS DE HISTÓRIA, BELÉM, v. 1, n. 1, p. 1-15, 1997. MAUÉS, R. Heraldo . As atribulações de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou Como a política mexe com a Igreja Católica. REVISTA DE CULTURA DO PARÁ, BELÉM, v. 12, n. 1, p. 61-79, 1991 MAUÉS, R. Heraldo . Padres e bispo em conflito: o processo de ``romanização`` na Amazônia. Revista Anthropológicas, Recife, v. 2, n. 2, p. 105-135, 1997.

católica um espaço de reprodução, superou-a ao ir além, substabelecendo na oponente cultura liberal o princípio para resguardar a defesa daquela convivência e experiência católica. Em suma, converteu-se ao tipo muito significativo de liberalismo católico e as sentenças, análises e polemicas atribuída ao religioso perdem a força de verossimilhança para converter-se em dado de combate da igreja contra o liberalismo e o século[402]. Martins endossou a leitura da hierarquia sobre a condenação do liberalismo quando o pensador Lemannais já havia absorvido esta filosofia.

Não tenciono decretar uma única interpretação para o catolicismo ultramontano do século XIX, mas convém datar as proposições dos debatedores, assim também procedendo com o lugar social de onde emergem os discursos e práticas. Civiltá Católica, revista dirigida por jesuítas tinha acumulado estofo a ponto de transformar em saldo a perseguição que lhe foi movida pelos estados em processo de centralização política, e de forma conveniente na digestão das acusações de monopólio das consciências procura legitimar suas ações como prova de seu compromisso cristão e humanitário na formação da cidadania e de fiéis. Debatendo-se contra outras ordens religiosas e mesmo contra as claudicações de alguns papas, os religiosos da companhia são aceitos novamente ao convívio do ocidente na primeira metade do século e terão a oportunidade de retornar ao Brasil ainda em 1840, mas não se tratou de uma penetração uniforme como conhecemos no período colonial, ativeram-se a ficar colados ou substitutos em algumas paróquias, mas não estavam longe de apresentarem a si como teóricos da catolicidade, mas não faziam isso de um lugar qualquer, sob a proteção do papa enunciavam um tratado político com o fito de restabelecer a ordem civil e temporal à luz da confiança estabelecida na promessa de salvação.

Já aos maçons articulavam uma proposição doutrinária com o objetivo de engendrar uma ordem social, moral e espiritual capaz de superar a concepção religiosa do mundo sem permitir a igreja qualquer papel de tutela sobre os regimes políticos, mas também de investigação e reflexão, em suma, autonomia de pensar e praticar no século. Tito Franco de Almeida enuncia a liberdade como a garantia para pactuar no estado e igreja sem os arreios de um e de outro, mas isso vai acabar se demonstrando insuficiente, chegando à separação na aurora da república, em que pese muita das separações virem sendo estabelecidas ainda no império como podemos visualizar o decreto 9.886 de 7 de março de 1888, e antecedendo a esta o art 2º da Lei 1829 de 29 de março de 1870 conferindo o registro civil de nascimento, casamento e óbito. A última legislatura do império parecia ter encontrado um termo de convivência entre a esfera espiritual e a esfera secular ao reconhecer o registro civil

[402] MARTINS, K. D. Cristóforo e a Romanização do Inferno Verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890). Campinas: Tese de Doutorado/ Unicamp, 2006.

confeccionado pelos padres nas paróquias[403]. Paradoxal até..., os clérigos elaborando as listas e mapas para darem prosseguimento aos registros civis[404], porém na condição de funcionários do estado acabaram sendo mais uma vez comprometidos com a tarefa a exemplo do ocorrido na Lei de Terras e na Lei do Ventre-livre, demonstrando haver solidariedade ativa de igreja e estado na execução das políticas. As criticas oriundas da igreja cederam à pressão política da cultura liberal se considerarmos a adoção dos registros como elemento da cidadania burguesa em construção, somado à necessidade de controle da população como era prática modernizadora das sociedades. Revela ainda a capacidade da igreja reproduzir-se em condições adversas absorvendo a função continuou a controlar as entradas e saídas da sociedade com o registro de nascimento e óbito da sociedade em paralelo confirmando seus signos de batizado e morte sobre os indivíduos. Este artifício só foi possível à igreja por esta fazer parte do bloco de poder encarregada de parte expressiva das notações no regime, sendo suplantada nesta função somente com a implantação da república ao dispensar este serviço.

O estado nascido em 1889 teve de montar uma estrutura para desempenhar essas tarefas, os cartórios sucederam as sacristias e deles o regime colhia os registros civis e reconhecia a cidadania, devido às insuficiências destes a igreja continuou por muito tempo com o arquivo mais confiável senão para arbitrar disputas civis ao menos para testemunhar com seus registros religiosos as relações civis. O estado quis evadir-se da igreja, contudo as ligações eram por demais umbilicais e o decreto 110 A de 7/1/1890 não separou completamente as instituições, as reciprocidades continuaram vicejando graças às solidariedades ativas de igreja e estado, por um lado, graças à supra-identidade católica por outra como ilustra o caso de maçons não querendo ser postos à margem da igreja.

---

[403] "Parochia de Bemfica, 6 de julho de 1886. Ill.mo e Ex.mo Senr. Em virtude do Decreto nº. 9033 de 6 de Outubro de 1883, tenho a honra levar as mãos de V. Exª. os mappas da estatística desta Parochia de Bemfica, e da do Mosqueiro da qual me acho encarregado por Sua Exª (R).ma o Senr. Bispo Diocesano, todos concernentes ao 2º trimestre de Abril a Junho do anno corrente. Deos guarde a V. Exª.Ill.mo e Ex.mo Senr. D.or Conselheiro João de Araújo Freitas Henriques. Digníssimo Presidente desta Província do Pará. Pe. José Joaquim de Castilho. Vigrº Collado de Bemfica e encarregado do Mosqueiro.

[404] Ill.mo Ex.mo Snr. Dezembargador João dos Santos Barradas. M. D. Presidente da Província do Pará. O Pe. Luiz Burgos, vigário interino da Parochia de Soure, tem a honra de pedir V. Ex.cia mappas para Baptizados, casamentos e óbitos. Deus guarde a V. Ex.cia. O Vigário Interino de Soure. P. Luiz Burgos. Soure, 7 de 8bro de 1886. [R. em 11 – (10) (...)]; Ill.mo e Ex.mo D.or Dezembargador Joaquim da Costa Barradas. M. D. Presidente da Província. Ill.mo e Ex.mo Senr. Tendo-se esgostado os mappas em branco para o registro dos nascimentos desta Freguesia, pesso a V. Sr. se digne mandar-me fornecer novos mappas para o registro do corrente anno. Deos guarde a V. Exª. Cametá 7 de Março de 1887.Ill.mo e Ex.mo Senr. Desembargador Presidente da Província. O Vigário Pe. Antonio (...) da Silva (Franco). Ill.mo Senr. Cumpre-me acousar (...) os mappas em branco para o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos desta Freguesia no corrente anno - , os quaes V. Sª. e remetteo Ordem do Ex.mo Senr. Presidente da Província, conforme solicitastes em o officio, que por lapso remetti sem dacta, (...) corrigida essa falta, envio incluso à esta. Deos guarde a V. Sª. Cametá 14 de março de 1887. Ill.mo e Senr. D.or João C. de Souza Bandeira. Dig.mo Secretario (...) Presidência. O Vigário Pe. Antonio (Fereira) da Silva (...).

Tantas foram às diferenças a separar a maçonaria da igreja embora esteja presente em ambas um culto pelo rito e pelo mistério cujo conteúdo e forma são a expressão de suas filosofias respectivas mas se comunicavam em paralelo; a deus, o maçom opõe sua própria versão de arquiteto do universo; à doutrina o pedreiro livre confia na sua curiosidade para investigação; à liturgia estipulou um código de cerimônias de iniciação, convivência e hierarquia, sem necessariamente prescindir de rezar a deus quando premido pelas necessidades. Portanto, é um pressuposto incorreto ver na maçonaria uma proposta de suplantar a igreja e colocar-se no seu lugar tal como esta fez com os templos romanos muito antigamente ou nos tempos modernos de colonização. Queria a maçonaria justificar sua existência, de preferência sem ter de ligar-se a sua própria tradição revolucionária francesa, como muitas vezes foi assinalado por seus membros tentado dizer ser de natureza distinta, como asseverou o Barão de Penendo[405] na sua famosa missão a Roma, quando tentava demover Pio IX e seu chanceler o cardeal Antonelli. Esta visão da maçonaria benfeitora serviria para denegar o apoio prestado por sua santidade aos bispos D. Vital e D. Macedo Costa na chamada Questão Religiosa, quando estado e igreja foram colocados em campos opostos devido a acolhida pelo império do recurso à coroa, depois dos Antístenes terem se recusado a retirarem suspensão sobre as irmandades, ordens terceira e confrarias por contarem entre seus pares maçons[406].

A discriminação da maçonaria na igreja vinha desde Clemente XII na Bula "In eminenti" de 1738; Bento XIV, Bula "Provida Romanorum Pontificum" de 1751; Pio VII, Bula "Ecelesian a Jesus Christo", de l800; Leão XII, Bula "Onde Graviora" de 1823; Pio VIII, Encíclica de 20/3/1829; Pio IX, Encíclica "Omi Pluribus" de 1864 e Alocução de 20/4/1864, Encíclica Nascita et Nobiscum, - Constituição Apostólica "SEDIS" - 1869, Leão XIII - Encíclicas de 1878, 1884 e 1892. Continuaram para além do período dessa investigação[407], basta ver a série arrolada para termos a

[405] Penedo, Francisco Ignacio Carvalho Moreira, Barão de, 1816-1906. Missão Especial a Roma em 1873 / Barão do Penedo. – Imprenta. Londres : Typographia de Abraham Kingdom, 1881.

[406] Costa, Antonio de Macedo, Bispo do Para 1830-1891. Memoria dirigida a sua magestade o imperador pelo Exm. Bispo do Pará acerca do Recurso interposto para o Governo Civil por parte de algumas Irmandades suspensas das funções religiosas. Belém do Para: Typ. da Boa Nova, 1873.

[407] As penalidades contra aqueles desafiantes reincidentes prescrevem duras condenações como veremos a seguir, mas antes há uma admoestação precisa da autoridade da igreja destituindo de fundamento aquelas posturas e brados contidos na literatura maçônica ou católica dissidente sobre a inocência da maçonaria, senão vejamos: o Cânone 1399, nº 8 - são ipso facto proibidos: "Os livros que, tratando das seitas maçônicas ou de outras associações análogas, pretendem provar que, longe de serem perniciosas, elas são úteis à Igreja e à sociedade civil".Ver ainda os cânones: 693; 1065; § 1 e § 2, 1240; 1241. "Desses cânones do Código de 1917 resulta claramente que: Todo aquele que se inicia na maçonaria, incorre, só por este fato, na pena de excomunhão (cân. 2335). Por ter incorrido na excomunhão, todo maçom: a) deve ser afastado dos sacramentos (confirmação, confissão, comunhão, unção dos enfermos), ainda que os peça de boa fé (cân. 2138, § 1); b) perde o direito de assistir aos ofícios divinos, como sejam: A Santa Missa, a recitação pública do Ofício Divino, procissões litúrgicas, cerimônias da bênção dos ramos etc. (cf. cân. 2259, § 1; 2256, n. 1); c) é excluído

dimensão das negativas da hierarquia da igreja para compreendermos o porque destas serem recorrentes nas cartas pastorais e alocuções dos bispos atingindo e se replicando no seio do clero. A linha de continuidade não da margem a questionamentos e o interdito lançado sobre a maçônica acompanhou sua institucionalização no século XVIII, justamente quando esta começou a apresentar sua versão sobre a ordem política e secular, sobretudo, sem deixar de plasmar sua imagem espiritualizada de um arquiteto moldando o mundo. Na igreja do século XX, o jesuíta Ferrer Benimeli, especialista desse tema, na obra "A Maçonaria" vê um exagero no diagnóstico da ameaça representada por essa sociedade secreta aos desígnios da igreja[408], nós, porém, não olvidamos da importância da igreja em salientar sua concepção de mundo como única, enquanto exorciza outras cosmovisões, temendo perder controle como as demonstrações das fendas no cristianismo na renascença. As teses defendidas por essas lojas de pedreiros livres colocavam a nu o risco de permitir sua expansão sem um eficiente combate, por isso foram proscritas ao advogar um caráter secreto afiançando a perfídia de suas intenções, e estatuído diversos controles para selecionar a difusão de senhas e pensamentos contrários à explicação católica como exemplo a revolução dos planetas, quando a ciência em revolução naquele século já tinha feito cair por terra a pouca possibilidade da teoria geocêntrica. Naquele lugar de conspiração, como eram retratados, os adversários do controle de consciência podiam colocar-se a margem dos juízos da igreja, desconsiderando seu tribunal e o compromisso de ser fiel e leal a santa religião, desprezando as derrogas dos cânones exarados.

Se os *Maçons* conformavam um tipo específico de sociedade secreta, na prática ela será associada aos C*arbonários*, exemplo de como a igreja trata de seus adversários reduzindo-os ao mínimo dominador comum, assim como mais tarde nos jornais católicos do século XX, tomando de empréstimo o periódico *A PALAVRA*, editado em Belém pela Arquidiocese quando se colocam como sinônimo de comunismo, fascismo, nazismo, estalinismo e sem jamais esquecer de arrolá-los entre os seguidores do diabo. No século XIX, o periódico *ESTRELA DO NORTE*, sucedido por *A BOA NOVA*, redigida sob os auspícios do Bispo do Pará, D. Macedo

---

dos atos eclesiásticos legítimos (cân. 2263), pelo que não pode ser padrinho de batismo (cân. 765, n. 2) nem de crisma (cân. 795, n. 1); d) não tem parte nas indulgências, sufrágios e orações públicas da Igreja (cân. 2262, § 1).
O maçom não pode ser admitido validamente nas associações ou irmandades religiosas (cân. 693), os fiéis devem ser vivamente desaconselhados de contrair matrimônio com maçons (cân. 1065, § 2), só após prévia consulta do bispo e garantida a educação católica dos filhos, pode o pároco assistir ao casamento com um maçom (cân. 1065, § 2), o maçom falecido, sem sinal de arrependimento, deve ser privado da sepultura eclesiástica (cân. 1240), deve-se negar aos maçons qualquer missa exequial, assim como quaisquer ofícios fúnebres públicos (cân. 1241)". Assim era no princípio..., quer dizer, a igreja não há como retroceder em seu veredicto sobre as intenções, modus operandi, ou declarações de amor universal da maçonaria, uma vez católico não há sentido em incorrer no risco de arriscar sua salvação numa ânsia esotérica, porém não poucos foram os católicos a buscarem sua própria satisfação, tendo por guia sua liberdade de escolha, desconsiderando ou secundarizando os anátemas proferidos pela Santa Sé, tenha ela ou não a verdade.

[408] Ferrer Benimeli, José A. La masonería. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense de Madrid. 1993.

Costa, como consta dos respectivos frontispícios, o maçonismo foi combatido reproduzindo as matérias de jornais católicos da Itália, França, Alemanha, EUA ou onde houvesse chegado o ultramontanismo lá se alistava nas folhas uma pena para desancar a maçonaria por ser nefasta e maquinar contra a igreja no intuito de destituí-la de seu lugar instituído por deus[409]. Esta avaliação da hierarquia da igreja esta presente em nossa contemporaneidade (Documento CNBB, nº 66). Por conseguinte, o estado foi o alvo da igreja, cercá-lo e assenhorear-se dele para fazer fausto em favor da tradição, devendo todos aqueles católicos com dupla filiação abster-se de uma delas e jurarem não mais voltarem a esta sob pena de excomunhão, decretada pela autoridade do papa e confirmada pelos bispos em suas diocese; não podendo sequer apelar senão ao papa. O sucedâneo do tribunal do Santo Oficio, a Sagrada Congregação para Doutrina da Fé renovou sua confiança nas verdades proclamadas pelos papas do século XIX, confirmando o temor causado por organismos desta espécie; João Paulo II, em 1983, ratifica os

[409] Na diocese do Pará o jornal católico denuncia a tentativa de enxovalhar a igreja e seus ministros, por conseqüência a proposta da sociedade tradicional em concorrência com a modernização. Ver: A BOA NOVA. Belém, 4 de Setembro de 1877. "A Campanha do escandalo. Emprega a impiedade a triplice bateria da calumnia, da inaledicencia e do escandalo para derruir as formidaveis muralhas da Igreja romana; investem contra seus dogmas e preceitos, accusando-os de contrarios s luzes da razão; atacam suas instituições mais importantes, alcunhando-as de antigualhas desprezadas pelo progresso do seculo; ferem com settas perigosas e envenenadas a reputação de seus Ministros, pra tirarem-lhe o prestigio no meio dos povos. Entre as armas escolhidas pela impiedade, nenhuma tão commum e de peores conseqüências, como a exploração do escandalo. Apresentar sempre os Ministros da Religião como protogonistas de crimes hediondos, e tanto mais repugnantes quanto deveram ser elles espelhos de virtudes, tal , o esforço constante da incredulidade moderna. Pouco aproveitam os sophismas contra a doutrina purissima da Igreja; pouco valem as argüições feitas as instituições catholicas; mas lançar aos ventos da publicidade factos da vida irregular de um ou outro Ministro da Religião, e dahi tirar corollarios desfavoraveis contra todos no meio de uma turba ignara e a vida de escandalos, , de effeito sorprehendente. Lemos quasi diariamente folhas maçonicas factos desairosos attribuidos a Padres catholicos com o fim manifesto de infamar-se a classe inteira, a qual certamente conta em seu gremio varäes conspicuos pelo saber e virtudes. A campanha do escandalo. E o que lucra a sociedade com o conhecimento desses erros verdadeiros ou fingidos? Ganhar porventura a moralidade p£blica com essa temivel conjuração da maledicencia? Estamos porventura melhores desde que os escandalos sÆo cantados em prosa e verso? Não defendemos a impeccabilidade de nenhum membro da Igreja, seja clerigo ou simples fiel, mas formulamos aqui um solemne protesto contra essa indigna conspiração contra a honra dos Ministros da Religião. Para fazer cahir por terra esse castello de cartas cuidadosamente edificado pela commandata da calumnia e da maledicencia, basta ponderar: Que esses factos arguidos aos Clerigos são em muito menor escala do que os de que são protogonistas as outras classes da sociedade; 2o Que muitos delles ou quasi todos carecem de provas robustas; 3o Que a Igreja castiga os desmandos de seu Ministros, e nunca approvou acto algum contra a moral christã; 4o Que existem espalhadas no mundo numerosos Padres cheios de virtudes, honra e gloria do Catholicismo. Estas ponderações nos foram suscitadas pelo escandalo promovido por uma tal Condessa Antonelli, para empulgar-lhe a herança. O enredo, tão esdruxulo e inverosimil que só o desejo de manchar a memoria do grande Secretario de Pio IX para dar-lhe voga. O próprio correspondente da Provincia, de todo ponto insuspeito na materia, deixam escapar esta concessão preciosa a proposito da exploração desleal desse escandalo, que se lança conta do illustre Cardeal: Ignoro qual ser a sentença do tribunal civil de Roma, mas sei de antemão que certos animos, apoucados e ferinos, vão armar-se destes factos para atacar o clero. A igreja nada tem que ver nas fraquezas de um dos seus membros; as suas leis são as primeiras a condemnal-as. Já disse e repito que um professor de mathematicas pode ser debochado e beberrão, sem que a sciencia que ensina deixe, por isso, de ser verdadeira e infallivel. Durante a vida, foi Antonelli injustamente accusado de se ter locupletado com os dinheiros da Santa Sé, a história já o absolveu dessa accusação, e mais tarde também o defender desse novo libello, com que o espírito de seita pretende macular-lhe a memória". Arquivo da Arquidiocese do Pará.

postulados de seus predecessores ao decretar a condição de pecado daqueles que recai na filiação maçônica, mesmo sendo católicos, devem, portanto, abjurar essa nefanda conspiração sob pena de ser enquadrado no novo Código de Direito Canônico, em vigor desde 27 de novembro do "ano do nosso senhor Jesus Cristo",(L´Osservatore Romano)[410].

Brevemente algumas citações sobre o código canônico em vigor são suficientes para percebemos as continuidades do juízo da igreja sobre a maçonaria, recorrendo inclusive ao interdito, tal como fez no século XIX D. Macedo Costa e D. Vital. A permanência da concepção da igreja ficou plasmada em suas leis e revela uma solidez quanto à identificação de uma insurgência, no caso a maçonaria, contra os postulados da condição inequívoca de guia das consciências dos católicos, embora não vejamos, hodierno, uma aberta e constante deflagração do conflito como outrora. Então fica uma pergunta. Porque reeditar penas se não se pretende executá-las na prática? Só podemos ponderar quanto à falta da efetiva possibilidade de executar suas determinações, contudo, sua confirmação pretende ligar o tempo presente com o passado das interdições promovidas pela hierarquia quando esta detinha um campo mais fértil e próximo para valorizar sua intervenção, embora pudesse ser contestada pelo estado como o foi no caso do recurso à coroa interposto pelas irmandades comandadas por maçons. No século XIX, a igreja dispunha de ferramentas para averiguar as ordenações, tanto públicas como privadas, desafiando aos maçons a continuarem na opção proposta ao estatuir pelo poder eclesiástico a pena do interdito retirava a possibilidade de terem reconhecido sua experiência religiosa dentro da convivência religiosa oficial anunciado, no limite, se perseguissem aquele infortúnio, sua salvação na igreja estaria ameaçada.

Várias tentativas de abonar o caráter da maçonaria partiram de seus associados demonstrando sua solidariedade à causa da libertação dos escravos[411], às ações caritativas praticadas por seus membros, sem entretanto demover os ultramontanos quanto à acepção da maçonaria a maquinar para destronar a igreja de seu lugar de inconteste líder em direção à redenção humana. Se outras associações fariam a igreja temer muito mais se deve as circunstancias alcançadas por estas como eram os sindicatos formados à margem da influencia católica, ou os partidos e organismos secretos compostos por comunistas, obrigando a igreja a redefinir os planos com a inclusão de mais esta ameaça do ateísmo marxista. Até sobre as boas intenções podê a igreja refutar aquelas bases qualificando como não sinceras movidas apenas pelo ardil de enredar os desavisados na teia da sedição. Provas e evidencias nem sempre são

[410] De todo modo, as diretrizes dos cânones são as seguintes; CANON 1374: "Quem se inscrever em alguma associação que maquina contra a Igreja seja punido com justa pena; e quem promover ou dirige uma dessas associações, seja punido com interdito". Sem citá-la nominalmente, esta continua a ser objeto de sanção da mais alta autoridade católica, não cabendo aos subordinados fazerem interpretações especiosas, devendo em obediência afastar-se para não se vê em desacordo com as orientações da santa igreja.

[411] Barata, Alexandre Mansur. Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP / Centro de Memória – UNICAMP, 1999, p 177.

tomadas de *per si*, o estabelecimento de uma atmosfera de confiança e respeito nem sempre foi possível atingir, sobretudo quando um dos polemistas, no caso a igreja, exclama ser irreconciliável, sobre qualquer promessa uma solução de compromisso. Nestas situações fica patente à opção pela eliminação do adversário, não basta apenas negá-lo, era preciso mover uma campanha de divulgação dos pressupostos da religião oficial do império, para dar sentido ao conflito da igreja com a maçonaria e não com o estado como acabou por se desenrolar. Tendo presente a ressonância pretendida pelos polemistas ao conformarem a disputa em vários países desdobrando os teatros de operação no qual se davam às batalhas mais renhidas sobre o conflito estado e igreja na modernidade[412]. A secularidade avançava e o poder eclesiástico não tinha como encapsular-se para sobreviver, obrigou-se se postar no campo de batalha sob pena de que um recuo pudesse infligir-lhe derrota moral desastrosa; para tanto preferia pagar com a perda material imediata sem ter de ceder poder espiritual ao poder temporal como foi descrito por *A Boa Nova* ao referir-se à Colômbia e Peru.

Podemos observar o tema da imigração por este ser tão caro a noção de progresso perseguida pela cultura liberal. Adido a imigração havia um juízo sobre o desprendimento das populações setentrionais da Europa por acreditar serem estas mais industriosas em oposição às populações austrais, os representantes da igreja no parlamento percebiam o problema da religião protestante como mais um erro no desenvolvimento de um país católico, convertendo-se no principal erro da política de estado, e apontava as vantagens da busca de imigrantes italianos por partilharem da mesma crença não embaraçariam a gestão de estado com o falso problema à promoção da liberdade de culto. Acertadamente denuncia a pretensa ausência da liberdade de culto no Brasil alardeado pelos proponentes da causa sem observarem a falta de liberdade de culto nos paises de origem, e alerta para o risco de ruptura por estes imigrantes não aderirem plenamente ao estado. Sugere ser mais profícua a atração dos indígenas à civilização[413], inverte os valores para chamar de industriosos aos italianos, nesta direção Cônego Aguiar está subvertendo qualquer possibilidade de frutificar a quebra do exclusivo religioso. O deputado padre Mâncio usa imagem do cavalo de Tróia ao referir-se a liberdade de culto por esta não distinguir o verdadeiro do falso, abandonando o caráter de eleição divina e revelada como fora consignado na constituição do império, para sucumbir ao liberalismo completamente radical. Apregoa a doutrina da propriedade para demonstrar como sendo os socialistas contrários a este

[412] A Boa Nova. Belém, 29/8/1877, n. 67, cad. A. Factos Diversos. O governo maçonico da Colombia não podendo vencer a constancia dos Bispos de Papagan, Antiochia, Pato e Hedelina, resolveu suspendel-os do exercicio de suas funções e exilal-os(?) por dez annos (!). Admira como não o mataram. O "processo" do Arcebispo de Quito foi mais sumario. Arquivo da Arquidiocese de Belém.

[413] Estas desconfianças também importavam ao lugar para onde seriam atraídas estes imigrantes matizando os interesses regionais para absorverem estes contingentes custeados pelo estado. O deputado pelo Pará, Cônego Aguiar, defendendo os interesses da igreja não esqueceu os interesses da província. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980, p 267.

regime o colocariam por terra caso não houvesse o reconhecimento do princípio da propriedade resultando em desordem, portanto opõe-se à liberdade de culto no formato "radical". Os católicos articulados no campo foram capazes de dissuadir o parlamento em adotar o regime de plena liberdade de culto, as representações contra esta demanda chegou a 50.000 firmas no final de 1888. Este movimento do campo católico representou o objetivo *primo* da igreja para não vê subtraída a condição de religião oficial do império desde os abaixo-assinados, as manobras parlamentares coroadas com a leitura do pronunciamento de D. Macedo na câmara pelo deputado católico leigo, Passos de Miranda[414].

Compreendidos sob os signos do protestantismo, liberalismo, maçonaria, secularismo, ou a versão assumida por Leviatã, a igreja os enquadrará em cada categoria, que dependendo das circunstancias podiam ser tomadas por aliados contra a religião oficial do estado como aparecem às vezes Tavares Bastos e o pastor Kilder ao proferirem discursos pela reforma na legislação para assegurar a efetiva liberdade de culto. Davi Gueiros chega a sustentar uma liga formal entre esses protagonistas, mas se trata desproporcionalmente a representação do protestantismo, pois até bem recentemente não chegavam representar um contingente significativo para ser considerado nas relações de poder. Sem referencias estatísticas substantivas, pouco se pode aportar a tese do peso político dos protestantes. De outro lado, as constantes intervenções na imprensa católica combatendo os protestantes, tributa quão receosa ficava a igreja de ter de dividir a orientação religiosa sobre uma audiência até então cativa da mensagem católica. A presença acatólica, embora irregular no território brasileiro, manifestava seu juízo sobre a organização da sociedade como foi o caso do engenheiro americano Anchicloss numa matéria do Jornal Commmercial de Wilnington, reproduzida no jornal *Sobralense* de 2/8/1874, no qual dizia "...pena que igreja e estado não são separados... sábado parcialmente observado"[415].

Sob inspiração dos bispos romanizadores, são estampados artigos com as manchetes "Um protestante arrependido", "Ainda Um protestante arrependido" ou "o protestante contra Lutero", visando revestir a comunidade católica de proteção contra a ingestão desses "pratos condimentados". O jornal *Maranguapense* de 31/1/1875[416] ao pregar sobre a potencia do catolicismo externa que a verdadeira fé "não reclama louvor" criticando aos protestantes por creditarem sua crença à livre consciência desprezando completamente a história da igreja e autoridade desta nas questões relativas a religião e a sociedade. Após a proclamação da

[414] Excertos dos discursos dos parlamentares e notas de Américo Jacobina Lacombe. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980, p 268-270.
[415] Microfilme dos jornais cearenses (CE 1 Diversos Títulos, 1824 -1893) Instituto de Estudos do Brasil, IEB.
[416] *Maranguapense* p 2. Microfilme dos jornais cearenses (CE 1 Diversos Títulos, 1824 -1893) Instituto de Estudos do Brasil, IEB.

infalibilidade papal a negação deste dogma pelos protestantes[417] agravou o incomodo das convivências religiosas católica e protestante; ocorreu, porém, uma assimilação por parte dos católicos de uma dieta alheia ao prescrito pelos clérigos romanizados, todavia não considero tão expressiva esta incorporação como a historiografia da religião subscreveu graças à fragilidade do catolicismo vivenciado no Brasil, basta tomamos de empréstimo as experiências européias dos países católicos para percebermos como se difundia a mensagem liberal apesar da vigilância empreendida pela *eclesia militants.* Logo, devemos aceder a penetração da cultura liberal mais pronunciada do que se acreditava, ou ao menos a permeabilidade do tecido das elites para conviver com outras mensagens religiosas e/ou metafísicas, para as quais a igreja havia instituído um inferno.

Pio IX, do trono de São de Pedro, proclama, enquanto seus bispos evocam a necessidade de proteger o rebanho das associações maçônicas, tanto quanto das igrejas protestantes, as prioridades se hierarquizam no confronto, mas sem privilégio propriamente como corrigia Padre Mancio e Padre Aguiar na tribuna da Assembléia Provincial do Pará - se liberais, protestantes, republicanos, maçons ou conservadores atacassem a igreja, eles a defenderiam de onde partissem as vilanias. Antes deles, Afonso Torres, que fora bispo do Pará antecedendo D. Macedo Costa ao renunciar ao governo do bispado entrou na política de onde continuou a pautar os interesses da igreja no parlamento na qualidade de representante da recém confirmada província do Amazonas. A igreja quer portar-se como a segurança da permanência, sem ceder a refregas por mais duras que se apresentassem, indicou a negatividade do proceder da maçonaria infestada de protestantes e pronta a seqüestrar a religião católica da condição de religião oficial do estado. Os maçons reagiram contestando o juízo da hierarquia e alertaram sobre os perigos das campanhas dos bispos poderia redundar na fratura dos cristãos como houve na Europa, e reivindica a razão para guiar a igreja nos tempos modernos[418] ao invés da tradição,

---

[417] Maranguapense de 18/4/1875. Microfilme dos jornais cearenses (CE 1 Diversos Títulos, 1824 -1893) Instituto de Estudos do Brasil, IEB. Insiste na noção da igreja como interprete, eis o papel do papa para tratar a revelação e a doutrina.

[418] Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna. PELICANO. Quinta-feira, 13 de Março de 1873. "Os bispos e a maçonaria no Brasil. Do Boletim do Grande Oriente do Lavradio, ou melhor do Grande Oriente de que é Grão Mestre o sr. Visconde do Rio Branco, tiramos o seguinte, que aqui fielmente copiamos. Não é o conselheiro Saldanha Marinho quem ora falla, é o sr. Visconde; portanto, suas palavras não podem ser suspeitas; nem dictadas pelo republicanismo, como o papel do sr. D. Antônio considera as d´aquelle distincto maçon (...) Está patente o empenho, com que os bispos do Brasil procuram conflictos com a maçonaria. O episcopado brasileiro nesses últimos tempos provoca-nos constantemente, pondo a prova o critério e a prudência da associação maçônica. Se os bispos reflectissem, conheceriam, que a lucta, que suscitam, só a elles pode prejudicar, com desvantagem da religião catholica, a qual tão desastradamente assim pensar servir. Com effeito, desde o sol até o norte do Imperio, os nossos bispos não deixam passar pretexto, de que se não prevaleçam para ostentarem-se infensos á congregação maçônica, cujo instituto, todo humanitário, consagra-se ao desenvolvimento das faculdades intellectuaes e moraes do homem; sendo por conseguinte credora do respeito e approvação universal. A maçonaria dedica-se á causa do bem e quer o progresso da humanidade, sob a liberdade política e religiosa (...) Mas porque incorrem no estigma do sacerdócio? Vistas mais penetrantes alcançam o mysterio: elle revela-se ao mundo, que o conhece e avalia. A maçonaria pugna pela liberdade humana: a theocracia, porem, nutre intentos bem

diversos. (...)É assim que os bispos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro suspendem dois sacerdotes sob o funcionamento de pertencerem ao círculo maçônico. É assim que o bispo do Pará excommunga a imprensa, que em nome da maçonaria sustenta a liberdade de consciência. E assim que o bispo da diocese fluminense nega sepultura aos mortos por serem da seita abominada. É assim que o bispo de Pernambuco manda expulsar das confrarias religiosas os maçons, e por interdictas as igrejas, onde estes tem entrada. O acto do prelado pernambucano é o mais aggressivo e ousado, invadindo attribuições meramente civis. O bispo de Pernambuco, procedendo por semelhante forma, attenta contra dois dos mais sagrados e importantes direitos do cidadão brasileiro, a quem a Constituição Política do Império garante da maneira a mais solemne e positiva a liberdade de consciência, e a liberdade de associação. A ordem episcopal determina, que os juízes temporaes quaes são os juízes de capellas, expulsem do grêmio das confrarias os irmãos, que forem maçons. Dirigindo-se o bispo imperativamente a uma autoridade civil desconhece as leis do paiz, ou affronta essas leis, excedendo as raias das funcções episcopaes. Os juízes de capella, como funccionários temporaes, estão fora da alçada ecclesiástica, e assim não póde o bispo intimar-lhes a despótica e arbitraria determinação. Ha verdadeira invasão de attribuições temporaes e inquestionável excesso de poder. Mas um bispo ultramontano recorda-se de passadas eras, e considere-se executor das doutrinas de um Gregório VII e de um Innocencio II. Si os bispos do Brasil imbuhem-se de tão erroncas idéas, preparam ao paiz scenas desagradáveis, e golpes bem sensíveis para o catholicismo entre nós. Infelizmente do desarrasoamento dos ministros da religião, seguir-se-hão funestas conseqüências para a santidade da crença; porque nem sempre o vulgo descrimina a causa justa do injusto defensor. Desta confusão muitas vezes resulta lesão á causa santa com vexame daquelles que a desejam prospera e triumphante. A intolerância do sacerdócio por mais de uma vez há trasido gravíssimo damno ao progresso da religião de nossos Paes. A obstinação de Roma, mantendo erros manifestos, que somente aproveitam á classe sacerdotal, e suscitou o protestantismo, poderoso adversário da fé catholica. Não confunda a cúria romana a sua causa com a causa da religião, e esta progredirá pela força da santidade de seus princípios, e pela efficácia da piedade christã. Os erros dessa cúria dividiram a Europa, que hoje estaria unida em uma só crença religiosa, se esses mesmos erros não levantassem o anglicanismo na Inglaterra, e o protestantismo na Allemanha. A Providencia parece haver destinado o Brasil para a unidade de crença; não queiram os bispos, emissários de Roma, contrariar a obra providencial. Reflecti, padres da igreja, no porvir; vede o que será para a fé cathólica um povo numeroso espalhado pela vista superfície do império, orando a um só Deos, e não tenteis, oh! bispos, christãos, plantar a semente da desunião pela imprudência e pela intolerância! Sede prudentes como a serpente, fortes como o leão e sábios como o castor, tereis assim cumprido o evangelico preceito. Os bispos possuem tão somente jurisdição espiritual. Sendo assim, como pretende o bispo pernambucano, impôr suas determinações a juizes temporaes? As confrarias religiosas entre nós, são sociedades mixtas, que estão na parte civil sujeitas ás autoridades communs. Não tem, pois, o bispo ingerência alguma no modo porque estas procedem, e não lhes pode dar ordens e impor preceitos. Proceder de outro modo é proceder com abuso, ou ignorância da legislação. Gravíssimo é o erro ou o abuso nesta parte. Elle vae offender o cidadão brasileiro no direito da associação e na liberdade de consciência. Admittido o cidadão brasileiro como membro de uma confraria, adquire prerrogativas, que só pode perder por actos seus infringentes do compromisso na parte da alcada civil. Assim, pois, não pode o bispo intervir sob pretexto de excommunhão, e ordenar aos juízes temporaes, que deroguem direitos do cidadão brasileiro com preterição da lei civil. Por esta forma dentro em pouco serão intimados para não funccionar o presidente de província para ser maçon, o representante da nação por não sustentar a infallibilidade pontifícia, o ministro do estado por não conceder beneplácito a uma bulla, por julgar exorbitante, e o próprio imperante por communicar-se com ministros fulminados pela excommunhão. Eis as conseqüências, a que chegam os princípios, que os bispos brasileiros mostram-se dispostos a sustentar, mas que o povo de um paiz livre não consentirá que vinguem. Do contrário teríamos os bárbaros tempos da media idade em pleno regresso, e as novas lutas de Gregório VII e seus sucessores com os Henriques e Ottons da Alemanha. Attendam os bispos brasileiros para o precipício a que se lançam: dêem tregoas a razão, e procederão com mais acerto. A intolerância já não é dos tempos modernos. As fogueiras da inquisição jamais se tornarão a ascender; nem os papas deporão os reis, dominando os povos e os seus chefes. As sociedades maçônicas no Brazil são associações legaes, reconhecidas e permittidas pela nossa legislação; ellas pois não podem sem absurdo servir de motivos para excluir o cidadão brasileiro de fazer parte de confrarias religiosas, onde há também um em temporal, regulado pelas leis civis. A maçonaria no Brazil não é da classe das sociedades secretas, que a lei de 20 de outubro de 1823 define, e que o código penal no artigo 282 incrimina e pune. A maçonaria no nosso paiz satisfaz as condições do artigo 283 do citado código; e isso pode servir de pretexto para perseguições, e mingua de direitos, quando é o exercício de um direito. Se a lei do paiz garante ao cidadão, o associar-se por todos os meios lícitos, e se a maçonaria é um desses meios, não podem os bispos perseguir e vexar ninguém sob o mandamento de pertencer a maçonaria. Fazendo-o, como o estão praticando, commettem attentado contra as nossas leis

dizendo não haver incompatibilidade senão aquela exaltada pelos bispos. O fato mais relevante foi a percepção da ação orquestrada do episcopado com o intuito de barrar a ascensão da cultura liberal, ou seja, a colegialidade dos bispos como representação da nação brasileira na supra-identidade católica cujo centro místico e doutrinário era Roma, agiu como um campo dirigido na luta intelectual, política e espiritual.

Se a igreja apresentava clivagens no modo como enfrentar a maçonaria, esta última também tinha campeões pouco sensíveis à tentativa de pactuação e se lançaram ao campo de honra ao proporem a derrogação pura simples das relações estado e igreja. No Brasil, Ganganelli, pseudônimo de Saldanha Marinho, acusa a falta de zelo do governo para permitir

---

políticas, expoem-se á resistência, e anima adversação publica, e provocam a suncção criminal contra o seu procedimento irregular. Ao governo imperial cumpre prover de remédio, além de que os bispos não prosigam, e se não gerem conflictos perigosos á paz publica e a tranqüillidade das consciências. Os nossos bispos, insistindo na excommunhão dos maçons no Brazil, em virtude de bullas, que, alem de serem inapplicaveis ás associações maçônicas do nosso paiz, nunca tiveram o placet do governo imperial, infringem a nossa lei política, e violando o artigo 102§ 11 da const. do império, formam-se puníveis nos termos do artigo 150 do código penal e sujeitos á jurisdição do Supremo Tribunal de Justiça, na forma da lei de 15 de agosto de 1851. Como empregados públicos os bispos são obrigados ao cumprimento das leis do estado; e quando as desobedecem com deliberado proposyto de zombar dellas, para ostentar superioridade a todo o poder social, desafiam a sancção penal. Quererão os bispos tentar a execução da lei, que os pune civilmente? Lamentamos, que os pastores do rebanho brasileiro a tanto incitem a autoridade pública, mas se proseguirem, no tentame de perturbarem a sociedade brasileira, e de prejudicar o sentimento catholico do paiz, seja a lei cumprida. Nemo potentior lege. A conformidade de procedimento, e a insistência dos nossos prelados diocesanos nos levam a crer, que elles em tamanho excesso regem-se por systema combinado e acordado mui propósitalmente. Si dominados por idéas ultramontanas assim praticam, sonham com o restabelecimento de uma condição social, que se não restaurará jamais ante a civilisação do mundo. O império theocratico não regressará. Nascido nas obscuras origens da sociedade humana, o seu cyclo está lindo e completo. Mas a Roma papal não se persuade do seu erro; vê os padres do Egypto, e não quer ver os apóstolos da moderna civilisação. "D´ahi a pertinancia, com que insiste na mantença de preconceitos incompatíveis com a ordem actual da humanidade. D´ahi o Syllabus e outros compêndios de doutrinas ante-sociaes em face da civilisação moderna. A theocracia, que intenta o predomínio universal pelo avassalarento das consciências, não é possível ante o progresso das luzes; porquanto consciências esclarecidas não subordinam senão as leis da razão, que condemna o domínio de uma classe privilegiada. E frustronea a tentativa do regresso aos tempos do obscurantismo, todo o esforço nesse sentido é um desserviço a igreja catholica. O papado, querendo manter a posse de riquesas temporaes e procurando influir no regimen civil dos povos, desvia-se da sua divina instituição, e promove a disperção do rebanho, que devera unir para cumprimento da auspiciosa promessa das sagradas letras: anum pastor(...). A unidade do pastor e do rebanho não opera-se pelo poder do gladio, mas realisa-se pelo poder das chaves. Exerça a igreja este poder em toda a plenitude, decline porem daquelle que lhe não compete; assim tudo concorrerá em prol do prospero futuro, e da universalidade da doutrina de Jesus Christo, que na maçonaria jamais achou contradicção. A maçonaria tem por antagonista a theocracia, por que esta quer o obscurecimento da rasão para dominar o homem; e aquella busca esclarecer-lhe o pensamento, para libertal-o. Mas a igreja christã não se confende com a theocracia: entre o catholicismo e a maçonaria não há barreiras nem levantam-se hostilidades. A igreja christã institue a felicidade terrena e a salvação eterna pela pratica das virtudes. Como, pois, os ministros do altar fazem o maçon adverso a religião catholica? Bispos do Brazil, pregae a doutrina do evangelho pela observância dos seus preceitos: assim achareis nos maçons zelosos cooperadores, porque aonde se ensina a boa doutrina, e se praticam as boas acções ahi por certo está o maçon, apostolo da verdade por toda a superfície da terra. Aprendam os inimigos da maçonaria, os fanáticos, e os crédulos por conveniências próprias, nas palavras, que vimos de copiar, o que se chama maçonaria entre nós, e os homens da cúria a lição que lhes cabe estudar para regeneração das doutrinas que elles procuram observar com as errôneas que pregam em nome da cúria romana, que incontestavelmente é o maior e mais perigoso inimigo da religião do Crucificado".

tamanha falta de observância da lei vigente, recorrendo a pratica do Placet desde Portugal , embora enfrentando ameaças e excomunhões só com a carta civil em sua defesa, cobra maior empenho para disciplinar os funcionários do estado. Essa acusação de que o bispo de Pernambuco teria também proscrita toda irmandade envolvida não reconheceu sequer a subordinação ao poder eclesiástico na parte espiritual, embora D. Vital esclarecesse a vilania da interpretação cometida contra seu decreto cujo teor era apenas de interdição das mesma sem atender a qualquer reclamo dos liberais ao taxá-las de 'Bullas caducas'.

Derrotada a maçonaria, a igreja continuou apartando o poder eclesiástico do poder civil, o clero continuou funcionário do estado, mas um tipo particular de servidor do estado, pois nele repousava a fidelidade à cultura religiosa católica acrescida da lealdade ao destino do estado. Isto fica evidente na resposta de padre Mâncio as vituperações no senado ao acusar os clérigos de serem venais e só sustentarem a causa da igreja por serem pagos merecendo o repto - "*se os padres são pagos para crerem na religião que professam, porque o senhor Silveira Martins não é pago pelas ricas sociedades bíblicas, para vir aqui advogar a causa da heresia, do protestantismo?".*[419] O modo de "ser católico" ilustrado tentou manter-se na supra-identidade católica sem contudo admitir a direção do campo pelos ultramontanos, contudo foi derrotado fragorosamente por não captar a importância do revestimento do poder religioso incrustado na batina a exemplo do poder do mistério comunicado pela imagem dos santos[420]. Com eficiência a igreja recolheu assinaturas para barrar o projeto de liberdade de culto ao apelar para convivência religiosa existente no império abrigando "cultores das ciências exatas" ao lado de outras catolicidades.

Indisposta com o feitio liberal do enamorar-se com as modas da época, a hierarquia católica advinha um precipício a sua frente se acenasse com uma possível convivência com estas filosofias e seus organismos políticos, restando como alternativa exigir uma fidelidade ativa[421], acima daquela considerada e empenhada aos credos concorrentes da igreja e por conseqüência ao regime instituído; sabiamente a maçonaria soube acusar a igreja de tecer um

[419] Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980, p 280.
[420] Antonio Igor Palheta Soeiro demonstra os conflitos e cumplicidades do catolicismo ultramontano e o catolicismo devocional na cidade da Vigia, cujo pároco era padre Dr. Mâncio Caetano Ribeiro. O estabelecimento do controle eclesiástico sobre a devoção popular não implicava em duas religiões segundo padre Mancio, mas no reconhecimento de uma mesma religião de onze milhões de brasileiros no século XIX. Monografia .....
[421] "A igreja universal deve ensinar todas as verdades aos homens" (frisa, toda) Maranguapense de 14/2/1875; "a igreja tem uma única doutrina, não há doutrina secreta". Maranguapense de 21/2/1875. Microfilme dos jornais cearenses (CE 1 Diversos Títulos, 1824 -1893) Instituto de Estudos do Brasil, IEB.

cerco sobre as consciências e proferiu uma guerra de movimento sobre as posições fortes da igreja revestidas das funções de estado como cemitério civil[422], casamento civil, registro civil.

Não eram provocações como às vezes sugeria um articulista da imprensa, e a hierarquia católica tinha ciência disso pelo debate expresso nas cortes, na literatura, nos periódicos de países acatólicos, e com ares de surpresa o episcopado brasileiro reclama providencias com a sorte da religião oficial do estado ultrajada, segundo sua percepção, ao ter de igualar-se as outras expressões de fé acatólicas.

Durante todo o século XIX a igreja aprendeu e se articulou para os enfrentamentos vindouros como se pode depreender dos instrumentos elaborados por esta para intervir na sociedade, reabilitando os condenados de ontem como foi o caso dos jesuítas, remodelando ordens, criando bispados, ratificando o corpo doutrinário referente à modernidade e os riscos do secularismo[423] portador do anuncio da desordem e da perdição espiritual e moral advindos da cultura liberal. Além de considerar a maçonaria como uma seita, entre outras, conforme se constata na Constituição Apostólica Ecelesian, 13/9/1821, do Papa Pio VII, condenando especificamente a Carbonária, reconhece o um laço de continuidade dos maçons do século XVIII condenados por Clemente XII e prolongando-se até o século XX. A igreja continua a alertar aos católicos diante dos perigos representados por forças que dizem querer descobrir os segredos do universo atentando, portanto, contra as verdades proclamadas no verbo, ofendem a consciência católica crente na redenção. O ano de 1917 traria muitas novidades como a Revolução Socialista Russa, aumentando a sensação de opressão ao culto católico, a igreja responde com velhas armas promulgando o Código de Direito Canônico, nele está inscrita a proibição dos católicos de terem qualquer relação com a Maçonaria.

O perigo de ser decretada a excomunhão sem dúvida merece nossa atenção, embora não tenha a pretensão de fazer uma história de longa duração da excomunhão, podemos reter sua importância pela reação tomada pelos maçons quando proferem discursos e publicam suas respostas acusando o golpe, mas também assinalando a persistência do controle das mentes pela igreja. Estava claro para os maçons a capacidade da igreja esticar seu fustigo até as almas graças a sua persistência, chegava a embotar o pensamento livre, a ponto de afastar daquele chagado com a pena da excomunhão toda a sociedade ao redor. Ladislau Baena, Lauro Sodré, Tito Franco, Tavares Bastos ou Saldanha Marinho reagem ao apelo de uma pena espiritual, curiosamente, aqueles capitães da razão, se vêem na difícil tarefa de contestar não apenas as relações estado e igreja mas também questionar a autoridade e a hierarquia religiosa para

[422] Erica Amorim .....

[423] A igreja reclama aos católicos para que lutassem contra o ceticismo do secularismo na sociedade. Maranguapense de 5/9/1875. Microfilme dos jornais cearenses (CE 1 Diversos Títulos, 1824 -1893) Instituto de Estudos do Brasil, IEB.

sancionar qual meio disciplinar os cultores da fé. Não era somente estado e igreja que estavam imbricados, maçons e católicos tentavam adquirir autonomia para suas decisões, mas teriam de se responsabilizar por toda a fortuna advinda[424].

Na ausência de organismos políticos como as conferencias episcopais de caráter nacionais edificadas no século XX, couberam diretamente aos bispos a iniciativa de colocar os católicos em movimento em defesa das diretrizes determinadas por Roma. Sem a condição ativa do Santo Tribunal da Inquisição já tendo perdido muito poder, embora ainda podendo mobilizar algum prestígio sobre os religiosos, ficando sempre exposto às derrogações de seus adversários por sua notória participação na criação do medo na era moderna ao propor parâmetros da conduta religiosa saída de Trento[425], tiveram de atualizar o poder da liturgia para justificar o poder religioso a unificar os católicos sob o manto da supra-identidade. Esse foi o caso dos bispos rebeldes ao colocarem em evidencia sua autoridade sem aceitarem os apelos, as acrimônias ou uma pretensa autoridade superior do estado a lhes ditar obediência às leis do país.

Sob a proteção da igreja, os irmãos do ocupante do trono de S. Pedro estão perseguindo uma unidade no episcopado brasileiro a exemplo daqueles viventes nos paises acatólicos como Alemanha e Suíça; contudo não é certo afirmar uma instrução previamente detalhada da intervenção da igreja nestes países devido, sobretudo, a sofreguidão material desta para costurar apenas por vontade própria a ação pastoral, talvez o justo seja perceber como os bispos foram instados para centralização quando se viram tolhidos pelos estados nacionais; a começar pelo núcleo central na Sé de Roma comprimido pelas forças dos patriotas italianos ao ter diminuído a possibilidade de manutenção do status do papa-rei, pois não mais existia como se colocar sob a proteção militar francesa e ou austríaca. Os sínodos na Europa eram bem pouco expressivos a exceção da França que devido à cultura galicana obteve uma independência relativa no tocante ao governo da religião desde que não entrasse em conflito declarado com a Sé. A unidade doutrinal buscada pelos ultramontanos auxiliou na concentração de poder na hierarquia eclesiástica fundindo as rivalidades teológicas em um corpo de teses sobre o evangelho impactando a modernidade. Com efeito, a infalibilidade papal corou a centralização política da igreja ao determinar a verticalização cultural da catolicidade romanizada tornando a diocese o núcleo da reprodução carismática e institucional. As formas de experiências religiosas fundadas no milagre e no maravilhoso continuaram ativas e concorrentes com o eixo emanado das dioceses porém, estas não eram as ameaças diretas ao poder religioso, as criticas recorrentes do

[424] Marcelo Gomes ilustra com o jornal A Boa Nova as resistências das irmandades ao projeto romanizador ao continuarem a experimentar o catolicismo popular apesar das negativas do bispo e/ou do clero, sofrendo em conseqüência as penas espirituais p 45-49 . .....

[425] Seguramente o trabalho mais denso sobre a problemática do medo e como este foi utilizado pela igreja para assegurar sua hegemonia como segue: Delumeau, Jean. Historia do medo no ocidente : 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

estado à igreja fizeram residir neste o principal adversário à reprodução da religião oficial do império no seio do estado. Esta configuração projetou um maior pendor dos bispos e do campo católico para a Questão Religiosa secundarizando a Questão servil no final do império[426].

Anteriormente, a estrutura da igreja era de dependência à forma orgânica do estado português, fundado no regalismo, participando secundariamente dos fóruns ali existentes, mas no vácuo de legislação e orientação pastoral para o governo da igreja um pensamento católico foi inscrito na colônia nas Constituições Primeiras da Diocese da Bahia, servindo de modelo para toda vida eclesiástica e as relações da igreja com o estado. A diminuta convivência da igreja em congregação permitia um espaço de criação na experiência religiosa como fica descrito na história da igreja no Brasil, porém a certeza da condição de exprimirem uma mesma fé fica clarividente com a participação de D. Romualdo de Seixas, primaz do Brasil, na apresentação das teses da igreja ao se ver ameaçada pelas interpretações liberais em constante tentativa de reduzir a uma subalternidade qualquer a religião à soberania nacional, em oposição aos deveres pertinentes de uma religião universal ao estado papal[427].

Na constituinte brasileira, e por várias legislaturas na Assembléia Nacional, D. Romualdo de Seixas, instou os brasileiros a confiarem na fé católica como acontecera com seus pais, demonstrando as vantagens civis e espirituais daqueles cuja perseverança não se deixa abalar pelas veleidades da cultura liberal, apoiado solidamente na interpretação da doutrina emendava a possibilidade de ter o governo da igreja acima das interferências civis de ocasião, porém teve de reconhecer uma subordinação orgânica da igreja ao estado contrabalançado pela vitória do monopólio da fé católica consagrada na Carta Constitucional de 1824. As condições para operar uma centralização na hierarquia da igreja não foram suficientes para atrair ou conformar um bloco coeso do catolicismo, nem mesmo os bispos tinham conseguido estabelecer uma unidade do Episcopado brasileiro para disciplinar, por exemplo, as recorrentes posturas de um padre Feijó. Na segunda metade do século, D. Macedo não recuará diante da necessidade imperiosa de selar compromissos na unidade espiritual, condição para viabilizar a intervenção material proposta na 1ª Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil.

---

[426] Américo Jacobina Lacombe enfatiza a participação do clero no parlamento nacional quando tocavam nas questões religiosas como casamento civil e liberdade de culto, nestes instantes a influencia do ultramontanismo é evidente, porém diz ser quase nula sua intervenção quanto ao problema do fim da escravidão. Os padres foram eleitos pelo partido conservador, dois eram do Pará, campeões do ultramontanismo, José Lourenço Costa Aguiar e Mancio Caetano Ribeiro; Padre Manuel Siqueira Mendes era líder político desde antes da chegada de D. Macedo e assim continuou até com conflitos com o bispo. Padres João Manoel Carvalho pelo Rio Grande do Norte, Olimpio Sousa de Campos por Sergipe e Inácio Xavier da Silva integram a lista dos sacerdotes membros da vigésima e última legislatura. Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação . O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980.

[427] Nas memórias do primaz do Brasil

Votados a realização do campo católico nas dioceses, os Antístenes visaram confirmar as orientações do ultramontanismo pelas cartas pastorais e predicas ordinárias aos sacerdotes, aos fiéis, particularmente às associações católicas leigas devido à sociabilidade instaurada nestes organismos e a necessidade de contar com suas estruturas para viabilizar o projeto da supra-identidade católica. Dispondo de todos os recursos, faltava aos bispos um colégio e uma liderança para imprimir a direção e o ritmo do movimento. D. Vital galgou esta condição de pronto pelo martírio incorporado por usa pessoa ao fazer da peleja uma saga de cristianização contra modernidade ateia e indiferente à religião; dada a gravidade da ameaça a igreja exprobrou aos liberais católicos pelo desejo de libertarem-se da orientação desta tendência que os fazia concorrer para a danação eterna na esfera espiritual e secular. Tão convencido desta circunstância demonstra por seu ato de interdição sob as irmandades o compromisso com a redenção dos católicos sob seu pastorado, anunciando por este gesto a prerrogativa do bispo para agir, se assim o entendesse, para proteger o rebanho da influencia da modernidade. Ao consignar o interdito habilitou o uso no quotidiano das penas espirituais com as quais delimitava na esfera secular a autonomia da igreja para governar a igreja sem se deixar intimidar pelos limites do padroado. Da interdição às confrarias à excomunhão, a hierarquia católica mobilizava os instrumentos de repressão que lhe conferiam legitimação do uso de força equivalente do estado na esfera civil para regular as relações na sociedade. Se o uso da pena de excomunhão para os renitentes sócios que permaneciam inscritos ao grêmio da ordem maçônica tivesse de ser usado, com prudência como reclamava a Sé de Roma, assim o seria. Os exemplos alistados tiveram a função educativa para civilizar as condutas e a expressão de opiniões quando o tema fosse a igreja e suas relações com o estado e sociedade civil. O êxito pode parecer limitado se considerado apenas D. Vital, seguido de D. Macedo, contudo a disposição dos outros prelados agirem em conformidade com estes ficou patente, o suficiente para consonar o espírito de colégio dos bispos do Brasil como lideres da igreja na mediação com a supra-identidade católica verticalizada até a Sé de Roma.

As interpretações das experiências religiosas vicejaram com força em contraponto ao modelo diocesano em avanço, mas o formato dessas catolicidades deveria admitir um conhecimento de Deus, filtrado pela orientação da igreja sem esperar ter plena compreensão deste no sentido pessoal ou sob a inspiração da livre consciência. O postulado protestante da leitura da bíblia não era admissível como modo único e seguro para salvação, aqueles a incorrerem nesta interpretação poderiam segui-la, mas a igreja tinha por função, acreditava o

poder eclesiástico e religioso investido no clero católico, ensinar a doutrina para não persistirem no erro, esta era compreensão da liberdade de culto[428].

Os liberais católicos, incluídos os maçons, ficaram apreensivos de serem apartados da convivência católica, essas experiências religiosas se viram aviltadas da segurança da supra-identidade devendo por conta e risco seguir sua redenção espiritual e material. No terreno fértil da cultura católica, os modos de "ser igreja" não quiseram sepultar os bispos e o clero, eles faziam parte da significação da igreja atando os elos da espiritualidade com a secularidade, coesionado seus membros numa totalidade orgânica ao oferecer o sentido de pertença desde a vida até a morte, portanto, esta cosmovisão era anterior as concorrentes das igrejas protestantes ou as agremiações maçônicas. Assentada na tradição, a igreja condenava o modismo e procurava fortalecer os elementos da identidade católica. A hierarquia tinha em suas mãos um vasto arsenal de penas espirituais, cabia a prerrogativa do bispo na utilização destas em cada circunstancia, isto também contribuiu para as variações de grau quando decretadas, guardando, porém, todas estarem no mesmo espírito de conformação do campo e centralização da igreja.

A cultura católica absorveu todas as catolicidades, até aqueles que usando a liberdade de consciência converte-se à salvadora doutrina; a entrada do ultramontanismo pressionou a diminuição do papel destacado pela figura do maçom, procurando desenvolver um maior compromisso dos fiéis com as diretrizes do bispo em cada diocese. Os liberais católicos pensavam poder fazer frente ao ultramontanismo apresentando o clero como mais um funcionário público rebelde às leis do país, ofendendo a constituição ao desconhecerem o recurso à coroa vendo neste ato o anuncio dos planos do episcopado brasileiro para voltar a dirigir o estado. Esta exposição de Saldanha Marinho não foi retórica somente, este arriscava afirmar haver uma deliberada intenção da igreja em governar mentes como outrora. Houve um prenuncio da igreja sobre o estado no medievo, porém o estado também foi beneficiário da centralização do poder ao aproveitar-se das franquias concedidas ao julgamento das almas pelos tribunais de consciência deixando a igreja toda responsabilidade nos terrores oriundos dos tribunais da inquisição, mas a ele cabia a aplicação da pena capital; claro, se o torturado sobrevivesse.

Os temas da modernização continuaram a alimentar os campos na secularidade como imigração, liberdade de culto, livre o estado, livre a igreja, casamento civil, reformas tidas como necessárias e parte das preocupações de todos os partidos, a igreja neste particular permaneceu sem oferecer alternativa além da tradição. Saldanha Marinho ocultou a contribuição da igreja em outros debates como a instrução pública associada à catequese dos indígenas e a

[428] A presença de cultos acatólicos fora percebida no período que antecedeu a Questão Religiosa devido a um espírito de concessão do estado. Costa, Manoel Maria Barros. A influencia do protestantismo na Questão religiosa. Belém: Ufpa/monografia de graduação. In: Marcelo Gomes.....p 37.

civilização[429], recorrendo sempre a acusação à igreja de forçar uma introdução da inquisição, obviamente essa é uma estratégia proferida para atualizar o imaginário antigo.

A igreja tentava governar a esfera secular que lhe cabia operar segundo suas convicções. O bispo do R. G do Sul. D. Sebastião Dias laranjeira, ao nomear padres estrangeiros sem concurso, contrariando o preceito do governo, tornando amovíveis, desconsiderava o Concilio Tridentino, segundo Ganganelli. Não deixa de ser curioso os leigos tentando ensinar a hierarquia como governar a religião servindo-se do concilio para desautorizar a própria igreja, segundo a conveniência de seus adversários, sem lhes assegurar o direito de intervir conforme lhes aprouver. Cobrando responsabilidade aos funcionários do estado, o maçom espera corrigir os erros, ou ainda todos os erros deveriam ser corrigidos e podem ser corrigidos pelo poder civil, a menos que haja a infalibilidade do papa e seus prepostos, opção convocada pela igreja presente nas bulas com a pretensão de defender interesses temporais para dispensarem o beneplácito[430]. Na qualidade de polemista, Ganganelli acusa os bispos de excomungarem mais da metade da população o que retrata forte sensacionalismo, pois como sabemos os membros da maçonaria formavam um grupo bastante restrito; o incomodo quando tornado deboche atiçava a igreja como a substituição da trindade pela consigna liberdade, igualdade e fraternidade[431].

A cultura liberal não arrefeceu contra o ultramontanismo ao imputar a Pio IX o retorno ao passado, alterando a trajetória de composição com estas forças quando este assumiu o papado para depois se desfazer delas e eleger o liberalismo como principal inimigo. Na estratégia de consolidação de um campo católico o ultramontanismo persistiu na conquista da infalibilidade, em resposta os maçons abandonam a condição e associação secreta e se meterem em política para recomporem as verdades do século, segundo as quais a maçonaria não se meteu em política até ser hostilizada pela tradição devido a seu compromisso com a civilização, nisto resultando na controvérsia religiosa do XIX de igreja livre no estado livre.

Composta de diferentes religiões, protestantes, católicos, saliente-se que demorou em aceitar judeus no seu grêmio, a maçonaria dizia não ser seu intento dominar o mundo, deixando recair tal objetivo para igreja dirigida pelo despotismo do Vaticano e do episcopado distanciando-se do progresso avistado e tão requerido na modernização da revolução industrial. Para confrontar-se com a igreja procura atrair simpatizantes a sua causa, contudo o exagero de Ganganelli chegou a assinalar no campo maçom mais da metade da população livre no Brasil. A

[429] Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980, 219.
[430] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 36. Artigos reunidos das publicações do Jornal do Commercio.
[431] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado. Rio de Janeiro: Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, p 39.

apologia à América do Norte livre para receber imigrantes laboriosos e úteis era o exemplo a ser seguido no Brasil, contudo os EUA não resolveram todos os seus problemas com a Guerra de Secessão, a capacidade de incorporar o migrante europeu não alterou o sentimento de distanciamento do elemento negro e esta contradição foi bem explorada pela igreja ao enfatizar o dilema da nação usada como exemplo[432].

Temer o expediente da excomunhão remontava a sociedade holista, não há lugar fora da totalidade religiosa senão como paria. A noção de pertença era capaz de comunicar seu significado na sociedade tribal até as formas mais complexas da antiguidade, precedia o cristianismo portanto, a condição de ser membro de algo. Esta situação chegou a aproximar secularidade e espiritualidade para exarar a pena de excomunhão apartando o cidadão, o fiel ou o irmão do espírito de comunhão. No século XIX a igreja ultramontana sabia da importância de consolidar o campo por dentro por isso não excluíram das procissões os maçons que souberam subordinar sua lealdade porém aqueles avessos às diretrizes publicas da igreja afastaram-se da afeição do bispo passaram a ser hostilizados. A Questão Religiosa atingiu a convivência católica ao tornar manifesto o incomodo, antes, no Rio de Janeiro, era comum observar na procissão, lado-a-lado, postados D. Lacerda e Rio Branco, como relata Ganganelli.

Estreitando os espaços dos ultramontanos, Gladstone, primeiro ministro inglês ataca as estruturas seculares como o monopólio da igreja na Irlanda na instrução pública por meio de uma reforma cuja centralidade era desestabilizar a identidade católica dos irlandeses[433]. Em Portugal o poder do clero era representativo no campo da tradição e as tentativas de reforma da instrução pública foram similares aos correntes no Brasil naquele período estimulando uma reação católica de peso como a tentativa de articular um partido católico, apresentado pelos liberais como partido clerical[434]. As acusações sobre os bispos de atuarem falsamente nos usos

---

[432] A BOA NOVA. Bel,m, 24.11.1877, n. 91, cad. A. "Factos Diversos. O preju¡zo nos Estados Unidos, contra a gente de cor, infelizmente pouco tende a diminuir, apesar das liberdades de que os negros actualmente gozam ali. Um facto significativo desta aversão acaba de se dar na escola militar de West Point. Matriculou-se um cadete negro, em 1873, e os seus collegas, posto que não pudessem negar o direito que lhes assistia de estudar com elles, resolveram unanimemente não trocar uma única palavra com um membro de uma raça inferior. O pobre moço nunca ouvio sua própria voz a não ser na sala de estudos, e at, o anno passado quando um outro negro entrou na escola viveu completamente abandonado e só. Dos 75 alumnos - todos cidadãos de uma republica, eu ja senha , a palavra - igualdade - nem um teve a coragem de transpor a barreira, e no entanto o pobre cadete teve-a bastante para soffrer quatro annos de isolamento, pelo amor a carreira a que se dedicou!". Arquivo da Arquidiocese de Belém.

[433] Ameaçados pelo crescimento dos socialistas, os liberais ingleses tentaram por limites à propriedade privada enquanto incorporava as classes subalternas à cidadania, esta opção foi interpretada pela igreja como uma quebra na unidade religiosa católica. Ver: LYNCH, Christian Edward Cyril. Brazilian democracy at its first crossroads: the cases of Rui Barbosa and Joaquim Nabuco. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000300009&lng=en&nrm=iso>. access on16 June 2009. doi: 10.1590/S0104-44782008000300009.

[434] Manuel Braga da Cruz. Os católicos e a política nos finais do século XIX Análise Social, vol. XVI (61-62), 1980-l.º-2.º, 259-270.

das citações, sem usar do mesmo rigor dos maçons é indicativo da intolerância dos liberais católicos com os bispos para promoverem a defesa da liberdade de crença, convocando o clero a portar-se como servidores público com dever a cumprir, tentou impor sua interpretação e seus códigos para validar o recurso à coroa. Os críticos da tradição responsabilizaram a igreja pelo infortúnio da chegada tardia do progresso como foi à conferência "Causas da Decadência dos Povos" de 27/5/1871, de Antero de Quental no rastro dos debates de Alexandre Herculano com sua História de Portugal por ser o fundamento da crítica liberal ao regime português sempre disposto a suprimir a liberdade de consciência. Até liberais bem reconhecidos não propuseram alijar completamente a igreja, pensavam poder controlá-la sem fazer tantas concessões a Sé de Roma, procurando manter o catolicismo como religião de estado e não como os dogmas da igreja, sobretudo os novos dogmas saídos do Concilio Vaticano em 1870, como a declaração do papa infalível[435]. O regalismo português era muito similar ao padroado, o clero era visto pelos regalistas como funcionários públicos, estando portanto sob a disciplina do estado nas questões civis e religiosas; se a igreja católica era religião de estado, então ele deve estar atento aos preceitos civis no qual foi estatuído(a) não devendo responder senão a constituição, desconhecendo o Syllabus e os anátemas porventura lançados.

Quando os liberais católicos afirmam não quererem ser apartados da igreja e da religião oficial do estado requerem um espaço para experimentarem a religião na igreja, esta condição permite a hierarquia visualizar a importância da cultura católica espiritual assentada na secularidade. Os arranjos das cartas constitucionais continuaram sendo objeto de disputa entre os campos, soldados de ambos os exércitos acentuaram sua crítica ao verem tolhida a capacidade de reprodução institucional reforçando os preconceitos de um e de outros. Da artilharia liberal os vasos dispararam fogo com depoimentos contra os jesuítas, acusando-os de enriquecerem a ordem movidos pela ânsia de domínio da igreja a serviço de uma potência estrangeira, no caso Roma, com o fito de querem restabelecer a supremacia católica[436] atualizando com a benção de Pio IX e dos noves bispos brasileiros ultramontanos, cercado de seu clero formando um "Regimini militantis ecclesiae", acrescido da proclamação da infalibilidade papal. Para barrar esta hegemonia católica houve a insurgência do maçom usando a razão e o direito de defender-se de um "confessionário prostituído"[437].

---

[435] Ganganelli ironiza a aprovação do decreto porque não se sabia se era ou não infalível o pronunciamento do papa e para remediar tal confusão a hierarquia católica respondeu no concilio. Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 104..

[436] Ver a História Missionária de P. Suess, Nóbrega e Anchieta - lei e língua. Perspectiva Teológica XXXI/85 (set./dez. 1999) 383-396. – Idem, A catequese nos primórdios da cidade de São Paulo. Piratininga revisitado por ocasião dos 450 anos de sua fundação. REB LXIV/256 (out. 2004) 903-930.

[437] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 112.

Insistindo na cultura católica sem a mediação de Roma, os liberais católicos presumiram equivocadamente poder dar validação ao seu modo de "ser católico" somente com o selo do estado brasileiro dispensado os signos e significados do poder eclesiástico e religioso complementados por decretos e atos emitidos do pontificado. Caso o catolicismo fosse uma religião civil bastava a legislação como informava o "Direito Público Brasileiro" de Pimenta Bueno, Márquez de S. Vicente[438] para estatuir as relações de estado e igreja para reconhecer a observância da lei vigente, recorrendo a pratica do *placet* em uso desde Portugal, enfrentando ameaças e excomunhões só com a carta civil. A religião como era praticada pelo costume não chegava a insuflar as contradições contra a sociedade moderna, mas a igreja deve aceitá-la sem os novos dogmas exarados de Roma. Esta disposição inviabilizava qualquer acordo com a hierarquia e dilacerava o poder eclesiástico; diante da não aceitação das prerrogativas do estado, redobram-se as ofensas contra os bispo impressas por Ganganelli, particularmente ao acusar D. Lacerda de querer implementar ali o Santo Oficio, cumulando com outras críticas como a ressuscitação do expediente da falsificação da documentação sobre formação dos estados da igreja desmentidos por Lorenzo Valla, além da menção proselitista nas vulgatas protestantes sobre a papisa Joana, evento este sem elemento de prova robusta senão a intenção de desqualificar a igreja[439].

Lutar contra o estado teocrático do papa significava a instalação de uma democracia no seio da igreja para abolir o pontificado, restituindo ao povo a liberdade de consciência, pondo fim à "papolatria", como alcunharam os maçons; obviamente esta postura maçônica precisa ser datada, o conceito de livre consciência não corresponde ao significado de experiência religiosa da coletividade e individualidade desde o cristianismo primitivo. Na história de longa duração da igreja a supra-identidade católica foi substantivamente forte para comprometer as catolicidades com a permanência da convivência católica, comprimindo as divergências possíveis para reproduzir a instituição; i. é, preservado a centralização espiritual e secular na Sé de Roma espraiando-se pelas dioceses, paróquias e fiéis.

Os episcopados como representação nacional no oitocentos defenderam este postulado da centralização da igreja mediado pelas realidades nacionais, no Brasil, a questão religiosa estava em paralelo à questão servil, Ganganelli chegou a acreditar na superação da religião oficial do império como fundamento para emancipação dos escravos, ocorreu o contrário no sucesso dos acontecimentos, foi no rastro da abolição que se presenciou a separação estado e

[438] José Antônio Pimenta Bueno é um exemplo dessa cultura jurídica de formalizar a precedência do estado sobre a igreja nas obras: Direito público brasileiro e análise da constituição do império (1857), Direito internacional privado e aplicação de seus princípios com referência às Leis Particulares do Brasil (1863), Considerações relativas ao beneplácito e recurso à Coroa em matéria de Culto (1873).
[439] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 137-139.

igreja[440], primeiro a lei de emancipação de escravos, posteriormente a lei de emancipação das consciências. Não pela opção da maçonaria, apesar desta fincar pé dizendo não se meter em política, perseguiu esta demanda nas disputas da sociedade civil e política como testemunha seus pronunciamentos nos jornais.

Por seu turno, a igreja atuou contra a nacionalidade que quis expulsar o catolicismo da cultura como se observou no século XIX na Alemanha, contra a federação na Suíça, quando da guerra civil voltava após a guerra Franco-prussiana o desejo dos protestantes romperem com as limitações vigentes na III república, ou na guerra civil espanhola com os Carlista em nome da cruz fazendo oposição a incipiente república, em todos esses paises o eixo foi a preservação da igreja como parte integrante no bloco de poder[441]. Ao debaterem a separação estado e igreja, a cultura católica havia influenciado os homens de estado como se denota do ministro da justiça contrário ao casamento civil reconhecendo sem o sacramento não haverá contrato de matrimonio, este sucesso permitiam a igreja defender nos estados católicos um regime de privilegio, bem como a continuidade da unidade estado e igreja mereceria outro contorno como desejou o gabinete de Caxias[442].

A continuidade da aliança entre trono e altar impedia a progressão radical da separação igreja e estado como miravam os liberais católicos, voltando à carga, Ganganelli esperar desqualificar a influencia romana para liberar o culto, relembrando os conflitos por poder no qual "todo pecado é resgatado pelo dinheiro" com o papado em diferentes épocas sempre conspirando contra Constantino, Carlos Magno, Carlos V[443]. Diminuída a penetração da igreja, a razão teria sido libertada da infalibilidade negativa, promovendo a realização de conquistas da modernidade. Sem dever portanto ao papado o progresso material e espiritual, o homem deve ainda a deus sua evolução como reconhecia Ganganelli ao reproduzir a idéia da infalibilidade no homem era como uma provocação a deus. Subliminar foi à vitória da igreja quando até seus oponentes reconheciam uma primazia para esfera espiritual na secularidade, pregavam a adesão voluntária e espontânea, não pela autoridade e força como visualizavam na intervenção dos

[440] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 144.

[441]

[442] "Contudo não vos dissimularei que o movimento da crise por que passámos deixou bem patente a necessidade de rever-se a legislação actual sobre a materia e a fórma do recurso á Coróa, de modo que possam ficar bem determinadas e acauteladas as prerrogativas magestaticas de ambos os Poderes Temporal e Espiritual; meio seguro de se evitarem no presente e no futuro reciprocas incursões, e de tornarem-se cada vez mais respeitados e consorciados os verdadeiros interesses da Religião e do Estado". IMPERIO 1876-1A, p. 56.

[443] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 168.

bispos, preferiam a convivência religiosa prosaica ao invés da igreja que estava criando novidades contra a religião como era vivida e consagrada nas constituições dos países.

Cientes do poder religioso, os bispos não acataram ordens do poder civil quando estas interferiram no governo da igreja sob pena de quebrar a unidade do episcopado nascente. O teste de suspender os interditos demonstrou a fortaleza doutrinaria da igreja mesmo os prelados estando incursos em julgamento e pena. A vitória pastoral foi consagrada com a solidariedade ativa das dioceses em empreender o catolicismo diocesano a despeito do interesse das forças maçônicas para verem cair de joelho a igreja frente ao estado. A cumplicidade entre estado e igreja não era de prevaricação, era de concepção de mundo da sociedade tradicional em via de modernização sem necessariamente submeter-se a modernidade. Esta composição fica evidente no "Diário Official 4ª Secção – Ministério dos Negócios do Império RJ, 12/6/1873", ao determinar aos bispos reformarem sua decisão sem decretar a ruptura do estado com a igreja, cultivando a resiliência nos maçons que viram brandura nas sucessivas decisões do governo sobre a matéria. Com efeito, estado e igreja continuavam unidos apesar dos processos e das críticas endereçadas aos palácios episcopais.

Avaliou portentosos os defensores da liberdade de culto que chegou a ver no horizonte o perigo da guerra religiosa pela falta de proteção à imigração com conseqüente decadência do império, não deixa de ser jocoso este vaticínio de Ganganelli, pois os protestantes são ínfimos para ousarem pelejar na forma de uma guerra religiosa como já ocorrera no Sacro Império Romano Germânico[444]. Nem um retorno dos jesuítas em massa podia ser atestado, somente a picardia justificou apontar aos bispos ultramontanos de jesuítas, pois todos sabiam ser maroteias da imprensa liberal radical. Contudo o traço da guerra religiosa foi bem mais corriqueiro na luta pela composição do bloco de poder fosse na Europa protestante ou nas republicas sul-americanas[445] confrontadas com a limitação a reprodução da igreja. Somente no final do século

[444] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 189.

[445] A BOA NOVA. Belém, 3/10/1877. "A republica anarchisada. Julgamos agradar aos leitores, referindo algumas particularidades respeito … viagem de um Sacerdote, nosso amigo, que vive actualmente no solo do nosso amado Brasil, tendo conseguido escapar terrivel perseguição que ora desola seu paiz natal, a republica da Colombia. Como sabemos, em Colombia a religião do povo, é catholica: o nosso imperio tem limites conhecidos que o separa da dicta republica; existem relações commerciais entre os filhos dos dous paizes por intermedio do rio... ou Putumago; os colombianos fallam o hespanhol, sympathisam, por... com os brasileiros, não obstante faltarem estes a lingua de Camões e serem governados por um Monarcha. De resto, a indole, os costumes etc. dos brasileiros pouco diferem do dos colombianos. Dizemos, pois, que, avaliando estas relações de analogia, lerão os nossos leitores não sem prazer essas poucas linhas... que estava para estourar em Colombia uma revolução que pouco … pouco foi tomando o caracter de religiosa. O governo com suas leis, seus actos e todo o seu procedimento attacava directamente, ou melhor ainda, exasperava o povo eminentemente religioso e amante de sua liberdade. Para prova, basta saber-se que a liberdade de votos era questão só de nome para os catholicos d'essa republica. Se não davam o seu voto aos individuos inimigos da Igreja, era este desprezado, e viam-se elles excluidos das urnas eleitorais e perseguidos violentamente. O governo mandou vir da Allemanha mestres protestantes e de costumes relaxados e escandalosos para ensinar os meninos, catholicos em sua

XIX igreja e estado tiveram estruturas significativas separadas como a introdução do caráter laico em algumas instancias como foi o caso da instrução pública em atingindo portanto o regime de religião oficial.

A Colômbia católica experimentou as desavenças de estado e igreja, a perspectiva de adoção do registro civil foi assemelhada ao Brasil, como foi verossimilhante a intervenção dos bispos como mediadores da nacionalidade na supra-identidade católica centralizada verticalmente a partir de Roma. O retrato da contrariedade da penetração de protestantes em território católico foi narrado por *A BOA NOVA* ao avistar uma convulsão no seio do povo por querer impor aos católicos a educação promovida por acatólicos às custas dos impostos pagos por católicos. A simetria do Brasil com a Colômbia fundava-se na cultura enraizada do catolicismo, independente da esfera secular reclamar a separação de estado e igreja, a convivência religiosa católica havia deitado valor e sentimento sobre o campo católico.

Cortando transversalmente as demais republicas, o debate sobre a liberdade religiosa implicava a (in)tolerância com um mercado de fé em germe, porém a modernização cobrava da administração da igreja algum arranjo institucional para absorver o consentimento do casamento sem sofrer a usurpação do selo do matrimonio para igreja. Na impossibilidade de recusar o

---

totalidade n'essa republica. Ainda mais o dinheiro empregado n'estas escholas era contribuições que o governo tira dos próprios paes de família. Estes, também catholicos, eram obrigados a levar seus filhos … essas escholas de corrupção; e houve mesmo lugares em que por meio da força penetraram os agentes de polícia do governo no lar domestico, respeitado até pelos indios selvagens, e arrancavam officialmente os meninos e os conduziam eschola corruptora para receberem a peçonha, que devia envenenar suas almazinhas. Como era de esperar, os Exms. e Rvms. Srs. Bispos de Popayan e Pasto alçaram mui alto sua auctorisada voz, sua voz Pastoral contra o Governo, protestando contra semelhante injustiça e exhortando aos paes não enviarem seus filhos essas escholas, ainda que tivessem que pagar uma multa e soffrer a perseguição do Governo. A parte boa da sociedade acatou fielmente e ouvio a palavra de seus Pastores e viram-se logo abertas escholas catholicas presididas pelo clero fiel a seus Predados, sustentadas e dotadas com esmolas espontaneamente offerecidas pelos catholicos. Honra, pois, ao Clero e povo da Colombia que com tanta dignidade e abenegação souberam oppor resistência … perseguição de um governo apostata não só de sua religião, senão também do senso comum e dos sentimentos próprios até dos povos barbaros. Onde e quando ja se vio um governo brigar um povo ter mestres de uma religião diversa da sua? Concedendo mesmo que uma tal educação seja um bem; pode-se fazer obrigatório este bem, conculcando os direitos inalienaveis da natureza, em virtude dos quaes, pertence aos paes de família educar a seus filhos? Não obstante, diz-se, escreve-se e propala que na republica na liberdade, ha tolerancia! A republica, em theoria, , muito boa cousa, na pratica, porem, um inferno ubi nullus ordo sed sempiternus horror inhabital. Na republica ha toda a especie de males com exclusão de todo o bem e esta é a melhor definição que se pode dar do inferno: pois, um verdadeiro, um grandissimo mal a republica. Note-se ainda que quasi todas as republicas da America latina estão hoje no mesmo estado em que está a infeliz Colombia. Ainda não, tudo. Succede sempre nas republicas, sobre todo as de origem hespanhola, que as questões não se tratam sempre com a devida calma; do gabinete, do jornalismo, da discussão passada com grande facilidade para o campo da batalha, com se este fosse o melhor meio de acabar com as questões que se sucitam com tanta facilidade. Engano e engano funestissimo! pois as guerras civis augmentam os males em vez de cortal-os, é mau remedio , aquelles que aggrava as enfermidades em vez de cural-as. O povo cansado de aturar o Governo, tratou de levantar-se e fazer de sua parte tudo o que estava seu alcance para sacudir esse jogo oppressor; a luta porem , muito desigual. O governo dispäe de auctoridade, de dinheiro, ainda que este seja todo do povo a quem, diz-se, representa; tem a for‡a material, isto ,, todos os elementos que asseguram o êxito em uma lucta armada. O Governo, pois, devia triumphar. Assim sucedeo; e o resultado foi a expulsão dos Bispos Sacerdotes do clero secular e regular, e de todas as pessoas compromettidas na lucta...".

caráter sacramental do matrimonio era preciso reconhecê-lo como um tratado civil fundado no direito natural, no direito das gentes, no direito civil para então se encontrar no sacramento do matrimonio estatuído pela igreja por Gregório VII. Este acordo foi celebrado com a secularização do casamento sem a imediata separação estado e igreja, via lei ordinária; dispensando o recurso de uma constituinte, o registro civil no império do Brasil não era adotado somente pela oposição feita pela igreja, as razões eram estruturais como bem relata o ministro do império Jose Bento da Cunha Figueiredo[446]. O espírito seguiu dominando o corpo, conforme a precedência da igreja na lei 586 de 6/9/1850 acerca do registro civil, e regulamento 798 de 16/6/1851, este não foi implementado graças tanto à pertinácia da igreja quanto a inviabilidade material do estado para suportar o regime do casamento como direito civil que a igreja tomou. A Lei de 11/9/1861 envolvendo os casamentos acatólicos só foi franqueada porque a Câmara Eclesiástica autorizou o arranjo institucional garantindo serem os filhos educados no catolicismo. O Aviso Ministerial 26/4/1862 sobre o casamento na igreja para quem já era casado na igreja protestante indicava a condição de maioria manifesta na cultura da nação, levando ao ministro alemão protestar contra o governo brasileiro pela indefinição sobre a condição dos acatólicos. Na prática a imigração protestante não esperava diluir-se na sociedade brasileira como denunciaram os bispos, mas estes estavam atentos aos oportunistas ávidos para experimentarem a poligamia; para coibir casamentos com o artifício de serem de/com protestantes alertavam ser esta conduta reprovada e sujeita à pena conforme o art. 249 do Código Criminal do Império. O mesmo código conferia penas severas contra adultério com forte tom religioso, confirmando a ascendência da cultura católica sobre o estado.

Argumentado favorável à imigração, os liberais católicos creiam poder afiançar uma legislação nova para resguardar o casamento civil como era nos EUA e nas repúblicas do Prata, ou nas igrejas da Inglaterra onde os casamentos podiam ser realizados em qualquer igreja sem

[446] "REGISTRO CIVIL. O Regulamento annexo ao Decreto n.° 5.604 de 25 de Abril de 1874, pelo qual o Governo organizou o registro dos nascimentos, casamentos e obitos, depende, nos termos do art. 2.° da Lei n.° 1.829 de 9/9/1870, de approvação da Assembléa Geral na parte relativa á penalidade e aos effeitos do mesmo registro. Entretanto o meu illustre antecessor julgou conveniente autorisar, Por Aviso de 31/5/1875, os Presidentes das Províncias para opportunamente darem exccução disposições do dito Regulamento não sujeitas á approvação legislativa ; mas não tem sido possivel, em grande numero de municipios, levar a effeito essas disposições por dificuldades praticas, taes como: 1º. Não se prestarem os escrivães do Juizo de Paz, em muitas parochias, a exercer as funções que no dito Regulamento lhes são incumbidas, e até deixarem o seu emprego alegando o grande onus que lhes resultaria da ihsufficiencia de rendimentos para occorrerem das despezas obrigatorios com o pagamento do sello dos livros de registro, etc.; 2° Não terem diferentes Camaras fornecido os livros para o registro, por carencia de meios, á vista do que alguns Presidentes adoptaram a providencia de autorisar que se fizessem provisoriamente em cadernos os assentamentos ordenados no Regulamento; 3º Não ser possivel a execução regular dos importantes trabalhos relativos ao registro, emquanto não se tornarem efectivas as disposições do Regulamento relativas á imposição de penas, não só ás autoridades como ás pessoas que deixarem de cumprir suas obrigações. Ponderando-vos a conveniencia de resolverdes como parecer mais acertado sobre a parte do Regulamento carecedora de approvação, espero que attendereis aos inconvenientes originados da falta de um registro civil, que remedeie o modo incompleto e defeituoso pelo qual são feitos em geral os assentamentos dos nascimentos, casamentos e óbitos". IMPERIO 1876-1A, p. 94.

necessariamente mobilizarem o conceito de religião de estado, porém a falta de fundos e remuneração para os cartórios civis acabou por corroborar com o intento da igreja, apesar da Lei sobre Casamento de 1861 estender os efeitos civis gozados pelo matrimonio católico foi o estado quem falhou ao não destinar recursos mínimos para execução das medidas.

Continuamente desqualificando a igreja, os liberais católicos apontavam como esta era desprovida para exercer a instrução pública ilustrando a situação miserável desta atividade na Itália, responsabilizando serem padres todos os professores; afora o exagero, novamente era a insuficiência do estado para fornecer quadros letrados, segundo a exigência do século para a função, enquanto a exigência da educação era vista com desconfiança. As elites gostariam de apascentar as classes subalternas para a instrução pública não ser derramada além do necessário, refreando-a com a prudência conveniente para reduzir ao serviço social o povo, pois este abandonado a sua própria força corre o risco de lança em terra o seu senhor; outra tendência a ganhar respaldo, porém considerada muito perniciosa, era aquela que se tinha desenvolvido na secularidade sobre a educação de mulheres, mas não mais para formar mães de famílias e sim ao feitio dos livres-pensadores. Aqui liberais e bispos ora se encontravam, ora se apartavam. Os mais radicais pensavam assimilar as mulheres na cultura letrada sem contudo permitir desaguar esta formação em feminismo. Já os ultramontanos queriam fazer da instrução um combate ao movimento irreligioso, para tanto fizeram convites para as santas Irmãs da Caridade encarregarem-se da educação das meninas, convertendo as filhas dos liberais recalcitrantes em membros ativos do campo católico. Esta medida vislumbrava também a próxima geração.

Separar estado e igreja era mais complexo quando considerado as responsabilidades de execução de tarefas de quem registra, onde registra, como registra, mas estas noções acabaram sendo embaçadas pelo debate doutrinário porque registra. Os liberais católicos insistiram na organização do estado para fazer frente às demandas de modernidade, a igreja foi mais versátil ao incorporar a modernização na configuração de um campo católico para reproduzir espiritual e secularmente a instituição. Os Antístenes ultramontanos disputaram a dianteira nos ataques a secularização, revigorando o governo da igreja, acobertados pelos "actos legaes daquelles mesmos que os nomearam" opuseram à maçonaria que insuflava o governo contra a hierarquia dizendo que as bullas dispensavam o *placet*, e o faziam ao estilo de época, desdenhando das possíveis reprovações da cultura liberal.

D. Vital figura como elo místico da experiência do poder eclesiástico sobre o poder religioso alicerçando a luta permanente da igreja contra as subtrações imprimidas pelos poderes civis, seguido por outros múnus como D. Lacerda ao fazer aprovar nos compromissos de N. S.

do Rodeio, em Vassouras, com a exclusão dos maçons dos quadros da irmandade[447], provocando uma alteração no modo de "ser católico" nas famílias; esta postura foi tão importante quanto as interdições às Irmandades. D. Macedo constituiu o portfolio mais amplo ao imprimir o interdito, a reforma dos compromissos, a educação de meninas, a proposição do Cristoforo, a reforma dos seminários, a construção da biblioteca eclesiástica, a confecção de manuais, catecismos e tratados teológicos para opor-se à imigração e liberdade de culto por estarem eivadas de contradições no seu entendimento, disponde-se a ser encarcerado por não se aquietar com o erro nem com o prosaico modelo de benzer e santificar, quis e conseguiu governar a igreja somando a tradição dos jesuítas apontados ora como padres da fé ora como versados na doutrina dos lazaristas onde se formou.

Denunciou o erro da cultura liberal ao pretender despojar a tradição como elemento unificador do tempo estabelecendo um significado para liberdade religiosa como um processo dialógico no qual comprovaria a infalibilidade da igreja e não como o fim de outras liberdades como apresentava o secularismo. Alertava para o perigo da liberdade religiosa para os populares como terreno fértil para demagogos e recomendava a criação de sociedades católicas como as que se proliferavam durante a chamada Questão Religiosa. Sem descuidar da aliança da igreja com o estado, enquanto vigorou o regime do padroado, buscou ter o aceite deste para as associações católicas, bem como buscava comprometer o estado em seus projetos. Ajustando a centralização da igreja encaminhava as diretrizes doutrinarias e pastorais do Vaticano contrariando seus oponentes católicos ciosos das experiências religiosas do catolicismo tradicional, popular e ilustrado. Assenhoreando-se da gestão da igreja estende sua intervenção não apenas no vale amazônico, no qual era responsável pela diocese que recobria as duas províncias, fez reverberar a unidade do episcopado nacional em formação como atributo exclusivo do poder da hierarquia, inclusive para mediar as relações com Roma, libertando-se dos impedimentos dos religiosos não poderem aceitar benefícios sem autorização do império conforme rezava o Aviso 243 de 13/5/1833. E creia sinceramente na redenção do Brasil como um vassalo do catolicismo, digno dos melhores auspícios desta condição. Por isso, junto aos seus irmãos profliga as idéias de concordatas, e resguarda o culto para a profissão do poder religioso. Só assim seria enfrentada indiferença em matéria religiosa como assinalou F. Lammanais enquanto combatia o espírito de Renan com seu ante-Christo.

[447] Marinho, Saldanha. A Igreja e o Estado, sob o pseudônimo de Ganganelli. 4 V. Segunda Edição, Rio de Janeiro, Typ. Imp. De J. C. De Villeneuve, 1874, 1875, e 1876, p 280.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Templo de Hiram

Processar no Supremo Tribunal de Justiça ou enviar missão a Roma como mais um recurso contra a indisciplina dos bispos ante ao não atendimento às determinações da coroa brasileira, quando esta acolheu o recurso das irmandades mandando restabelecer a situação anterior aos interditos, demonstrava por parte do estado uma característica bastante ofensiva de subordinar a igreja. O gabinete do império dizia querer a concórdia, na prática colocava em movimento duas táticas para desgastar a moral e politicamente a igreja ao dividi-la entre os prelados favoráveis a proeminência da igreja sobre o estado nas questões referentes ao governo da igreja, portanto a Sé de Roma, e aqueles religiosos favoráveis ao estabelecimento de algum acordo ou concordata nos termos que vinham sendo estabelecidos em outros estados em questões assemelhadas, e esperava também isolar os dois bispos "rebeldes" do resto do episcopado brasileiro, considerando que até aquele momento os bispos do Brasil não tinham tido nenhuma atuação conjunta para confrontar o estado de modo tão direto, dispondo-se até ao suplicio para provocar a consolidação do bloco católico desde dos príncipes da igreja, prelados, gerais, padres, freiras, até o laicato livre branco, mas não só estes, católicos pobres, mulatos, caboclos e escravos, todos católicos na defesa da convivência da igreja.

Para D. Macedo Costa trata-se de um ardil do gabinete de 8 de março de 1871, presidido por Rio Branco cujo fim era "o emprego simultâneo e incoherentissimo do processo e da diplomacia" na chamada Questão Religiosa. Mas ao fim e ao cabo as ações só pareciam andar desconectadas para a igreja, enquanto o estado movia-se de modo a espreitar um resultado a seu favor com a subordinação da hierarquia ao estilo da tradição do padroado herdado da cultura ibérica do catolicismo; sem cerimônia o estado atuava como os seus congêneres no trato com a igreja; contudo, não creio possível falar em falta de lealdade deste para com a igreja, tratava-se de política de estado soberano não ser sujeitado pela Sé de Roma. Caso fosse outro gabinete, mas simpático à causa da igreja poderíamos supor senão outro comportamento, ao menos alguma inflexão como ficou demonstrado mais tarde quando Caxias esteve à testa do Gabinete e persuadiu D. Pedro II a conceder anistia aos Bispos encarcerados, mas só teve sucesso por ter conseguido que os bispos revissem sua posição tão imediatamente quando foram soltos.

A presença da maçonaria no Gabinete de Ministros do Império não era suficiente para enfraquecer ou desestabilizar as alianças entre trono e altar, desde o prenuncio da proclamação da independência encontramos diferentes lojas maçônicas entoando os cantos da cultura liberal, alardeando o princípio da modernidade contra a tradição, sugerindo a representação política na sociedade civil como um esteio da futura democracia liberal como já aparecia na sociedade dos EUA bem observado pelos viajantes daquelas plagas como foi o caso de Tocqueville. Sem mais se contentar com os bastidores, a maçonaria faz das folhas da imprensa sua apresentação de um programa de modernização para o país do qual constava a liberdade religiosa e de culto ao par da alavanca da gestão civil sobre os negócios públicos sem os vícios ou tabus vigentes e difundidos pela igreja. Nessa senda se encontravam na era de ouro do império. Esse foi o anuncio do júbilo na Grande Oriente quando presentes ofereceram suas felicitações a Rio Branco por ter tido a coragem de protocolar o problema da escravidão. Contrariamente, a igreja não havia até aquele instante feito alguma declaração aberta e límpida de sua posição a respeito da escravidão, contentando-se em uma homilia genérica contra os maus tratos e da salvação coletiva prometida a todos na igreja.

Joaquim Nabuco cobrou da igreja algum compromisso com a abolição e a emancipação sem, no entanto, alcançar sucesso. Por todo procedimento da igreja na questão servil, Nabuco condena a falta de atitudes de envergadura para possibilitar uma resolução do drama da escravidão ainda antes do terceiro reinado, esperava da religião oficial o engajamento com o século através da reforma social, sem ter de abdicar de sua postura tradicional na orientação dos fiéis. Esperava demais da hierarquia, imersa nas dificuldades de manter-se no bloco de poder a igreja vê as complicações de uma tomada de decisão na escala reclamada pelos adversários da reprodução da instituição da escravidão. Caso optasse pela defesa clarividente do fim da escravidão poderia mobilizar o caráter profético tantas vezes auxilio, refugio e ataque das hordas católicas, diversamente, se optasse pela negação do ideário de libertação poderia ser empurrada de vez para os lados das forças conservadoras perdendo a possibilidade de credenciar-se como um dirigente moral da sociedade como o fora quase inconteste no medievo. Se pronunciamentos contra a escravidão são percebidos na segunda metade do século XIX, não menos presentes são as reclamações de padres e religiosos regulares sobre suas propriedades em fuga, ou quando os jornais católicos ainda servem de arautos do

escravismo[448]. Decerto, a hierarquia não pode produzir sobre sua exclusiva iniciativa a elaboração de um programa partidário, de uma militância, e dos organismos a efetuarem as operações de consenso e hegemonia; somente em 1890 é que os bispos conseguem realizar pela primeira vez uma reunião nacional para presidir os destinos da igreja na nova situação da república estabelecida e do estatuto de separação do estado e da igreja, colocando fim a quase 400 anos de aliança.

Tentar manter-se no bloco de poder é a única explicação plausível para percebemos a postura da igreja, i.é, a igreja não se pronuncia favorável e decididamente pela libertação dos escravos não por receio de ofender o trono, este mesmo vinha demonstrando sua simpatia por uma solução de compromisso a superar a escravidão, mas para continuar a legitimar o estado manobrando numa abolição controlada da força escrava sem os solavancos das revoluções liberais. Uma comunidade de sentimentos unia a hierarquia da igreja ao estado, a eleição à condição de príncipes da igreja implicava numa satisfação pessoal obviamente, mas alicerçava os compromissos do trono e altar com a direção da sociedade, onde os negócios civis têm autonomia de gestão por controlar materialmente o poder; o mesmo não ocorre com a igreja, tutelada em demasia pela direção do estado como se observa nas indicações para ocupação dos cargos vagos na hierarquia da igreja no Brasil, só sendo confirmadas posteriormente pela sua investidura em Roma. Um poder temporal e espiritual investindo os pastores da religião oficial do estado coloca em evidencia o paradoxo de serem chefes da igreja e da religião oficial do estado. Sucessivamente à indicação do estado havia a confirmação da igreja. No escalão mais baixo, desde a lotação de párocos colados, encomendados, substitutos, vigários ficavam a mercê do bispo, mas a remuneração advinha dos cofres públicos, obrigando aos bispos recorrerem constantemente ao poder civil para dispor de recursos financeiros no aporte de suas ações. Tal situação sempre foi fonte de desinteligência entre estado e igreja, esta última teve de aprender na sua convivência o estabelecimento de um modo de experimentar a religião.

[448] "A Boa Nova. 15 de agosto de 1877. cad. A, pg. 04. Fugio desde o dia 21 do mez proximo findo da casa do abaixo assignado o seu escravo de nome Cornelio, de 22 anos, mais ou menos, baixo, pernas algum tanto arqueadas, beiços grossos, sem barba, cabello aparado, levou cal‡a e camisa do paninho preto e foi escravo do sr. Ariscleto Verissimo Seabra. Quem o reconhecer por estes signaes, pode captural-o e recolhel-o a cadêa desta cidade em aviso ao abaixo assignado. Gratifica-se a quem prendel-o e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem lhe der conta. Belém do Pará, 2/8/1877. José Gonçalves Nogueira.

Graças à romanização o clero brasileiro foi ligado. A hipótese sustentada por maçons, liberais e protestantes de que houve uma intervenção exterior na modelagem de um catolicismo afeito ao Vaticano só ganha sentido quando percebemos um mesmo modo de experimentar a fé, como foi o caso dos religiosos educados no exterior ou da vinda de lazaristas para educarem os religiosos brasileiros segundo os preceitos em voga em França e Itália, no que respeita as salvaguardas da infalibilidade do papa sobre a doutrina, e sobre o direito de conservação da soberania sobre os estados pontifícios. Mas isso explica pouco como um clero tão achacado de infame e imoral pode suportar as investidas de seus inimigos e num prazo de cinqüenta anos tenha podido conformar-se como um corpo de exército, distribuídos em divisões, batalhões e companhias prontas a confrontar-se com as forças da modernidade dispostas a deslocar a igreja do bloco de poder no império.

A organização da Cúria Romana são creditada as posturas da igreja quando esta se bate com o estado no Brasil e no mundo, porém, a hierarquia católica brasileira a exemplo de outras já traziam anteriormente o ideário religioso cultivado desde o contato da igreja com os gentios. Se na renascença isso não foi suficiente para reproduzir uma só catolicidade, tão pouco pode ser desconsiderado no processo da neocristandade que é de permanente disputa pela conquista e conservação das almas no mercado simbólico que vinha sendo desenhado e sobre ameaça dos regalistas e protestantes que viam naquele instante a oportunidade para avançarem sobre o monopólio de fé da igreja, cada um por seu lado, com seus próprios interesses visavam atrair para seus campos aliados na montagem de uma sociedade civil.

A hierarquia católica brasileira reage ao que considera desrespeito, uma intromissão no monopólio de mediação entre os fiéis e deus e por isso não discorda de confirmar nos cânones estatuídos pela Sé de Roma para legitimar suas pretensões ao monopólio de fé nos estados onde havia consagrado a religião oficial do catolicismo. Isto posto, a infalibilidade do papa não é somente um dogma a mais na esteira de tantos a lhe anteceder, ele confirma a superioridade espiritual sobre a temporal, aumentando a discórdia entre estado e igreja. Convencida dessa elevação espiritual e moral a igreja espera que os fiéis católicos se perfilem sobre sua liderança contra as ameaças identificadas na maçonaria, no protestantismo e sobretudo no liberalismo falando através dos governos, periódicos, romances e práticas de juiz de paz, parlamentos, subdelegados ou o funcionário publico de plantão.

Confiante era a igreja na sua batalha contra as forças modernas ao procurar engajar a hierarquia, o clero e o laicato frente a um cisma não só religioso, mas também civil. Seria proveitoso para o estado monárquico e para a igreja tal confronto? O receio das revoluções era constantemente avivado pelos exemplos que se multiplicavam, tantas eram as vivificações da cultura liberal ao estabelecer um cerco sobre as estruturas da igreja, ao despi-las das funções civis, mas que eram sagradas pelo revestimento religioso ao selar a aliança da esfera temporal à esfera espiritual, que o sucesso dos acontecimentos parecia presidir a ruptura do pacto de gestão da sociedade tradicional em via de modernização. Atribui-se a D. Pedro II a hipótese da separação entre estado e igreja, contudo, ele só tomava essa formulação em hipótese sem considerar efetivamente a possibilidade de consagrar outra relação entre trono e altar, pois tinha presente à importância da igreja na defesa do trono como uma síntese moral da existência do estado. Se o paradigma da revolução francesa não deixou dúvida quanto à separação do estado da igreja, também ficou emblemática a resistência posta pela igreja quanto à desqualificação do trono como uma salvaguarda às turbulências da modernidade, enquanto reclamou pra si uma atualização de suas ações caritativas e piedosas. Aqui se encontra na pessoa do rei o caráter sagrado, tanto como a reciprocidade da figura do soberano como a majestade do poder. Em socorro desse arcabouço podemos captar as procissões com as efígies do imperador e sua consorte nos dias de natalícios e aniversários da constituição do império[449], tanto quanto nas comemorações civis do dia da independência, e da outorga da constituição quando eram realizados os *TE DEUM*[450] e os ritos e ofícios segundo o costume[451].

---

[449] "Pal. Do Governo do Pará. 21 Mço 1870. 2. S. Ilmo Revmo sen. Devendo solenizar-se o dia 25 do corrente Aniversario do Juramento á Constituição Política do Império com todas as demonstrações de publico regosijo, rogo a V. S. se digne de providenciar para que o Te Deum, que se ha de celebrar na Cathedral por ser motivo e possa ter lugar ás 11 horas da manhã. Deus Guarde a V. S. Ilmo Revmo Sr. Provisor e Governador do Bispado'. E, "Ilmo Sem 21/2/1870. Devendo solenizar-se o dia 25 do corrente Aniversario do Juramento á Constituição Política do Império com todas as demonstrações de publico regosijo, convido ao reverendíssimo Cabido da Cathedral para concorrer ao cortejo, ás Efiges de Suas Majestades Imperiaes, que terá lugar no Palácio da Província, em seguida ao Te Deum, que se ha de celebrar na mesma Cathedral. Deus Guarde o Revmo Cabido da Cathedral. [no mesmo 21 de março outro ofício idêntico no qual é endereçado ao Vigário José Gregório Coelho Provisor e Governador do Bispado] CÓDICE 1439, OFICIOS AS AUTORIDADES DO BISPADO. APEP.

[450] Secretaria do Bispado do Pará ***(Timbrado)***29/8/1888. Ill.mo Ex.mo Senr. Desejando o Clero d'esta Diocese celebrar (neste) Domingo dous de Setembro na Igreja de S.to Alexandre, as nove horas da manhã um solenne Te-Deum em Acção de Graças pelo estabelecimento de S. M. O Imperador e pelo seu feliz regresso, peço a V. Exª. que para dar maior solennidade á ***(...)*** acto religioso, digne-se prestar todo o auxilio official possível, mandando postar uma guarda de honra á porta da dita Igreja e convidando todas as repartições publicas para assistirem á ***(...)*** Ceremonia. Deus guarde a V. Exª. Ill.mo e Ex.mo Senrº. Dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco. D. D. Presidente da Província. Cônego João Ferreira d'Andrade Muniz. Governador do Bispado. CÓDICE 1439, OFICIOS AS AUTORIDADES DO BISPADO. APEP.

O argumento de Roque Spencer M. de Barros sobre os motivos do imperador para não ceder as investidas da hierarquia católica de manter seus privilégios do padroado advém de uma percepção da vida religiosa brasileira desde a colônia como bastante frágil, ou pelo menos inócua para fazer valer os direitos da igreja no tocante à direção espiritual dos católicos. O rompimento do estado com a igreja parece uma construção muito mais agressiva e própria do espírito de polemica mobilizado pela chamada Questão Religiosa, a noção de uma experiência religiosa fundada mais no deismo do que na doutrina não é certamente algo a ser desconsiderado, senão nesse espírito de polemica, sobretudo quando consideramos quanto os maçons se articularam para não serem expulsos das Irmandades e Ordens, para não serem anatemizados e até excomungados. Não se trata, logo, de uma religião de enfeite ou de comodidade, vários lutaram para não serem intitulados como rebeldes e recalcitrantes, senão a forma de experimentar o catolicismo no modelo diocesano. Engana-se portanto Roque Spencer ao pensar que o catolicismo não se amadureceu no imperador e nos súditos ao longo da história a ponto de fazerem pouco da autoridade dos bispos e ao modo de ser católico diocesano; se o catolicismo fosse algo tão frágil ele não teria movido tamanha dissensão no estado colocando em dificuldade a reprodução da maioria conservadora no gabinete do governo. Devido ao enraizamento do catolicismo embora representando em diferentes formas de experimentarem a religião, todos foram tocados no sentido de pertença à mesma convivência religiosa; a partir desse abalo a compreensão do significado de romano será alterada sobremaneira para as elites liberais descontentes com as intromissões da Sé de Roma na forma de experimentarem a religião de seus pais. Não há evidencia para testificar catolicismos tão diferentes como aqueles encontrados em Roma e aqueles experimentados no Brasil. As confrarias em choque com o bispo não eram os grêmios de católicos populares, ao menos na sociedade não eram reconhecidos como tais, antes eram membros oriundos das elites, parte de segmentos letrados acostumados às lides na imprensa, comissionados pelos dirigentes da província para operarem a seu serviço na elaboração de diagnósticos econômicos, sociais, sanitários, coreográficos, demográficos e das naturezas mais diversas.

---

[451] Palácio Episcopal do Pará em 1/12/1886. Ex.mo Senr. Tenho a honra de communicar a V. Exª. que estão dadas as ordens, a que se refere em seu officio de hoje, afim de serem celebradas amanhã as 10 horas do dia as ceremonias religiosas do estylo em regosijo pelo anniversario natalício de Sua Majestade o Imperador. Deus guarde a V. Exª. Ex.mo Senr. Dezembargador Joaquim da Costa Barradas. D. Presidente da Província. + Antonio Bispo do Pará. CÓDICE 1439, OFICIOS AS AUTORIDADES DO BISPADO. APEP.

Por certo, a historiografia tendeu a apresentar a romanização como uma construção hegemônica do modelo diocesano do catolicismo sobre o chamado catolicismo popular. Não creio satisfatória essa sentença ao perceber a composição das Irmandades em choque com os bispo no Brasil do século XIX. A composição social das Ordens Terceira do Monte do Carmo, Ordens Terceira de S. Francisco e Confraria de Nosso Senhor do Bom Jesus dos Passos confere outro status para seus membros. E se eles não são os intelectuais laicos do catolicismo como se demonstraram na Ação Católica da França cujo modelo depois se espraiou pelo mundo, os confrades e irmãos partilhavam da cultura religiosa dos membros da hierarquia demonstrando isso ao assacar contra estes as armas do arsenal da igreja em suas polemicas pelo direito do modo de experimentarem o catolicismo como o faziam os católicos na Alemanha de maioria protestante, confirmando seu objetivo de não se cindirem da igreja senão da autoridade do papa no que verse sobre poder temporal.

As letras do iluminismo não fizeram um estrago devastador nas fileiras do catolicismo como costumeiramente apresentam as elites políticas no Brasil. Do mesmo modo não é correto retratar o clero como um bloco monolítico avesso às idéias liberais. Menos ainda a forma preconceituosa de atestar as classes populares como fetichistas e sincréticas afirmadas tão somente no culto dos santos, na composição de sua concepção de mundo como faz Roque Spencer apoiado nas falas de letrados como Rui Barbosa na sua introdução em *O Papa e o Concílio*, que só enxergava a exterioridade do culto em oposição ao sentido experimentado pelo católico. Esse é um exemplar de como o catolicismo podia ser demonstrado como um mosaico de vivências dentro da igreja, contudo, essa acepção espera encontrar em algum lugar no tempo e no espaço um catolicismo puro, digno da condição de universalidade evangélica como ficou plasmado na identidade católico apostólico romano. Misturados eram e o são os catolicismos do Brasil e do mundo, e nessa diversidade a igreja aprendeu a se organizar para intervir nas disputas com o estado.

Obviamente dentro da hierarquia e do clero também houve clivagens e matizes de tons liberais e ultramontanos, para ficarmos apenas nesses exemplos, havia ainda proposições híbridas a contemplar agregados de diferentes teses e concepções. O que não havia no Brasil era um episcopado nacional capaz de catalizar um sentido de religião transversal às formas de experimentarem a religião enquanto fortaleciam a convivência na mesma igreja, sobretudo quando esta disputa com o protestantismo, a

maçonaria e o liberalismo, pois o socialismo no Brasil não chega a ser uma ameaça como ficou evidente na comuna de Paris em 1871.

Findado o império, o orbe católico teme o levante proletário mais do que ao liberalismo e passa a dividir a atenção da crítica religiosa como se denota em *Rerum Novarum*,

> "Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social"[452],

Retomando as teses de Immortale Dei de 1885 e Libertas de 1888, a igreja procurou acertar seu passo com o século ao proferir um juízo de protetora dos povos e dos estados nacionais, numa relação de beneficio mutuo observando a condição primeira da origem do poder público como uma graça divina confiada aos governantes para satisfazerem o bem coletivo, sem olvidar ser o catolicismo a religião verdadeira, portanto, sem poder estar sujeita à sociedade civil, por constituir-se em sociedade civil transnacional forjada pela supra-identidade católica. Esperava a igreja de Roma alcançar um acordo para preservar as relações entre os poderes eclesiástico e civil por via das *Concordatas,* e articular não a separação, mas a autonomia para igreja como propôs D. Macedo.

O episcopado nacional, em sintonia com o papado, reivindicou no Brasil império de um possível terceiro reinado a direção exclusiva sobre o governo da igreja fundado em sua doutrina, assegurando a tolerância ao culto acatólico sem necessariamente desconhecer a verdadeira religião, pois não queria forçar a adesão daqueles descrentes da fé. A liberdade não se confundiria com a fiança a prática do erro, esta deveria ser a essência da defesa da liberdade de culto tão arraigado na cultura do catolicismo diocesano; se havia a dissensão religiosa a igreja deveria ocupar-se da restauração da unidade cristã, apoiada no regime de solidariedade ativa entre estado e

[452]http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html.

igreja para perpetuar a hegemonia da igreja sem a constituição de um mercado de fé como havia já instaurado em outros paises. Esta interpretação da igreja inviabilizava qualquer mudança legislativa, os preceitos consagrados na Carta de 1824 eram suficientes para a efetiva prática da liberdade de culto dos acatólicos sem importunar a segurança da religião oficial do estado. Perseguindo esta diretriz, a igreja conclamava a obediência às leis e não a rebelião contra estas como proclamavam os liberais católicos, protestantes e maçons ao apegarem-se a defesa da liberdade em abstrato tão somente compromissado com o nascimento do individuo da modernidade. Arrogando ser autoridade exclusiva da verdade, os ultramontanos ofereciam a segurança em seu credo sobre a doutrina cuja certeza advinha do papa, cabeça da igreja centralizada espiritual e secularmente restando aos católicos aceitá-la e praticá-la; mais, perfilando-se no campo católico na vida pública e na vida espiritual através da "concórdia e obediência ao Papa e aos Bispos" obteriam a conquista dos bens da terra.

Arrojo ou fanatismo, conformismo ou sobriedade é um modo inadequado de colocar o problema, todos os bispos do século XIX das dioceses brasileiras tinham encarnado uma cultura religiosa aos moldes da liderança da Sé de Roma nas questões espirituais, opondo-se as investidas liberais no governo do estado, muito mais ainda no governo da igreja. Descabida parecia intenção de gestar uma religião nacional apenas nominalmente vinculada a Roma como se supôs encontrar nas palavras de um Padre Feijó, contudo a última biografia do padre liberal de S. Paulo demonstra como este era cioso de sua cultura liberal e religiosa, portanto, deve-se atribuir o peso conveniente a cada uma das confrontações entre estado e igreja no seu contexto. Findar o celibato era uma tentativa de moralizar a vida dos clérigos vivendo amasiados com *teudas e manteudas* e não de negar o modelo de abstinência como era próprio dos padres do *Patrocínio* onde Feijó consolidou e aprendeu sua forma de vivenciar a religião, portanto, esse não pode ser um quesito para demonstrar uma futura separação do estado da igreja[453].

Queriam os bispos um estado subordinado ao poder temporal do papa? Pura quimera dos adversários da hierarquia, já em 1870 nem território mais existia para

[453] Conferir em Magda Ricci os debates sobre as posições de Feijó na sua trajetória na política do Brasil, particularmente nas querelas no parlamento entre ele e D. Romualdo de Seixas, no corpo de um liberalismo vivo no Brasil Feijó enriquece essa experiência com a afirmação de poder civil sobre as querelas religiosas. Em Assombrações de um Padre Regente, Diogo Antônio Feijó (1784-1843) Ricci trás à baila um político que se bate por encontrar alternativas para o país. De modo mais restrito a resenha na revista Humanistas v. 18, n. 2 , 2002 (p. 171-174).

justificar tal suposição insistida a esmo nas folhas liberais e na propaganda maçônica anticlerical na qual entreviam um plano sinistro da igreja enredar o estado para mergulhá-lo na ordem social do antigo regime, particularmente no apelo envolvido no retorno da santa inquisição. Ciente da necessidade de resposta incisiva, a igreja através de seus lideres não deixaram de sustentar historicamente o direito da igreja aos estados papais pela famosa *Doação de Constantino*, em que pese ninguém lhe reconhecer seriamente o documento desde a renascença quando foi duramente colocada à prova[454]; nem a inquisição podia ser qualificada como um capitulo de terror à parte; convém lembrar a atuação do braço secular na mortificação de homens e mulheres; quanto ao plano da obediência dos católicos ao papa isso não se podia olvidar. A religião oficial do estado não espera menos de seus fiéis e gostaria de contar com eles no apreço da sua mensagem ao dirigi-los contra os erros do século; do paço episcopal de cada uma das dioceses são exaradas normalizações para reformar o clero, combater os excessos ou mesmo debulhar as formas de experimentar a religião cujo sentido não esteja bem de acordo com os parâmetros diocesanos, e ratificar o monopólio de fé consagrado constituição de 1824 contra decisivamente a instauração de um mercado simbólico como já havia nos estados laicos.

De uma verve especial, D. Macedo Costa e D. Vital Lima destacaram-se dos outros bispos pela sensibilidade à causa da religião ao partirem para disciplinar o laicato usando dos instrumentos das interdições espirituais sobre organismos conjugados na parte civil e religiosa como eram as confrarias; enquanto os outros bispos perseguiam no desejo de disciplinar o clero como prova o caso de D. Pedro Maria de Lacerda ao forçar o padre Almeida Martins ao seio da igreja ao invés de continuar a exultar a maçonaria do Grande Oriente do Lavradio e seu grão mestre Visconde de Rio Branco quando da promulgação da lei posteriormente alcunhada de Lei do Ventre-Livre de 1871. Aqui costuma ser datado o início da chamada Questão Religiosa, porém, os sucessos quase colocaram na margem o principal da diocese do Rio de Janeiro com o desenrolar dos processos contra os bispos de Pernambuco e Pará serviu-me para pensar a periodização da Questão Religiosa desde a polemica dos seminários quando os prelados de Maranhão, Rio Grande do Sul e Pará fizeram gestões ao poder civil por sentirem ultrajado seu poder de governar a igreja sem a interferência deste. Isso se devia a ação especifica de cada bispo no governo de seu bispado.

[454] Lorenzo Valla "

Nenhum bispo governou tranqüilamente sua diocese, sempre tiveram em seu encalço maçons, liberais e protestantes, devendo confrontar-se com as barreiras interpostas à manutenção do catolicismo sagrado na constituição e no bloco de poder do estado, todavia as condições particulares de cada província serviam de fermento mais do que os humores propriamente dos bispos em questão. A figura de D. Vital acabou sendo reconhecido como exemplo de fortaleza espiritual, a ele sendo creditado o papel de guia da igreja oprimida pelo secularismo tendo seu nome emprestado para o principal instituto de intervenção católica sediado no Rio de Janeiro, destinado a ser o interlocutor, formador e elaborador da *intelligentzia* católica na república. Entre sua nomeação e o confronto não durou sequer dois anos, essa característica permitiu um juízo deformado sobre D. Vital, alocando-o entre fanáticos e asseclas de uma cultura religiosa doutrinaria, além do fato dele ser muito jovem à época de sua sagração sem a experiência devida para o cargo no qual seria investido teriam motivado a agir como agiu. Já seus irmãos colocaram-se ao seu lado solidariamente ao conduzir nas cartas pastorais um brado de dor e de esperança pelo bispo que percorria um calvário a caminho de exaltar uma vez mais o modelo de santidade pelo martírio. No Rio de Janeiro, Goiás, S. Paulo, Mariana, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão houve vários reclamos contra a perpetuação da maçonaria ou dos elementos maçônicos nos templos ou nas agremiações católicas e ao decretar a interdição sobre as confrarias e irmandades obteve um respaldo expressivo daqueles de quem esperava acolhida imediata. Repugnava aos príncipes da igreja a continuidade da maçonaria proclamando a necessidade da separação do estado da igreja, e não havia como os religiosos desconhecerem o duplo pertencimento à igreja e à maçonaria, dividindo as duas lealdades.

Desde a primeira metade do século XVII a igreja condena a maçonaria sendo ratificado por vários pontífices como Clemente XII, Bento XIV, Pio VI, Pio VII[455]. O caráter "funesto" desta ao incentivar valores contrários aos ensinamentos da igreja produzirá uma intolerância bastante acirrada em ambas as organizações; se a rejeição era parte do discurso de parte a parte, o mesmo não se podia dizer das práticas encimadas pelos membros, sobretudo na igreja graças ao seu poder de lançar anátemas sobre idéias, conceitos, teorias e organizações diversas da sociedade civil. Em paralelo,

[455] Bula "II Eminenti" em 28/04/1738, por Clemente XII; Bula "Providas" em 18/05/1751, por Bento XIV; Bula Quod aliquantulum, em 10/03/1791 por Pio VI; Bula "Ecelesian a Jesus Christo", em 1800 por Pio VII.

furtivamente muitos sacerdotes enamoram-se com a maçonaria a ponto de galgar uma carreira dentro desta vindo se tornar seus expoentes e apresentarem-se na imprensa como seus campeões.

Se inicialmente foi tolerada certa descompostura dos sacerdotes devia-se a incapacidade da igreja para viabilizar uma intervenção conjunta do clero em concorrência com as forças da modernidade. Só sendo possível contra-atacar as cidadelas liberais uma vez debelada as muitas simpatias de clérigos com a ilustração, com a maçonaria, com a secularização em curso cuja meta era a separação do estado da igreja. Purgar o elemento estranho do corpo da igreja para poder dispor efetivamente das inteligências, dos espíritos e dos pecúlios a serem usados na cruzada passou a ser vital para hierarquia, consoante a esta iniciativa foi o isolamento dos infiéis proponentes de outra concepção de mundo em substituição à cosmovisão do catolicismo de Roma[456].

Arriscada a perder tudo, a igreja não tem vocação para sobrevivência ou para guardar-se com suas reminiscências, a um caráter profético historicamente construído na Sé de Roma e na extensão de seus prepostos a faz interpretar os sucessos dos acontecimentos como um permanente desafio da convivência religiosa do catolicismo e a perenidade da sua existência têm dado validade a esse juízo. Ao se conceber como um ente eterno tal como fora prometido, a igreja pretende vergar os outros concorrentes à certeza de sua "boa nova"; mensagem ativa e transhistórica, não pode perder seu caráter místico privilegiando a esfera espiritual para reforçar seu papel de mediação entre os homens e o transcendente. Não se esgota na história dos homens porque é finita como toda matéria, revela no entanto sua projeção terrena de realizar a cidade de deus. Muitas serão às vezes para confirmar os emblemas da religião mística do crucificado; o aparecimento das classes subalternas na política conferiu uma qualidade de complexidade nova ao tornar urgente o drama da força de trabalho na valorização da mercadoria, com a conseqüente superação do encantamento a revestir as formas sociais e o governo da sociedade, precisando a igreja elaborar um tipo novo de intervenção que é o antigo.

Na modernidade do século XIX a igreja não é mais a essência, por isso justificou as incertezas vividas pela sua ausência na direção espiritual, quiçá material;

[456] Wilhen Dilthey dissertando sobre a hermenêutica crê tratar-se da interpretação como chave para perceber a compreensão de mundo. Ver "O surgimento da hermenêutica(1900) reproduzido na revista "NUMEM".

responsabiliza aos homens por desprezarem as certezas da igreja e confiarem apenas na razão e na liberdade, sem se precaverem dos erros comuns ao século, acreditando poderem dispensar a totalidade representada na igreja estruturada na fundação mística da cristandade como apresentavam os bispos, o papa e o clero ultramontano, comprovada na permanência de seus longos 2000 anos no ocidente. Inoportuno era a derrota da igreja para reprodução da sociedade tradicional, permitindo o aprofundamento da dissensão moral e social, os liberais católicos teriam de haver-se com as interrogações das classes subalternas sobre as relações de poder por isso acautelavam aos ciosos da separação estado e igreja para o perigo do secularismo, pois uma vez varrido o encantamento na sociedade, as forças materiais e morais sobreporiam as forças espirituais. Só reatada pelo apascentamento na/da igreja no século sobre o século, contrariando o secularismo e a secularização cujo fundamento é a subtração da igreja não apenas como poder de mediação, mas como poder de significação e de interpretação segura do tempo e dos homens a salvação seria efetivada.

Há um refúgio no novo cristalizado pelo antigo oferecido pela igreja, os exemplos inundavam a marcha da história com as revoluções liberais se sucedendo, além da intensificação da luta trabalhista e revolucionária ganhava corpo com expansão da atividade sindical e a difusão dos círculos socialistas acompanhando a estruturação da ordem capitalista no mundo.

Realizar uma obra dessa envergadura só seria factível com a ordenação de recursos dispersos, quando não extremamente divididos em suas lealdades cujo fim era superar a ausência de objetivo da igreja hierarquizada, tanto quanto da esteira de sua capilaridade. Se há contrapontos da hierarquia com seus párocos nem por isso podemos retratar o catolicismo do século XIX como uma colcha de retalhos, essa é alias uma forma pouco elegante de perceber como uma religião é capaz de propor levantes em defesa de sua crença como ficam atestados em vários instantes, particularmente no período da Questão Religiosa. Seus críticos liberais, maçons e protestantes, posteriormente republicanos e positivistas tentaram desqualificá-la, decretando açodadamente seu ocaso, esquecendo de investigar as potencialidades presentes na modernidade e como a igreja poderia trazer esses recursos para seu arsenal.

Os bispos da década de 1860 primam pelo catolicismo ultramontano e deram prova disso em 1863 quando se pronunciaram publicamente contra o que consideraram

uma intervenção no governo da igreja pelo poder civil ao estabelecer a norma a disciplinar os seminários existentes nas dioceses. A declaração dos bispos[457] perante ao império é um testemunho da presença do episcopado nacional agindo pela primeira vez, contudo, ela revela que foi o estado que os reuniu como representantes da igreja para debater o problema da direção pedagógica, política, religiosa e filosófica. Se as conversas são do gabinete com cada prelado, elas foram agrupadas no Relatório do Império, nos anexos "D", ao reconhecer a interlocução dos bispos como diretores espirituais da religião interpelando o poder civil sobre as medidas emanadas deste poder para sanar a situação do caráter público destes seminários, uma vez serem eles sustentados pelo erário do império, esta atitude conferiu legitimidade ao episcopado nacional em formação. Coube ao Marques de Olinda, Ministro e Secretario do Estado dos Negócios do império explicitar a prerrogativa do poder civil para disciplinar o uso do erário público determinando o procedimento dos concursos para ocupação das cadeiras dos seminários provocando a insatisfação do bispo do Rio Grande do Sul, D. Sebastião, pela ingerência na autoridade do bispo na alocação dos professores nas disciplinas, afirmando ser uma exacerbação dos presidentes da província na condução dos negócios eclesiásticos, demonstrando ser uma interferência desnecessária como no caso de licença do ocupante da vaga estar sujeito à autoridade civil e não ao julgo do governo eclesiástico. Se fosse apenas na diocese do Sul do país a versão do império validaria seu juízo sobre a pertinência do governo intervir na organização dos seminários por subsidiar o seu funcionamento, já com a manifestação do prelado do Maranhão ficou assinalado o nascimento do episcopado nacional como um organismo de direção da igreja, representando a hierarquia e a verticalização da instituição disposta a ratificar este modo de apresentação. Por isso reclamam os "direitos imprescritíveis do episcopado" contra a ofensa aos "Sagrados Cânones" sob pena de passarem por traidores da igreja e de Deus, reivindicam liberdade para estabelecer "*o curso dos estudos, regulamento interno, e nomeação dos Reitores, e Professores e sua demissão*", enquanto a intromissão denega essa primazia ao instituir um decreto para secularizar, pois se observa no espírito da norma o privilégio para formação acadêmica a ser atestada no concurso sem atinar para as "*qualidades moraes e religiosa*", fora da lógica

[457] Correspondencia entre o Governo Imperial e os Reverendos Bispos das dioceses do Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará ácerca do decreto n.o 3.073 de 22 de abril de 1863, que uniformisa os estudos das cadeiras dos Seminarios Episcopaes que são subsidiadas pelo Estado. Anexo D do Relatório BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO MINISTRO (PEDRO DE ARAUJO LIMA) RELATOR 10 DO ANNO DE 1863 APRESENTADO Á ASSEMBLEA GERAL LEGISLATIVA NA 1 SESSÃO DA 12 LEGISLATURA. (PUBLICADO EM 1863) INCLUI ANNEXOS.

"*dos pensamentos do Concilio Tridentino sobre a educação ecclesiastica*"; em consonância com as alegações e os argumentos da lavra ultramontana, D. Luis, bispo do Maranhão torna pública sua insatisfação com o decreto. Sem nenhuma rede, os prelados contaram apenas com o ethos apreendido na cultura ultramontana para obstar as iniciativas do governo. D. Macedo não é ainda o líder, as cartas entre o império e os bispos foram confidenciais só expostas posteriormente no relatório do império, mas tornou evidente um sentido de identidade incorporado pelos bispos a servir de substrato a conformação do episcopado nacional, seriam necessários outros testes para solidificar esta cultura no conjunto da hierarquia da igreja. Se Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco, era o modelo para o império como menciona o Marques de Olinda nas missivas pelas relações estabelecidas de concordância, o episcopado nacional busca sua independência na direção das almas sem ter de justificar-se ao poder civil.

Em contrapartida o estado afirma não ter intenção de imiscuir-se nas coisas da religião, apenas quer resguardar a uniformidade para as cadeiras subvencionadas pelo erário de modo certificar-se da qualidade do ensino ofertado, sem mencionar as razões morais ou religiosas a cargo dos prelados, bem como toda gestão do regulamento, currículo, nomeação e demissão de reitores e professores.

Os espetáculos ulteriores com ida dos bispos ao concilio convocado por Pio IX demonstra a univocidade ao comprometerem a adesão às teses da infalibilidade e da centralização da igreja em 1869, momento de cerco militar dos estados papais pela unificação italiana. As investidas dos episcopados nacionais, embora incapazes de romper o cerco, serviram com muito valor na confirmação da igreja centralizada capaz de operar como um esquadrão de combate à cultura liberal foi outra importante medida saída do concílio como se pode atestar pelos conflitos recorrentes entre estado e igreja em todos os países alcançados pelo catolicismo, salvaguardado os EUA. D. Vital não era sequer bispo, logo seu exemplo não foi requisitado para desestabilizar a concórdia dos bispos com o estado nacional como acusavam os liberais católicos, isto porque havia um consenso na hierarquia da igreja brasileira fundado no ultramontanismo similar a maioria dos episcopados nacionais. Contudo não atribuo essa característica ao desenvolvimento de uma política do estado do Vaticano como sublinhava Ganganelli, posteriormente consagrado na historiografia desde Lyra, Guerra, Spencer, Dias, mas a condição da supra-identidade católica ao permitir a Eclésia abrigando múltiplas experiências religiosas na convivência religiosa da igreja. Esta síntese da igreja e dos

modos de “ser igreja” conferia uma unidade senão expressiva, ao menos necessária, para conceber um campo católico capaz de representar a cosmovisão da sociedade tradicional em concorrência com a sociedade nascida da modernidade.

Essa tratativa de varias incursões fez com que houvesse um privilegio pela interlocução com o Núncio apostólico no Brasil para dissuadir as ações autônomas dos bispos em suas dioceses, contudo a possibilidade de disciplinar um clero era tão complexa como a subordinação da hierarquia religiosa, sobremaneira porque a igreja estava sendo orientada por uma opção orgânica de assentar um campo católico capaz de ser a referencia para reprodução cultural da experiência da igreja na trajetória de sua convivência religiosa. A interpretação equivoca por parte de Rio Branco quanto à submissão dos príncipes da igreja à coroa dizia respeito a uma secularização em curso no mundo assentada nas concordatas nascidas posteriores à Constituição Civil do Clero na França revolucionaria.

A igreja católica estava em completo avesso às transformações da sociedade burguesa por deslocarem a esta do centro dinâmico do poder, portanto, refugava todas atitudes dos liberais quanto à noção de separação estado/igreja, quando esta separação não assegurava os recursos próprios que lhe haviam sido expropriados, bem como nos paises de maioria católica, creia poder dispor de vários favorecimentos e privilégios para continuar a difundir sua mensagem de salvação voltada para um poder espiritual, mas também assentado em um poder temporal, tal como já se afirmara no Concilio Vaticano.

A Cúria Romana passou a ser questionada quanto ao comportamento dos bispos por colocarem sua lealdade ao papa precedendo a do juramento feito ao imperador, colocando em evidência o valor dos compromissos assumidos também de modo hierárquico. Isto provocou um acento no conflito entre estado e igreja porque os liberais passaram a insistir na falsidade ostentada pelos bispos quando prestaram fidelidade à coroa. Curiosamente, a igreja se recente de todo o tratamento que recebe do estado quando este não declina de uma certa subordinação simbólica no trato conferido a esta. Para além dos salamaleques, a igreja percebe uma perda de eficácia de seu poder sobre o estado ao ver ser dilapidadas as possibilidades de ganhar capilaridade sobre o território nacional devido às proibições recorrentes contra a incorporação de novos

seminaristas, a limitação para entrada de ordens religiosas européias, a manutenção dos valores nominais monetários das côngruas por quase trinta anos.

Atribuindo aos seus adversários liberais, protestantes, maçons, e até aos regalistas cuja meta era manter a igreja submissa ao estado como rezava o artigo 5º da constituição brasileira de 1824, a hierarquia católica identificada com o catolicismo diocesano em oposição ao regime de padroado, será acusada de ultramontana, e ao incorporar essa experiência irá haver-se com as outras experiências católicas dentro da convivência do catolicismo. Sua reação será dogmática, teológica e prática através da denuncia dos erros doutrinários nascidos na vaga do liberalismo, ou que de alguma forma foram favorecidos por este como o protestantismo e o ateísmo, logo sendo também estendido ao socialismo, anarquismo e comunismo.

Desde já, devemos estar atentos ao modo como a infalibilidade papal foi elevada à condição de pomo da discórdia para percebemos a figuração do estado do vaticano como um direito de ombrear com outros estados no plano político, embora pouca representação se lhe possa conferir no plano de reconhecimento de uma nação como era a característica dos processos de unificação nacional.

Referir-se ao papado como a Cúria romana foi elevada à qualidade de insulto, e suas nunciaturas serão tomadas por embaixadas de outro estado, desprovido de uma exclusiva fonte religiosa, ressaltando sua situação política e menos sagrada. Porém, os sucessos da luta entre igreja e maçonaria ocasionaram a escavação de verdadeiras trincheiras nas tribunas da imprensa pejorativamente apresentada como “papeis”. Em nível nacional, Ganganelli, pseudônimo de Joaquim Saldanha Marinho, converteu-se no mais famoso maçom a desancar as posturas da igreja beirando até as veleidade e aleivosias bem ao modo do jornalismo da época, mas os bispos seus polemistas não ficavam à margem dessa compulsão para o combate.

Sempre em tom acusatório, D. Macedo Costa, iguala seu polemista o Barão de Penedo a Ganganelli, ou então o enfileira entre cristãos dissidentes pelo cisma, dizendo “é um protestante que falla”, e denuncia o objetivo sorrateiro perseguido pelos seus contendores a realização de mais um rompimento com o papa, e pergunta “algum scisma seria proveitoso?”. Essa é a questão primordial a que se propõe o bispo do Pará em “A Questão Religiosa no Brasil perante a Santa Sé Missão Especial a Roma em 1873 À luz de documentos publicados e inéditos pelo bispo do Pará”. Treze anos

depois, o bispo não quer simplesmente arengar os liberais, como foi interpretado pelas gazetas daquele tempo, espera trazer à baila uma interpretação que se quer verdadeira da história da contenda[458].

Assimétricos eram as posturas dos ultramontanos e dos liberais quanto a confirmação de um poder autônomo para igreja, da independência da hierarquia para formar seminaristas, nomear vigários, substituí-los, gerir templos, trasladar os objetos santos segundo as conveniências dos administradores do culto sem serem impedidos pelas irmandades e confrarias, estatuir as mesmas confrarias, subordinar o clero, inclusive com a *ex informatia consciência,* e a exclusão dos bispos e cabidos dos tribunais civis para terem o foro privilegiado de tribunais eclesiásticos. Diversamente, os liberais denegavam qualquer especificidade para o tratamento do clero, mas é preciso dizer que há uma plêiade de discursos oriundos das tribunas liberais e variam de tom e signo. Isso porque a presença de uma interação de diferentes percepções nos homens políticos daquele instante fazia com que eles não encontrassem uma ruptura abismal entre ser católico e maçom e/ou liberal ao mesmo tempo. Tanto isso era verdade para eles, quanto a necessidade de provar as qualidades caritativas e progressistas desenvolvidas pela maçonaria do Brasil, não sendo esta nada afeita as polemicas mantidas com a igreja em outros países.

Qualquer pessoa com acesso à leitura das gazetas riria dessa aporia maçônica, pois não se contentavam em praticar auxilio aos necessitados, essa nem nunca foi uma característica da maçonaria; a difusão da literatura da ilustração esta no cerne do motivo da oposição da igreja, seguida das intervenções da maçonaria para justificar o livre pensamento como o fruto mais nobre da razão em detrimento da postura dogmática da tradição da igreja cujo primado da fé deveria iluminar a experiência do conhecimento. Diametralmente colocados, igreja e estado arquitetavam suas propostas para as relações entre as duas instituições. Senão vejamos, a ausência de projetos completos a regular as relações estado e igreja faziam com que se confrontassem nos elementos descontínuos sob os quais emergiam as tensões a exemplo

[458] O sentido de história que move D. Macedo Costa é bastante preciso ao seu tempo. Descortinar a verdade que ficou submersa pelo interesse mesquinho, diria ele, obviamente ele reserva a si a postura altiva e espera convencer aos leitores de sua propensão para verdade demonstrando os abusos cometidos pelo estado, quando era guiado pelos maçons do partido conservador que encerraram em prisão os bispos de Olinda e Pará. Sobressai sua critica ao Barão de Penedo por este ter ludibriado a Santa Sé nas figuras do Cardeal Antonelli, do próprio Papa Pio IX, e seu repreresntante na coroa Monsenhor Sanguini. Desconstrói a tradução em latim do Barão, e trás à tona outros documentos inéditos em apoio de sua versão não inclusos no debate pelo seu contendor.

do direito arrogado pelo estado de selar com seu *placet* a vigência das legislações ordinárias e extraordinárias emanadas do poder de Roma, fosse sobre a forma de encíclica, breve ou carta apostólica. Nos países europeus de hegemonia católica assim se procedia, o caso francês é exemplar para testemunhar a noção de uma igreja apoiada em decisões sínodos de bispos de caráter nacional frente às decisões de Roma, gerando a figura do galicanismo francês. Na Península Ibérica não era diferente quanto à exigência do placet, e este costume foi confirmado pela coroa brasileira por considerar-se herdeira da tradição portuguesa fazendo a mesma interpretação utilizada por seus antecessores.

Evocando a relevância da Questão Religiosa ao colocá-la ao par da Questão da Escravidão, e esta é o única instante em que D. Macedo toca no eixo mais espinhoso da sociedade brasileira da segunda metade do século, não mais será mencionado nas mais de trezentas paginas de seu livro publicado em 1886, ou seja não apenas uma olímpica desconsideração como grave drama social, bem como não dialoga com o nó a que atou-se a "Questão Religiosa", a declaração de Padre Almeida, na loja maçônica do oriente, quando de seu pronunciamento de louvor às iniciativas do Barão de Rio Branco, proclamando ser um gesto de grandeza para romper com a escravidão e instalar definitivamente a modernidade através da adoção do trabalho livre, logo sendo disciplinado por seu bispo D. Lacerda. A advertência ao padre não é acompanhada de nenhuma condenação não só moral à escravidão, quando no continente americano só restava no Brasil, nem praticamente quanto aos riscos sociais das rebeliões caso se permanecesse com esta, como já anunciavam os conservadores sobre a necessidade de imprimir uma orientação efetiva para promoção da libertação dos escravos. Comparando a "questão dos bispos e a questão do elemento servil que aqui se agita", alertava D. Macedo sobre um componente político da chamada "Questão Religiosa", tão cheia de tensões cuja pertinácia no cenário nacional comovia paixões entre todos os contendores.

Despertados para o debate sobre as relações estado e igreja urgia sistematizar não apenas relações simbólicas como também as relações institucionais combinadas consideradas pelo prisma da independência, autonomia, separação ou ruptura entre estes. Vultosas campanhas foram lançadas pela igreja para solidificar suas posições diante dos cenários desenhados. Enquanto o estado oscilava entre mobilizar os projetos antigos como a formação de uma igreja brasileira independe de Roma, como já

fora assacado por Feijó contra os representantes católicos na primeira constituinte brasileira; também eram alimentados por um claro plano de laicizar o estado, destituindo a igreja de qualquer privilégio. As vias de conciliação padeciam da impropriedade dos interlocutores quanto ao desejo de retorno ao estagio anterior agravado pela prisão dos bispos.

Deste modo, a igreja credita a maçonaria a ação do governo Rio Branco, particularmente a chamada missão especial enviada à Roma, investido no plenipotenciário a época Conselheiro Francisco José Furtado, Barão de Penedo. Todas as intervenções são qualificadas como ardis preparados nos sabás das lojas maçônicas contra a igreja, todos sucessos recentes eram atribuídos uma estratégia internacional urdida por estes para inviabilizar a permanência do catolicismo como religião oficial do estado, restando a igreja não apenas o consolo mas sim pervagar a confrontação aberta contra o que considera abuso dos liberais-maçons, como estes estavam decididos por seu lado a perseverar na consolidação do episcopado.

Denunciar a provocação de esmagar o episcopado é uma das estratégias da igreja para não perecer. Atento a esse desafio, D. Macedo pronuncia-se de modo a articular suas ações como de todo e qualquer bispo fiel a Santa Sé, valorizando o código canônico ao colocar-se como um subordinado as diretrizes programáticas do papa Pio IX em guerra com os erros do século, adequando uma elaboração de cumplicidade quando ascende Leão XIII. Em sua lógica, a igreja se torna uma, una, quando os bispos diocesanos sentem confirmadas suas lealdades pela ratificação de seus nomes como príncipes da igreja, fiéis o orbe católica, sem necessariamente descurarem a nação pátria. Se apenas dois foram os isolados, tidos por recalcitrantes com os costumes brasileiros da cultura do regalismo e por isso forma presos, nem por isso os outros dez bispos brasileiros estavam em dissonância com as proposituras de D.Vital e D. Macedo. Aqui ocorre uma inflexão da ação dos bispos no tocante ao grau de compromisso com as interpretações dos daqueles do Para e Pernambuco; essa leitura foi muito explorada pelos adversários do ultramontanismo ao propor um tipo diferente de bispo daquele encarnado na figura do jesuitismo. Os articulistas maçons não cansaram de acusar da especiosa maneira dos jesuítas se infiltrarem entre religiosos seculares ou de ordem para acederam ao seu nefando objetivo de sepultar o livre pensamento, a ilustração e o progresso, i. é. fazer a roda do tempo voltar à tradição medieval na qual igreja estava colada ao tecido mental, ditando seguramente a cultura. Não sem êxito, os maçons

souberam explorar as diferenças entre os prelados diocesanos quando não havia ainda completado uma centralização política dentro da igreja para torná-la capaz de atuar efetivamente como um exército disciplinado dentro dos novos arranjos da modernidade.

O Barão de Penedo é um dos mais representativos servidores do estado ao penetrar nas entranhas do conflito estado e igreja, e não só como participe, mais como polemista na imprensa e na historiografia do tema, no qual defende decididamente a vitória monumental conquistada pelo governo, sobretudo na pessoa de seu representante para queixar-se ao papa sobre a conduta de tão somente dois de seus "sequazes", um por ser muito jovem, era o caso de D. Vital, já o outro por espírito de partido. Alardeando uma suada conquista com a chamada "Missão Especial à Roma" dá à ela foros de importância similar à candente Questão religiosa, como se pode bem atestar no "Bispo do Pará e a Missão a Roma pelo Barão de Penedo", datado de 1887, publicado D'Affre & Darboy, em resposta imediata as acusações apresentadas por D. Macedo Costa.

Quando da conflagração da prisão dos bispos, os liberais justificam sua postura porque a igreja no Brasil, diferente do episcopado, portava-se à Brasileira, sem necessitar rebelar-se contra os costumes herdados, enquanto os lideres católicos repudiavam esse maneirismo de tudo conciliar, sem entretanto, permitir a supressão do élan católico como era o caso suscitado pela Questão Religiosa quando a suspensão das capelas das confrarias. O placet era portanto tolerado e não significava um aggiornamenteo da igreja com o estado imperial, senão uma concessão simbólica a um estado que assegurava ao catolicismo o status de religião oficial do império, celebrando sem outras delongas o direito da igreja em dirigir espiritualmente seu rebanho, nem de recorrer ao poder civil para dirimir assuntos de natureza do culto oficial da religião.

Do lado do estado, o placet não se tratava de uma mera contratação simbólica, mas de atos de estado, em sua plena soberania, dispondo de seus direitos quando não reconhecia cartas, breves ou encíclicas exaradas pela pena do papa, sendo indispensável para sua validação no território brasileiro gozarem da aquiescência do estado por meio das formas jurídicas consagradas na constituição. Por tratar-se das condenações da igreja às sociedades secretas, cujo principal exemplo àquela altura eram as lojas maçônicas, os cultores do estado desconsideravam a possibilidade de sujeição aos ditames da religião e, fazem do reuso à coroa um substrato de combate à supremacia ultramontana na igreja com a expectativa de continuarem a experimentar seu "modo de

ser católico" das irmandades e confrarias contra a experiência dos bispos nas subordinações das dioceses ao báculo do príncipe da igreja.

A proclamação da república selou a opção do rompimento institucional, contudo a solidariedade ativa de estado e igreja continuou a se reproduzir .

FONTES.

As fontes usadas nesse trabalho foram coletadas no Janeiro na Biblioteca Nacional, no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro; nas correspondências de D. Macedo Costa sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nas bibliotecas da PUC-SP e USP foram inestimáveis no levantamento de livros raros sobre a Questão Religiosa no império. Na biblioteca e arquivo do Instituto de Estudos do Brasil/USP. Evidenciando sem dúvida o manancial de fontes do Arquivo Público do Pará só honrou este estudo. O Setor de Obras Raras, a Microfilmagem e Hemeroteca da Fundação Tancredo Neves foram significativos para constituição da pesquisa. Assim como o Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará

DOCUMENTOS DA IGREJA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885.

Relatorio com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da provincia ao exm. sr. 1.o vice-presidente, dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do "Liberal do Pará," 1882, p 66.

Relatório do Império 1883,.

Relatório dos Negócios do IMPERIO 1881-1A, p. 76-77. Brasil. Ministério do Império. Ministro (João Florentino Meira de Vasconcellos) Relatorio do Anno de 1884 Apresentado a Assemblea Geral Legislativa na 1 Sessão da 19ª Legislatura, p. 70(Publicado Em 1885) Inclui Annexos.

Relatório dos Negócios do IMPERIO 1881-1A, p. 76-77.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

- Carta Encíclica Mirari Vos. Dada em Roma, em Santa Maria Maior, dia da Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria, 14 de Agosto do ano do Senhor de 1832, segundo de Nosso Pontificado.Gregório XVI, Papa.

D. Pedro Maria Lacerda lançou Carta Pastoral sobre o anuncio da Lei 2040 de 28/9/1871. Rio de Janeiro: Typografia do Apostolo, 1871. ACMRJ.

OLIVEIRA, Alipio Odier de. Traços biograficos de D. Silverio Gomes Pimenta : 1º arcebispo de Mariana 1840-1940. São Paulo : Escolas profissionais Salesianas, 1940, p 27.

CARDOSO, Firmo. A Educação Primária no Regimen Monarchico, in MOURA, Ignácio (org.). Annuario Historico, Litterario e Commercial de Belém, Belém: Impressa Official, 1915.

COSTA, Antonio de Macedo, Bispo do Para 1830-1891. Discurso recitado por s. exc. revm. o senr. bispo do Pará no acto solenne da inauguração da sociedade promotora da instrucção publica no dia 24 de setembro de 1871. Belém do Para: Typ. da Boa Nova, 1873.

Relatorio com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da provincia ao exm. sr. 1.o vice-presidente, dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do "Liberal do Pará," 1882, p 66.

Em 26/10/1880, o bispo do Pará pedia insistentemente para o presidente da província, Gama Abreu, não consentir a realização da procissão de Nazareth sem serem observadas a diretrizes do bispado com o devido acompanhamento do clero. (Lata 412, Pasta 80) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Relatório do Império 1883, p. 75.

Brasil. Ministério do Império. Ministro (João Florentino Meira de Vasconcellos) Relatorio do Anno de 1884 Apresentado a Assemblea Geral Legislativa na 1 Sessão da 19ª Legislatura, p. 70(Publicado Em 1885) Inclui Annexos.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885, p 3.

Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885, p 3.

Brasil. Ministério do Império. Ministro (João Florentino Meira de Vasconcellos) Relatorio do Anno de 1884 Apresentado a Assemblea Geral Legislativa na 1 Sessão da 19ª Legislatura, p. 70(Publicado Em 1885) Inclui Annexos.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885, p 3.

Exposição feita à Assembléia Provincial do Amazonas 12/8/1884 pelo presidente Faria Souto. Manaus: Imp. Typ do Amazonas, 1885, p 3.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO

Documento 1871. (Lata 412, Pasta 55) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
Relatório dos Negócios do IMPERIO 1881-1A, p. 76-77.

Documento de 31/7/1863. (Lata 412, Pasta 105) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
Documento de 1865. (Lata 412, Pasta 126) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
Vários documentos de 1863. (Lata 412, Pasta 137) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
(Lata 411, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa. Convém salientar a proibição do noviciado em vigor desde 1855 e ausência de uma estratégia eficiente para interessar os moços na carreira eclesiástica.
(Lata 411, Pasta 17) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
(Lata 412, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
(Lata 411, Pasta 47) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
Oficio ao Conselheiro Augusto Moreira Penna, Ministro da Agricultura de 8/10/1883.
(Lata 412, Pasta 51) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
(Lata 413, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.
(Lata 411, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 32) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 54) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 32) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 54) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa. Convém salientar a proibição do noviciado em vigor desde 1855 e ausência de uma estratégia eficiente para interessar os moços na carreira eclesiástica.

(Lata 411, Pasta 17) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 47) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Oficio ao Conselheiro Augusto Moreira Penna, Ministro da Agricultura de 8/10/1883.

(Lata 412, Pasta 51) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 413, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 38) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

1887. (Lata 411, Pasta 49) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Documento 1871. (Lata 412, Pasta 55) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Documento de 31/7/1863. (Lata 412, Pasta 105) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Documento de 1865. (Lata 412, Pasta 126) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Vários documentos de 1863. (Lata 412, Pasta 137) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 80) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Relatório do Império 1883, p. 75.

(Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 38) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

1887. (Lata 411, Pasta 49) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 49) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 13).

(Lata 412, Pasta 55) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 105) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 126) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 137) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 80) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 55) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 34)) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 32) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 54) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 17) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 412, Pasta 64) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

(Lata 411, Pasta 47) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Oficio ao Conselheiro Augusto Moreira Penna, Ministro da Agricultura de 8/10/1883. : (Lata 412, Pasta 51) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Documento de Manaus s/d completa (1887). (Lata 413, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Documento saiu da TV. do Atalaia, s/d , sem destino. (Lata 411, Pasta 21) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Documento à justiça de 4/5/1886. (Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Documento de 3/12/1886. (Lata 412, Pasta 25) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

Carta ao Dr Gervasio Campelo Pires Ferreira de 4/5/1869. (Lata 412, Pasta 23) IHGB: Fundo D. Macedo Costa.

JORNAIS DA CÚRIA METROPOLITANA DE BELÉM E HEMEROTECA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES

A BOA NOVA (Belém, 28.0.1877, nº 58, cad. A, pg. 01)

A BOA NOVA (Belém, 28.0.1877, nº 58, cad. A, pg. 01)

A ESTRELA DO NORTE", p.48, apud. *Le Monde*, 1863.

A ESTRELA DO NORTE", de domingo, 8/3/1863

A ESTRELA DO NORTE", de domingo, 11/3/1863,

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 14.12.1873, n. 283, p. 1a.

O LIBERAL DO PARÁ. 26.04.1870.

O LIBERAL DO PARÁ. 04 de abril de 1873, n. 76, p. 1a.

LIBERAL DO PARÁ," 1882, P 66.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 29 de dezembro de 1882,

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 14 de Outubro de 1882.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 15 de Outubro de 1882.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 29 de Outubro de 1882.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 08 de março de 1884.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 11 de outubro de 1885.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 14 de Outubro de 1882.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 15 de Outubro de 1882,

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 29 de Outubro de 1882.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 08 de março de 1884.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 11 de outubro de 1885.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 29 de dezembro de 1882,

DIARIO DE NOTICIAS, 1887, P 11.

OBRAS DE REFERÊNCIA

Almeida, Tito Franco. A Igreja no Estado. Estudo político religioso-religioso. Rio de Jjaneiro – Perseverança, 1874. & secundariamente Almeida, Tito Franco.

_____. Monarchia e monarchistas. Pará- Typographia Tavares Cardoso & Cª, 1895.

_____. Phase actual do conflicto religioso no Pará com todos os documentos necessários. Belém: Typographia do Liberal, 1880.

Palermo, Vicente. Século XIX: Juan Bautista Alberdi e Justo Sierra. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

Biblioteca Púbica do Pará Jornais PARAoaras: catalogo. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

Memória do Marquês de Santa Cruz Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas, Do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Gram-Cruz da Ordem de Cristo, Grande Dignatario da Rosa, e membro de diversas sociedades cientificas nacionais e estrangeiras, &, &, &, s/l. S/d.

Arquidiocese de Belém -250 anos do bispado, Belém-Pará, 1969.

MARINHO, Joaquim Saldanha. *Igreja e o estado.* Rio de Janeiro : Perseveranca, 1875.

BATES, Henry Walter. O naturalista do rio Amazonas. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1944.

CASCUDO, Luís da Càmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª ed., Ediouro, Rio de Janeiro, s/d,

OLIVEIRA, Alipio Odier de. Traços biograficos de D. Silverio Gomes Pimenta : 1º arcebispo de Mariana 1840-1940. São Paulo : Escolas profissionais Salesianas, 1940, p 27.

RAMOS, Alberto Gaudêncio. Cronologia eclesiástica do Pará. Belém: Falângola, 1985, Cf. Posidônio da Mata. In :Hoonaest, Eduardo. História da Igreja na Amazônia. Vozes, 1992:63, São Paulo. (7) CEHILA. História da Igreja na Amazônia. Vozes, 1992, p. 341-365.

Condillac / Helvétius / Degérando. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979**.**

COSTA, Antonio de Macedo, Bispo do Para 1830-1891. Discurso recitado por s. exc. revm. o senr. bispo do Pará no acto solenne da inauguração da sociedade promotora da instrucção publica no dia 24 de setembro de 1871. Belém do Para: Typ. da Boa Nova, 1873.

Costa, D. Antonio Macedo. Direito contra Direito ou o Estado sobre tudo. Refutação da Teoria dos Políticos na Questão Religiosa. Rio de Janeiro, 1874.

COSTA, Antonio de Macedo. A Amazonia: meio de desenvolver a sua civilisação. Conferencia recitada em Manaus, no Paço da Assembléa Provincial, perante o Exmo Sr.Presidente da Provincia e grande número de pessoas gradas, no dia 21/3/1883.3a ed.,Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1884.

_____. Discurso pronunciado pelo Excellentissimo Senhor D.Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, na solenne Inaurguração da Bibliotheca

Publica fundada na mesma Provincia no dia 25 de março de 1871. Pará: Typ. do "Diario do Gram-Pará, 1871. 16p. (Ed. fac-similada da Academia Paraense de Letras, 1978).

_____. Compendio de Civilidade Christã offerecido ás famílias e ás escolas brazileiras. S.l., Braine-Le-Comte, 1880.

_____. Memoria dirigida a sua magestade o imperador pelo Exm. Bispo do Pará acerca do Recurso interposto para o Governo Civil por parte de algumas Irmandades suspensas das funções religiosas. Belém do Para: Typ. da Boa Nova, 1873.

_____. O Livro da Familia ou explicação dos deveres domesticos segundo as normas da razão e do Christianismo. Ofereccido aos seus Diocesanos por D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Rio de Janeiro, s.e., 1930.

CARDOSO, Firmo. A Educação Primária no Regimen Monarchico, in MOURA, Ignácio (org.). Annuario Historico, Litterario e Commercial de Belém, Belém: Impressa Official, 1915.

LUSTOSA, Antônio de Almeida. *Dom Macedo Costa (Bispo do Pará)*. Belém: Cruzada da Boa Imprensa, 1939. 580p

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem no Império. In: *História da vida privada no Brasil*, v. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ALVES, Elza Daufenbach de S. Nos Bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955). Florianópolis: Tese de Doutorado/Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação Em História, 2005.

ALBERIGO, Giuseppe. História dos Concílios Ecumênicos. São Paulo: Paulus, 1995.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Direito Civil Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno e suas relações com o Direito Canônico, Rio de Janeiro, 1873, 3 tomos.

ALVES, Isidoro. *O carnaval devoto – um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis, Vozes, 1980.

ALVES, M. F. The Young Friar and the Emperor. Seatle catholic: A Journal of Catholic News and Views2 Nov 2005.

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMARAL, Rita. Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério". Disponível em publicação eletronic: http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html. Capturado em 6/6/2009.

ANNA, Timothy. *A Independência do México e da América Central, in* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III.* Tradução Maria Clara Cescato – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

ATAIDE, Belarmino Maria Augusto Austregesilo de. Mestres do Liberalismo: Chateaubriand, político e jornalista – crise religiosa de Nabuco – Rui Barbosa, jornalista. Rio de Janeiro: Liv Ed. da Casa do Est. Do Brasil, 1951.

AUBERT, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In, Nova História da Igreja. Petrópolis, Vozes, 1975.

_____. Pío IX y su época. Valencia: Edicep, 1974.

AZEVEDO, Ferdinand. SJ – Os antecedentes históricos do conflito entre Dom Vital e o regalismo brasileiro e a sua resolução ineficaz. REB, Nº: 269, Volume: 68, Janeiro, 2008.

AZEVEDO, João Lúcio, *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e colonizações*. 2 ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1930.

Azevedo, Thales. O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

AZZI, Riolando . O Movimento de Reforma Católica durante o Séc. XIX. REB - Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, p. 646-662, 1974.

————. "Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil". *Religião e Sociedade*, São Paulo, n. 1, mar. 1977.

————. Riolando. O altar unido ao trono: um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1993.

————. "A igreja no regime republicano: a atuação de D. João Batista Neri, primeiro Bispo do Espírito Santo". *Religião e Sociedade*. São Paulo, v. 13, n. 2, 1986.

————. “A Reforma católica na Amazônia, 1850/1870”. *Religião e Sociedade*, 10, 1983, pp. 21-30.

_____. *Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador"* in Caderno Especial. Rumos. Brasília, Editora Rumos. 1992.

_____. D. Manoel Joaquim da Silveira primaz do Brasil (1861-1874) e a luta pela liberdade da igerja. REB, 34, 1974, 359-372.

BATES, Henry Walter. O naturalista do rio Amazonas. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1944. 2 v. (Brasiliana, 237).

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras. A Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará:* obras reunidas. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. v.6. São Paulo: Difel, 1985.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio*: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura. 2000.

BAZAT, Jan. O México da Independência a 1867, p. 412-464. In: Bethell, Leslie(org). Historia da America Latina. Volume 3. Da Independência ate 1870. São Paulo: EDUSP, 2004.

BEAU de Lomenie, Emmanuel. Igreja e o estado. São Paulo : Flamboyant, 1958

BELTRÃO, Jane F. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará*. Belém, Museu Emílio Goeldi/ Ed. da UFPA, 2004.

BATISTA. Cavalcanti H. B. O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e a Batista. Revista de Estudos da Religião Nº 4 / 2001 / pp. 61-93.

BEOZZO, Pe José Oscar. (org) História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980, t. II/2.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja na Crise Final do Império (1875-1888). HAUCK , João Fagundes et alli. História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do Povo. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. *Elementos para uma teoria sociológica da religião*. SãoPaulo : Paulus, 2004.

_____. Um rumor de anjos. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Petrópolis : Vozes, 1973.

BERNIE, J. Latin American bishop of the first Vatican Concil 1869-1870. The American , 25(1):273, 1968.

BEZERRA NETO, José Maia. O Recolhimento das Educandas: uma breve notícia documental (1840). Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, n. 8/9, p. 407-411, 1997.

_____. José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. José Maia. As oficinas do trabalho:representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830-1888). Ver a Educação (UFPA), Belém, v. 2, p. 41-70, 1996.

BRADLEY, Owen. *A Modern Maistre: The Social and Political Thought of Joseph de Maistre.* Lincoln et Londres, University of Nebraska Press, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder:* dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BOEHRER, GEORGE C. A..*A Igreja no Segundo Reinado (1840-1889)*. KEITH,

BONGHI, Ruggiero. Stato e chiesa. Milano : Garzanti, 1942.

BORGES, Ricardo. *O Pará republicano*: ensaio histórico (1824-1929). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

————. *Vultos notáveis do Pará*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1986.

BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. São Paulo . Paz e Terra, 1996.

BOSI, Alfredo. "As letras na Primeira República". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo : Perspectiva, 1978.

_____ . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____ . *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.Brasil. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2001.brasileiro. In: Sanchis, P. (org.). Fiéis e cidadãos - percursos de sincretismos no

BRAGA, Theodoro. Noção de Choreografia do estado do Pará. Belém, Empreza Gráfica Amazônia, 1919.

BRETAS, Marcos Luiz. "A polícia carioca no Império" In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22. 1998.

BUARQUE, Manuel. Recordações do Xingu. Belém - Papelaria Suissa, 1940.

BURGUIÈRE, André. "Processo de civilização e processo nacional em Norbert Elias". In: GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard. Norbert Elias: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BURKE, Edmund. Textos políticos. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, [1942].

Burke, Edmund. Reflexões sobre a Revolução Francesa, UNB, Brasília, 1969.

BURKE, Peter. A Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. "Família e religião na sociedade rural em mudanças". In: Szmarecsányi, Tamás & Queda, Orioswaldo. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CAMPOS, Breno Martins Campos (UPM; PUC-SP) Fundamentalismo Protestante: A Invenção de Uma Tradição Exclusivista na Modernidade. http://www.dhi.uem.br.

Campos, Cônego. Casamento no estado e na igreja. Rio de Janeiro : Typografia de F. de Paula Brito, 1958

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Panorama Religioso do Catolicismo e do Protestantismo no Brasil. In.CADERNOS DE FÉ E CULTURA. Nº14 ,1996.

_____. Novos movimentos religiosos: entre o secular e o sagrado. Estudos de Religião, São Bernardo do Campo, v. XVII, n. 25, p. 48-64, 2003.

CÂNDIDO et alli. *Missão da Igreja no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1973. pires menezes, m.l. trabalho e território: as missões católicas no interior do estado do amazonas, brasil. *scripta nova, revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, universidad de barcelona, vol. vi, nº 119 (11), 2002. [issn: 1138-9788] http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-11.htm.

CARDOSO, Firmo. A Educação Primária no Regimen Monarchico, in MOURA, Ignácio (org.). Annuario Historico, Litterario e Commercial de Belém, Belém: Impressa Official, 1915.

CARVALHO, Cônego Jose Geraldo Vidgal de. A igreja e a escravidão: uma análise documental. Rio de Janeiro: INL/Presença Edições, 1985.

CARVALHO, José Jorge. Características do fenômeno religioso na sociedade contemporânea. In: BINGEMER, Maria Clara (org.). O impacto da Modernidade sobre a religião. São Paulo : Loyola, 1998.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem:* a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____*Os Bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". Em: FAUSTO, Boris (dir.), *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, 2º vol. 6ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO FRANCO, M. S. "As idéias estão no lugar", em Cadernos de Debate: História do Brasil (São Paulo, Brasiliense, 1976).

CASALECCHI, José Enio. *A Proclamação da República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASTRO, Celso. *Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHÁVEZ, Alicia Hernández. *La Tradición Republicana del Buen Gobierno*. México: El Colégio de México, Fondo de Cultura Econômica, 1993.

CHALLHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular - revisando um conceito historiográfico. Estudos Históricas. Rio de Janeiro, v.8, n. 16, 1995.

CHATEUABRIAND, Francois René, Visconde. O genio do cristianismo/Chateubriand; tradução de camilo Castelo Branco, prefácio de Tristão de Ataíde. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1952.

_____Paradis Perdu. Paris: Gabiel Roux, 1858

CHEVALLIER, Jean Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias / Jean Jacques Chevallier; [trad] de Lydia Christina. Rio De Janeiro : Agir, 1973.

CLEMENTE, Manuel. Católicos, estado e sociedade no Portugal oitocentista. (Congresso Católico de 1891-1895). Communio, 1984, 1/3. p. 245-266.

Comblin, Pe José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. REB , VOL 26, FASC 3, Setembro, 1966, 574- 601.

_____. Para uma tipologia do catolicismo no Brasil. REB , VOL 28, FASC 1, Março, 1968.

COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal. *Amazônia:* modernização e conflito (século XVIII e XIX). Belém: UFPA/UNIFAP, 2001.

Coelho, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

COMTE, Augusto. "Curso de filosofia positivista: discurso preliminar sobre o conjunto positivista: Catecismo Positivista" In: *Os pensadores*. 5ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação . O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, v 5, 1980.

CONSORTE, Josildeth G. & Negrão, Lisias N. *O Messianismo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo FFLCH-USP/CER, 1984.

COSTA, Antonio de Macedo. *A questão religiosa do Brazil perante a Santa Se, ou, a missão especial a Roma em 1873 a luz de documentos publicados e ineditos* / pelo Bispo do Para. -- Nova ed. com accrescimos e mais corr. -- Lisboa : Lallemant Freres, 1886.

COSTA, *Antonio de Macedo*. A questão religiosa do Brazil perante a Santa Se, ou, a missão especial a Roma em 1873 a luz de documentos publicados e ineditos / pelo Bispo do Para. -- Nova ed. com accrescimos e mais corr. -- *Lisboa : Lallemant Freres, 1886.*

COSTA, Antonio de Macedo. Catecismo sobre a Igreja católica. Rio de Janeiro: Typ. Moreira, Maximiano & Cia, 1875, p 18.

COSTA, Cruz. *O Positivismo na República:* notas sobre o positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

COSTA, D. Antônio de Macedo. A Amazônia – Meio de desenvolver sua civilização.Pará: Typ do livro do Commercio, 1883.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República:* momentos decisivos. São Paulo: Crijalbo, 1977.

COSTA, Lourenço. Igreja Católica. PAPA (Documentos de Gregório XVI e de Pio IX); org. COSTA, Lourenço;tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CROCE, Benedetto. Historia de Europa en el Siglo XIX. Barcelona: Ariel, 1996.

CHRISPIM, Karol Gruchenhka Lupatini. Irmandade de Santo Antônio dos Pobres de Simão Pereira (1867-1873). Anais do I Coloquio do LAHES (Laboratório de História Econômica e Social) Juiz de Fora, 13 a 16/6/2005. http://www.lahes.ufjf.br/publicacoes/Coloquio1%20PDF/Karol%20Gruchenhka%20Lupatini%20Chrispim.pdf. Capiturado em 6/5/2009, 12:37.

CRUZ, Manuel Braga da. Os católicos e a política nos finais do século XIX Análise Social, vol. XVI (61-62), 1980-l.º-2.º, 259-270.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. vol. 2. Belém: Gráfica do Governo do Estado do Pará, 1973.

DEALY. Glen Gaudill. The tradicion of monistic democracy in Latin American (Amhest, Mass, 1974)____.____ The public man: an interpretation of Latin American and other catholic countries (Amhest, Mass, 1974).

DELGADO, Luis. Gestos e Vozes de Pernambuco. Recife:Editora universitária/Ufpe. 1970.

DELLA Cava, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 13001800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DE MAISTRE, Joseph. *Du Pape*. Paris: Charpentier Librarie-Éditeur, 1860.
DUBOIS, Pe. Florêncio. *A devoção à Virgem de Nazaré*. Belém, 1953.

DONOSO CORTÉS, Juan. Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo / Juan Donoso Cortés ; edición preparada por José Vila Selma. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999.

DORNAS Filho, João. O padroado e a igreja brasileira. São Paulo: Companhia Editora. Nacional, 1938.

DREHER, Martin. N. *"Um Esboço da História do Protestantismo no Brasil"* in Curso de Verão: Ano III, Edições Paulinas/Cesep, 1984.

DUSSEL, Enrique. *"Dominação/Libertação: um discurso Teológico diferente"* in Concilium 1974/6.

_____. Historia da Iglesia en América Latina: Colonyage y Liberacion 1492-1973. Barcelona, 1974.

EBNER, Pe Carlos Barromeu. A imagem de Nossa senhora de Nazaré na Amazônia. REB , VOL 17, FASC 1, Março, 1957, 122-125.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

ENGLER, Steven. Teoria da religião norte-americana: alguns debates recentes. In: **Rever,** n. 4, 2004. p. 27-42.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. vol. 2. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

FAUSTINO, Evandro.O Catolicismo em São Paulo no Segundo Império, e o Dilema da Modernidade". Dissertação de Mestrado. *Universidade de São Paulo, USP, Brasil.* 1991.

_____. O renitente catolicismo popular. Tese de Doutorado Universidade *de São Paulo, USP, Brasil.* 1996.

FEBVRE, Lucien. A Europa - Gênese de uma Civilização. São Paulo: Editora: Edusc, 2004.

FERNÁN, Gonzáles G. Partidos políticos y poder ecclesiástico. Bogotá, 1977, p 161-162.

FERNANDES. Rubem César. *"'Religiões Populares uma visão parcial da literatura recente"* in S/B nº 18. IUPERJ, 1982.

FERRER BENIMELI, José A. La masonería. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense de Madrid. 1993.

FERREIRA PENNA, D. S. (1876). *A ilha de Marajó. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa da Sá e Benevides*. Belém: Tipographia do Diário Grão-Pará.Também em busca deste ethos.

_____. Noticia geral das Comarcas de Gurupá e Macapa´. Belém - Typ. Diário do Gram - Pará, 1874.

FERRI, Franco. (Org.). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FISCHER-WOLPPERT, Rudolf. *Os Papas: de Pedro a João Paulo II.* 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRAGOSO, Hugo. A igreja na formação do Estado liberal. In, História da Igreja no Brasil. Segunda época (a Igreja no Brasil do século XIX). São Paulo, Paulinas, Petrópolis, Vozes, 1985.

FRIGERIO, Alejandro. Teorias econômicas aplicadas ao estudo da religião: em direção a um novo paradigma?. In: **BIB.** São Paulo, n. 50, 2000. p. 125-143.

FURET, François. Pensando a Revolução Francesa, Paz e Terra, São Paulo, 1989 (2. ª edição).

Furet, François e Ozuf, Mona (orgs.). Dicionário Crítico da Revolução Francesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. São Paulo: A Consolidação do catolicismo Ultramontano em Sâo Paulo no bispado de D.Lino Deodato/Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 1991.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo, Nacional, 1955 (Coleção Brasiliana).

GIUMBELLI, Emerson. Liberdade religiosa no Brasil contemporâneo: uma discussão a partir da Igreja Universal do Reino de Deus. In: **Antropologia e direitos humanos**. Niterói, EdUFF, 2003. p. 75-95.

GRAHAM. Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAINHA, Manuel Borges. Historia da franco-maçonaria em Portugal: 1733-1912 Lisboa : Vaga, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História.* 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. Maquiavel, a política e o estado moderno. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

_____. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

GRINGS, D. Dadeus. Dialética da Política. Porto Alegre: EDIPUCR, 1994.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel : as concepções de estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci / Luciano Gruppi Porto Alegre : L & pm, 1995.

GOMES, Edgar da Silva. A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca. SÃO PAULO/CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO PONTIFICIA Faculdade De Teologia Nossa Senhora Da Assunção – 2006.

GOMES, Francisco Jose Silva. Le projet de neo-christiene dans lê diocese de Rio de Janeiro de 1869 à 1915. These de Doctorat: Université de Toulouse Le-Mirail (1991).

Gonçalves, Eduardo Cordeiro. Projecto de programa para a organização do Partido Católico: Um debate no último quartel de Oitocentos. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2856.pdf. Capiturado em 13/5/2008.

GONÇALVES, M. Integrismo católico na Espanha do século XIX. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, Editora UFPR.

GUERRA, Flávio. A questão religiosa do segundo império brasileiro. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1982.

_____. A questão religiosa do segundo império brasileiro. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1952.

Guia histórico e catálogo da Arquidiocese de Belém. Belém, 1982.

GUTIERREZ CASILLAS, Jose. Históra de la Iglesia em México. MEXICO : PORRUA, 1974.

GUTIERREZ CASILLAS, Jose. Los Jesuitas en México durante el siglo XIX. MEXICO : PORRUA, 52.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. Amada Igreja de Jesus Cristo, Manual de Eclesiologia como Comunhao Organica. Porto Alegre: Editora: EDIPUCRS - PUC RS 2003.

HAHN, F. A. Sociedade Secreta: a contribuição dos Carbonários. O Regional, Assis Chateaubriand, 14 jun. 2006

HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. Estud. av., São Paulo, v. 22, n. 62, Apr. 2008.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. La religion pour memoire. Paris : Cerf, 1993.

HAUCK, João Fagundes et alli. História da Igreja no Brasil:Ensaio de interpretação a partir do povo – segunda época. Petrópolis/S. Paulo: Vozes/Paulinas, 1992, Tomo 2//2.

HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. Estud. av., São Paulo, v. 22, n. 62, Apr. 2008 . Disponível em: http://www.scielo.br/.

HENRY & EDWARDS, S. F. *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira,1970.

Hertling, Ludwig Historia de la Iglesia /. Ludwig Hertling ; [traducción castellana de Eduardo Valentí] Barcelona : Herder, 1961.

HERVIEU-LÉGER, Danièle (eds.) Identités religieuses en Europe. Paris : La Découverte, 1996. www.pucsp.br/rever/rv2_2006/p_portella.pdf 86 Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2006 / pp. 71-87. ISSN 1677-1222

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião?. In: **Religião e Sociedade**. 18/1, 1997. p. 31-48.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A era do capital*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Ecos da Marselhesa:* dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOORNAERT, Eduardo (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992. (Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina - CEHILA). p. 306-320.

_____. Formação do catolicismo brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1978.

HORTAL, JÉSUS. *Instituições Eclesiásticas e Evangelização no Brasil*. PADIM,

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. "Porque foi esquecida a reação monarquista". In: *Anais do Congresso Nacional de história da propaganda, Proclamação e consolidação da República no Brasil*. vol. 2. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.

JOÃO FAGUNDES et alli. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do Povo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

JOHNSON, Paul. *Historia del cristianismo.* Barcelona (España): Javier Vergara, 2004.

JORDÁN, PILAR G. & SALA I VILA, NURIA.*La Nacionalización de la Amazonía.* Barcelona: Universitat de Barcelona; 1998.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil. Rio de Janeiro: Martins, 1951.

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.

KÜNG, Hans. *Igreja Católica.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LAPA, José Roberto do Amaral. *História política da República:* coletânea de ensaios inéditos comemorativos do centenário da república. Campinas: Papirus, 1990.

LEFEBVRE, Georges. 1789, O Surgimento da Revolução Francesa, Paz e Terra, São Paulo, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. "Culture clericale et traditions folkloriques dans la civilization mérovingienne". Annales. Economie, Societé, Civilizations. 1967.

LIMA, Lana Lage da Gama . Reforma Católica e Capitalismo. In: VIII Encontro Regional de História da ANPUH/RJ, 2001, Vassouras. História e Religião. Anais do VIII Encontro Regional de História da ANPUH/RJ. Rio de Janeiro : ANPUH/RJ, 1998.

LYNCH, John em "A igreja Católica na América Latina, 1830-1930, p.415-487. In: Bethell, Leslie(org). Historia da America Latina. Volume 3. Da Independência ate 1870. São Paulo: EDUSP, 2004.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Brazilian democracy at its first crossroads: the cases of Rui Barbosa and Joaquim Nabuco. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000300009&lng=en&nrm=iso>. access on16 June 2009. doi: 10.1590/S0104-44782008000300009.
LIRA, Heitor. História de Pedro II(1825-1891). São Paulo: Editora da USP, 1977.

LOCKE, John, 1632-1704 Ensayo sobre el gobierno civil / John Locke ; traducción y prefacio de José Carner México : Fondo de Cultura Económica, [1941].

LLORCA, Bernardino, S.J.; VILLOSLADA, R. Garcia, S.J.; MONTALBAN, F. S., Historia De La Iglesia Católica. IV Moderna Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 1960.

LOMÉNIE, E. Beau de. A igreja e o Estado: um problema permanente. São Paulo, Livraria e Editora Flamboyant, 1958. p 132.

LORTZ, Joseph. Historia de la iglesia: desde la perspectiva de la historia de las ideas. Madrid: Guadarrama, 1962.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, O. P. (Seleção e Introdução). *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. Cadernos de História da Igreja no Brasil 2. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

_____. O. F. Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade. São Paulo: Paulinas, 1982.

MACEDO, Ubiratã Borges. A liberdade no Império. São Paulo: Convívio, 1977.

MADURO, Otto. *Religião e Luta de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil: 1916 – 1985. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MAISTRE, Joseph Marie, Conde de. Consideraciones sobre Francia / presentacion de Antonio Truyol e Serra; Tradución y notas de Joaquím Poch Elío. Madrid: Tecnos, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe /Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARCHi, Euclides. A igreja e a Questão Social: O discurso e a práxis do catolicismo no Brasil(1850-1915). Tese de doutorado, USP, 1989.

MARIA, Padre Julio. Religião Católica. In: Associação Do Quarto Centenário *Livro do Centenário (1500-1900) (v. I)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. In: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS. N. 30, out. 2001.

MARIZ, Cecília ; MACHADO, Maria das Dores. Sincretismo e trânsito religioso: comparando carismáticos e pentecostais. In: Comunicações do ISER, n. 45, ano 13, 1994. p. 24-34.

MARROU, Henri-Irinée. História da Educação na Antiguidade. São Paulo: E. P. U., 1975.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero aos nossos dias.*São Paulo: Loyola, 1995.

MARTELLI, Stefano. A religião na sociedade pós-moderna. São Paulo : Paulinas, 1995.

MARTIN, David. Remise en question de la théorie de la sécularisation. In: GRACIE, Davis.

MARTINS, Karla Denise. Cristoforo e a Romanização do Inferno Verde : as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890). Campinas: Tese de Doutorado/PPG história Social, 2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista* – 1848. http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm.

MARX, Karl & Engels, Friedrich. *Sobre a Religião*. Lisboa: Edições 70, c. 1972.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

MATA, Posidônio da. A igreja Católica na Amazônia da Atualidade. In Hoornaert E. (Org). *A história da Igreja na Amazônia*: In. Pág. 341 a 363. Ed. Vozes, Petrópolis: 1992.

MATTOS, Ilmar Rohrloff de. "Do Império á República". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

MAUÉS, R. Heraldo. Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Belém, Cejup, 1995.

_____. “As atribulações de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem doséculo XIX, ou como a política mexe com a igreja católica”. In: Marin, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA, 1998, pp. 139-52.

MECHAN, J. Lloyd. Church and State Latin American (Chapell Hill,N. C. 1934); Casteole, Michal P. Church and State in independent México: a study of the patronage debate 1821-1853 (London, 1978).

MEIRA FILHO, Octávio. *A Primeira República no Pará:* desde o crepúsculo da Monarquia até o Golpe de Estado de 1891. Belém: Falangola, 1981.

MEJAN, L V. Separation des eglises et des l'etat. Paris : Presses Universitaire de France, 1959.

MENDES, N. M (Orgs.). Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro / Vitória: Mauad / EDUFES, 2006

MENDONÇA. A. Gouvêia. *"Um Panorama Do Protestantismo Brasileiro Aluai"* In Sinais Dos Tempos - Tradições Religiosas No Brasil, Cadernos Do ISER, 1990.

MENEZES, Renata de Castro. Marcel Mauss et la sociologie de la religion. Social Compass, London, v. 52, n. 2, p. 255-271, 2005.

MICELI, Sérgio. “A gestão diocesana na República Velha”. *Religião e Sociedade*. São Paulo, v. 12, n. 1, ago. 1985.

MICHELET, Jules. História da Revolução Francesa, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

MOMMSEN, Wolfgang. Imperial Germany 1867-1918: politics, culture, and society in an authoritarian state, translated by Richard Deveson from Der Autoritäre Nationalstaat, London: Arnold, 1995.

MONTANELLI, Indro. L’Italia del risorgimento. (Rizzoli, Milão, 1972).

MONTERIRO, Vanessa Cristina. A querela anticlerical no palco e na imprensa : "Os Lazaristas". Campinas, Instituição: Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Estudos da Linguagem: Dissertação (mestrado) UNICAMP SP, 2006.

MONTENEGRO, João Alfredo. Evolução do catolicismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. “A maçonaria republicana e a educação”. In: SOUSA, Cynthia Pereira de. *História da Educação*: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 2002.

MORAES, E. Vilhena. O Clero e o Patriotismo no Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929.

MORAES, E. Vilhena. “*Gabinete Caxias e a anistia aos bispos na ‘questão religiosa’*. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1930.

MOREIRA, Francisco Ignacio de Carvalho, barão de Penedo, 1815-1906. Missão especial a Roma em 1873 / Barão do Penedo. Londres : Typographia de A. Kingdon e Ca., 1881. movimentos religiosos. In: **BIB**, São Paulo, número 56, 2003. p. 55-69.

MULLET, Michael, A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna Européia. Lisboa, Gradiva, 1985.

NEGRAO, L. N. . Refazendo Antigas e Urdindo Novas Tramas: trajetórias do sagrado. In: Religião e sociedade. Rio de Janeiro, 18 (2), 1997. p. 63-74.

NEVES, F. A. F. Xingu, Bosquejo de Notas a partir de Porto de Moz . In: César Martins de Souza; Alírio Cardozo. (Org.). Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (séc XVII-XXI). 1 ed. Belém: EDUFPA, 2008, v. 1, p. 137-158.

_____ . UM ROMANIZADOR, A PESONAGEM DO PADRE ANTONIO DE MORAIS NA OBRA O MISSIONÁRIO DE INGLÊS DE SOUSA. In: Edilza Joana de Oliveira Fontes; José Maia Bezerra Neto. (Org.). Diálogos entre história, literatura & memória. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2007, v. 1, p. 119-138.

_____. "Partido Católico: o partido de Deus na secularidade". In: MARIN, Rosa Acevedo. (Org.) *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. , pp. 169-183.

_____. *Batismo de fogo: a experiência da renovação carismática católica em Belém*. Belém: Dissertação de Mestrado apresentada ao NAEA/UFPa, 1996.

Nery, F. J. de Santana 1979 *O país das amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.

NUNES, Américo. *As Revoluções no México*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NOGUEIRA, Severino Leite. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho / Severino Leite Nogueira; prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello. Recife : Governo de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

OLIVEIRA, Alipio Odier de. Traços biograficos de D. Silverio Gomes Pimenta : 1º arcebispo de Mariana 1840-1940. São Paulo : Escolas profissionais Salesianas, 1940.

OLIVEIRA, Anderson José M. "Os Bispos e os Leigos: reforma católica e irmandades no Rio de Janeiro Imperial". In: Revista de História Regional 6(1): 147-160, Verão 2001.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Religião e dominação de Classe; o caso da "romanização". *Religião e Sociedade*. São Paulo, v. 6, n. 17, nov. 1980.

OLIVEIRA, Ramos. O conflito maçônico-religioso de 1872. Petrópolis: Vozes 1952.

OLIVEIRA, J. A. & GUIDOTTI, PE. HUMBERTO. *A Igreja Arma Sua Tenda na Amazônia*. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA, D. Vital. Resumo Histórico da Questão religiosa do Brasil, Roma 18/12/1875.

OLIVOLA, Frei Felix de O.F.M: D. Vital:Um Grande Brasileiro. – Recife, Edição da Imprensa Universitária, 1967.

ORTIZ, Benedito. O Arcebispo Negro: ensaio de uma síntese da vida e da obra de D. Silvério Gomes Pimenta. Petrópolis: Vozes, 1942.

PALMER, Alan. Bismark. Brasília: Editora da UNB, 1982.

PADOVANI, Umberto. *A filosofia da religião; o problema religioso no pensamento ocidental*. São Paulo: Universidade de São Paulo, s.d.

PAIVA, V. Teses sobre a Igreja Moderna no Brasil. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, n. 1, p. 77-90, 1984.
PAIVA, V. Teses sobre a Igreja Moderna no Brasil. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, n. 1, p. 77-90, 1984.

PENEDO, Francisco Ignacio Carvalho Moreira, Barão de, 1816-1906. Missão Especial a Roma em 1873 / Barão do Penedo. – Imprenta. Londres : Typographia de Abraham Kingdom, 1881.

PENIDO, Pe. M. Teixeira Leite. O Cardeal Newman. Petrópolis: Vozes, 1946.

PEREIRA, L. C. Bresser. "A Revolução na Igreja". In: Pereira, L.C.B. *Tecnoburocracia e Contestação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972, pp. 209-297.

PEREIRA, Nilo.D. Vital e a questão religiosa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1986.

PEREZ, Léa Freitas. *Campo religioso em conflito! Mas que conflito é esse?***.** Porto

PERIRA, Nilo. *D. Vital e a questão religiosa no Brasil*. - Recife: Imp univ, 1966.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundoreinado: 1870 – 1889.* 1972. (Tese de Doutorado em História Social) FFLCH-USP. São Paulo: AESP, 1983.

PIERUCCI, Antônio Flávio. . Reencantamento e dessecularização: A propósito do autoengano em sociologia da religião. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 49, p. 99-117, 1997.

PIKE, Frederick B. Heresy, Real and Allegd, in Peru: An Aspect of the Conservative-Liberal Stuggle 1830-1875. Hispanic America Review (HARH), 47(1):50-74, 1967.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. *O bispado do Pará*. In: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Tomo V. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1906.

PORTELLA, Rodrigo. *Religião, Sensibilidades Religiosas e Pós-Modernidade. Da ciranda entre religião e secularização*. Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2006 / pp. 71-87. ISSN 1677-1222.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a Questão Religiosa*. Ed. Paulinas SP. 1984.

POWELL, T. G. Priest and pesant in Central México: Social conflit during la Reforma. (HAHR) 57(2)293-313, 1977.

PRADO, Maria Ligia. A formação das nações latino-americanas. 3ª edição. São Paulo: Atual, 1987.

PRANDI, José Reginaldo. *Catolicismo e Família; transformação de uma Ideologia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça*: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. trad. Karina Janini, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAIOL, Domingos Antonio (Barão de Guajará). "Cathechese de índios no Pará". *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo II, Belém: Imprensa Oficial, 1902.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

RAMOS, D. Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. Belém: Falângola, 1985. 305 p .

REIS, A.C. Ferreira 1940, *A política de Portugal no Vale amazônico*, Belém, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. —– 1957.

_____. « Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. documentários », *Revista do Instituto histórico e geográfico brasileiro* (Rio de Janeiro), 235. —– 1959.

_____. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*, Belém, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. —– 1960.

_____. *A Amazônia e a Cobiça internacional*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional. A conquista espiritual da Amazônia. São Paulo, 1943.

REIS, Antonio Manuel do. O bispo de Olinda perante a História, Rio, 1878.

REIS, João Jose. A Morte e uma Festa. São Paulo; Compania das Letras, 1998.

RICCI, Magda. Assombrações De Um Padre Regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Unicamp, 2004.

RIZZINI, Irma. O *CIDADÃO POLIDO* e o *SELVAGEM BRUTO* A EDUCAÇÃO DOS MENINOS DESVALIDOS NA AMAZÔNIA IMPERIAL. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado/ Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época:* história política do Pará. Belém: AMADA, 1973.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

RODRIDUES, José Carlos. *Religiões Acatólicas.* Separata do Livro do Centenário de 1900. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1904.

RODRIGUES, José Honório. Atas do Conselho de Estado obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar, Brazil, Conselho de Estado. Brasilia: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

RODRIGUES, Carlos Moisés Silva. "Irmãos que perturbam a ordem. Cultura, Identidade e Resistência nas Irmandades Religiosas em Fortaleza (1864-1900). S.Paulo: 2005.

RODRIUES, M. A. A hierarqia da igreja e o liberalismo: o bispo de Coimbra Dr. Fr. Francisco de N. S. de Nazaré(1776-1851) no contexto cultural e religioso da época. Ibid. p. 237-257.

RODRIGUES, Ricardo Véler. "A propaganda republicana no Pará". In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

ROMANO, Sergio. Histoire de l'Italie du risorgimento à nos jour. (du Seuil, Paris, 1977).

ROUANET, Sergio Paulo. *O espectador noturno:* a revolução francesa através de Rétif de la Bretonne. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SAES, Décio. *República do capital*: capitalismo e processo político no Brasil. Boitempo Editorial, 2001.

SACK, Pe Juan Carlos. Apostolado Veritatis Splendor: *O "Discurso anti-Infalibilidade do Papa"do bispo Strossmayer*. Disponível em http://www.veritatis.com.br/article/3133. Desde 22/11/2004.

SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e militantes excluídos*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. *Memorial da cabanagem*: esboço do movimento político revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

SANCHIS, Pierre. Religiões, religião... Alguns problemas do sincretismo no campo religioso

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém*: riquezas produzindo a *Belle-Époque* – 1870/1912. Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. *Memórias do "Velho" intendente*: Antônio Lemos – 1869 – 1973. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho). Instituto de Filosofia e ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SCAMPINI, José. *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras.* Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SCIACCA, Michele Federico. História da Filosofia. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. Aprendendo da história dos avivamentos. Em Fides Reformata II/2 (Jul-Dez 1997): 61-68.

SCHLESENER, Anita Helena. *Revolução e cultura em Gramsci.* Curitiba: UFPR, 2002.

SCHULZ, John. *Exército na política*: origens da intervenção militar 1850-1894. São Paulo: EDUSP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930). São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro*: jornais, escravos e cidadoas em São Paulo do final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. "As Idéias Fora do Lugar". In R. Schwarz, Ao Vencedor as Batatas. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981.

STREFLING, Sergio Ricardo. Igreja e Pode: Edipucrs - Puc Rs, 2002.

STCOKMEIER, Peter. et al. *História da Igreja Católica.* São Paulo: Loyola, 2006.

SUESS, P. Nóbrega e Anchieta - lei e língua. Perspectiva Teológica XXXI/85 (set./dez. 1999) 383-396.

_____. A catequese nos primórdios da cidade de São Paulo. Piratininga revisitado por ocasião dos 450 anos de sua fundação. REB LXIV/256 (out. 2004) 903-930.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

"Silabo" MONTFORT Associação Cultural http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra.

SILVA, CLÁUDIO JOSÉ DA. A doutrina dos usos e costumes na Assembléia de Deus. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Departamento de Filosofia e Teologia/ Mestrado em Ciências da Religião. 2003.

SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Nasce a República (1888 – 1894)*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.

SILVA, Érika Amorim da. O cotidiano da morte e a Secularização dos Cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX(1850-1890). Dissertação de mestrado apresentada a PUC-SP, 2005.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. Lugares e pessoas œ Subsídios eclesiásticos para a história de. Goiás. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

SILVA, Gilvan Ventura da. Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia. 1. ed. Vitória: Edufes, 2003. v. 1.

SILVA, Gilvan Ventura da (Org.) . Religião e pensamento político no Mundo Antigo: entre a tradição clássica e a cristã. 1. ed. Vitória: PPGHIS/UFES, 2005.

SILVA, Maria da Conceição. A Igreja Católica e o casamento no Brasil, 1860-1890. [s. n.].

_____. A discussão política da secularização do Estado Brasileiro no século XIX. REB, Nº: 265, VOL 67, Janeiro, 2007.

_____. Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 23, nº 46, pp123-146 – 2003.

SILVA, Moacir Fecury. *O desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha*. Niterói, 1978. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense.

SIQUEIRA, Carla. "A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. vol. 7. nº. 14, 1994.

SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa, Difel, Rio de Janeiro, 2003 (8. ª edição).

SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1970.

SODRÉ, Lauro Nina. *Crenças e opniões*. 2ª ed. Brasilía: FAC-similar, Senado Federal. 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 11ª ed.. São Paulo: Difel, 1982.

Souza, José Soriano. Cconsiderações sobre a Igreja e o Estado sob o ponto de vista jurídico, filosófico e religioso" Recife. 1874.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada:* o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Luíz de Castro. "A fundação do Clube Republicano no Pará". In: *Anais do Congresso Nacional de história da propaganda, proclamação e consolidação da República no Brasil*. vol. 2. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.

SOUZA, Marina de Melo e. Os Reis de Congo. São Paulo. Ed. UFMG, 2001.

STAROBINSKY, Jean. 1789. *Os Emblemas da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STEIL, Carlos Alberto. Para ler Gauchet. In: Religião e Sociedade. 16/3, 1994. p. 26-49.

TEIXERA, Faustino(org.). Sociologia da Religião**.** *Enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TENGARRINHA, José(org). História de Portugal. São Paulo: Edusc, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Antigo Regime e a Revolução. Brrasília: UNB, 1982.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A formação da classe operaria inglesa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

TORRES. João Camilo de Oliveira. *História das Ideias Religiosas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1968.

_____. Idéias e lutas do Partido conservador brasileiro. 1968.

TRINDADE, Liana Silva. Pensamento conservador e síntese sociológica: estudo sobre o pensamento mítico e social de Joseph de Maistre. São Paulo: Dissertação de Mestrado(USP), 1972.

TRINDADE, Cônego Raimundo. Instituições de Igrejas no Bispado de Marian. Rio de Janeiro: MEC/Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Nº 13, 1945. p 6.

VIANNA, Artur. "Festas populares do Pará". *Annaes da Biblioteca e Arquivo Públicodo Pará*, t. III. Belém, 1904.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VIOTTI, Pe Hélio Abranches. Pio IX e o Brasil. SJ. REB, VOL 2, FASC 3, setembro, 1963, 659-680.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A Questão Religiosa", in Contribuições para a Biografia de D. Pedro I, parte 1a., Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925, p. 478-479.

VILLELA JÚNIOR, Marcos Evangelista C. *Canudos*: memórias de um combatente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração IN Jacques Le Goff, A História Nova, trad. SP, Martins Fontes, 1990.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história:* fantasmas e certezas nas mentalidades: desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

VOVELLE, Michel. A revolução francesa contra a Igreja: da razão ao ser supremo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista.* São Paulo: Martin Claret, 2003.

WELLIASON, Claude. Grandes católicos 1943 (662-675).

WERNET, A. A Igreja Paulista no século XIX. São Paulo: Ática, 1987.

WILLEKE, Fr. Venâncio. Senzalas de Conventos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 27, p. 355-376, São Paulo, 1976.

WINZ, Antônio Pimentel. "A imprensa e a Proclamação da República _ o dia seguinte". In: *Anais do Congresso Nacional de história da propaganda, Proclamação e consolidação da República no Brasil.* 2º vol. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.

WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. São Paulo: EDUSC, 1999.

WOODWARD, Kenneth L. A Fábrica de Santos, Editora Siciliano, 1992.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

CÓDICE 1439

OFICIOS ÀS AUTORIDADES DO BISPADO. Pal. Do Governo do Pará. ”21 Mço 1870

2. S Ilmo Revmo Sem

Devendo solenizar-se o dia 25 do corrente Aniversario do Juramento á Constituição Política do Império com todas as demonstrações de publico regosijo, rogo a V. S. se digne de providenciar para que o Te Deum, que se ha de celebrar na Cathedral por ser motivo e possa ter lugar ás 11 horas da manhã.

Deus Guarde a V. S.

Ilmo Revmo Sr. Provisor e Governador do Bispado”

“Ilmo Sem 21/2/1870

Devendo solenizar-se o dia 25 do corrente Aniversario do Juramento á Constituição Política do Império com todas as demonstrações de publico regosijo, convido ao reverendíssimo Cabido da Cathedral para concorrer ao cortejo, ás Efiges de Suas Majestades Imperiaes, que terá lugar no Palácio da Província, em seguida ao Te Deum, que se ha de celebrar na mesma Cathedral.

Deus Guarde o Revmo Cabido da Cathedral

[no mesmo 21 de março outro ofício idêntico no qual é endereçado ao Vigário José Gregório Coelho Provisor e Governador do Bispado]”

No mesmo códice encontram-se pleitos de padres para socorro as doenças nas cidades de Breves e Melgaço; para fazer iluminação para freguesia de Mojú; pedido para um coadjutor para Curuçá, pois o vigário Jose Maria do Valle havia ido para freguesia de Marapanin. Presidência da provincicaia comunica que autorizou o orçamento para fazer reparos nas igrejas de Viseu e Cairary, onde respectivamente atuam Rev. Padre Manoel Joaquim Pereira e Padre Manoel Rodrigues Valente Doca. Em 23/5/1870 a presidência da província responde que os ornamentos, paramentos, alfaias sejam debitados da caixa pia para todas as igrejas e caso não seja possível retornar para a presidência para ver como resolver, pois o designado na lei orçamentária foi entregue ao thesoureiro Padre Augusto Allira. Para a igreja N. S. de Nazareth também são requeridos ornamentos, paramentos, alfaias. A presidência informa em 31/05 não haver despesa prevista no

orçamento para edificação de cemitério como requer o reverendo Coadjutor de Irituia Odorico Mendes da Silva.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ (CÓDICE 1439) "11/JUNHO 1870

3.S Comunicado Ilmo e Revr. Sem

Declarando-se em Aviso Circular do Ministério da Guerra de 22 de abril passado, que as bandeiras de corpos ou contingentes de voluntários que regressão ás províncias, serão depositados na Cathedral, espero que V. S. se sirva providenciar para que opportunamente possa ser depositado em conformidade com aquella determinação a bandeira com que é (es forado) o contingente de voluntários desta Província, bem como para que seja celebrado á chegada destes o Te Deum de que trata o programa publicado no Jornal do Pará de 22 do mês findo.

4. Sess 4 de Junho de 1870

Ilmo Revmo Sem

(ainda)... do que V. Revma me communica em seo officio de 2 do corrente, cabe-me responder-lhe que expedi as convenientes ordens não só ao guarda da Companhia do Amazonas para sua passagem e do menor que o acompanha , como ao delegado de Policia de Porto de Moz para punhar á V. Revma os meios de seus transporte, e de carga que se destina a sua missão, ainda conforme V. Rvma me solicitou nesse dito officio.

D. G.

Ilmo Rvmo Fr. Ludovico Mazzarino, Missionário Capuchinho em missão no Rio Xingú

1ª Sés 7/7/1870

Ilmo e Rvmo Sem

Em resposta ao officio de V.Sa, firmado hontem cabe-me dizer-lhe que acabo de expedir ordem ao Inspector do thesouro Provincial, mandando entregar a V. S a quantia duos contos e seiscentos mil reis(2.600$00) para recorrer as despesas com o Te Deum, que deve ter lugar na Cathedral por ocasião da chegada dos Voluntários Paraenses, conforme V. S. solicita no mencionado officio; cabendo igualmente a satisfação de agradecer a V. Sa. e o Reverendissimo Cabido por se prestarem a celebrar gratuitamente, as funções do Altar n'esse dia.

D.

Ao Dr. Governador do Bispado

4 Sn 10/8/1870

Ilmo e Revmo

Passando ás mãos de V. S. o incluso off° da Câmara Municipal de Curuçá, no qual solicita a nomeação de um padre para dirigir o pasto espiritual n'aquella villa, rogo a V.S. que se sirva de communicar a providencia que tomar á respeito, a fim de que possa responder aquella comarca, devolvendo V. Sa. o mesmo officio.

D.G

A Sen Governador do Bispado

F.R.

Despesas feitas (1:000$00) com o funeral do brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão fallecido na Guerra contra o Paraguai

Arcediago A . Aguiar"

(IMPRESSO) Circular – Palácio do Governo do Pará 8/2/1872

4 Ses

Tendo sido declarado a esta presidência, em Aviso Circular do Ministério dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 25/11 passado, sob N} 9, que a indicação do dia em que tiver ocorrido o nascimento do menor filho livre de escrava que for levado á pia batismal, compete ao senhor do mesmo escravo ou seu representante, devendo a referida indicação ser aceita pelo sacerdote que celebrar o acto do baptismo, em additamento ao meu officio de 17/10 d'aquelle anno.

DG

Revd Cura da parochia da Sé

(idêntico aos outros vigários)

(Impresso) Circular- – Palácio do Governo do Pará 23/3/1872

4 Ses

Remetho á V. Exa Revm o Aviso Circular do Ministério dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 10/2 próximo findo, sob Nº 5, junto por copia, solvendo as duvidas suscitadas sobre o livro, que a lei 2040 de 28/9/ do anno passado, em seu parágrafo 5º do artigo 8º, prescreve para o registro de assentamentos de

baptismos dos filhos ingênuos de mulher escrava, em relação a Constituição Synodal do arcebispado; incluindo outrossim cópia do aviso Circular de 25/11 ultimo, ao qual aquella se refere e de que lhe dei conhecimento em meu officio de 8 do dito mez fevereiro.

DG

Sem Revd Vigário da Parochia da Sé

(idêntico aos outros vigários)"

23/3/1872 do mesmo teor ofício endereçado a D. Antonio Macedo Costa